

## **PARTE I – PROBLEMÁTICA E RELEVÂNCIA DO TEMA**

### **CAPÍTULO I - ASPECTOS INTRODUTÓRIOS**

#### **1.1 – Introdução**

Permitindo não só caracterizar uma realidade pouco conhecida a nível nacional como do próprio Arquipélago dos Açores este estudo funcionará como base de dados sobre a ruralidade específica do Grupo Ocidental e suas condições de vida.

Este projecto permitirá não só mostrar como os sistemas produtivos condicionam a vida das pessoas em geral, assim como, o conhecimento sobre os mercados e hábitos de consumo (hábitos comportamentais em geral), contribui em muito na percepção da realidade envolvente por forma a melhor podermos desenhar políticas de intervenção, seja na mudança técnica seja na mudança institucional.

A pertinência é mais sensível num meio onde o Sector Primário é predominante e onde o Serviço de Desenvolvimento Agrário tem o papel principal como órgão “orientador” nas políticas desenvolvidas e implementadas.

Tais políticas são fortemente condicionadoras dos rumos que tomam os seus intervenientes, daí a relevância que adquire a interpretação da realidade comunitária (subsídios) que continua a vigorar nas Regiões Autónomas, ainda mais premente e visível em meios onde a ultraperifericidade praticamente impõe tal dependência orçamental.

Vê-se no entanto, que as regras da comunidade (CE) aprisionam e direccionam de tal forma a base alimentar e as tomadas de decisão dos grupos humanos envolvidos que podem mesmo ser, antes de motivadora e incentivadora de novos investimentos, criadora de vícios e deficiências estruturais levando mesmo à perda de identidade cultural ou do saber fazer, antigamente (e em meios mais desenvolvidos ainda) tão valorizado e valorizador.

Estudar e perceber este microcosmos no interior desta ultraperiferia de Portugal servirá de testemunho a uma realidade totalmente desconhecida quanto atonitamente desconcertante de um Portugal Rural totalmente dependente daquilo que importa de outras regiões rurais e urbanas.

Aqui, surge o contra censo de um sector que embora primário não é primeiro e não é igualmente gerador de igualdade e segurança mas antes de desequilíbrios e incertezas.

## **1.2 – Objectivos**

### **1.2.1 – Objectivos Gerais**

Caracterização do Sector Primário da Região em estudo e compreensão das tomadas de decisão e opções de produção por parte das comunidades envolvidas tendo em vista a verificação da sua sustentabilidade assim como a da sua qualidade de vida.

### **1.2.2 – Objectivos Específicos**

- 1) Caracterização do Sector primário das Ilha das Flores (Arquipélago dos Açores);
- 2) Caracterização, modelação e identificação de processos de mudança e respectivas racionalidades;
- 3) Avaliação do impacto das políticas públicas, designadamente no âmbito das políticas agrícolas e alimentares;
- 4) Avaliação e identificação de mecanismos de suporte à diminuição da vulnerabilidade das famílias, dos sistemas produtivos e da qualidade de vida em geral.

## **1.3 – Hipóteses**

- 1) A promoção da pecuária extensiva de gado de corte impediu/comprometeu a diversificação da economia local terminando por condicionar a viabilidade dos sistemas produtivos em geral.
- 2) A questão da garantia de abastecimento e de alternativas em caso de crise, hortas familiares, é muito relevante e deve ser reforçado na discussão, face às questões da Vulnerabilidade.
- 3) A produção alimentar local (auto-consumo e mercados) tem um papel determinante para a melhoria da garantia de segurança alimentar a nível das famílias.
- 4) Os padrões de consumo dos agregados estão relacionados com o nível de rendimento, dimensão dos agregados e nível de educação, características que condicionam os níveis de vulnerabilidade (relações que são importantes conhecer e equacionar).



## **1.4 – Breve Introdução Metodológica**

O estudo de caso terá como ponto de partida a análise de dados indirectos disponíveis no Serviço de Desenvolvimento Agrário das Flores e do Corvo, os quais serão posteriormente complementados pela execução de um inquérito ao agricultor.

Este inquérito proporcionará o levantamento de dados e informação primária. O inquérito incidirá sobre a caracterização dos agregados familiares agrícolas quer a nível das características do alojamento (habitação, bens e equipamentos) aos longo dos últimos 20 anos quer a nível das características das principais fontes de rendimento, nível de educação e caracterização do consumo de bens alimentares. Os agricultores foram previamente seleccionados com base em critérios do INE (este ano é ano de recenseamento agrícola e a amostra já foi delineada no universo de análise).

A amostragem utilizada segue a metodologia do INE com alguns ajustes face à realidade específica das ilhas. Refira-se no entanto que a amostra procurou respeitar, dentro do possível, os critérios de aleatoriedade necessários para garantir a sua representatividade.

O trabalho tem como referência os modelos de Inovação Induzida (Carvalho, 2004; Hayami & Ruttan, 1985) em que se procura identificar e melhor perceber os processos indutivos na mudança de sistemas. Baseia-se no princípio de que processos de mudança são na sua essência induzidos de forma endógena, isto é, há razões objectivas (variáveis endógenas aos sistemas) que são determinantes daqueles (processos).

## **CAPÍTULO II – O PORQUÊ DA ILHA DAS FLORES**

### **2.1 – PROBLEMÁTICA**

Conceitos como Ultraperifericidade e Dupla insularidade continuam sendo desconhecidos da maioria e extremamente comprometedores de um normal desenvolvimento das regiões em que se fazem sentir.

Com vista a minorar as desvantagens dessas regiões, a PAC procura apoiar de forma específica as potencialidades daquelas e colmatar algumas das deficiências de que são alvo.

Problemas como as desvantagens naturais, dificuldade e encarecimento dos transportes e dos produtos regionais, assim como, as especificidades típicas da sua micro dimensão criam o desafio de tentar entender se as opções proporcionadas pelas actuais políticas europeias e nacionais serão ou não sustentáveis num futuro quer próximo quer longínquo.

Tendo encetado funções como Técnica Superior de 2ª Classe no Serviço de Desenvolvimento Agrário de Flores e Corvo, e estando a viver há um ano na primeira das duas ilhas anteriormente citadas, pude constatar de perto as dificuldades inerentes à sua ultraperiferia e limitações sentidas no normal dia-a-dia dos seus habitantes. É assim que surge o presente estudo de caso, o qual incidindo sobre a ilha das Flores, ponto mais ocidental da Europa, procurará perceber as dinâmicas da condição daqueles dois conceitos e sua interligação com as medidas disponíveis para “minorá-los”.

É deste modo que surge o “fio condutor” deste trabalho e que passa pela tentativa de resposta às seguintes perguntas:

- De que forma as políticas públicas e a PAC mais recentemente têm influenciado e/ou influenciam a agricultura e a qualidade de vida na ilha das Flores?
- De que forma, a produção local para autoconsumo minora a vulnerabilidade ainda hoje sentida na Ilha?

Estas perguntas englobam igualmente outra problemática. Aquela que se prende com a definição de Qualidade de Vida. Tema demasiadamente abrangente e alvo de inúmeras definições, será abordado neste trabalho de forma simples e pragmática, procurando sobretudo verificar se houve ou não uma melhoria da qualidade de vida da população da ilha das Flores ao longo das 3 fases por nós definidas e sobretudo nos últimos 20 anos.

Dada a complexidade do tema, e a exigência de uma profundidade superior a de um simples trabalho de Mestrado, procuramos acima de tudo abrir portas para novos trabalhos futuros que venham a permitir um maior aprofundamento do tema com o consequente

enriquecimento da informação existente e criação de alternativas para a ultrapassagem das dificuldades presentes.

## **2.2 – RELEVÂNCIA DO TEMA**

Num meio onde o Sector Primário é predominante e onde o Serviço de Desenvolvimento Agrário tem o papel principal como órgão “orientador” nas políticas desenvolvidas e implementadas a pertinência de uma tal temática sobrepõe-se a qualquer outra.

Sobretudo quando se fala cada vez mais no desligamento total das ajudas da Política Agrícola Comum e numa maior autonomia dos agricultores a nível mundial, inclusive para tornar o sistema mais igualitário e justo. Não nos esqueçamos da maioria dos países do Terceiro Mundo nos quais os seus agricultores, na maioria, pobres não têm a mínima condição de sobrevivência nos seus respectivos países quanto mais numa aldeia global competindo de forma desigual com os agricultores fortemente subsidiados dos países ricos.

É assim que estas regiões denominadas de ultraperiféricas (na Europa) emergem como excepção que confirma a regra dadas as suas características particulares, exigindo o não término desses apoios. Tais apoios, dirigidos de forma geral para uma Europa que não a mediterrânica, além de não serem os mais ajustados promovem frequentemente vícios, dependências e fragilidades que comprometem a própria sustentabilidade dos sistemas envolvidos. Estas regiões normalmente dependentes de um único sector (neste caso, pecuária extensiva de gado de corte) tornam-se casos de estudo ímpar sobretudo quando pouco ou nada se conhece de investigação sobre o tema e muito menos se publicou a esse respeito.

É neste contexto, que a relevância dos assuntos abordados, sobretudo para a comunidade local, que se vê hoje cada vez menos sustentada e com um sistema também ele pouco sustentável no médio e longo prazo, dependendo cada vez mais de si própria (hortas familiares), funciona como pertinente e indubitavelmente necessária.

## **PARTE II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **CAPÍTULO I – AMBIENTE FÍSICO E HUMANO**

#### **1.1 – AMBIENTE FÍSICO**

##### **1.1.1 – Caracterização Geográfica do Território**

###### **1.1.1.1 – Portugal**

Portugal situa-se no Sudoeste do Continente europeu, sendo o país mais ocidental da Europa. O território continental ocupa uma área de cerca de 89 mil km<sup>2</sup>, entre os paralelos 36° 57' 42" e 42° 9' 15", de latitude Norte, e entre os meridianos 6° 11' 24" e 9° 30' 2", a Oeste de Greenwich. Partilha, a Norte e a Este, uma fronteira com um único país – Espanha –, numa extensão superior a 1 300 km e, a Oeste e a Sul, é banhado pelo Oceano Atlântico em mais de 1 400 km de costa. No total, o perímetro do território continental perfaz 2 731 km (INE, 2007a).

Além do território continental, Portugal compreende os arquipélagos dos Açores e da Madeira, no Oceano Atlântico. O segundo, com uma superfície de cerca de 801 km<sup>2</sup>, é constituído pelas ilhas da Madeira e do Porto Santo e pelos ilhéus Desertas e Selvagens. Encontra-se mais a Sul e a Este que o arquipélago dos Açores, entre os paralelos 33° 7' 41" e 30° 1' 40", de latitude Norte, e os meridianos 15° 51' 13" e 17° 15' 58", a Oeste de Greenwich (INE, 2007a).

O primeiro apresenta uma superfície de 2 322 km<sup>2</sup>, encontra-se entre os paralelos 39° 43' 34" e 36° 55' 39", de latitude Norte, e os meridianos 25° 0' 47" e 31° 16' 8", a Oeste de Greenwich. O arquipélago dos Açores é composto por nove ilhas com uma disposição no sentido Noroeste-Sudeste, formando três grupos principais: o Grupo Ocidental (Flores e Corvo), o Grupo Central (Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial) e o Grupo Oriental (Santa Maria e São Miguel) (INE, 2007a).

###### **1.1.1.2 – O Arquipélago dos Açores**

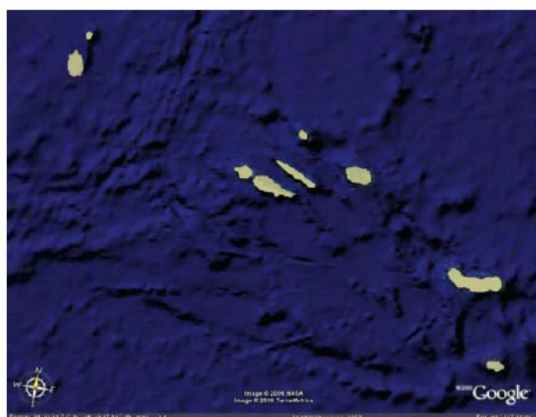
Os Açores, oficialmente designados por Região Autónoma dos Açores, são um arquipélago transcontinental e um território autónomo da República Portuguesa, situados no

Atlântico Nordeste e dotados de autonomia política e administrativa consubstanciada no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. Conforme o estabelecido no artigo 299.2 do Tratado da União Europeia os Açores integram a União Europeia com o estatuto de *região ultraperiférica* do território da União (Regiõesultraperiféricas, 2007).

A superfície do arquipélago (2 334 km<sup>2</sup>) corresponde a cerca de 2,6% do território nacional (88 797 km<sup>2</sup>). No entanto, as ilhas revelam dimensões muito desiguais: as maiores, São Miguel (745,8 km<sup>2</sup>), Pico (448,4 km<sup>2</sup>) e Terceira (403,4 km<sup>2</sup>), representam 70% da superfície total; São Jorge (245,9 km<sup>2</sup>), Faial (173,8 km<sup>2</sup>) e Flores (141,6 km<sup>2</sup>) têm uma dimensão intermédia; Santa Maria (97,1 km<sup>2</sup>), Graciosa (61,2 km<sup>2</sup>) e Corvo (17,2 km<sup>2</sup>) são as mais pequenas no cômputo regional. Atendendo aos critérios da UNESCO, que define “pequenas ilhas” como superfícies insulares com área inferior a 1 000 km<sup>2</sup>, todas as parcelas açorianas se incluem nesta classificação (Azevedo, 1996a).

## **A – Localização Geográfica**

Os Açores são um arquipélago que, se encontra situado precisamente sobre a Dorsal Média, mais precisamente no Nordeste do Oceano Atlântico numa faixa limitada pelos paralelos 36° 55' 43'' e 39° 43' 02'' N e pelos meridianos 24° 46' 15'' e 31° 16' 02'' W (Figura 1) (UAA/DB/SG, 2003a).



**Figura 2 – Localização Geográfica do Arquipélago dos Açores.**

Fonte: Google-earth, 2006.



**Figura 1– Localização do Arquipélago sobre a Dorsal Média.**

Fonte: Google-earth, 2006.

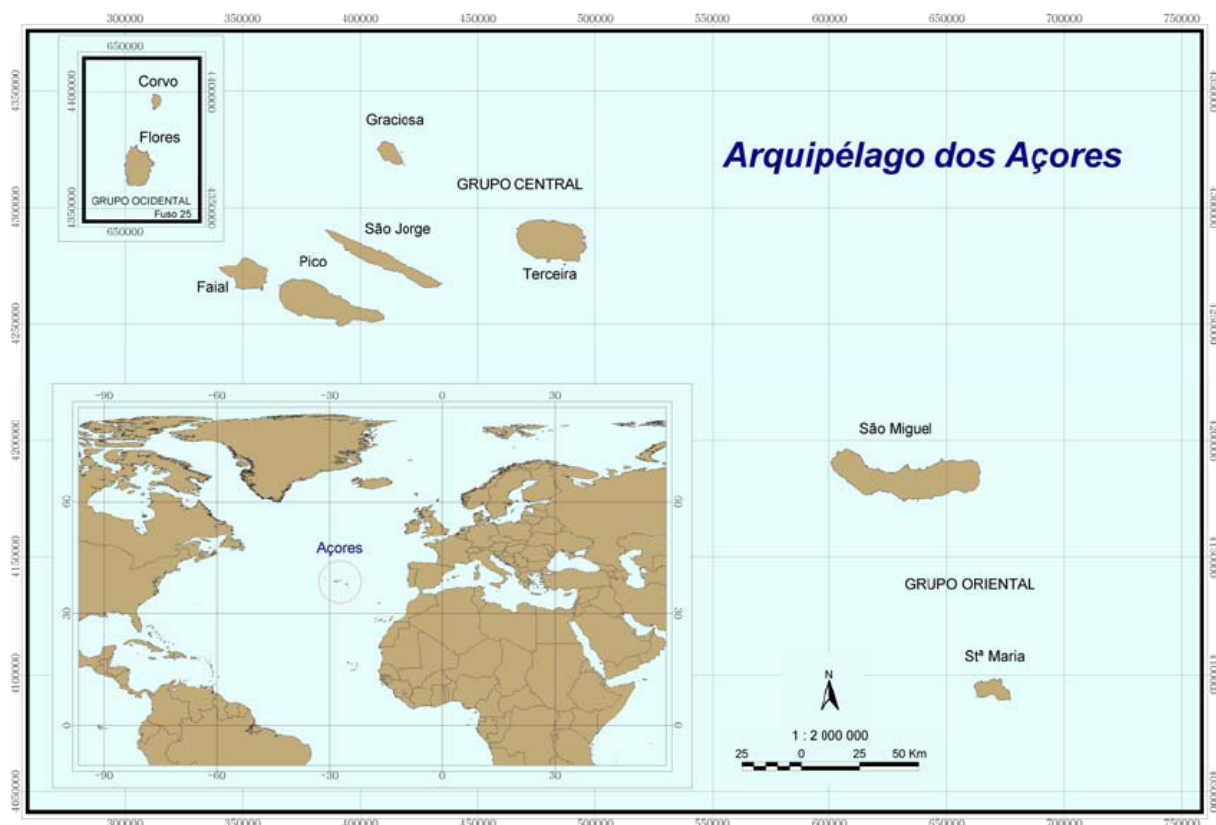
A posição oceânica que ocupa manifesta-se no forte isolamento geográfico da Região (insularidade), uma vez que se encontra, grosso modo, a cerca de 1 430 km do Continente Europeu e a mais de 3 900 km da América do Norte (UAA/DB/SG, 2003a). Integra a região biogeográfica da Macaronésia<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A qual engloba Açores, Madeira, Selvagens, Canárias, Cabo Verde e parte do Sudoeste de Marrocos (Schäfer, 2002).

## **A.1 – Território**

Apresentando uma orientação WNW-ESSE, alinhamento que se deve à tectónica regional (UAA/DB/SG, 2003a), os Açores são constituídos por nove ilhas principais e encontram-se divididos em três grupos distintos (Dias, 2007):

- Grupo Oriental: Santa Maria, São Miguel;
- Grupo Central: Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico, Faial;
- Grupo Ocidental: Flores, Corvo.



**Figura 3 – Localização do arquipélago dos Açores**

Fonte: UAA/DB/SG, 2003a.

O Grupo Oriental inclui também um grupo de rochedos e recifes oceânicos, sitos a nordeste de Santa Maria, chamado ilhéus das Formigas, ou simplesmente Formigas, que em conjunto com o recife do Dollabarat, constituem a Reserva Natural do Ilhéu das Formigas, um dos locais mais importantes para conservação da biosfera marinha no nordeste do Atlântico (Wikipédia, 2007a).

As ilhas mais afastadas do Arquipélago, Ilha de Santa Maria e a Ilha das Flores, distam entre si cerca de 600 km (Schäfer, 2002).

## **A.2 – Ilha das Flores**

A ilha das Flores é a mais ocidental do arquipélago dos Açores, encontra-se localizada a aproximadamente 120 milhas a Oeste/Noroeste da Ilha do Faial (SRAM, 2005). Ocupa uma área de 141,7 km<sup>2</sup>, entre os paralelos 39° 22' e 39° 31' N e os meridianos 31° 05' e 31° 17' W, que equivale a 6,1% da área total do arquipélago (DREPA, 1988). Tem uma configuração sensivelmente oval, com o eixo maior orientado na direcção Norte-Sul, com 17 km de comprimento, e o eixo menor orientado na direcção Este-Oeste, com 12 km de comprimento. A linha de costa tem uma extensão total de cerca de 48 km (SRAM, 2005a).



**Figura 4 – Mapa da Ilha das Flores e sua localização no Arquipélago dos Açores.**

Fonte: Lima, 2007.

Esta ilha é actualmente constituída por dois concelhos: Santa Cruz das Flores (com quatro freguesias) e Lajes das Flores (com sete freguesias). No extremo norte da ilha situa-se a freguesia de Ponta Delgada que se espalha junto ao mar. A sul situa-se a vila das Lajes e a Ocidente as povoações de Lajedo, Mosteiros, Fajãzinha e Fajã Grande. Santa Cruz das Flores foi baptizada em honra da abundância de flores, nomeadamente hortênsias, que crescem nas suas ravinas e encostas (SRAM, 2005).

## **1.1.2 – Caracterização Histórica**

### **1.1.2.1 – Arquipélago dos Açores**

O descobrimento dos Açores tem sido um dos problemas mais controversos da história das navegações portuguesas. Conhecidas diversas teses a seu respeito, poderíamos, no

entanto, dividi-las em três grupos: as que sustentam que a revelação geográfica deste arquipélago se terá verificado no segundo quartel do século XIV, no reinado de D. Afonso IV (Major, 1876; Serpa, 1925); as que afirmam que o descobrimento se terá observado na primeira metade do século XV, por parte de marinheiros do Infante D. Henrique, designadamente por Frei Gonçalo Velho (Saraiva, 1841); e as que conciliam as duas correntes de opinião (Arruda, 1932).

A primeira delas fundamenta-se na existência de vários mapas genoveses onde, a partir de 1351, aparecem debuxadas várias ilhas que muitos investigadores identificam com algumas dos Açores, quer pela sua localização, quer pelos seus nomes. A existência desses mapas com tais indicações teria resultado do conhecimento dos Açores, por ocasião do regresso das expedições feitas às Canárias, no tempo de D. Afonso IV, por marinheiros genoveses ao serviço de Portugal. A segunda, que defende o descobrimento dos Açores como obra dos marinheiros do infante D. Henrique e, de um modo expresso, por Frei Gonçalo Velho, baseia-se essencialmente na tradição oral que o cronista micalense Gaspar Frutuoso terá recolhido no arquipélago, na segunda metade do século XVI, sendo de acentuar que muitos escritores portugueses, como Azurara, Duarte Pacheco Pereira e outros, nunca citam o nome de Gonçalo Velho (Almanaque Açoriano, 1999; UFSC, 2008).

Frutuoso e os historiadores que lhe seguiram os passos opinam que o início das explorações atlânticas para os Açores data de 1431. As teses ecléticas consideram que o descobrimento se terá verificado realmente no tempo de D. Afonso IV e que as viagens feitas por ordem do infante D. Henrique teriam dado lugar a um simples reconhecimento. O mapa de Beccario, por exemplo, datado de 1435, assinala a maior parte das ilhas dos Açores como *insule de nuovo reperte*. A última palavra acerca deste problema foi proferida pelo Prof. Damião Peres, que, lendo atentamente a discutida inscrição da Carta de Valsequa (datada de 1439), defende que “estas ilhas foram achadas por Diogo de Sunis (ou de Silves), piloto de el-rei de Portugal no ano de 1427” (Descobrimientos Portugueses). Por esse motivo é atribuído a Gonçalo Velho, depois primeiro capitão donatário das ilhas de São Miguel e de Santa. Maria, o papel, de não menor importância, de lançador de gados e de colonizador (Almanaque Açoriano, 1999; UFSC, 2008).

Também sobre esta questão a fonte Ilhas de Bruma (2007a) afirma que o conhecimento de ilhas do Arquipélago, realizado por via accidental ou voluntária, remonta pelo menos ao século XIV, já que aparecem várias ilhas no sector atlântico dos Açores nas precursoras obras-primas da cartografia europeia do séc. XIV, mesmo que não orientadas de maneira geograficamente correcta. Tal facto dever-se-ia muito provavelmente às condições



atmosféricas peculiares na área das nove ilhas, o que teria dificultado durante séculos o seu achamento e o seu reencontro, até à estabilização das rotas marítimas (Ilhas de Bruma, 2007 b).

Quanto à ordem da sua descoberta, esta última fonte refere que a primeira oficialmente divulgada foi a Ilha de Santa Maria no ano de 1427. Segundo Destinaçores (2008), a Ilha de São Miguel foi igualmente encontrada neste ano.

As ilhas do Grupo Central foram descobertas nos anos subsequentes pela seguinte ordem: Terceira (cujo nome deve-se à sua ordem de descoberta), São Jorge, Graciosa, Faial e Pico (Destinaçores, 2008).

Pela Carta Régia de 2 de Julho de 1439, passada pelo infante D. Pedro, quando regente na menoridade de D. Afonso V, verifica-se que eram apenas em número de sete as ilhas açorianas conhecidas. Na verdade, apenas em 1452 as ilhas mais ocidentais do arquipélago (Flores e Corvo) seriam descobertas ou reconhecidas por Diogo de Teive (Almanaque Açoriano, 1999; UFSC, 2008).

A proveniência precisa dos povoadores, portugueses na sua quase totalidade, permanece algo incerta, já que elementos típicos do Sul do País se cruzam com costumes mais característicos do Centro e Norte. Algarvios, Alentejanos, Beirões e Minhotos parecem ser as principais origens que, agrupando-se em certas ilhas contribuíram para a diversidade de costumes que hoje se detectam. A esse forte contingente populacional, devem acrescentar-se as contribuições à *posteriori*, sobretudo de flamengos (ainda no séc. XV – 1432) e de alguns franceses da Bretanha, também nos inícios da ocupação humana (Dias, 2007).

Protegidas pelas brumas à volta das ilhas, as águias de asa redonda, aves de rapina endémicas desta região do Atlântico (Ilhas de Bruma, 2007 a), foram as primeiras a serem avistadas pelos seus descobridores ou (re)descobridores, os quais confundiram-nas com açores, e a designação que vingou – entre outras – foi mesmo a de ilhas dos Açores. Segundo Schäfer (2002), tais “açores” representavam na realidade uma subespécie endémica de *Buteo buteo rothschildi*, conhecido em português por Milhafre.

Através das Ordenações Afonsinas, Portugal procurou cooptar tanto judeus quanto flamengos para o arquipélago, mediante a distribuição de terras. Assim, longe da Europa continental, esses grupos ficariam livres das perseguições religiosas (Wikipédia, 2007a).

No Portugal de então, cristãos, judeus e muçulmanos se encontravam num verdadeiro lugar de miscigenação e citando Matos (1989), “*É (...) desta ascendência portuguesa, misturada com outros europeus, degredados, escravos, mouros e negros, de gente de vários*

*níveis sociais, que se formará a sociedade açoriana, onde a insularidade e os caracteres mesológicos serão factores importantes para determinação da sua cultura”.*

Segundo Macedo (1981), no processo do povoamento das restantes ilhas, principalmente do Faial, Pico, Flores e São Jorge, faz-se notar a presença de um número alargado de flamengos, cuja presença se veio a reflectir na produção artística e nos costumes e modo de exploração da terra. Citando a fonte Enciclopédia (2008), o nome de Joss van Hurtere, capitão flamengo, a quem foi confiado o povoamento de parte da ilha do Faial deu origem à designação toponímica da cidade da Horta. No concelho da Horta existe ainda uma freguesia com o nome de Flamengos, para além dos moinhos e dos modelos da exploração agrária que apresentam influência daquela ascendência (Figura 5).



**Figura 5 – Moinho flamengo recuperado. Ilha do Faial, 2007.**

Homens como Jacome de Bruges, Josse van Hurtere e Willem van der Hagen, só para citar os nomes dos capitães mais conhecidos, provenientes das cidades mais sofisticadas da Europa quatrocentista, resolviam embarcar-se para os Açores ou Ilhas Flamengas, como também foi conhecido inicialmente o arquipélago, pelas reminiscências medievais que falavam de metais e pedras preciosas nos seus domínios (Ilhas de Bruma, 2007c).

Os flamengos à chegada destas ilhas selvagens promoviam escavações para pesquisar a eventual presença de metais ou sais minerais e, ao mesmo tempo, separar a terra da pedra. Quando se desvaneceu a miragem metálica, a última alternativa para viabilizar o povoamento passou pela adopção de um outro sistema de vida. A solução passou pela agricultura e pelas sementes que serviram para a subsistência (cereais e legumes), para a própria saúde e, a das gerações vindouras (plantas terapêuticas) (Ilhas de Bruma, 2007c), e finalmente aquelas para o negócio (pastel-dos-tintureiros) (Ilhas de Bruma, 2007d).

Segundo Belo (1950), em meados de 1700, o excedente populacional dos Açores foi conciliado com outros interesses da coroa portuguesa, a qual levou a ordenar o estabelecimento de 4000 casais açorianos na ilha de Santa Catarina (pertencente à sua colónia na América do Sul).

Poderia parecer um paradoxo imaginar que, nos seus primórdios a colonização teria sido difícil e que para a proceder nas ilhas perdidas no oceano ocidental, Portugal tivesse de saber cooptar também com outros experientes estrangeiros. Como escreve James H. Guill (quase em tom premonitório), antes da descoberta oficial "*...não existiam Açorianos. Porém, existiam 2000 famílias portuguesas, espanholas, italianas, inglesas, flamengas, escocesas, alemãs, judias e mouras cujos membros teriam viajado até ao arquipélago, por vontade própria ou deportados, para transformar-se nas raízes de um povo ilhéu que mais tarde será orgulhoso de chamar-se de Açoriano...*" (Ilhas de Bruma, 2007d).

Tal orgulho está patente na sua população de hoje e convém mencionar que os açorianos sempre almejavam conquistar uma maior autonomia política e administrativa, o que, durante séculos, foi negado, dando ensejo a alguns movimentos em favor da emancipação do arquipélago. Exemplo destes podemos mencionar a Frente de Libertação dos Açores (FLA) referida por Costa (2008), aquando do ambiente de liberdade gerado aquando do surgimento de movimentos revolucionários pós 25 de Abril de 1974.

De acordo com Matos (2008), as estruturas político-administrativas da colonização das ilhas incidiram sobre o sistema de capitánias, à frente das quais se encontrava o capitão donatário. As primeiras foram constituídas nas ilhas de São Miguel e Santa Maria. Com a progressão para Ocidente surge em 1450 uma outra capitania na ilha Terceira cuja administração fica atribuída a Jacome de Bruges (flamengo). Enquanto o domínio temporal é cedido, pela Ordem de Cristo, aos donatários a jurisdição espiritual permanece à cargo da dita Ordem (Matos, 2008).

Mais recentemente, entre 1836 e 1976 o arquipélago esteve dividido em distritos, prática que tinha sido estabelecida em Portugal Continental. A divisão não reflectia a actual nem, de certo modo, o agrupamento natural das ilhas: reflectia antes a importância das três capitais de distrito (sendo que nenhuma destas pertencia ao actual Grupo Ocidental). O distrito de Angra compreendia as ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge, com Angra do Heroísmo (Terceira) como capital. O distrito da Horta incluía as ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo e tinha na Horta (Faial) a sua capital. Ponta Delgada era a capital do outro distrito que consistia nas ilhas de São Miguel e Santa Maria (Azoresweb, 2007).

Em 1976 os Açores tornaram-se finalmente na Região Autónoma dos Açores, uma das duas actuais de Portugal, sendo suprimida a divisão por distritos (Azoresweb, 2007).

As regiões autónomas tratam-se de um estatuto político-administrativo especial, consagrado na Constituição Portuguesa de 1976, reservado aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, devido às suas condições geográficas (e, em consequência, socioeconómicas)

especiais. Nos termos da Constituição, a autonomia regional não afecta a integridade da soberania do Estado. Compete às regiões autónomas legislar em todas as matérias que não sejam da reserva dos órgãos de soberania e que constem do elenco de competências contido nos seus Estatutos Político-Administrativos; pronunciar-se nas mais diversas matérias que lhes digam respeito; e exercer poder executivo próprio, em áreas como a promoção do desenvolvimento económico e da qualidade de vida, a defesa do ambiente e do património, e a organização da administração regional (Constituição da República Portuguesa, 2008).

A mesma fonte refere que os órgãos de governo próprio de cada região são a Assembleia Legislativa e o Governo Regional. Sendo a primeira eleita por sufrágio universal directo, com poderes fundamentalmente legislativos, e de fiscalização dos actos do Governo Regional. O presidente do Governo Regional é nomeado pelo Representante da República. Este último, para tal considera os resultados eleitorais, e é o responsável pela organização interna do órgão e por propor os seus elementos. As atribuições do Governo Regional são fundamentalmente de ordem executiva.

O Representante da República é o representante do Chefe do Estado em cada região autónoma. É nomeado por aquele, após consulta ao Conselho de Estado. Cabe-lhe assinar e mandar publicar os decretos da Assembleia e do Governo Regional, tendo, no entanto, o direito de veto, que pode ser ultrapassado por votação qualificada da Assembleia Legislativa. O mandato do Representante da República tem a duração do mandato do Presidente da República (Constituição da República Portuguesa, 2008).

Com quase, seis séculos de presença humana continuada, os Açores granjearam um lugar importante na História de Portugal e na história do Atlântico: constituíram-se em escala para as expedições dos Descobrimentos e para as naus da chamada "Carreira das Índias", das frotas da prata e do Brasil; contribuíram para a conquista e manutenção das praças portuguesas do Norte de África; quando da crise da sucessão de 1580 e das Guerras Liberais (1828-1834) constituíram-se em baluartes da resistência; durante as duas Guerras Mundiais, em apoio estratégico vital para as forças Aliadas, mantendo-se, até aos nossos dias, como um centro de comunicações e apoio à aviação militar e comercial (Wikipédia, 2007a).

### **1.1.2.2 – O “Outro Arquipélago”**

*“Quem navega no mar dos Açores só quando se encontra na área do Grupo Central tem perfeitamente a ideia de estar no seio de um arquipélago. Por toda a parte, no horizonte,*

*as manchas pesadas e pardacentas das ilhas produzem tal sensação. Com a fossa da Hirondelle, uma imensa vastidão líquida separa a Terceira de São Miguel, ilha donde se avista, com certa frequência, a de Santa Maria, que fica relativamente perto. Mas a separação é mais radical entre o Grupo Central e o Ocidental. Muito juntas uma da outra, as duas ilhas (Flores e Corvo) deste encontram-se tão claramente arredadas das restantes que se torna compreensível que, a princípio, tivessem sido consideradas à parte”* (Medeiros, 1987). E é assim que surge, nos livros de História, a designação para o Grupo Ocidental de, o “Outro Arquipélago”.

## **A– A Ilha das Flores**

Assinalada pela primeira vez em 1452 por Diogo de Teive e João de Teive (seu filho), a Ilha das Flores apenas foi povoada a partir das primeiras décadas do século XVI, já em pleno reinado de D. Manuel I. Situada no Grupo Ocidental do arquipélago dos Açores, é a maior das ilhas que compõem aquele Grupo (Macedo, 1981).

Inicialmente denominada Ilha de São Tomás ou de Santa Iria, em breve o seu nome seria mudado para Flores, devido à abundância de flores amarelas (cubres) que revestiam toda a ilha (Lima, 2007). Também inicialmente denominada ilha *Conilgli* (ilha dos Coelho), juntamente com a ilha do Corvo, foram as últimas a serem descobertas, estando ainda desabitadas em 1507, apesar da presença do seu Capitão desde 1452, e, “*ou porque a terra era fraca, ou pelo grau de distância a que estão das demais ilhas do Arquipélago, a colonização aqui fez-se tardiamente e com pessoal proveniente daquelas*” (Chagas, 1989).

Macedo (1981) comenta, que Guilherme Van der Haegen (Guilherme da Silveira), saindo do Topo, ilha de S. Jorge e em viagem para Portugal, tratou com D. Maria de Vilhena, capitã da ilha das Flores, da sua colonização. Após esta viagem ele, e parte da sua família, embarcaram para as Flores estabelecendo-se em Santa Cruz, onde viveram aproximadamente dez anos, dando assim começo à colonização. Mas porque a terra não correspondia às suas expectativas e também devido à sua distância, a abandonou voltando novamente ao Topo (Chagas, 1989; Frutuoso, 2005).

Com a sua saída, ficou esta ilha abandonada até 1528, altura em que o Capitão Pedro da Fonseca lançou as bases seguras da sua colonização, o qual, juntamente com outros colonos, mandou erguer a Ermida em invocação do apóstolo S. Pedro, que durante muitos anos serviu de paróquia (RRIJ, 2007).

Ao invés, também, daquilo que décadas antes fizera Guilherme da Silveira, tudo indica que os homens e as mulheres levados para as Flores por João da Fonseca se tenham dispersado, por vários núcleos, ao longo da costa da ilha, com cada família ou grupos afins ocupando a dada que lhes coubera na distribuição de terras. Ainda hoje, de resto, a própria toponímia parece sustentar a tese de uma ocupação dispersa da ilha, pois são várias as fajãs – de Lopo Vaz, de Pedro Vieira, dos Valadões – e os ilhéus – de Álvaro Rodrigues, de Maria Vaz – que perpetuam o nome de alguns dos primeiros colonos ou dos filhos desses (Gomes, 2006).

E se bem que, já em finais de Quinhentos, Gaspar Frutuoso ainda só refira a constituição de três paróquias (Lajes, Santa Cruz e Ponta Delgada), por sinal bem afastadas umas das outras, também é certo que já situa algumas famílias nos Cedros, nas Fajãs e no Lajedo, o que mostra que, a par dos principais e mais antigos povoados, pequenos núcleos haviam, desde cedo, coberto gradualmente toda a ilha, dando assim origem às futuras paróquias (Gomes, 2006). No século XVI recebem o foral de vila as povoações de Lajes e Santa Cruz (GRA, 2007).

Afastada das restantes ilhas do arquipélago, com poucos produtos para exportar, a ilha das Flores vive séculos de quase isolamento, interrompido pelas raras visitas das autoridades régias, de barcos de comércio do Faial e Terceira que vinham buscar azeite de cachalote, mel, madeira de cedro, manteiga, limões e laranjas, carnes fumadas e, em troca, deixavam panos de lã e linho e outros artigos e de navios que ali faziam aguada e compravam víveres. Este isolamento não evita que em 1587, seja atacada por uma esquadra inglesa que saqueia a ilha e que outros navios corsários e piratas, um dos quais, conta a tradição se refugiou na gruta dos Enxaréus, a ataquem e pilhem (GRA, 2007).

Esta última fonte menciona também que os navios baleeiros americanos, que frequentam os Açores desde meados do século XVIII até finais do século XIX, caçam o cachalote nas suas águas e recrutam, entre a população, marinheiros e arpoadores. Muitos deles tornam-se capitães de veleiros merecendo destaque o "Wanderer" que, tendo navegado até 1924, foi considerado o mais belo baleeiro americano. A beneficiação das instalações portuárias, um aeroporto e a presença de uma estação francesa de telemedida são acontecimentos recentes (GRA, 2007).

A Cooperativa Eléctrica Hidráulica de Santa Cruz das Flores, fundada em 1939, colheu os seus esforços apenas no dia de Natal de 1948, quando foi inaugurada a primitiva iluminação eléctrica da vila (Bragalia, 1999).

Em simultâneo com o último grande êxodo rumo à América e ao Canadá, nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX, o Estado Português tomou a decisão de acolher os *Franceses* nas Flores, como estratégia de desenvolvimento da ilha. Em 1966, as contrapartidas para a cessão da base, ao abrigo do Acordo Luso-Francês, levaram ao acabamento da Central Hidroelétrica, à beneficiação da população florentina com a construção da estrada Cedros/Ponta Delgada (povoação mais isolada da ilha), à aterragem do primeiro avião em 1968 e ao novo hospital em 1969, sem falar nas ligações telefónicas com o Faial e na construção de escolas e edifícios públicos (Bragalia, 1999).

### **1.1.3 – Caracterização Geomorfológica**

#### **1.1.3.1 – Geologia**

Os Açores são de origem vulcânica sem qualquer parte da crosta continental. Na região dos Açores as placas, asiática, americana e europeia chocam entre si o que causa distúrbios tectónicos constantes. O magma teria ascendido até a parte superior da crosta e teria escapado formando vulcões. Actualmente são 12 os que se encontram activos, sendo 5 deles submarinos (Schäfer, 2002).

Exames às rochas e fósseis revelam importantes diferenças na idade entre as ilhas do Arquipélago. Enquanto a Ilha mais Oriental (Santa Maria) terá se desenvolvido provavelmente no Mioceno, há cerca de 5 a 14 milhões de anos. A parte Nordeste de São Miguel possui cerca de 4 milhões de anos, apesar das partes mais a ocidente parecerem indicar existir apenas há menos de 2 milhões de anos. No Grupo Central, a Terceira terá provavelmente 3,5 milhões de anos, muito mais velha do que São Jorge, Faial, Pico ou Graciosa. Estas últimas ilhas teriam sido formadas por lavas expelidas há cerca de 750 000 anos. Com os seus 40 000 anos, o Pico, a mais alta montanha de Portugal é a ilha mais jovem do grupo. Os Açores são muito mais recentes do que a maioria das outras ilhas atlânticas: o Grupo da Madeira deve ter cerca de 60 a 70 milhões de anos, as Canárias entre 3 a 25 milhões de anos (Schäfer, 2002).

Ainda segundo este autor, as rochas dos Açores pertencem aos três maiores grupos: basalto, andesito e traquito. Todas as três são vulcânicas e semelhantes na sua constituição química. Análises demonstram que os seus principais componentes são  $\text{SiO}_2$ ,  $\text{Al}_2\text{O}_3$  e óxidos de ferro.

Com uma idade superior a 2 milhões de anos, o registo geológico da ilha das Flores consta de uma sucessão de produtos vulcânicos e depósitos sedimentares resultantes de episódios de transgressão e regressão do nível das águas do mar, organizados, em duas unidades geológicas, da mais antiga para a mais recente (Azevedo & Ferreira, 1996; Azevedo, 1999; Borges, 2003):

- Complexo de Base – onde se incluem todas as formações e estruturas vulcânicas resultantes da actividade vulcânica submarina e emergente.
- Complexo Superior – constituído por todas as formações e estruturas vulcânicas geradas em ambiente sub aéreo.

Ferreira (2008) conclui que a ilha das Flores é uma das mais antigas dos Açores, de forma que nela as estruturas vulcânicas primitivas se encontram muito destruídas pela erosão.

### **1.1.3.2 – Relevo e morfologia**

A formação dos Açores está relacionada com a evolução geodinâmica do Atlântico Norte. O arquipélago posiciona-se na região onde contactam as placas litosféricas americana, euro-asiática e africana. As ilhas emergem de uma vasta plataforma triangular, com cerca de 5,8 milhões de km<sup>2</sup> (Ridley *et al.*, 1974).

As ilhas dos Açores exibem aspectos geomorfológicos muito diversificados, consoante os tipos de erupções que estiveram na sua origem, a idade e consequente estado mais ou menos avançado dos processos de erosão (DREPA, 1988). O vulcanismo e a tectónica regional e local explicam a disposição e o alinhamento dos edifícios insulares; as formas de relevo reflectem os estilos eruptivos (efusivos e explosivos), a dinâmica evolutiva e a actuação dos agentes erosivos. Os níveis de alteração dependem da natureza dos materiais, da topografia das vertentes e das condições climáticas (Nunes, 1998).

A paisagem dos Açores é caracterizada, em traços gerais, por uma orografia vigorosa e movimentada, onde a elevada altitude está associada ao acidentado do relevo. As ilhas emergem bruscamente do oceano, apresentando grande desenvolvimento vertical. O interior montanhoso encontra-se sulcado por profundas ravinas, que rasgam as encostas até ao nível do mar. As áreas planas são pouco desenvolvidas, sem grande representação no território insular. Os casos a destacar ocorrem em Santa Maria (sector Oeste), São Miguel (região de Ponta Delgada e *Graben* da Ribeira Grande) e Terceira (*Graben* da Praia da Vitória). As regiões planálticas têm alguma importância nas Flores (Planalto Central), Pico (Planalto da



Achada) e na metade Oeste de São Miguel (Planalto dos Graminhais e Achada das Furnas) (UAA/DB/SG, 2003a).

Esta última fonte acrescenta ainda que, a altitude máxima das ilhas é bastante variável, oscilando entre 402 m na Graciosa e 2 351 m na montanha do Pico, ponto mais alto de Portugal. A ilha do Pico constitui a ilha mais excêntrica em termos altimétricos com 16% da sua área acima dos 800m.



**Figura 6 – Vista para o Vale das Lajes, Ilha das Flores, 2008.**

O contorno da ilha é constituído por arribas altas, por vezes cortadas por vales muito profundos, pelo que a abordagem pelo litoral causa uma forte impressão de ambiente montanhoso (Ferreira, 2008).

De um modo global a ilha das Flores caracteriza-se por evidenciar altitudes relativamente baixas, sendo que a maior percentagem da sua superfície encontra-se a cotas que vão dos 300 a 800 metros (66,4%), 32,5% da sua superfície a cotas inferiores e apenas 1,1% a cotas superiores, de que é exemplo o Morro Alto, com a cota máxima de 915 m (DREPA, 1988). Do ponto de vista geomorfológico, individualizam-se duas zonas com características distintas: (1) o Maciço Central, abrangendo a região mais alta da ilha, limitada grosso modo entre a curva de nível dos 500 m e a cota de 915 m, e as zonas periféricas

adjacentes e (2) a Orla Periférica, que inclui as zonas de escarpa costeira e arribas fósseis e as plataformas de sopé adjacentes. Outra estrutura geomorfológica que marca a topografia da ilha é um amplo vale com direcção aproximada ESE-WNW, designado vale das Lajes ou da Boca da Baleia (Azevedo & Ferreira, 1996; Azevedo, 1999; Borges, 2003).

Estes autores referem igualmente que, do nível do mar até à cota dos 300 m é possível distinguir vestígios de diversos terraços de abrasão marinha e níveis de deposição marinha.

No que se refere à orla costeira a ilha é caracterizada por um litoral predominantemente alcantilado com arribas altas que chegam a atingir mais de 500 m de altura na costa oeste (Rocha do Risco) e mais de 260 m na costa leste (Cedros). São poucos os locais da ilha onde a costa é baixa. Apenas algumas zonas da costa de Santa Cruz das Flores, Fajãzinha, Fajã Grande e algumas fajãs de menor dimensão se constituem como excepções. A ocorrência de litorais de acumulação arenosos é pontual e efémera (Azevedo & Ferreira, 1996; Azevedo, 1999; Borges, 2003).



**Figura 7 – Vista para a Vila das Lajes, onde se vê a diferença de altitudes do interior para o litoral, Ilha das Flores, 2008.**

## **1.1.4 – Caracterização Edafo-Climática**

### **1.1.4.1 – Caracterização Edáfica**

É com os trabalhos de Ricardo *et al.* (1977; 1978 e 1979) na ilha de S. Miguel, que os estudos dos solos do Arquipélago dos Açores tiveram o seu início nos anos setenta, seguidos de Madeira (1981) na ilha de S. Maria e de Medina & Grilo (1981) na ilha Graciosa, prolongando-se posteriormente na ilha Terceira com Pinheiro (1990). Têm sido também realizados reconhecimentos pontuais em outras ilhas do Arquipélago mas cujos dados não foram até à data objecto de publicação (Pinheiro *et al.*, 1991).

A informação disponível permite contudo antever que a maior parte dos solos do Arquipélago, originários de materiais vulcânicos modernos e evoluindo sob condições de clima atlântico temperado e húmido, cumprem os critérios que permitem classificá-los em diferentes subgrupos dos *Dystrandepts* (Soil Survey Staff, 1975) apresentando ainda *propriedades ândicas* que os enquadram na Ordem dos *Andisols* de acordo com as propostas do grupo ICOMAND (Leamy, 1988), repartindo-se maioritariamente pelos grandes grupos dos *Hapludands*, *Placudands* e *Udivitrands* (Pinheiro *et al.*, 1991).

Ligada à alteração do material rico em vidro e à síntese de alofana e imogolite, a génese dos Andossolos pode ainda ocorrer a formação de complexos organo-minerais. O desenvolvimento e a estabilidade da fase alofânica típica estão grandemente dependentes das condições pedoclimáticas, mas a natureza dos constituintes coloidais tende a modificar-se à medida que o processo de meteorização progride no tempo, observando-se por vezes a evolução dos produtos alofânicos para formas cristalinas, mormente as haloisíticas, acompanhada do desaparecimento progressivo das características pedológicas definidas como *propriedades ândicas*. Os estudos até agora realizados têm mostrado que a sua distribuição na paisagem está estreitamente relacionada com a zonalidade climática altitudinal (Pinheiro *et al.*, 1991).

No caso da ilha Terceira foi considerada a existência de três níveis segundo Pinheiro (1990). No nível intermédio, caracterizado por condições de humidade permanente mas com boa drenagem, predominam os solos cujas propriedades ândicas se apresentam melhor desenvolvidas, nomeadamente os *Hapludands*. No nível inferior, em que as condições climáticas são marcadas por um período de relativa seca durante os meses estivais, os Andossolos apresentam por vezes uma tendência êutrica e alternam com solos cujas propriedades ândicas são pouco marcadas, ou mesmo se perderam completamente, sobretudo

em áreas de maior antiguidade geológica. No nível superior, o clima hiper-húmido favorece a formação e acumulação de um húmus ácido que dá lugar a um horizonte orgânico espesso o qual, através de processos de oxidação-redução, provoca a segregação de ferro que se acumula em delgadas camadas do perfil formando horizontes de tipo *placic* que definem os *Placudands*. Os *Udivitrands* desenvolvem-se sobre os materiais de projecção mais modernos, podendo ocorrer em qualquer dos níveis climáticos (Pinheiro *et al.*, 1991).

Este (s) autor (es), refere (m) que, dos estudos de campo e dados analíticos obtidos para a ilha de Flores ainda não publicados, é possível concluir que a tipologia dos solos predominantes nesta ilha se enquadra na categoria dos *Hapludands*, havendo também representações de outros Grandes-grupos nas áreas de maior altitude, nomeadamente *Placudands* e *Aquands*.

#### **1.1.4.2 – Caracterização Climática**

O clima dos Açores depende da posição do arquipélago no contexto da circulação atmosférica e oceânica do Atlântico Norte. A Região situa-se na zona de transição entre as massas de ar quentes e húmidas com origem subtropical e as massas de ar com características mais frescas e secas de proveniência subpolar. A latitude das ilhas é demasiado elevada para permitir a acção directa da circulação tropical, mas não o suficiente para receber as influências imediatas das correntes polares. Devido à situação mais setentrional dos Açores, o seu clima difere dos restantes arquipélagos da Macaronésia, pelo carácter mais oceânico, temperaturas amenas e maior pluviosidade (Cunha, 1999).

As condições climáticas dominantes resultam, pois, dos gradientes de pressão que condicionam esta faixa oceânica, ou seja, das perturbações das baixas subpolares e da evolução da cintura de altas pressões subtropicais. Das células anticiclónicas salienta-se o Anticiclone dos Açores: a sua posição, intensidade, orientação e desenvolvimento, condicionam a variação sazonal do clima insular (Bettencourt, 1979; Azevedo, 1996a). No Verão, a sua deslocação para Norte, afasta a Frente Polar para latitudes mais elevadas, enquanto no Inverno, a sua localização a Sul do arquipélago faz descer a Frente Polar, sujeitando as ilhas à instabilidade das correntes de Oeste, com a passagem de ondulações frontais. A regularidade térmica e a elevada humidade que caracteriza o clima dos Açores, podem ser explicados pelo efeito moderador da massa oceânica envolvente (UAA/DB/SG, 2003a).

Com base nos valores normais do clima dos Açores retiram-se as seguintes apreciações genéricas (UAA/DB/SG, 2003a):

- Temperatura: a temperatura média anual varia regularmente, oscilando entre 16,8°C em Angra do Heroísmo e 17,7°C em Santa Cruz das Flores. A amplitude térmica anual é pouco acentuada, não ultrapassando 10°C. No mês de Agosto registam-se as temperaturas médias mais altas (22,1°C) e os valores mais baixos em Fevereiro (13,7°C). No período de Inverno, a temperatura média permanece nos 14°C e no Verão aproxima-se de 23°C. Os valores mínimos médios não descem abaixo de 10°C, enquanto os máximos ficam aquém de 26°C;
- Precipitação: regista-se um quantitativo desigual da pluviosidade entre os extremos do arquipélago, com o aumento da precipitação de Oriente para Ocidente. A precipitação média oscila entre os 748 mm em Santa Maria/Aeroporto e 1 479 mm em Santa Cruz das Flores (em Ferreira – 2008 – os valores de precipitação média vão até aos 1716 mm por ano). O semestre mais chuvoso estende-se de Outubro a Março, concentrando cerca de 75% do quantitativo anual. Os valores mais elevados de precipitação são registados no Inverno (Dezembro, Janeiro e Fevereiro), enquanto que os meses de Verão são os menos húmidos do ano (Julho, Agosto e Setembro);
- Humidade: a humidade relativa do ar é sempre muito elevada, com médias anuais compreendidas entre 76% em Santa Maria/Aeroporto e 80% em Ponta Delgada. Os valores médios são mais baixos no Verão (70 a 75%) e mais elevados durante o Inverno, sempre acima de 80%. Schäfer (2002) complementa que a humidade do ar normalmente é elevada e excede os 95% em mais de 50 dias por ano, particularmente em Março, Junho e Dezembro;
- Vento: os ventos dos quadrantes Sul e Sudoeste são dominantes nos Grupos Ocidental e Central, enquanto que no Oriental predominam os de Norte e Nordeste (Bettencourt, 1979). A velocidade média varia entre 23,4 km/h em Santa Maria/Aeroporto e 11,0 km/h em Ponta Delgada.

É relativamente comum a visita de tempestades tropicais a estas ilhas, incluindo algumas com intensidade suficiente para serem consideradas ciclones, dos quais temos exemplo os *Emmis* e o *Frances* que passaram pelos Grupos Central e Oriental em 1976 e que

levaram à interrupção dos tráfegos marítimo e aéreo pela tempestade por eles causada (Ferreira, 2008).

Em todo o Arquipélago as chuvas decrescem de Oeste para Leste, atingindo os níveis mais elevados nas Ilhas das Flores e no Corvo, os níveis menos elevados registam-se em São Miguel e Santa Maria. Inversamente proporcional é a insolação que decresce no mesmo sentido (de Oeste para Leste), registando-se maior número de horas de sol em Santa Maria e menor número na Ilha das Flores (Schäfer, 2002).

Este último autor refere que a nebulosidade é mais frequente do que em qualquer outra região da Macaronésia, sendo o nevoeiro igualmente um fenómeno comum. A precipitação adicional proveniente do nevoeiro é muito difícil de medir mas é certamente importante para muitos tipos de vegetação.

A influência dos Ventos Alísios de Nordeste é mais importante nas ilhas mais a Leste do Arquipélago, Santa Maria e São Miguel, embora ventos de Norte, Nordeste e Sudeste prevaleçam nos restantes grupos (Central e Ocidental). Os ventos de Leste são raros em todas as ilhas (Schäfer, 2002).

Em síntese, o clima dos Açores é do tipo mesotérmico húmido com características oceânicas. Em comparação com outras regiões situadas às mesmas latitudes, as temperaturas são mais amenas, com amplitudes térmicas atenuadas, grande pluviosidade e elevados teores de humidade, ventos persistentes e reduzida insolação. Pela classificação de Thornthwaite, o clima é super-húmido no interior das ilhas (tipo A) e húmido nas encostas litorais (tipos B1 a B4) (UAA/DB/SG, 2003a).

### **1.1.5 – Hidrografia**

O clima proporciona uma abundância relativa de água. No entanto, esta não se traduz em igual disponibilidade efectiva para alguns usos (ex.: abastecimento). De facto, os solos onde faltam substratos argilosos, fracturados pela actividade tectónica, apresentam grande permeabilidade. Por outro lado, a rede hidrográfica estruturada num grande número de ribeiras, maioritariamente de regime torrencial, potencia o escoamento superficial (UAA/DB/SG, 2003a).



## **1.1.6 – Caracterização da Biodiversidade Florística**

### **1.1.6.1 – Caracterização da Flora Açoriana**

Os Açores enquadram-se na Macaronésia (Açores, Madeira, Selvagens, Canárias, Cabo Verde e Costa de Marrocos) sendo que, graças à sua posição geográfica e bioclimática, constituem o extremo noroeste, mais fresco e mais húmido daquela região, isto é, com características atlânticas mais vincadas (SRAF, 2007a).

Esta última fonte refere ainda que a vegetação existente no arquipélago dos Açores aquando da sua descoberta era exclusivamente constituída por uma flora espontânea, em que predominava a faia (*Myrica Faya* Ait.), o cedro (*Juniperus brevifolia* Hochst.), o loureiro (*Laurus azorica* Senb.), o teixo (*Taxus baccata* L.) e a urze (*Erica azorica* Hochst.).



**Figura 8 – *Erica azorica* Hochst. ex Seub., Ilha das Flores, 2008.**

Às espécies endémicas do arquipélago, outras se juntaram durante os cinco séculos de povoamento. O povoamento e as necessidades alimentares crescentes provocaram um recuo progressivo de vegetação espontânea a favor das plantas cultivadas (SRAF, 2007a; Ferreira, 2008).

Segundo Silva *et al.* (2000), existem nos Açores cerca de 996 plantas vasculares, das quais 66 são endémicas, outras foram introduzidas para fins ornamentais ou por motivos de exploração económica. Muitas espécies endémicas são relíquias da flora da época Miocénica que cobria parte da Europa e América do Norte, antes das últimas glaciações quaternárias, e

que hoje apenas subsistem nos arquipélagos macaronésicos (Maciel *et al.*, 2000; Sjögren, 2000). As comunidades das ilhas oceânicas, protegidas pelo efeito do mar, evoluíram isoladamente, diferenciando-se em relação aos territórios continentais, com favorecimento de endemismos (Le Grand, 1984).

Quase 70% das espécies existentes no arquipélago foram introduzidas por acção humana. Dadas as características de algumas e, em particular, as características edafo-climáticas que encontraram no arquipélago, algumas destas espécies adquiriram carácter invasor, o que compromete os ecossistemas naturais preexistentes. Cerca de metade das plantas indígenas encontra-se ameaçada, pelo que foi criado o Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasora em Áreas Sensíveis, em aplicação até 2008. Actualmente, vegetação espontânea subsiste nas encostas menos acessíveis, em grotas profundas ou em correntes de lavas recentes sem grande aptidão agrícola (SRAF, 2007a).

Quando os primeiros colonos chegaram aos Açores, as ilhas estavam completamente cobertas por uma floresta variada. Séculos de derruba da floresta e de corte indiscriminado de espécies florestais de madeira preciosa, resultaram num considerável declínio das florestas açorianas em quantidade e qualidade e promoveram a extinção de espécies como *Taxus baccata* ou *Prunus lusitanica* ssp. *azorica* na maioria das ilhas. Actualmente, a vegetação indígena pode ser encontrada apenas em locais inacessíveis, em crateras e falésias junto à costa e em encostas das montanhas (Schäfer, 2002).

A fonte UAA/DB/SG (2003a), está de acordo com Schäfer (2002) quando afirma que apesar do interesse natural, os endemismos arbóreos e arbustivos se encontram em declínio acentuado, em virtude do incremento das actividades humanas nas partes mais inacessíveis das ilhas. As florestas naturais não perturbadas são hoje raras e encontram-se confinadas a pequenas áreas do interior montanhoso (ex. Floresta endémica de Laurissilva).

A vegetação costeira é principalmente determinada pelo substrato. Este é maioritariamente constituído por falésias andesíticas, rochosas e por rochas basálticas e de ângulo afiado. A espécie dominante nestes locais é a *Festuca petraea*. As praias costeiras estão restritas a muito poucas localidades nas ilhas. Sendo



**Figura 9 – *Festuca jubata* Lowe, Ilha das Flores, 2008.**



poucas, são extensamente usadas para a extracção de areias e para utilização por turistas o que promove a quase total extinção da vegetação natural nesses locais (Schäfer, 2002).

Florestas costeiras, dominadas por *Myrica faya* e *Picconia azorica* foram provavelmente muito comuns no passado. Contudo, a maioria delas foi cortada ou invadida por espécies exóticas, particularmente a árvore australiana *Pittosporum undulatum*. As pastagens naturais são dominadas por espécies das seguintes gramíneas: *Holcus rigidus*, *Festuca jubata* ou *Deschampsia foliosa*. Estas existem apenas nas zonas mais altas das ilhas, usualmente acima dos 700 m, e no interior de crateras vulcânicas. Estas comunidades são muito ricas em espécies, contudo, actualmente graças ao pastoreio animal, áreas bem desenvolvidas são raras e apenas são encontradas em ravinas íngremes (Schäfer, 2002).

Este último autor refere que, como consequência da sua elevada precipitação os Açores são a única região da Macaronésia, onde se encontram pântanos turfosos, especialmente na Ilha das Flores. A vegetação de terras pantanosas é mais comum, mas muitas vezes encontra-se invadida por espécies americanas de *Hypericum* e também usadas para a plantação de *Cryptomeria*. As florestas indígenas de lauráceas e de cupressáceas foram seriamente afectadas por influência humana, por causa da elevada procura da maioria das espécies arbóreas. Devido ao seu corte para uso como pastagem, apenas pequenas áreas de comunidades florestais de lauráceas e cupressáceas bem desenvolvidas subsistem.

O património natural dos Açores é muito rico e variado, não obstante o seu conhecimento, conservação e gestão se ter desenvolvido apenas nos últimos 30 anos. A primeira área protegida foi estabelecida em 1972 e, de então para cá, prosseguiu-se um importante trabalho de delimitação de áreas com objectivos de salvaguarda da biodiversidade, dos ecossistemas insulares e da paisagem, destacando-se as reservas naturais, os monumentos naturais, as paisagens protegidas e a Rede Natura 2000 (SRAF, 2007a).

#### **1.1.6.2 – Caracterização da Flora Florentina**

No caso concreto da Ilha das Flores a flora é predominantemente constituída pela *Laurissilva macaronesica*, húmida e hiper húmida, correspondente a relíquias da vegetação que ocupava o Sul da Europa e Norte de África antes da última glaciação. As Flores possuem 37 espécies vasculares endémicas (sexto lugar na escala das nove ilhas) e 320 espécies vasculares indígenas, sendo uma das ilhas com menor diversidade florística de espécies vasculares. Contudo, é imprescindível referir os núcleos de *Laurissilva* ainda existentes nas

zonas superiores da Ilha, nomeadamente o maior povoamento da endémica azórica cedro-domato ou zimbro (*Juniperus brevifolia*) existente nos Açores, o que só por si constitui um valioso património natural (SRAM, 2005).



**Figura 10 – População de cedros (*Juniperus brevifolia* Hochst.), Ilha das Flores, 2007.**

### **1.1.7 – A Agricultura como Sucessora da Vegetação Natural e Base da Economia Açoriana**

A Economia Açoriana encontra-se intimamente ligada à Agricultura e esta é indubitavelmente fruto da História do seu povoamento.

Inerente à ocupação humana começa a alteração da paisagem natural. Para que os colonos pudessem cultivar as terras foi necessário desbastar densos arvoredos (que existiam em todas as ilhas do arquipélago na altura do seu descobrimento) os quais proporcionavam matéria-prima para exportação, para produção de esculturas (cedro) e para a construção naval. As queimadas e arroteamentos cedo começaram também, sendo a cultura do trigo a primeira que se praticou em larga escala, com grandes exportações, no século XV para o Reino e praças de África. O cultivo de cereais e a criação de gado foram as actividades predominantes. A produção de pastel e a sua industrialização para exportação (principalmente para a Flandres) destinada a tinturaria também desempenhou um papel relevante na economia do arquipélago. A exploração da urzela, igualmente para tinturaria, atingiu o seu auge precisamente quando a produção de cana-de-açúcar (tentada ainda nessa centúria, mas sem grandes resultados económicos) e de trigo entraram em decadência (UFSC, 2008).

No século XVII, também as matérias-primas tintureiras sofreriam uma recessão, sendo substituídas pelo linho e laranjas, que, por seu lado, registaram um impulso extraordinário. As vinhas de castas europeias multiplicam-se consideravelmente; introduzem-se o inhame e a batata doce; fazem-se as primeiras viradas de terra e as primeiras siderações com tremço; plantam-se os primeiros pinheiros e formam-se as primeiras “quintas”, com a introdução de inúmeras e variadas fruteiras, especialmente citrinos (UFSC, 2008). Da laranja, ainda presente em abundância, pôde-se falar num verdadeiro "ciclo" da sua produção e exportação, protagonizado sobretudo pela Ilha de São Miguel e rumo à Inglaterra, com auge no séc. XIX e hoje concluído. A laranja exportada para Inglaterra, traz a São Miguel uma grande prosperidade, desde o final do séc. XVIII (Ilhas de Bruma, 2007e), registando-se a primeira exportação de laranjas no século XVII (UFSC, 2008). A partir de 1860 surge uma doença que exterminou os laranjais mas, em breve, a capacidade de iniciativa local introduz novas culturas – tabaco, chá, espadana, chicória, beterraba sacarina e ananás que garantem a sobrevivência económica e a que vêm juntar-se, com o decorrer dos anos, indústrias diversas, o incremento da pesca e da pecuária (Ilhas de Bruma, 2007e).

Igualmente Schäfer (2002) menciona a importância da laranja para a exportação nos séculos XVIII e XIX, sendo aquela (exportação) totalmente direccionada para Inglaterra. No final do século XIX, os navios espanhóis, franceses e italianos carregados de laranjas substituíram os frutos açorianos no mercado europeu, e mais uma vez os agricultores das ilhas tiveram de encontrar novas fontes de rendimento.

Ananases, chá, chicória, cânhamo e tabaco, segundo o mesmo autor, foram cultivados em pequena escala, mas nenhum destes produtos, conseguiu alcançar as proporções das culturas da vinha e da laranja anteriormente citadas.

Também no século XVII, foi introduzida a produção de milho, sendo esta significativa para as melhorias alimentares da população e também como apoio à pecuária. Ainda no século XVIII a cultura da batata foi introduzida. A caça à baleia começa no século XVII, intensificam-se as plantações de matas de pinheiros e o cultivo do linho beneficia de novos alentos (UFSC, 2008).

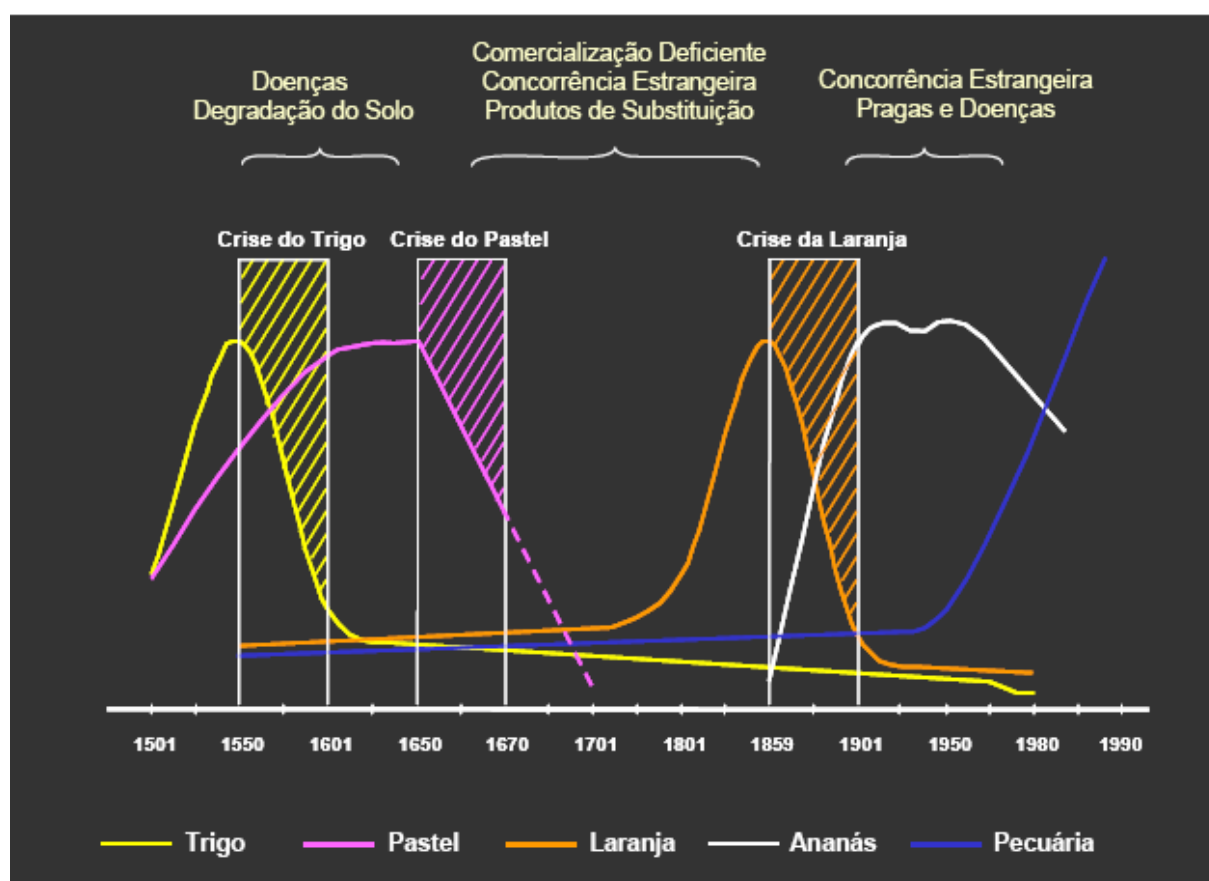
Logo a seguir à colonização, as ilhas eram um dos mais importantes celeiros do Reino de Portugal. Contudo, 100 anos de monoculturas intensivas levaram a uma considerável exploração do solo e subsequentemente a um declínio das colheitas. No século XVII, o milho (*Zea mays*), a batata-doce (*Ipomoea batatas*) e o inhame (*Colocasia esculenta*) foram introduzidos nos Açores, e desde então têm sido usados como substitutos do trigo e como alimento básico, particularmente para a população mais pobre. Depois do século do trigo, o pastel (*Isatis tinctoria*) para tinturaria ganhou uma importância singular. Com a invenção de tintas artificiais contudo, a produção de pastel colapsou (Schäfer, 2002).

Citando o último autor, no século XIX quer no Pico quer no Faial, a produção de vinha tornou-se cada vez mais e mais importante. Ainda nas décadas de 40 e 50 do século XIX, pragas da vinha, como os afídeos das folhas e das raízes, destruíram a maioria das vinhas com *Vitis vinifera*, causando a emigração de muitos agricultores para o Brasil. As novas espécies de videiras foram introduzidas, sendo que estas apresentavam alguma resistência contra os afídeos das folhas. Contudo as vinhas nunca mais alcançaram a mesma abundância e qualidade iniciais e a sua produção começou a diminuir.

Ilhas de Bruma (2007e) menciona no entanto que a vinha está novamente a despertar interesse nos Açores. Encontraram-se antigas e preciosas garrafas de verdejo do Pico no Reino Unido e até na cave dos Czares da Rússia, e ainda hoje as ilhas do Pico, Terceira e Graciosa são aquelas onde a antiga arte da vinificação permanece mais viva (Ilhas de Bruma, 2007e).

No século XIX introduzem-se novas espécies bovinas e começam a melhorar-se as pastagens. Na ilha de S. Miguel, é fundada a Sociedade Promotora da Agricultura; introduzem-se muitas espécies silvícolas de grande rendimento e também as culturas do chá, da espadana, do tabaco e do ananás. O armentio melhora consideravelmente e a indústria dos lacticínios tem o seu começo; industrializa-se a batata doce (fábricas de álcool); registam-se os primeiros ensaios da cultura da beterraba sacarina e observa-se, no final da centúria, grande movimento emigratório para o Brasil, Estados Unidos da América do Norte, Havai, etc. (UFSC, 2008).

Os primeiros 50 anos do século XX caracterizam-se pelas oscilações da cultura do ananás, pelo início do fabrico do açúcar de beterraba, introdução da cultura da chicória, intensificação das culturas cerealíferas, melhoramento do armentio, grande desenvolvimento da indústria dos lacticínios e da pesca, emigração para o estrangeiro, etc. (UFSC, 2008).



**Figura 11 – Ciclos económicos dos Açores.**

Fonte: Adaptado de Oliveira, 1989.

Foi em finais do século XIX que a indústria leiteira começou a tornar-se uma importante parte da agricultura açoriana e hoje, é de longe, a mais importante. O leite e seus derivados, a pecuária, e a carne representam cerca de 64% das exportações açorianas.

Actualmente, aproximadamente 32% de todas as vacas leiteiras de Portugal e 16,6% de todo o gado bovino português vive nos Açores (SREA, 2007).

Reiterando estas últimas alegações UAA/DB/SG (2003a) afirma que, após a segunda guerra mundial desenvolve-se a actividade pecuária com fins industriais, hoje dominante e que suporta a economia regional. O aumento das áreas de pastagens artificiais em detrimento das culturas agrícolas, o crescimento desmedido do efectivo bovino e a ampliação do número de unidades industriais de transformação do leite, conduziram esta actividade a uma monocultura, com todas as consequências inerentes à dependência de um sector produtivo. Nova diversificação da base económica se perspectiva, agora no turismo, aproveitando as potencialidades de uma Região onde a natureza ainda se encontra preservada, comparativamente a outras áreas sujeitas a maiores pressões ambientais.

Esta resenha sublinha a importância que a exportação de bens agrícolas sempre teve na Economia Açoriana. Esta orientação produtiva levou a uma série de exportações coloniais de monoculturas, as quais causaram fomes severas no passado e continua causando problemas ao ambiente e à população dos Açores (Schäfer, 2002).

Em sintonia com este último autor, a história económica dos Açores é assim caracterizada por UAA/DB/SG (2003a), pelo fenómeno designado “monocultura colonial de exportação”. Desde o início do povoamento, os ciclos de especializações agrícolas (cereais, pastel e laranja) sucederam-se entre as crises e perturbações socio-económicas que marcaram os períodos intermédios, resultantes do esgotamento dos solos aráveis e do aparecimento de pragas, entre outras causas de cariz comercial (Figura 11). Os ciclos de exploração marcaram profundamente a paisagem das ilhas e ditaram uma utilização abusiva dos recursos naturais.

## **1.2 – Ambiente Humano**

### **1.2.1 – Dinâmicas Territoriais**

#### **1.2.1.1 – Demografia**

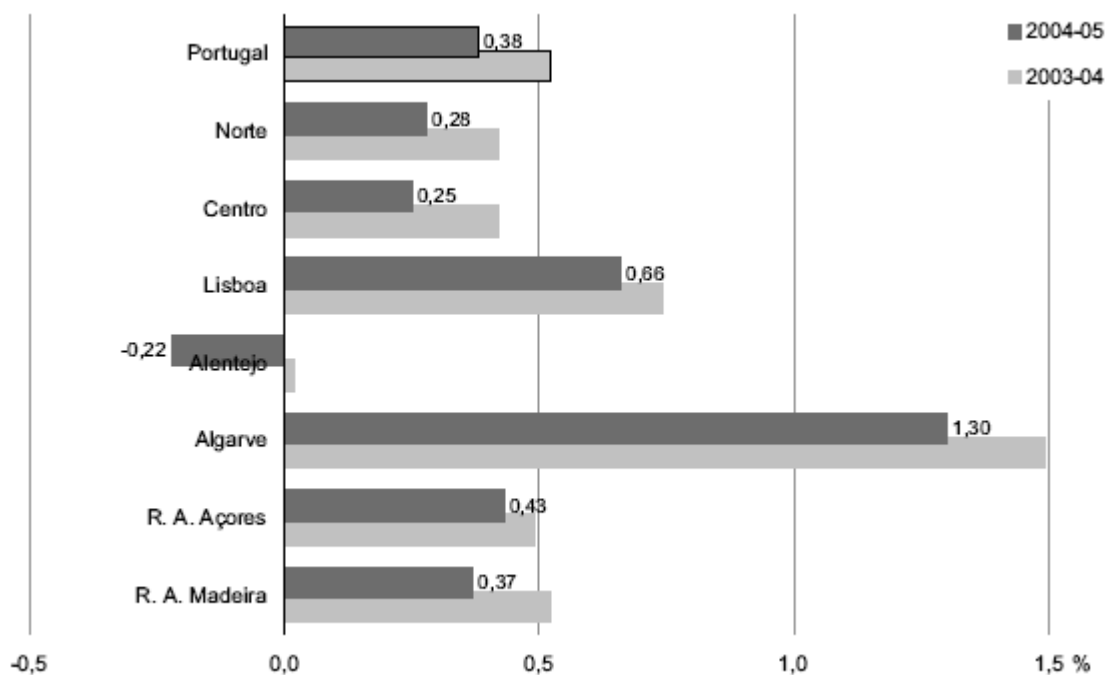
##### **A – Evolução da População**

###### **A.1 – Taxa de crescimento populacional**

A população residente em Portugal estimada para o ano de 2006 com base nos dados de 31 de Dezembro de 2005 acrescidos da informação demográfica (nados vivos e óbitos) referente a 2005 e disponíveis em 11 de Junho de 2006, correspondia à 10 599 095 pessoas o que representa um aumento de 0,28% face ao ano anterior (dados do INE, 2007a). O ritmo de crescimento da população reduziu-se em 2006 em cerca de 0,10 pontos percentuais (p.p.), depois de 2005 ter sido já um ano de desaceleração do crescimento populacional.

Analisando as taxas de variação regionais no gráfico abaixo podemos evidenciar duas regiões a nível nacional. Por um lado o Algarve com o maior crescimento (1,3%), e por outro o Alentejo, única região do país que apresenta decréscimo populacional (Figura 12). A diminuição dos efectivos populacionais nesta região tem sido praticamente uma constante ao longo da última década. De facto, com excepção do período 2003-2004, em que o crescimento populacional foi próximo de zero, o crescimento migratório anual verificado não foi suficiente para compensar os saldos naturais negativos (INE, 2007a).

A distribuição regional da população correspondia a 35% no Norte, cerca de 23% no Centro, 26% em Lisboa e 7,2% no Alentejo. As restantes regiões apresentavam proporções inferiores a 4%. Apesar de ser a Região Norte a deter, em termos relativos, a maior proporção de população residente, a Região de Lisboa apresentava uma densidade populacional de 947 habitantes por km<sup>2</sup>, cerca de cinco vezes superior ao daquela região (INE, 2007a).



**Figura 12 – Taxas de Crescimento Efectivo da População, Portugal e NUTS II, 2003-2004 e 2004-2005**

Fonte: INE, 2007a.

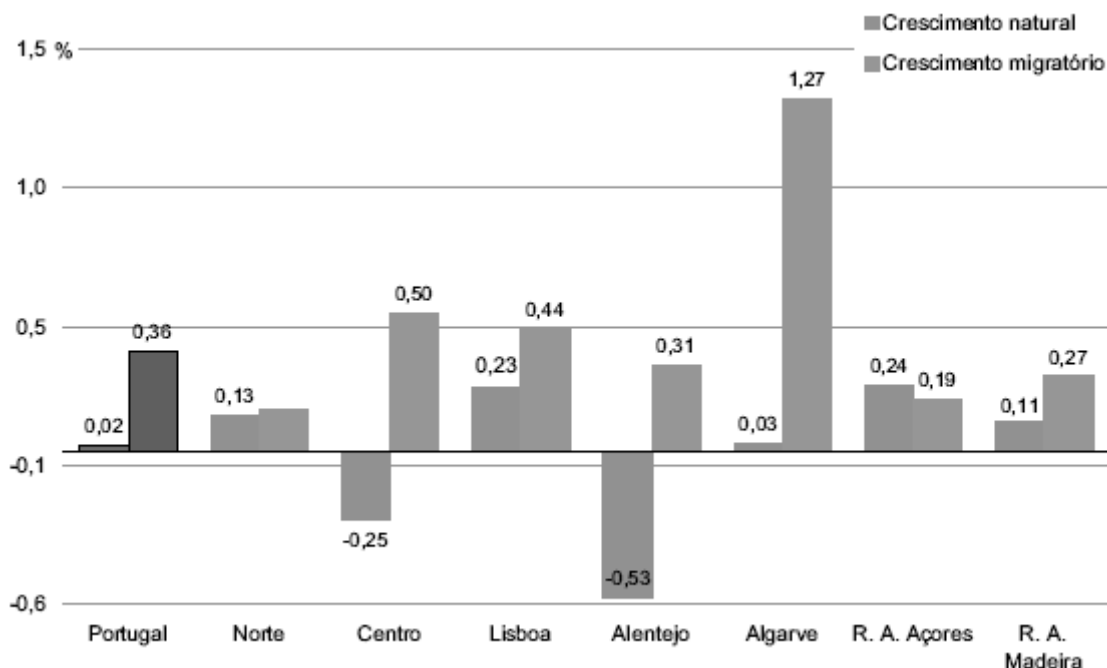
É a decomposição da taxa de crescimento efectivo da população que mostra que o crescimento da população residente em Portugal foi sustentado maioritariamente pela componente migratória, isto é, pelo saldo positivo registado nas migrações internacionais. A Região Autónoma dos Açores (RAA) foi a única região em que os ganhos populacionais na componente natural foram superiores aos da componente migratória. No Alentejo o saldo migratório positivo não foi suficiente para compensar a evolução negativa do saldo natural, o que explica ter sido esta a única região do país a diminuir a sua população efectiva de 2004 para 2005 (INE, 2007a).

Esta última fonte sublinha que, a nível nacional a taxa de crescimento migratório diminuiu pelo terceiro ano consecutivo. Nos últimos 10 anos o saldo migratório atingiu os valores mais elevados no período de 2000 a 2002.

As diferenças mais significativas entre o dinamismo populacional induzido pela componente natural e pela componente migratória registaram-se nas regiões do Algarve, Alentejo e Centro. No primeiro caso o saldo natural foi quase nulo e a dinâmica na componente migratória foi a máxima registada entre todas as regiões; nas outras duas regiões o saldo natural foi negativo pelo que o crescimento dos efectivos populacionais foi exclusivamente resultado da componente migratória. Nas restantes regiões, ambas as



componentes, natural e migratória, contribuíram positivamente para a taxa de variação da população (Figura 13) (INE, 2007a).

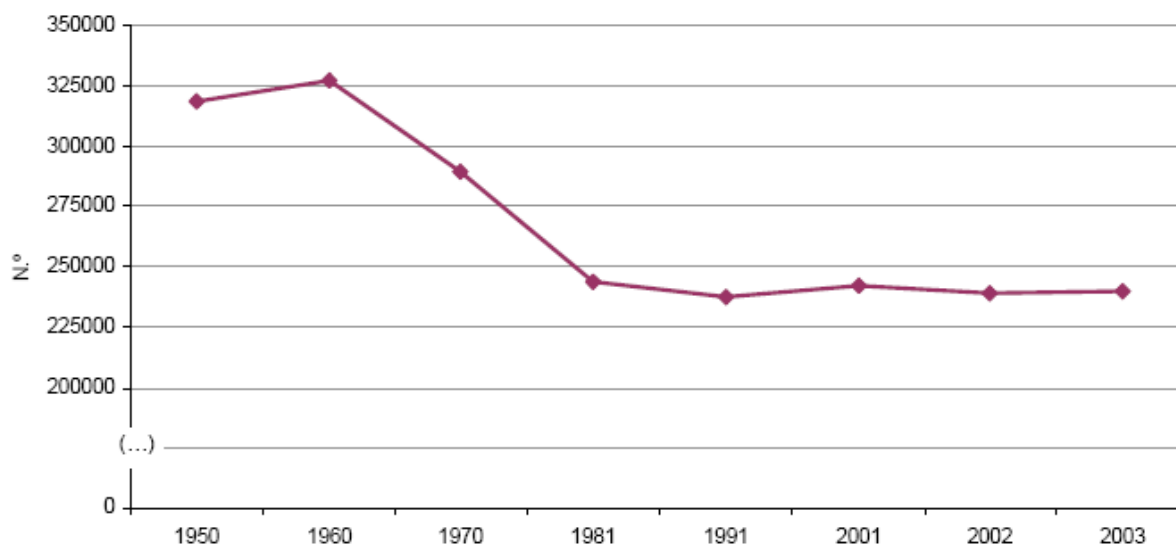


**Figura 13 – Taxas de Crescimento Natural e Migratório da População, Portugal e NUTS II, 2004-2005.**

Fonte: INE, 2007a.

Analisando a evolução da população na RAA verifica-se no período compreendido entre 1950 e 2003, duas fases marcadamente distintas, uma de 1960 a 1981 e outra de 1981 até 2003. Na primeira fase registamos o pico populacional de maior significado que reporta-se a 1960, com 327 446 habitantes, e a partir do qual regista-se um decréscimo progressivo e continuado até 1981. Na segunda fase, verificamos um comportamento linear ao longo das três décadas seguintes. Observa-se um declínio suave até 1991, ano no qual se dá o registo do menor valor de todo o período em análise, correspondente a 237 795 residentes (Figura 1.14). Este decréscimo está directamente associado ao expressivo surto migratório que atingiu as ilhas no decénio compreendido entre meados das décadas de 60 e 70, o qual rondou os 100 mil indivíduos (Santos, 1995).

O abrandamento da emigração na década de 80 levou a uma estabilização da população, verificando-se mesmo um aumento do número de residentes entre 1991 e 2003, comportamento que já não se verificava desde meados do século. No entanto, em 2003 verifica-se um ligeiro decréscimo da população, aproximadamente de 0,7%, em comparação com os registos de 2001 (UAA/DB/SG, 2003b).

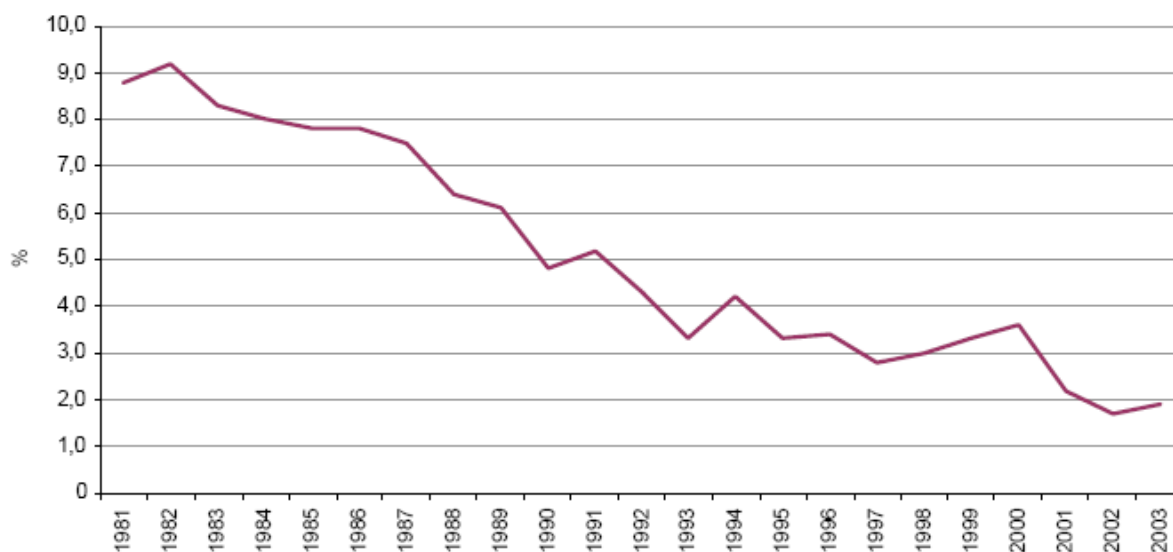


**Figura 14 – Evolução da população residente na RAA (1950-2003)**

Fonte: INE, 1950; INE, 1960; INE, 1970; INE, 1981; INE, 1991; INE, 2001a; SREA, 2004a.

A análise da evolução da taxa de crescimento natural da população, com base nos indicadores demográficos para o período compreendido entre 1981 a 2003, revela um decréscimo acentuado. Contudo, esta tendência não é constante, verificando-se mesmo, em certos anos, uma evolução positiva, nomeadamente em 1991, 1994, 1996, 2000 e 2003 (Figura 15) (UAA/DB/SG, 2003b).

Esta última fonte refere ainda que a taxa de crescimento natural mais elevada registou-se em 1982 (9,2%), embora em 2003 tenha atingido 1,9%, ou seja, mais 0,2% que o menor valor verificado (2002).



**Figura 15 – Evolução da taxa de crescimento natural da população na RAA (1981-2003)**

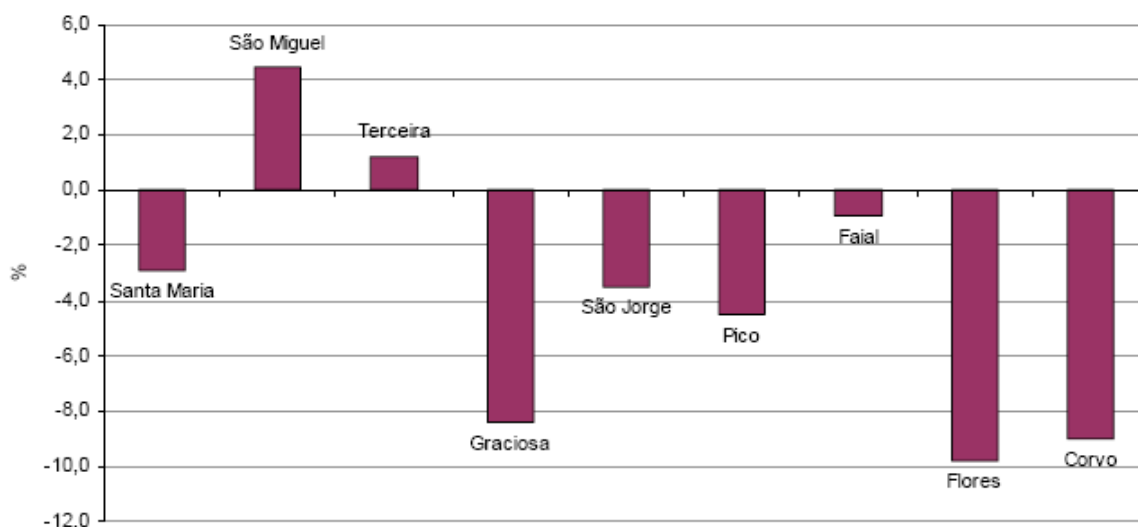
Fonte: SREA, 2004a.

Fazendo uma comparação entre os primeiro e último anos do período em análise (2003-2006) (Quadro 1), conseguimos visualizar algumas diferenças dignas de menção na evolução da taxa de crescimento da população. Assim, e embora, quer em 2003, quer em 2006, o ligeiro aumento populacional observado no arquipélago não se tenha verificado em todas as ilhas, reportando-se exclusivamente aos casos de São Miguel e Terceira (Figura 16 e Quadro 1) em 2003 e a São Miguel, Terceira e Santa Maria (Figura 17 e Quadro 1) em 2006, quando descemos ao nível da realidade vivida em cada ilha, encontramos diferenças significativas para ambos os anos (2003 e 2006).

Desta forma, em São Miguel, e relativamente ao ano de 2003, a taxa de crescimento natural registou os valores mais significativos ao nível concelhio, onde é possível destacar a Ribeira Grande (7,4%), Lagoa (6,6%) e Ponta Delgada (4,5%) (UAA/DB/SG, 2003b). Em 2006, estas povoações registaram respectivamente taxas de crescimento populacional da ordem de 0,64; 0,63 e 0,45%. Ou seja, embora tenham-se mantido na mesma ordem de importância, os valores percentuais registados decresceram substancialmente em expressividade numérica, passando para valores cerca de 10 vezes inferiores.

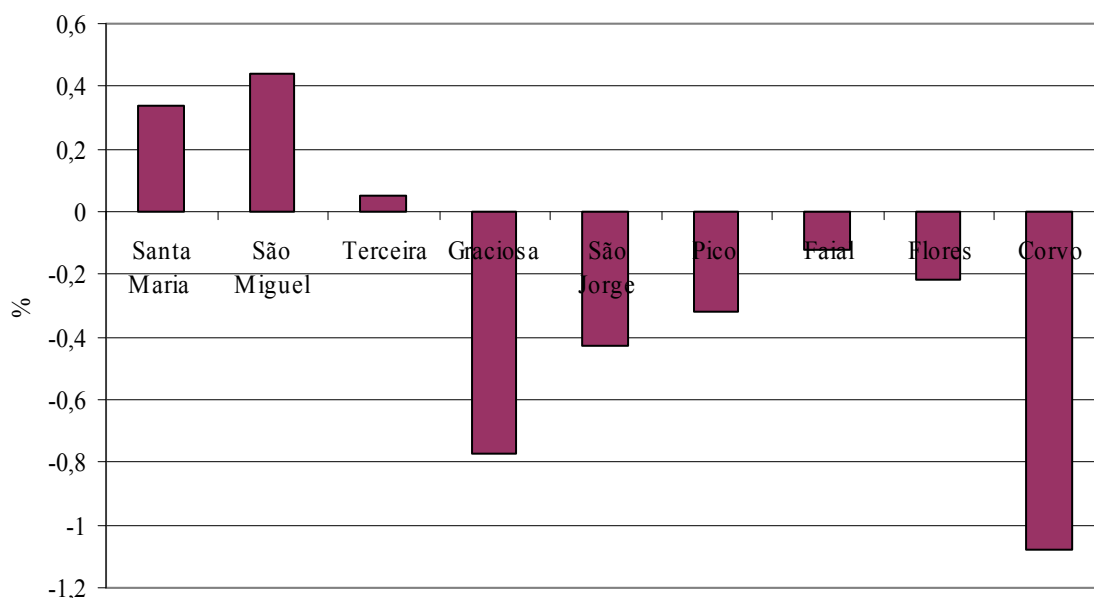
Quanto aos valores mais baixos registados em 2003, verificava-se serem referentes às ilhas das Flores (-9,8%), Corvo (-9%) e Graciosa (-8,4%), onde os concelhos de Santa Cruz das Flores, Vila Nova do Corvo e Santa Cruz da Graciosa foram aqueles que apresentaram resultados negativos mais baixos (-11,7%, -9% e -8,4%, respectivamente) (Quadro 1 e Figura 16).

Em 2006, o quadro mudou, passando a vigorarem os valores inferiores nas ilhas do Corvo (- 1,08%), Graciosa (- 0,77%) e São Jorge (- 0,44%), onde os concelhos de Vila Nova do Corvo, Santa Cruz da Graciosa e Velas foram os que apresentaram os resultados negativos mais baixos (-1,08%, -0,77% e -0,48%). Neste ano a ilha das Flores, embora igualmente com uma taxa de crescimento negativa (-0,22%), apresentou uma subida de 9,58% face a 2003 (ano em que apresentava um valor de -9,8% de taxa de crescimento natural).



**Figura 16 – Taxa de crescimento natural da população na RAA, por ilha (2003).**

Fonte: SREA, 2004a.



**Figura 17 – Taxa de crescimento natural da população na RAA, por ilha (2006).**

Fonte: Baseado em dados do SREA, 2007.

Como podemos observar no quadro 1 e nos gráficos 16 e 17, o acréscimo de população não está distribuído de forma equilibrada pelas diferentes ilhas, havendo variações negativas expressivas nas ilhas da Graciosa, São Jorge e Corvo (Figuras 16 e 17), denotando uma tendência de concentração da população nas ilhas onde se localizam as principais funções administrativas e económicas.

O crescimento tem-se concentrado essencialmente na ilha de São Miguel sendo estimado que a população dos Açores continuará a crescer lentamente nos próximos anos.

**Quadro 1 – Taxa de crescimento natural da população na RAA, por concelho (2004-2006)**

<b>Ilha/Concelho</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
<b>Santa Maria</b>	<b>- 2,9</b>	<b>- 0,02</b>	<b>0,04</b>	<b>0,34</b>
Vila do Porto	- 2,9	- 0,02	0,04	0,34
<b>São Miguel</b>	<b>4,5</b>	<b>0,50</b>	<b>0,56</b>	<b>0,44</b>
Lagoa	6,6	0,70	0,66	0,63
Nordeste	- 4,2	0,17	- 0,19	- 0,27
Ponta Delgada	4,5	0,40	0,55	0,45
Povoação	- 2,1	- 0,12	0,18	- 0,07
Ribeira Grande	7,4	0,95	0,83	0,64
Vila Franca do Campo	2,2	0,18	0,36	0,23
<b>Terceira</b>	<b>1,2</b>	<b>0,08</b>	<b>0,09</b>	<b>0,05</b>
Angra do Heroísmo	1,2	0,11	0,07	0,03
Praia da Vitória	1,3	0,03	0,12	0,10
<b>Graciosa</b>	<b>- 8,4</b>	<b>- 0,94</b>	<b>- 0,69</b>	<b>- 0,77</b>
Santa Cruz da Graciosa	- 8,4	- 0,94	- 0,69	- 0,77
<b>São Jorge</b>	<b>- 3,5</b>	<b>- 0,21</b>	<b>- 0,66</b>	<b>- 0,43</b>
Calheta	1,8	- 0,05	- 0,76	- 0,36
Velas	- 7,2	- 0,32	- 0,59	- 0,48
<b>Pico</b>	<b>- 4,5</b>	<b>- 0,50</b>	<b>- 0,66</b>	<b>- 0,32</b>
Lajes do Pico	- 7,4	- 0,72	- 0,68	- 0,56
Madalena	- 2,9	- 0,32	- 0,69	- 0,16
São Roque do Pico	- 3,3	- 0,49	- 0,56	- 0,29
<b>Faial</b>	<b>- 0,9</b>	<b>0,11</b>	<b>0,01</b>	<b>- 0,12</b>
Horta	- 0,9	0,11	0,01	- 0,12
<b>Flores</b>	<b>- 9,8</b>	<b>- 0,73</b>	<b>- 0,40</b>	<b>- 0,22</b>
Lajes das Flores	- 6,7	- 1,27	- 0,54	-
Santa Cruz das Flores	- 11,7	- 0,40	- 0,32	- 0,36
<b>Corvo</b>	<b>- 9,0</b>	<b>- 1,34</b>	<b>- 0,22</b>	<b>- 1,08</b>
Vila Nova do Corvo	- 9,0	- 1,34	- 0,22	- 1,08
<b>Açores</b>	<b>1,9</b>	<b>0,23</b>	<b>0,24</b>	<b>0,19</b>

Fonte: SREA, 2004a, 2005, 2006, 2007.

## **A.2 – Variação da população por concelho**

No período 1991-2003, a maioria dos concelhos da Região Autónoma dos Açores apresentou uma taxa de variação populacional negativa. Somente seis dos 19 municípios registaram um acréscimo da população residente (Lagoa, Ponta Delgada, Ribeira Grande, Madalena, Horta e Corvo) (UAA/DB/SG, 2003b). Deste conjunto, a maior parcela refere-se à ilha de São Miguel, que em 2003 e 2006 acolheu aproximadamente 55% da população do arquipélago, concentrando os centros urbanos regionais de maior importância (Figuras 16 e 17). Apenas dois dos seus concelhos (Povoação e Nordeste) revelaram um comportamento demográfico negativo em 2006.

A variação da população entre 2003 (dados estimados) e 2001 (dados dos Censos), revela-se negativa na maioria dos concelhos da Região, com excepção dos concelhos de Lagoa e Ribeira Grande, com uma variação positiva superior a 250 habitantes, e nos concelhos de Horta, São Roque do Pico e Corvo com uma menor variação positiva (< 50 habitantes) (UAA/DB/SG, 2003b).

No Recenseamento de 2001 (INE, 2003), o concelho de Santa Cruz das Flores registava 2 493 indivíduos residentes e o das Lajes 1 502, acusando ambos uma diminuição relativamente ao Recenseamento de 1991 (SRAM, 2005).

Em 2006 (SREA, 2007), o concelho de Santa Cruz das Flores registava 2 546 residentes e o das Lajes 1 513, o que demonstra uma evolução positiva no número de residentes face ao recenseamento de 2001.

## **A.3 – Fluxos Migratórios**

Segundo o SREA (2006, 2007) não existem registos directos sobre os fluxos migratórios. Com base nisso a abordagem a este tópico, sobretudo relativo a dados mais recentes, não poderá ser tão aprofundada quanto o desejável. Neste ponto faremos uma retrospectiva histórica do que tem sido esta problemática na ilha das Flores e particularmente no Concelho mais Ocidental da Europa, Lajes das Flores.

### **A.3.1 – Flores: O caso emblemático**

A questão do povoamento desta ilha e o seu abandono surge desde os primórdios da sua descoberta.

Como refere Gomes (2006), entre a descoberta das Flores, feita pelos Teive (pai e filho), provavelmente no Verão de 1452, e o povoamento da ilha, entendido como definitivo, medeiam mais de 50 anos. De facto, a estada na ilha do flamengo Guilherme da Silveira e seus companheiros, por volta de 1480-90, não passou de uma breve e falhada experiência de ocupação. O verdadeiro e efectivo povoamento das Flores só arrancou, pois, por iniciativa do donatário João da Fonseca, logo que lhe foi confirmada, por carta régia de 1 de Março de 1504, a compra que fizera das Flores e do Corvo a D. Maria de Vilhena, viúva de Fernão Teles.

Remontam igualmente a finais do século XVI as mais antigas referências documentais sobre a emigração da ilha das Flores. Estes casos, porventura os primeiros, foram registados por frei Diogo das Chagas, quando refere que Baltazar Coelho, neto de um dos primeiros povoadores da ilha, se fixou no Maranhão, para onde se fora com sua mulher Inês Costa e filhos (Gomes, 2003).

Em meados de setecentos, a coroa portuguesa ordena o estabelecimento de quatro mil casais açorianos na ilha de Santa Catarina, e florentinos (Belo, 1947; Belo, 1950), uma vez mais, engrossam também aquelas levas de colonos, a quem tinham sido prometidas terras, gados, sementes, alfaías e até ajudas de custo. Algumas décadas depois, ali se distinguiria, de resto, Silvestre José dos Passos, filho de um dos que então deixara as Flores, e que fundou São Pedro de Alcântara, a primeira colónia estrangeira no Brasil independente (Cabral, 1948).

Um cronista florentino assegurava que “*o Brasil em 1838 recebeu uma carregação de emigrados desta ilha, seduzidos por homens interesseiros e malvados, estranhos à propriedade e ao solo, para se traficarem com o seu suor*”, adiantando que, “*sem que o Governo provesse a tal respeito, foram os desumanos arteiramente vendê-los como vis escravos aos plantadores dos ardentes climas das Américas*” (Silveira, 1970).

Na segunda metade do século XIX o grosso da emigração florentina muda, porém, de rumo, trocando o Brasil pela América do Norte. E nem a existência de patrulhas aquarteladas em Santa Cruz, Lajes, Ponta Delgada e Fajã Grande, ou a visita, periódica, de uma corveta, que nos mares do distrito chegou a reprimir, a tiro, a emigração clandestina, ou “*pelo alto*”, como era conhecida na ilha, foi suficiente para estancar a debandada (Gomes, 2003).

Em *Moby Dick*, publicado em 1851, Herman Melville observa também que “*um não pequeno número de baleeiros procedia dos Açores*”, onde, frequentemente, as barcas de

---

<sup>2</sup> É disto exemplo a baleeira “Minerva”, perdida nas alturas de Zanzibar em 1883. Dos seus 24 tripulantes, que chegaram a Goa, depois do naufrágio, apenas um era americano, de New Bedford, um outro de Cabo Verde e os restantes 22 dos Açores (*O Fayalense*, 1883).

*Nantucket* lançavam âncora para completar, com entroncados campesinos dessas ilhas rochosas, as suas tripulações”, e, meia dúzia de anos depois, é o próprio governador da Horta quem confessa que “das Flores a emigração para as baleeiras, assim como para os Estados Unidos é, feita clandestinamente, não se podendo dizer que seja em pequena escala” (RGCMR, 1857).

Não é naturalmente, fácil contabilizar este fluxo emigratório deveras invulgar, quer seja pela ausência de estatísticas, quer seja pela impossibilidade de quantificar a emigração clandestina, que foi claramente predominante em determinados momentos. Sabe-se, todavia, que de 1864 a 1920 (datas dos censos que delimitarão sensivelmente a grande força da emigração) a população das Flores decresceu em cerca de 4 mil pessoas. Se a esta expressão numérica aditarmos o que resultou do crescimento natural demográfico nessas seis décadas (anualmente, registar-se-iam na ilha mais de 80 a 90 nascimentos que óbitos), obtém-se, então, qualquer coisa como dez mil emigrantes (Gomes, 2003).

Igualmente a fonte Ilhas de Bruma (2007f) refere que os números mais inquietantes na emigração se verificaram, para todas as ilhas do Arquipélago dos Açores em geral, nas cinco décadas e meia entre 1864 e 1920 (datas dos respectivos censos da população). A Ilha das Flores tornou-se a capital açoriana da emigração clandestina ou pelo alto, sendo a mais próxima da América e a mais difícil de controlar, com uma fiscalização alfandegária completamente inadequada e até - frequentemente - cúmplice das evasões comerciais e pessoais. Procurava-se fugir ao serviço militar e à miséria, e um dos sítios de eleição para rumar ao novo continente era a ponta dos Fenais, na Costa Oeste, onde em 1901 foi abatido um moço da Fajã Grande por um guarda continental. As Flores se tornaram num verdadeiro depósito de escravatura branca, já que os emigrantes clandestinos, todos sem passaporte, estavam sujeitos, do outro lado do mar, a qualquer recepção ou emprego.

Como indaga Gomes (2003) “*O quê terá significado, para as Flores, a emigração oitocentista (e a das primeiras duas décadas do século XX) para os EUA?*”

Em termos económicos, propiciou ela, antes de mais, o início de uma grande revolução, quando, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, começaram a afluir à ilha as “águias” que haveriam de possibilitar as importantes alterações então verificadas na distribuição da propriedade fundiária. Ao tempo, de resto, cotavam-se as terras e os gados, nas Flores, não em réis, ou depois, em escudos republicanos, mas sim em “águias”, como ali eram chamadas as moedas de ouro de vinte dólares (Gomes, 2003).

Gomes (2006) refere que na viragem do século XIX para o XX já eram mais de quinhentos, na ilha, os americanos *in nomine*, muitos deles guindados agora, nesse seu



regresso à “terra-mãe”, à condição de pequenos proprietários, graças às águias amealhadas nas longínquas “Califórnia” de abundância.

Gomes (2003) refere a afirmação feita por Freitas em 1891, na qual fica bem patente o que representava a América para as gentes das Flores: “ ... *É este desleixo oficial que nos leva a considerar-nos uma colónia americana, pelo afecto, pelo convívio, pela hospitalidade que encontramos nos Estados Unidos, donde se tem trazido alguns pecúlios individuais, cuja soma, indirectamente, torna menos angustioso o viver na Ilha das Flores*”.

Não será de estranhar portanto, que o último autor termine nos dizendo que, os açorianos, que quarenta anos atrás haviam estado na primeira linha ao lado de D. Pedro e do liberalismo, não aspiravam então à separação da metrópole pelo mesmo sentimento de nacionalismo que animava tantos outros povos europeus, da Irlanda à Polónia ou à Espanha. As razões eram outras e tinham a ver, antes de mais, com o atraso e o esquecimento a que se achavam votados por Lisboa. Restava-lhes por isso emigrar!

### **A.3.2 – Lajes das Flores: O Concelho mais Ocidental da Europa**

Embora longe dos índices de desertificação humana registados em determinadas freguesias do Alentejo, como o exemplo Monforte onde a densidade demográfica se queda pelos 7,6 hab/km<sup>2</sup> no ano de 2007, o Concelho das Lajes das Flores continua sendo um paradigma da realidade açoriana.

A emigração, primeiro, e o envelhecimento natural da população, depois, transformaram Lajes das Flores no mais grave caso demográfico de entre todos os 19 concelhos dos Açores. Com uma densidade populacional que se queda, presentemente, pelos 21,58 hab/km<sup>2</sup>, sensivelmente um quinto da média dos Açores, o concelho perdeu, também, entre 1950 e 1960, o estatuto, que desde sempre detivera na ilha, de concelho mais populoso, tendo sido, inexorável e definitivamente, ultrapassado pelo de Santa Cruz das Flores. Os seus 1 502 habitantes recenseados em 2001 (540 nas Lajes, 278 na Fazenda, 225 na Fajã Grande, 197 na Lomba, 107 no Lajedo, 105 na Fajãzinha e 50 no Mosteiro), sinalizam, pois, o ponto mais baixo de uma acentuada – e no último meio século, contínua – curva descendente da sua população, e podem ser vistos igualmente como o prenúncio do desaparecimento próximo de algumas pequenas comunidades, a exemplo do que já sucedeu, no último quartel do século XX, com os lugares da Cuada, que nos seus tempos áureos chegou a ter mais de uma centena e meia de almas, e da Caldeira do Mosteiro (Gomes, 2006).

Com uma superfície de 69,59 km<sup>2</sup>, o concelho de Lajes das Flores terá conhecido a sua população máxima nos já distantes meados do século XIX (5 982 habitantes em 1849). Daí para cá, porém, a sua população tem vindo gradualmente a diminuir, sendo que a década de 1950 fica, para já, a marcar o início de uma viragem sem retorno previsível – 5 865 habitantes em 1864, 5 369 em 1878, 4 999 em 1890, 4 498 em 1900, 3 991 em 1911, 3 518 em 1920, 3 508 em 1930, 3 780 em 1940, 4 041 em 1950, 3 376 em 1960, 2 486 em 1970, 1 896 em 1981, 1 701 em 1991 e 1 502 em 2001 (Gomes, 2006), 1 513 em 2006 (SREA, 2007).

Estancou-se, finalmente, a emigração. Mas quantos sobram hoje, também?! Como cantou, há quase meio século, o poeta Pedro da Silveira (1961),

*“É uma família morta, a de meu pai:*

*uma família morta,*

*de ausentes e mortos.*

*Na Europa só eu resto: os outros*

*desertaram a casa,*

*abalaram, são hoje*

*nos que não sei,*

*americanos, filipinos, cubanos*

*e brasileiros,*

*venezuelanos*

*e uruguaio*

*primos dispersos,*

*parentes*

*entre si ignorados.”*

## **B – Caracterização da População**

De acordo com dados censitários, registou-se uma variação pouco significativa da população residente por ilha, entre 1991-2001 e 2001-2006 (Quadro 2). A única ilha que apresenta uma variação mais representativa a nível da população residente é São Miguel, que passou de 125 915 habitantes em 1991 para 131 609 habitantes em 2001, continuando o seu crescimento em 2006 com o registo de 132 671 habitantes. As ilhas do Faial e do Corvo evidenciaram igualmente uma tendência de crescimento ao longo do período em análise, embora com menor expressividade.

Contrariamente São Jorge e Santa Maria registaram, no período referido, uma diminuição do número de efectivos residentes.

As ilhas da Graciosa, Pico e Flores apresentaram todas um decréscimo da população residente entre 1991 e 2001 e um posterior crescimento (Graciosa e Flores) e estabilização (Pico) entre 2001 e 2006.

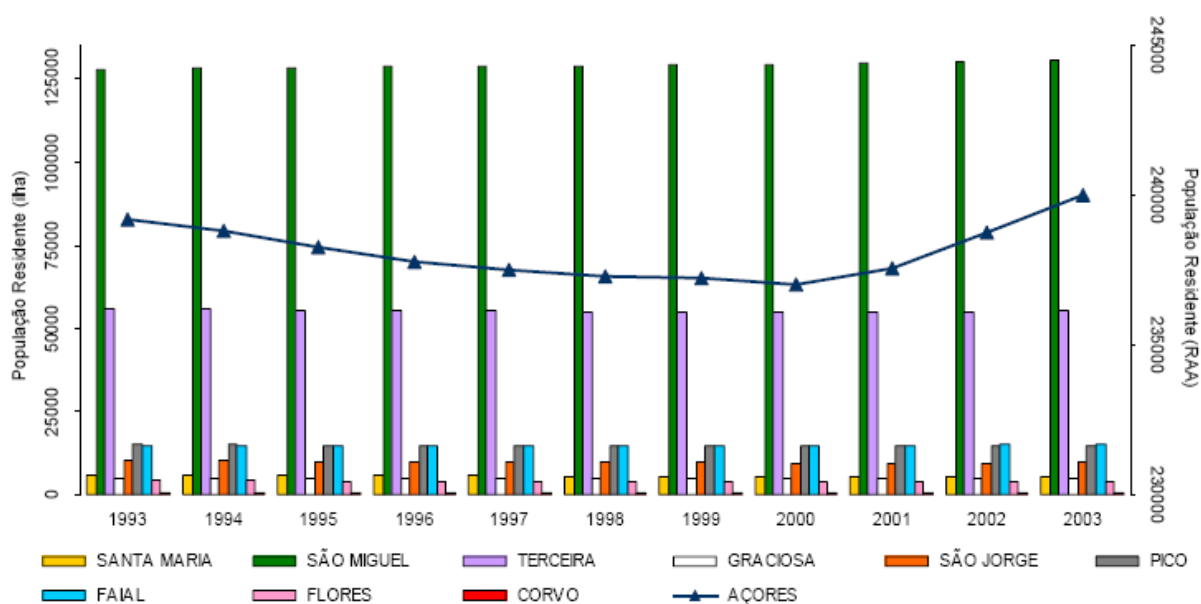
Apenas a ilha Terceira apresentou crescimento na sua população residente entre 1991 e 2001 e posterior decréscimo entre 2001 e 2006.

**Quadro 2 – População residente na RAA, por ilha (1991, 2001 e 2006)**

	<b>1991</b>	<b>2001</b>	<b>2006</b>
<b>Santa Maria</b>	5 992	5 578	5 549
<b>São Miguel</b>	125 915	131 609	132 671
<b>Terceira</b>	55 706	55 833	55 697
<b>Graciosa</b>	5 189	4 780	4 838
<b>São Jorge</b>	10 219	9 674	9 504
<b>Pico</b>	15 202	14 806	14 806
<b>Faial</b>	14 920	15 063	15 426
<b>Flores</b>	4 329	3 995	4 059
<b>Corvo</b>	393	425	468
<b>Açores</b>	237 795	241 763	243 018

Fonte: Baseado em dados do SREA, 2003a e SREA, 2007.

De acordo com as estimativas da população nos Açores (SREA, 2003a), em 2003 a Região teria 240 024 habitantes, representando um decréscimo de residentes, comparativamente ao ano censitário de 2001. Importa no entanto referir, que em relação às estimativas respeitantes ao ano de 2001, se verifica uma tendência de crescimento da população (Figura 18). Aliás, facto este comprovado pelo registo em 2006 de 243 018 residentes no arquipélago dos Açores e que sublinha uma continuação da tendência para o crescimento no futuro.



**Figura 18 – Estimativas da população residente na RAA, por ilha (1993-2003)**

Fonte: SREA, 2003b.

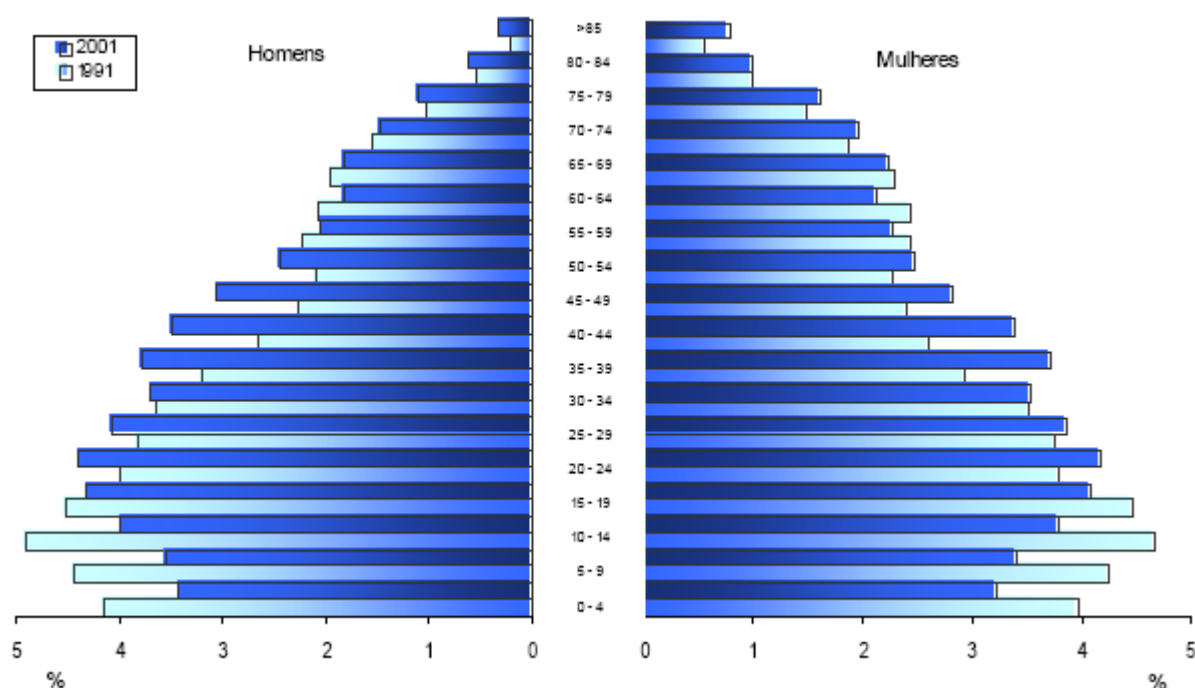
Num determinado conjunto populacional, se os efectivos masculinos e femininos registarem um desequilíbrio acentuado, as variáveis micro demográficas reflectirão a sua influência, sendo o equilíbrio entre os sexos condição indispensável à sobrevivência de uma população. O conhecimento da sua relação numérica é particularmente significativo quando associado à idade, pois a especificidade das respectivas funções implica um nível de importância diverso nas suas consequências (Rocha, 1991).

É assim que surge a pertinência da análise da composição da população dos Açores segundo a estrutura etária e o sexo, a qual se encontra representada graficamente na pirâmide etária de 1991 e 2001 (Figura 19). Neste período, verifica-se um decréscimo dos efectivos jovens, indiciado pelo estreitamento da base da pirâmide em 2001, nos grupos etários entre os 0 e os 19 anos, para ambos os sexos. Este estreitamento da base resulta da diminuição da taxa de natalidade na década de 90. Não obstante este facto, em 2001 o arquipélago evidencia uma proporção mais elevada de jovens (entre 0-14 anos) comparativamente aos idosos (65 anos e mais), 21,4% e 12,9% respectivamente. O mesmo se verifica nas estimativas realizadas para o ano 2002 com uma proporção de 20,6% de jovens e 12,8% de idosos (SREA, 2003b). Com base em dados do INE (2007a), os valores existentes apontam para uma diminuição percentual para estas duas classes etárias, assim, em 2006 encontramos 18,3% de jovens e 5,5% de idosos.

Com base nos últimos recenseamentos e nas projecções existentes prevê-se que, em termos da evolução da estrutura da população por grandes grupos etários, o crescimento demográfico tenda a concentrar-se no grupo correspondente à população potencialmente activa (15-64 anos), contrariamente ao do grupo etário relativo aos jovens.

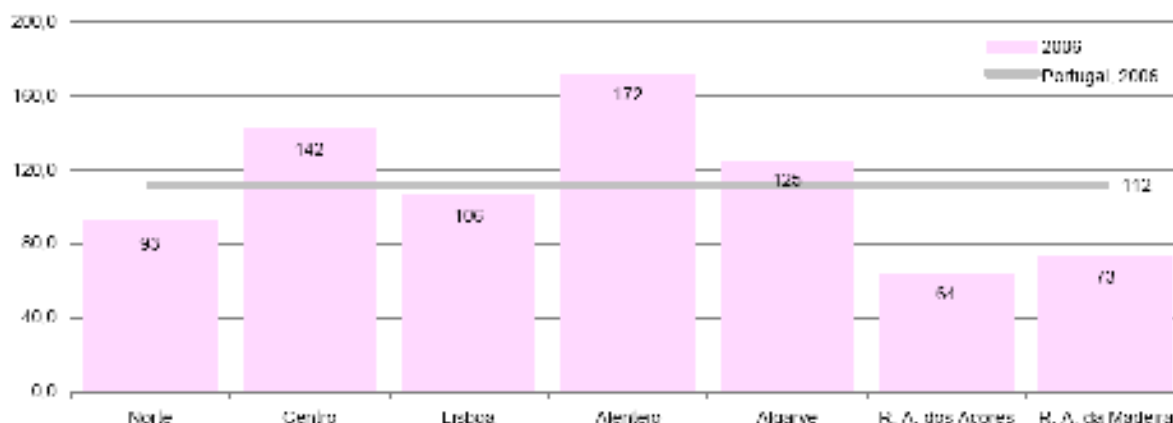
O índice de dependência total – o número de jovens (indivíduos dos 0-14 anos) e de idosos (com 65 e mais anos) em cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos) – situou-se em 48,6 indivíduos em 2006, valor idêntico ao do ano anterior. O índice de dependência de jovens situou-se nos 23,3 indivíduos (23,1 em 2005) e o índice de dependência de idosos nos 25,6 indivíduos (25,4 em 2005) (INE, 2007a).

O índice de envelhecimento voltou a aumentar, passando de cerca de 110 idosos por cada 100 jovens em 2005 para 112 em 2006, traduzindo o envelhecimento populacional. Uma análise a nível de NUTS II evidencia que acima da média nacional se encontra o Alentejo, com 172 idosos por cada 100 jovens, seguido do Centro (142) e do Algarve (125). É nas Regiões Autónomas que se verificam os índices mais baixos: 64 idosos por cada 100 jovens na RAA e 73 na Região Autónoma da Madeira (Figura 20) (INE, 2007a).



**Figura 19 – Pirâmide etária da RAA (1991 e 2001).**

Fonte: SREA, 2003a.



**Figura 20 – Índice de envelhecimento, por 100 indivíduos, Portugal e NUTS II (Novas), 2006.**

Fonte: INE, 2007a.

Em relação a esta última faixa etária, pensa-se que venha a adquirir um maior peso na estrutura da população tendo em conta a diminuição do peso relativo dos jovens como resultado do efeito conjugado da diminuição das taxas de natalidade/fecundidade e do aumento da esperança de vida. Com efeito, através da análise comparada de alguns indicadores demográficos, verifica-se que a evolução destes indicadores tem sido decrescente nos últimos anos.

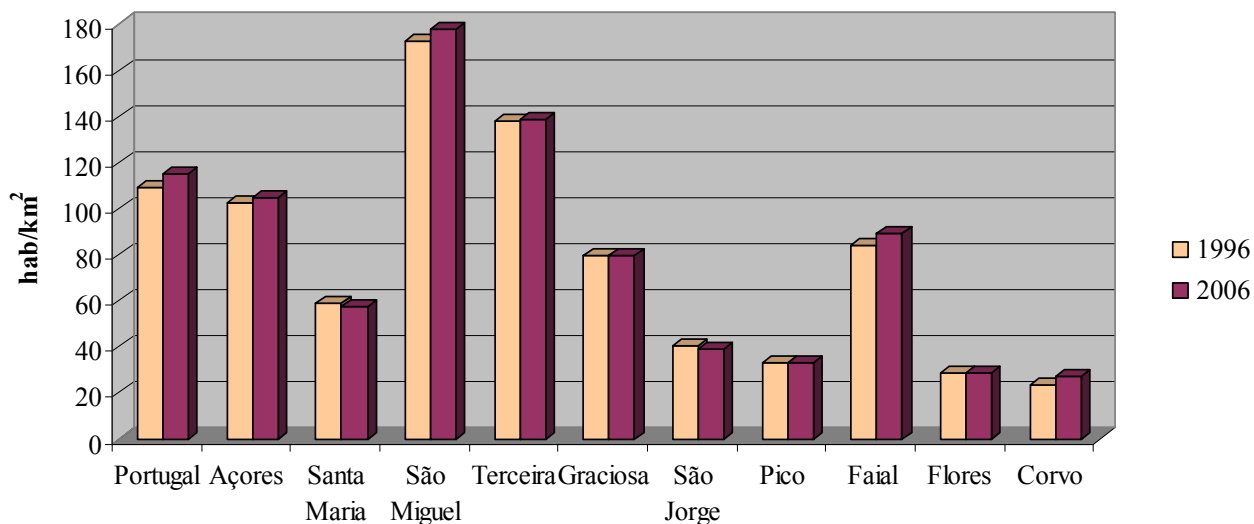
Igualmente a fonte UAA/DB/SG (2003c) comenta que apesar da descida da taxa de natalidade e o aumento da esperança média de vida, a proporção de jovens ainda se mantém elevada, embora já seja evidente uma tendência de envelhecimento populacional na estrutura demográfica Açoriana.

### **B.1 – Densidade populacional**

Em 2006, a densidade populacional na RAA atingia os 104,7 habitantes/ km<sup>2</sup>, quantitativo inferior à média nacional (113,6 habitantes/ km<sup>2</sup>), sendo, no entanto, notória a diversidade de comportamentos inter-ilhas. Por exemplo, as ilhas de São Miguel e Terceira apresentam valores muito mais elevados, correspondendo a 178,2 e 139,1 habitantes/ km<sup>2</sup>, respectivamente, enquanto as restantes não alcançavam densidades superiores a 90 habitantes/ km<sup>2</sup>. A ilha do Corvo revela-se como o caso extremo, com apenas 27,4 habitantes/ km<sup>2</sup> (Figura 21).

Embora a ilha de São Miguel revele, em todo o arquipélago, a maior densidade populacional, demonstra grandes disparidades a nível concelhio. Se por um lado, os

municípios de Lagoa e Ponta Delgada se destacam com valores próximos de 330 e 280 habitantes/ km<sup>2</sup> respectivamente, por outro, os do Nordeste e Povoação exibem apenas cerca de 50 e 60 habitantes/ km<sup>2</sup>, por esta ordem, devido ao seu carácter marcadamente rural.



**Figura 21 – Densidade populacional na RAA, por ilha (1996 e 2006)**

Fonte: Baseado em dados do INE, 2001a e SREA, 2004b.

No que diz respeito à variação da densidade populacional, entre 1996 e 2006, as ilhas com a variação positiva mais significativa são, São Miguel e Faial com um aumento de cerca de 5,6 e 5,1 habitantes/ km<sup>2</sup> respectivamente. Em oposição, destaca-se a ilha de Santa Maria, com uma variação de -1,7 habitantes/ km<sup>2</sup> (Figura 21).

Segundo os dados mais recentes, a ilha das Flores regista uma densidade populacional de 28,8 habitantes por km<sup>2</sup> (SREA, 2007). É interessante relevar que em 11 anos (de 1996 a 2006) apenas houve um aumento de 0,2 habitantes por km<sup>2</sup> nesta ilha, passando de 28,6 para 28,8 habitantes por km<sup>2</sup>.

Dentro desta densidade populacional média na ilha das Flores, temos uma distribuição muito desigual entre os seus dois únicos concelhos. Assim, em Santa Cruz das Flores encontramos uma densidade populacional de 35,9 habitantes por km<sup>2</sup>, enquanto no concelho das Lajes das Flores verificamos o número médio de 21,6 habitantes por km<sup>2</sup>, valor este correspondente à menor densidade dos 19 concelhos de todo o arquipélago dos Açores.

### **1.2.1.2 – Síntese**

O sector de dinâmicas territoriais desagrega os indicadores que, no seu conjunto, descrevem as dinâmicas regionais, ao nível da diferenciação de ritmos apresentadas pelas diversas parcelas do território insular. Desde logo se destacam duas situações distintas de crescimento: aquelas que respeitam os concelhos urbanos e seus limítrofes e o crescimento de alguns indicadores por via da reconstrução pós-sismo nas ilhas do Faial e Pico (UAA/DB/SG, 2003b).

Igualmente esta última fonte afirma que assim, ao nível da evolução da população residente ou da análise da evolução das taxas de crescimento, verifica-se que são cada vez mais baixas, embora se mantenha um ligeiro crescimento em São Miguel e Terceira.

Estas alterações na dinâmica demográfica levantam sérias questões e desafios a nível económico e social, já que a sociedade será cada vez mais diversificada e envelhecida o que, não só compromete as gerações futuras, como provoca alterações nos hábitos de consumo, nas relações sociais e na economia. O aumento da população activa exercerá pressões no mercado de trabalho, no sentido de se criarem mais postos de trabalho, e provocará uma distribuição desigual da população entre os centros urbanos e o meio rural. O aumento da imigração também acentuará a pressão sobre o mercado de trabalho, daí que seja fundamental o seguimento de políticas de formação e requalificação profissional dos activos (Wikipédia, 2007a).

O caso da Ilha das Flores, e particularmente do Concelho mais Ocidental da Europa é o exemplo flagrante deste tipo de evolução. Depois da descida progressiva e ininterrupta dos seus habitantes desde meados do século XIX até ao primeiro ano do século XXI, regista-se uma ligeira subida (9 habitantes) no ano de 2006 face a 2001 (dados SREA, 2007).

Esta ligeira subida não afasta no entanto a preocupação do risco concreto da desertificação humana sentida sobretudo nas pequenas ilhas da RAA e nas Flores em particular. Muito tem ainda de ser feito para garantir uma verdadeira e segura mudança do fluxo de saída da população desta pequena, mas igualmente a maior, ilha do Grupo Ocidental.



### **1.2.2 – Indicadores sociais de qualidade de vida**

Em relação à questão da qualidade de vida existem inúmeros indicadores que podem ser considerados. Dentro destes, existem os designados indicadores sociais, dos quais podemos mencionar alguns dos mais importantes, como sejam:

**Quadro 3 – Alguns indicadores sociais de qualidade de vida (2006)**

	Portugal	Continente	RAA
Taxa de Analfabetismo* (%)	16,0	-	-
Esperança de vida ao nascer (anos)	78,5	78,7	75,1
Taxa de Natalidade (‰)	10,0	9,9	11,6
Taxa de Mortalidade (‰)	9,6	9,6	9,6
Mortalidade Infantil** (‰)	4,3	4,2	5,4

\* Ano de 2001

\*\*Taxa quinquenal (2001-2005)

Fonte: Baseado em dados do INE, 2007a.

Não se encontrando disponíveis alguns destes indicadores por ilha, optamos por mencionar no quadro acima apenas os dados relativos à RAA no seu todo, comparativamente à média de Portugal e do Continente português.

Ao analisarmos o quadro 3, verificamos que a Taxa de Analfabetismo registada em Portugal rondava, em 2001, os 16,0 % da sua população total.

Ao longo das últimas décadas, a escolarização da população portuguesa tem sido objecto de várias reformas cujos objectivos foram, inicialmente, de combate ao analfabetismo e, posteriormente, de prolongamento do tempo de permanência dos jovens no período de formação (INE, 2006).

Marcado por um desfasamento entre mulheres e homens em termos do ritmo de escolarização, o peso relativo das mulheres, com dez ou mais anos, que foram consideradas analfabetas no Censos de 2001 (sexo feminino – 10,4 % – e sexo masculino – 5,6 %) decresceu em relação ao passado (recenseamento de 1960<sup>3</sup>), sexo feminino com 36,7% e sexo masculino com 24,8% (INE, 2006).

A relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de

---

<sup>3</sup> População com mais de 7 anos (INE, Recenseamento de 1960).

frequência desse ciclo de estudos corresponde à Taxa de Escolarização (INE, 2007a). Para termos uma sua maior percepção na RAA passemos a observar o quadro 4.

**Quadro 4 – Taxa de Pré-escolarização e escolarização e relação da feminidade na população escolar (%)**

	Taxa de pré-escolarização	Taxa de escolarização		Relação de feminidade na população escolar	
		Ensino básico	Ensino secundário	Ensino secundário	Ensino superior
	2005/2006				2006/2007
<b>Portugal</b>	78,6	116,6	99,5	53,1	54,0
<b>Continente</b>	78,1	116,2	99,4	53,0	53,8
<b>RAA</b>	87,2	120,0	86,1	56,4	62,8

Fonte: INE, 2007a.

Com base no quadro 4, podemos verificar que até ao ensino básico (2005-2006) a Região Autónoma dos Açores encontrava-se acima da média nacional e de Portugal Continental registando 87,2% a nível da pré-escolarização e 120% a nível do ensino básico face aos respectivos 78,1% e 116,2% registados no continente português.

A partir do Ensino secundário (2005-2006), a RAA perde o protagonismo ficando-se pelos 86,1 % face aos 99,4% de Portugal continental.

Relativamente à relação de feminidade na população escolar, ou seja, o número de alunos do sexo feminino matriculado num nível de ensino em relação ao total de alunos matriculados nesse mesmo nível de ensino, verificamos que esta é superior na RAA quer no ensino secundário (2005-2006), quer no ensino superior (2006-2007), face à Portugal continental e ao país no seu todo.

Esta taxa é mais expressiva contudo, a nível do ensino superior onde a diferença percentual chega quase aos 10% mais, relativamente aos outros dois cenários.

Apesar da crescente escolarização das mulheres portuguesas é um facto que Portugal ainda está longe da média europeia, sobretudo quando se analisa o nível de estudos da população feminina, entre os 20 e os 24 anos, que completou o ensino secundário ou superior. Em 2004 (EUROSTAT, 2004), 77% da população feminina dos países que integram a Europa a 15, estava habilitada com esse nível mínimo de formação o mesmo acontecendo para 79,6% das mulheres da Europa a 25. Enquanto que em Portugal apenas 58,8% das mulheres tinham completado o secundário ou ensino superior. Note-se que, em termos de escolarização feminina, Portugal apresenta uma das mais baixas percentagens no todo europeu, apenas superior à de Malta (48,7%) (INE, 2006).

Quanto aos demais indicadores, não podemos ignorar que, indissociável à vida é a morte, e por isso a questão da mortalidade aparece intimamente ligada à maioria dos indicadores sociais utilizados para a avaliação da qualidade de vida.

É assim que a mortalidade surge definida como a acção da morte sobre uma população e é um dos componentes centrais da dinâmica demográfica. O ritmo no qual ocorrem os óbitos numa população, varia muito entre as diversas regiões do mundo, grupos socio-económicos, sexo, etc. A maneira como as pessoas morrem é uma boa representação das condições nas quais vivem (INE, 2007 b).

O indicador mais utilizado para medir a mortalidade é a esperança de vida à nascença. Este indicador mostra o número de anos que se espera que uma pessoa nascida num determinado ano viva, em média, se as condições de mortalidade existentes permanecerem constantes. Quanto menor for a mortalidade, maior será a esperança de vida à nascença. A nível mundial, este indicador corresponde, em média, a 64 anos. Nos países industrializados, onde se iniciou a queda da mortalidade, a esperança de vida actual é de 74 anos (INE, 2007 b).

Tal patamar é claramente ultrapassado quer por Portugal Continental, quer pela RAA, apresentando Portugal, a esperança de vida à nascença média em 2006 de 78,5 anos. Embora a esperança de vida à nascença seja superior no Continente português (78,7 anos) face à registada nos Açores (75,1 anos), a taxa de natalidade é maior na RAA (11,6 ‰) relativamente a Portugal Continental (9,6 ‰).

É de destacar os 10,3 nascimentos por cada 1000 habitantes registados nas Flores, que correspondem ao terceiro lugar no que concerne à taxa bruta de natalidade em todo o arquipélago dos Açores, ficando apenas atrás das ilhas de São Miguel (12,9‰) e Santa Maria (12,3‰). A ilha com menor taxa bruta de natalidade corresponde à do Corvo com os seus poucos 2,2‰ nascimentos.

No caso concreto da taxa bruta de mortalidade, que é simplesmente a razão entre o número de óbitos ocorridos num ano e a população estimada para meados desse ano e que embora seja facilmente calculável, tem a desvantagem de ser muito afectada pela estrutura etária da população (INE, 2007 b), verificamos que apenas São Jorge (14,0‰) fica à frente neste indicador relativamente às Flores. Esta ilha, conjuntamente com a do Corvo, apresentou 12,9 mortes por cada mil habitantes, no quinquénio de 2001 a 2005. O valor mais baixo registado na RAA corresponde à ilha de São Miguel com 8,5 mortes por mil habitantes em igual período.

Quanto à mortalidade infantil, embora não havendo dados em relação à ilha das Flores, existem alguns relativos a outras ilhas e que chamam a atenção para as enormes disparidades relativamente a este indicador mediante a realidade de cada ilha. Assim, verificam-se taxas de mortalidade infantil para os anos de 2001 a 2005, variando entre os 2,2 ‰ em São Jorge e os 10,3 ‰ em Santa Maria, tomando no entanto o seu expoente máximo nos 13,8 ‰ em São Roque do Pico.

### **1.2.3 – Ruralidade**

A forte ruralidade da RAA está bem patente na ocupação cultural e populacional do território, nas paisagens características das ilhas e na identidade cultural da Região (SRAF, 2007a). A densidade populacional média da RAA em 2006 era de 104,7 habitantes por km<sup>2</sup> (117,5 para a UE 25 e 115,1 para Portugal), registando-se os extremos em São Miguel, com 178,2 habitantes por km<sup>2</sup> e no Corvo, com 27,4 hab/km<sup>2</sup>. Dos 19 Concelhos da Região apenas 6, nas ilhas de São Miguel (4) e Terceira (2), apresentam densidades populacionais superiores à média regional.

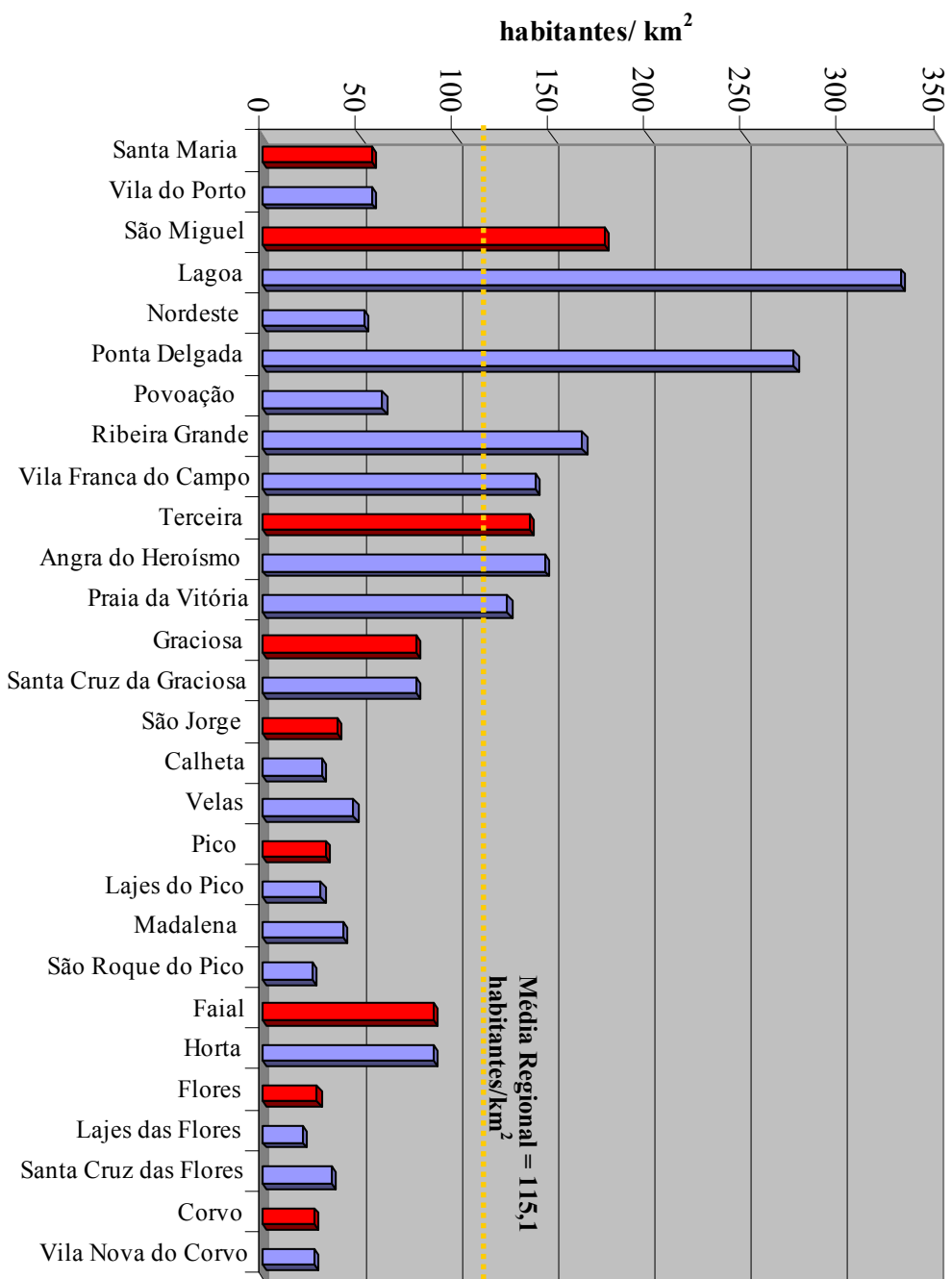
Para a definição das zonas rurais na RAA (que constitui, no seu conjunto, um território NUTS III), aplicou-se directamente a metodologia OCDE à população residente em cada um dos 19 Concelhos da Região (SRAF, 2007a):

#### **METODOLOGIA OCDE:**

Classifica as **NUTS III** em:

- **Predominantemente Rurais** – mais de 50% da população reside em Municípios com densidade demográfica <150 hab/km<sup>2</sup>
- **Significativamente Rurais (intermédias)** – entre 15% e 50% da população reside em Municípios com densidade demográfica <150 hab/km<sup>2</sup>
- **Predominantemente Urbanas** – menos de 15% da população reside em Municípios com densidade demográfica <150 hab/km<sup>2</sup>

Tendo em conta tal critério de classificação, verificação pelos dados a seguir indicados e ilustrados pela figura 22 indicada relativamente à densidade populacional inferior a 50 habitantes na Ilha das Flores e, considerando a enorme importância do sector primário em todo o Arquipélago Açoriano e particularmente nas suas menores ilhas (de que são exemplo as Flores e o Corvo), acrescido ainda da falta de actualização dos dados a ele referentes surge a necessidade de um maior aprofundamento de estudo deste item, pelo que é feita no próximo capítulo uma abordagem mais acurada sobre o mesmo.



**Figura 22 – Densidade Populacional por Ilhas e Concelhos, 2006.**

Fonte: INE, 2007a.

Iremos apresentar os dados que existem, avaliá-los, fazer uma abordagem posterior a nível da Economia e por fim verificar a necessidade de aprofundar ainda mais com um trabalho de campo que deve vir a ser desenvolvido no que toca à caracterização de um sector que embora Primário, continua sendo o derradeiro a nível de dados nestas regiões ultraperiféricas e de importância em estudos académicos a nível nacional.

O direccionamento deste trabalho deve-se sobretudo às nossas limitações de tempo, o que nos impeliu a uma restrição na abordagem, contudo, permitindo por outro lado que se detectasse as lacunas actualmente existentes e apontando caminhos para a sua supressão.

## **CAPÍTULO II – ANÁLISE DO SECTOR PRIMÁRIO**

### **2.1 – A AGRICULTURA NOS AÇORES: ESTRUTURAS, DIVERSIDADES E DINÂMICAS**

#### **2.1.1 – Estrutura agrária**

Não podemos nunca começar a caracterização do sector primário de uma qualquer região sem antes olharmos para o seu retrato em números. Para conhecermos essa realidade é importante termos a noção do número de explorações existentes, da SAU destas, da utilização a ela dada e do tipo de mão-de-obra que nela trabalha.

Para uma melhor caracterização é igualmente importante termos uma base de referência para comparação da realidade envolvente, ainda mais relevante quanto mais recente for essa mesma informação.

É assim que surgem os quadros 5, 9 e 13 relativos às Explorações e Superfície Agrícola Útil por NUTS II e região agrária, segundo as classes de SAU (Quadro 5); mão-de-obra agrícola por NUTS II e região agrária (Quadro 9) e Explorações por NUTS II e região agrária, segundo a utilização da SAU (Quadro 13) todos relativos a dados de 2005.

Desta forma, e olhando para o quadro 5 podemos verificar que do total das 323 920 explorações existentes em Portugal apenas 26 874 se encontram nas regiões autónomas sendo que destas apenas 15 285 correspondem a explorações açorianas. Ou seja, se por um lado temos unicamente cerca de 5 % (4,72%) das explorações a nível nacional como pertencentes à Região Autónoma dos Açores (RAA), por outro, verificamos que mais de metade (56,88%) das explorações situadas nas Regiões Autónomas se encontra no Arquipélago Açoriano.

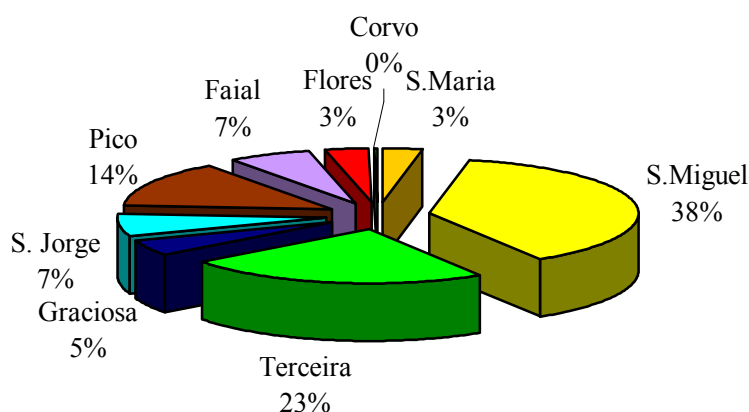
Apesar da sua dispersão (diversas ilhas) e micro dimensão, esta Região (RAA) fica à frente, em número de explorações, da Região Autónoma da Madeira com as suas 11 589 explorações (3,58% a nível nacional) e do Algarve com as suas 14 721 explorações (4,54% a nível nacional).

A Região Agrária em Portugal que apresenta maior número de explorações corresponde a Trás-os-Montes, onde se regista o número de 61 649 explorações que correspondem a 19% a nível nacional e a 20,75% a nível do continente português.

Segundo a SRAF (2006) a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) regional açoriana corresponde a 86% da área total das explorações agrícolas (140 mil hectares), cifrando-se em aproximadamente 120 mil hectares. Valor esse facilmente verificável no total dos dados referentes à SAU da RAA e que corresponde a 122 783 hectares (quadro 5).

Segundo o Recenseamento Geral da Agricultura 1999 (INE, 2001a) e o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2003 (INE, 2005a), o número de explorações agrícolas na Região diminuiu, passando de 19 280 em 1999 para 17 351 em 2003. Contudo, não se registam alterações significativas na superfície agrícola total, o que se verifica com a passagem de 140 553 ha para 140 297 ha no período de 1999 a 2003. Este facto poderá dever-se ao emparcelamento agrícola registado no período em análise (UAA/DB/SG, 2003d).

Com base em dados do RGA de 1999, a SRAF (2006) afirma igualmente que a agricultura da Região era constituída por 19 280 explorações, distribuídas pelas diferentes ilhas de acordo com a Figura 23, e em que, cerca de 75% do total daquelas situam-se nas três maiores ilhas sendo que S. Miguel e Terceira representavam 54% da SAU e concentravam quase 61% das explorações agrícolas a nível regional.



**Figura 23 – Distribuição regional das Explorações agrícolas (1999)**  
Fonte: INE, 2001b.

Como podemos verificar no Quadro 5, este valor foi reduzido de 1999 para 2005 para o valor de 15 285 explorações, muito provavelmente graças à política de agregação de terras desencadeada pelas reformas antecipadas de determinado número de agricultores. A Reforma Antecipada tem por objectivo a mudança estrutural das explorações agrícolas, através do rejuvenescimento e/ou redimensionamento físico e económico das explorações, visando também a intervenção ao nível do reordenamento agrário dessas mesmas explorações. Exemplo disso é a obrigatoriedade de uma área mínima de 1 ha e de 4 ha para explorações de pecuária (SRAF, 2007a).



**Quadro 5 – Explorações e Superfície Agrícola Útil (SAU) por NUTS II e região agrária, segundo as classes de SAU, 2005.**

	Explorações						SAU						
	Total	Sem SAU	Inferior a 1 ha	1 ha a < 5 ha	5 ha a < 20 ha	20 ha a < 50 ha	Superior ou igual a 50 ha	Total	Inferior a 1 ha	1 ha a < 5 ha	5 ha a < 20 ha	20 ha a < 50 ha	Superior ou igual a 50 ha
	Nº							ha					
<b>Portugal</b> Continente Norte Centro Lisboa Alentejo Algarve R. A. Açores R. A. Madeira	323 920	1 302	73 427	167 592	58 485	12 795	10 318	3 679 587	38 875	377 800	548 403	387 031	2 327 478
	297 046	1 262	55 352	163 596	55 426	11 439	9 971	3 552 347	33 230	368 421	514 845	345 615	2 290 236
	114 345	119	19 355	66 019	24 115	3 715	1 022	705 790	11 527	152 002	224 266	111 333	206 662
	119 167	474	27 470	69 428	17 051	3 088	1 656	658 038	16 863	149 724	152 997	91 974	246 481
	8 859	105	1 548	4 846	1 752	369	240	102 592	900	11 158	16 387	10 839	63 309
	39 954	542	4 057	16 013	8 983	3 555	6 804	1 979 701	2 282	37 523	88 050	110 371	1 714 476
	14 721	22	2 922	7 290	3 524	713	249	106 225	1 659	18 015	33 145	21 098	32 308
	15 285	27	7 149	3 379	3 035	1 350	346	122 783	2 641	8 431	33 380	41 257	37 074
	11 589	14	10 926	617	24	8		4 458	3 004	948	178	328	
<b>Regiões Agrárias</b> Entre Douro e Minho Trás-os-Montes Beira Litoral Beira Interior Ribatejo e Oeste Alentejo Algarve R. A. Açores R. A. Madeira	52 696	54	11 014	35 166	5 857	431	174	232 260	6 534	73 952	50 911	12 299	88 564
	61 649	65	8 342	30 854	18 257	3 283	848	473 530	4 993	78 050	173 355	99 034	118 097
	58 823	286	15 517	37 523	4 836	560	101	151 949	9 279	77 024	41 458	15 656	8 532
	35 749	29	7 104	17 815	7 679	1 816	1 306	384 005	4 752	41 244	71 873	56 293	209 843
	43 850	353	7 431	24 711	8 666	1 621	1 068	412 093	4 300	55 826	77 796	46 647	227 523
	29 558	453	3 023	10 237	6 606	3 014	6 225	1 792 285	1 712	24 310	66 307	94 588	1 605 368
	14 721	22	2 922	7 290	3 524	713	249	106 225	1 659	18 015	33 145	21 098	32 308
	15 285	27	7 149	3 379	3 035	1 350	346	122 783	2 641	8 431	33 380	41 257	37 074
	11 589	14	10 926	617	24	8		4 458	3004	948	178	328	

Fonte: Elaborado com base em dados do SREA, 2006.

Relativamente à dimensão das explorações agrícolas podemos observar no quadro acima que a aproximadamente metade (7 149 explorações) daquelas na RAA, apresenta uma área inferior a 1 ha. É igualmente interessante verificar que da SAU total (122 783 ha), 41 257 ha pertencem a explorações com uma área compreendida entre 20 e 50 ha e que cerca de 27 daquelas não apresentam qualquer Superfície Agrícola Útil.

Apesar da redução no número de explorações este quadro não nos permite inferir sobre a possível variação (ou não) relativamente às proporções mencionadas na figura 23. Contudo, tendo em conta aqueles serem os únicos dados disponíveis no que concerne a tais proporções, recorreremos aos mesmos para podermos ter alguma base de referência na nossa análise.

Desta forma, a SRAF (2006), refere que as três maiores ilhas dos Açores concentram 70% da SAU (S. Miguel – 33,8%, Terceira – 20,0% e Pico – 15,9%), sendo muito diminuta a expressão das ilhas do Corvo (0,8%), da Graciosa (2,9%) e de Santa Maria (3,5%) (Quadro 6).

**Quadro 6 – Diferenças de estruturas agrárias entre ilhas**

<b>Ilha</b>	<b>SAU média por exploração (ha)</b>	<b>N.º médio de blocos por exploração</b>	<b>Dimensão média por bloco (ha)</b>	<b>% de blocos com área &gt; 1 ha</b>	<b>% de blocos com acesso</b>
<b>S. Maria</b>	7,3	7,2	1,0	24,6	70
<b>S. Miguel</b>	5,6	4,0	1,4	29,2	83
<b>Terceira</b>	5,4	4,2	1,3	28,5	88
<b>Graciosa</b>	3,6	7,7	0,5	8,0	76
<b>S. Jorge</b>	8,9	6,9	1,3	28,0	68
<b>Pico</b>	7,3	8,7	0,8	16,0	70
<b>Faial</b>	6,8	7,3	0,9	8,0	63
<b>Flores</b>	13,1	9,8	1,3	16,4	46
<b>Corvo</b>	15,1	33,1	0,5	1,5	22
<b>Açores</b>	6,3	5,6	1,1	19,5	74

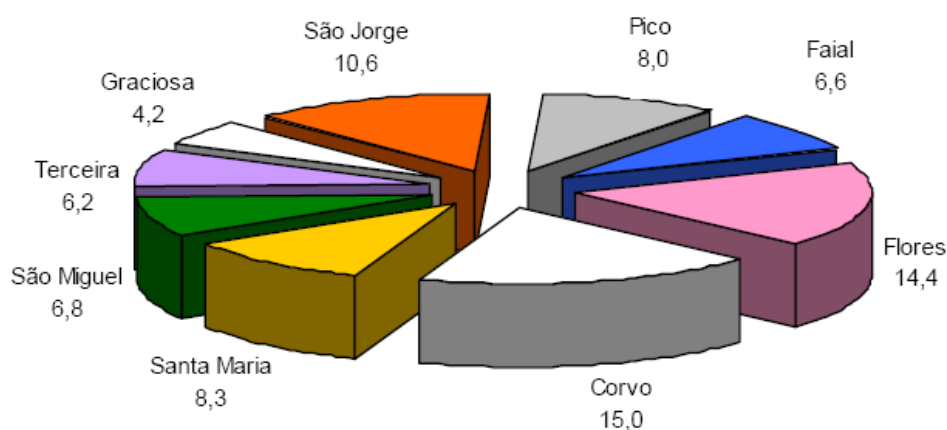
Fonte: INE, 2001b.

A estrutura agrária da Região é definida fundamentalmente por explorações de pequena dimensão, sendo que 80% dos blocos registam uma SAU inferior a 1 hectare. A SAU média por exploração é de 6,3 hectares sendo que o número médio de blocos por exploração é de 5,6 hectares e a SAU média por bloco de 1,1 hectares (Quadro 6) (SRAF, 2006).

Também a fonte (UAA/DB/SG, 2003d) menciona que em 1999, o valor médio da SAU, por exploração, na Região se situava em 6,3 ha/exploração. Nesse ano, a maioria dos concelhos da RAA apresentava valores similares a este, sendo as maiores exceções o concelho da Lagoa (4,5 ha/exploração), na ilha de São Miguel, Praia da Vitória (4,3 ha/exploração), na ilha Terceira, e Santa Cruz da Graciosa (3,7 ha/exploração). Por seu turno, os concelhos que demonstravam valores substancialmente superiores à média eram os da Calheta (8,6 ha/exploração), Velas (9,2 ha/exploração), ambos na ilha de São Jorge, Lajes do

Pico (8,1 ha/exploração), São Roque do Pico (8,1 ha/exploração), Lajes das Flores (8,4 ha/exploração), Santa Cruz das Flores (18,0 ha/exploração), e Corvo (15,1 ha/exploração) (UAA/DB/SG, 2003d).

Em 2003, o valor médio da SAU, por exploração, na Região ascendeu a 7,2 ha/exploração. No conjunto das ilhas, e à semelhança de 1999, destaque-se a do Corvo, onde a relação SAU/exploração situa-se em 15,0 ha/exploração, mais do dobro do valor registado para a região, e a ilha das Flores com 14,4 ha/exploração. Por outro lado, é novamente a ilha Graciosa aquela que denota o valor mais baixo (UAA/DB/SG, 2003d). Note-se que para este ano não existe informação disponível a nível concelhio (Figura 25).



**Figura 24 – SAU por exploração na RAA, por ilha (2003).**

Fonte: INE, 2005a.

Nos dados indicados no Quadro 5, as explorações mais representativas são igualmente aquelas que possuem áreas inferiores a 1 hectare, no entanto, a sua representatividade cai para os aproximadamente 47% (46,77%).

Observando o quadro anterior (Quadro 5) podemos verificar que as ilhas do Corvo, Flores e S. Jorge registam valores médios, respectivamente, de 15, 13 e 8 hectares de SAU média, bastante acima das restantes ilhas dos Açores. Assinale-se, por exemplo, que a SAU média por exploração de S. Miguel e da Terceira, é respectivamente 5,6 e 5,4 hectares, o que equivale a dizer que são das mais baixas do Arquipélago (SRAF, 2006).

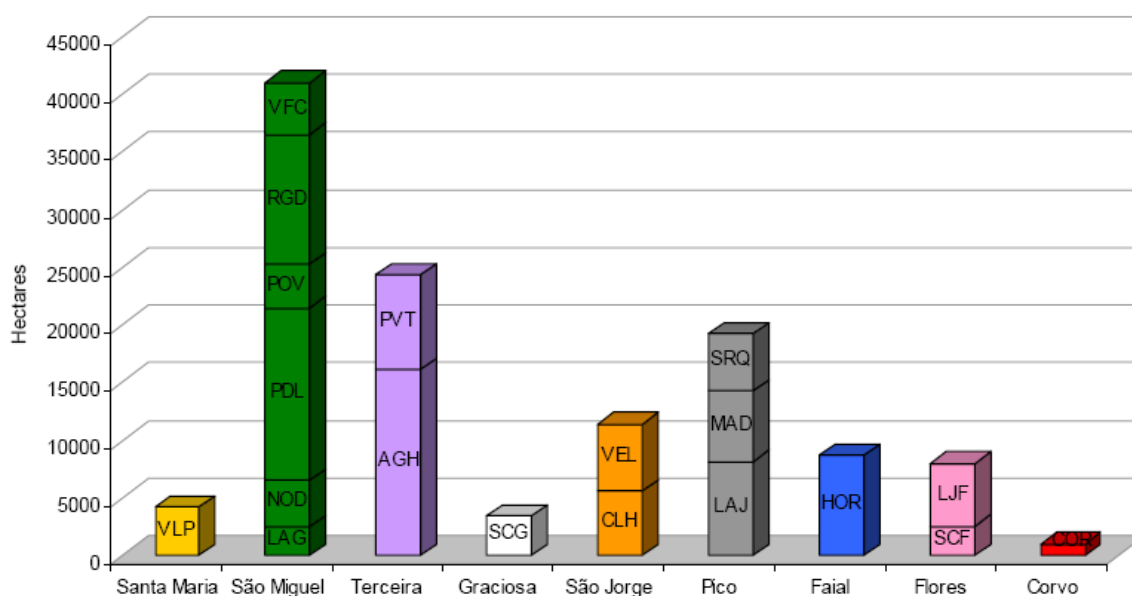
Todavia, conseguimos verificar que a fragmentação da exploração, é menor em S. Miguel e na Terceira, seguidas de S. Jorge. Nas restantes ilhas verifica-se a existência de sete ou mais blocos por exploração, com um máximo de 33 no Corvo (SRAF, 2006). Em 2007,

pela altura das candidaturas aos subsídios houve o registo de um agricultor com 55 blocos na sua exploração.

A dimensão média do bloco acompanha este padrão de variação, sendo que S. Miguel, Terceira, S. Jorge e Flores apresentam um valor superior a 1 hectare, por bloco além de verificar que S. Miguel e Terceira são as únicas ilhas com mais de 25% de blocos com área superior a 1 hectare.

Relativamente à acessibilidade aos blocos, confirma-se a situação mais favorável de S. Miguel e Terceira, sendo particularmente desfavorável no Corvo e nas Flores onde mais de 50% dos blocos não têm acessos (SRAF, 2006).

Em 1999, a ilha de São Miguel, dada a sua dimensão, apresentava o maior número de explorações, nomeadamente 7 377, e a quantidade mais expressiva de superfície agrícola utilizada (47 242 ha), sendo o concelho de Ponta Delgada aquele que detinha o maior número de explorações (39,2%). A ilha Terceira ocupava a posição secundária ao nível regional, com 4 522 explorações, que cobriam uma área de 26 130 ha. O concelho de Angra do Heroísmo concentrava quer o maior número de explorações, quer a maior quantidade de área utilizada, com 58,0% e 67,2%, respectivamente. O menor número de explorações correspondia à ilha do Corvo, onde a superfície agrícola correspondia a 1 279 ha repartida por 65 explorações (UAA/DB/SG, 2003d).

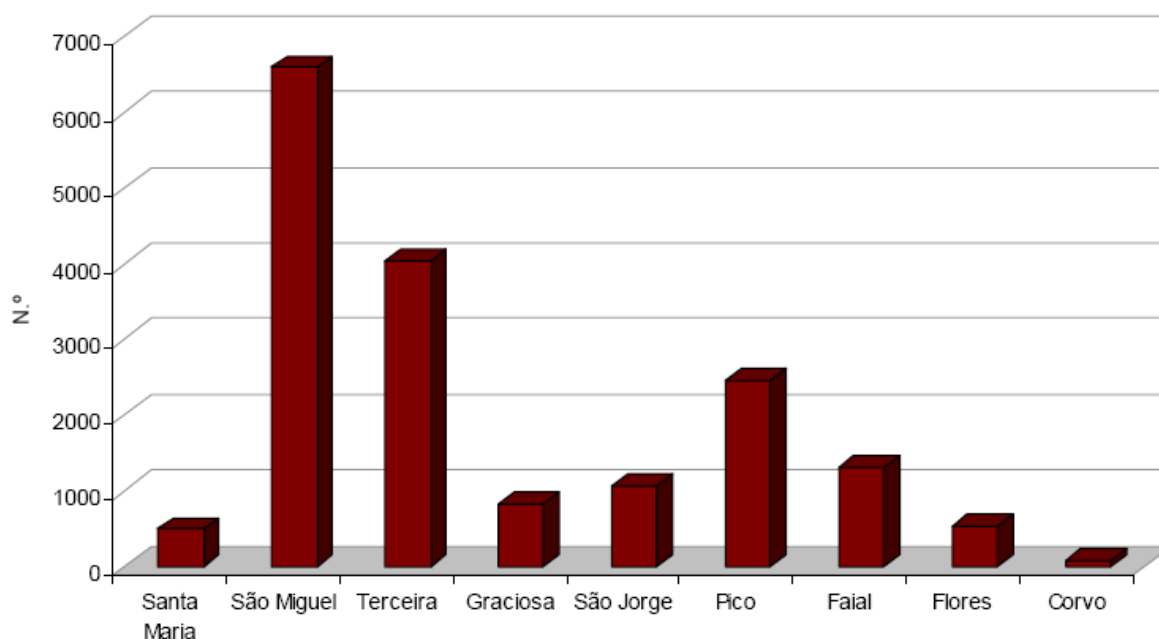


**Figura 25 – Superfície agrícola utilizada na RAA, por concelho (1999).**

Fonte: INE, 2001b.

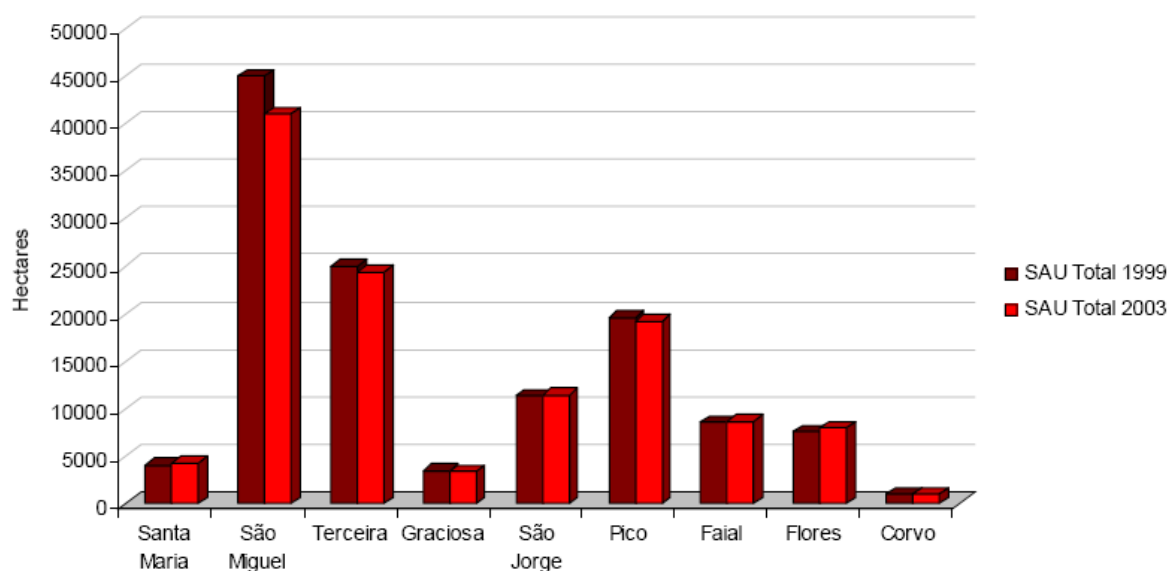
No que se refere a 2003, a informação disponibilizada pelo SREA não se encontra discriminada ao nível dos concelhos, existindo apenas valores para o número de explorações

por ilha. Assim, segundo o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2003 (INE, 2005a), as explorações agrícolas na ilha de São Miguel diminuíram de 1999 para 2003, passando a 6 590 neste último ano (Figura 26). No entanto, a superfície respectiva sofreu um acréscimo, ascendendo a 49 950 ha. Note-se que para as restantes ilhas o número de explorações e respectiva superfície se manteve constante (UAA/DB/SG, 2003d).



**Figura 26 – Explorações agrícolas na RAA, por ilha (2003).**

Fonte INE, 2005a.



**Figura 27 – Evolução da superfície agrícola utilizada na RAA, por ilha (1999 e 2003).**

Fonte: INE, 2001b; INE, 2005a.

Em 1999, a superfície agrícola utilizada (SAU) na região totalizava 125 591 ha diminuindo para 121 308 ha em 2003, equivalente a menos 3,5%. No entanto, refira-se que a

ilha de São Miguel apresentou o decréscimo mais significativo. Nas restantes ilhas, este indicador não sofreu oscilações expressivas (Figura 27) (UAA/DB/SG, 2003d).

Relativamente à estrutura das explorações agrícolas destacam-se a sua pequena dimensão média (8,8 ha) e uma dimensão económica média (11,1 UDE) superior à média nacional (6,5 UDE), embora inferior à média da UE25 (14,4 UDE) (SRAF, 2007a), conforme pode ser visualizado no Quadro 7.

Entre 1990 e 2003, registou-se uma evolução estrutural positiva das explorações agrícolas, com o aumento da dimensão média destas de 4,8ha para 8,8ha, resultado de um aumento da SAU (19%) e de uma diminuição acentuada do número de explorações (-35%). No entanto, a fragmentação destas continua muito elevada, com uma média de 5,6 blocos por exploração, dos quais mais de 80% com menos de 1ha. No mesmo período aumentou significativamente o número de explorações com mais de 20ha e a respectiva área associada (74%, em 2003), e também o aumento das com dimensão superior a 16 UDE, acompanhada de um decréscimo em todas as classes de dimensão inferiores (SRAF, 2007a).

Esta evolução fez-se acompanhar por uma redução de 34% da mão-de-obra agrícola e de uma consolidação da especialização na produção leiteira. Em 2003, a RAA apresentava valores superiores à média nacional no que se refere aos indicadores SAU/UTA (10,3ha contra 8,1ha), MBT/exploração (13 283€ contra 7 765€) e MBT/SAU (1 514 €/ha contra 749 €/ha) e valores inferiores relativamente à SAU/exploração (8,8ha contra 10,4 ha) e UTA/exploração (0,9 UTA contra 1,3 UTA). Registe-se ainda o facto de apresentar a menor proporção de SAU por conta própria; 38% contra 71% de média nacional (Quadro 8) (SRAF, 2007a).

**Quadro 7 – Indicadores para o sector agrícola e agro-alimentar, UE, PT e Açores**

	INDICADOR	UE 25	PORTUGAL	AÇORES
<b>Utilização agrícola das terras (2003)</b>	% de terra arável	59,8	41	<b>8,4</b>
	% de pastagens permanentes	33,1	40,1	<b>88,5</b>
	% de culturas permanentes	6,9	18,3	<b>2,7</b>
<b>Estrutura das explorações agrícolas (2003)</b>	N.º de explorações agrícolas	9 870 590	359 280	<b>16 190</b>
	SAU (ha)	156 032 740	3 725 190	<b>142 050</b>
	Dimensão média das explorações (ha)	15,8	10,4	<b>8,8</b>
	Explorações com menos de 5 ha (%)	61,9	76,7	<b>67,8</b>
	Explorações com 5 ha ou mais e menos de 50 ha (%)	31,3	20,6	<b>30,1</b>
	Explorações com 50 ha ou mais (%)	6,8	2,7	<b>2</b>
	Dimensão económica média das explorações (UDE)	14,4	6,5	<b>11,1</b>
	Explorações com menos de 2 UDE (%)	47,8	51,6	<b>44,5</b>
	Explorações com 2 UDE ou mais e menos de 100 UDE (%)	49,4	47,7	<b>54,6</b>
	Explorações com 100 UDE ou mais (%)	2,8	0,7	<b>0,9</b>
	Mão-de-obra agrícola (UTA)	9 861 020	455 160	<b>13 750</b>
<b>Instrução e qualificação na agricultura (1999-2000)</b>	Agricultores com formação agrícola (%)	16,9 (UE 15)	6	<b>7</b>
<b>Estrutura etária na agricultura (2003)</b>	Rácio: % de agricultores com menos de 35 anos / agricultores com 55 anos ou mais)	0,18	0,04	<b>0,19</b>
<b>Produtividade do trabalho na agricultura (média 2002-2004)</b>	VAB/UTA, UE 25=100	100	43	<b>69 (2003)</b>
<b>Formação Bruta de capital Fixo na agricultura (2003)</b>	FBCF (milhões de euros)	44 012,40	817,9	<b>32</b>
<b>Produtividade do trabalho na indústria alimentar (2002-2003)</b>	VAB/emprego (milhares de euros por empregado)	50,5	27	<b>15,3</b>
<b>Emprego na indústria alimentar (2003)</b>	Emprego na indústria alimentar (milhares de pessoas empregadas)	4 559	165	<b>5,9</b>
<b>Desenvolvimento económico na indústria alimentar (2002-2003)</b>	VAB da indústria alimentar (milhões de euros)	206 372	3 849	<b>90</b>

Fontes: EUROSTAT, 2004; INE, 2005a.

Em 2005 podemos igualmente observar no Quadro 8 que apesar da redução dos indicadores SAU/UTA de 10,3 para 9,9 e da SAU/Exploração de 8,8 para 8,0 houve um aumento na proporção da SAU por conta própria que passou de 38 para 46% de 2003 para 2005.

**Quadro 8 – Alguns indicadores de agricultura e floresta por NUTS II e região agrária, anos de 2003 e 2005 (1ª parte).**

	Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por exploração (ha)		SAU por Unidade de Trabalho Ano (UTA) (ha)		Proporção de Explorações com rendimento do produtor agrícola singular exclusivamente da exploração (%)		Proporção da SAU por conta própria (%)	
	2003	2005	2003	2005	2003	2005	2003	2005
<b>Portugal</b>	<b>10,4</b>	<b>11,4</b>	<b>8,1</b>	<b>9,2</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>71</b>	<b>70</b>
Continente	10,8	12,0	8,3	9,4	8	7	72	71
Norte	5,7	6,2	3,9	4,5	8	7	88	88
Centro	4,9	5,5	4,0	4,4	7	7	76	76
Lisboa	7,5	11,6	5,4	8,6	12	16	78	77
Alentejo	45,6	49,5	35,7	42,2	9	8	65	63
Algarve	7,2	7,2	8,6	8,0	6	5	76	76
R. A. Açores	8,8	8,0	10,3	9,9	11	10	38	46
R. A. Madeira	0,4	0,4	0,4	0,4	5	4	92	90
<b>Regiões Agrárias</b>								
Entre Douro e Minho	4,0	4,4	2,3	2,6	6	6	81	82
Trás-os-Montes	7,2	7,7	6,0	7,0	10	7	91	91
Beira Litoral	2,3	2,6	1,7	1,9	8	6	82	80
Beira Interior	9,6	10,7	8,8	9,0	5	5	71	73
Ribatejo e Oeste	7,3	9,4	6,0	8,2	9	11	75	73
Alentejo	57,7	60,6	44,9	50,5	9	8	64	63
Algarve	7,2	7,2	8,6	8,0	6	5	76	76
R. A. Açores	8,8	8,0	10,3	9,9	11	10	38	46
R. A. Madeira	0,4	0,4	0,4	0,4	5	4	92	90

Fonte: Elaborado com base em dados do SREA, 2005 e 2006.



**Quadro 8 – Alguns indicadores de agricultura e floresta por NUTS II e região agrária, anos de 2003 e 2005 (2ª parte).**

	Proporção de produtores agrícolas singulares com actividade a tempo completo na exploração (%)		Proporção de produtores agrícolas singulares mulheres (%)		Proporção de produtores agrícolas singulares com formação secundária ou superior (%)		Idade média do produtor agrícola singular (Anos)	
	2003	2005	2003	2005	2003	2005	2003	2005
<b>Portugal</b>								
Continente	18	20	24	26	9	11	62	62
Norte	18	20	23	25	9	11	62	62
Centro	21	17	28	29	12	14	61	61
Lisboa	16	24	22	25	6	9	63	63
Alentejo	21	25	19	19	6	10	63	62
Algarve	19	19	17	20	10	14	63	63
R. A. Açores	9	9	18	21	7	7	65	66
R. A. Madeira	20	22	15	15	8	8	54	55
	7	14	43	48	1	2	62	63
<b>Regiões Agrárias</b>								
Entre Douro e Minho	34	25	34	35	10	13	61	60
Trás-os-Montes	9	9	23	25	13	15	61	62
Beira Litoral	19	26	25	29	5	8	61	61
Beira Interior	13	28	22	25	5	7	65	65
Ribatejo e Oeste	16	17	15	16	9	13	62	62
Alentejo	22	21	17	20	10	14	63	63
Algarve	9	9	18	21	7	7	65	66
R. A. Açores	20	22	15	15	8	8	54	55
R. A. Madeira	7	14	43	48	1	2	62	63

Fonte: Elaborado com base em dados do SREA, 2005 e 2006.

No mesmo quadro encontramos também dados interessantes relacionados com o facto de, embora a proporção de explorações com rendimento do produtor agrícola singular exclusivamente da exploração ter sofrido uma redução de 1% de 2003 para 2005 (passando de 11% para 10%), ter havido um aumento na proporção de produtores agrícolas singulares com actividade a tempo completo na exploração, passando em igual período (2003 para 2005) de 20 para 22%. Este último valor encontra-se acima da média nacional (18% e 20% respectivamente para 2003 e 2005).

Já no que toca à questão da proporção de produtores agrícolas singulares mulheres e à proporção de produtores agrícolas singulares com formação secundária ou superior verificou-se entre os anos em análise (2003-2005) uma estagnação em 15% e 8% respectivamente.

Não podemos no entanto ignorar o facto de a proporção de produtores agrícolas com formação secundária ou superior corresponder à terceira mais baixa do país, onde os 8% da RAA correspondem acerca de metade dos 15% registados na Região de Trás-os-Montes, a região agrária com maior taxa de agricultores com formação secundária ou superior a nível nacional.

Por fim podemos ainda mencionar a subida de 54 para 55 anos da idade média do produtor agrícola singular naquele período, sendo no entanto muito interessante referir que, de todo o país, a região agrária com agricultores mais jovens é indubitavelmente a RAA.

Referindo-nos agora à questão de quem dá rosto a esta classe agricultora poderemos reparar no Quadro 9, relativo à mão-de-obra agrícola por NUTS II e região agrária, que cerca de 81% (80,46%) na Região Autónoma dos Açores correspondem a mão-de-obra agrícola familiar, restando meramente 19,54% como mão-de-obra agrícola não familiar.

Dentro destas famílias açorianas ligadas à agricultura é notoriamente o produtor que toma o protagonismo, visto corresponder a 50,83% da mão-de-obra agrícola total. Os segundo e terceiro lugares a nível de representatividade correspondem igualmente ao agregado familiar do produtor sendo de, 15,14% para outros membros da família e de 14,49% para o cônjuge. Só a seguir emerge o valor de 14,09% relativo à mão-de-obra agrícola não familiar permanente.

**Quadro 9 – Mão-de-obra agrícola por NUTS II e região agrária, 2005.**

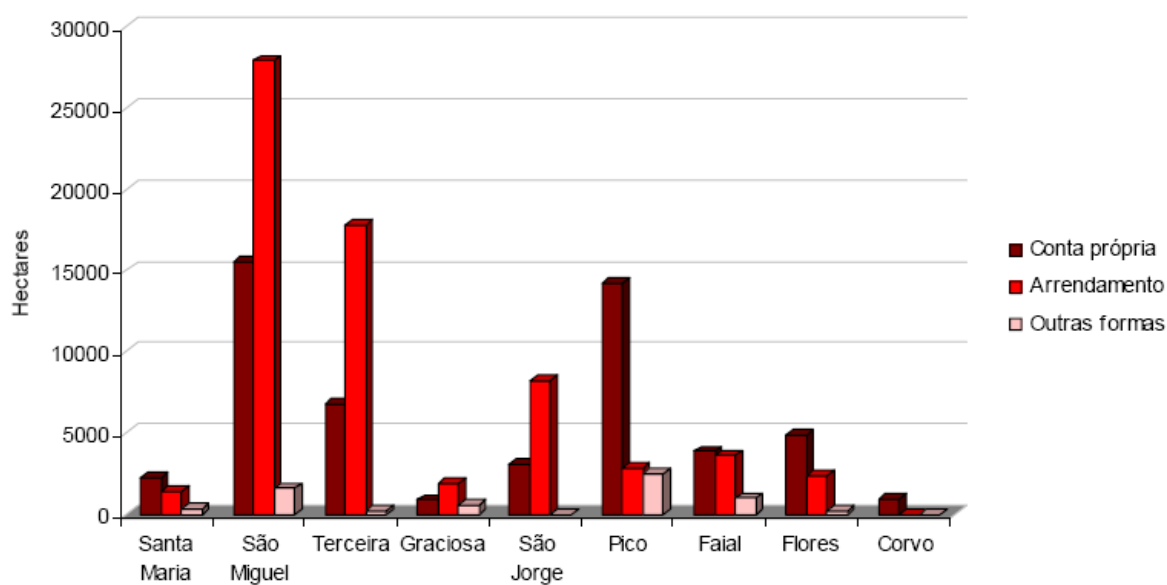
Unidade: N° UTA

	Mão-de-obra agrícola total	Mão-de-obra agrícola familiar			Mão-de-obra agrícola não familiar		
		Produtor	Cônjuge	Outros membros da família	Permanente	Eventual	Mão-de-obra não contratada pelo produtor
<b>Portugal</b>	<b>400 021</b>	<b>175 503</b>	<b>102 049</b>	<b>52 137</b>	<b>40 944</b>	<b>27 441</b>	<b>1 948</b>
Continente	376 370	163 899	97 807	48 053	38 402	26 351	1 859
Norte	155 309	66 112	41 431	26 417	10 439	9 972	939
Centro	149 024	68 836	44 929	16 611	10 104	8 260	287
Lisboa	11 958	4 939	2 268	842	2 841	1 036	33
Alentejo	46 881	17 571	6 307	2 809	13 284	6 372	539
Algarve	13 197	6 442	2 875	1 375	1 734	710	61
R. A. Açores	12 423	6 315	1 800	1 881	1 750	589	89
R. A. Madeira	11 228	5 289	2 442	2 203	792	501	-
<b>Regiões Agrárias</b>							
Entre Douro e Minho	88 050	36 761	24 305	17 063	5 953	3 630	338
Trás-os-Montes	67 260	29 351	17 126	9 354	4 486	6 343	600
Beira Litoral	79 738	36 964	25 523	9 822	4 350	2 944	134
Beira Interior	42 588	20 717	13 186	3 724	2 211	2 650	99
Ribatejo e Oeste	50 047	20 073	10 319	4 663	9 161	5 659	173
Alentejo	35 491	13 592	4 473	2 053	10 506	4 415	452
Algarve	13 197	6 442	2 875	1 375	1 734	710	61
R. A. Açores	12 423	6 315	1 800	1 881	1 750	589	89
R. A. Madeira	11 228	5 289	2 442	2 203	792	501	-

Fonte: Elaborado com base em dados do SREA, 2006.

Comparativamente à média nacional podemos verificar que o peso da mão-de-obra agrícola familiar açoriana fica ligeiramente aquém dos 82,42% (80,46%) correspondentes a Portugal, embora dentro desta o peso do produtor venha a cair para 43,87% (face aos 50,83% a nível nacional) enquanto sobe a importância do cônjuge no agregado familiar agrícola nacional com os seus 25,50% relativamente aos 14,49% na RAA.

Numa análise às tipologias de exploração, nomeadamente “Arrendamento”, “Conta própria” e “Outras formas” verifica-se que a por “Conta própria” é a forma mais comum de exploração (Figura 28). Contudo, a exploração por “Arrendamento” assume igualmente alguma representatividade, sobretudo nas ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge e Graciosa onde constitui a principal tipologia de exploração (UAA/DB/SG, 2003d).



**Figura 28 – Superfície agrícola utilizada na RAA, por ilha, segundo as tipologias de exploração (2003).**

Fonte: INE, 2005a.

Dentro destas explorações agrícolas encontramos inúmeras realidades, sendo por isso igualmente importante abordarmos quais as opções produtivas destes agricultores insulares. Por este motivo seguem-se mais alguns pontos neste capítulo, entre os quais o relativo às produções vegetais e animais e outro relativo às fileiras de produção.

### 2.1.2 – Produção vegetal e animal

Observando o quadro abaixo verificamos que, tal como no resto do território europeu, grande parte do território da região é dominada pelo uso agro-florestal. A região apresenta, contudo, uma maior predominância de ocupação agrícola e uma menor predominância de ocupação florestal de produção que o conjunto da UE e Portugal. A ocupação natural é mais relevante em Portugal e, particularmente, na RAA, do que na UE25 (SRAF, 2007a).

**Quadro 10 – Uso do solo e estrutura das explorações, UE 25, Portugal e Açores**

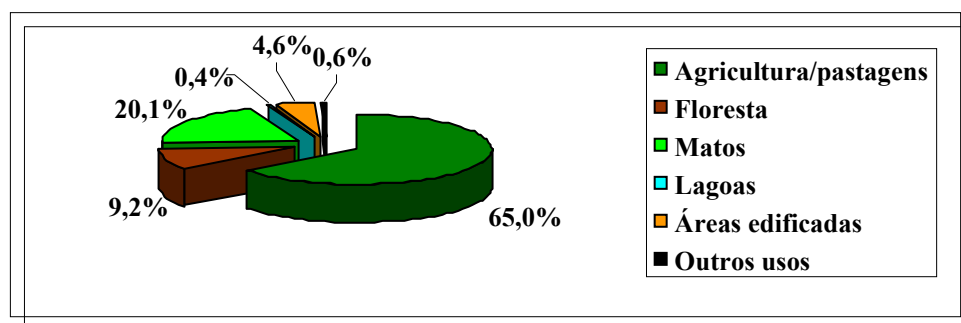
INDICADORES		UE25	Portugal	RAA
<b>Uso do solo (2000 e 2005)</b>	Ocupação agrícola (%)	47	47,9	65,0
	Ocupação florestal (%)	31	27,4	9,2
	Ocupação natural (%)	16	20,7	20,5
	Ocupação artificial (%)	4	2,7	4,6
<b>Estrutura das explorações agrícolas (2003)</b>	N.º de explorações	9 870 590	359 280	16 190
	SAU (ha)	156 032 740	3 725 190	142 050
	Dimensão média das explorações (ha)	15,8	10,4	8,8
	Floresta de produção (1000 ha)	116 901	1 897	18,7
<b>Estrutura Florestal (2000)</b>	Floresta pública (%)	9,6	9,2	0,02
	Floresta privada (%)	64,8	89,5	67
	Dimensão média das explorações florestais privadas (ha) – 2003	11,7	7,5	4,2

Fonte: EUROSTAT, 2000; EEA, 2002; SRAF, 2007a.

Em 2003, a SAU da região representava, respectivamente, 0,09% e 3,8% do total da UE25 e do país e o número de explorações agrícolas, 0,16% e 4,5%. A dimensão média das explorações (8,8 ha) era ainda bastante inferior à média europeia (15,8 ha) e nacional (10,4 ha) (SRAF, 2007a).

As características naturais do arquipélago determinam a existência de uma grande diversidade de condições agroecológicas. O destaque vai para as excelentes condições para a produção pecuária, proporcionadas pelas condições edafo-climáticas do arquipélago e que determinam que as paisagens rurais sejam dominadas pelas pastagens (SRAF, 2007a).

Esta última fonte menciona ainda que o uso actual do solo na RAA, tendo por base as grandes classes de uso, distribui-se da seguinte forma:



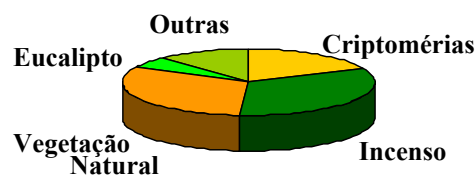
**Figura 29 – Uso do solo na RAA.**

Fonte: SRAF, 2007a.

No que respeita à ocupação agrícola destaca-se que 95% da SAU é ocupada por pastagens, prados e forragens. Relativamente à ocupação florestal verifica-se que 64% da Superfície Florestal é ocupada por incenso e vegetação natural, representando a criptoméria mais de 60% da floresta de produção (SRAF, 2007a).



**Figura 30 – Ocupação da superfície agrícola útil**



**Figura 31 – Ocupação da superfície florestal**

**Quadro 11 – Ocupação da superfície agrícola útil**

Culturas agrícolas	Área na SAU	
	ha	%
Pastagens, prados e forragens	114 093	94,1%
Fruticultura	1 866	1,5%
Vinha	1 699	1,4%
Horticultura	436	0,4%
Outras	3 211	2,6%
SAU	121 305	100,0%

Fonte: INE, 2001a.

**Quadro 12 – Ocupação da superfície florestal.**

Espécies florestais	Área na SF	
	ha	%
Criptomérias	11 382	18,1%
Incenso	20 757	33,0%
Vegetação Natural	19 748	31,4%
Eucalipto	3 627	5,8%
Outras	7 468	11,9%
TOTAL	62 982	100,0%

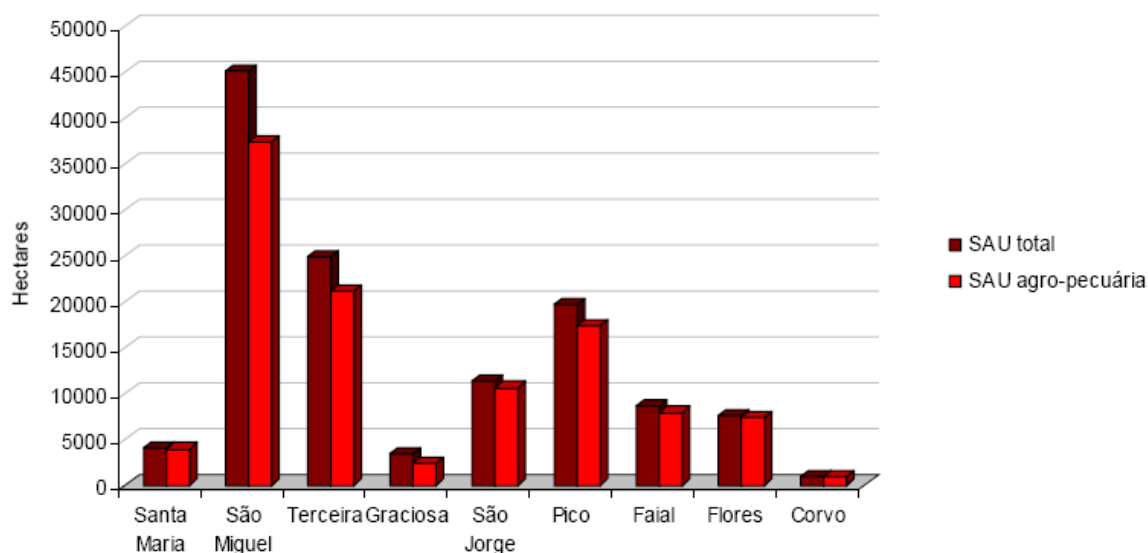
Não estão considerados cerca de 7 000ha que se encontram em fase de inventariação.

Fonte: SRAF, 2007a

Estes valores estão de acordo com os dados mais recentes do SREA (2006) apresentados no Quadro 13. Neste, podemos verificar que cerca de 89% (88,91%) da SAU são utilizados para as pastagens permanentes (109 164 hectares num total de 122 783).

Na Figura 32 apresenta-se a relação da SAU total e da SAU na agro-pecuária em 2003, segundo as ilhas. Os casos mais destacáveis são os referentes às ilhas das Flores e Corvo, para as quais a SAU na agro-pecuária tem uma representatividade superior a 98% do total da superfície agrícola (UAA/DB/SG, 2003d).

Esta última fonte refere ainda que a ilha Graciosa é a que apresenta a menor ocupação percentual da SAU, com prados ou pastagens permanentes (76,0%).



**Figura 32 – SAU total e SAU na agro-pecuária na RAA, por ilha (2003).**  
Fonte: INE, 2005a.

Apesar da utilização do solo afecto à agrícola ser predominantemente ocupado por culturas agrícolas e florestais, a SRAF (2006), verificava que apenas nas Flores e no Corvo se registava um peso considerável de outras utilizações (30 e 23%, respectivamente). No caso de S. Miguel, Terceira e S. Jorge as culturas agrícolas e florestais utilizavam 98% da área das explorações agrícolas (Figura 33) (SRAF, 2006). Ao longo do desenvolvimento da parte prática da tese teremos a oportunidade de verificar que este panorama do Grupo Ocidental foi alterado até ao presente ano de 2008.

Confirmando a enorme vocação do Arquipélago para a produção pecuária, esta última fonte menciona a predominância desta na agricultura de todas as ilhas. Expressivo era o peso de São Miguel e da Terceira que juntos ocupavam em (1999) mais de 50% das pastagens permanentes dos Açores, sendo ainda relevante o peso do Pico e de S. Jorge (30%) (SRAF, 2006).

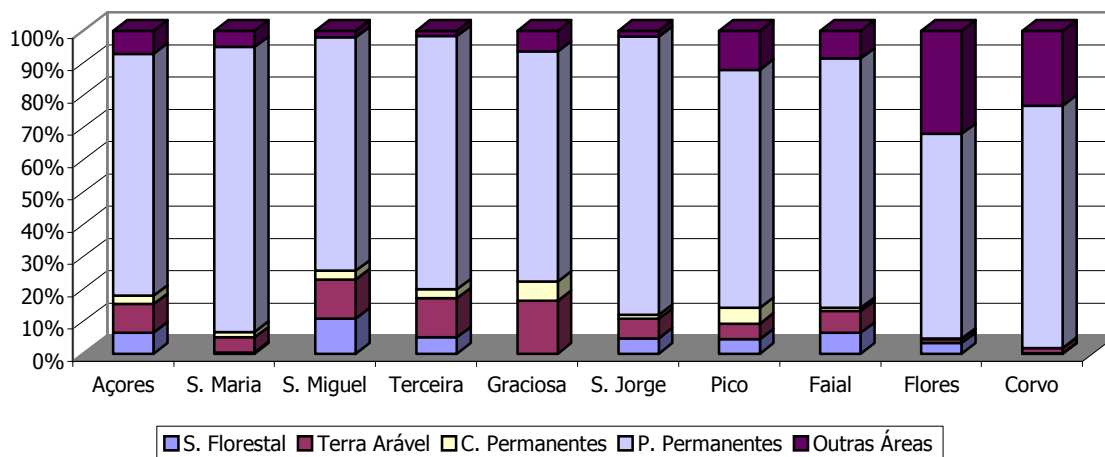
**Quadro 13 – Explorações por NUTS II e região agrária, segundo a utilização da SAU, 2005.**

	SAU		Terra arável		Horta familiar		Culturas permanentes		Pastagens permanentes	
	Explorações	Área ha	Explorações	Área ha	Explorações	Área ha	Explorações	Área ha	Explorações	Área ha
<b>Portugal</b>	322 617	3 679 587	226 244	1 240 701	206 376	21 408	259 718	648 863	86 382	1 768 616
Continente	295 784	3 552 347	208 233	1 228 939	192 871	20 712	242 840	643 520	76 256	1 659 175
Norte	114 226	705 790	86 084	221 805	88 087	6 167	102 236	217 843	38 899	259 974
Centro	118 693	658 038	83 504	238 657	85 236	10 539	94 446	189 759	23 270	219 084
Lisboa	8 754	102 592	6 184	36 136	3 709	1 063	4 920	13 238	1 313	52 155
Alentejo	39 413	1 979 701	24 509	689 971	9 863	1 907	27 757	178 591	11 647	1 109 232
Algarve	14 699	106 225	7 951	42 370	5 977	1 036	13 482	44 089	1 128	18 730
R. A. Açores	15 258	122 783	9 010	9 679	8 405	549	8 148	3 390	9 505	109 164
R. A. Madeira	11 575	4 458	9 000	2 082	5 101	146	8 730	1 954	620	276
<b>Regiões Agrárias</b>										
Entre Douro e Minho	52 642	232 260	48 803	95 590	40 368	2 080	46 345	28 633	11 911	105 958
Trás-os-Montes	64 584	473 530	37 282	126 215	47 719	4 088	55 891	189 211	26 988	154 017
Beira Litoral	58 538	151 949	51 013	84 714	48 557	3 977	41 099	44 026	10 736	19 231
Beira Interior	35 720	384 005	20 410	108 106	24 875	3 682	33 513	83 236	11 345	188 981
Ribatejo e Oeste	43 497	412 093	25 047	154 707	19 122	4 861	31 876	98 092	3 523	154 433
Alentejo	29 106	1 792 285	17 728	617 237	6 253	989	20 634	156 233	10 627	1 017 826
Algarve	14 699	106 225	7 951	42 370	5 977	1 036	13 482	44 089	1 128	18 730
R. A. Açores	15 258	122 783	9 010	9 679	8 405	549	8 148	3 390	9 505	109 164
R. A. Madeira	11 575	4 458	9 000	2 082	5 101	146	8 730	1 954	620	276

Fonte: Elaborado com base em dados do SREA, 2006.



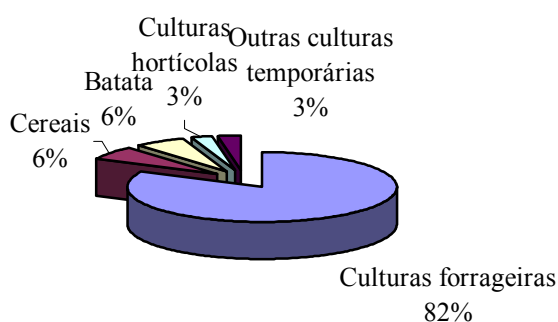
Quando nos referimos à superfície florestal do conjunto das explorações agrícolas do Arquipélago podemos verificar que é da ordem dos 9 mil hectares, estando mais de 80% da área total concentrada nas ilhas de S. Miguel (5 150 ha), da Terceira (1 328 ha) e do Pico (1 014 ha) (SRAF, 2006).



**Figura 33 – Utilização da superfície das explorações agrícolas (1999)**

Fonte: INE, 2001a.

Segundo a SRAF (2006) as terras aráveis representavam apenas 10% da SAU, sendo de assinalar a sua reduzida expressão, particularmente, nas ilhas de S. Maria, Graciosa, Corvo e Flores (valores inferiores a 1 000 ha). No que reporta aos dados do INE observados no quadro anterior (Quadro 13) podemos observar que as terras aráveis, relativamente à Região Autónoma, diminuíram para aproximadamente 8% (7,88%).



**Figura 34 – Principais culturas temporárias (1999)**

Fonte: INE, 2001a

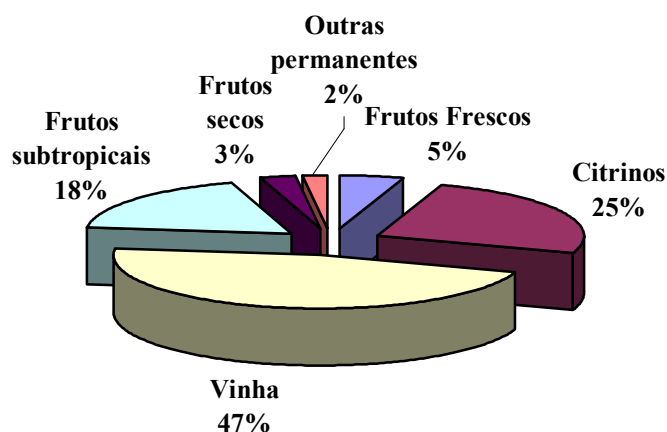
Ainda de acordo com o SRAF (2006), das culturas temporárias, que ocupam 95% da superfície das terras aráveis, as que têm maior representatividade são as forrageiras que

ocupam 82% do total da área, os cereais para grão e a batata (6%) e as culturas hortícolas (Figura 34).

Olhando no entanto para o quadro 13 verificamos que o peso das culturas forrageiras sobe para 88,90% em 2005. Facto consolidado com os dados avançados pela fonte SRAF (2007a), que nos afirma que a utilização das terras agrícolas na RAA é claramente dominada pelas pastagens permanentes (88,5% em 2003, mais do dobro do verificado na UE 25 e Portugal). No período inter censitário (1989-1999) verificou-se uma diminuição da superfície das explorações agrícolas dedicada às culturas permanentes, terras aráveis e superfície florestal e um aumento da área das pastagens permanentes.

Abaixo dos 300m de altitude, o nível tradicionalmente associado à terra arável, é possível realizar uma grande diversidade de culturas, do milho às hortícolas e da vinha à bananeira. Estas produções têm normalmente associadas paisagens particulares, de que relevam os abrigos naturais e os muros de pedra, essenciais para garantir a protecção das culturas dos ventos e da ressalga (SRAF, 2007a).

Observando a figura 35 conseguimos facilmente verificar que, das culturas permanentes a mais importante é a vinha (com 47%) seguida dos citrinos e dos frutos subtropicais (ananás e banana). Em conjunto estas três culturas representam mais de 80% da superfície ocupada pelas culturas permanentes.



**Figura 35 – Principais culturas permanentes (1999)**

Fonte: INE, 2001a.

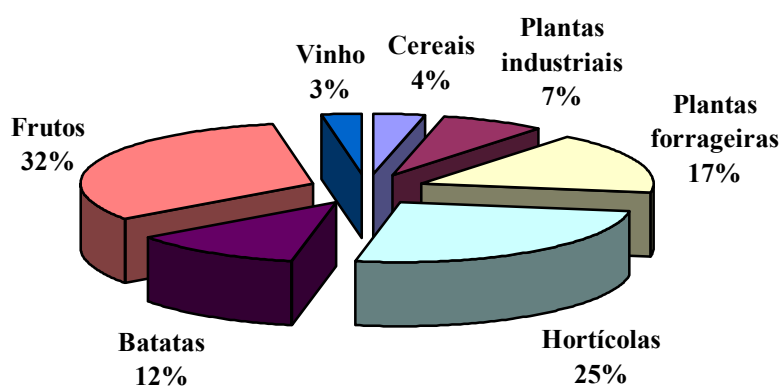
A cultura da vinha encontra-se principalmente no Pico, em S. Miguel, na Terceira e em São Jorge. A citricultura e os produtos subtropicais localizam-se principalmente em S. Miguel (SRAF, 2006).

No contexto do mercado da produção vegetal, as frutas, as hortícolas e a batata têm grande relevância, gerando 70% do valor da produção vegetal e 10% da produção do ramo agrícola (Figura 36). Saliente-se a importância dos frutos frescos (que correspondem a 32% da produção vegetal) e, muito particularmente, dos frutos subtropicais (que ocupando 18% da área de culturas permanentes, representam 25% daquela) (SRAF, 2006).

Esta última fonte releva-nos o facto do vinho e dos citrinos terem uma muito baixa representatividade no valor da produção agrícola da Região, apesar de terem uma expressão significativa do ponto de vista da ocupação de área agrícola.

Tendo em conta o nível dos 300 metros de altitude como referência, já anteriormente mencionado, a fonte SRAF (2007a) afirma que acima daquele as possibilidades de diversificação cultural reduzem-se até se resumirem praticamente às pastagens e forragens ou à floresta. Algumas culturas, como por exemplo a beterraba, ainda são possíveis acima dos 300 m mas a esta altitude a qualidade da produção como matéria-prima para a indústria é muito baixa.

Por outro lado, abaixo dos 300 m, as possibilidades de intensificação forrageira, nomeadamente baseada no milho-forragem, são muito superiores às do patamar superior. Tomando aquela altitude como limite superior da zona onde as possibilidades de intensificar e diversificar são maiores, verificamos que tal zona representa cerca de metade do território açoriano (SRAF, 2007a).



**Figura 36 – Produção vegetal dos Açores (2000)**

Fonte: INE, 2002.

Dados, também eles, relevantes são os que dizem respeito ao efectivo pecuário dos Açores o qual é dominado pelos bovinos produtores de leite e de carne, totalizando em 1999

cerca de 240 mil animais, dos quais cerca de 100 mil eram vacas leiteiras. São Miguel é a ilha que concentra o maior volume de animais, representando 45% do efectivo bovino da Região, à qual se segue a Terceira com 25%. As ilhas do Pico (8%), de S. Jorge (7%) e do Faial (6%), são as restantes ilhas com expressão (SRAF, 2006).

**Quadro 14 – Evolução do efectivo bovino e da produtividade das vacas leiteiras, 1999-2003**

Indicadores		1999	2003	Variação 1999/2003
Bovinos	N.º de explorações	9 873	8 497	-13,9%
	N.º de animais	238 396	226 808	-4,9%
	N.º animais/exploração	24	27	10,5%
Vacas leiteiras	N.º de explorações	5 119	4 672	-8,7%
	N.º de animais	98 688	93 831	-4,9%
	N.º animais/exploração	19	20	4,2%
Produtividade/vaca leiteira (litros)		4 805	5 246	9,2%

Fonte: INE, 2001a; SREA, 2003b; INE, 2005a.

A fonte SRAF (2007a), reitera a informação anteriormente veiculada quando afirma que em 1999, 71 % do efectivo bovino e 82% do efectivo de vacas leiteiras se concentravam nas ilhas de São Miguel e Terceira. Entre 1999 e 2003 verificou-se uma diminuição do número de explorações com bovinos, do número de explorações com vacas leiteiras e dos respectivos efectivos totais, e um aumento do número de animais por exploração. Em ambos os anos cerca de 41% do efectivo bovino era constituído por vacas leiteiras, expressando a forte especialização leiteira da produção pecuária. No mesmo período a produtividade das vacas leiteiras aumentou 9% (SRAF, 2007a).

Em 2003, 53% das explorações agrícolas tinham bovinos e 29% vacas leiteiras. Os bovinos, em particular os bovinos de leite, são o efectivo dominante em toda a Região; todos os outros efectivos têm pouca expressão, quer em número de explorações quer na dimensão dos efectivos (SRAF, 2007a).

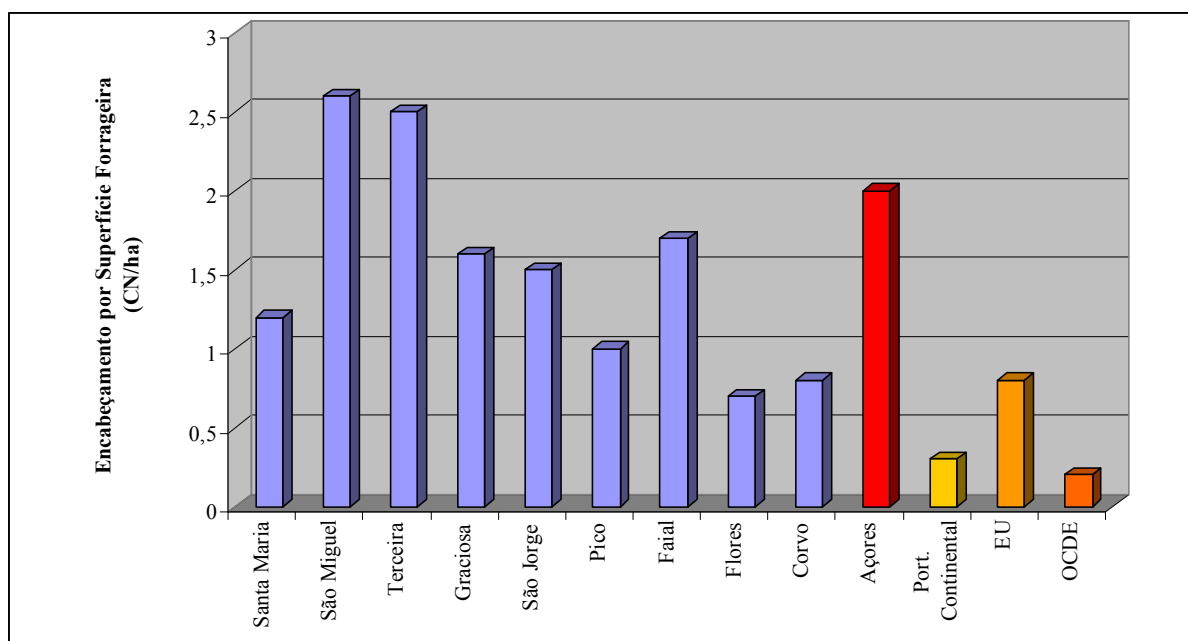
É esta mesma informação que nos é fornecida pela fonte SRAF (2006) quando nos refere que os suínos totalizam aproximadamente 60000 animais, com uma evidente concentração nas ilhas de S. Miguel e Terceira (com cerca de 80% do total da Região) e os pequenos ruminantes rondam os 15000, concentrando-se nestas ilhas cerca de 55% do efectivo ovino e caprino.

O encabeçamento médio dos Açores é de 2,1 CN/ha de superfície forrageira, registando-se os valores máximos em São Miguel e na Terceira, com 2,8 CN/ha e 2,5 CN/ha, respectivamente (Figura 37). Nas restantes ilhas, as explorações agrícolas mostram-se tendencialmente, menos intensivas, com valores inferiores a 2,0 CN/ha (DROTRH, 2001).

Esta última fonte comenta ainda que, admitindo-se, com base em bibliografia especializada, que valores de encabeçamento superiores a 1,4 CN/ha indiciam a uma forte pressão pecuária, pode inferir-se que em São Miguel e na ilha Terceira se podem registar efeitos negativos inerentes a este tipo de actividade sobre a qualidade dos seus recursos hídricos. Nas restantes ilhas, as explorações pecuárias, tendencialmente, menos intensivas. Nas ilhas das Flores e do Corvo o encabeçamento não ultrapassa a 1 CN/ha.

Na figura 37 pode-se verificar que a densidade de bovinos por hectare da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) correspondente aos Açores é bastante elevada, o que traduz uma maior empresarialização das explorações e o aumento dos efectivos pecuários (DROTRH, 2001).

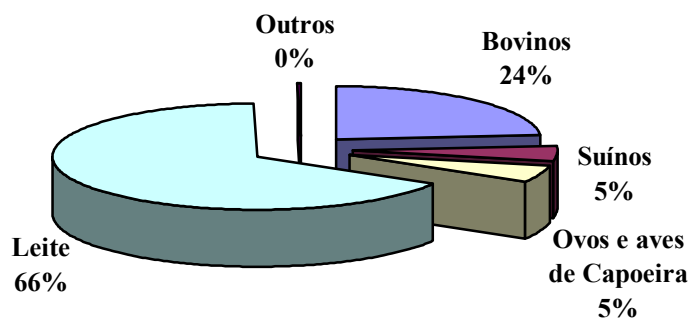
Esta intensificação é bastante superior não só à da União Europeia (0,8 CN/ha), como e principalmente à de Portugal Continental (0,3 CN/ha) e à da OCDE (0,2 CN/ha).



**Figura 37 – Encabeçamento dos efectivos pecuários, por ilha (1999)**

Fonte: DROTRH, 2001.

Segundo o SRAF (2006), na actividade animal há a destacar a importância muito significativa da produção de leite, sendo o seu valor económico no ano 2000 de 161 milhões de euros (preços correntes), seguida da produção de carne de bovinos (Figura 38).



**Figura 38 – Produção animal dos Açores**

Fonte: INE, 2002.

Observando o quadro 15, podemos verificar que, a nível da RAA o efectivo pecuário por NUTS II e região agrária sofreu em todas as categorias, exceptuando a dos ovinos por exploração, um aumento entre 2003 e 2005. O registo mais significativo corresponde ao das vacas leiteiras por exploração onde encontramos um aumento de 20 para 24 entre os anos de 2003 e 2005.

Quando olhamos para as outras regiões agrárias verificamos que, são nos bovinos por exploração que os Açores tomam um certo protagonismo, ainda mais quando observamos a sua reduzida dimensão territorial. Somente duas regiões agrárias se encontram à frente dos Açores neste item, são elas o Alentejo e o Ribatejo e Oeste.

Quanto às cabeças normais por SAU verificamos que, apesar do aumento de 0,38 a RAA perdeu o seu protagonismo ao ficar em terceiro lugar, atrás da Região Autónoma da Madeira e da Beira Litoral com as suas 2,95 e 2,26 cabeças normais/SAU. Estas duas últimas regiões agrárias sofreram um aumento significativo no grau de intensificação de animais por área, estando inclusivamente no limite permitido para as candidaturas aos subsídios (3,0 CN).

Quadro 15 – Efectivo Pecuário por NUTS II e região agrária, anos de 2003 e 2005.

	Bovinos por Exploração		Vacas leiteiras por exploração		Suínos por exploração		Caprinos por exploração		Ovinos por exploração		Cabeças normais por SAU	
	2003	2005	2003	2005	2003	2005	2003	2005	2003	2005	2003	2005
<b>Portugal</b>	16	21	12	18	20	22	43	45	10	12	0,33	0,56
Continente	16	21	11	17	20	23	44	46	10	13	0,30	0,52
Norte	9	10	12	20	5	5	22	25	16	20	0,44	0,53
Centro	9	12	7	10	18	20	26	27	7	8	0,36	1,00
Lisboa	58	85	55	83	142	255	42	52	14	15	0,42	0,91
Alentejo	104	119	42	73	82	127	117	121	25	29	0,24	0,36
Algarve	19	20	3	5	18	19	46	51	23	19	0,16	0,24
R. A. Açores	27	29	20	24	10	11	5	6	4	3	1,13	1,51
R. A. Madeira	2	4	2	3	7	7	6	4	3	3	0,59	2,95
<b>Regiões Agrárias</b>												
Entre Douro e Minho	9	10	13	23	5	5	9	10	10	14	0,96	1,13
Trás-os-Montes	8	9	7	9	4	4	57	67	28	33	0,18	0,24
Beira Litoral	7	9	8	10	11	13	11	12	5	5	0,73	2,26
Beira Interior	12	16	5	6	7	7	61	63	9	11	0,25	0,29
Ribatejo e Oeste	38	57	36	66	108	157	27	30	10	16	0,30	1,06
Alentejo	106	123	37	65	61	91	133	136	27	29	0,23	0,31
Algarve	19	20	3	5	18	19	46	51	23	19	0,16	0,24
R. A. Açores	27	29	20	24	10	11	5	6	4	3	1,13	1,51
R. A. Madeira	2	4	2	3	7	7	6	4	3	3	0,59	2,95

Fonte: Elaborado com base em dados do SREA, 2005 e 2006.

## **2.1.3 – Padrão de especialização produtiva das ilhas**

### **2.1.3.1 – Fileiras dos “sectores de diversificação”**

As fileiras dos “sectores de diversificação” estão ligadas às principais produções vegetais (horticultura, fruticultura, floricultura e plantas ornamentais, vinha e culturas industriais) e ao mel. Ao longo dos últimos anos as áreas dedicadas às principais culturas têm decrescido, com excepção das relativas às flores e plantas, citrinos e horta familiar (SRAF, 2007a).

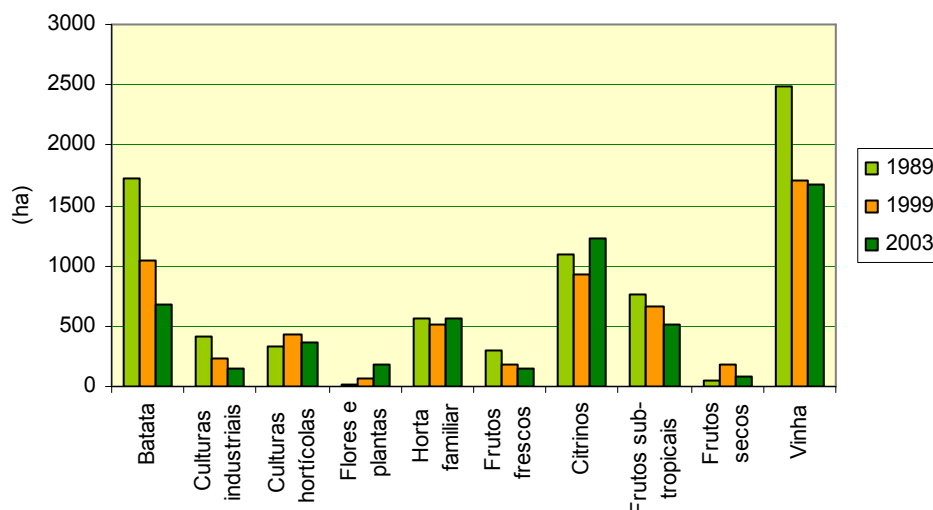
#### **A – Fruticultura, horticultura, floricultura e plantas ornamentais e culturas industriais**

Na RAA os sectores da fruticultura, horticultura, floricultura e plantas ornamentais e culturas industriais significam, no conjunto, 11,1% da estrutura da produção agrícola. Esta menor importância, quando comparada com a do leite e da carne, resulta, por um lado, das condições naturais pouco favoráveis ao desenvolvimento da maioria das culturas (ventos fortes, níveis de humidade propícios ao desenvolvimento de fungos e pragas, por exemplo), e, por outro, dos elevados custos de produção associados a mercados locais muito pequenos e fragmentados (SRAF, 2007a).

A mesma fonte refere ainda que estas culturas se desenvolvem em explorações com áreas com dimensão média inferior a 0,5 ha, sendo a sua oferta fortemente atomizada e a organização das fileiras inexistente ou incipiente. A maioria da produção destina-se aos mercados locais e ao auto-consumo. A fraca capacidade concorrencial face aos produtos provenientes do exterior, determina um reduzido grau de auto-aprovisionamento da Região, tendo-se verificado, ao longo dos últimos anos, um aumento sucessivo das importações e uma perda progressiva da auto-suficiência das ilhas em produtos frescos.

Factor este evidenciado no Capítulo III da Parte II deste trabalho, no caso concreto da ilha das Flores.





**Figura 39 – Evolução das principais áreas de cultivo, 1989, 1999, 2003.**

Fonte: INE, 1989; INE, 1999; INE, 2005b.

Em 2003, a fruticultura representava 3,1% da Margem Bruta Padrão gerada pelo sector agrícola. Parte significativa daquele valor (37%) é gerado por explorações de pequena dimensão económica (< 4 UDE). Sobressaem, pela sua importância relativa, os citrinos (com destaque para as laranjeiras) e os frutos subtropicais (com destaque para a banana), com, respectivamente, 62% e 26% da área total ocupada pelas culturas frutícolas. Neste sector destaca-se ainda a existência de 2 produtos com Denominação de Origem Protegida (DOP): o “Ananás dos Açores” e o “Maracujá de São Miguel”, cujas áreas de produção abrangem apenas a ilha de São Miguel. O primeiro tem uma produção média anual de 1 900 t e é produzido em cerca de 450 explorações com um área de 74 ha; o segundo apenas começou a ser comercializado como tal em 2003/2004 por 3 explorações agrícolas, apresentando uma produção de 2 t (SRAF, 2007a).

Esta fonte acrescenta que a horticultura (incluindo a floricultura e outras ornamentais) representa 3,2% da Margem Bruta Padrão gerada pela agricultura açoriana. Trata-se de um sector em que 74% daquele valor é gerado por explorações com uma dimensão económica importante (> 40 UDE). Este aspecto, visto a par da diminuta percentagem de explorações com culturas hortícolas destinadas ao mercado, mostra apreciável estruturação e especialização neste sector.

Algumas destas culturas hortícolas apresentam total inexpressão a partir de 1998, caso concreto da chicória, fava e feijão conforme representadas nos quadros 16 e 17 relativos às área e produção dos principais produtos agrícolas do Arquipélago dos Açores no período compreendido entre 1994 e 2004.

Outras, como sejam, a batata-doce e o inhame, embora não representadas nos quadros em questão continuam apresentando um grande peso nos hábitos de consumo de algumas ilhas do arquipélago, nomeadamente a ilha das Flores.

Apesar do seu menor peso na estrutura produtiva, estas fileiras têm uma importância relevante ao nível regional: asseguram uma significativa auto-suficiência às famílias, dão origem a produtos com qualidade diferenciada, alguns com capacidade de expedição para o exterior (como os casos do ananás e de plantas e flores) e estão associadas à imagem dos Açores devido ao seu elevado valor gastronómico, paisagístico e cultural. Neste contexto, é de realçar a utilização de abrigos naturais, a cujo valor paisagístico se contrapõem os elevados custos de manutenção e a menor produtividade da terra para estas culturas, já que, em média, os abrigos ocupam 20% das áreas efectivamente em cultura (SRAF, 2007a).

No âmbito da produção vegetal dos Açores destacam-se ainda as fileiras de algumas culturas industriais (apenas em São Miguel) como a beterraba, o tabaco e o chá onde, pela forte ligação existente entre a produção e a indústria, existe uma maior capacidade de organização. Enquanto a fileira do chá tem conhecido um crescimento importante (a produção mais do que quadruplicou no período 1993/2003), as fileiras do tabaco e, sobretudo, da beterraba sacarina têm vindo a perder sucessivamente importância, em grande parte devido a restrições impostas pela PAC (SRAF, 2007a). Isto pode ser visualizado nos quadros 16 e 17 seguintes.

Em resumo, nos Açores as principais necessidades destas fileiras centram-se na organização, na inovação, nomeadamente através do desenvolvimento de modos de produção adaptados às condições naturais regionais, na valorização e desenvolvimento das produções de qualidade diferenciada e na criação de melhores condições para o acesso aos mercados (SRAF, 2007a).

**Quadro 16 – Área (ha) dos principais produtos agrícolas do Arquipélago dos Açores por ano (período de 1994 a 2004).**

	1994	1995	1996(a)	1997(a)	1998(a)	1999(a)	2000(a)	2001(a)	2002(a)	2003(a)	2004(a)
<b>Total</b>	<b>12 734,6</b>	<b>13 391,9</b>	<b>11 972,9</b>	<b>11 876,1</b>	<b>10 704,0</b>	<b>12 881,7</b>	<b>9 864,0</b>	<b>9 678,9</b>	<b>8 390,9</b>	<b>8 686,9</b>	<b>8 517,7</b>
<b>Total Açores</b>											
Amendoim	14,9	9,7	7,3	12,1	x	x	x	x	x	x	x
Batata do Cedo	703,2	742,2	485,5	554,5	501,6	429,6	447,1	444,6	398,7	392,2	452,5
Batata do Tarde	996,6	953,7	902,7	902,7	951,9	818,0	807,7	805,8	790,5	693,5	756,7
Batata-doce	226,9	219,3	214,8	145,8	x	x	x	x	x	x	x
Beterraba Sacarina	627,0	818,0	502,2	354,2	242,4	140,5	152,7	224,0	172,8	167,9	223,7
Cebola	76,3	102,5	86,3	93,5	x	x	x	x	x	x	x
Chá	24,0	41,0	41,0	41,0	41,0	39,7	39,7	39,7	35,3	36,0	36,2
Chicória	100,0	70,0	61,0	70,0	65,5	x	x	x	x	x	x
Fava	268,0	313,2	343,8	328,9	x	x	x	x	x	x	x
Feijão	374,7	369,4	327,6	319,2	x	x	x	x	x	x	x
Inhame	134,0	128,8	125,5	123,8	x	x	x	x	x	x	x
Milho-Grão	1 887,1	1 732,9	1 567,8	1 484,9	1 471,5	930,7	871,4	819,7	792,7	735,0	711,1
Milho Forragem	5 154,7	5 940,7	5 334,5	5 418,5	5 421,6	8 750,7	5 766,3	5 594,0	4 524,6	5 013,3	4 580,8
Tabaco	90,0	88,1	98,3	98,9	89,2	83,0	76,6	60,6	37,4	45,8	47,7
Tremoço	23,3	13,3	8,4	8,8	x	x	x	x	x	x	x
Trigo	0,4	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Vinho	2 033,5	1 849,1	1 886,2	1 919,3	1 919,3	1 689,5	1 702,5	1 690,5	1 638,9	1 603,2	1 709,0

(a) Valores estimados.

Fonte: SREA, 2006.

Analisando o quadro acima podemos verificar que os dois produtos agrícolas com maior expressão a nível de área correspondem ao milho forragem e ao vinho respectivamente com valores iniciais de 5 154,7 ha e 2 033,5 ha em 1994 e 4 580,8 e 1 709,0 ha em 2004. Embora apresentando áreas inferiores às iniciais, no intervalo de 10 anos em estudo (1994-2004), ambas as culturas não perderam o protagonismo e a expressividade em área para as demais culturas. No caso concreto do milho grão, enquanto em 1994 apresentava-se em terceiro lugar no *ranking*

dos principais produtos da RAA com a área de 1 887,1 ha em 2004 cai para quarto lugar, com 711,1 ha, em detrimento da batata do tarde que alcança os 756,7 ha.

**Quadro 17 – Produção (t) dos principais produtos agrícolas do Arquipélago dos Açores por ano (período de 1994 a 2004).**

	1994	1995	1996(a)	1997(a)	1998(a)	1999(a)	2000(a)	2001(a)	2002(a)	2003(a)	2004(a)
<b>Total</b>											
<b>Total Açores</b>											
Amendoim	17,7	18,1	13,4	29,7	x	x	x	x	x	x	x
Batata do Cedo	11 854,1	10 380,8	6 509,9	7 047,6	6 954,1	6 323,4	6 507,9	6 103,4	5 922,7	4 698,7	4 984,4
Batata do Tarde	21 864,7	19 869,0	18 624,9	18 527,5	19 773,2	21 745,6	21 547,5	20 401,9	20 161,9	12 878,1	14 344,0
Batata-doce	2 233,1	2 943,6	2 441,0	1 828,5	x	x	x	x	x	x	x
Beterraba Sacarina	33 674,0	34 855,6	20 735,2	17 041,4	7 588,6	6 300,7	7 699,3	8 975,9	7 039,9	5 265,4	9 329,5
Cebola	1 475,0	1 210,1	1 065,0	1 188,6	x	x	x	x	x	x	x
Chá	22,0	81,7	62,0	24,6	23,8	79,2	86,4	96,7	122,9	116,1	124,8
Chicória	3 423,0	2 365,0	2 143,0	2 666,0	2 060,0	x	x	x	x	x	x
Fava	493,6	447,2	525,0	552,5	x	x	x	x	x	x	x
Feijão	428,1	482,0	400,0	396,3	x	x	x	x	x	x	x
Inhame	997,4	1 395,3	1 137,2	2 074,4	x	x	x	x	x	x	x
Milho-Grão	6 330,8	6 861,4	5 322,0	4 907,1	4 204,4	2 889,2	2 580,4	2 291,8	1 985,0	1 843,1	1 829,7
Milho Forragem	208 599,9	263 267,5	220 350,2	223 964,3	184 748,6	363 644,9	218 885,4	199 643,4	160 462,4	154 364,9	155 333,2
Tabaco	175,0	158,6	181,7	187,8	172,5	178,1	186,7	140,2	89,8	103,8	137,6
Tremoço	28,2	8,6	4,7	8,8	x	x	x	x	x	x	x
Trigo	0,4	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Vinho	81 964,4*	83 109,9*	64 573,9*	80 407,0*	94 201,1*	52 602,0*	55 399,0*	41 449,6*	47 372,5*	32 787,0*	46 805,5*

(a) Valores estimados.

\* Hectolitros.

Fonte: SREA, 2006.

Identicamente à questão da área também o milho forragem e o vinho tomam o protagonismo na produção anual no período de 1994 a 2004. Apresentavam inicialmente uma produção de 208 599,9 t e 81 964,4 t em 1994 e 15 533,2 t e 46 805,5 t em 2004 respectivamente.

Em terceiro lugar, a nível produtivo, aparece bem distante destes dois primeiros em 1994 a beterraba sacarina com as suas 33 674 t, valor este que decai quase quatro vezes para as 9 329,5 t. No ano de 2004 o terceiro lugar a nível de produção é atingido pela batata do tarde com as suas 14 344 t, situação portanto análoga à da área.

De acordo com estas observações podemos mencionar a fonte UAA/DB/SG (2003d), a qual refere que em 2003, as culturas agrícolas mais relevantes na Região, tendo por base as quantidades produzidas, foram o milho de forragem (154 mil toneladas), a batata (18 mil toneladas), a beterraba sacarina (5 mil toneladas), o chá (116 toneladas) e o tabaco (104 toneladas). A estimativa de vinho produzido aponta para um valor de cerca de 33 mil hectolitros (Figura 40 e Quadro 17).

Igualmente aquela fonte indica que no período de 1993 a 2003, a produção agrícola apresenta, na generalidade, um forte declínio, existindo quebras superiores a 40% (média de 42,3%), com maior incidência na produção da beterraba sacarina e de vinho. A cultura de milho de forragem (directamente ligada ao sector agro-pecuário) e de tabaco são as que registam a menor diminuição de produção, enquanto que a do chá é a única que regista um aumento produtivo. Comparativamente a 2001, no ano 2003 ainda persiste um decréscimo de produção agrícola (24,0%), sendo a produção de batata e de beterraba sacarina as que indiciam uma menor produção e a de chá que continua a evidenciar um aumento.

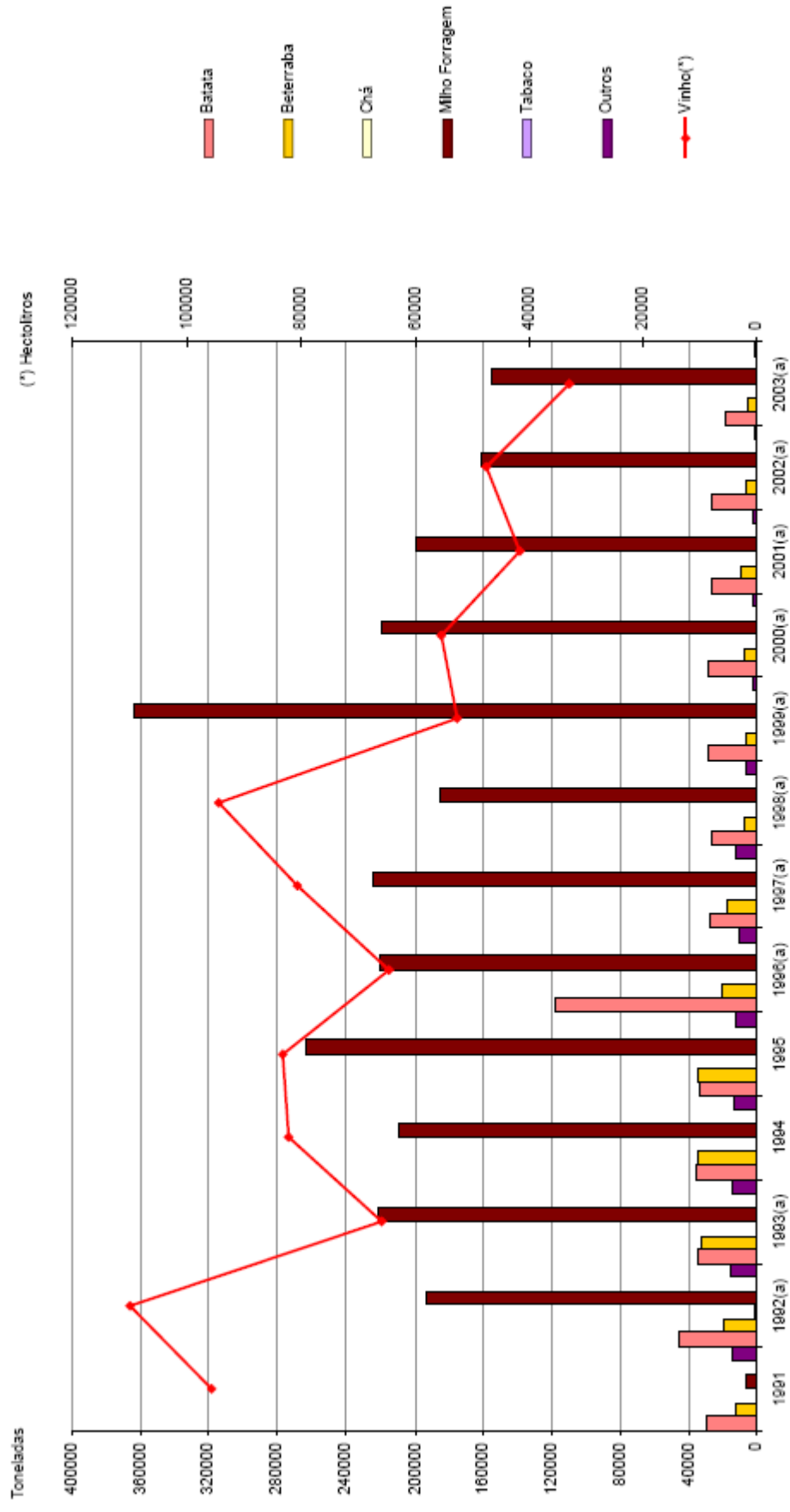


Figura 40 – Produção total agrícola na RAA (1993-2003).

Fonte: SREA, 2003b.

(a) Valores estimados

Relativamente à produção do sector pecuário, a produção de leite na Região em 2003 alcançou os 492 milhões de litros, o que representa um aumento de 16,5% comparativamente a 1998. Quanto aos produtos lácteos, estes atingiram as 25 830 toneladas, revelando um decréscimo de aproximadamente 40%, situação inversa à registada com a produção de leite para consumo, que subiu cerca de 30% (UAA/DB/SG, 2003d).

Esta mesma fonte refere que acompanhando o aumento da produção de leite, parece ter lugar um processo de intensificação e redimensionamento das explorações pecuárias, existindo no período 1995-1999 uma diminuição na ordem dos 8,0% do número de explorações, e continuando para 2001. Por seu turno, o efectivo bovino da Região aumenta significativamente de 1995 para 2003, à semelhança das vacas leiteiras, que registam um acréscimo na ordem dos 28% (Quadro 18).

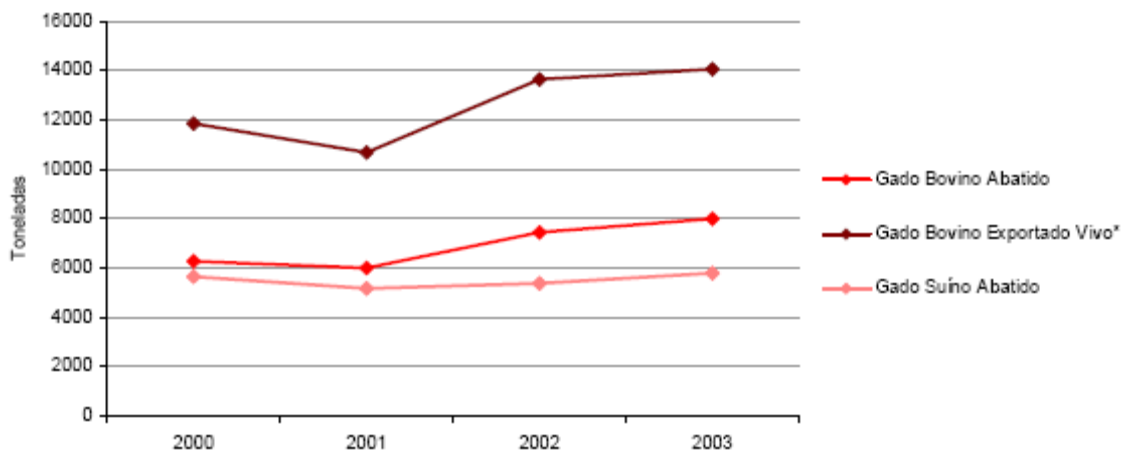
Este aumento de produção do sector pecuário, mais especificamente ao nível da produção leiteira, deve ser seguido com atenção, pois poderá levantar problemas relativos com a ultrapassagem das quotas leiteiras estipuladas pela Comunidade Europeia para a Região Autónoma dos Açores (UAA/DB/SG, 2003d).

**Quadro 18 – Número de explorações e número de efectivos pecuários na RAA (1995 a 2003)**

	1995	1999	2001	2002	2003
<b>Explorações</b>	10 722	9 873	7 818	X	X
<b>Bovinos</b>	214 717	238 396	231 171	226 000	257 225
<b>Bovinos/Exploração</b>	20	24	30		
<b>Explorações</b>	5 549	5 119	4 274	X	X
<b>Vacas Leiteiras</b>	83 323	96 688	97 354	100 100	106 452
<b>Vacas/Exploração</b>	15	19	23		

Fonte: SREA, 2003b.

Em 2003, a produção de carne foi de 27 mil toneladas, representando um aumento de produção contínuo desde 2000, ano para o qual registava apenas 24 mil toneladas. O gado bovino abatido e exportado vivo são os principais responsáveis por este aumento (Figura 41) (UAA/DB/SG, 2003d). A seguir teremos oportunidade de ver o caso concreto da Ilha das Flores.



Legenda: \* Peso estimado em carcaça

**Figura 41 – Produção de carne na RAA (2000-2003).**

Fonte: SREA, 2003b.

## 2.2 – O Caso da Ilha das Flores

Quando passamos à análise do geral para o específico verificamos que, e no caso concreto da ilha das Flores, a situação da evolução da área para os principais produtos agrícolas dos Açores não é a mesma.

Nesta ilha é o milho grão que toma a dianteira relativamente à área a ele dedicada, quer no início do período em análise (1994) com os 112 ha, quer no fim do período em estudo (2004) com os 28 ha.

Em segundo lugar surge, a batata do cedo, no início do período analisado (1994) registando 34,2 ha. Aquela é ultrapassada pela batata do tarde em 2004 com os seus 11,6 ha. É importante referir que, quer o inhame quer a batata-doce continuam sendo muito importantes na base alimentar desta ilha, pese embora o não registo por parte do INE (2006) de ambas as culturas a partir de 1998.

No caso do milho forragem é relevante mencionar, que apesar da menor representatividade em área é a cultura que menos decresceu ao longo do período em estudo, perdendo unicamente 1,2 ha entre 1994 e 2004.



**Quadro 19 – Área (ha) dos principais produtos agrícolas dos Açores na Ilha das Flores por ano (período de 1994 a 2004).**

	1994	1995	1996(a)	1997(a)	1998(a)	1999(a)	2000(a)	2001(a)	2002(a)	2003(a)	2004(a)
<b>Total</b>	<b>212,5</b>	<b>194,2</b>	<b>180,9</b>	<b>179,4</b>	<b>132,5</b>	<b>97,4</b>	<b>82,3</b>	<b>74,9</b>	<b>68,9</b>	<b>61,9</b>	<b>58,8</b>
	<b>FLORES</b>										
Amendoim	0,5	0,5	0,5	-	x	x	x	x	x	x	x
Batata do Cedo	34,2	26,0	23,4	23,5	23,5	17,6	17,6	15,8	14,5	10,2	10,2
Batata do Tarde	14,5	19,1	19,1	19,0	19,0	14,3	12,9	11,6	11,6	11,6	11,6
Batata-doce	18,5	17,3	16,2	16,4	x	x	x	x	x	x	x
Beterraba Sacarina	-	-	-	-	x	x	x	x	x	x	x
Cebola	1,3	1,4	1,5	1,5	x	x	x	x	x	x	x
Chá	-	-	-	-	x	x	x	x	x	x	x
Chicória	-	-	-	-	x	x	x	x	x	x	x
Fava	3,6	2,2	2,0	2,0	x	x	x	x	x	x	x
Feijão	4,8	4,3	3,9	3,9	x	x	x	x	x	x	x
Inhame	12,9	13,6	14,3	14,3	x	x	x	x	x	x	x
Milho-Grão	112,0	97,8	88,0	88,0	79,2	47,4	42,7	38,4	34,6	31,1	28,0
Milho Forragem	10,2	12,0	12,0	10,8	10,8	18,1	9,1	9,1	8,2	9,0	9,0
Tabaco	-	-	-	196,9	x	x	x	x	x	x	x
Tremoço	-	-	-	-	x	x	x	x	x	x	x
Trigo	-	-	-	-	x	x	x	x	x	x	x
Vinho	-	-	-	-	x	x	x	x	x	x	x

(a) Valores estimados.  
Fonte: SREA, 2006.

**Quadro 20 – Produção (t) dos principais produtos agrícolas dos Açores na Ilha das Flores por ano (período de 1994 a 2004).**

	1994	1995	1996(a)	1997(a)	1998(a)	1999(a)	2000(a)	2001(a)	2002(a)	2003(a)	2004(a)
<b>Total</b>	<b>FLORES</b>										
Amendoim	0,5	0,8	0,8	-	x	x	x	x	x	x	x
Batata do Cedo	500,4	259,8	329,9	347,9	382,7	300,7	300,7	189,1	208,0	131,7	144,9
Batata do Tarde	178,0	204,3	339,1	337,3	438,5	347,5	312,8	196,5	235,8	212,2	212,2
Batata-doce	169,9	190,0	163,3	114,3	x	x	x	x	x	x	x
Beterraba Sacarina	-	-	-	-	x	x	x	x	x	x	x
Cebola	32,8	35,1	37,7	37,7	x	x	x	x	x	x	x
Chá	-	-	-	-	x	x	x	x	x	x	x
Chicória	-	-	-	-	x	x	x	x	x	x	x
Fava	5,4	1,8	2,3	2,2	x	x	x	x	x	x	x
Feijão	6,1	8,2	6,2	4,3	x	x	x	x	x	x	x
Inhame	55,3	55,1	59,6	59,6	x	x	x	x	x	x	x
Milho-Grão	419,6	359,7	323,7	178,0	181,6	208,6	170,8	138,2	110,6	109,4	98,5
Milho Forragem	351,2	397,8	397,8	196,9	200,8	528,6	239,1	238,4	214,6	259,1	259,1
Tabaco	-	-	-	-	x	x	x	x	x	x	x
Tremoço	-	-	-	-	x	x	x	x	x	x	x
Trigo	-	-	-	-	x	x	x	x	x	x	x
Vinho*	-	-	-	-	x	x	x	x	x	x	x

(a) Valores estimados.

\* Hectolitros.

Fonte: SREA, 2006.

Nesta ilha (Flores), a batata do tarde sai do seu terceiro lugar em 1994 com as suas 169,9 t e passa para segundo lugar em 2004 com as suas 212,2 t enquanto, o milho forragem, deixa de ser o segundo produto mais produzido (351,2 t em 1994) e toma a dianteira no fim do período em análise (259,1 t em 2004). Por fim, podemos mencionar o caso do milho grão, que perde o protagonismo de 1994 com as suas 419,6 t passando para as modestas 98,5 t em 2004, que lhe conferem o último lugar entre os produtos mais produzidos.

## **CAPÍTULO III – CONJUNTURA E ESTRUTURA ECONÓMICA**

### **3.1 – ECONOMIA**

A economia açoriana, devido à configuração insular e localização ultraperiférica, apresenta diversas condicionantes.

Se por um lado o estatuto de pequena economia periférica é por demais visível, onde a competitividade dos produtos tradicionais é limitada a nível interno pela dispersão desse mercado (que longe de ser homogéneo apresenta especificidades inerentes a cada ilha), e a um sobrecusto dos produtos devido a despesas relacionadas com os transportes, os custos da insularidade são também sentidos aquando das trocas comerciais com os grandes centros de produção e consumo (UAA/DB/SG, 2003d).

De facto, estas condicionantes dificultam a expansão das diversas actividades económicas e tornam complexa e com custos elevados a manutenção de grandes sistemas infraestruturais. Por outro lado, a geografia da Região proporciona condições naturais que, convenientemente exploradas, lhe conferem inúmeras vantagens no domínio económico como é o caso da ZEE (Zona Económica Exclusiva) ou do património paisagístico (UAA/DB/SG, 2003d).

#### **3.1.1 – Produto Interno Bruto (PIB)**

Em 2003, o PIB açoriano atingiu 2 469 milhões de euros, a preços de mercado (*pm*) (quadro seguinte).

Relativamente a 2002, verificou-se um aumento de 1,9%. Valor este, inferior ao registado no período 2001-2002 (8,6%) e à taxa de crescimento médio anual na segunda metade da década de 90 (7,5%) (Quadro 21).

**Quadro 21 – PIB *pm* e PIB *pm per capita* em Portugal e nos Açores (1995-2003)**

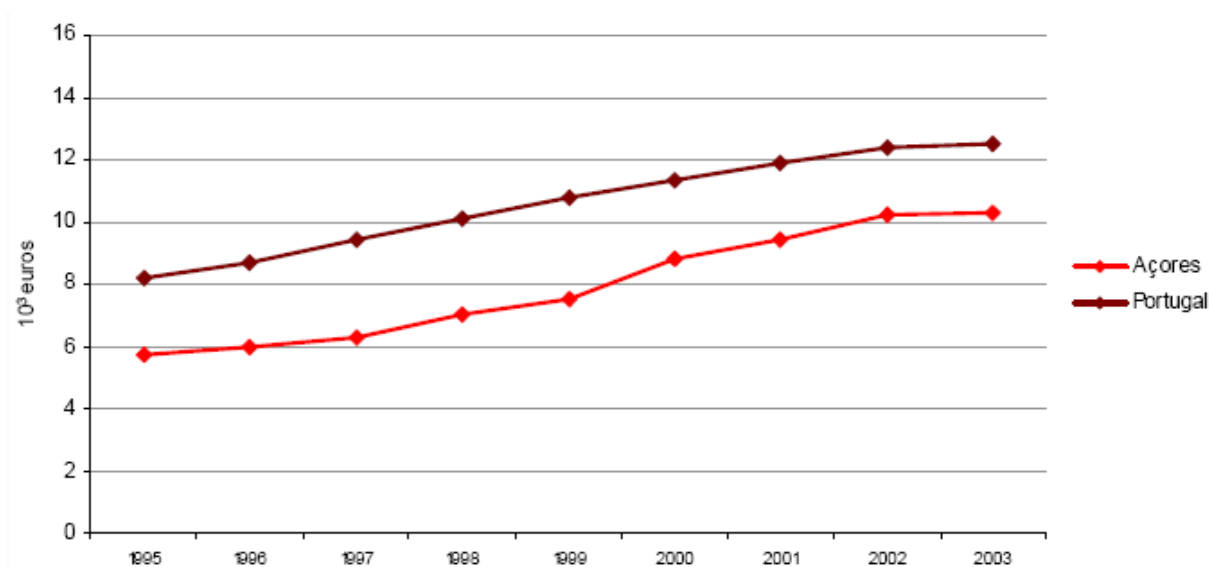
<b>PIB <i>pm</i> (Unidade: 10<sup>6</sup> euros)</b>									
	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
<b>Açores</b>	1 376	1 444	1 534	1 711	1 837	2 091	2 230	2 422	2 469
<b>Portugal</b>	80 874	86 429	93 037	101 052	107 630	115 548	122 801	128 458	130 511
<b>PIB <i>pm per capita</i> (Unidade: 10<sup>3</sup> euros)</b>									
	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
<b>Açores</b>	5,7	6,0	6,3	7,0	7,5	8,8	9,4	10,2	10,3
<b>Portugal</b>	8,2	8,7	9,4	10,1	10,8	11,3	11,9	12,4	12,5

Fonte: SREA, 2001; SREA, 2003b; INE, 2004.

O Produto Interno Bruto dos Açores atingiu, em 2002, os 2,4 milhões de euros, segundo os dados mais recentes das contas regionais. Atendendo a que, em relação ao ano anterior, registou um crescimento nominal (8,2%) superior à média nacional (4,8%), a Região reforçou notoriamente a sua importância relativa no todo nacional. Em resultado deste comportamento da economia regional, a partir de 2002, os Açores deixam de ser a última região NUTS II do país em termos do PIB *per capita*. Constatase uma convergência real do PIB *per capita* com a média nacional e europeia, representando agora 82% do valor médio nacional (Wikipédia, 2007a).

Esta última fonte salienta que, relativamente à comparação com a União Europeia, após a entrada de dois novos Estados Membros, Bulgária e Roménia, podemos verificar que a Paridade de Poder de Compra em percentagem da Europa a 27, baixou de 71,3 em 2002 para 65,9 em 2004, quebrando o ciclo de crescimento. Em comparação com a média nacional, este indicador situa-se em 88 da média nacional quando há dez anos atrás era de 77, crescendo neste período de uma forma mais ou menos constante.

No período de 1999 a 2003, importa salientar o acréscimo significativo de 14% que se verificou entre 1999 e 2000 na Região. Após este último ano, no entanto, o ritmo de crescimento voltou a abrandar, e de forma mais visível de 2002 a 2003 (Figura 42) (UAA/DB/SG, 2003d).



**Figura 42 – PIB *pm per capita* em Portugal e nos Açores (1995-2003)**

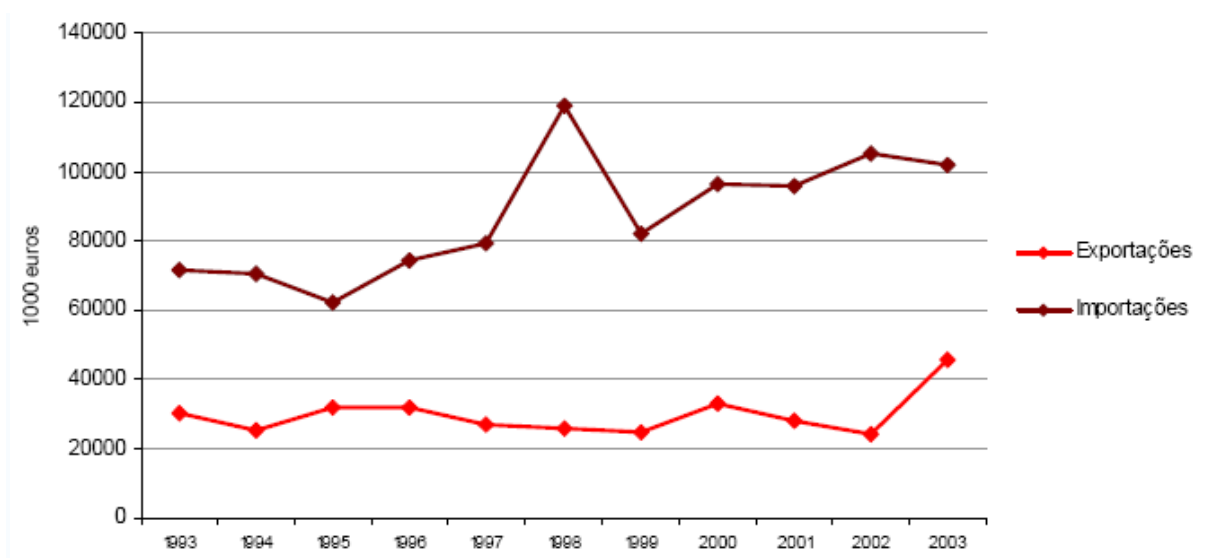
Fonte: SREA, 2001; SREA, 2003b; INE, 2004.

O PIB *pm per capita* na Região situou-se nos 10,3 mil euros, representando 82,4% do PIB *pm per capita* nacional, mais 12,4% e 0,2% que em 1999 e 2002, respectivamente. Contudo, situa-se ainda significativamente abaixo do valor nacional para 2003 (12,5 mil euros) (UAA/DB/SG, 2003d).

Esta última fonte acrescenta que apesar de representarem em 2001 cerca de 2,3% da população nacional, os Açores são apenas responsáveis pela produção de 1,9% do PIB do país. É importante referir que a RAA se posiciona como uma das regiões mais desfavorecidas no contexto nacional.

### **3.1.2 – Importações e exportações por tipo de bens**

Relativamente ao valor das importações e exportações, em 2003, a Região apresentou um montante de importações de, aproximadamente, 10,2 milhões de euros. No mesmo ano, as exportações situaram-se nos 4,6 milhões de euros. Numa análise comparativa entre 2001 e 2003, verifica-se a existência de um aumento significativo do montante de exportações, na ordem dos 62,8%, enquanto que ao nível das importações o aumento é menos significativo, ficando próximo dos 6,6% (UAA/DB/SG, 2003d) (Figura 43).

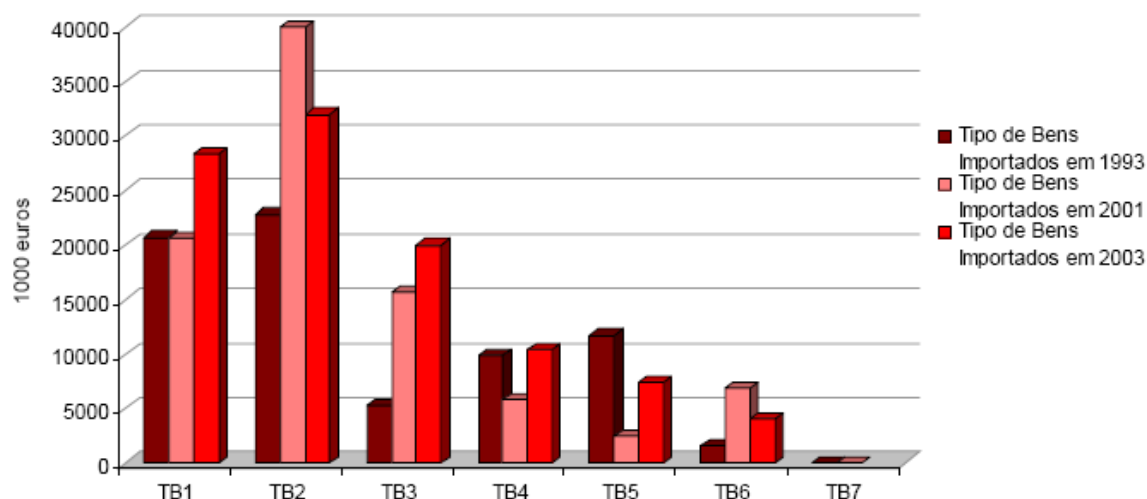


**Figura 43 – Importações e exportações na RAA (1993-2003).**

Fonte: SREA, 2001; SREA, 2003b.

Os valores relativos às importações efectuadas em 2003 são geralmente superiores às verificadas em 1993, com excepção para os *Materiais de Transporte e Outros Acessórios*, nos quais se verificou um decréscimo, passando de 11,7 milhões de euros em 1993, para 7,5 milhões de euros em 2003. Comparativamente ao ano 2001, em 2003 os valores relativos às

importações registam um aumento em todos os tipos de bens à excepção de *Fornecimentos Industriais e Bens de Consumo Noutras Categorias*. Destaque para o aumento significativo registado em 2003, face aos anos anteriores analisados, tanto nos *Produtos Alimentares e Bebidas* como nos *Combustíveis e Lubrificantes* (Figura 44).



Legenda:

TB1 – Produtos Alimentares e Bebidas;

TB2 – Fornecimentos Industriais n.e.;

TB3 – Combustíveis e Lubrificantes;

TB4 – Máquinas, Outros Bens de Capital (excepto material de transporte) e Seus Acessórios;

TB5 – Material de Transporte e Outros Acessórios;

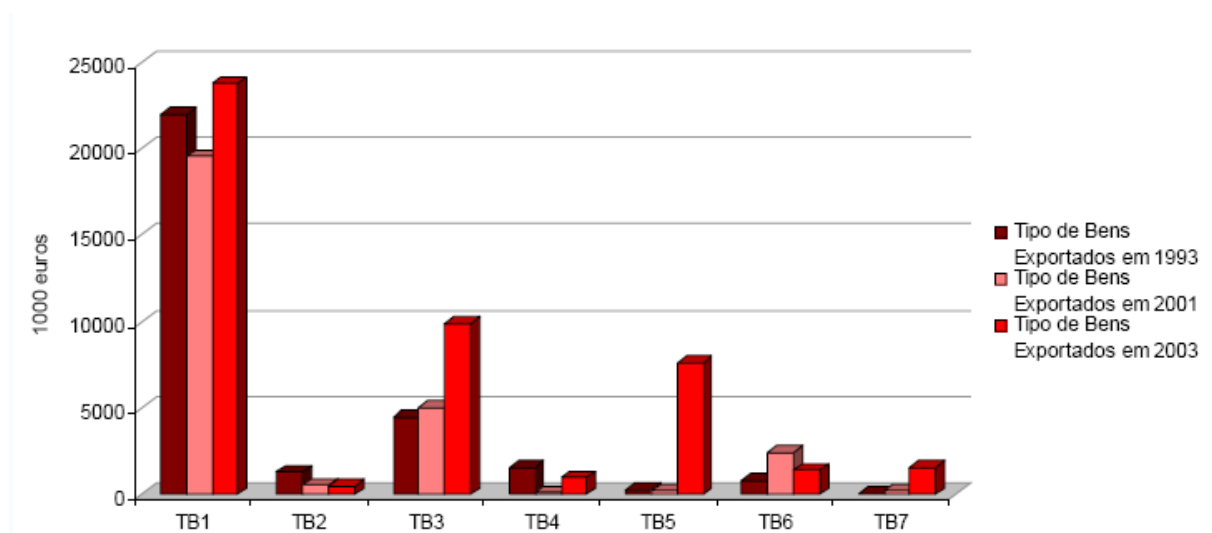
TB6 – Bens de Consumo n.e. Noutras Categorias;

TB7 – Bens n.e. Noutras Categorias.

**Figura 44 – Importações na RAA, por tipo de bens (1993, 2001 e 2003).**

Fonte: SREA, 2003b.

A nível das exportações verificou-se um acréscimo de 1993 a 2003, exceptuando o tópico *Fornecimentos Industriais e Máquinas, Outros Bens de Capital e seus Acessórios*, que decresceu ligeiramente. Em relação a 2001, o ano de 2003 registou um aumento em todos os tipos de bens à excepção de *Fornecimentos Industriais* e de *Bens de Consumo Noutras Categorias*. Note-se que as áreas dos *Produtos Alimentares e Bebidas*, e *Combustíveis e Lubrificantes*, são as mais representativas (Figura 45).



Legenda:

TB1 – Produtos Alimentares e Bebidas;

TB2 – Fornecimentos Industriais n.e.;

TB3 – Combustíveis e Lubrificantes;

TB4 – Máquinas, Outros Bens de Capital (excepto material de transporte) e Seus Acessórios;

TB5 – Material de Transporte e Outros Acessórios;

TB6 – Bens de Consumo n.e. Noutras Categorias;

TB7 – Bens n.e. Noutras Categorias.

**Figura 45 – Exportações na RAA, por tipo de bens (1993, 2001 e 2003).**

Fonte: SREA, 2003b.

### 3.1.3 – Comércio Internacional e Nacional

Observemos os quadros seguintes relativos aos Resultados Globais por ano (período de 1993 a 2003) das Importações e Exportações de Portugal e da RAA, assim como, os quadros das Importações e Exportações dos Açores, segundo as secções da Classificação Tipo para o Comércio Internacional, por ano (naquele mesmo período).

Quadro 22 – Resultados Globais, por ano

Unidade: 1000 Euros											
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
	PAÍS										
Importações (CIF)	19 864 412	22 921 230	25 688 590	27 070 418	30 624 694	34 490 773	37 505 656	43 257 180	44 093 881	42 466 26	41 753 699
Exportações (FOB)	12 699 579	15 334 409	18 050 000	18 933 713	20 924 572	22 251 544	23 025 908	26 378 763	26 918 320	27 398 28	28 092 290
SALDO	- 7 164 833	- 7 586 821	- 7 638 591	- 8 638 591	- 9 700 123	- 12 239 229	- 14 479 749	- 16 878 418	- 17 175 581	- 15 067 981	- 13 661 409
TAXA DE COBERTURA (%)	63,9	66,9	70,3	69,9	68,3	64,5	61,4	61,0	61,0	64,5	67,3
	AÇORES										
Importações (CIF)	71 912	70 912	62 013	74 559	79 246	118 913	82 321	96 488	95 874	105 004	102 161
Exportações (FOB)	30 527	30 527	31 870	32 092	26 797	25 767	24 649	33 016	28 169	23 986	45 852
SALDO	- 41 385	- 45 433	- 30 143	- 42 467	- 52 449	- 93 146	- 57 672	- 63 472	- 67 705	- 81 019	- 56 309
TAXA DE COBERTURA (%)	42,5	35,7	51,4	43,0	33,8	21,7	29,9	34,2	29,4	22,8	44,9

Fonte: SREA, 2005.



No que toca aos resultados Globais, verificamos que, ao longo de todo o período em análise (1993-2003), regista-se um maior volume, quer nacional quer regional, de importações face às exportações. No entanto, a relação importação/exportação é muito mais expressiva a nível regional, onde podemos observar taxas de cobertura em 90,91% dos anos abaixo dos 50% face aos 100% dos casos verificados acima dos 50% a nível nacional.

No ano de 1998 a taxa de cobertura a nível da RAA ficou pelos parcos 21,70% o que permitiu um saldo negativo de – 93 146 000,00 € na razão importação/exportação.

Se, no início do período (1993) tínhamos uma razão importação/exportação de 2,36 vezes, no final daquele (2003), tínhamos uma razão de 2,23 vezes maior. Contudo, apesar da menor razão o saldo demonstrou-se mais negativo dado que em 1993 o valor deste ficava-se por – 41 385 000,00 € e em 2003 chegou aos – 56 309 000,00 €. Esta resenha demonstra a forte dependência da RAA em relação ao meio exterior.

Quanto às importações dos Açores a nível internacional (Quadro 23), verificamos um ligeiro decréscimo de 1993 para 2003 da importação de produtos alimentares e animais vivos, a qual passou de 48,1% para 41,4% respectivamente para aqueles anos.

São os combustíveis minerais, lubrificantes e produtos conexos, aqueles que sofreram uma maior procura a nível da importação, passando de 7,6% em 1993 para 20,1% em 2003.

No que concerne às exportações (Quadro 24) verificamos que é nos produtos alimentares e animais vivos que a RAA continua marcando a diferença. Embora tendo reduzido em mais de 20% o peso das exportações nesta categoria, continua exportando 50,5% destes produtos em 2003.

Os combustíveis minerais, lubrificantes e produtos conexos aparecem em segundo lugar a nível de representatividade das exportações açorianas onde, e apesar das ligeiras variações ao longo do período em análise (1993-2003) conseguem apresentar um peso de 21,6% no total das exportações desta região.

**Quadro 23 – Importações dos Açores, segundo as secções da Classificação Tipo para o Comércio Internacional, por ano**

Unidade: 1000 Euros

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>TOTAL</b>	<b>71 911</b> <b>100%</b>	<b>70 694</b> <b>100%</b>	<b>62 013</b> <b>100%</b>	<b>71 559</b> <b>100%</b>	<b>79 216</b> <b>100%</b>	<b>118 913</b> <b>100%</b>	<b>82 321</b> <b>100%</b>	<b>96 488</b> <b>100%</b>	<b>95 874</b> <b>100%</b>	<b>105 004</b> <b>100%</b>	<b>102 161</b> <b>100%</b>
<b>0. Produtos alimentares e animais vivos</b>	34 614 <b>48,1%</b>	31 090 <b>44,0%</b>	30 057 <b>48,5%</b>	37 170 <b>49,9%</b>	31 691 <b>40,0%</b>	40 993 <b>41,2%</b>	39 993 <b>47,9%</b>	34 478 <b>35,7%</b>	43 055 <b>44,9%</b>	45 327 <b>43,2%</b>	42 308 <b>41,4%</b>
<b>1. Bebidas e tabacos</b>	2 920 <b>4,1%</b>	2 012 <b>4,0%</b>	2 192 <b>3,5%</b>	3 646 <b>4,9%</b>	2 745 <b>3,5%</b>	2 017 <b>2,4%</b>	2 130 <b>2,6%</b>	3 372 <b>3,5%</b>	1 677 <b>1,7%</b>	5 135 <b>4,9%</b>	1 010 <b>1,0%</b>
<b>2. Materiais em bruto não comestíveis</b>	2 037 <b>3,5%</b>	6 073 <b>8,6%</b>	3 800 <b>6,1%</b>	5 827 <b>7,8%</b>	5 372 <b>6,0%</b>	5 298 <b>4,5%</b>	4 695 <b>5,7%</b>	4 004 <b>4,1%</b>	4 657 <b>4,9%</b>	5 815 <b>5,5%</b>	4 992 <b>4,9%</b>
<b>3. Combustíveis minerais, lubrificantes e produtos conexos</b>	5 477 <b>7,6%</b>	7 619 <b>10,8%</b>	7 700 <b>12,4%</b>	9 966 <b>13,4%</b>	10 570 <b>13,3%</b>	7 632 <b>6,4%</b>	8 842 <b>10,7%</b>	19 779 <b>20,5%</b>	15 880 <b>16,6%</b>	19 516 <b>18,6%</b>	20 574 <b>20,1%</b>
<b>4. Óleos e gorduras de origem mineral ou vegetal</b>	24 <b>0,0%</b>	230 <b>0,3%</b>	961 <b>1,6%</b>	327 <b>0,4%</b>	500 <b>0,7%</b>	546 <b>0,5%</b>	628 <b>0,8%</b>	495 <b>0,5%</b>	35 <b>0,0%</b>	156 <b>0,1%</b>	1 505 <b>1,5%</b>
<b>5. Produtos químicos</b>	861 <b>1,2%</b>	1 700 <b>2,5%</b>	2 015 <b>3,2%</b>	1 491 <b>2,0%</b>	1 739 <b>2,2%</b>	1 603 <b>1,3%</b>	2 228 <b>2,7%</b>	1 519 <b>1,6%</b>	3 128 <b>3,3%</b>	2 943 <b>2,8%</b>	3 467 <b>3,4%</b>
<b>6. Artigos manufacturados</b>	2 747 <b>3,0%</b>	3 005 <b>4,3%</b>	3 402 <b>5,5%</b>	2 857 <b>3,8%</b>	5 395 <b>6,7%</b>	8 114 <b>6,8%</b>	9 942 <b>12,1%</b>	14 058 <b>14,6%</b>	13 157 <b>13,7%</b>	12 109 <b>11,5%</b>	7 920 <b>7,8%</b>
<b>7. Máquinas e material de transporte</b>	21 036 <b>29,3%</b>	15 707 <b>22,3%</b>	9 674 <b>15,6%</b>	9 865 <b>13,2%</b>	17 217 <b>21,7%</b>	37 114 <b>31,2%</b>	11 857 <b>14,4%</b>	7 399 <b>7,7%</b>	13 802 <b>14,3%</b>	8 308 <b>7,9%</b>	16 805 <b>16,4%</b>
<b>8. Artigos manufacturados diversos</b>	1694 <b>2,4%</b>	2 261 <b>3,2%</b>	2 206 <b>3,6%</b>	3 411 <b>4,6%</b>	4 040 <b>3,1%</b>	6 796 <b>5,7%</b>	4 031 <b>4,9%</b>	4 962 <b>5,1%</b>	6 886 <b>7,2%</b>	5 696 <b>5,4%</b>	3 581 <b>3,5%</b>
<b>9. Artigos e transacções não classificadas por categorias</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Fonte: SREA, 2005.

Quadro 24 – Exportações dos Açores, segundo as secções da Classificação Tipo para o Comércio Internacional, por ano

Unidade: 1000 Euros

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>TOTAL</b>	<b>30 527</b> <b>100%</b>	<b>25 262</b> <b>100%</b>	<b>31 870</b> <b>100%</b>	<b>32 092</b> <b>100%</b>	<b>26 498</b> <b>100%</b>	<b>25 767</b> <b>100%</b>	<b>24 649</b> <b>100%</b>	<b>33 016</b> <b>100%</b>	<b>28 169</b> <b>100%</b>	<b>23 986</b> <b>100%</b>	<b>45 852</b> <b>100%</b>
<b>0. Produtos alimentares e animais vivos</b>	21 760 <b>71,3%</b>	19 686 <b>77,9%</b>	25 266 <b>79,3%</b>	25 554 <b>79,6%</b>	17 207 <b>64,9%</b>	17 886 <b>69,3%</b>	17 632 <b>71,5%</b>	21 017 <b>63,7%</b>	18 857 <b>66,9%</b>	16 345 <b>68,1%</b>	23 145 <b>50,5%</b>
<b>1. Bebidas e tabacos</b>	271 <b>0,9%</b>	242 <b>1,0%</b>	187 <b>0,6%</b>	215 <b>0,7%</b>	341 <b>1,3%</b>	342 <b>1,3%</b>	514 <b>2,1%</b>	512 <b>1,6%</b>	729 <b>2,6%</b>	718 <b>3,0%</b>	699 <b>1,5%</b>
<b>2. Materiais em bruto não comestíveis</b>	556 <b>1,8%</b>	506 <b>2,0%</b>	702 <b>2,2%</b>	496 <b>1,5%</b>	214 <b>0,8%</b>	174 <b>0,7%</b>	39 <b>0,2%</b>	235 <b>0,7%</b>	174 <b>0,6%</b>	213 <b>0,9%</b>	328 <b>0,7%</b>
<b>3. Combustíveis minerais, lubrificantes e produtos conexos</b>	4 488 <b>14,7%</b>	3 030 <b>12,0%</b>	4 202 <b>13,2%</b>	3 543 <b>11,0%</b>	4 960 <b>18,7%</b>	3 833 <b>15,1%</b>	3 480 <b>14,1%</b>	4 808 <b>14,6%</b>	5 048 <b>17,9%</b>	3 761 <b>15,7%</b>	9 918 <b>21,6%</b>
<b>4. Óleos e gorduras de origem mineral ou vegetal</b>	165 <b>0,5%</b>	67 <b>0,3%</b>	- -	- -	22 <b>0,1%</b>	12 <b>0,0%</b>	.. ..	1 <b>0,0%</b>	6 <b>0,0%</b>	- -	- -
<b>5. Produtos químicos</b>	17 <b>0,1%</b>	1 <b>0,0%</b>	3 <b>0,0%</b>	6 <b>0,0%</b>	105 <b>0,4%</b>	30 <b>0,1%</b>	5 <b>0,0%</b>	3 <b>0,0%</b>	29 <b>0,1%</b>	8 <b>0,0%</b>	2 <b>0,0%</b>
<b>6. Artigos manufacturados</b>	1 119 <b>3,7%</b>	1 162 <b>4,6%</b>	804 <b>2,5%</b>	595 <b>1,9%</b>	604 <b>2,3%</b>	779 <b>3,0%</b>	451 <b>1,8%</b>	752 <b>2,3%</b>	698 <b>2,5%</b>	638 <b>2,7%</b>	353 <b>0,8%</b>
<b>7. Máquinas e material de transporte</b>	1 785 <b>5,8%</b>	215 <b>0,9%</b>	164 <b>0,5%</b>	70 <b>0,2%</b>	883 <b>3,3%</b>	128 <b>0,5%</b>	167 <b>0,7%</b>	3 090 <b>9,4%</b>	323 <b>1,1%</b>	636 <b>2,7%</b>	8 600 <b>18,8%</b>
<b>8. Artigos manufacturados diversos</b>	289 <b>0,9%</b>	2 281 <b>9,0%</b>	424 <b>1,3%</b>	1 148 <b>3,6%</b>	1 965 <b>7,4%</b>	2 403 <b>9,3%</b>	2 283 <b>9,3%</b>	2 455 <b>7,4%</b>	2 071 <b>7,4%</b>	1 550 <b>6,5%</b>	1 249 <b>2,7%</b>
<b>9. Artigos e transacções não classificadas por categorias</b>	78 <b>0,3%</b>	34 <b>0,1%</b>	118 <b>0,4%</b>	466 <b>1,5%</b>	496 <b>1,9%</b>	151 <b>0,6%</b>	78 <b>0,3%</b>	144 <b>0,4%</b>	233 <b>0,8%</b>	118 <b>0,5%</b>	1 159 <b>2,5%</b>

Fonte: SREA, 2005.

Tendo em conta estes últimos dados relativos à exportação, assim como, os relativos à importação, podemos depreender que o sector dos combustíveis minerais, lubrificantes e produtos conexos sofreu um crescimento acentuado entre os anos de 1993 e 2003 visto envolver um mercado de intensas trocas comerciais.

Relativamente ao Comércio declarado de mercadorias com origem ou destino na RAA, por países de destino ou origem nos anos de 2004 e 2005, seguem-se os quadros 25 e 26.

Registou-se um acréscimo ligeiro do comércio a nível de expedições/exportações a nível regional e nacional e um decréscimo acentuado, quase para metade, das chegadas/importações na RAA, passando de 52 260 milhares de euros em 2004 para 25 803 milhares de euros em 2005.

Apesar de Portugal ter importado e exportado mais de Espanha, quer em 2004 quer em 2005, a RAA exportava mais para os Países Baixos em 2004 (15 515 milhares de euros) e para a Itália (13 246 milhares de euros) em 2005. Quanto às importações, o fluxo de importações da RAA era predominante de Espanha (12 873 milhares de euros) em 2005 ao passo que em 2004 os a sua predominância recaía sobre os Países Baixos.

Dentro do Comércio Extracomunitário, encontramos como países preferenciais da RAA no que toca às importações no ano de 2004, os EUA e o Canadá com os seus 11 754 e 3 918 milhares de euros respectivamente. O Brasil surge em terceiro lugar como país de origem dos produtos importados pela RAA com os seus 3 027 milhares de euros. Curioso será notar que este último país sofreu uma queda a nível de procura por parte da RAA em 2005 para quase um décimo do ano anterior com os seus apenas 374 milhares de euros de volume transaccionado. Tirando os EUA, o Canadá também sofreu uma queda no volume de negócios com a região açoriana, embora bem menos acentuada comparativamente à do Brasil (passando de 3 918 para 3 339 milhares de euros de 2004 para 2005).

**Quadro 25 – Comércio internacional declarado de mercadorias com origem ou destino na região, por países de destino ou origem, 2004**

Unidade: milhares de euros.

	Região Autónoma dos Açores		Portugal	
	Expedições/Exportações	Chegadas/Importações	Expedições/Exportações	Chegadas/Importações
<b>Comércio Intracomunitário EU-25</b>	<b>19898</b>	<b>52260</b>	<b>23 653 314</b>	<b>35 483 855</b>
Bélgica	3 495	299	1 242 037	1 324 133
Espanha	700	12 944	7 540 971	13 749 863
França	285	13 337	4 083 723	4 278 912
Itália	11 369	896	1 280 922	2 761 159
Países Baixos	1 644	15 515	1 194 556	2 116 675
Reino Unido	-	6 127	2 803 162	2 109 035
<b>Comércio Extracomunitário</b>	<b>13 347</b>	<b>32 511</b>	<b>5 923 135</b>	<b>10 377 630</b>
<b>Do qual:</b>				
<b>Países Africanos de Língua Portuguesa</b>	<b>1 617</b>	<b>-</b>	<b>907 469</b>	<b>39 813</b>
Angola	1232	-	671 061	1 830
Cabo Verde	240	-	139 658	10 834
<b>Países mais importantes no Comércio Externo de Portugal</b>				
Brasil	6	3 027	154 459	857 529
Estados Unidos da América	3 584	11 754	1 746 467	1 058 081
Turquia	-	-	173 748	352 448
<b>Outros Países importantes no Comércio Externo da Região</b>				
Canadá	2891	3 918	177 909	107 934
Ucrânia	-	-	-	-

Fonte: INE, 2005b.

**Quadro 26 – Comércio internacional declarado de mercadorias com origem ou destino na região, por países de destino ou origem, 2005**

Unidade: milhares de euros.

	Região Autónoma dos Açores		Portugal	
	Expedições/Exportações	Chegadas/Importações	Expedições/Exportações	Chegadas/Importações
<b>Comércio Intracomunitário EU-25</b>	<b>20117</b>	<b>25803</b>	<b>23 478 841</b>	<b>36 072 751</b>
Bélgica	1154	105	1 137 109	1 398 930
Espanha	730	12873	7 942 560	14 237 532
França	705	8 185	4 006 998	4 184 154
Itália	13246	844	1 292 427	2 558 028
Países Baixos	3107	234	1 191 086	2 113 546
Reino Unido	7	2888	2 453 673	2 078 342
<b>Comércio Extracomunitário</b>	<b>14121</b>	<b>29711</b>	<b>6 213 406</b>	<b>11 604 853</b>
<b>Do qual:</b>				
<b>Países Africanos de Língua Portuguesa</b>				
Angola	575	-	803 029	25 130
Cabo Verde	104	-	148 822	7 523
<b>Países mais importantes no Comércio Externo de Portugal</b>				
Brasil	164	374	178 131	984 355
Estados Unidos da América	3104	12279	1 653 048	1 068 659
Turquia	-	6319	230 711	358 984
<b>Outros Países importantes no Comércio Externo da Região</b>				
Canadá	2746	3339	140 817	104 773
Ucrânia	-	840	15 182	20100

Fonte: INE, 2006.

Surgem em 2005, no horizonte da RAA outros dois parceiros preferenciais a nível da importação de bens e que correspondem à Turquia e à Ucrânia, com os volumes transaccionados de 6 319 e 840 milhares de euros respectivamente.

A nível de exportação encontramos Angola e Cabo Verde como destinos primeiros a nível dos Países Africanos de Língua Portuguesa, sendo Angola o país a que corresponde o maior volume de dinheiro transaccionado. Ambos (Angola e Cabo Verde) permitiram um aumento de mercado de 2004 para 2005, o qual corresponde a mais do dobro no caso de Cabo Verde (que passou de 104 para 240 milhares de euros).

É assim que a fonte Azoresweb (2007) refere que, se o espaço nacional constitui o mais importante mercado de destino dos produtos açorianos, o comércio com o estrangeiro desempenha uma crescente importância na economia regional. Enquanto as importações se focam sobretudo nos cereais, combustíveis, maquinaria diversa e matérias-primas, as exportações centram-se nos derivados de leite e enlatados de peixe. Destes, o atum enlatado tem como mercado-alvo a Itália.

Devido à dispersão geográfica do arquipélago, intensificam-se as movimentações de mercadorias, em especial em direcção às ilhas de menor capacidade de produção. A distância que, por sua vez separa as ilhas de Portugal continental contribui também ela para um elevado tráfego de mercadorias e passageiros entre ambos. Esta distância relativamente ao continente, por um lado, aliada à distância e dispersão entre as ilhas em si, gera a chamada “dupla insularidade” que se traduz em maiores encargos para a economia açoriana (Azoresweb, 2007).

Reportando-nos agora para uma escala menor, a relacionada com o Comércio declarado por município de sede dos operadores, relativamente aos anos de 2004 e 2005 (Quadros 27 e 28), podemos facilmente verificar a quase total ausência de dados e a rarefacção dos poucos referidos em 2004. Não, que não haja comércio nos diferentes municípios do Arquipélago, contudo, muito provavelmente não foram declarados.

**Quadro 27 – Comércio declarado por município de sede dos operadores, 2004.**

Unidade: milhares de euros

	Saídas			Entradas		
	Total	Expedições	Exportações	Total	Chegadas	Importações
<b>Portugal</b>	<b>29 576 450</b>	<b>23 653 314</b>	<b>5 923 135</b>	<b>45 861 484</b>	<b>35 483 855</b>	<b>10 377 630</b>
<b>Continente</b>	<b>29 254 242</b>	<b>23 607 922</b>	<b>5 646 320</b>	<b>45 387 515</b>	<b>35 334 408</b>	<b>10 053 107</b>
<b>R. A. Açores</b>	<b>12 489</b>	-	-	<b>52 548</b>	<b>25 863</b>	<b>25 685</b>
<b>Santa Maria</b>	-	-	-	-	-	-
Vila do Porto	-	-	-	-	-	-
<b>São Miguel</b>	<b>10 267</b>	-	<b>10 267</b>	<b>50 258</b>	<b>24 825</b>	<b>25 433</b>
Lagoa (R. A. A.)	808	-	808	489	-	489
Nordeste	-	-	-	-	-	-
Ponta Delgada	7 093	-	7 093	39 539	24 825	14 714
Povoação	-	-	-	-	-	-
Ribeira Grande	2 288	-	2 288	10 220	-	10 220
Vila Franca do Campo	-	-	-	-	-	-
<b>Terceira</b>	<b>1 855</b>	-	-	<b>1 887</b>	<b>891</b>	<b>996</b>
Angra do Heroísmo	810	-	810	1 169	-	-
Vila da Praia da Vitória	1 045	-	-	718	-	-
<b>Graciosa</b>	-	-	-	-	-	-
Santa Cruz da Graciosa	-	-	-	-	-	-
<b>São Jorge</b>	<b>131</b>	-	<b>131</b>	<b>100</b>	-	<b>100</b>
Calheta (R. A. A.)	-	-	-	-	-	-
Velas	-	-	-	100	-	100
<b>Pico</b>	-	-	-	<b>18</b>	-	<b>18</b>
Lajes do Pico	-	-	-	-	-	-
Madalena	-	-	-	-	-	-
São Roque do Pico	-	-	-	13	-	-
<b>Faial</b>	<b>181</b>	-	<b>181</b>	<b>264</b>	-	-
Horta	181	-	181	264	-	-
<b>Flores</b>	-	-	-	-	-	-
Lajes das Flores	-	-	-	-	-	-
Santa Cruz das Flores	-	-	-	-	-	-
<b>Corvo</b>	-	-	-	-	-	-
Vila do Corvo	-	-	-	-	-	-

Fonte: INE, 2005b.



**Quadro 28 – Comércio declarado por município de sede dos operadores, 2005.**

Unidade: milhares de euros

	Saídas			Entradas		
	Total	Expedições	Exportações	Total	Chegadas	Importações
<b>Portugal</b>	<b>29 391 911</b>	<b>23 447 932</b>	<b>5 943 980</b>	<b>47 357 717</b>	<b>36 046 939</b>	<b>11 310 778</b>
<b>Continente</b>	<b>29 351 693</b>	<b>23 435 348</b>	<b>5 916 346</b>	<b>47 206 563</b>	<b>35 974 548</b>	<b>11 232 014</b>
<b>R. A. Açores</b>	<b>11 862</b>	-	<b>11 862</b>	<b>23 444</b>	...	...
<b>Santa Maria</b>	-	-	-	-	-	-
Vila do Porto	...	-	...	...	-	...
<b>São Miguel</b>	-	-	-	-	-	-
Lagoa (R. A. A.)	...	-	...	1 257	-	1 257
Nordeste	-	-	-	...	-	...
Ponta Delgada	7 894	-	7 894	14 604	...	...
Povoação	-	-	-	...	-	...
Ribeira Grande	2 264	-	2 264	5 904	-	5 904
Vila Franca do Campo	125	-	125	115	-	115
<b>Terceira</b>	-	-	-	-	-	-
Angra do Heroísmo	584	-	584	1 080	...	...
Vila da Praia da Vitória	148	-	148	240	-	240
<b>Graciosa</b>	-	-	-	-	-	-
Santa Cruz da Graciosa	...	-	...	23	-	23
<b>São Jorge</b>	-	-	-	-	-	-
Calheta (R. A. A.)	...	-	...	...	-	...
Velas	-	-	-	7	-	7
<b>Pico</b>	-	-	...	-	-	-
Lajes do Pico	...	-	...	-	-	-
Madalena	...	-	-	...	-	-
São Roque do Pico	-	-	-	-	-	-
<b>Faial</b>	-	-	...	-	-	-
Horta	...	-	-	183	-	183
<b>Flores</b>	-	-	-	-	-	-
Lajes das Flores	-	-	-	-	-	-
Santa Cruz das Flores	-	-	-	...	-	...
<b>Corvo</b>	-	-	-	-	-	-
Vila do Corvo	-	-	-	-	-	-

Fonte: INE, 2006.

Estes dois últimos quadros demonstram a necessidade premente de estudos de caso ilha a ilha.

Por este motivo surge no próximo ponto quadros com dados recolhidos localmente na Ilha das Flores.

### **3.1.4 – Comércio: Ilha das Flores**

Conforme mencionado acima, poucos são os dados recentes existentes publicados sobre o comércio da Ilha das Flores no Arquipélago dos Açores. Com base nisso, houve a necessidade de os procurar junto às fontes primárias de informação de forma a podermos aceder àqueles fidedignamente.

Abaixo encontraremos alguns quadros, relativamente aos produtos agrícolas vegetais e animais inéditos em trabalhos académicos. A maioria destes dados permanece na base de dados das fontes primárias sem nunca antes terem sido publicados.

Fiquemos então com os dados dos principais produtos agrícolas importados e exportados pela Ilha das Flores nos últimos 4 anos (2004-2007).

#### **3.1.4.1 – Produtos Vegetais**

Dentro dos Produtos Vegetais, apenas encontramos dados relativos à importação. De facto, a maior ilha do Grupo Ocidental permanece com um papel unicamente de consumidor deste tipo de produtos. Tudo o que é produzido na ilha relativamente a géneros alimentares são para consumo interno, nunca tomando um papel de produção para exportação.

Mesmo assim, aquilo que se produz não é suficiente e torna-se necessário recorrer à importação. É assim, que surgem os dados que a seguir apresentamos, os quais são reveladores da grande dependência externa que ainda hoje se faz sentir nesta ultraperiferia da Europa.

Observando o quadro e gráficos seguintes, relativos aos principais produtos agrícolas vegetais importados pela Ilha das Flores, podemos verificar que se nós analisarmos os seus dados de forma transversal conseguimos delinear um padrão comportamental nas preferências dos consumidores florentinos a nível dos produtos frutícolas, pese embora as ligeiras alternâncias preferenciais ao longo dos meses e dos anos.

Quadro 29 – Principais Produtos Importados na Ilha das Flores por mês e por ano (período de 2004 a 2007) em kg (1ª parte).

Ano Mês	Principais Culturas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
2004	Banana	3 769,10	2 717,60	2 795,80	5 084,00	3 656,60	3 149,00	2 397,00	3 081,00	2 507,00	3 405,00	2 680,00	3 029,00	38 271,10
	Laranja	1 529,10	2 058,00	2 024,10	5 374,50	3 583,00	3 036,20	2 567,00	2 885,00	1 804,00	2 122,00	1 648,00	1 909,00	30 539,90
	Maçãs diversas	2 893,50	1 910,46	1 198,15	2 909,00	2 554,40	4 181,00	195,00	3 917,00	1 754,00	846,50	2 484,50	3 015,50	27 859,01
	Maçã Golden	234,00	466,00	632,00	1 091,00	782,60	1 229,00	1 118,00	807,00	426,00	383,00	484,50	1 421,50	9 074,60
	Maçã Starking	1 002,00	574,00	1 423,20	1 954,50	1 326,95	638,00	1 857,00	478,00	1 349,00	972,00	1 260,00	1 820,00	14 654,65
	Pêra Rocha	440,35	1 255,00	909,30	1 532,50	475,95	0,00	0,00	566,50	727,00	1 924,50	976,00	1 876,50	10 683,60
	Pêras diversas	1 139,00	277,00	573,00	802,00	2 601,25	1 537,00	1 497,95	2 031,00	622,00	159,00	597,00	50,00	11 886,20
	Alface	96,95	135,00	109,30	460,50	332,65	200,00	0,00	164,00	80,00	155,00	139,50	413,00	2 285,90
	Batata	2 216,00	2 832,00	5 100,00	6 315,00	10 452,50	3 000,00	0,00	0,00	1 650,00	2 335,00	1 150,00	1 930,00	36 980,50
	Cebolas	1 725,00	3 155,00	2 065,00	3 048,50	1 735,50	4 228,50	1 126,00	3 057,00	1 991,00	3 119,50	2 825,00	2 490,00	30 566,00
	Cenoura	1 840,00	1 571,00	1 050,00	2 510,00	1 130,00	1 570,00	1 510,00	1 742,00	1 260,00	820,00	1 780,00	840,00	17 623,00
	Repolho	2 226,00	1 195,50	1 514,50	2 719,00	924,50	1 112,00	1 140,00	1 088,00	1 480,50	1 526,00	1 160,00	2 105,00	18 191,00
	Tomate	497,00	504,50	385,10	825,00	993,65	959,00	589,00	905,00	320,00	1030,00	477,50	1 091,10	8 576,85
2005	Banana	2 413,00	2 211,00	2 300,00	4 193,00	2 398,00	2 755,00	2 911,00	2 730,00	3 363,00	1 083,00	2 667,00	1 945,50	23 848,00
	Laranja	417,00	1 163,00	1 007,00	2 670,00	3 018,00	2 963,00	4 054,00	1 884,00	2 468,00	829,00	1 850,00	1 525,00	30 969,50
	Maçãs diversas	1 715,50	1 786,00	1	3 607,00	3 144,00	2 344,00	4 870,00	3 238,00	1 640,00	845,00	2 889,20	330,00	28 368,70
	Maçã Golden	876,50	339,00	960,00	961,00	1 211,00	891,00	556,00	584,00	800,00	400,00	997,50	894,00	9 107,00
	Maçã Starking	893,00	1 328,00	597,00	2 001,00	1 783,00	1 780,00	2 104,00	1 782,00	1 801,00	1 020,00	1 770,20	1 407,00	19 072,20
	Pêra Rocha	1 188,00	902,50	1 403,00	1 180,00	440,00	932,00	810,00	660,00	2 342,00	1 008,00	2 359,00	1 937,50	13 891,00
	Pêras diversas	806,00	696,00	132,00	1 632,00	1 192,00	911,00	1 793,00	2002,00	620,00	0,00	0,00	275,40	10 911,40
	Alface	211,50	233,00		418,00	428,00	88,00	379,00	126,00	126,00	109,00	250,00	276,00	3 204,50
	Batata	5 180,00	6 465,00	560,00	16 456,00	10 485,00	13 260,00	7 200,00	3 920,00	3 280,00	2 852,00	9 810,00	4 580,00	94 678,00
	Cebolas	7 265,00	3 625,00	11 190,00	5 706,00	3 644,00	3 120,00	6 000,00	2 780,00	3 860,00	1 140,00	7 560,00	4 715,00	50 275,00
	Cenoura	2 020,00	1 040,00	860,00	1 680,00	1 170,00	1 960,00	2 490,00	1 980,00	2 120,00	1 000,00	2 655,00	905,00	20 780,00
	Repolho	1 273,40	2 199,80	1 760,00	2 524,00	2 047,00	986,00	1 620,00	1 378,00	2 297,00	1 105,00	2 453,00	1 376,00	21 531,20
	Tomate	314,50	448,00	2 272,00	1 095,00	777,00	1 254,00	2 085,00	1 388,00	682,00	524,00	1 078,00	561,30	10 687,80

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007a.

Quadro 29 – Principais Produtos Importados na Ilha das Flores por mês e por ano (período de 2004 a 2007) em kg (2ª parte).

Ano Mês	Principais Culturas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
2006	Banana	974,00	2 508,40	2 066,00	2 686,00	1 917,00	1 543,00	2 200,00	3 211,00	1 696,00	2 015,00	1 907,00	1 862,00	22 585,40
	Laranja	1 430,50	6 79,00	1 828,40	3 453,00	3 662,00	6 199,00	2 508,50	3 249,00	956,00	3 227,00	1 075,50	377,50	28 645,40
	Maçãs diversas	77,00	1 137,00	140,00	1 694,00	43,00	953,44	2 935,00	3 228,00	736,00	1 681,60	1 417,50	255,00	14 297,54
	Maçã Golden	259,50	1 446,00	605,00	1 188,00	835,00	857,00	948,80	789,20	864,00	1 007,50	397,50	434,00	9 631,50
	Maçã Starking	598,00	2 327,00	921,50	2 972,00	1 323,00	1 692,00	1 541,04	2 016,00	994,00	1 123,00	759,00	1 051,50	17 318,04
	Pêra Rocha	761,50	2 846,00	805,00	1 105,00	211,50	1 049,00	76,50	1 892,20	910,70	2 217,00	1 950,50	1 202,00	15 026,90
	Peras diversas	0,00	296,00	780,00	2 900,00	892,50	1 105,00	2 833,40	67,00	0,00	0,00	120,40	0,00	8 994,30
	Alface	21,60	388,10	428,50	560,90	146,50	209,00	69,00	296,50	241,50	292,70	132,00	132,00	2 918,30
	Batata	2 320,00	14 017,00	6 000,00	19 615,00	19 460,00	8 633,00	1 815,00	1 000,00	185,50	500,00	6 300,00	6 300,00	86 145,50
	Cebolas	470,00	5 500,00	2 055,00	3 095,00	4 715,00	886,30	2 271,50	4 920,00	3 747,50	2 805,00	5 980,00	5 980,00	42 425,30
	Cenoura	650,00	2 540,00	1 620,00	2 420,00	1 290,00	2 336,00	1 960,00	2 530,00	1 320,00	1 470,00	1 740,00	1 740,00	21 616,00
2007	Repolho	859,00	2 725,00	1 439,00	2 175,00	1 473,20	2 077,40	917,50	1 355,70	1 334,00	2 011,40	1 688,20	1 688,20	19 743,60
	Tomate	153,00	686,80	748,50	1 569,00	830,40	1 364,00	1 507,00	1 386,80	572,00	566,00	662,50	662,50	10 708,50
	Banana	2 186,50	1 539,00	2 129,50	1 806,50	2 580,00	2 553,00	2 166,00	2 708,20	1 862,00	2 169,50	1 578,00	1 862,00	25 140,20
	Laranja	1 357,50	1 546,00	2 481,00	3 722,50	4 808,50	5 650,50	2 824,00	4 912,00	1 448,50	1 391,50	1 728,50	1 448,50	33 319,00
	Maçãs diversas	920,40	1 204,80	793,50	814,00	473,00	2 026,00	18,00	536,00	0,00	95,00	570,00	0,00	7 450,70
	Maçã Golden	478,00	615,50	1 189,50	901,25	771,60	572,50	800,00	1 569,00	562,50	1 330,60	977,00	562,50	10 329,95
	Maçã Starking	1 597,20	1 362,80	2 770,00	2 559,50	2 135,00	1 859,00	2 196,00	3 086,00	1 512,00	579,50	939,50	1 512,00	22 108,50
	Pêra Rocha	1 687,30	1 685,50	2 490,40	1 353,00	270,00	0,00	43,00	954,50	1 114,30	1 407,00	1 542,80	1 114,30	13 662,10
	Peras diversas	141,40	319,30	817,50	1 079,00	1 309,50	1 721,00	989,50	922,00	71,50	0,00	59,00	71,50	7 501,20
	Alface	268,00	141,70	458,80	305,00	275,00	229,00	96,00	376,50	147,50	137,00	249,00	147,50	2 831,00
	Batata	10 120,00	1 491,00	10 240,00	1 517,30	22 196,50	11 010,00	2 240,00	600,00	1 650,00	11 320,00	1 700,00	1 650,00	75 734,80
	Cebolas	4 535,00	3 490,00	5 800,00	2 188,00	3 133,00	3 180,00	3 200,00	4 945,00	5 380,00	4 490,00	3 167,00	5 380,00	48 888,00
	Cenoura	1 590,00	1 020,00	2 518,00	1 630,00	1 670,00	1 530,00	2 190,00	3 230,00	1 540,00	1 431,50	1 440,00	1 540,00	21 329,50
	Repolho	1 489,80	1 554,70	2 358,30	1 957,10	1 669,00	1 581,50	1 415,00	2 008,20	1 826,20	1 928,00	1 791,50	1 826,20	21 405,50
	Tomate	859,00	798,00	985,50	1 033,10	1 232,00	1 074,70	1 138,50	1 121,00	116,00	642,00	764,00	116,00	9 879,8

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007a.

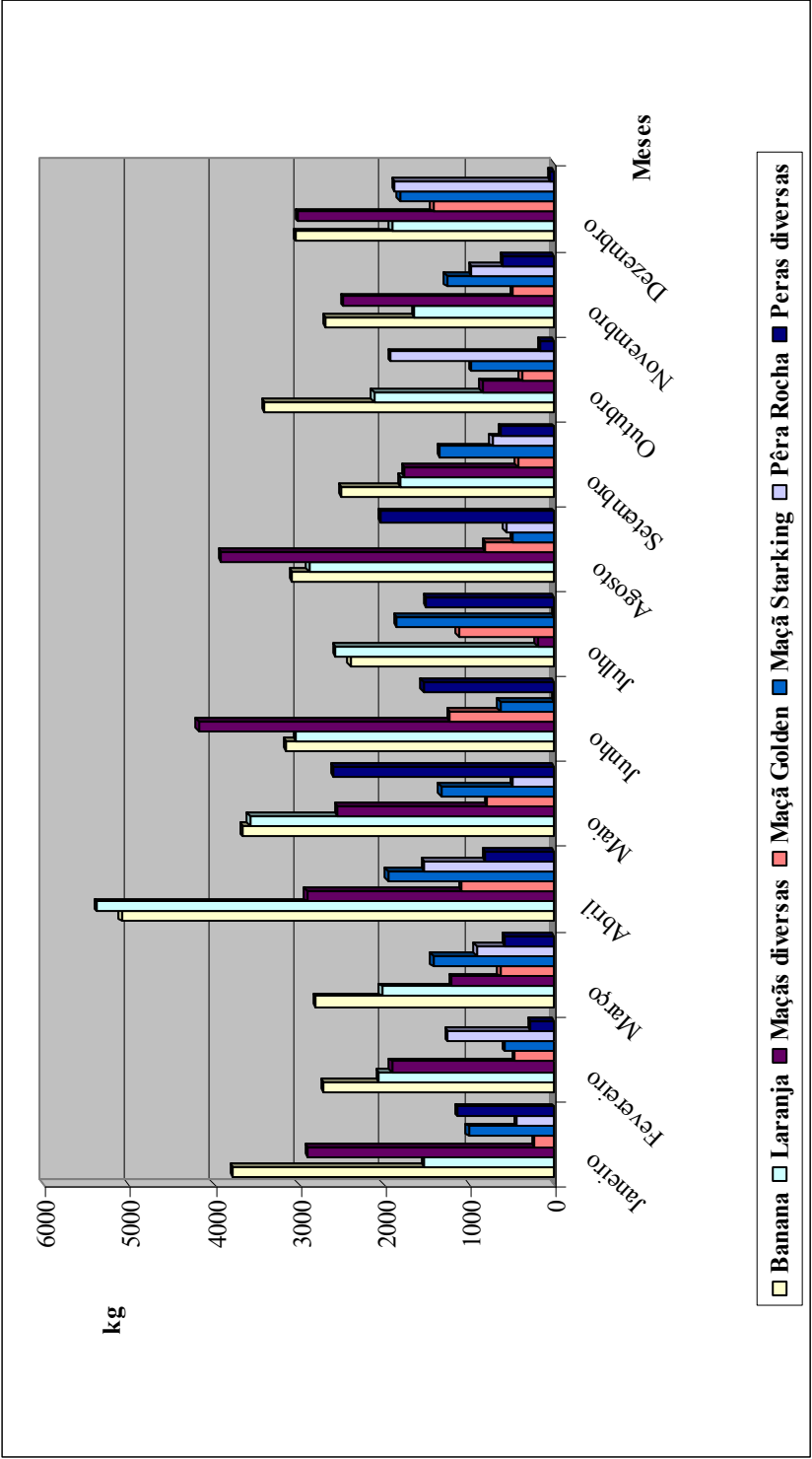


Figura 46 – Principais produtos frutícolas importados na Ilha das Flores por mês no ano de 2004.

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007a.

Desta forma, e sem que a importação da banana ou da laranja ultrapasse largamente as 6 t e as 5 t respectivamente, elas se vão alternando ao longo dos anos no topo dos produtos frutícolas mais procurados.

Ou seja, embora estes frutos ditos principais (ou pelo menos mais representativos a nível quantitativo) sejam consumidos de forma regular, quer ao longo do ano, quer ao longo do período analisado (2004-2007) a verdade é que, e tirando os frutos das diferentes variedades de macieira comercializados, nalguns anos encontramos a banana como fruto preferencial, noutros é a laranja a protagonista das preferências dos consumidores (Figura abaixo).

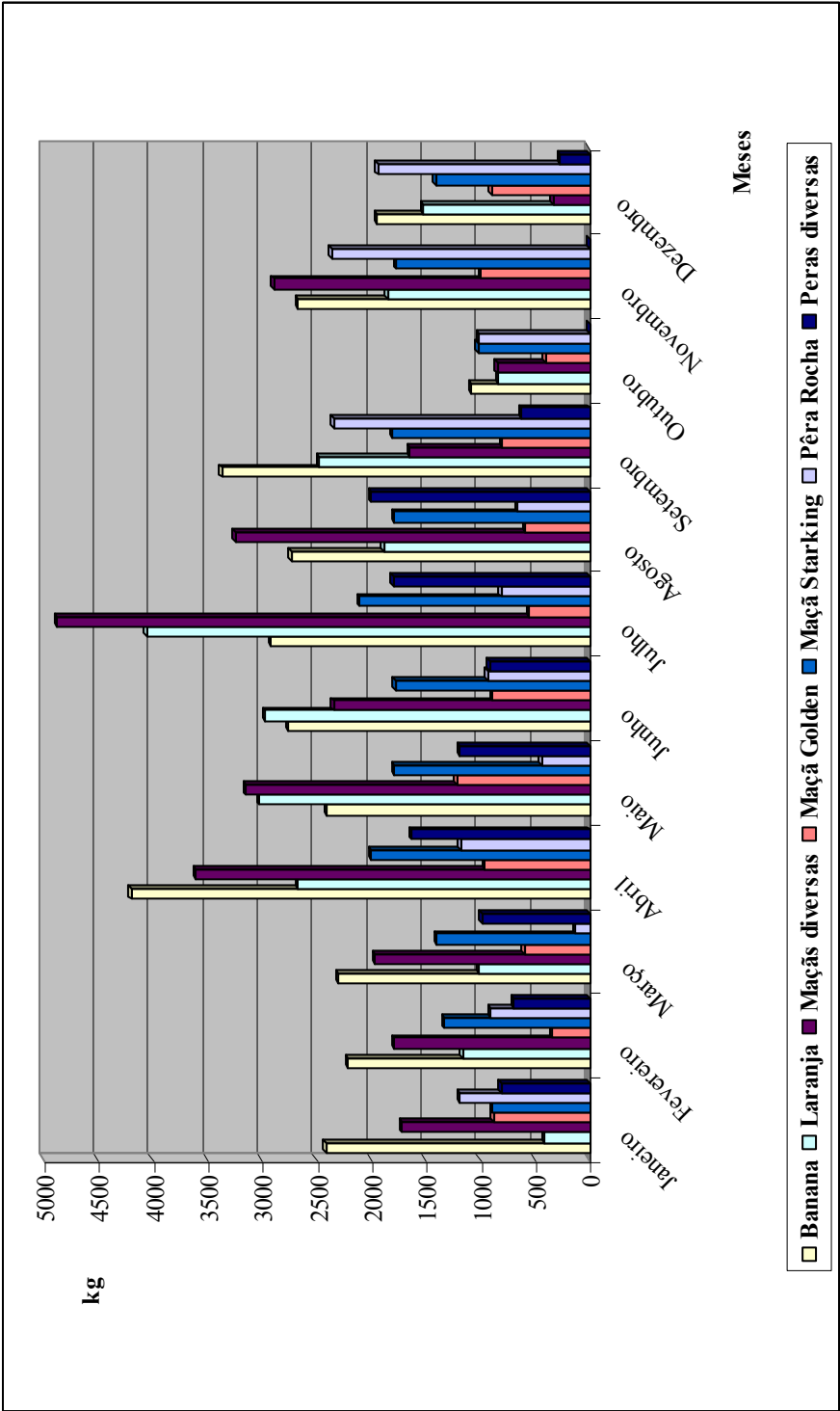


Figura 47 – Principais produtos frutícolas importados na Ilha das Flores por mês no ano de 2005.

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007a.

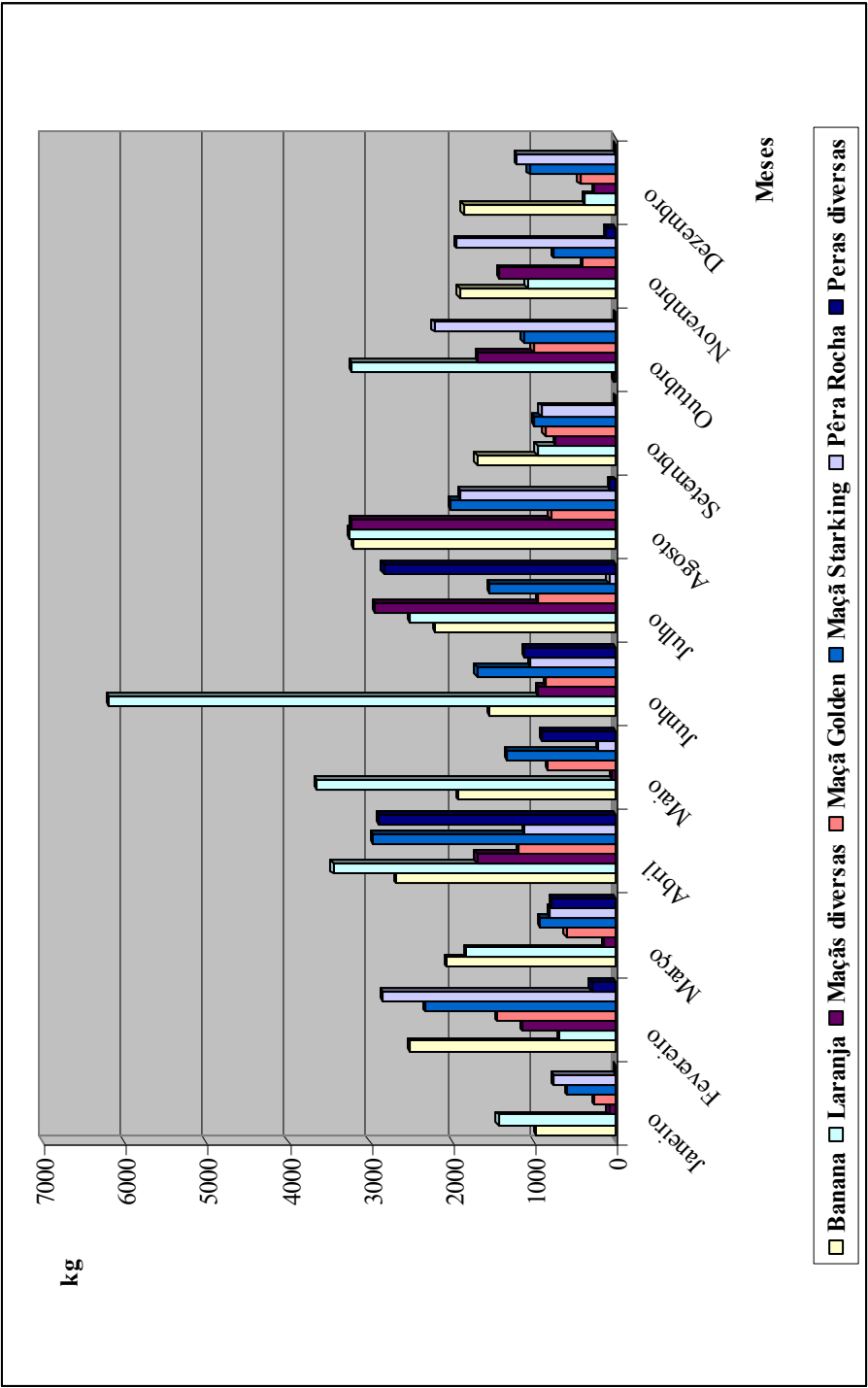


Figura 48 – Principais produtos frutícolas importados na Ilha das Flores por mês no ano de 2006.

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007a.

Quanto às maçãs, é interessante verificar que, se no início do período em análise (2004-2005) as mais procuradas eram as *Maçãs Diversas*, para o fim do mesmo (2006-2007) encontramos a *Maçã Starking* a tomar a dianteira a nível do consumo preferencial destas pomóideas.

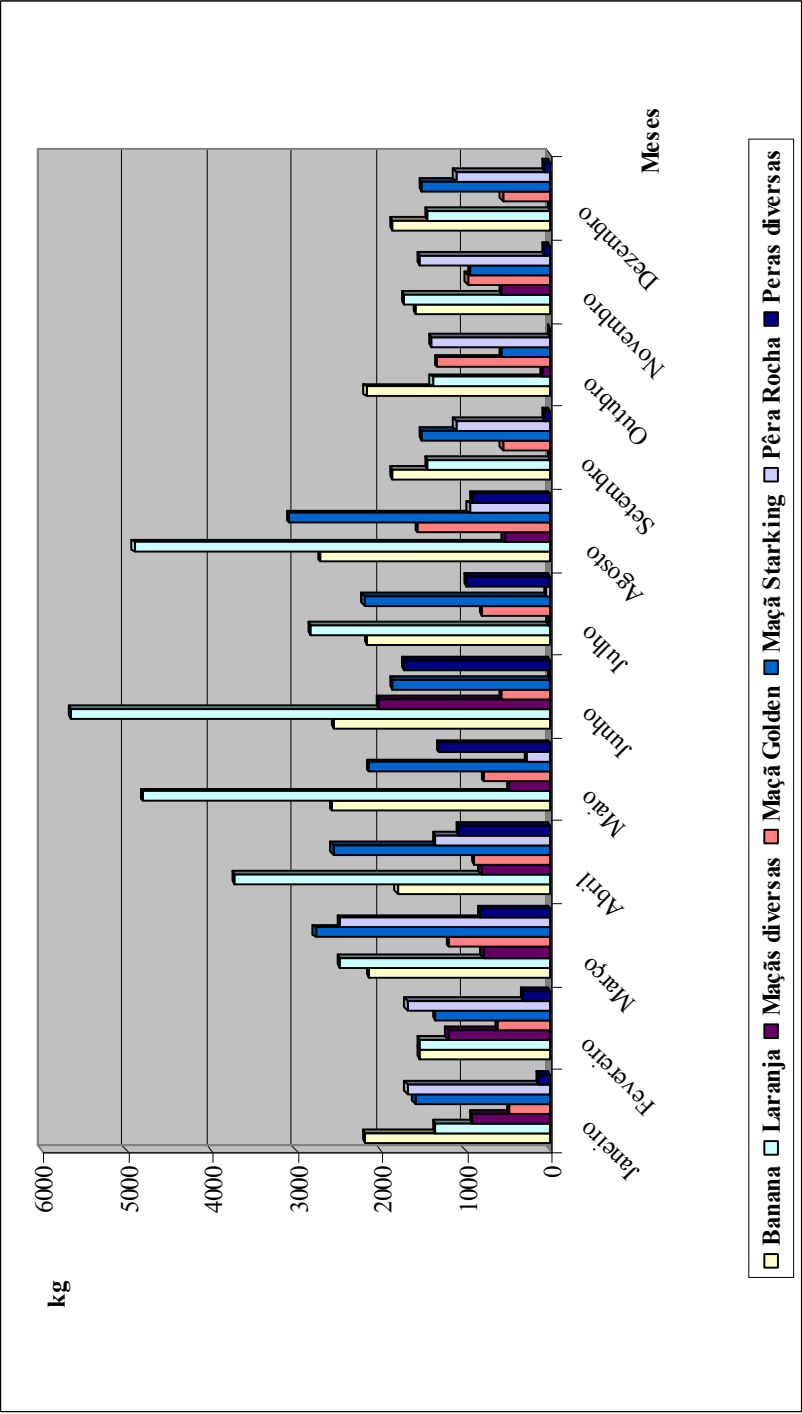


Figura 49 – Principais produtos frutícolas importados na Ilha das Flores por mês no ano de 2007.

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007a.

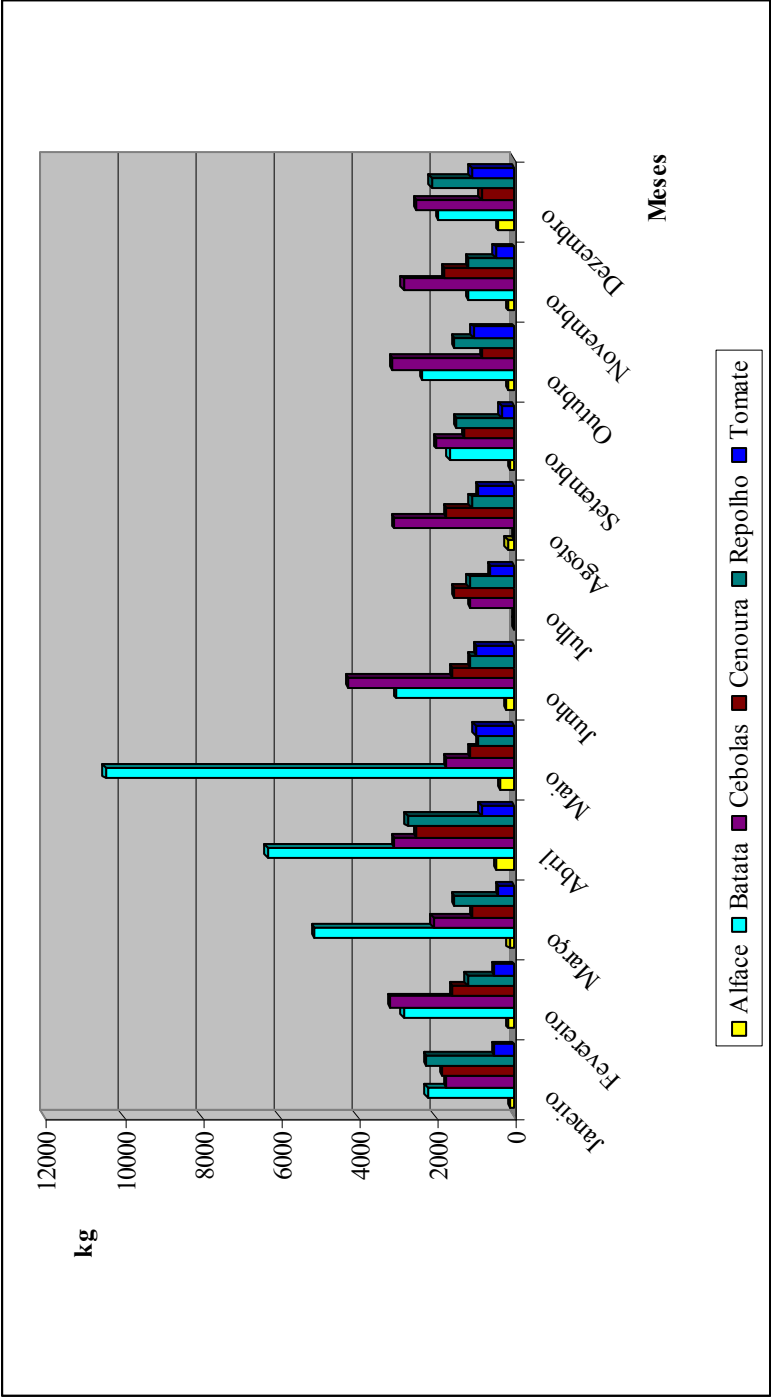


Figura 50 – Principais produtos hortícolas importados na Ilha das Flores por mês no ano de 2004.

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007a.

Interessante é a observação da sua quase total não importação nos meses que vão entre Julho e Outubro, período este que coincide com a colheita e armazenagem (para *stock* ao longo do ano) da batata na região, produzida essencialmente para auto-consumo.

No que toca aos produtos hortícolas verificamos que, de longe, é a batata para consumo que adquire uma expressividade ímpar, chegando mesmo quase às 20 t nos meses de Abril e Maio de 2006 e batendo esta fasquia (ao atingir as 22 t) em Maio de 2007.

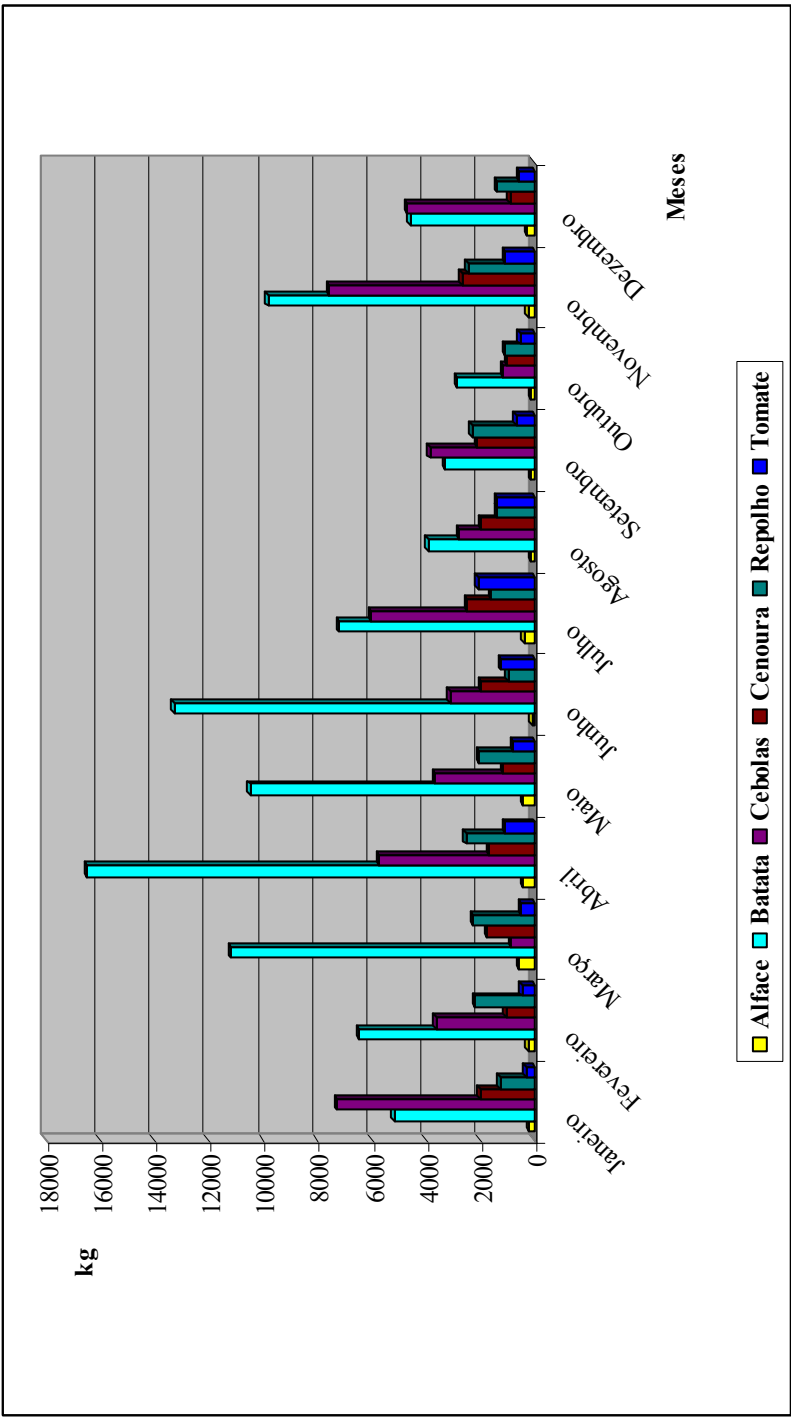


Figura 51 – Principais produtos hortícolas importados na Ilha das Flores por mês no ano de 2005.

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007a.

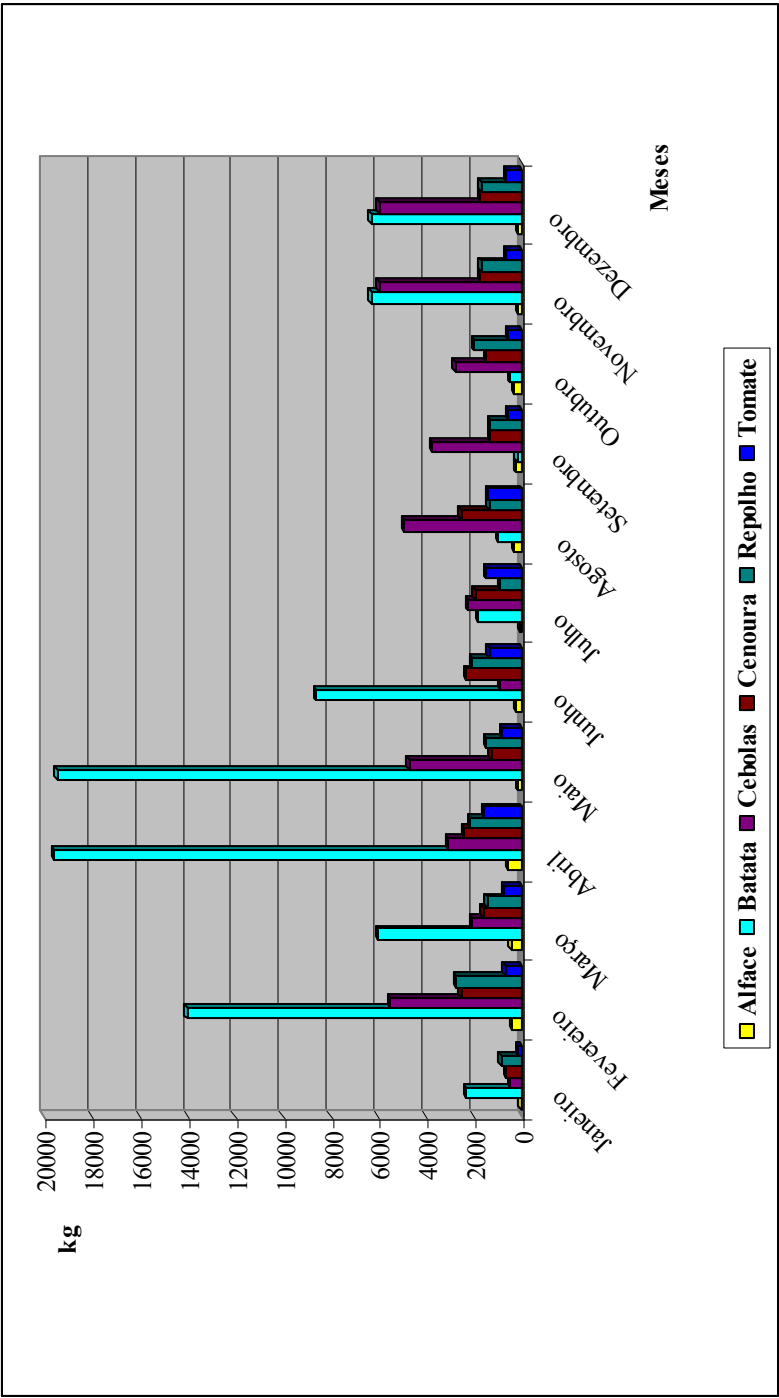


Figura 52 – Principais produtos hortícolas importados na Ilha das Flores por mês no ano de 2006.

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007a.

A alface, embora aparecendo com menor expressividade gráfica e numérica, é substancialmente importante, ainda mais quando verificamos que nos meses de Março e Abril chega a representar cerca de meia tonelada, o que para a cultura em questão demonstra bem o seu protagonismo nas preferências dos consumidores florentinos.

Ainda relativamente a esta, é dos produtos verdes mais procurados e valorizados na Ilha das Flores e dada a sua sazonalidade, é profundamente almejado entre os produtos hortícolas importados.

Uma das culturas mais regulares a nível de importação é a cebola, que apesar da sua produção para auto-consumo continua sempre tendo alguma representatividade nas transacções comerciais de produtos hortícolas.

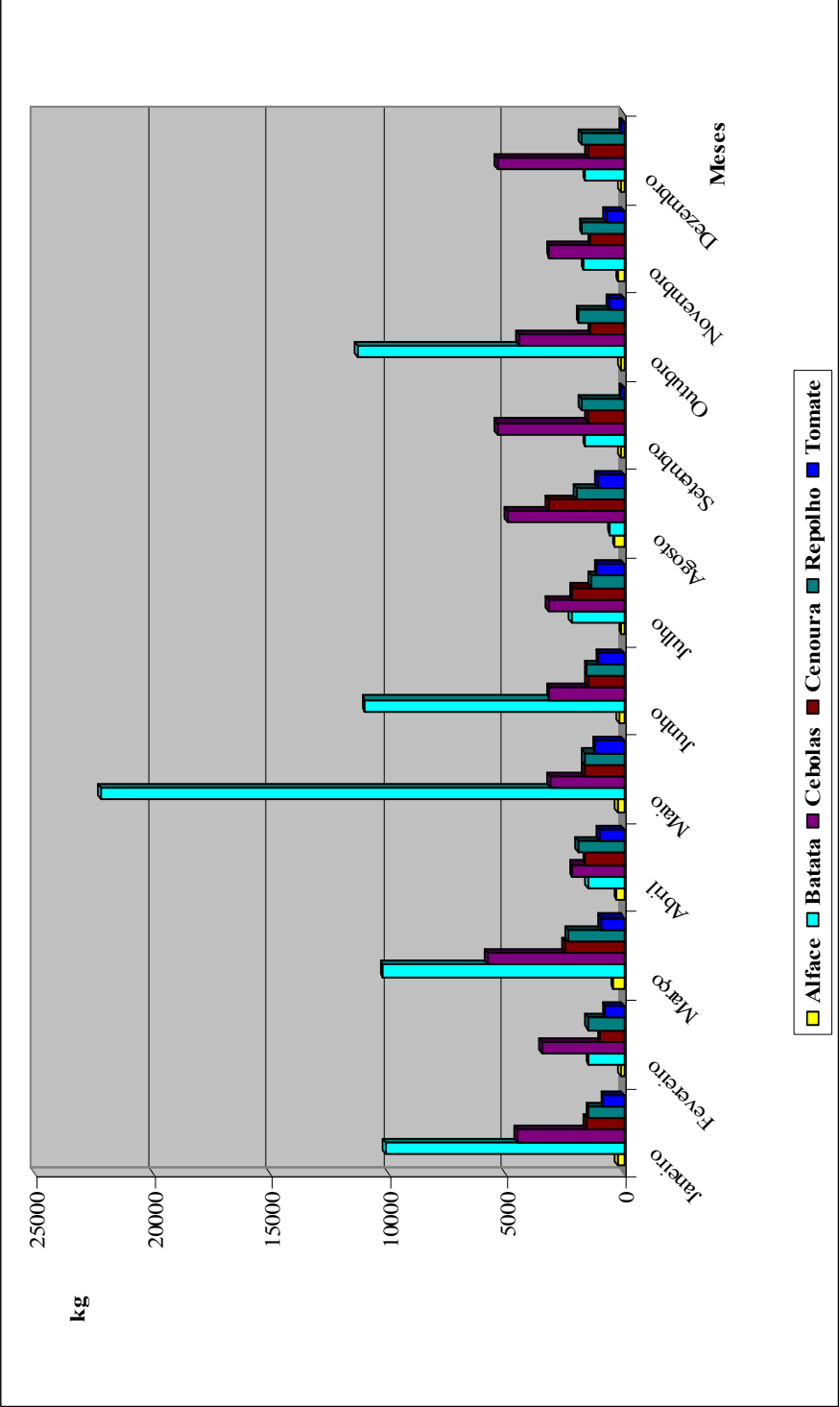


Figura 53 – Principais produtos hortícolas importados na Ilha das Flores por mês no ano de 2007.

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007a.



### **3.1.4.2 – Produtos Animais**

Bastante diverso do quadro relativo aos produtos vegetais, encontramos o quadro que diz respeito aos produtos animais.

De facto, tirando partido das condições agroecológicas açorianas muito favoráveis à produção de pastagens e explorando a rusticidade das vacas aleitantes, os produtores desenvolveram sistemas de produção que se deverão contar entre os menos dispendiosos da Europa, em consumos intermédios e em investimentos realizados (Sousa & Fragata, 2005).

Os mesmos autores comentam que, no entanto, a sua produção está orientada de forma predominante para a exportação de vitelos ao desmame para o Continente, onde são acabados e se lhes acrescenta valor. Em consequência, ao longo do tempo, foram sustentados circuitos comerciais locais baseados na acção dos “exportadores” e nas suas relações contratuais com os comerciantes e/ou engordadores continentais que, por sua vez, exploram sistemas de engorda intensiva.

Outra fileira muito instalada na RAA, também de animais vivos, é constituída por novilhas e vacas de primeira lactação destinadas à Região Autónoma da Madeira, onde são transformados na conhecida “espetada da Madeira” (Sousa & Fragata, 2005).

É com base nisto que optamos por focar a nossa análise apenas nos produtos animais exportados dada a sua elevada relevância a nível da economia local. Observamos assim, com naturalidade, os dados que se seguem.

### **A – Exportação Animais Vivos**

Estruturados no quadro seguinte, a informação disponível permitem-nos fazer uma resenha do número de cabeças de gado bovino saído vivo da RAA entre os anos de 2003 e 2007 da mesma forma que permite-nos verificar que, a classe etária inferior aos 8 meses, correspondente aos vitelos, desponta como a principal classe dentro daquelas destinadas à exportação para o Continente Português.

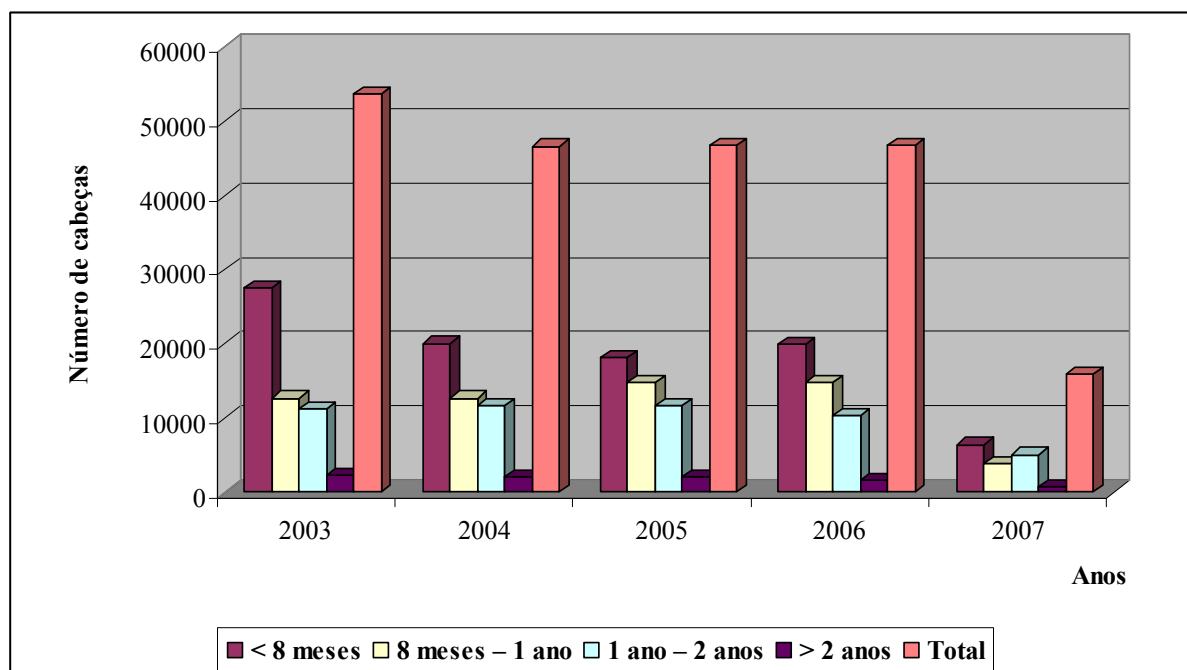
**Quadro 30 – Número de Cabeças de Gado Bovino Saído Vivo da Região Autónoma dos Açores entre os anos de 2003 e 2007.**

Bovinos por Classe Etária	Anos				
	2003	2004	2005	2006	2007*
< 8 meses	27 494	20 027	18 182	19 940	6 386
8 meses – 1 ano	12 658	12 658	14 824	14 809	3 763
1 ano – 2 anos	11 160	11 626	11 703	10 364	5 080
> 2 anos	2 346	2 081	2 026	1 619	631
<b>Total</b>	<b>53 658</b>	<b>46 680</b>	<b>46 735</b>	<b>46 732</b>	<b>15 860</b>

Fonte: SREA, 2007.

\* 1º Semestre 2007.

O gráfico relativo a este quadro é também ele elucidativo, ainda mais que nos permite ter uma maior percepção da evolução desta tendência de exportação ao longo do período em estudo (2003-2007). Interessante é verificar que aquela classe etária tem vindo a perder representatividade ao longo dos anos para as duas que lhe sucedem (8 meses-1ano e 1 ano-2 anos) muito provavelmente devido ao reforço dos prémios às vacas aleitantes, nos quais o agricultor é obrigado a manter anualmente na sua exploração um determinado número de animais (vacas e/ou novilhas) durante no mínimo 6 meses. Outra nota relevante corresponde ao facto de que não pode exceder em 40% do número de direitos que dispõe, com novilhas (fêmeas entre o 1ano e os 2 anos de idade e que ainda não pariram).



**Figura 54 – Número de Cabeças de Gado Bovino Saído Vivo da Região Autónoma dos Açores (anos de 2003 a 2007)**

Fonte: Elaborado com base em dados do SREA, 2007.

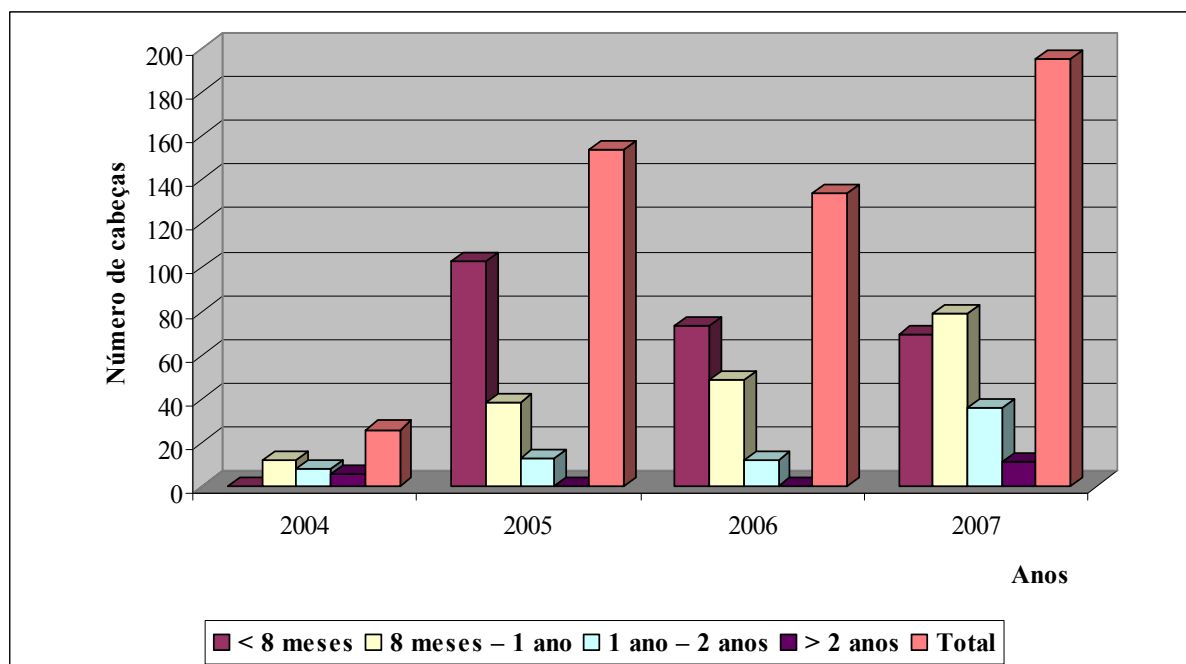
\* 1º Semestre 2007.

Tendo presente que, no que concerne aos produtos exportados pela Ilha das Flores, são os produtos animais que adquirem real importância e protagonismo, torna-se pertinente a observação dos quadros e gráficos seguintes, onde poderemos verificar a grande exportação de animais jovens para o seu acabamento em Portugal Continental, assim como, o registo de alguma exportação a nível regional.

**Quadro 31 – Número de Cabeças de Gado Bovino Saído Vivo das Flores para a Região Autónoma dos Açores entre os anos de 2004 e 2007.**

Bovinos por Classe Etária	Anos			
	2004	2005	2006	2007
< 8 meses	-	103	73	69
8 meses – 1 ano	12	38	49	79
1 ano – 2 anos	8	13	12	36
> 2 anos	6	0	0	11
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>154</b>	<b>134</b>	<b>195</b>

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007b.



**Figura 55 – Número de Cabeças de Gado Bovino Saído Vivo das Flores para a Região Autónoma dos Açores entre os anos de 2004 e 2007.**

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007b.

A nível de expressividade poderemos mencionar que os animais exportados com destino aos Açores correspondem a uma décima parte (grosso modo) daqueles que tem como

destino Portugal Continental (exceptuando o ano de 2007 onde aquele valor fica aquém dessa proporção).

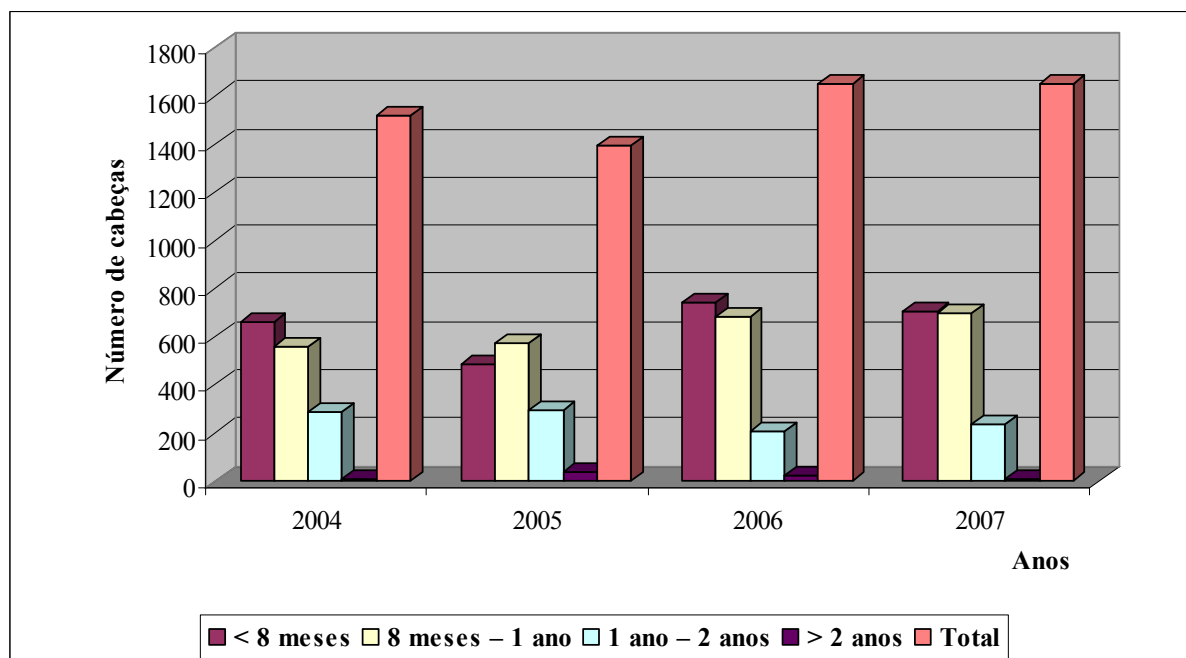
**Quadro 32 – Número de Cabeças de Gado Bovino Saído Vivo das Flores para Portugal Continental entre os anos de 2004 e 2007.**

Bovinos por Classe Etária	Anos			
	2004	2005	2006	2007
< 8 meses	660	489	739	708
8 meses – 1 ano	559	574	683	701
1 ano – 2 anos	287	294	208	233
> 2 anos	12	39	24	9
<b>Total</b>	<b>1518</b>	<b>1396</b>	<b>1656</b>	<b>1651</b>

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007b.

Tendo presente o quadro e o gráfico relativos ao número de cabeças de gado bovino saído vivo da RAA entre os anos de 2003 e 2007, e comparando-os aos seus equivalentes relativos à Ilha das Flores, não podemos ficar indiferentes à representatividade diminuta desta ilha face a toda a RAA.

Para melhor visualizarmos isto, surge o Quadro 33 que serve de referência aos valores percentuais a nível de representatividade desta ilha (Flores) face a toda a RAA.



**Figura 56 – Número de Cabeças de Gado Bovino Saído Vivo das Flores para Portugal Continental entre os anos de 2004 e 2007.**

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007b.

**Quadro 33 – Representatividade da Ilha das Flores, em valores percentuais a toda a RAA, relativamente ao Número de Cabeças de Gado Bovino Saído Vivo para Portugal Continental entre os anos de 2004 e 2007.**

Bovinos por Classe Etária	Anos			
	2004	2005	2006	2007*
< 8 meses	3,30%	2,69%	3,71%	5,54%
8 meses – 1 ano	4,42%	3,87%	4,61%	9,33%
1 ano – 2 anos	2,46%	2,51%	2,01%	2,30%
> 2 anos	0,58%	1,92%	1,48%	0,79%
<b>Total</b>	<b>3,25%</b>	<b>2,99%</b>	<b>3,54%</b>	<b>5,21%</b>

Fonte: Elaborado com base em dados do SDAFC, 2007b.

\* Dados relativos ao 1º Semestre.

A representatividade da Ilha das Flores face a toda a RAA oscila entre os 0,58% (animais > 2 anos) em 2004 e os 9,33% (animais 8 meses-1 ano) em 2007. Devemos ter em conta que neste último ano (2007) os dados utilizados no quadro 33 foram reduzidos ao primeiro semestre para poder ser representativa a comparação com os dados disponíveis a nível regional.

O último ano (2007) do período analisado, e no caso da exportação para a RAA reflecte, um aumento no número de cabeças, e principalmente a redução da expressividade da exportação de vitelos ao desmame em pretérito de animais entre os 8 meses a 1 ano. Regista-se inclusivamente uma subida da exportação de animais com idades compreendidas entre 1 e 2 anos e com mais de 2 anos.

Relativamente à exportação para o Continente Português, o panorama manteve-se muito semelhante ao longo dos anos em estudo, sendo notório, no entanto, o aumento do número de animais exportados.

## **B – Exportação de Carne**

A dominância do comércio de animais vivos para o Continente e para a Madeira e a debilidade os sistemas de vacas aleitantes poderão começar a ser atenuadas a curto prazo em virtude da vontade em organizar e colocar no mercado a IGP (Identificação Geográfica Protegida) “Carne dos Açores” e da instalação de novas e importantes infra-estruturas e equipamentos, como são os matadouros e as salas de desmancha de São Miguel, Terceira,

Pico e Santa Maria, e a renovação dos matadouros das restantes ilhas (Sousa & Fragata, 2005).

Estes autores comentam a este respeito que se deve referir que na presente década se verificou a tendência de diminuição das saídas de animais vivos e da subida dos abates na RAA (em número de cabeças) entre os anos de 2000 a 2004. Enquanto as primeiras desceram 8%, os segundos aumentaram 17% (SREA, 2004b; SREA, 2005).

Desta feita, o consumo local de carne assenta na produção de diversos tipos de animais e na distribuição de carcaças por talhos tradicionais, supermercados nas maiores ilhas e no auto-consumo das famílias que em todas as ilhas criam bovinos (Sousa & Fragata, 2005).

Com base nisto surge a necessidade de olharmos com maior pormenor os dados relativos ao gado abatido e aprovado para consumo público nos matadouros dos Açores. Assim, e tendo em conta o quadro 34, podemos facilmente verificar que, tirando as Ilhas do Corvo e da Graciosa, a das Flores se encontra em último lugar a nível de representatividade.

**Quadro 34 – Gado Bovino Abatido e Aprovado para Consumo Público nos Matadouros dos Açores (2004-2007).**

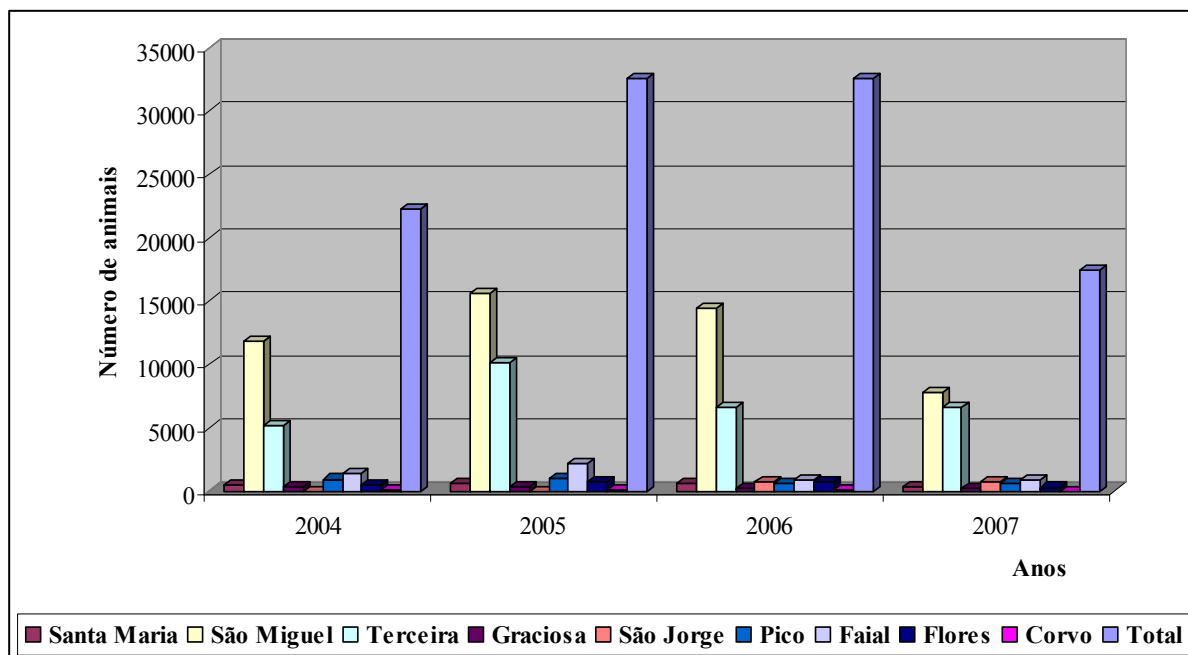
<b>Ilha/Ano</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007*</b>
<b>Santa Maria</b>	464	607	618	290
<b>São Miguel</b>	11 818	15 586	14 439	7 753
<b>Terceira</b>	5 200	10 172	6 563	6 563
<b>Graciosa</b>	296	370	171	171
<b>São Jorge</b>	1 530	1 943	795	795
<b>Pico</b>	936	971	634	634
<b>Faial</b>	1 421	2 173	906	906
<b>Flores</b>	530	745	709	283
<b>Corvo</b>	26	43	41	8
<b>Total</b>	<b>22 221</b>	<b>32 610</b>	<b>32 625</b>	<b>17 403</b>

Fonte: SRAF, 2007b.

\* 1º Semestre 2007.

A ilha de Santa Maria que, desde 2004, aparecia em terceiro lugar a contar do fim vem a ultrapassar as Flores em 2007 com mais 7 animais que a primeira (isto relativamente ao primeiro semestre). Neste meio ano (primeiro semestre de 2007) as Flores contribuíram com 1,63% dos animais abatidos e aprovados para o consumo público nos matadouros dos Açores.

O gráfico seguinte permite-nos visualizar melhor os dados referidos e comentados do quadro 34.



**Figura 57 – Gado Bovino Abatido e Aprovado para Consumo Público nos Matadouros dos Açores (2004-2007).**

Fonte: Baseado em SRAF, 2007b.

\* 1º Semestre 2007.

Observando agora o quadro seguinte, podemos verificar que os dados relativos às Flores diferem ligeiramente (nada de muito representativo) do quadro anteriormente indicado e cuja fonte corresponde aos SREA. Os dados seguintes foram colhidos na fonte primária e poderão servir de barómetro para o estudo por nós elaborado.

**Quadro 35 – Gado Bovino Abatido e Aprovado para Consumo Público no Matadouro da Ilha das Flores entre os anos de 2003 e 2007.**

Ilha/Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Flores	587	696	727	728	676

Fonte: SDAFC, 2007b.

### **3.4.1.3 – Síntese**

Nestes últimos tópicos relativos à Conjuntura e Estrutura Económica, pudemos observar que, e particularmente no que concerne ao nosso objecto de estudo (Ilha das Flores nos Açores), podemos facilmente detectar uma quase total dependência externa face aos produtos alimentares.

De facto, e apesar da produção individual para auto-consumo (cuja determinação essencial foi feita na parte prática deste trabalho através de um dos pontos do inquérito realizado), há uma grande dependência dos produtos oriundos do exterior, quer do Continente Português, quer da própria RAA.

Tal afirmação toma maior relevo quando acrescentamos a informação de que tais produtos chegam à ilha de quinze em quinze dias por via marítima (isto quando as condições atmosféricas o permitem, caso contrário, tais produtos escasseiam e a situação pode tornar-se preocupante) e os quais esgotam-se das prateleiras dos estabelecimentos comerciais mal chegam. Isto porque, não é pouco comum, aquando da chegada do barco as filas de espera da população junto aqueles estabelecimentos e a compra em grandes quantidades para garantia de que nada lhes faltará nos próximos 15 dias (na melhor das hipóteses).

Contrastando com este quadro dos produtos vegetais está o dos produtos animais, onde verificamos uma fileira de produção bem delineada. Realmente a produção para exportação de gado bovino de corte é bastante relevante.

Também aqui, consegue-se visualizar a sua grande dependência produtiva graças à sua mono especificidade. De facto, a história da ilha das Flores funde-se na do Arquipélago em que está integrada. Não foi sempre este o seu “fado”, ou seja, a sua grande especificidade produtiva a nível de culturas para exportação e, graças a ela, a existência da sua fragilidade comercial?



## PARTE III – ESTUDO DE CASO: A ILHA DAS FLORES

### CAPÍTULO I – CONCEPTUALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

#### 1.1 – Isolamento x Insularidade

Como nos refere Riley (1995), depois de os naturalistas do século XVIII haverem “descoberto” a ilha e a insularidade, estas tornaram-se o objecto de estudo por excelência para diversas áreas científicas.

A aplicação deste conceito (insularidade) a todas as ilhas, das do Mediterrâneo às das cercanias polares, frequentemente traduzida numa espécie de *metadiscorso* antropogeográfico sobre a condição do homem e sociedade insulares, radica na literatura de viagem e estudos naturalistas do século XVIII sobre os diferentes arquipélagos do Pacífico e está firmemente associada a uma noção biológica de insularidade, como o assinalou Lucien Febvre na sua obra *La Terre et l'évolution humaine. Introduction géographique à l'histoire*.

Paralelamente podemos ainda destacar as ilhas menores, ou as ditas ilhas de baixo<sup>4</sup>, que em virtude da sua posição secundária na hierarquização do espaço arquipelágico, se encontram também elas relegadas, por assim dizer, para a periferia do discurso historiográfico (Riley, 1995).

Este último autor menciona aliás, a importância de precisar em que sentido, e em que escala, é utilizado o conceito de periferia. A sua noção, enquanto conceito operativo utilizado no campo das Ciências Humanas e Sociais, emerge com particular vigor na fase do pós-guerra dos anos 50-60 e está indissociavelmente ligada ao domínio político-económico e às teorias da *globalização e dominação* do sistema capitalista ocidental (Rowlands *et al.*, 1987). A periferia, frequentemente associada aos conceitos de subdesenvolvimento e de Terceiro Mundo, deve ser entendida como uma “alegoria ao mesmo tempo, espacial e política”, como é sublinhado pelo geógrafo francês Yves Lacoste em *Géographie des sous-développement* (Riley, 1995).

---

<sup>4</sup> Refira-se a este respeito o facto significativo de os micalenses, exceptuando a ilha de Santa Maria, se referirem a todas as restantes parcelas do arquipélago pelo designativo genérico de *Ilhas de Baixo*. Independentemente das justificações geográficas que, segundo Leite de Vasconcellos, enformam a designação (aquelas para cujo lado o sol se baixa, isto é, as *Ilhas de Oeste* na terminologia culta), esta representação colectiva de um espaço topograficamente dividido em *cima* e *baixo*, reflecte sem dúvida uma consciência etnocêntrica de *centralidade* por parte dos habitantes de São Miguel (Riley, 1995).

Por outras palavras, que *centro* – seja ele geográfico, político-administrativo, económico, cultural ou simbólico – tomamos por padrão quando qualificamos determinado lugar de periférico (Riley, 1995)?

Segundo Shills (1961), o *centro* de uma determinada sociedade, tem sempre a sua correspondente expressão espacial sem que, contudo, a natureza dessa centralidade apresente qualquer filiação, ou condicionalismo, de ordem geográfica. De facto, na sua teoria os contornos geográficos encontram-se muito esbatidos, pois para ele (Shills), o “centro, ou zona central, é *um fenómeno* que pertence à esfera dos valores e das crenças. É o centro da ordem de símbolos, de valores e crenças que governam a sociedade” (Riley, 1995).

Contudo, a partir do momento que saímos do campo da Macrosociologia para entrarmos no da História, as configurações geográficas das relações centro/periferia tornam-se muito mais objectivas e, ao mesmo tempo, mais complexas, consoante adoptamos, ou não, perspectivas de análises inspiradas no difusionismo ou na conflitualidade, no monocentrismo ou no policentrismo, como se encontra demonstrado no exemplar estudo de Carlo Ginzburg e Enrico Castelnuovo sobre a História da Arte Italiana (Riley, 1995).

De facto, se Medeiros (1987) refere o Corvo como uma ilha que se povoou e desenvolveu à sombra de outra (Flores), levando a que as relações centro-periferia num sentido eminentemente geo-administrativo, promovessem a referência mais imediata de centralidade a encontrar-se na ilha das Flores, onde estavam sedeadas as instituições representantes da autoridade pública mais próximas (Riley, 1995).

Aqui como centro mas na generalidade das situações, e muito graças ao contexto regional do arquipélago e mesmo à posição e peso relativo em relação ao Continente as Flores passam a ser consideradas como periferia.

Sem dúvida periférica mas não isolada. Não nos esqueçamos do importante papel que esta ilha, assim como a do Corvo, teve nos finais de quinhentos, à medida que as carreiras das Índias iam aumentando o seu fluxo de riquezas e a presença dos corsários ingleses se ia intensificando em torno delas. O grupo ocidental encontrava-se no centro de um dos mais importantes pontos de tensão da guerra naval entre o Norte e o Sul da Europa. Os ataques dos ingleses às Flores e Corvo em 1587, a batalha da Ilha das Flores em 1591, o apresamento da nau Madre de Deus (o maior feito pelos corsários ingleses) nas imediações do Corvo são alguns dos muitos acontecimentos documentados que atestam esta situação de centralidade da periferia ocidental dos Açores no domínio da História Marítima (Riley, 1995).

Centralidade esta que põe evidentemente em causa o seu isolamento. O termo mais adequado seria talvez marginalidade pois, como nos diz Riley (1995) esta singular

comunidade insular, levanta-nos a necessidade de considerar a periferia não em termos geográficos, mas num sentido social, político e cultural. Ou seja, de acordo com Shields (1991), “os espaços marginais de interesse não estão necessariamente situados nas periferias geográficas, mas sim primordialmente colocados nas periferias de sistemas de organização do espaço”.

Quando, em 1924, Leite de Vasconcellos desembarcou por breves horas no Corvo, com o intuito de recolher e registar os arcaísmos da linguagem, cantigas e tradições locais, foi, não sem alguma surpresa sua, abordado por uma mulher que, com toda a naturalidade, o interrogou acerca da cotação da moeda norte-americana (Riley, 1995).

Tal situação totalmente inconcebível em outros meios rurais percorridos por Leite de Vasconcellos chama-nos a atenção para o facto da impossibilidade de comparação entre o isolamento insular e a interioridade continental, da mesma forma que deixa transparecer a variação da natureza das periferias não apenas em função da relações com o centro, mas também, e neste caso sobretudo, em função da diversidade de sociedades e sistemas culturais significativamente distintos, como é o caso vertente do relacionamento que, nos últimos séculos, o Corvo (e no nosso caso as Flores) manteve com Portugal e os Estados Unidos da América (Riley, 1995).

Surge-nos assim a imagem relevada por este último autor relativamente ao Corvo que pode muito bem ser transposta para a ilha das Flores sua vizinha, de *centralidade* da sua posição relativamente às rotas náuticas intercontinentais, bem como a sua *perifericidade* em termos de geografia política e administrativa.

Assim, começamos a ter noção de que a sua insularidade não lhe confere necessariamente a situação de isolamento, permite-nos dizer antes que possui algumas restrições mas que continua como sempre na rota dos acontecimentos mundiais, apesar de muitas vezes estar à margem de possíveis intervenções da realidade envolvente.

## **1.2 – Dupla Insularidade x Ultraperifericidade**

É a partir da Cimeira de Rodes de 1988 que, uma das tentativas governamentais portuguesas de fazer recair sobre a Europa Comunitária boa parte dos custos da insularidade acabaria por vingar, a favor da então chamada “ultraperiferia”. Os resultados positivos foram posteriormente expressos na nova redacção elaborada para o artigo 227º do Tratado de Roma, pelo Tratado de Amesterdão de 1997, que o ampliou no sentido de garantir o tratamento

especial a favor dessas regiões ultraperiféricas e já anteriormente garantido às antigas possessões ultramarinas francesas (Monjardino, 2008).

O último autor complementa este raciocínio dizendo-nos que, desta forma, e ao contrário do Tratado de adesão de 1985, esta garantia de protecção das regiões insulares portuguesas trouxe alívio às finanças nacionais e alguma tranquilidade aos governantes açorianos no que toca às garantias supranacionais de nível de vida e estímulo a um progresso auto gerado.

A Região Autónoma dos Açores tem assim, no quadro territorial nacional, uma configuração ímpar, caracterizada pela sua natureza **insular**, constituindo por um lado, um pequeno arquipélago atlântico, e por outro sendo possuidora de uma posição relativa marcada pela sua situação ultraperiférica (DREPA, 2004).

Esta última fonte realça que o conceito de região ultraperiférica emerge naturalmente como primeiro traço do grande distanciamento e isolamento relativamente ao espaço continental europeu, sendo exemplo disto, o facto da ilha mais próxima do continente português situar-se a mais de 1500 km, equivalendo a aproximadamente duas horas de voo numa aeronave comercial a partir do território continental nacional.

Consegue-se compreender assim que, a ultraperifericidade agrave as desvantagens decorrentes da configuração insular do território acentuando os constrangimentos existentes, em oposição a outros espaços insulares europeus situados no prolongamento e continuidade directa do território continental. Os sobrecustos motivados pelo distanciamento, ao nível do movimento de pessoas e bens e mesmo da informação tornam-se penalizadores reduzindo a capacidade para o desenvolvimento, para a obtenção de sinergias e para as vantagens competitivas que advêm da abertura dos mercados e da moeda única (DREPA, 2004).

O registo do afastamento face aos centros de decisão política e económica, bem como o afastamento de equipamentos e serviços de excelência localizados nos lugares de maior centralidade, condiciona por outro lado os fluxos económicos, materiais e de informação, influenciando padrões de consumo e estratégias de investimento público marcadas consideravelmente pelo factor localização (DREPA, 2004).

Esta última fonte sublinha que a especificidade das condições naturais e da economia decorrentes da ultraperifericidade concorre em larga medida para alguma dificuldade de adaptação e aproveitamento dos instrumentos de política, cujo exemplo pode ser dado pela omissão da Região Autónoma dos Açores, no aproveitamento dos benefícios dos grandes instrumentos e políticas de coesão, como sejam, entre outras, a promoção de grandes redes de transporte terrestre (rodoviário e ferroviário) e as redes energéticas.

Já no domínio das **Telecomunicações**, apenas nesta viragem de século é que se encontra em fase de conclusão a ligação a um cabo de fibra óptica, projecto co-financiado pela iniciativa comunitária REGIS II, iniciativa essa que foi retirada do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (DREPA, 2004). Refira-se no entanto, que este cabo de fibra óptica apenas se encontrará disponível para as ilhas dos Grupos Oriental e Central, continuando a ser ainda um mero anseio relativamente ao Grupo Ocidental.

Sintetizando e concluindo podemos citar a fonte SRAM (2006) que nos indica serem consideradas cinco as características que definem Ultraperifericidade e as quais se identificam com:

- ✓ Serem parte integrante de um espaço com dimensão geoeconómica dupla, constituído, por um lado, por uma zona geográfica adjacente, e, por outro, por um espaço político de enquadramento;
- ✓ Relativo isolamento, devido à grande distância ao território continental europeu;
- ✓ Um mercado interno local muito pequeno, devido à dimensão da população;
- ✓ Condições geográficas e climatéricas que limitam o desenvolvimento endógeno dos sectores primário e secundário;
- ✓ Dependência económica de um limitado número de produtos;

É desta forma que, a par com o conceito de Ultraperifericidade, o conceito de dupla insularidade, aplicável à Ilha das Flores se torna sensível e se releva graças ao seu maior distanciamento e arreigamento quer de Portugal continental quer da Europa.

### **1.3 – A Questão da Qualidade de Vida**

Se, nos últimos anos, a qualidade de vida se tornou uma meta importante para decisores técnicos e responsáveis políticos, os aspectos relevantes e as opções de operacionalização do conceito estão longe de garantir um consenso generalizado (Gössweiner *et al.*, 2001).

De facto, a ideia de qualidade de vida tem vindo a ser discutida a um nível genérico, frequentemente assente em recomendações vagas e gerais que visam a melhoria das condições de vida das populações. Trata-se de uma ideia consideravelmente abrangente, que não deixa de encerrar algumas ambiguidades advindas, em boa medida, das múltiplas aproximações teóricas e dos vários contextos sócio-espaciais a que se refere. Explica-se, assim, a dificuldade de obter significados consensuais ou um acordo sobre os elementos a medir e monitorizar

para avaliar a qualidade de vida de determinada população (Ferrão & Guerra, 2004).

Awad & Voruganti (2000) referem a tentativa de explicitação das dificuldades de conceitualização do termo qualidade de vida por Campbell em 1976, quando este afirmava: “*qualidade de vida é uma vaga e etérea entidade, algo sobre a qual muita gente fala, mas que ninguém sabe claramente o que é*”. A citação dessa afirmação, feita há cerca de trinta anos, ilustra a ênfase dada na literatura mais recente às controvérsias sobre o conceito desde que este começou a aparecer na literatura associado a trabalhos empíricos (Seidl & Zannon, 2004).

Seidl & Zannon (2004) comentam a existência de indícios de o termo ter surgido pela primeira vez na literatura médica na década de 30, segundo um levantamento de estudos que tinham por objectivo a sua definição e que faziam referência à avaliação da QV.

Historicamente, é a partir dos anos 60 do século XX, que a expressão *qualidade de vida* tem sido utilizada de forma cada vez mais frequente. Pode revelar-se ambíguo enquanto conceito científico, a não ser que seja alvo de uma definição precisa (Wolfensberger, 1994). Contrariamente a Seidl & Zannon (2004), alguns autores como Fleck *et al.* (1999) e Noll (2000), indicam que a sua origem tem raízes no contexto político, apontando como referência o discurso do Presidente americano Lyndon Johnson que, em 1964, referiu que “*o progresso social não pode ser medido através do balanço dos bancos mas através da qualidade de vida proporcionada às pessoas*”.

A evolução do conceito de QV tem-se encontrado igualmente associada a diversos referenciais teóricos que reflectem conceitos como: *satisfação com a vida*, *felicidade*, *existência com significado* e *bem-estar subjectivo*, na generalidade dos casos utilizados indiscriminadamente como sinónimos (Frisch, 2000; Taillefer *et al.*, 2003). Este facto tem contribuído para dificuldades na delimitação científica do conceito dado que, embora relacionadas, tais designações são estruturalmente diferentes do conceito de qualidade e vida (Frisch, 2000).

O interesse pela qualidade de vida (QV) surgiu igualmente ligado aos sistemas de *indicadores sociais* (Cummins, 2000; Rapley, 2003), em que prevalecia uma abordagem essencialmente economicista que analisava o crescimento económico das sociedades através da evolução do respectivo PIB ou do rendimento *per capita* (Canavarro *et al.*, 2006).

Englobando apenas as transacções monetárias da actividade económica, o PIB deixa de fora uma boa parte dos bens, serviços e actividades mais valorizados pelas pessoas, tendo vindo, apesar disso, a assumir “um estatuto totémico enquanto medida fundamental do sucesso económico” (Cobb *et al.*, 1999). Ora, o que está em causa, no que diz respeito à

qualidade de vida, é o facto de o PIB ignorar a distinção entre as transacções monetárias que genuinamente contribuem para fomentar o bem-estar social e as que provocam a sua degradação. As transacções monetárias tomadas independentemente do seu sentido e do seu valor social, os impostos e taxas legais, os custos com a saúde e com os sistemas de segurança (advindos, por exemplo, do crescimento das taxas de criminalidade) ou, ainda, os custos ambientais das actividades económicas são (nesta lógica) contabilizados como elementos potenciadores do nível de vida e do bem-estar social, independentemente de o mesmo crescimento económico não beneficiar toda a gente ou poder mesmo, eventualmente, agravar as desigualdades sociais.

Várias das teorias do desenvolvimento económico dos anos 50 e 60 chamaram a atenção para o papel de factores como a formação do capital físico (R. Nurkse), a poupança (M. Dobb, W. A. Lewis), a distribuição do rendimento (N. Kaldor, J. Robinson), o comércio internacional (H. Myint, G. Haberler, J. Viner) ou o capital humano (T. W. Schultz) enquanto componentes cruciais do desenvolvimento. Mas também estas posições teóricas não levaram à produção de indicadores complementares ou alternativos ao PIB *per capita*. Mesmo autores como W. Arthur Lewis e Hans W. Singer, que se basearam nas teorias de T. W. Schultz para defender que o desenvolvimento social no seu conjunto — incluindo aspectos como a educação, a saúde, a fertilidade, etc. — constitui uma condição de crescimento através das melhorias de capital humano que proporcionam, não romperam em definitivo com a visão ‘economicista’, industrialista e objectiva de bem-estar, que identifica desenvolvimento com crescimento e industrialização (Ferrão & Guerra, 2004).

A subjectividade e multidimensionalidade são dois aspectos do termo destacados no plano conceptual com base na revisão da literatura. Quanto aos aspectos metodológicos, uma tendência significativa tem sido a construção e/ou adaptação de instrumentos de medida e de avaliação da QV. Conclui-se que os esforços teórico-metodológicos têm contribuído para a clarificação e relativa maturidade do conceito. Trata-se de uma construção eminentemente interdisciplinar, o que implica a contribuição de diferentes áreas do conhecimento para o seu aprimoramento conceptual e metodológico (Seidl & Zannon, 2004).

Como nos afirmam Berger-Schmitt & Noll (2000), as “lacunas de uma perspectiva puramente económica do desenvolvimento começavam a revelar-se por demais evidentes” nos finais da década de 60 do século XX. As novas visões de qualidade de vida valorizam o envolvimento e a participação das populações no desenrolar da vida comunitária, sublinhando a importância das suas percepções e da sua capacidade de influenciar ou modificar o curso da vida comunitária, e não esquecem o impacto dos actuais modos de desenvolvimento urbano

nas condições de vida das populações. A investigação nesta área parece, então, reflectir uma reorientação geral em direcção a três aspectos principais (Ferrão & Guerra, 2004):

a) Necessidade de valorizar as *dimensões do bem-estar subjectivo*. Com base nesta perspectiva, trabalhos pioneiros da psicologia americana — datados da última metade dos anos sessenta — mostraram que o indicador PIB *per capita* dificilmente poderia ser utilizado para avaliar a qualidade de vida, na medida em que os indicadores subjectivos de bem-estar — índices de felicidade (componente afectiva) e de satisfação (componente cognitiva) — se relacionam de forma diferenciada com o grau de riqueza de distintos grupos ou países. Os contributos de autores como Von Wright (1963), Cantril (1965) e Bradburn (1969) revelaram-se decisivos para esta inflexão analítica.

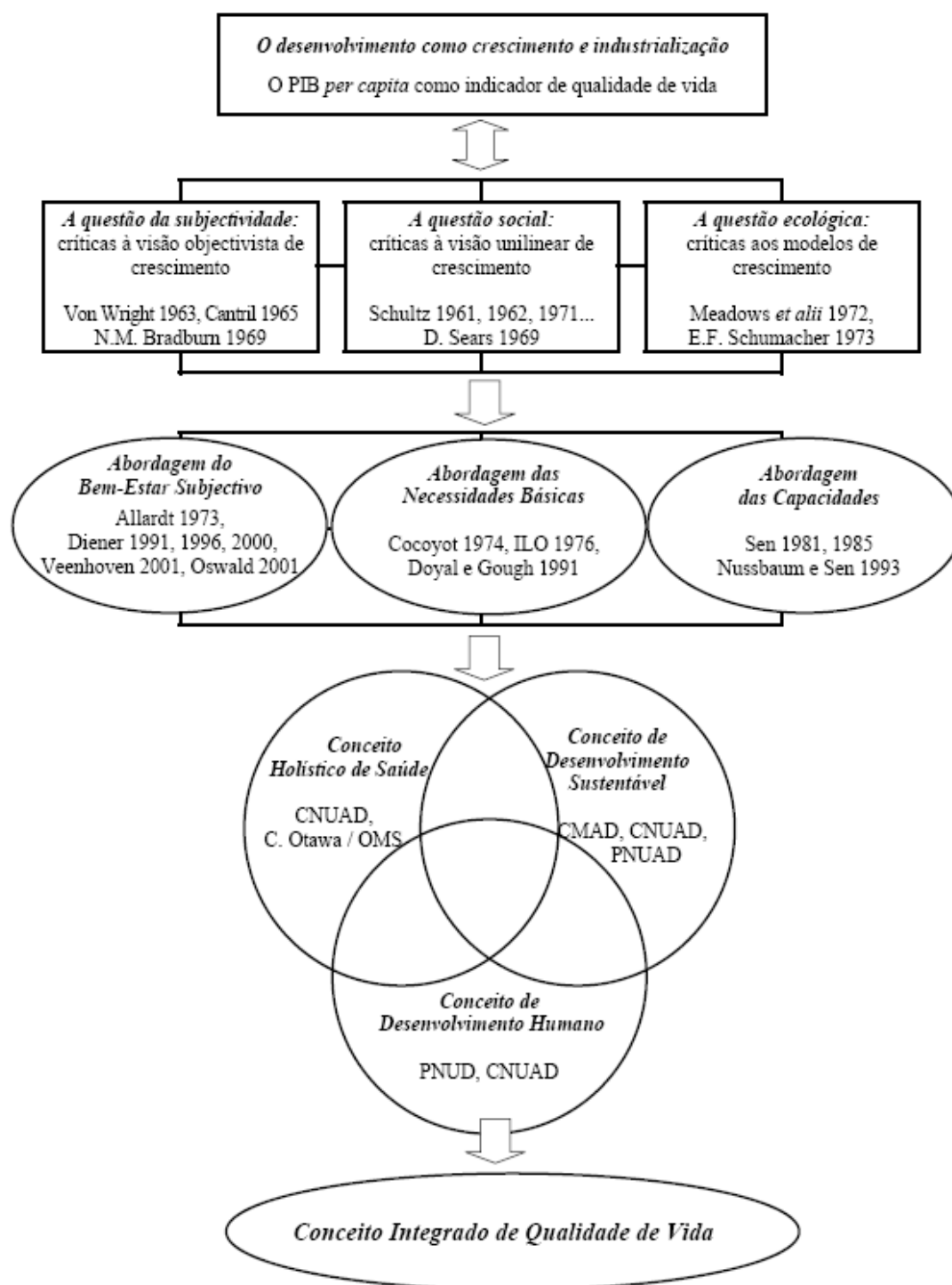
b) Necessidade de avaliar o desenvolvimento a partir de uma bateria mais alargada de indicadores, com um duplo objectivo: *integrar aspectos não estritamente económicos* (desemprego, pobreza, desigualdades, literacia, liberdade, etc.) e, simultaneamente, contemplar a *diversidade de situações culturais e institucionais existentes nos vários países do mundo*, ultrapassando, definitivamente, a visão linear do desenvolvimento desenhada a partir dos países ‘mais avançados’. Deste ponto de vista, as obras de Schultz (1961, 1962, 1971) e de Seers (1969) constituem marcos essenciais.

c) Necessidade de integrar as preocupações de *sustentabilidade ambiental*, assumindo que a qualidade das condições ambientais e o desenvolvimento socioeconómico se condicionam mutuamente. Contesta-se, nesta perspectiva, o próprio modelo de crescimento dominante, invocando, sobretudo, argumentos relacionados com o inevitável esgotamento, a curto-médio prazo, de recursos de diversa ordem (naturais, agrícolas, etc.). A publicação de *Os Limites do Crescimento*, relatório do *Massachusetts Institute of Technology* realizado por encomenda do Clube de Roma (Meadows *et al.*, 1972), que defende a ideia de crescimento zero, ou, ainda, a obra de Schumacher (1973), que propõe uma inversão no sentido de valorizar a pequena escala e a dimensão local, abrem um novo domínio de reflexão crítica sobre os modelos futuros de crescimento e suas repercussões para o bem-estar e o futuro da humanidade.

É com base nesta tripla reorientação teórica que é permitido identificar algumas das principais frentes críticas à visão ‘economicista’ predominante até aos anos sessenta do século vinte. Embora parcialmente sobrepostas, e sofrendo, por vezes, influências comuns provenientes, por exemplo, do domínio da filosofia, essas frentes críticas traduzem, de certo modo, o essencial de um processo de crescente enriquecimento teórico e complexidade



analítica com expressão no tipo de indicadores propostos para medir, acompanhar e avaliar a qualidade de vida (Ferrão & Guerra, 2004).



**Figura 58 – Breve panorâmica das concepções teóricas subjacentes à produção de indicadores de qualidade de vida**

Fonte: Ferrão & Guerra, 2004.

Parece legítimo afirmar que os conceitos hoje prevalecentes — visão holística da saúde, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável — se sobrepõem de tal modo que se torna difícil manter as visões mais focalizadas que lhes deram origem (Ferrão & Guerra, 2004).

Devido ao facto da QDV ser estudada em diversos contextos e em diferentes populações, têm sido utilizados diversos indicadores para a avaliar. De forma geral, cada definição reflecte o contexto e os indicadores estudados. Taillefer *et al.*, (2003) referem-nos a afirmação utilizada por Feinstein em 1987 para designar QV e a qual demonstra a amplitude de conceitos pela qual pode ser vista: *the idea [of QoL] has become a kind of umbrella under which are placed many different indexes dealing with whatever the user wants to focus on.*

Santos & Martins (2002) sublinham que é importante referir duas outras questões fundamentais, as quais devem ser equacionadas quando se analisa a qualidade de vida e quando se quer definir um conjunto de indicadores de qualidade de vida. A primeira, diz respeito ao facto das necessidades dos indivíduos estarem intimamente relacionadas com o contexto social, político e cultural em que vivem, havendo portanto, uma variação significativa dessas mesmas necessidades, tanto ao longo do tempo, como também ao longo do espaço (Santos & Martins, 2002).

Os mesmos autores referem que, a segunda, está relacionada com a caracterização de um espaço em termos de bens e serviços existentes: a qualidade de vida é medida não só em função da existência desses recursos, mas também, da sua acessibilidade e facilidade de utilização. Directamente relacionada com este último aspecto, coloca-se também a questão do nível de satisfação da população utilizadora desses mesmos bens e serviços, o que será central na análise mais subjectiva da percepção da qualidade de vida (Santos & Martins, 2002).

Com base neste universo de definições e interpretações que surgem e dada a complexidade do tema optamos neste trabalho por adoptar uma perspectiva pragmática e simples, usando níveis de rendimento, mas essencialmente bens de consumo e infra-estruturas, admitindo de forma simples que melhores estruturas e consumo se aproximam de melhores padrões de vida. Isto, apesar da expressão “condições de vida” encontrado em *Monitoring quality of life in Europe* (2003) referir-se geralmente às circunstâncias quotidianas da vida das pessoas... reflectidas nos padrões de rendimento e consumo, sendo ‘Qualidade de vida’ definida como um conceito mais vasto, que faz referência ao bem-estar geral das pessoas em sociedade».

Contudo, tendo em conta a exigência de objectividade nos parâmetros de recolha de dados num trabalho desta índole, em conjunto com a maior dificuldade de medida de tais indicadores, acrescido do facto de a da Ilha das Flores nesta última fase por nós estipulada (3ª Fase) ter dado um enorme “salto”, consideramos pertinente uma abordagem direccionada por este prisma menos complexo, de maneira a podermos aferir de forma sensível quanto significativo foi o avanço da capacidade aquisitiva e das condições infraestruturais da nossa amostra populacional (população agrícola) que continua sendo apesar de todos os apoios comunitários e regionais, uma das franjas populacionais mais vulneráveis de todo o território nacional e particularmente insular e regional.

Não podemos deixar de relevar e incentivar, no entanto, a necessidade de haver uma abordagem mais profunda destes indicadores subjectivos em estudos posteriores.

## **1.4 – A PAC e o Desenvolvimento Rural**

### ***Breve Descrição da Política Agrícola Comum (PAC)***

#### **O Desenvolvimento Rural na Europa**

A política de Desenvolvimento Rural (DR) europeia começa a ser construída nos anos 80 (Sumpsi, 2003), do século XX. A sua visão de conservação ou ampliação do emprego rural deve-se às discussões que surgiram na década de 70 e cujos argumentos foram sendo introduzidos na política europeia somente na década de 80.

Não podemos esquecer contudo que a política de Desenvolvimento Rural está dentro da política agrícola europeia (Política Agrícola Comum – PAC) sendo dessa forma necessário procurar as origens da política daquele (DR) na história desta última (PAC).

Para podermos entender o modelo de DR europeu, é necessário por um lado, procurar os processos sociais que motivaram o surgimento dos seus conceitos e por outro, procurar as motivações que obrigaram a uma mudança na PAC e a introdução daqueles (conceitos) nesta política.

Como alguns dos conceitos de DR foram desenvolvidos como crítica à PAC, começamos neste texto por abordar as motivações que obrigaram essa mudança na PAC e a introdução desses conceitos na última. Só depois nos debruçaremos sobre os processos sociais que motivaram o surgimento de tais conceitos.

## **O surgimento da PAC**

É na década de 40, logo a seguir à II Grande Guerra que começa a esboçar-se a política europeia para a agricultura. Com a Europa destruída e o mercado internacional instável, impunha-se uma política que garantisse a alimentação a toda a população europeia.

Na PAC um primeiro aspecto de relevância corresponde à sua estratégia de protecção de fronteira que não é mais do que a continuidade das políticas internacionais dos diversos países que originaram a União Europeia (UE) visto o conceito de protecção de fronteira estar lado a lado das políticas de reconstrução (Espinosa, 1999).

É com o Tratado de Roma assinado em 1957 que surge a Comunidade Económica Europeia (CEE – actualmente designada por União Europeia – UE) e com ela nasce em 1958 a denominada Política Agrícola Comum (PAC), vigorando a partir de 1962 nos Estados Membros (EM) fundadores (Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Itália e República Federal da Alemanha) (Travessas *et al.*, 2005).

Os princípios da PAC foram definidos na Conferência de Stresa em Julho de 1958, sendo adaptados em 1960 pelos membros fundadores e entrado em vigor dois anos mais tarde (1962) (Araújo-Júnior, 2002).

Autores como Azevedo (1996b), Deponti (2000) e Lopes (2006) destacam os objectivos da PAC, descritos no artigo 33 do Tratado CE: “(...) *incrementar a produtividade da agricultura, assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola, estabilizar os mercados, garantir a segurança de abastecimento alimentar e assegurar preços razoáveis aos consumidores.*”

Para a prossecução de tais fins foram criadas Organizações Comuns de Mercado (OCM), cujos mecanismos se resumiam à formulação de preços institucionais e regras de gestão de mercado. Estiveram inerentes à sua elaboração os Princípios do mercado agrícola comum, que são três e que regem as orientações fundamentais da PAC (Deponti, 2000; Araújo-Júnior, 2002; Lopes, 2006):

**Princípio do Mercado Único:** estabelece a livre circulação dos produtos agrícolas num único mercado (o mercado comunitário) e as principais condições para que tal se verifique, tal como, o estabelecimento de preços e regras comuns de protecção dentro da fronteira.

**Princípio da Preferência Comunitária:** sistema de taxas de fronteira variáveis (os *prevèlements*) que eleva o preço mundial ao preço do mercado interno, impedindo a concorrência de países terceiros e estimulando desta forma as trocas comunitárias e a garantia de preços baixos face às grandes flutuações de preços no mercado mundial.

**Princípio da Solidariedade Financeira:** assentando nos dois pilares<sup>5</sup> da PAC – a política de mercados e preços (financiada pela Secção Garantia do FEOGA) e política sócio-estrutural (financiada pela Secção Orientação) – este princípio estabelece uma responsabilidade financeira comum para a PAC.

O sistema de preços das OCMs corresponde a um conjunto de preços institucionais: o preço indicativo, o preço limiar e o preço de manutenção.

Enquanto que o primeiro é o que a comunidade entende como desejável para compensar os agricultores, o segundo tem por objectivo proteger os preços internos sendo o seu valor calculado diminuindo ao preço indicativo o custo dos transportes, e ao qual se aplica uma taxa variável (*prevèlements*) aos produtos de países terceiros. Quando estes últimos entram no espaço comunitário apenas são comercializados ao preço indicativo ou superior.

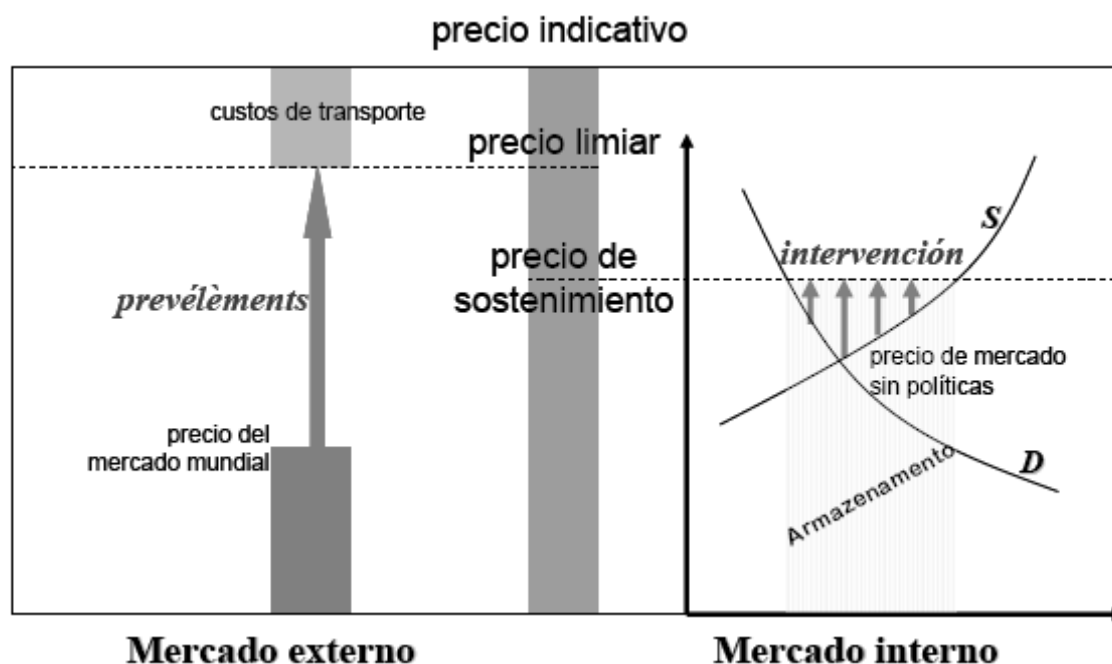
Os produtos comunitários tem igualmente acesso às restituições à exportação, que não é mais que uma taxa que paga a diferença entre o preço do mercado interno e o do mercado mundial com a finalidade de favorecer a exportação.

O terceiro é o preço mínimo que a UE garante ao agricultor – caso o preço de mercado fique abaixo do preço de manutenção, o agricultor pode vender sua mercadoria aos organismos de intervenção por este preço. Em tal política encontra-se implícita a necessidade dos organismos de intervenção armazenarem os excedentes de produção.

---

<sup>5</sup> **1º Pilar** – Corresponde ao conjunto das medidas de política que desde a criação da PAC no início dos anos 60 têm vindo a ser designadas por políticas de preços e mercados agrícolas (PPMA). Estas baseiam-se em diferentes tipos de regimes de preços de intervenção, troca e de ajudas à produção e consumo que integram as chamadas organizações comuns de mercado (OCMs), e tem sido desde sempre financiadas pela Secção Garantia do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícolas (FEOGA-Garantia) (Avillez *et al.*, 2004).

**2º Pilar** – Surge apenas no contexto das reformas aprovadas no âmbito da Agenda 2000 sob a designação de políticas de desenvolvimento rural (PDR), integrando, não só, as políticas de estruturas agrícolas (PEA), introduzidas desde o início da PAC, como também as chamadas medidas de acompanhamento (MA) que surgiram no decorrer da reforma da PAC de 1992 (Avillez *et al.*, 2004).



**Figura 59 – Funcionamento das OCM.**

Fonte: Ferreira, 2004.

Torna-se compreensível que, a PAC foi sem dúvida a sustentação para o projecto europeu, visto que sem ela provavelmente a CEE, actual UE, poderia não ser uma realidade. Na época não se confiava que o mercado mundial fosse capaz de abastecer a CEE em termos alimentares. Era demasiado instável, os preços flutuavam muito devido às perturbações inerentes às guerras. Ao mesmo tempo havia êxodo agrícola e rural na CEE e era preciso sustentar alguns agricultores no campo a produzir alimentos. Daí que o desenho da PAC escolhido – suporte aos preços e as ajudas ao investimento nas explorações (mecanização) – foi um sucesso, até surgirem os problemas com excedentes em meados da década de 70 (Travessas *et al.*, 2005).

### A necessidade de mudança

A PAC é, sem dúvida, uma das políticas públicas comunitárias mais bem sucedidas no cumprimento dos princípios e objectivos que lhe foram fixados no Tratado de Roma. Ao longo de tantos anos, contudo, foi evidenciando e acumulando problemas e tensões, que levaram a sucessivas reformas (MADRP/IDRHa, 2007).

A primeira tentativa de reforma ocorreu apenas 10 anos após a sua criação. Em 1968, a Comissão publicou um "Memorando sobre a reforma da PAC" vulgarmente conhecido como o Plano Mansholt que propunha reduzir o número de pessoas empregadas na agricultura

e promover a formação de unidades de produção agrícola de maior dimensão e mais eficientes (Araújo-Júnior, 2002).

Em 1972, a PAC foi objecto de medidas estruturais, com a finalidade de modernizar a agricultura europeia (Araújo-Júnior, 2002; Lopes, 2006). Apesar da aplicação de sucessivas modificações estruturais nos anos seguintes, alguns problemas persistiram; não havia equilíbrio entre a oferta e a procura de produtos agrícolas, o que originava excedentes cada vez maiores (Araújo-Júnior, 2002).

Por este plano Mansholt dá-se a redução de mão-de-obra de 50% (Baptista, 1989), contudo esta solução foi posta de parte nos anos 80 quando o desemprego começa a ser também um problema social (Alegre, 2002).

Em 1983, a Comissão fez uma proposta de reforma fundamental, que foi formulada oficialmente dois anos mais tarde com a publicação do Livro Verde "Perspectivas para a Política Agrícola Comum" (1985). Este Livro Verde propunha restabelecer o equilíbrio entre a oferta e a procura introduzindo novos meios de reduzir a produção em sectores problemáticos e, de um modo mais geral, estudar soluções alternativas para o futuro da PAC (Araújo-Júnior, 2002; Lopes, 2006).

A primeira grande reforma inicia-se com o ciclo negocial da Organização Mundial do Comércio (OMC), lançado em Punta Del Este, em 1986, no Uruguai (Ronda do Uruguai). Pela primeira vez se pretende incluir o sector agro-alimentar nestas negociações, criando uma pressão adicional externa à PAC, que já indiciava, nomeadamente, problemas de sobreprodução (MADRP/IDRHa, 2007).

Além dos problemas referidos, temos de ter em conta outro: a elevação dos preços internos da comunidade frente aos preços mundiais, em parte devido à adesão do Reino Unido à comunidade, o qual apoiava os seus agricultores através de ajudas directas e não por ajudas através do mercado. Isto põe em evidência o facto dos consumidores pagarem duas vezes, primeiro através dos seus impostos e em segundo ao estarem sujeitos a preços mais elevados (Espinosa, 1999).

A OMC critica duramente a forte protecção de fronteira da comunidade, ainda mais que, a UE começa a ter problemas para responder aos seus acordos internacionais e a PAC vai se manifestando como um problema (Espinosa, 1999).

As críticas são agravadas ainda mais aquando da baixa de preços mundiais nos anos 80 a UE toma a decisão de vender os seus excedentes ao mercado mundial reduzindo ainda mais

os preços (Espinosa, 1999; Alegre, 2002).

Em 1988, o Conselho Europeu adoptou um pacote de reformas, nomeadas como linhas directrizes para as despesas agrícolas, que limitavam a quota-parte das despesas da PAC no orçamento global (Araújo-Júnior, 2002; Lopes, 2006).

### **A origem dos conceitos de Desenvolvimento Rural**

O modelo de agricultura apoiado depois da II Grande Guerra teve sempre o objectivo de aumentar a produtividade por unidade de trabalho e de superfície através da crescente introdução de tecnologia. O meio ambiente e a paisagem sofreram com este modelo: por um lado, a agricultura se transformou numa fonte de poluição; por outro, foi mudando a paisagem deixando cada vez menos espaço para as paisagens naturais (Whitby, 1996).

Além disso, o crescimento da produtividade agrária foi dispensando terra e mão-de-obra, o que levou a que muitos trabalhadores agrícolas tivessem que emigrar para as cidades. Até à década de 70 a emigração rural foi tida como tendência natural. Quando, no entanto, começa a aparecer o desemprego urbano, o êxodo rural passa a ser visto como um problema (Alegre, 2002).

Finalmente, o antigo modelo da produtividade agrária, apoiado em pólos de difusão, também conhece algumas falhas, pois a homogeneidade de políticas não se adaptou à heterogeneidade dos territórios. Há necessidade de procurar soluções de desenvolvimento nas características locais, com a participação e com o controle das populações locais. É assim que nascem os modelos de desenvolvimento endógenos (Durán & Casal, 2002).

As preocupações ambientais, sociais e a defesa do desenvolvimento endógeno começam a ser defendidas por movimentos sociais que surgem na sociedade nos anos 60, acabando por vir a influenciar as mudanças na PAC (Whitby, 1996).

O surgimento de novas tendências na procura de produtos do mundo rural como a agricultura de qualidade, acaba por permitir a manutenção de algumas explorações que não puderam seguir o modelo de intensificação agrícola (Cavaco, 1992). Surgem desta forma, as explorações produtoras de qualidade ambiental (ex: agricultura biológica), produtoras de qualidade territorial (ex: denominação de origem) e promovedoras da subida na cadeia de valor (ex: engarrafamento na exploração).

Sumpsi (2003), diz-nos que, com a alteração das tendências demográficas durante a década de 80, fruto da paragem do êxodo rural e o surgimento do êxodo urbano, ocorre a difusão da indústria pelo meio rural, na qual a pluriactividade dos pequenos agricultores



permite a existência de salários mais baixos tornando possível esta difusão. Actualmente a probabilidade de encontrar emprego no meio rural é equivalente ao do meio urbano.

Assim, torna-se necessário que as políticas de DR possibilitem o desenvolvimento económico do meio rural (Sumpsi, 2003) apoiando os processos de diversificação dos produtos das explorações agrícolas e a diversificação da economia rural.

Resumindo, apesar da sociedade defender uma agricultura mais sustentável ambiental e socialmente, são os processos de diversificação agrícola e rural que se apresentam como saída económica para a baixa contínua dos preços na agricultura.

### **A nova PAC**

As mudanças na nova PAC sofreram maior impulsão pelos problemas da velha PAC do que pela exposição dos movimentos sociais (Whitby, 1996).

Em 1991, a Comissão, com Ray MacSharry como Comissário encarregado da Agricultura, apresentou dois documentos de discussão sobre o desenvolvimento rural e o futuro da PAC. Eram esperadas mudanças na PAC depois do documento *O futuro do mundo rural* como alternativa à política agrícola (Alegre, 2002). O documento, *Desenvolvimento e futuro da PAC*, falava da necessidade de alcançar um novo marco na produtividade e nos rendimentos agrícolas, na necessidade de melhor distribuição das rendas e na protecção do ambiente (Espinosa, 1989). Esses documentos constituíram a base de um acordo político sobre a reforma da PAC, que foi adoptado pelo Conselho em 21 de Maio de 1992. A reforma de 1992 marcou uma importante mudança na PAC e tinha como principais elementos: a diminuição dos preços agrícolas (redução do apoio via preços) a fim de os tornar mais competitivos no mercado interno e no mercado mundial, a compensação dos agricultores por perda de rendimentos (pagamentos compensatórios), para além de outras medidas que procuravam o respeito aos mecanismos de mercado e à protecção do ambiente (instrumentos de gestão da oferta) (Araújo-Júnior, 2002).

Foram ainda tomadas outras medidas: a florestação de terras agrícolas e o surgimento de pacotes agro-ambientais (Espinosa, 2002) que tiveram como objectivo reduzir a produção agrícola (pela redução da área e pela procura de objectivos ambientais), em detrimento da produtividade.

Lopes (2006) afirma que um dos grandes objectivos desta reforma foi alcançar um maior equilíbrio entre a oferta e a procura, reduzindo a possibilidade de se criarem excedentes, mantendo o rendimento dos agricultores, e em simultâneo preparar os produtos

comunitários para a possível abertura ao comércio externo no prosseguimento das negociações do Acordo Geral sobre pautas Aduaneiras (GATT) em 1995.

O principal elemento da reforma consistiu na diminuição dos preços institucionais, para compensação da perda de rendimento dos agricultores, que poderia resultar da diminuição do preço de mercado. Passou a ser atribuída uma ajuda directa em função dos hectares ou das cabeças de gado, contribuindo assim para que os aumentos de produção não conduzissem directamente a aumentos de apoio. O cálculo da ajuda pressupunha que a descida do preço de mercado era proporcional à descida do preço de intervenção (Lopes, 2006).

Outras medidas tendentes a controlar a oferta de produtos agrícolas foram ainda tomadas quer nesta reforma, quer nos anos anteriores, como por exemplo, quotas, pousio e quantidade máxima garantida. Simultaneamente foram criadas as medidas de Acompanhamento, com destaque para as medidas agro-ambientais, florestais e reforma antecipada (Lopes, 2006).

A última autora menciona igualmente que embora esta reforma fosse ainda uma política orientada para a estabilização dos preços e rendimentos agrícolas, onde as alterações eram essencialmente na forma de atribuição do apoio, a reforma de 92 tem uma génese para a transformação muito mais ampla da PAC dado ter aumentado a transparência na afectação de recursos financeiros.

Antes da Reforma de 1992, a PAC era caracterizada por ser constituída quase exclusivamente por subsídios à exportação e por apoios aos preços de mercado (Travessas *et al.*, 2005).

A reforma de 1992 é, geralmente, considerada, um êxito, com efeitos positivos para a agricultura europeia. Porém, a evolução registada nos anos que se seguiram – conjuntura internacional, o alargamento para a Europa Central e Oriental, a preparação para a moeda única com as restrições orçamentais que acarretou, a crescente competitividade dos produtos dos países que não pertenciam a União Europeia e uma nova ronda de negociações da Organização Mundial de Comércio – conduziu a uma nova adaptação da PAC, por outras palavras, uma nova reforma. A Agenda 2000 constituiu uma etapa nesta direcção (Araújo-Júnior, 2002).

Este último autor menciona que em Julho de 1997, a Comissão propôs a reforma da PAC no âmbito da Agenda 2000, que traçou o plano para a política futura da União Europeia, com vista ao esperado alargamento. As negociações sobre a Agenda 2000 e, por

consequência, os acordos sobre a reforma da PAC, foram concluídos no Conselho Europeu de Berlim em Março de 1999.

A Agenda 2000 constituiu a reforma mais radical e mais global da Política Agrícola Comum desde a sua fundação. Surge no seguimento do processo iniciado em 1992 e proporcionou uma base sólida para o desenvolvimento futuro da agricultura na União, abrangendo todas as funções da PAC: económicas, ambientais e rurais (Araújo-Júnior, 2002).

Esta reforma contemplou concretamente medidas destinadas a reforçar a competitividade dos produtos agrícolas no mercado interno e nos mercados mundiais, prosseguindo-se para tal à redução do preço de intervenção, com vista à aproximação dos preços do mercado mundial, no sector da carne de bovino, cereais e leite. Esta descida de preços foi compensada por ajudas directas, à semelhança da reforma de 1992<sup>6</sup>. Inclui também medidas destinadas a promover um nível de vida equitativo para a população agrícola; para a definição de uma política de desenvolvimento rural, a incorporação de considerações de natureza ambiental e estrutural, preocupações com a melhoria da qualidade e segurança alimentar e a simplificação da legislação e a descentralização da sua aplicação (Lopes, 2006).

Mas, as maiores novidades da Agenda 2000 foram a colocação do Desenvolvimento Rural como 2º pilar da PAC e o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura, (Alegre, 2002). Com o conceito de multifuncionalidade reconhece-se à agricultura o seu papel na preservação da biodiversidade, no desenvolvimento rural e na segurança alimentar (Martinez, 2002).

A reforma traduziu-se numa alteração profunda da forma como a União Europeia apoiaria a agricultura comunitária, o que levou a que esta reforma fosse tão relevante (Cunha, 2004).

Mantiveram-se contudo, problemas de fundo agora visíveis: a afectação ineficiente dos recursos<sup>7</sup>, aumento da diferença de rendimento entre agricultores e problemas ambientais. Em conjunto com o equilíbrio precário conseguido entre as regras da PAC e os tectos orçamentais, bem como as incertezas face à aplicação da PAC aos países candidatos ampliam os elementos de instabilidade. A PAC terá cada vez mais que dar resposta aos grandes desafios da competitividade, da qualidade e sustentabilidade (Lopes, 2006)

---

<sup>6</sup> Neste caso, o cálculo da ajuda pressupõe que a descida do preço de mercado era proporcionalmente inferior à descida enunciada no preço de intervenção (Lopes, 2006).

<sup>7</sup> Alguns Estados Membros apresentaram, em 1999, Valor Acrescentado Líquido dos preços paritários (VALpp) negativos (Panorama Agricultura, 2000).

É assim que se compreende que embora a Agenda 2000 tenha sido desenhada para cobrir um período que ia de 2000 a 2006 ter sofrido a meio, em 26 de Junho de 2003, a aprovação de uma nova reforma justificada por novos desafios fundamentais como sejam (Travessas *et al.*, 2005):

- ✓ Tornar as decisões de produção por parte dos agricultores em função do mercado e não da política de subsídios
- ✓ Capacitar a PAC de fornecer serviços públicos
- ✓ Facilitar as negociações na OMC
- ✓ Agilizar a PAC para responder a problemas relacionados com o alargamento

## **A Reforma da Nova PAC**

O que deveria ter sido apenas a revisão intercalar da Agenda 2000, traduziu-se numa alteração profunda da forma como a UE apoia a agricultura comunitária (MADRP/IDRHa, 2007).

Neste contexto, a vasta maioria dos subsídios passa a ser concedida através de um pagamento único por exploração<sup>8</sup>, independente do volume de produção e condicionado ao respeito de normas ambientais, de segurança alimentar, de saúde animal e vegetal e de bem-estar dos animais (MADRP/IDRHa, 2007).

É assim que Travessas *et al.* (2005) referem que a proposta Fischler (Reforma da PAC de 2003) de revisão intercalar da PAC teve duas grandes medidas:

- ✓ A primeira foi desligar completamente as ajudas directas da produção. Estas foram substituídas por um regime de pagamento único por exploração que se baseia na atribuição de uma ajuda ao rendimento dos agricultores independentemente da cultura que estes pretendam instalar, podendo apenas optarem por manter a terra em boas condições agrícolas e ambientais (condição essencial para atribuição das ajudas). Para beneficiar desta serão atribuídos aos agricultores direitos a um pagamento em número igual à média dos hectares sobre os quais o agricultor beneficiou das ajudas directas integradas no pagamento único num período de referência (2000/2001/2002).

---

<sup>8</sup> **Pagamento único por exploração:** desligado da produção, baseado no montante de ajudas directas recebidas pela exploração no período 2000 a 2002. Entrou em vigor em 2005. Para evitar o abandono de terras, os Estados-Membros poderiam não desligar totalmente as ajudas, mantendo-as parcialmente ligadas em determinados casos. Em Portugal a opção foi o desligamento total no sector dos cereais (MADRP/IDRHa, 2007).

Os agricultores que iniciaram actividade depois do período de referência, e que em virtude de uma situação especial não tenham histórico das ajudas ou caso esse histórico não reflectisse ainda investimentos efectuados deveriam recorrer à reserva nacional<sup>9</sup> para obter direitos a esta nova ajuda.

- ✓ A segunda grande medida foi a modulação dinâmica das ajudas directas ao rendimento, com uma escala comunitária excepto para as regiões ultraperiféricas e de carácter obrigatório. Esta teve como principal objectivo o reequilíbrio interno da PAC, através de uma transferência de recursos das ajudas directas pagas a algumas produções (que integram o 1º pilar) para acções de apoio ao desenvolvimento rural (o 2º pilar, que nesta altura incluía apoios às medidas agro-ambientais, agro-florestais, às zonas desfavorecidas e à melhoria estrutural).

Para além da implementação destas duas medidas a comissão propôs a criação de um sistema de aconselhamento agrícola, que a partir de 2007 os estados membros devem proporcionar aos seus agricultores. Este tem como objectivo o aconselhamento dos agricultores sobre a aplicação das normas e boas práticas no processo produtivo (Travessas *et al.*, 2005).

Para respeitar os estritos limites orçamentais fixados para a UE-25 até 2013, os Ministros acordaram em introduzir um mecanismo de disciplina financeira. Esta reforma reforça também o poder de negociação da União Europeia nas conversações no âmbito da OMC actualmente em curso (Agroportal, 2008).

Esta última fonte referia que os diversos elementos da reforma entrariam em vigor em 2004 e 2005. O pagamento único por exploração entraria em vigor em 2005. Se, devido às suas condições agrícolas específicas, um Estado-Membro necessitar de um período de transição, poderá introduzir o pagamento único por exploração até 2007, o mais tardar (Agroportal, 2008).

Os principais elementos da nova PAC reformada resumem-se em poucas palavras (Agroportal, 2008):

---

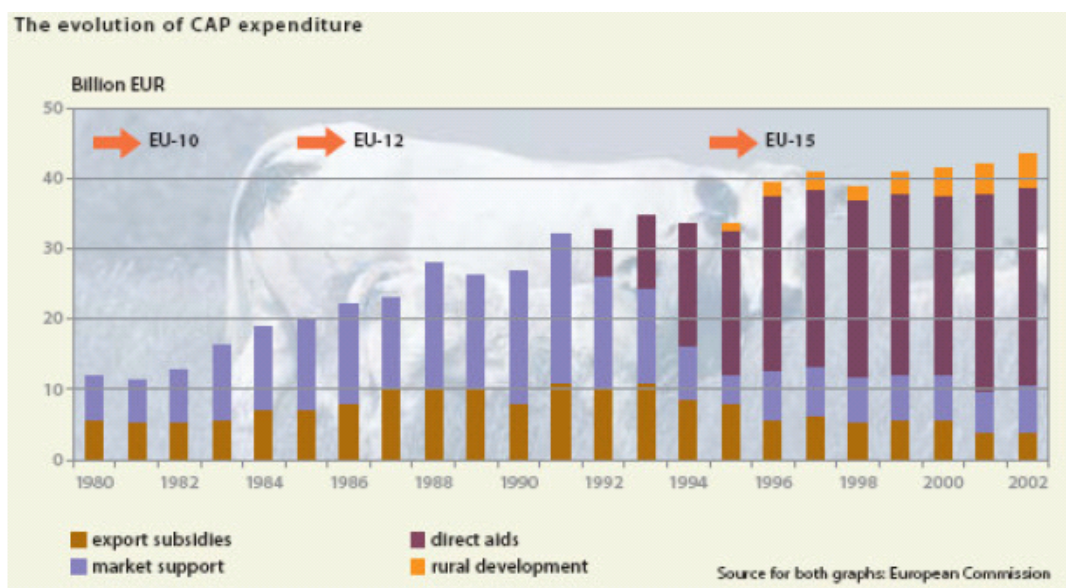
<sup>9</sup> Reserva que serve para conceder direitos a agricultores sem histórico ou para aumentar o valor dos direitos a agricultores que já os detenham (Travessas *et al.*, 2005).

- um pagamento único por exploração para os agricultores da União Europeia, independente da produção; podem ser mantidos elementos não-dissociados limitados para evitar o abandono da produção;
- esse pagamento estará sujeito ao respeito das normas no domínio do ambiente, da segurança dos géneros alimentícios, da sanidade animal, da fitossanidade e do bem-estar dos animais, bem como à exigência de manter todas as superfícies agrícolas em boas condições agronómicas e ambientais ("condicionalidade");
- uma política de desenvolvimento rural reforçada, dotada de mais recursos financeiros comunitários, e sujeita a novas medidas a favor do ambiente, da qualidade e do bem-estar dos animais, que auxiliará os agricultores a cumprir as normas de produção da UE a partir de 2005;
- a redução dos pagamentos directos ("modulação") no caso das explorações de maiores dimensões, para financiar a nova política de desenvolvimento rural;
- um mecanismo de disciplina financeira que assegure o respeito do orçamento agrícola fixado até 2013;
- a revisão da política de mercado da PAC:
  - reduções assimétricas de preços no sector dos produtos lácteos: o preço de intervenção para a manteiga será reduzido de 25% ao longo de quatro anos, o que representa uma redução adicional de 10% em comparação com o estabelecido na Agenda 2000; para o leite em pó desnatado é mantida uma redução de 15% ao longo de três anos, conforme acordado na Agenda 2000;
  - no sector dos cereais, redução para metade dos incrementos mensais, sendo mantido o actual preço de intervenção;
  - reformas nos sectores do arroz, do trigo duro, das frutas de casca rija, da batata para fécula e das forragens secas.

## **Análise da Evolução ocorrida e esperada**

Considerando o que até aqui foi explanado, podemos verificar na figura seguinte a evolução ocorrida desde 1980 até 2002 dos apoios cedidos (tipo e intensidade) à agricultura na UE. O que inicialmente incidia sobre subsídios à exportação e apoios ao mercado (1980-1991) passou entre 1992 e 1994 a subsídios à exportação, apoios ao mercado e ajudas

directas. Posteriormente entre 1995 e 2002 soma-se às anteriores ajudas a ajuda ao desenvolvimento rural, com um maior peso no que concerne às ajudas directas.



**Figura 60 – Evolução dos apoios fornecidos pela PAC entre 1980 e 2002.**

Fonte: Travessas *et al.*, 2005.

Esta nova reforma da PAC ainda não apresenta solução para alguns dos problemas existentes actualmente. Os produtos mediterrâneos, actualmente sem apoio, poderiam, em caso de reestruturação produtiva no contexto do pagamento único, apresentar viabilidade, mas o direito ao pagamento não inclui culturas permanentes, tornando este cenário impossível. Sendo a coesão um princípio da UE, este parece ter sido esquecido no âmbito da PAC, esta nova reforma vem aprofundar esta questão ao cristalizar as ajudas, não esquecendo que em virtude da modulação ocorrerá uma melhoria na distribuição dos apoios mas somente no grupo restrito de agricultores apoiados (Lopes, 2006).

## 1.5 – PRODESA

O Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA), integra uma parcela substancial dos fundos estruturais da União Europeia postos à distribuição da Região Autónoma dos Açores, no âmbito do QCA III, para o período de programação 2000-2006 e tem a configuração e a natureza de um autêntico "mini Quadro Comunitário de Apoio" para a Região Autónoma dos Açores. Com efeito, este programa

integra os quatro fundos estruturais (FEDER, FEOGA-O, FSE e IFOP), que co-financiam um conjunto alargado de medidas, agrupadas em 5 eixos prioritários, abrangendo um leque variado de sectores da sociedade açoriana e de beneficiários finais (PRODESA, 2008a).

O modelo institucional para a gestão do PRODESA assenta numa Unidade de Gestão, presidida pelo Gestor do Programa (Director Regional de Estudos e Planeamento), constituída pelos interlocutores regionais dos fundos estruturais e ainda pelos responsáveis das Direcções Regionais do Orçamento e Tesouro e do Ambiente. Ao nível do acompanhamento, existe uma unidade de Acompanhamento, onde para além de dirigentes da Administração Regional, fazem parte representantes das Organizações Empresariais Privadas, do Sector Público Empresarial, das Autarquias Locais e da Comissão Europeia (PRODESA, 2008a).

Tem como orientações estratégicas (PRODESA, 2008b):

- 1 – Potenciar a Dinâmica de Desenvolvimento Económico
- 2 – Promover a Qualificação dos Recursos Humanos e Estabilização do Mercado de Emprego
- 3 – Fomentar as Redes de Estruturação do Território e Reforçar a Posição Geoestratégica dos Açores
- 4 – Promover o Equilíbrio Sustentado do Território e das Condições de Vida das Populações

Para cumprir com estas orientações possui 5 eixos prioritários que se encontram indicados abaixo (PRODESA, 2008c):

- Eixo 1 - Garantir as Condições Básicas para a Melhoria da Competitividade Regional
- Eixo 2 - Incrementar a Modernização da Base Produtiva Tradicional
- Eixo 3 - Promover a Dinamização do Desenvolvimento Sustentado
- Eixo 4 - Apoiar o Desenvolvimento Local do Potencial Endógeno
- Eixo 5 - Dinamizar e Fortalecer o Tecido Empresarial Regional

## **1.6 – PRORURAL**

O Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL), enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política da União Europeia de desenvolvimento rural, sendo participado pelo Fundo Europeu Agrícola de desenvolvimento Rural (FEADER) (PRORURAL, 2008).

O PRORURAL foi elaborado pelo Governo dos Açores, em parceria alargada com diversas entidades públicas e privadas, e define a estratégia regional de desenvolvimento rural



para o período 2007-20013, respectivos objectivos e meios para a sua concretização (PRORURAL, 2008).

A definição da estratégia de desenvolvimento rural para o período 2007-2013, desenvolveu-se com base na análise da situação de partida e na avaliação do período de programação anterior (2000-2006) e teve subjacente o conjunto de especificidades de natureza geográfica, económica, social e ambiental que caracterizam a Região e que determinam respostas particulares das políticas de desenvolvimento rural, tendo em conta os efeitos conjugados das seguintes “classificações” da Região: Região ultraperiférica, Região integrada no Objectivo Convergência, Região Desfavorecida e Região Predominantemente Rural (PRORURAL, 2008).

O PRORURAL desenvolve-se em torno dos 4 eixos definidos para a política comunitária de desenvolvimento rural e que são (PRORURAL, 2008):

Eixo 1 – Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal;

Eixo 2 – Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural;

Eixo 3 – Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia;

Eixo 4 – Abordagem *Leader*.

## **1.7 – POSEIMA**

O POSEIMA (Programa de Opções Específicas para o Afastamento e Insularidade da Madeira e dos Açores), é um programa para fazer face à insularidade da Madeira e dos Açores e integra-se na política da Comunidade a favor das regiões ultraperiféricas (ANIL, 2008).

Foi em 26 de Junho de 1991, que o Conselho das Comunidades Europeias o adoptou, pela Decisão 91/315/CEE, tendo entrado em vigor no dia 1 de Julho de 1992 (Governo dos Açores, 2008).

Esse programa tem por objectivo favorecer o desenvolvimento económico e social daquelas regiões e permitir-lhes beneficiar das vantagens do mercado único de que fazem parte integrante. O programa alude à aplicação da PAC (Política Agrícola Comum) nas regiões em causa e prevê a adopção de medidas específicas, nomeadamente medidas destinadas a melhorar as condições de produção e comercialização dos seus produtos agrícolas e a minorar os efeitos da sua situação geográfica excepcional e dos seus condicionalismos (ANIL, 2008).

Entre outras medidas, o POSEIMA instituiu um Regime Específico de Abastecimento (REA) de determinados produtos agrícolas essenciais para o consumo humano e a

transformação nas regiões ultraperiféricas. Tal REA consiste na não aplicação de qualquer direito à importação directa para os Açores dos produtos por ele abrangidos, quando originários de países terceiros, ou na concessão de uma ajuda, no caso do abastecimento ser feito a partir dos países da Comunidade (Governo dos Açores, 2008).

## **1.8 – POSEI**

Foi publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores nº 83 (I Série) a Portaria n.º72/2007, de 26 de Outubro de 2007, que aprova o Regulamento de Aplicação da Acção Ajudas à Inovação e Qualidade das Produções Pecuárias Açorianas, da Medida Prémios às Produções Animais (Confagri, 2008).

O Regulamento (CE) n.º 247/2006, do Conselho, de 30 de Janeiro de 2006, estabelece medidas específicas no domínio agrícola a favor das regiões ultraperiféricas da União Europeia, para compensar o afastamento, a insularidade, a ultraperiféricidade, a superfície reduzida, o relevo e o clima, assim como a dependência de um pequeno número de produtos, que em conjunto constituem condicionalismos importantes à actividade agrícola destas regiões (Jornal Oficial, 2007).

De acordo com o artigo 9.º do regulamento em questão, compete aos Estados-Membros a elaboração de um programa global de apoio às regiões ultraperiféricas que incluem medidas específicas a favor das produções agrícolas locais.

O programa global de Portugal foi aprovado por Decisão da Comissão de 04/IV/2007 e de acordo com a Resolução nº 41/2007, de 26 de Abril, a coordenação da aplicação do Sub - Programa deste Programa Global compete à Secretaria Regional da Agricultura e Florestas no que diz respeito às Ajudas às Produções Animais e Vegetais, bem como às Ajudas à Transformação e Comercialização (Jornal Oficial, 2007).

Desta forma, ao abrigo do disposto na alínea *a)* do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e na alínea *a)* do artigo 14.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 38-A/2004/A, de 11 de Dezembro, manda o Governo da Região Autónoma dos Açores, pelo Secretário Regional da Agricultura e Florestas, o seguinte (Jornal Oficial, 2007):

1.É aprovado o Regulamento de Aplicação da Acção "Ajudas à Inovação e Qualidade das Produções Pecuárias Açorianas", da Medida "Prémios às Produções Animais", em anexo à presente portaria e da qual faz parte integrante.

2.A presente portaria produz efeitos a partir de 4 de Abril de 2007.

A mesma fonte menciona ainda que o presente Regulamento estabelece o regime de aplicação da acção “Ajudas à inovação e qualidade das produções pecuárias açorianas”, abrangendo quatro tipos de sub - acções:

1. Acções de reforço/melhoria de qualidade do leite à produção;
2. Acções de reforço/melhoria no contraste leiteiro;
3. Acções de reforço/melhoria de qualidade laboratorial;
4. Outras acções de reforço/melhoria na inovação e qualidade dos produtos pecuários.

O Regulamento de aplicação das medidas a favor das produções animais e vegetais previstas no sub-programa para a Região Autónoma dos Açores do Programa Global apresentado por Portugal no âmbito do Regulamento (CE) n.º 247/2006, do Conselho, de 30 de Janeiro de 2006, estabelece as normas de aplicação das medidas a favor das produções animais e vegetais na Região Autónoma dos Açores, as quais abrangem (Jornal Oficial, 2007):

1. Prémios às Produções Animais

- a) Prémio aos Bovinos Machos
- b) Prémio à Vaca Aleitante
- c) Suplemento de Extensificação
- d) Prémio ao Abate de Bovinos
- e) Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos
- f) Prémio ao Abate de Ovinos e Caprinos
- g) Prémio à Vaca Leiteira
- h) Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos dos Açores
- i) Ajuda à Importação de Animais Reprodutores

2. Ajudas às Produções Vegetais

- a) Ajuda aos Produtores de Culturas Arvenses
- b) Prémio Complementar aos Produtores de Tabaco
- c) Ajudas aos Produtores de Culturas Tradicionais

- d) Ajuda à Manutenção da Vinha Orientada para a Produção VQPRD, VLQPRD e Vinho Regional
- e) Ajuda aos Produtores de Ananás
- f) Ajuda aos Produtores de Horto-Frutícolas, Flores de Corte e Plantas Ornamentais

São estas ajudas que se tornam na fonte impulsionadora quer das opções produtivas por parte dos agricultores locais quer da própria paisagem pela intervenção destes últimos.

As variações sentidas ao longo do tempo, e sobretudo na nossa terceira fase, devem-se essencialmente à maior ou menor frequência de recurso a uma ou outra dessas ajudas.

O papel do Estado nesta fase torna-se assim determinante no direccionamento das opções tomadas visto que, embora não indique qual a opção a ser seguida por parte dos agricultores, acaba indirectamente por direccioná-los num ou noutro caminho, pelo maior ou menor montante disponibilizado pelas ajudas existentes.

Algo que reitera estas últimas afirmações (papel determinante do Estado), vem no artigo 16º, relativo às ajudas estatais e que nos diz (Jornal Oficial da União Europeia, 2006):

1. No que diz respeito aos produtos agrícolas enumerados no anexo I do Tratado, a que são aplicáveis os artigos 87º, 88º e 89º do mesmo, a Comissão pode autorizar ajudas ao funcionamento nos sectores da produção, transformação e comercialização desses produtos com o objectivo de compensar os condicionalismos especiais da produção agrícola nas regiões ultraperiféricas, decorrentes do afastamento, insularidade e ultraperifericidade.

2. Os Estados-Membros podem atribuir um financiamento complementar para a execução dos programas comunitários de apoio referidos no título III do presente regulamento. Nesse caso, a ajuda estatal deve ser notificada pelos Estados-Membros e aprovada pela Comissão, em conformidade com o presente regulamento, como parte dos referidos programas. A ajuda assim notificada será considerada notificada nos termos da primeira frase do nº 3 do artigo 88º do Tratado.

## **CAPÍTULO II – MODELAÇÃO**

### **2 – Enquadramento Metodológico**

#### **2.1 – A questão da mudança tecnológica, o enfoque neoclássico e a Teoria da Inovação Induzida**

Em linhas gerais, apesar de o enfoque neoclássico (tradicional) apresentar modelos económicos consistentes e lógicos (não se observando contradições internas nos mesmos), à questão da mudança tecnológica não foi dada muita importância. Na realidade, para esse enfoque, o progresso técnico tem sido, amiúde, considerado como exógeno ao modelo. Uma tentativa de *endogeneização* do progresso técnico, segundo o enfoque neoclássico, foi implementada com a Teoria das Inovações Induzidas (TII) e com as abordagens *demand-pull* e *technology-push* (Shikida & Lopez, 1997).

A Teoria das Inovações Induzidas (TII) é uma tentativa de avanço teórico no sentido de *endogeneizar* a mudança técnica efectuada pela corrente neoclássica; seus fundamentos estão em Hicks (1932), “que apontou para o carácter não neutro do progresso técnico, induzido por mudanças nos preços relativos dos factores, que por sua vez resultariam de mudanças na escassez relativa”. Neste contexto, associam-se os estímulos de mercado ao desenvolvimento de novas técnicas, sendo, dessa forma, induzida a inovação (Cruz, 1988).

Bacha (1992), afirma que ao objectivarem desenvolver um modelo de geração de tecnologia que fosse endógena em processo de desenvolvimento agrícola, Hyami & Ruttan (1971) acabaram sendo os teóricos que mais contribuíram para o avanço desse tipo de abordagem.

O que Hayami & Ruttan (1971) fizeram foi acrescentar uma análise do processo de inovação gerado pelo sector público e uma análise das modificações institucionais que este último possa requerer. Desta forma, o modelo de Inovação Induzida de Hayami e Ruttan indica quatro mecanismos importantes, a saber: inovação induzida pelo sector público, inovação induzida pelo sector privado, interacção entre mudança técnica e desenvolvimento institucional, sequência dinâmica de mudança técnica e crescimento económico (Bacha, 1992).

Segundo a afirmação do próprio Ruttan (1985): “a teoria da mudança técnica induzida representa uma tentativa de esclarecer o impacto que tem a disponibilidade relativa de recursos sobre a intensidade e a direcção da mudança técnica”. Ou seja, tal teoria surge como resposta à escassez relativa de recursos, sua importância residiria justamente no facto de

permitir a substituição de recursos por conhecimentos ou de recursos mais dispendiosos por outros de menor custo e mais abundantes (Cuadra, 1994).

De acordo com Hayami & Ruttan (1988), a teoria da inovação induzida representa um avanço sobre visões que concebem a mudança técnica como um processo exógeno ao sistema económico considerando-o como produto de avanços autónomos ocorridos na base do conhecimento científico e técnico e não como resposta dos agentes económicos orientada para substituir recursos mais escassos e/ou custosos por outros mais abundantes e baratos.

Vê-se, pois, que a teoria tenderia a uma perspectiva dinâmica em relação às mudanças existentes na disponibilidade de recursos e, também, ao crescimento da procura. Por isso mesmo atribui-se grande significação à pesquisa orientada para o processo de substituição de factores mais escassos (Cuadra, 1994).

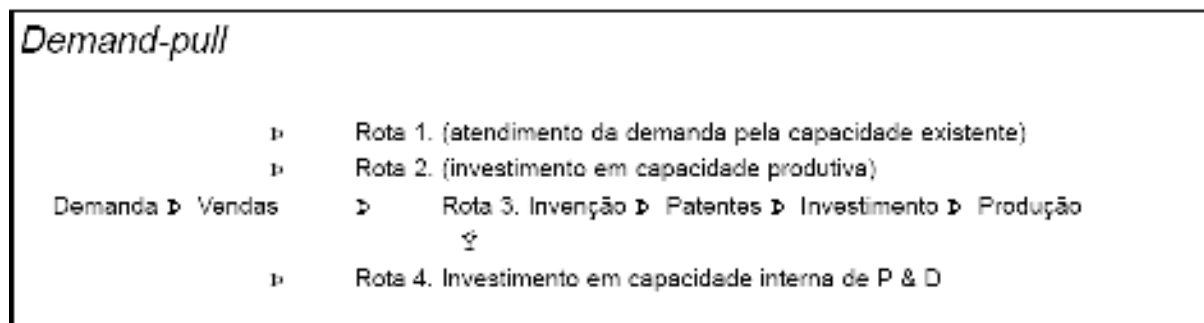
Desta forma, a Teoria de Inovação Induzida de Hayami & Ruttan (1971) apresenta-se como um modelo de geração de tecnologia, em que a adopção de tecnologia dependerá, sobremaneira, da relação de preços dos factores de produção. Desse modo, pode-se asseverar que a noção de equilíbrio neoclássica está implícita nesse modelo, pois, diante de uma alteração dos preços relativos dos factores de produção, induz-se à utilização daquele factor que ficou mais acessível, o que reestabelece o *equilibrio* do sistema (Shikida & Lopez, 1997).

Ou seja, a ideia básica da TII assenta-se no facto de a alocação de recursos na actividade inovativa (inventiva) ser governada pelas mesmas forças de mercado (através da interacção entre oferta e procura), questão esta premente na economia neoclássica. Na realidade, trata-se de uma síntese preliminar da *demand-pull* (as inovações “puxadas” pela procura, ou seja, a procura *orienta* a produção de bens, que estimula a aplicação de recursos para maximizar a produção daquele bem ou serviço altamente procurado) (Schmookler, 1979).

Através de alterações nos preços relativos, os produtores rurais são induzidos a procurar alternativas técnicas, poupadoras de factores cada vez mais onerosos. Pressionam organismos públicos de pesquisa para desenvolver novas tecnologias e encaminham petições às empresas de produtos agrícolas para substituir, por insumos técnicos modernos, factores que os pressionam. Cientistas e administradores de instituições científicas, sensibilizados, respondem positivamente, possibilitando e colocando à disposição novas técnicas e insumos, “orientando assim o progresso técnico por uma direcção socialmente óptima” (Hayami & Ruttan, 1988).

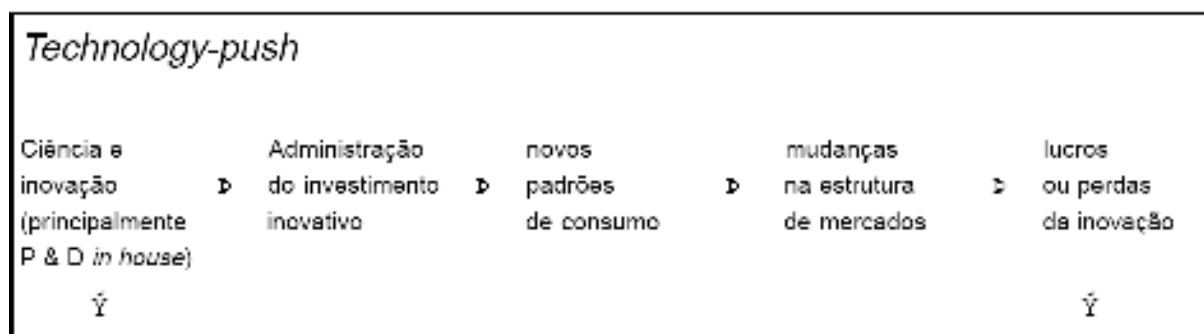
Apesar dos esforços de Hayami e Ruttan (1971) na tentativa de *endogeneização* da mudança tecnológica nos modelos neoclássicos, algumas críticas surgiram. Segundo Mowery & Rosenberg (1982), em hipótese alguma, devem ser consideradas as forças da procura – via alterações nos preços relativos dos factores – como o único factor que influencia as inovações; há aí um evidente desprezo relativo a pontos, como a oferta, por exemplo. Além disto, as inovações podem surgir em decorrência de uma *redução* da procura, ao contrário do preconizado por Schmookler (1979). Outro aspecto a ser destacado diz respeito à conceitualização imprecisa da procura, isto é, como uma espécie de *necessidade produtiva*, restrita à ideia de procura do consumidor (Salles-Filho & Silveira, 1990).

Cruz (1988) diz-nos que a TII contribuiu para a formulação de novas abordagens neoclássicas quanto ao tratamento da mudança tecnológica, em particular da *demand pull*, um segmento dessa linha de pensamento. Estes modelos de *demand pull* são contrários à ideia de *technology-push*, já que este último salienta o facto de um determinado agente procurar uma inovação, independentemente de existir ou não procura para tal. No esquema de *technology-push*, são evidenciados, segundo Dosi (1984), os condicionantes da inovação pelo lado da oferta. Seguem-se os modelos simplificados dessas duas abordagens (Shikida & Lopez, 1997):



**Figura 61 – Esquema simplificado de *demand-pull*.**

Fonte: Shikida & Lopez, 1997.



**Figura 62 – Esquema simplificado de *technology-push*.**

Fonte: Shikida & Lopez, 1997.

As fraquezas na base do modelo de *demand-pull*, segundo Dosi (1984), citado por Salles-Filho & Silveira (1990), são:

- a) um conceito de acção passiva e mecânica das mudanças técnicas em função das condições de mercado;
- b) a incapacidade de definir o porquê e o quando de certos desenvolvimentos tecnológicos ao invés de outros, e de um certo *timing*, ao invés de outro;
- c) a não-consideração de mudanças na capacidade inventiva que não tenham nenhuma relação com mudanças nas condições de mercado.

Sobre o modelo *technology-push*, as principais críticas evidenciadas são as seguintes: o extremo reducionismo da visão linear verificada no modelo ciência-tecnologia-produção e a falta de explicações de como os factores da oferta afectam o desenvolvimento técnico, ou seja, como a produção afecta a ciência que, por sua vez, afecta a tecnologia (Shikida & Lopez, 1997).

Nesse contexto, tanto no modelo *demand-pull* como no *technology-push*, o progresso técnico é reduzido a uma questão de procura ou oferta pura e simples. Não podemos no entanto procurar informações só de um lado, temos de referir uma série de informações substanciais sobre a questão dos determinantes da mudança tecnológica, como, por exemplo: o *estado da arte* da tecnologia, o processo de aprendizagem, ou o dinamismo concorrencial de cada mercado específico (Shikida & Lopez, 1997).

Entretanto, partindo de alguns exemplos históricos, Hayami e Ruttan mostram como os mecanismos de mercado impulsionam as mudanças institucionais com o fim de promover uma dotação mais eficiente de recursos. A crítica a partir da perspectiva da economia política, através de estudos de caso, destaca justamente, que este modelo não leva em consideração a complexa trama de relações de conflitos de interesse no interior dos diferentes países e nas situações analisadas (Cuadra, 1994).

Tal como argumentam Leveen & De Janvry (1985), “*a mudança tecnológica deve ser compreendida não apenas como a procura de maior eficiência económica mas, também, como instrumento de mudança (ou de resistência à mudança) das relações sociais...*” Para esses autores, o Estado é a cristalização da luta travada entre diversos sectores da sociedade e “*a instituição essencial através da qual estas forças objectivas (económicas) e subjectivas (sociais) se traduzem em novas tecnologias*”. Desta forma, a mudança técnica não é



concebida somente como resposta à escassez relativa de recursos (“*libertadora de factores*”), mas também como expressão dos interesses e conflitos de grupos. A mudança técnica “condiciona o controle social sobre os meios de produção; a organização do processo de trabalho; a divisão social da mão-de-obra; e a apropriação do excedente. Como tal, é uma poderosa ferramenta de mudança social ou do *status quo* social” (Leveen & De Janvry, 1985).

Estamos, portanto, diante de uma contradição. De um lado, constatamos a importância do Estado na geração de tecnologias direccionadas à pequena agricultura; mas, de outro, o seu carácter classista é um elemento incontornável. Então, a alternativa para se ter uma política tecnológica que considere os grupos subordinados consistiria na mudança das condições estruturais que fazem do Estado um órgão a serviço das camadas dominantes. Esse caminho exigiria que os grupos destituídos de acesso à definição de políticas fortalecessem os seus organismos de representação, aumentando assim sua quota de poder relativo no interior da sociedade (Cuadra, 1994).

Resumindo, do ponto de vista da economia política, considera-se que o preço da terra não é independente das classes sociais que dela se apropriam, e que as preferências por um determinado tipo de inovação tecnológica decorrem principalmente do tamanho das propriedades e do padrão de distribuição da terra. Por isso, o papel do Estado resulta determinante na definição de programas de pesquisa que consultem as necessidades dos pequenos produtores. E como o Estado é basicamente uma cristalização de acordos e alianças entre as classes proprietárias, torna-se evidente que somente desenvolvendo poder de mobilização os pequenos proprietários poderão constituir-se como interlocutores válidos. Por outro lado, isso passa pelo redimensionamento estratégico de sua condição de produtores de bens salariais para serem considerados num enfoque que privilegie, antes de tudo, a segurança alimentar neste campo específico das definições das políticas tecnológicas (Cuadra, 1994).

Apesar da tentativa de *endogeneizar* o processo de geração, absorção e difusão da inovação, o que, diga-se em resumo, já é um relativo avanço (em cotejo com a colocação exógena), os modelos de *demand-pull* e *technology-push* mostraram-se consideravelmente frágeis pelas razões citadas (Shikida & Lopez, 1997).

## **2.2 – O Modelo de Inovação e mudança Induzida – (modelo IMI)**

Tendo em conta o panorama atrás exposto relativamente às questões conceptuais dos modelos com enfoque neoclássico e da Teoria da Inovação Induzida onde a endogeneização

dos factores económicos é tida em conta por Hayami & Ruttan (1988), verifica-se que existem pequenos aspectos que constituem debilidades na explicação da realidade envolvente.

Surge-nos entretanto uma nova contribuição por Carvalho (2006), na qual a proposta de modelo conceptual para o estudo de processos de mudança, além de se basear na hipótese de que a mudança e inovação acontecem em grande medida condicionadas por factores económicos endógenos, promove um protagonismo especial para as instituições do Mercado e do Governo, deslocando-as para o centro do esquema representativo da realidade em estudo.

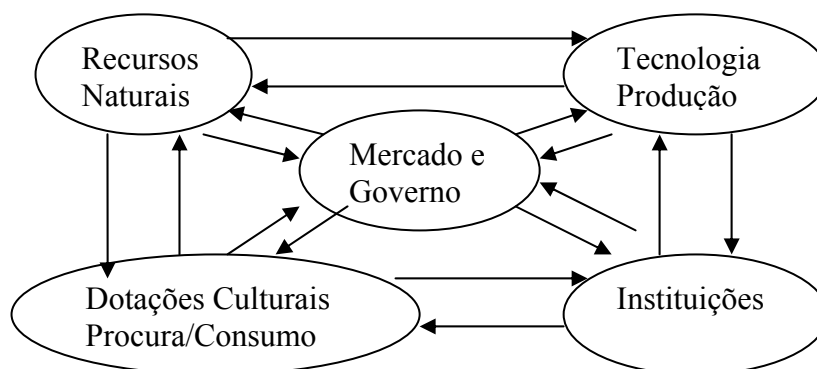
Sem anular a hipótese de termos processos autónomos e para os quais não temos explicação plausível – fenómenos denominados “*tipo tsunami*” – a procura consistente de racionalidades no processo de mudança é digna da maior atenção por parte dos cientistas em economia, outras áreas científicas, ciências sociais e humanas e também no âmbito das ciências agrárias, em especial para estudar processos de mudança de actividades no âmbito da agricultura e do agronegócio (Carvalho, 2006).

É assim que, o mesmo autor menciona a conjugação de 7 conjuntos de elementos, os quais se articulam no modelo conceptual numa óptica de ciclo, designadamente:

- 1 – Recursos naturais;
- 2 – Tecnologia – sistemas de produção;
- 3 – Dotações culturais – comportamento do cidadão e do consumidor (tecnologias de consumo, hábitos e formas de estar e de ser);
- 4 – Instituições;
- 5 – Mercado;
- 6 – Governo;
- 7 – Análise sistémica (articulação entre os elementos dos sistemas, com relevo para a governância e governabilidade) – num determinado espaço e de forma inter-espacial (local-regional, nacional, internacional, etc.) e intertemporal.

A descrição destes elementos de forma diagramática torna-se útil visto permitir mostrar o conjunto de interacções no sistema que podem ser concretamente referenciadas e até numeradas. Na forma diagramática consegue-se visualizar o conjunto de relações que podem ser estudadas de forma isolada e parcelar, semelhante a um tipo de análise SWOT, quando queremos verificar a posição relativa da unidade de análise e do seu processo de mudança face ao contexto em que se insere (Carvalho, 2006).

### **Modelo de Inovação-Mudança Induzida**



**Figura 63 – Modelo planificado a diferentes estratos (3 ou mais níveis distintos) local-regional-nacional.**

Fonte: Carvalho, 2006.

Este modelo, segundo Carvalho (2004), deve ser entendido de forma dinâmica, de maneira a permitir por um lado, indicar o sentido indutivo em que as mudanças parecem ter origem, fundamentando a racionalidade do processo de forma analítica adequada e por outro, introduzindo a dimensão tempo.

Em conjunto com a dimensão temporal deve estar a dimensão espacial. O diagrama da figura 63 mostra-nos que para efeitos de análise, devem funcionar vários estratos espaciais (por exemplo local, regional e nacional) que devem funcionar de forma semelhante aos sistemas SIG (Sistemas de Informação Geográfica) aos quais se associam vários planos temáticos (Carvalho, 2006).

Na centralidade de todas as interações, o modelo considera estar o mercado e a actuação do governo. A diferença principal para o Modelo de Hayami e Ruttan passa justamente pela centralização destas duas instituições que, segundo aquele autor, possuem características muito especiais.

Citando Carvalho (2006), a principal inovação do modelo diz respeito à centralidade da análise tendo como referências principais o governo e o mercado que estando interdependentes de tudo o resto são de facto elementos centrais catalizadores de todas as influências mas também condicionantes claros de todos os outros factores.

Igualmente considerada como instituição, o mercado é, no entanto, uma instituição muito particular visto que, por um lado desde que há trocas entre pessoas e essas trocas comerciais são feitas entre um número razoável de membros que “naturalmente temos um mercado” sem que para isso seja necessário qualquer organização da sociedade com esse

propósito. Por outro lado, o governo, actuando através de um cem número de instituições, é também uma instituição em si muito particular, a merecer um tratamento diferenciado (Carvalho, 2006).

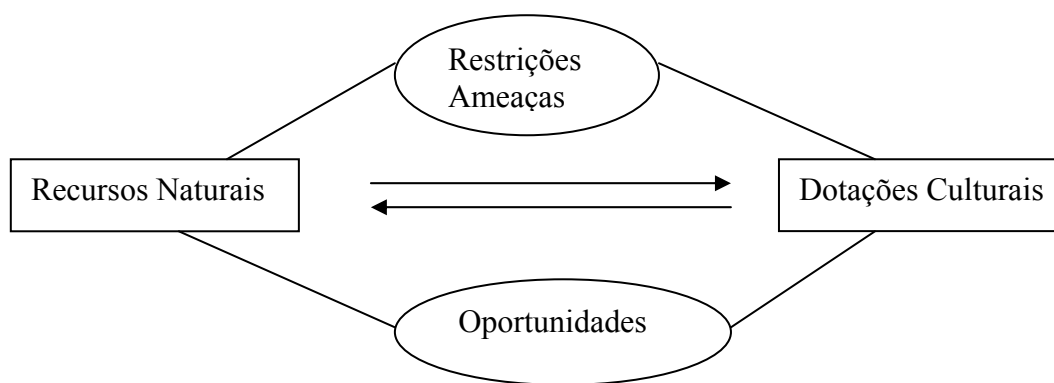
Se nos ativésemos apenas à definição de instituição dada por Hayami & Ruttan (1985): *“are the rules of a society or of organizations that facilitate coordination among people by helping them form expectations which each person can reasonably hold in dealing with others. They reflect the conventions that have evolved in different societies regarding the behaviour of individuals and groups relative to their own behaviour and the behaviour of others.”*, ficaríamos ligados a uma definição muito includente e abrangente que, embora nos permitisse a análise da mudança nas regras e convenções que condicionam comportamentos, e que claramente abrange o mercado e o comportamento dos governos, levar-nos-ia igualmente a não diferenciar a importância particular destas duas instituições e sua dominância frequente no sistema, assim como, dificultar-nos-ia a percepção da centralidade das mesmas em todo o processo (Carvalho, 2006).

Na análise da governância e governabilidade dos sistemas e da sociedade tornam-se determinantes as instituições do Estado, ao lado das outras instituições, de que dependemos sempre muito mas que queremos cada vez com mais autonomia face aos governos, no sentido de se caminhar para uma sociedade mais participativa e com poder de decisão em que a subsidiariedade seja a regra e não a excepção. Auspicia-se que no futuro modelos de sociedades participativas sejam tónica dominante assim como, que a sociedade civil venha a desempenhar um papel de maior relevo na governança e governabilidade reduzindo dessa maneira o monopólio do poder decisório por parte do Estado e respectivos governos sobre inúmeras matérias, que mesmo sendo resultantes de processos democráticos, acabam por condicionar enormemente a liberdade de opções e a eficiência das mesmas (Carvalho, 2006).

Numa lógica de estudo de sistemas, o modelo proposto pode e deve ser particionado permitindo a subdivisão em subsistemas e análises parcelares. De acordo com Carvalho (2004), quanto aos subsistemas a considerar, iremos claramente explorar as combinações possíveis das interfaces entre dois conjuntos de factores, representativos do modelo mais simples e mais usual utilizado em análise económica, a oferta e a procura, e sua interacção na formação dos preços e no estudo do comportamento do mercado. Ou seja, o modelo apresentado pode ser visto também numa óptica de mercado, subdividido em duas partes por uma diagonal no sentido Noroeste-Sudeste, representando a parte superior a Oferta, centrada na Tecnologia de Produção, e a parte inferior, centrada nas dotações culturais/Procura e consumo (comportamento do consumidor) (Carvalho, 2006).

Por outro lado, é útil tentar de forma diagramática uma aproximação do tipo dual e olhar para conjuntos de interacções entre dois grupos de factores (do conjunto de 4 definidos), seguindo sempre o questionamento sobre oportunidades existentes, assim como sobre as principais restrições e ameaças.

#### **Subsistema Recursos Naturais/Dotações Culturais**



**Figura 64 – Subsistema Recursos Naturais/Dotações Culturais**

Fonte: Carvalho, 2006.

O conjunto dos outros subsistemas a considerar podem ser visualizados exactamente da mesma forma do apresentado acima, nos quais é preciso considerar a interacção nos dois sentidos e também os possíveis factores limitantes, restrições e ameaças, assim como, as oportunidades existentes (análise SWOT ou FOFA).

Este tipo de estrutura permite estudar com maior profundidade os processos de mudança em curso, os processos anteriores e as perspectivas que se colocam para o futuro, procurando entender as razões que mobilizam e que fundamentam as mudanças mas também identificar oportunidades de intervenção, seja para o sector público e suas instituições, designadamente no que diz respeito à política económica e governativa mas também prover indicações a todos os outros agentes do sistema para melhor poderem participar e actuar (Carvalho, 2006).

### **2.2.1 – Inter-relação entre dimensões de sustentabilidade e o estudo do modelo IMI (Inovação e Mudanças Induzidas)**

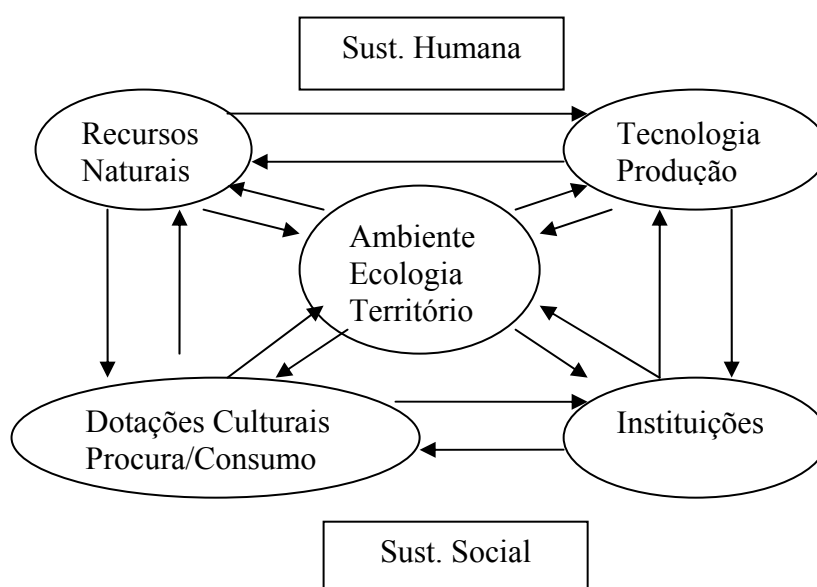
Qualquer análise de um sistema económico (a nível macro), do ponto de vista da sua sustentabilidade, exige uma definição das dimensões que estarão sujeitas a avaliação. Tendo o homem como referência de qualquer sistema, teremos de equacionar quais as variáveis das

quais depende a sua existência no tempo. Entre elas, a primeira, encontramos a segurança alimentar e mais concretamente a produção de alimentos. Dentro do modelo conseguimos visualizá-las, numa dimensão de sustentabilidade, no que está definido como Recursos Naturais e Tecnologia de Produção (Carvalho, 2006).

O mesmo autor menciona a existência de uma segunda dimensão de avaliação dessa mesma sustentabilidade dentro do modelo, que se prende com a forma como a sociedade se organiza (sustentabilidade social) visto o homem ser um ser social que sobrevive apenas no contexto de uma determinada sociedade. Enquadrando este pilar no modelo em análise verificamos a sua integração nas questões de comportamento humano e organização da sociedade e suas instituições. Não excluindo as outras inter-ligações com os eixos dos recursos naturais e tecnologia, segundo o modelo aquelas duas primeiras dimensões serão as prioritárias relativamente à sustentabilidade social de um sistema “humano”.

Quanto à sustentabilidade ambiental e ecológica, correspondente a uma terceira dimensão, vê-se interligada com uma quarta dimensão correspondente à sustentabilidade territorial, e encontra-se perspectivada num processo de mudança levando à sua localização central no dito modelo. Tal, deve-se à sua dependência de forma sistémica do conjunto de factores agrupados nas 4 dimensões base do modelo IMI, e também das suas interfaces representadas ao nível das forças de mercado (*inputs* e *outputs*) além do comportamento dos Governos (Carvalho, 2006).

#### **Modelo Geral de Inovação-Mudança Induzida e Desenvolvimento Sustentável**



**Figura 65 – Modelo planificado a diferentes estratos – 3 ou mais níveis distintos – local-regional-nacional.**

Fonte: Carvalho, 2006.

Partindo para um conjunto mais alargado de dimensões, tendo como base as três primeiras enunciadas, denominadas por este último autor como básicas, começa-se pelas questões relacionadas com a sustentabilidade territorial, imediatamente associadas às questões ambientais e ecológicas, seguindo posteriormente para o conjunto de factores associados às dimensões político-governamentais e institucionais. Estas duas últimas dimensões correspondem a uma nova leitura mais abrangente da sustentabilidade social, deixando por último, como primeira preocupação ligada à organização das forças produtivas e actividade económica, a satisfação das necessidades básicas, altamente dependente da racionalidade alocativa, embora simultaneamente numa perspectiva dinâmica e cíclica em que os extremos se tocam, e que toda a actividade económica tem por finalidade a satisfação das necessidades humanas e a qualidade de vida de forma sustentada e sustentável (Carvalho, 2006).

### **2.2.2 – Modelação da realidade em estudo: o caso da Ilha das Flores**

O trabalho tem como referência os modelos de Inovação Induzida (Hayami & Ruttan, 1985; Carvalho, 2004) em que se procura identificar e melhor perceber os processos indutivos na mudança de sistemas. Baseia-se no princípio de que processos de mudança são na sua essência induzidos de forma endógena, isto é, há razões objectivas (variáveis endógenas aos sistemas) que são determinantes daqueles (processos).

No caso concreto da ilha das Flores, iremos incidir o processo de Modelação, com base no Modelo IMI, na sua realidade frisando sobretudo a importância das políticas agrícolas (incluindo a PAC) no direccionamento das opções agrícolas tomadas e reais consequências que daí advêm em pretérito de outras. Sempre tendo presente, que são as características do meio que proporcionam as tomadas de decisão por um ou outro apoio existente, ou seja, essas opções devem-se não só aos recursos naturais existentes, ao mercado e às instituições mas também às dotações culturais dos intervenientes endógenos ao sistema (população local).

Torna-se pertinente descrever a realidade do local de estudo com base no modelo anteriormente descrito até para que possamos fazer jus à sua adaptabilidade e pertinência para a avaliação dos parâmetros a que nos propusermos.

Desta forma, e tendo presente como “*pano de fundo*” uma sociedade pautada pela dupla insularidade, onde a «*pequena dimensão, recursos limitados, dispersão geográfica (Arquipélago dos Açores) e “isolamento” face aos mercados coloca-os numa posição de desvantagem económica*», limitando as possibilidades de praticar economias de escala e

tornando o oceano e ambiente costeiro em “*preciosos recursos para o desenvolvimento*”, considerados de “*importância estratégica*” (SRAM, 2006).

Convém mencionar que esta dupla insularidade vivida na ilha das Flores reverte na designada ultraperifericidade que não se resume somente a questões geográficas e económicas. Esta ultraperifericidade que é pautada pela procura longínqua e recursos limitados modifica não só os processos técnicos mas, também, as estruturas organizacionais e identidades culturais dos territórios ultraperiféricos (SRAM, 2006).

Tendo em conta este quadro e citando a Declaração Relativa às Regiões Insulares (no âmbito do Tratado de Amesterdão):

*“A Conferência reconhece que as regiões insulares sofrem de desvantagens estruturais ligadas à insularidade, cuja persistência prejudica gravemente o respectivo desenvolvimento económico e social.*

*A Conferência reconhece assim que a legislação comunitária deve ter em conta estas desvantagens e que, sempre que se justifique, podem ser tomadas medidas em favor destas regiões, de forma a integrá-las melhor no mercado interno em condições equitativas”.*

Torna-se compreensível a continuação dos apoios fornecidos pela Comunidade ao Sector Primário destas regiões.

Tendo em conta a enorme complexidade do tema “apoios aos agricultores” e tendo igualmente noção da complexidade da terminologia Qualidade de Vida, optamos por indicar os principais apoios que de forma muito pragmática influenciam directamente as tomadas de decisão dos agricultores, e que por isso mesmo influenciam as suas vidas. O grau de profundidade de abordagem a esta temática tão complexa não será elevado dado que não queremos aprofundar de tal de maneira que apenas a ela nos cinjamos. Levantamos meramente a “pontinha do véu” de um assunto tão sensível e tão actual e pertinente e nos debruçamos seguidamente na exploração da questão da importância das hortas familiares para a economia doméstica dos agregados. Como veremos adiante a sua execução é muito relevante para a maioria dos agregados inquiridos e para a nossa amostra populacional em geral.

É assim, que surgem os próximos pontos, os quais caracterizarão a realidade florentina à luz do modelo IMI, onde serão identificadas as instituições, os recursos naturais, as dotações culturais e a tecnologia utilizada.



### **2.2.3 – Aplicação do Modelo**

A terminologia adoptada no contexto das relações internacionais situa-se num momento histórico de afastamento político entre um centro de actividade económica dominante, com maior riqueza em recursos humanos, acesso mais fácil à tecnologia e capital acumulado “*vis a vis*” um mundo mais rico em recursos naturais, pobre em recursos humanos e em capital. Este afastamento, de carácter político na sua essência, foi acompanhado, em muitos casos, por um afastamento também da actividade empresarial (e do capital) e por um movimento também regressivo dos recursos humanos dos países do centro relativamente a países mais periféricos. Isto é, há que ter presente que os movimentos de independência favoreceram essencialmente a afirmação das forças vivas emergentes das sociedades em rápida transformação e normalmente em ruptura com o passado, infelizmente, muitas vezes à custa do afastamento dos recursos humanos melhor preparados (muitos deles “*estrangeirados*”) que, não sendo devidamente integrados, se afastaram ou foram afastados pela dinâmica do processo. Em relação aos recursos humanos cuja origem não é local, o mesmo teve tendência para ocorrer, com o seu afastamento ou marginalização ao mesmo tempo que estes países perdem a força de atracção para novas “importações” de recursos humanos (Carvalho, 2004).

Muito à luz do pensamento deste último autor, poderemos encontrar paralelo entre as Flores e as ilhas principais do Arquipélago dos Açores e de Portugal Continental. Sem dúvida a sua periferia (neste caso ultraperiferia<sup>10</sup>) remete a ilha das Flores para fora dos círculos decisórios e de potencial intervenção no seu dia-a-dia. Essa ultraperifericidade promove igualmente uma abundância de recursos naturais ao mesmo tempo que impulsiona uma “fuga” não só de cérebros, como também de força laboral mais jovem que está na base da sua população. Vão-se encontrando estrangeiros no seu seio, os quais procuram o sossego do rural à confusão do urbano, contudo muitas vezes não enquadrados e não enquadráveis na sociedade local.

A hipótese fulcral de todo o modelo IMI é o factor indutivo, isto é, as mudanças ocorrem em função de um conjunto de restrições e oportunidades, mais ou menos perceptíveis ou intuídas pelos indivíduos e sociedade. De importância indiscutível são os factores económicos, a que se deve acrescentar os processos decisórios, quer de empresas, pessoas e organizações, que dependem de variáveis de diversos tipos. Para além das variáveis tipicamente económicas, mais facilmente objectiváveis, no processo decisório vamos

---

<sup>10</sup> Identifica-se aqui como terminologia aplicada às regiões periféricas da Europa, nomeadamente regiões insulares com restrições claras a nível de transportes e comunicações.

encontrar também as de outras dimensões, como será o caso das variáveis condicionantes da percepção do mundo em que vivemos, em que teremos que apontar a dimensão emocional e a percepção intuitiva das pessoas e consequentemente das organizações (Carvalho, 2004).

Ora, segundo este último autor, partindo do princípio que a maioria das mudanças são “Mudanças Induzidas”, iremos considerar, 4 grandes grupos de factores, identificados seguidamente:

- ✓ Recursos Naturais (factores produtivos iniciais, e dinamicamente também capital)
- ✓ Tecnologia
- ✓ Instituições
- ✓ Recursos Culturais, Comportamento da Procura e dos Consumidores (preferências e cidadania).

Estes factores interligam-se, como vimos anteriormente, por subsistemas, os quais mostrando a sua dinâmica permite-nos compreender melhor a evolução histórica, assim como, as suas restrições e oportunidades.

Desta feita, tentaremos numa fase final interligá-los nas 4 dimensões anteriormente abordadas e analisá-los de forma integrada nos diferentes subsistemas que o compõem.

### **2.2.3.1 – Construção histórica do Espaço: as 3 Grandes Fases**

Entre o princípio do século XX e o princípio do século XXI a ilha das Flores viveu uma enorme panóplia de acontecimentos que apesar de semelhantes aos vividos no restante arquipélago se tornaram mais sentidos e marcantes graças à sua dupla insularidade. Como ilha mais ocidental da Europa sempre se encontrou mais distante dos olhos dos seus governantes tornando-se naturalmente mais facilmente esquecida.

No que toca à construção histórica do espaço encontramos dois períodos históricos mais recentes a ela relativos que determinam 3 fases distintas a nível agrícola na Ilha das Flores e 3 períodos que determinam 4 fases na sua história geral, aproximadamente nos últimos 100 anos. No primeiro caso (ligado ao Sector Primário) encontramos a queda da ditadura (regime de Salazar) concomitantemente com a conquista da Autonomia, e a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE).

No segundo caso, além destes dois períodos podemos igualmente citar o acordo estabelecido em 1964 entre os Estados Português e Francês aquando do acordo de estabelecimento da Base Aérea Francesa nas Flores como estratégia de desenvolvimento da

ilha (Bragaglia, 1999). É com este último acordo que se sentiu o forte desenvolvimento das infra-estruturas actualmente existentes na Ilha das Flores.

Aqueles dois primeiros períodos (relativos ao Sector Primário) delimitam as três fases da agricultura mais distintas da história desta região insular no último século.

Apresenta-se na página seguinte um cronograma para ajudar a visualizar o que expomos.

Como podemos observar pelo cronograma a seguir apresentado, o período ditatorial foi longo e marcado pela produção, sobretudo, de culturas alimentares para auto consumo; em paralelo fazia-se a produção de manteiga e exploração de gado (praticamente única fonte de receitas da ilha).

O modelo IMI assenta as suas bases, como anteriormente se pôde observar, em vários parâmetros, mas, sem dúvida, o primeiro de entre eles vai de encontro aos Recursos Naturais.

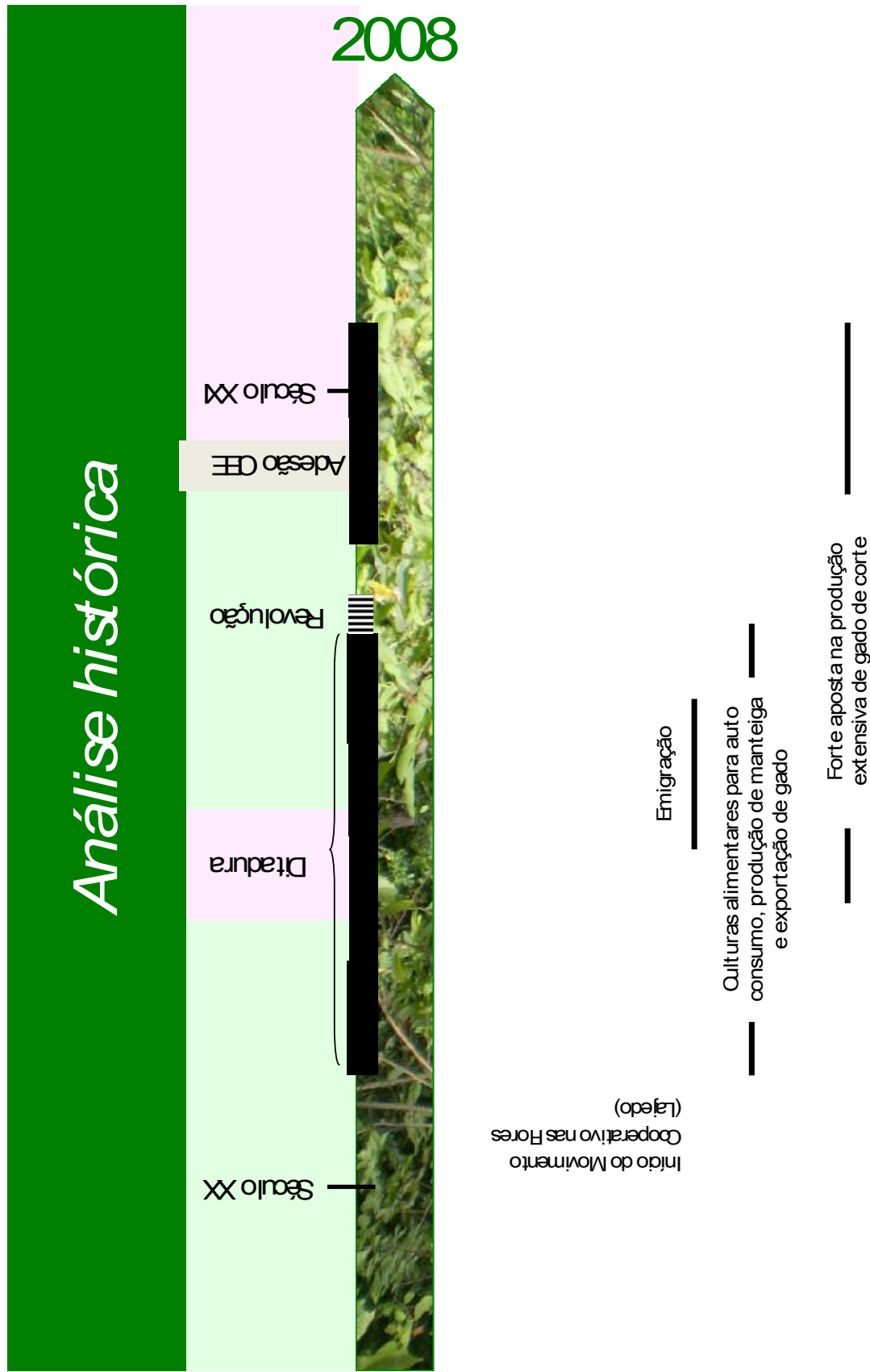


Figura 66 – Cronograma de alguns dos principais acontecimentos decorrentes na Ilha das Flores no último século.

## **A – Recursos Naturais**

Os Recursos Naturais, dentre todos os componentes do modelo IMI, são aqueles que mais facilmente permitem identificar e distinguir o rural do urbano sendo que é com base nessas diferenças que encontramos a possibilidade de leitura ao longo do tempo da evolução quer da Agricultura, quer da Sociedade sua autora.

É com este pressuposto que, dentro do tópico Recursos Naturais, procuramos fazer uma breve “leitura” da paisagem. Esta será feita tendo em conta as especificidades características das regiões insulares de origem vulcânica. Tal leitura da paisagem demonstra-se determinante na análise das suas povoação e história.

Desta forma, os próximos pontos abordarão esse olhar atento dos sinais que a paisagem nos revela, permitindo ir do geral ao específico e permitindo identificar as condições gerais do Arquipélago e as específicas da Ilha das Flores.

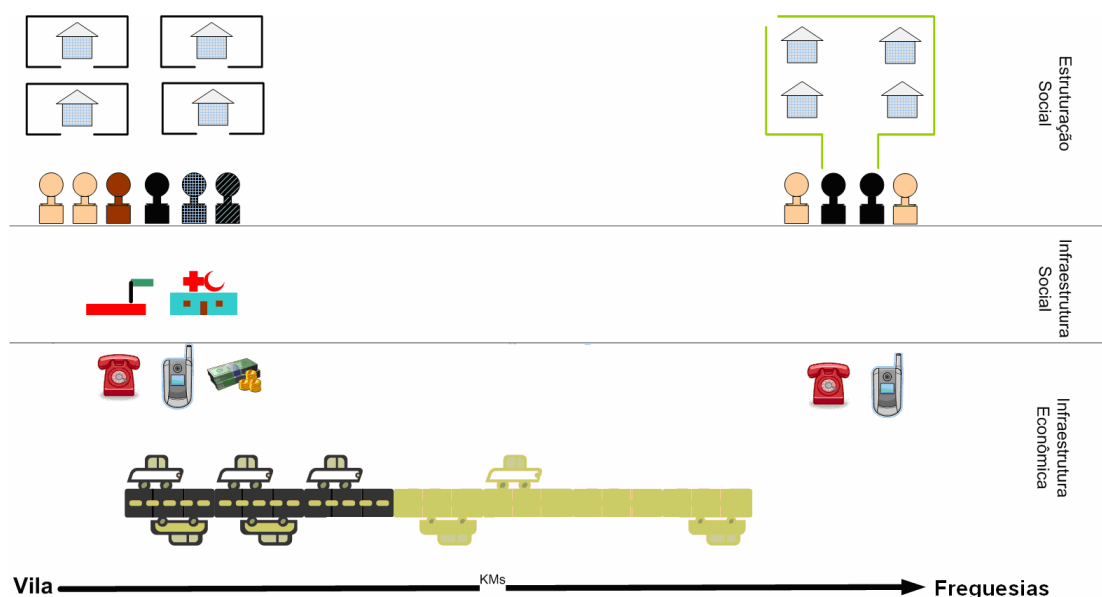
### **A.1 – Leitura da Paisagem**

Existem duas formas de se efectuar a leitura da paisagem. Uma prende-se com a observação das mudanças que acontecem à distância dos principais centros urbanos, a outra, recorre ao corte horizontal da paisagem (Hurtado, 2007).

#### **a) Leitura I – Das Vilas às Freguesias.**

A construção do território é diferenciada por três elementos, os quais levam a uma maior diferenciação social dos espaços quando o corte das vilas é feito até ao seu interior: infra-estrutura económica, infra-estrutura social e tecido social (Hurtado, 2007).

Assim, enquanto a infra-estrutura econômica, reflectida pela eletrificação, telefonia, estradas e serviços financeiros, concentra-se nas vilas / município ela é reduzida ou nula nas freguesias e/ou localidades. Tal acaba por implicar directamente na capacidade de integração das populações na economia regional.



**Figura 67 – Mudanças Socioeconômicas vinculadas à relação com a Vila.**

Fonte: Adaptação de Hurtado, 2007.

A infra-estrutura social, representada por escolas e hospitais, encontra-se concentrada nas vilas desaparecendo completamente nas freguesias/localidades. Este desaparecimento repercute-se através de uma queda gradual da qualidade da primeira (como estilizado na figura 67). Assim temos as Vilas/Municípios apresentando os ensinos primário e básico (apenas uma das duas vilas – Santa Cruz – existentes na ilha apresenta o ensino secundário) enquanto que as freguesias/localidades não possuem nem o nível de ensino primário (apenas a freguesia de Ponta Delgada foge a este padrão apresentando uma escola primária). Isto reflecte-se no aumento do esforço por parte da população localizada fora das vilas, principalmente aquando do agravamento das condições climatéricas, ou quando por algum motivo os alunos perdem o transporte escolar, o que obviamente tem um impacto directo na capacidade de aproveitamento das oportunidades da população.

A organização social muda igualmente quanto à distribuição espacial do parque habitacional. Na Vila/Município tem-se um uso individual do espaço das moradias privadas, e nos casos onde se tem uma construção tradicional de várias moradias, estas contam com espaços bem menores relativamente aos observados nas freguesias.

A existência de famílias numerosas possui hoje uma expressão diminuta face ao passado, e as poucas que existem não se distribuem por uma questão de espaço geográfico (vila ou freguesia) mas antes por uma questão de estrato social. Ainda hoje as populações

mais numerosas são aquelas com menores recursos, muito provavelmente é a questão cultural que está aqui associada.

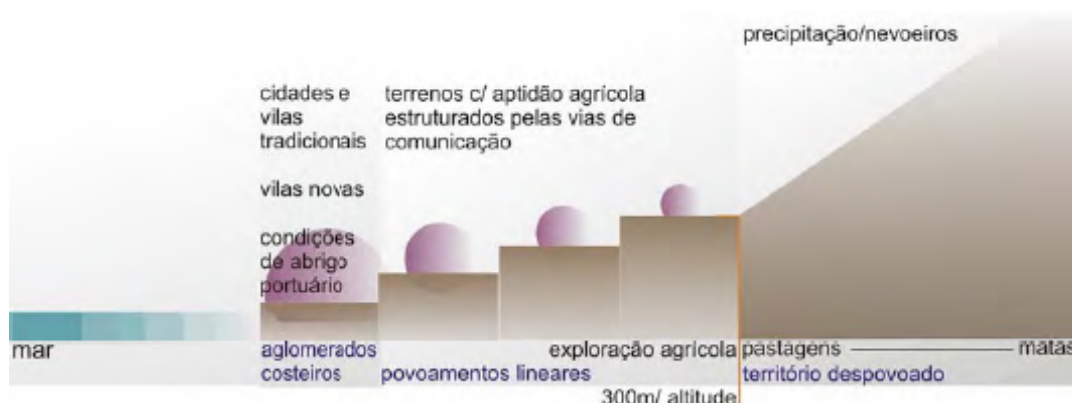
O processo de desenvolvimento e integração deverá considerar estas diferenças em suas acções, já que contará com níveis diferenciados de educação entre seus beneficiários (as). Isto terá uma marcada diferença na capacidade aproveitamento dos seus meios económicos, ambientais e políticos.

## **b) Leitura II – A organização das Freguesias**

Os sistemas urbanos e rurais das ilhas do Arquipélago dos Açores estão particularmente marcados por dois aspectos essenciais que, combinados, conferem a esses sistemas uma exiguidade morfológica e uma identidade territorial específica: por um lado a correlação estrutura biofísica - natureza climática das ilhas e, por outro, a influência histórica dos processos de povoamento (Cruz *et al.*, 2008).

### **Altimetria**

Cruz *et al.* (2008), referem no Plano Regional de Ordenamento do Território da RAA, que existe um padrão na estrutura organizativa dos aglomerados urbanos característicos das franjas litorais e dos povoamentos mais interiores das ilhas. Este padrão encontra-se representado na síntese do esquema abaixo.



**Figura 68 – Esquema de povoamento na RAA.**

Fonte: Cruz *et al.*, 2008.

Ou seja, resumidamente, as razões que explicam a tipificação que estrutura o povoamento ilustrado na Figura anterior, e que prendem-se por uma ocupação centrada nas

faixas litorais *versus* um despovoamento característico as altitudes superiores a 350 metros, são (Cruz *et al.*, 2008):

- A origem geológica das ilhas que resulta, salvo raras excepções, num perfil topográfico caracterizado ora por arribas ora por encostas de pendente mais suave, mas que rapidamente atingem altitudes elevadas;

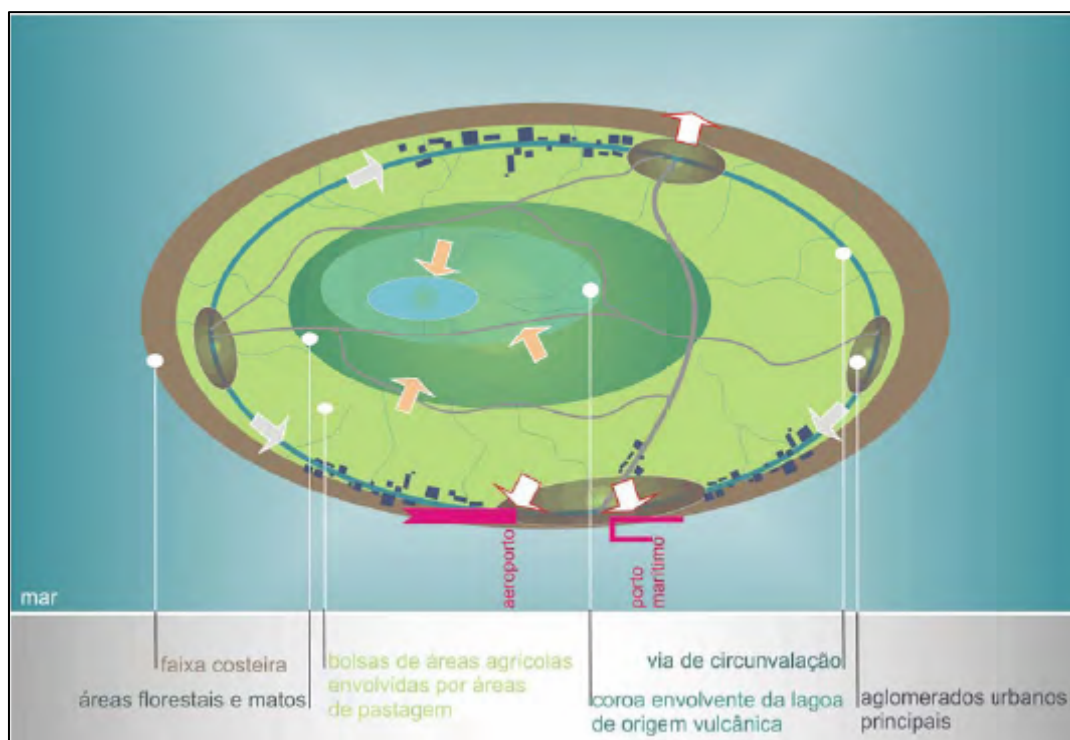
- As condições bioclimáticas próprias das altitudes elevadas que levam à concentração do povoamento nas plataformas inferiores aos 350m de altitude tendo em conta a dificuldade de adaptação das espécies vegetais e a perda de conforto ambiental; acima daquelas os habituais níveis de precipitação e os nevoeiros condicionam o povoamento de exploração agrícola, com excepção das pastagens que foram, gradualmente, substituindo a flora existente antes dos assentamentos humanos. Abaixo desse nível altimétrico surgem os terrenos com aptidão agrícola, resultantes do parcelamento do solo estruturado pelas vias de circulação (estradas e caminhos), solo esse associado a uma ocupação edificada, em geral junto à via, formando longos aglomerados lineares;

- A dependência do mar como via de comunicação privilegiada no processo histórico de colonização que levou à fundação de povoamentos nas zonas costeiras e com melhores condições de abrigo portuário (vilas tradicionais e vilas novas); pelo facto de nestes aglomerados residir uma maior diversidade de actividades - concentração de actividades administrativas, comerciais e serviços - eles apresentam um carácter mais compacto e de maior expressão urbanística relativamente ao padrão de aglomeração linear.

### **Planimetria**

Em directa correspondência com a anterior, a Figura seguinte apresenta, em planimetria, a organização territorial típica de uma ilha vulcânica, pelo que poderia ser designada segundo Cruz *et al.* (2008) por proto-ilha.





**Figura 69 – Organização territorial típica de uma ilha de origem vulcânica**

Fonte: Cruz *et al.*, 2008.

Se caminhamos da linha de costa para o interior, encontramos, em termos de grandes manchas, uma primeira coroa, a castanho, que representa a rica, mas sensível e vulnerável faixa costeira. Imediatamente a seguir, apresenta-se uma coroa mais larga, a verde claro, em que coexistem bolsas de áreas agrícolas envolvidas por grandes áreas de pastagem. Sobre esta coroa, e pendendo mais sobre a costa, dispõem-se os aglomerados urbanos principais, interligados por uma via de circunvalação, a partir dos quais partem também vias mais ou menos importantes de atravessamento. A linearização do desenvolvimento urbano ao longo da via circular está também representada, como elemento típico do povoamento insular. No aglomerado urbano principal coexistem as duas grandes portas com o exterior, o porto marítimo e o aeroporto. A cotas superiores encontramos uma coroa representada a verde escuro, simbolizando as áreas florestais e os matos. Dentro desta, num tom de verde intermédio, encontramos, já em descendente concavidade, a coroa envolvente da lagoa de origem vulcânica, com elevado valor para a conservação da natureza e para a biodiversidade (Cruz *et al.*, 2008).

Estes autores indicam que, em forma de setas, as principais tipologias de conflitos territoriais e ambientais são apresentadas na protoilha, as brancas com contorno a vermelho simbolizam os conflitos de génese urbana, as cinza claro simbolizam conflitos associados à

interface urbano-rural e ao povoamento rural linearizado e, por último, as setas a laranja simbolizam os conflitos de uso em espaço rural.

As tensões criadas em torno das interfaces, meio urbano/faixa costeira, meio urbano/porto e meio urbano/aeroporto estão na origem dos conflitos de génese urbana.

Tendo em consideração que a ocupação espacial é configurada essencialmente por três características ambientais (o regime pluviométrico, os solos e o acesso à água) vistas em perfil e considerando a topografia e com base no atrás exposto, olhemos agora para o nosso objecto de estudo (Ilha das Flores) e tentemos proceder à sua zonagem agrícola.

## **A.2 – Zonagem Agrícola**

Com os seus aproximadamente 142 km<sup>2</sup>, a ilha das Flores apresenta uma costa muito recortada, com falésias verticais por vezes muito altas, sendo poucos os locais onde podem acostar embarcações, mesmo que pequenas. Junto ao litoral são inúmeros os ilhéus, contudo sem possibilidades de qualquer aproveitamento (DGSFA, 1962).

Esta última fonte menciona igualmente que acima das declivosas encostas do litoral, existe um amplo planalto com altitudes de 500 a 650 metros, semeado de numerosos cones vulcânicos que dão origem a uma orografia muito irregular sendo os mais importantes: Morro Alto (915 m), Sete Pés (849 m), Marcela (774 m) Pico da Sé (722 m), Pico do Touro (643 m), Pedrinha (615 m).

O Rochão do Junco e o vale das Lajes são as planuras mais amplas. Numerosas são também as linhas de água que, partindo do planalto central, se tornam ribeiras fundas nas encostas inclinadas do litoral. O perímetro florestal ocupa toda a parte planáltica do cimo da ilha e desce até ao mar na ponta Sul (DGSFA, 1962).

Não será portanto de estranhar que a distribuição demográfica tenha sido feita sempre na orla costeira sendo a localização dos mais importantes centros populacionais encontrada na costa dos lados Leste e Sul, o que se deve segundo a DGSFA (1962), não às condições climáticas que são mais favoráveis do lado Norte, mas ao mais fácil acesso a um mar menos revoltoso.

De facto, apesar do vento Norte não ser o predominante, a costa deste lado é muito batida pela ondulação do largo, o conhecido “mar do Norte”, que provém das perturbações atmosféricas que cruzam o Oceano para Leste, pelo Norte das ilhas (DGSFA, 1962).

Se recordarmos o efeito da altimetria e planimetria na distribuição da paisagem veremos da linha de costa para o interior a distribuição da orla costeira, normalmente

associada à entrada e saída de pessoas e bens (portos e aeroportos), onde se concentram os agregados populacionais, próximo a estas, as zonas de produção de alimentos, seguidas de grandes áreas de pastagem e por fim nas zonas mais altas e distantes do litoral encontramos as áreas de mata e de floresta.

Pautada pelo forte peso do Sector Pecuário, o Sector Primário Florentino é caracterizado pela existência de três tipos de pastagens diferenciados apenas pela altitude onde se encontram. Desta forma poderíamos classificar pastagens, segundo Reis (2008), e isto no caso concreto da ilha das Flores, de baixa, média e alta altitude localizando-se estas respectivamente entre 0 e 200 m, 200 e 400 m e mais de 400 m.

Esta zonagem agrícola é tanto mais importante quando pensamos na movimentação do gado ao longo do ano. Ou seja, no Verão o gado é levado para as pastagens mais elevadas (mais de 400 m) onde permanecem até à chegada do Outono. É normalmente na altura do Inverno que as manadas são conduzidas para as pastagens de média e baixa altitude, altura do ano na qual registam temperaturas mais amenas e em que não se encontram tão sujeitas ao vento que atinge forte intensidade, soprando por vezes com fortes rajadas. Este factor climático é um dos grandes responsáveis pelas baixas ocorridas no efectivo pecuário florentino visto promover a morte de alguns animais.

Com base no atrás exposto e em perfis traçados com vista a melhor compreender a realidade em estudo, podemos sugerir, tendo em atenção o seu declive e ocupação cultural, a existência de três zonas distintas, uma virada a Norte, outra virada a Sul e uma terceira localizada no interior da ilha e correspondente às zonas de alta altitude.

Deveremos referir que quanto às suas características edáficas, os solos da Região Autónoma dos Açores, por iniciativa do então Instituto de Alta Cultura e de estruturas regionais, foram objecto de cartografia na escala de 1: 200 000 na ilha de São Miguel (Ricardo *et al.*, 1977), na escala de 1: 100 000 na ilha de Santa Maria (Madeira, 1981), e na escala de 1: 75 000 na ilha Graciosa (Medina & Grilo, 1981), posteriormente, foi sistematizada a possível distribuição cartográfica dos solos da ilha Terceira (Pinheiro, 1990), bem como efectuados reconhecimentos nas ilhas de São Jorge, do Pico (Pinheiro *et al.*, 2000), do Faial (Madeira *et al.*, 2002) e das Flores. Ao contrário da Região Autónoma da Madeira, a cartografia dos solos da Região Autónoma dos Açores está longe de estar completa. Nos respectivos documentos cartográficos foi utilizado um sistema de classificação (Ricardo *et al.*, 1977) que não se enquadra na classificação dos solos de Portugal e também não é correlacionável com a WRB. Como foi sublinhado para o caso da Região Autónoma da Madeira, esta inadequação radica no facto das metodologias seguidas na caracterização das

unidades-solos não terem sido as mais adequadas para todos os tipos de solos, visto a larga maioria destes se enquadrarem nos Andossolos e a sua identificação e classificação exigir metodologia específica. Contudo, estudos posteriores (Pinheiro, 1990; Pinheiro *et al.*, 2000; Madeira *et al.*, 2002) permitem conhecer com detalhe as propriedades físicas, químicas e mineralógicas dos principais tipos de solos, permitindo o seu enquadramento na WRB e constituindo uma base de informação relevante para a elaboração da respectiva cartografia. (IDRH/SPCS, 2004).

Com o facto da carta de solos desta ilha ainda não estar concluída e disponível para consulta tivemos que nos ater às cartas de capacidade de uso elaboradas pela Universidade dos Açores e datadas de 1987. Estas igualmente distinguem-se das do Continente português apresentando 7 classes de capacidade, numeradas de I a VII.

Dada a heterogeneidade de certas áreas da paisagem, houve necessidade por parte dos autores destas cartas de recorrer com frequência a associações de duas classes para melhor representar a realidade dessas áreas, tendo em conta a escala em que esta cartografia foi realizada (1: 25 000 para as ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo e 1: 50 000 para as restantes). Segundo Pinheiro *et al.* (1987), estas associações de classes têm ainda a vantagem de permitir a identificação e definição de tipologias intermédias da paisagem, para além daquelas que correspondem às classes tomadas individualmente.

A proporção relativa das classes de uma mesma associação não se apresenta numa base quantificada, tendo-se adoptado o critério de a classe com maior representatividade de área ser aquela que vem referida em primeiro lugar na legenda da carta. Para o cálculo das áreas correspondentes às diversas classes tomadas numa base individual, tomou-se a proporção de 60% para 40% nas associações de duas classes (Pinheiro *et al.*, 1987).

Pela ocupação e uso dos espaços podemos diferenciar três zonas: a) Zona A – Zona baixa voltada a Sul, b) Zona B – Zona acima dos 500 m onde predomina a ocupação florestal e a área de pastagem pertencente ao Serviço Florestal (baldios), c) Zona C – Zona abaixo dos 550 metros voltada a Norte (ver figura 70).



**Figura 70 – Zonagem agrícola na ilha das Flores.**

Fonte: Adaptação da fotografia aérea da ilha das Flores – Google-earth, 2008.

Na nossa Zona A – zona baixa voltada a Sul, podemos incluir a maior parte das povoações da ilha sendo três os tipos mais relevantes, pela sua geografia, orografia e vegetação, e que podemos classificar como subzonas A1, A2 e A3.

Subzona A1 – inclui as áreas da zona A abaixo dos 200 metros. É a zona onde predominam as pastagens de baixa altitude e onde pastam os animais no Outono/Inverno, apresentando igualmente áreas ocupadas por culturas de Primavera/Verão. Nela conseguimos identificar as localidades das Lajes, Fazenda, Fajã Grande, Ponta da Fajã e Fajãzinha.

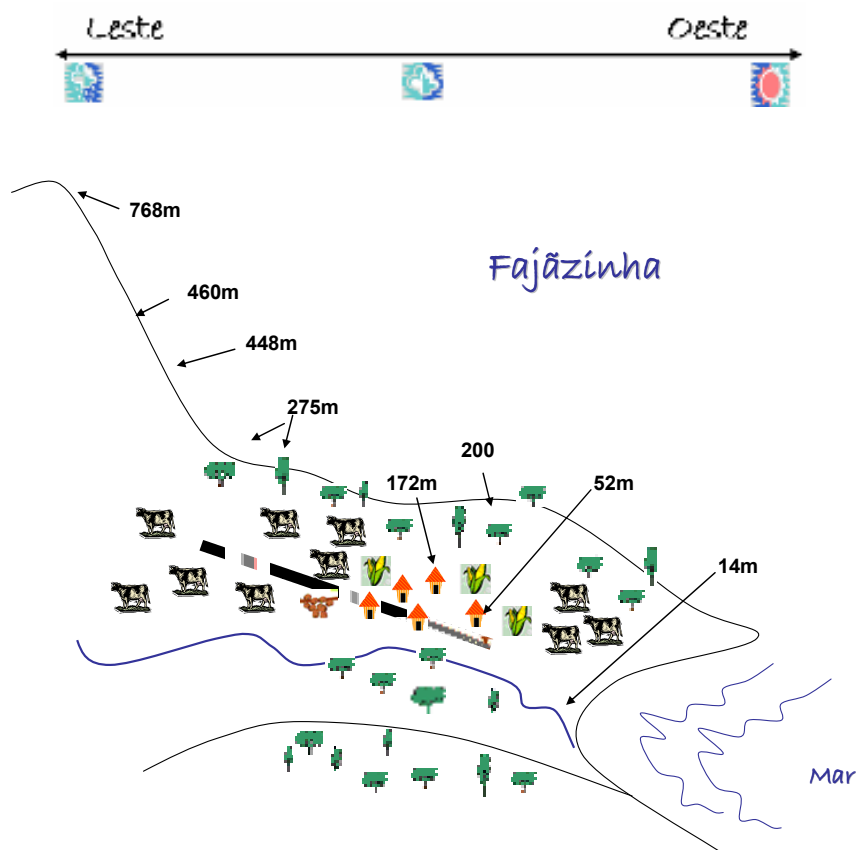
O solo predominante em todas estas localidades é, segundo a carta de capacidade de uso dos solos da ilha das Flores, os das classes V e VI, cujas características se prendem com a apresentação de limitações severas para o uso arável, mormente quanto ao declive, espessura efectiva do solo e/ou susceptibilidade ao encharcamento, sendo explorados como pastagem ou floresta.

No entanto, a classe V apresenta condições de boa produtividade, permitindo mesmo o melhoramento ocasional da pastagem com recurso a técnicas comuns de sementeira e fertilização, que permitem um regime de exploração mais intensivo, o que não se verifica para a classe VI a qual, dada a maior severidade das suas limitações, permite apenas uma

utilização de natureza extensiva, onde as técnicas de melhoramento da exploração se revelariam onerosas e de muito difícil aplicação.

Os solos da classe V predominam no vale das Lajes, na zona compreendida entre o Mosteiro e Fajãzinha e em uma pequena parte próxima da Fazenda.

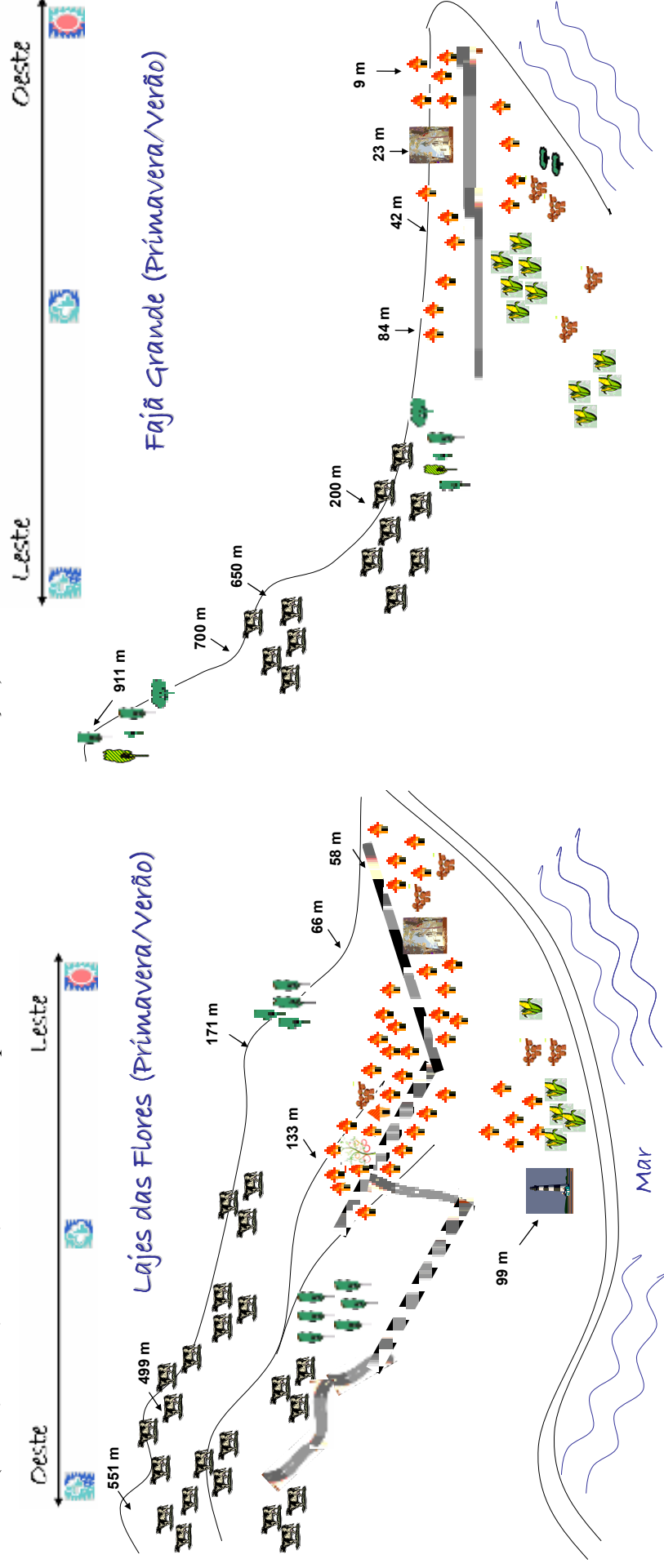
Os solos da classe VI, por sua vez, encontram-se intercalados com os da classe V, numa associação em que predominam os desta última classe, e encontram-se sobretudo localizados na Fazenda e nas Lajes.



**Figura 71 – Representação das principais culturas de Primavera/Verão na Fajãzinha.**

No caso concreto das zonas mais baixas como o são a Fajãzinha e Fajã Grande encontramos a existência de solos da classe III, que apresentam limitações mais severas que os solos da classe II, podendo o seu declive ir até ao limite de 20%, exigindo portanto práticas de conservação mais difíceis de aplicar e de manter, restringindo-se tanto as culturas possíveis como as suas técnicas de exploração. A sua representatividade nas Flores limita-se aos 1,49% dos solos da ilha (cerca de 680 ha).

Nestas localidades encontramos na altura da Primavera/Verão a produção da cultura do milho forrageiro, das pastagens espontâneas e igualmente de culturas hortícolas como a batata, batata-doce, inhame, em áreas com alguma expressividade para além de outras culturas hortícolas (alface, cebola, cenoura, entre outras na proximidade das casas de habitação).



**Figura 72 – Culturas predominantes nas Lajes das Flores e Fajã Grande (subzona A1) na altura da Primavera/Verão**

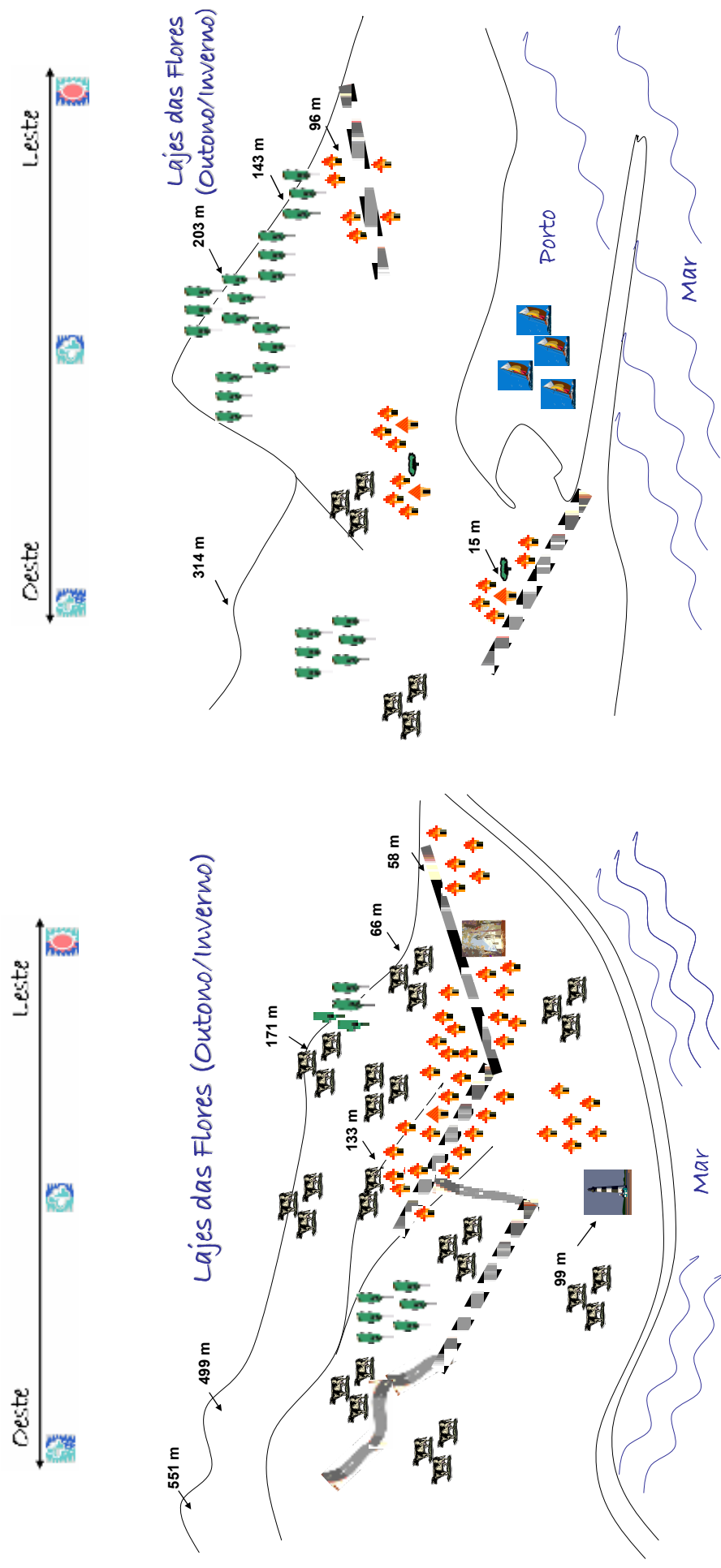


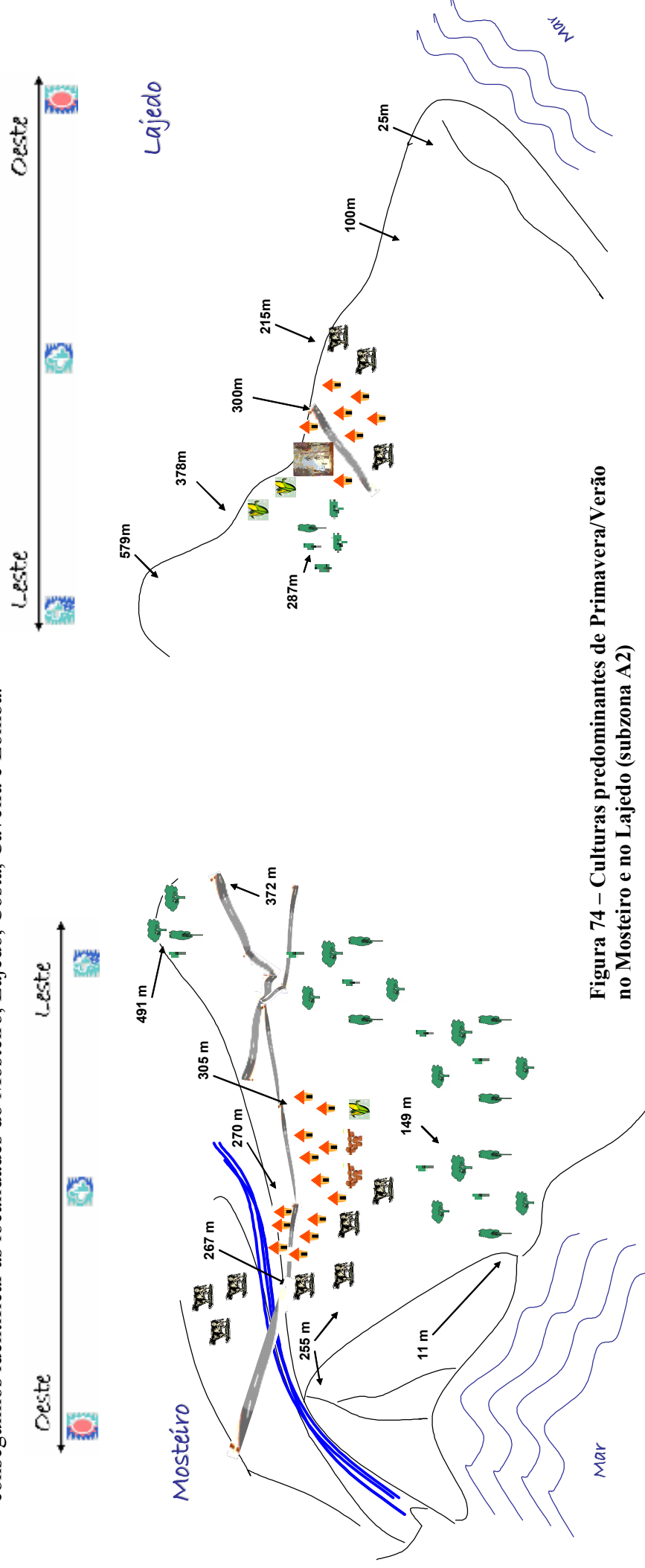
Figura 73 – Culturas predominantes no Outono/Inverno nas Lajes das Flores (subzona A1)

Quando chegamos ao período do Outono/Inverno, a paisagem fica mais completa com a presença do gado bovino, essencialmente de corte, e algum ovino e caprino que desce das pastagens de alta altitude (superior a 400 m) para as de média e baixa altitude.



Igualmente nesta subzona encontramos o amplo vale das Lajes no qual as pastagens são a tónica dominante. Em toda a sua extensão encontramos os pastos distribuídos ao longo das encostas do vale. Não há registo de outra cultura na paisagem actual ao contrário de um passado relativamente recente no qual o milho para consumo humano predominava e mais remotamente ainda o trigo.

Subzona A2 – inclui as áreas da zona A entre os 200 metros e os 400 m. É a zona onde predominam as pastagens de média altitude e onde pastam os animais no Outono/Inverno, apresentando igualmente áreas ocupadas por culturas de Primavera/Verão (até aos 300m). Nela conseguimos identificar as localidades do Mosteiro, Lajedo, Costa, Caveira e Lomba.



**Figura 74 – Culturas predominantes de Primavera/Verão no Mosteiro e no Lajedo (subzona A2)**

Aqui, encontramos 3 tipos de associações de solos distintos. Uma relativa à associação das classes III e V, localizados na freguesia do Mosteiro, associação das classes V e VI próximo à freguesia do Lajedo e uma associação entre os solos das classes IV e VI na localidade da Costa do Lajedo. Para além destas associações de solos registamos ainda a existência da classe V em duas zonas próximas da povoação do Lajedo.

A classe IV corresponde à última das classes cultiváveis e apresenta acentuadas limitações, que restringem a diversidade de culturas possíveis e as suas técnicas de manejo que tendem a ser muito específicas.

A espessura efectiva destes solos tende a ser reduzida e/ou com textura grosseira, em parcelas de muito pequenas dimensões, por vezes aterçadas. Ocorre associada a afloramentos rochosos, em zonas de derrames lávicos e escoriáceos pouco evoluídos, os quais foram sujeitos a trabalhos intensos de despedrega feita ao longo dos tempos. Apesar destas limitações não deixa de ser uma classe de importante significado onde a escassez de solos aráveis é notória nomeadamente na ilha das Flores.

Nesta subzona, a cultura predominante é a pastagem, em algumas áreas encontramos algum milho forrageiro e batata para consumo doméstico. Outras hortícolas são igualmente produzidas em pequena escala para fazer face ao afluxo meramente quinzenal deste tipo de produtos oriundos do exterior aquando da chegada do barco.

Esta subzona é também brindada pela presença dos animais (sobretudo gado bovino) aquando da época do Outono/Inverno.

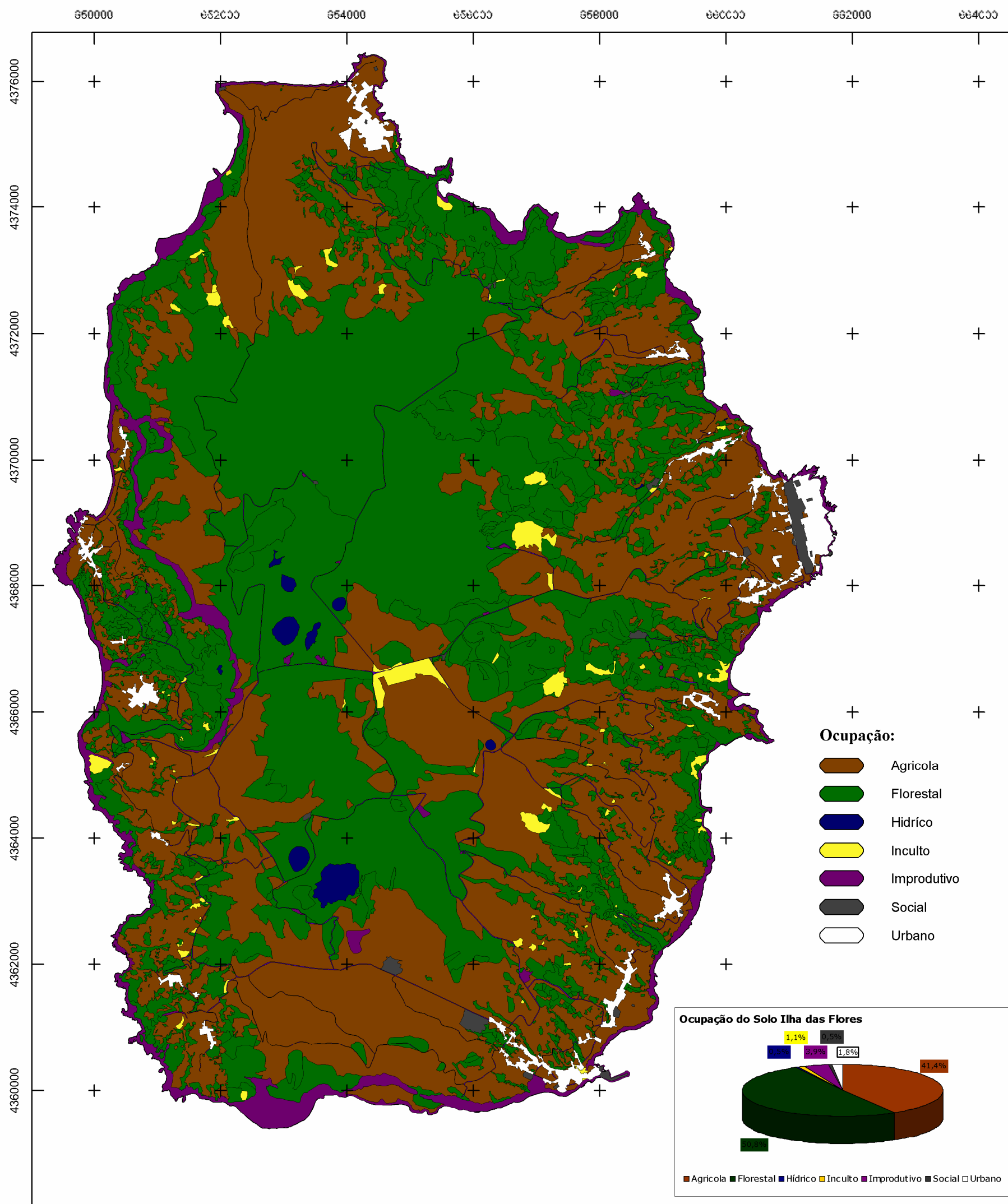
Subzona A3 – inclui as áreas da zona A acima dos 400 metros. É a zona dos pastos de alta altitude ou de Primavera/Verão.

Nesta subzona encontramos a maioria do efectivo bovino na altura da Primavera/Verão, sobretudo pelas condições mais confortáveis a nível térmico para tais animais.

Nesta zona A encontram-se situadas algumas das principais infra-estruturas económicas e sociais da ilha das Flores.

Zona B – Zona acima dos 500 m onde predomina a ocupação florestal e a área de pastagem pertencente ao Serviço Florestal (baldios).

Subzona B1 – inclui as áreas da zona B que vão desde os 500 a 650 m dedicadas ao baldio (pastagem pertencente aos Serviços Florestais).



Com uma área de 498,10 ha (SFFC, 2007), o baldio florentino encontra-se distribuído entre os agricultores de cada freguesia, preferencialmente satisfazendo a ordem que se segue (Jornal Oficial, 1989):

- a) Os agricultores em exclusividade, de menores recursos económicos;
- b) Os agricultores em exclusividade, que não beneficiem da utilização de terrenos submetidos ao regime florestal;
- c) Os jovens agricultores, considerando a definição constante do artigo 2º do Decreto-lei nº 79/A/87, de 18 de Fevereiro.

Efectuada a selecção, nos termos dos números anteriores, a administração florestal elabora, para cada freguesia, uma lista dos utentes, da qual constará o número de cabeças de gado que será recebida por cada um e que é publicada, em edital, nas sedes das juntas das freguesias onde residam os utentes, até ao dia anterior à data de entrega do gado (Jornal Oficial, 1989).

Nesta subzona as classes de solos dominantes variam consoante o concelho, assim, no Concelho de Lajes das Flores encontramos um equilíbrio das classes VI e VII enquanto no Concelho de Santa Cruz das Flores a classe predominante é a VI acompanhada da associação de solos das classes VI e VII.

Esta última classe é caracterizada por solos em que a severidade das limitações impede ou desaconselha qualquer tipo de uso agrícola, pelo que se devem destinar apenas a reserva natural com a possibilidade de exploração florestal extensiva, em certos casos.

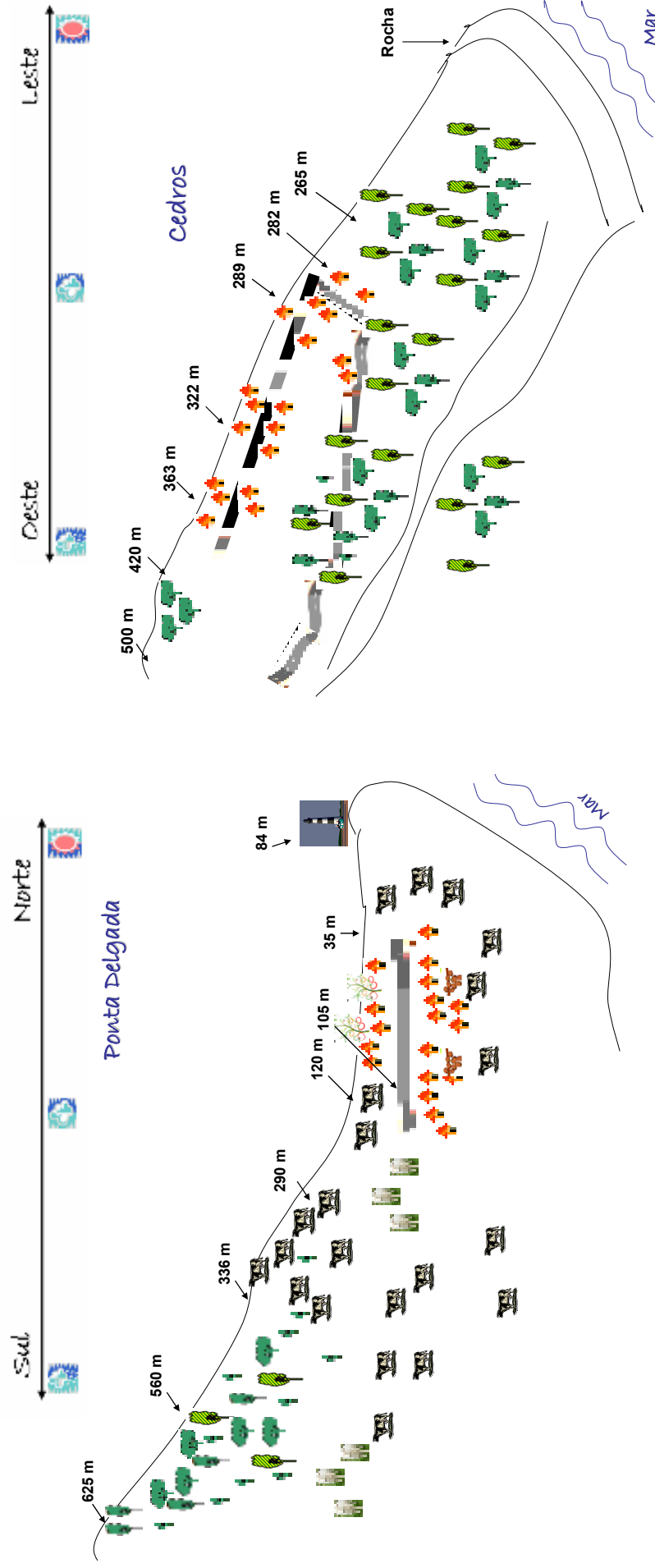
Subzona B2 – inclui as áreas da zona B acima dos 650 m onde a prática de actividades agrícolas é impedida pelo declive do terreno vigorando essencialmente a flora florestal.

Como não será de estranhar a classe de solos predominante nesta subzona é a classe VII e a associação de solos VI e VII.

Zona C – zona abaixo dos 550 metros voltada a Norte.

Subzona C1 - inclui as áreas da zona C abaixo dos 550 m onde a pecuária toma tónica dominante quer nos períodos de Primavera/Verão quer nos períodos de Outono/Inverno. Inclui a área de Ponta Delgada e Cedros.

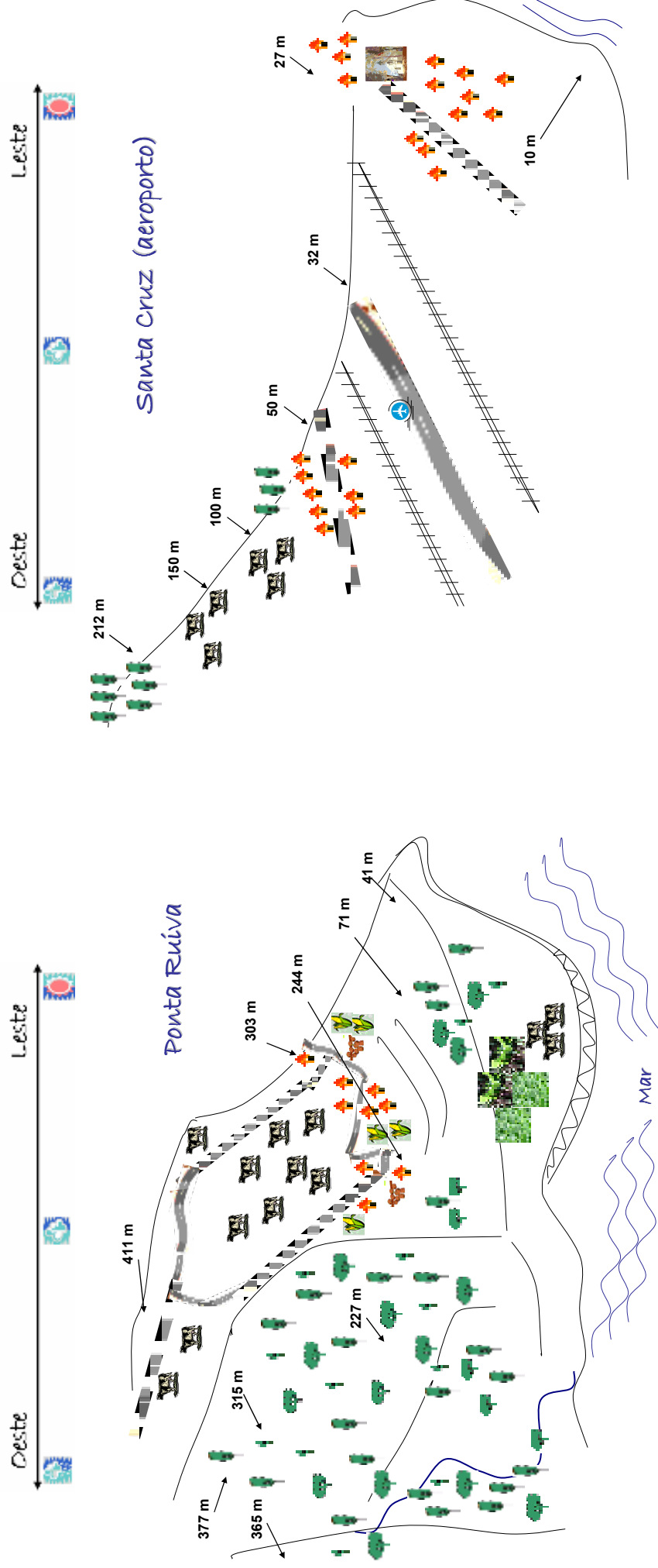
As culturas hortícolas (batata-doce, fava, entre outras) tomam um valor residual, sendo representadas por pequenas áreas à volta das habitações (estas povoações encontram-se respectivamente acerca de 100 e 300 m) apenas com a finalidade para o auto consumo. Existem igualmente algumas fruteiras em número reduzido e na proximidade das casas (Ponta Delgada).



**Figura 76 – Culturas predominantes no Outono/Inverno em Ponta Delgada e Cedros (Zona C).**

A classe de solos predominante nesta subzona é a V havendo igualmente algumas áreas com associações de solos das classes V e VI.

Subzona C2 - inclui as áreas da zona C abaixo dos 400 m onde vigoram as pastagens de Outono/Inverno alternadas com as culturas de Primavera/Verão. Encontramos nesta Santa Cruz das Flores, Ponta Ruiva e Fazenda de Santa Cruz.



**Figura 77 – Culturas predominantes no Outono/Inverno na Ponta Ruiva e Santa Cruz das Flores (Zona C).**

As classes de solo predominantes nesta subzona são a III em Ponta Ruiva conjuntamente com a associação de solos classes VI e VII. Em Santa Cruz das Flores, encontramos a associação de solos das classes III e IV.

As culturas que vigoram com alguma expressividade além da pecuária são o milho forrageiro, a batata-doce, inhames e algumas bananeiras (fajã da Ponta Ruiva, fajã do Conde). A batata assim como outras culturas hortícolas também aparecem representadas na paisagem desta subzona.

Desta feita, e tendo como base o atrás exposto podemos mencionar ainda a existência de duas zonas dentro das zonas baixas quer viradas a Sul quer viradas a Norte, uma zona de encosta e outra de vale. Os animais estão na primeira no Outono/Inverno e na segunda na Primavera/Verão.

Relativamente aos factores climáticos é o vento, aquele que mais dificulta o aproveitamento dos terrenos agrícolas e segundo a fonte DGSFA (1962), os terrenos do Perímetro Florestal das Flores, pela sua intensa acção niveladora.

O exame dos elementos sobre ventos, se torna muito difícil pela sua inconstância desconcertante.

Em Santa Cruz o vento W tem pequena representação por causa do abrigo que a ilha oferece à Estação Meteorológica, situada na costa leste (DGSFA, 1962).

As conclusões tiradas por esta fonte em 1962 com base em dados colhidos entre 1947/54 e 1958/59 continuam perfeitamente replicáveis com base em dados meteorológicos actuais<sup>11</sup> e são elas:

1º - Os ventos distribuem-se ao longo do ano de maneira muito variável quanto à direcção e principalmente quanto à velocidade, muito alteradas por condições orográfica e obstáculos junto dos anemómetros. Podemos porém dizer que os do Norte, Noroeste e Oeste predominam durante a Primavera e Verão, e os do Sul, Sudoeste e Oeste durante o Outono e Inverno.

2º - Os meses de maior acalmia são Junho, Julho e Agosto.

3º - Os meses mais ventosos são Fevereiro, Março, Novembro e Dezembro.

4º - O período de ventos mais violentos é Novembro/Março, com máximo em Janeiro.

5º - O vento mais frequente é o rumo Sul.

6º - Os ventos mais violentos são os de SE e NW, com rajadas muitas vezes ciclónicas.

---

<sup>11</sup> Além dos dados acima mencionados, baseamo-nos numa amostra de 30 anos (entre 1951-1980) recolhida pelo Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG, 1991), e por dados mais recentes disponíveis on-line pelo site do CLIMAAT.

7º - A percentagem de ventos de E é mínima.

8º - Os ventos depressionários do SW, provenientes do Atlântico ocidental, fustigam a ilha do fim do Verão até ao fim da Primavera.

Quanto à queda pluviométrica, a ilha das Flores atinge os valores mais elevados de todo o Arquipélago, sendo inclusivamente os seus valores duplos dos de Santa Maria.

Enquanto que o Instituto de Meteorologia na ilha das Flores apenas possui anemómetros em Santa Cruz, possui, no entanto, postos udométricos localizados nas Lajes, Fajã Grande, Ponta Delgada e Santa Cruz das Flores, o que lhe garante uma mostra mais representativa da realidade da ilha.

A fonte DGSFA no seu trabalho realizado em 1962 e baseado em dados recolhidos nos anos de 1947/54 e 1958/59 fez algumas observações, que abaixo são indicadas, sobre a pluviometria registada nas Flores e que continuam ainda hoje (com base em dados mais recentes) igualmente verificáveis:

1º - Os valores anuais da quantidade e do número de dias da precipitação são muito elevados.

2º - A chuva distribui-se ao longo de todo o ano com o máximo em Fevereiro e o mínimo em Julho:

- Trimestre mais chuvoso: Janeiro/Março

- Trimestre mais seco: Julho/Setembro.

3º - Durante o estio a quantidade de chuva é de modo a dispensar a rega, mesmo no litoral.

4º - São frequentes os aguaceiros intensos. Não é pouco frequente para zonas de maior altitude haver registos de valores superiores a 80 mm num único dia.

Como remate a este tópico da zonagem podemos mencionar a predominância da produção de gado bovino em regime extensivo em toda a ilha, havendo a existência de menos de 2% de produtores que se dedicam exclusivamente ao sector do leite, 16% que se dedicam à carne e ao leite e por fim 78% que se dedicam apenas à carne. Todos em regime extensivo.

Estes produtores de leite encontram-se 2 na freguesia da Fazenda (Concelho das Lajes), sendo estes os de maior dimensão, e 1 na freguesia de Santa Cruz (Concelho de Santa Cruz).

Embora o maior número de explorações mistas (2% mais representativas no Concelho das Lajes face às localizadas no Concelho de Santa Cruz) se encontre localizado na zona A é



na zona C que encontramos a explorações de maior dimensão, nomeadamente nas freguesias de Ponta Delgada e Santa Cruz.

Estas duas freguesias são igualmente detentoras do maior número de bovinicultores de carne (igualmente 2% mais representativo relativamente ao Concelho das Lajes), assim como, os de maiores dimensões.

Outras espécies animais apresentam uma certa representatividade na pecuária florentina, sobretudo nas freguesias das Lajes e Santa Cruz. A freguesia do Lajedo é muito particular pois no universo do total dos seus agricultores cerca de 40% possui ovelhas e 30%, cabras.

Outra actividade existente, sobretudo na zona A é a apicultura a qual atinge o seu expoente máximo na freguesia do Lajedo onde podemos encontrar cerca de 88% dos apicultores existentes em toda a ilha.

As explorações meramente suinícolas são apenas 4 e encontram-se três na Zona A e uma na zona C.

Com base nas Leituras da Paisagem e numa primeira abordagem à zonagem florentina vemo-nos impelidos a observar, tendo em conta o modelo IMI que é intertemporal, analisar as nossas 3 fases históricas previamente identificadas no ponto 2.2.3.1, de forma paulatina e atenta para tentarmos entender como evoluíram os recursos naturais na ilha das Flores ao longo do findo século XX.

### **1ª Fase: Ditadura Salazarista**

A agricultura desenvolvida na altura da ditadura era pautada pela produção de produtos alimentares diversos e que eram frequentes na alimentação dos florentinos de então. Encontravam-se localizados e produzidos desde o nível do mar até aos 300 e/ou 400 metros consoante a necessidade alimentar da sua população (figura 78). Trigueiro (1996) refere que com uma população de aproximadamente 7500 pessoas, todos os espaços de cultivo, incluindo as encostas junto ao mar (figura 79), eram aproveitados para a agricultura, existindo pastagens apenas nas zonas altas e no interior da ilha.



**Figura 78 – Fazenda (Concelho das Lajes das Flores) no ano de 1950 onde se pode observar o cultivo do milho desde as cotas mais baixas até à altitude de 300-400 metros.**

Fonte: Foto Jovial, 1950.

Julga-se que nessa época cerca de 90% dos açorianos viviam da agropecuária. Havia desta forma uma “auto-suficiência” da produção açoriana que, praticamente, permitia que os navios que nos Açores aportavam conseguissem transportar, para além dos passageiros e da correspondência, as mercadorias e os materiais de construção que as diversas ilhas consumiam como complemento da sua própria produção (Trigueiro, 2003).



**Figura 79 – Antigo porto das Lajes das Flores no ano de 1950 onde se pode observar o cultivo do milho junto ao mar.**

Fonte: Foto Jovial, 1950.

O gado que predominava nesta altura era de raça holandesa, mais ou menos pura, dentro da qual eram considerados mestiços vários: Jersey, Normanda e Schwitz. Eram animais de pequeno porte especialmente aptos para a produção leiteira com médias anuais de 2 300 kg (DGSFA, 1962). Estes animais de baixo rendimento produtivo se encontravam limitados a um reduzido número de efectivos localizados nos pontos de cotas mais altas (acima dos 400 metros).

As culturas produzidas variavam entre o trigo, cevada, centeio, milho, batata-doce, batata branca, feijão, inhame, couve, nabo, cebola, fava e outras culturas hortícolas bem como frutas utilizadas na alimentação dos florentinos.

O sector primário com carácter comercial era representado pelo sector pecuário, nomeadamente gado bovino para leite e carne. A sua alimentação era feita a base de pastagens naturais e complementada com incenso (*Pittosporum undulatum*), restos de milho entre outras culturas igualmente produzidas e não aproveitadas para alimentação humana.

Já não se produzia linho, pese embora, ainda existisse equipamento relativo à sua industrialização caseira feita no século XIX. Contudo, a produção de lã proveniente de gado ovino existente nos baldios ainda vigorava sendo aquela usada como matéria-prima para o fabrico de vestes e de cobertores que eram muito utilizados no uso doméstico. Na década de 50 do século XX houve a extinção forçada desse gado devido à chegada à ilha dos Serviços Florestais, aos quais foi feita a entrega dos referidos baldios em 1964 (Trigueiro, 2003).



**Figura 80 – Equipamento relativo à industrialização caseira do linho.**

Fonte: Museu da Ilha das Flores, 2008.

De acordo com este autor era nos baldios que o gado ovino era concentrado colectivamente mediante sinais cortados nas orelhas que cada criador registara em seu nome no respectivo Município, sendo recolhido duas vezes por ano pelos jovens e cães nos currais então existentes em cada freguesia ou localidade. Essas recolhas procediam-se uma vez no mês de Abril ou de Maio para a marcação dos sinais nas orelhas das crias de cada ovelha e outra durante o mês de Agosto para a efectivação da tosquia, conhecida na ilha como o “*dia do fio*”.



**Figura 81 – Sequência de operações efectuadas no “dia do fio”.**

Fonte: Museu da Ilha das Flores. Ilha das Flores, 2008.

Segundo Trigueiro (1996), nesta fase vivia-se sobretudo da produção agro-pecuária, com a venda de manteiga e de bovinos para o mercado continental, por vezes interrompida por dificuldades dos transportes marítimos na sequência da II Guerra Mundial. Não havia outros recursos significativos para se ganhar dinheiro, uma vez que não existiam obras em construção nem outros trabalhos que possibilitassem a ocupação da elevada população então existente, já por si excedente na agro-pecuária da ilha.

Como actividades secundárias o mesmo autor refere a pesca, bem como, a caça ao cachalote, que serviam de suplemento das restantes actividades que os florentinos tinham.

Designadamente a caça ao cachalote, que passou por fases em que o seu valor económico chegou a ser muito importante para as famílias nela envolvidas (Trigueiro, 1996).

Para Trigueiro (1996): a “ *imagem da Mãe-Pátria era má, porque do Continente nada de bom chegava às Flores. Para lá iam os pesados impostos, as “décimas”, que todos os anos, íamos levar às Finanças, para os quais logo no começo do ano se tinha de começar a reservar dinheiro nos cantos das caixas ou dos baús vindos dos EUA.*” (...) “*Mas do Continente vinham também alguns indesejáveis calotes, resultantes do não pagamento do gado ou da manteiga que os florentinos haviam para lá enviado*”.

Na sequência da instabilidade política iniciada em 1939, aquando da crise económica provocada pela II Grande Guerra, ocorreram grandes privações e necessidade de recurso a actividades primitivas de difícil execução em virtude de terem faltado na ilha muitos dos bens essenciais para a vida. À sua auto-suficiência, em muitas actividades produtivas na altura lá efectuadas, valeu a sua sobrevivência (Trigueiro, 1996).

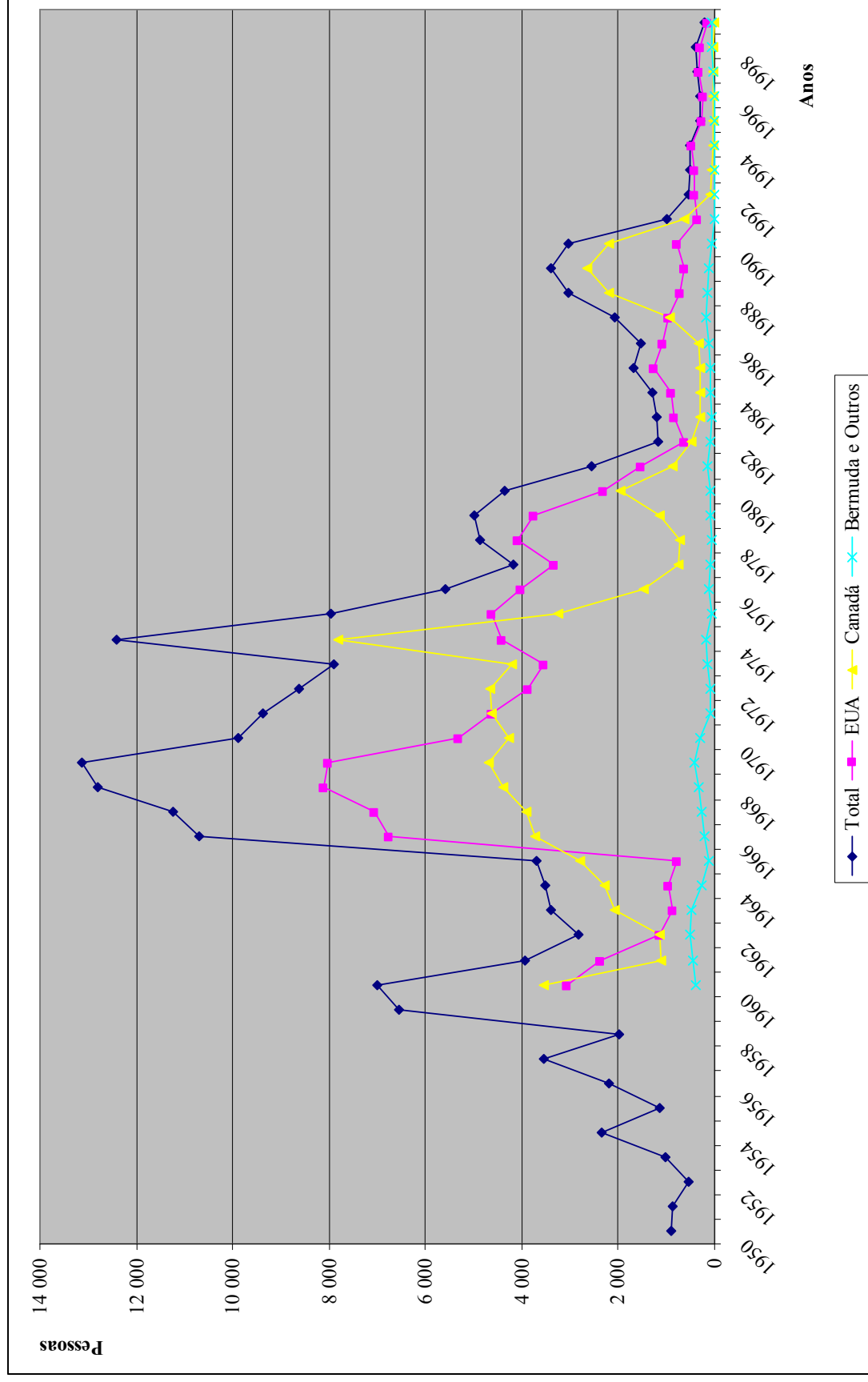
É a partir de 1950, com a abertura do Posto Agrícola, que se começa a ver a introdução de fortes melhorias na capacidade produtiva da agricultura local e com ela algumas mudanças na paisagem de então.

O milho continua vigorando na paisagem mas agora é o milho híbrido que começa a despontar. Conjuntamente começa a dar-se a entrada de material vegetal oriundo de diversos lados (desde as ilhas do Pico e do Corvo como América do Norte entre outros) e que começam a ser experimentados pela primeira vez, exemplo disso são os diversos tipos de batata e de algumas fruteiras que se começaram a cultivar.

## **2ª Fase: Pós 25 de Abril de 1974 e Conquista da Autonomia dos Açores**

Após a queda do Regime, sentiu-se uma grande mudança quer na estrutura social quer a nível dos recursos naturais locais. Com maior liberdade de movimentação, uma parte da população emigrou à procura de melhores condições de vida noutros locais. As pessoas tinham perdido a esperança de dias melhores na ilha das Flores e preferiam partir. É sobretudo entre a década de 70 e de 80 que se dá a grande força de emigração desta fase. O destino preferencial era a América do Norte (EUA e Canadá) (Figura 82).





**Figura 82 – Emigração registada na Região Autónoma dos Açores entre os anos de 1950 e 1998.**

Fonte: Baseado em dados do SREA, Vários Anos.

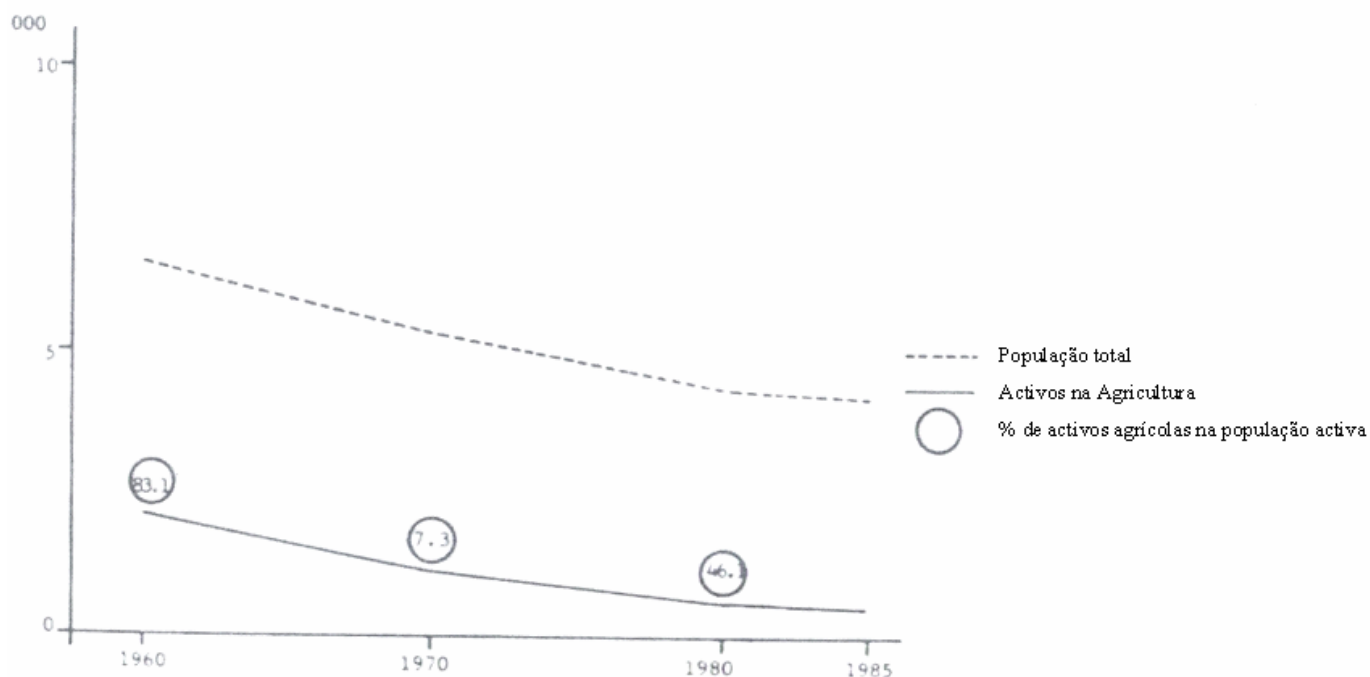
A partir de 1960 a perda da população nas Flores foi mais forte que no conjunto dos Açores: -18,3% até 1970 (-11,7% na Região) e -19,1% até 1981 (-15,8% na Região) (DREPA, 1988).

Tanto na década de 60 como entre os anos de 1983 a 1986, a emigração foi relativamente baixa; mesmo na década de 70 não atingiu a taxa média da Região (DREPA, 1988).

Os fluxos médios anuais da emigração, com referência à população do recenseamento de 1987, corresponderam a 10,7% (1960-70), 21% (1971-80) e 4% (1981-86) (DREPA, 1988).

Com ela registou-se uma queda considerável no trabalho das terras e produção agrícola na ilha. Entrevistas exploratórias com as pessoas mais antigas referem que teria havido uma redução para aproximadamente  $\frac{1}{4}$  da produção de culturas alimentares depois da queda do Regime.

Segundo DREPA (1988) no período de 1981-85 metade dos emigrantes com profissão eram agricultores.



**Figura 83 – Activos Agrícolas na População Total e Activa.**

Fonte: DREPA, 1988.

Gonçalves em 1977 relata-nos que: «Esta ilha, que na antiguidade teve o dobro da população que hoje possui, cultivava o suficiente para o consumo da sua população e ainda exportava, principalmente, milho, em grandes quantidades e não importava farinha, a não

*ser nos anos de fortes ou de excessiva humidade; actualmente importa milho, farinha, batatas, feijão, ervilhas, cebolas, alhos, frutas, repolhos e sementes de toda a espécie, isto, devido à total relutância aos trabalhos agrícolas.»*

Embora com menor peso relativo, o sector primário continua a ser dominante no recenseamento de 1988.

**Quadro 36 – Representatividade dos Diversos Sectores da Economia nas Flores (%)**

	1970	1981	REGIÃO/81
<b>Primário</b>	61,0	49,4	31,4
<b>Secundário</b>	8,0	12,5	25,3
<b>Terciário</b>	31,0	38,1	43,3

Fonte: DREPA, 1988.

Como o gráfico anterior demonstra, a diminuição do número dos activos agrícolas tem sido contínua, passando de 2009 em 1960 para 1105 em 1980 e para 666 em 1981. Estes números correspondem a 83,1%, 57,3% e 46,1% da população activa com profissão (na Região: 56,2, 46,4 e 28,7%).

Gonçalves (1977) refere ainda que, *«Há alguns anos atrás, dizia-se haver falta de mão-de-obra na agricultura em virtude do trabalhador rural estar mal pago em relação aos restantes trabalhadores; hoje não nos parece ser esta a razão, porque, por vezes, pessoas necessitadas de trabalhadores para o amanhã das terras oferecendo-lhes, maior ganho do que o salário mínimo, não conseguiam adquirir-los.»*

Igualmente, GV (1975), comenta-nos que no domínio da pecuária muito ainda há que fazer, na selecção de raças, na melhoria de pastagens, forragens secas e rações para animais estabulados. Da mesma forma, a riqueza dos recursos naturais locais era exportada com prejuízo da pecuária regional. Caso concreto vem relatado com alguma sensação de impotência por GV no jornal “*As Flores*” de 2 de Agosto de 1975: *«Na década de 50 e mesmo em alguns anos de 60 notava-se que os navios tanques holandeses que vinham carregar óleo de cachalote nos Açores carregavam toda a farinha de cetáceos cujo preço então, oscilava pelos 3\$00 o kg, o que era muito caro para ser empregado como fertilizante, e usado como alimento para animais, em quantidades diminutas, dado o facto da industrialização de rações não existir no arquipélago, então. // Não era sem constrangimento meu que via os navios rumarem à Holanda com uma maior fonte de proteínas dos Açores, que tanta falta fazia aos animais do arquipélago, que iria reverter em proveito dos Holandeses.»*



Imediatamente antes da queda do Regime e ainda com Marcelo Caetano surgem alguns incentivos específicos à produção de gado, políticas que nos Açores acabam por ser potencializadoras desta opção produtiva, sobretudo pelas características ímpares que o meio oferece, levando as demais produções a regredirem. A área dedicada à pastagem aumentou significativamente. Exemplo destes incentivos é o caso do subsídio à vaca leiteira (Frísia obrigatoriamente) que tinha um apoio de 500 escudos (em 1973) no máximo até à queda do último dente de leite (como não havia forma de verificação da idade dos animais, esta era a maneira mais fácil e viável de controlá-la) (Andrade, 2007).

A produção de bens alimentares continuava a se verificar mas já com uma significativa redução da área a ela dedicada, tal devia-se não só aos incentivos à pecuária mas também à redução da população residente nesta ilha graças ao fluxo emigratório que se fez sentir após a queda do Regime. O gráfico anterior embora relativo a toda a RAA não deixa de confirmar as afirmações dos nossos entrevistados.

Estruturalmente, a ocupação do solo desta ilha sofreu grande alteração, que todavia, está associada à classificação dos baldios, que em 1977 era pastagem e em 1985 foram considerados matos e baldios, originando a alteração que se verifica no quadro abaixo (DREPA, 1988).

**Quadro 37 – Ocupação do Solo (Evolução – 1977/85)**

	1977	1985
SAU	67,6	32,0
Culturas Anuais	8,3	2,7
Culturas Permanentes	0,4	0,3
Pastagem	58,9	29,0
Floresta	1,6	2,6
Matos	36,8	65,4
<b>TOTAL</b>	100,0	100,0

Fonte: DREPA, 1988.

A ilha das Flores segundo DREPA (1988), era uma das ilhas mais dependentes do exterior em termos de produtos agrícolas. As suas produtividades eram regra geral mais baixas que a média do arquipélago conforme pode ser visualizado no quadro seguinte.

**Quadro 38 – Produções das principais culturas arvenses no triénio 1984/85/86**

	Área (ha)			Produção (toneladas)			Produtividade	Produtividade Regional
	1984	1985	1986	1984	1985	1986	Média	Média
<b>Batata</b>	69	66	52	621	727	549	10,2	14,0
<b>Batata-doce</b>	29	28	25	259	279	244	9,6	10,4
<b>Inhame</b>	26	26	16	128	135	63	4,7	7,7
<b>Fava</b>	29	16	9	27	22	11	1,2	2,0
<b>Feijão</b>	75	63	69	23	15	9	0,2	0,6
<b>Amendoim</b>	0	0	0	0	0	1	-	1,5
<b>Tremoço</b>	14	4	6	29	3	6	1,3	1,7
<b>Milho Grão</b>	209	212	178	971	531	492	3,3	3,3
<b>Trigo</b>	0	0	0	0	0	0	-	2,4

Fonte: DREPA, 1988.

Quanto ao Efectivo Pecuário, será interessante verificar que no total das explorações da ilha, 71,1% têm bovinos e estão na sua maioria vocacionadas para a produção leiteira (DREPA, 1988).

**Quadro 39 – Explorações de Bovinos - 1985**

	Explorações com bovinos	Total de bovinos	Explorações com vacas leiteiras	Vacas leiteiras
<b>Flores</b>	677	6 173	526	1 173
<b>Açores</b>	12 644	176 414	9 712	69 057

Fonte: DREPA, 1988.

O número médio de bovinos por exploração é de 9,1% cabeças/exploração e a dimensão das manadas leiteiras é de 2,2 animais (DREPA, 1988).

Esta última fonte refere ainda que a dimensão das manadas é bastante inferior à média regional. O encabeçamento é de 1,2 CN/ha de pastagem e forrageiras.

### **3ª Fase: Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

Hoje a população total é marcada por pouco mais de 4000 habitantes sendo contudo, a redução da área dedicada à produção de culturas alimentares actual devida sobretudo ao facto de anteriormente não haver fornecimento de alimentos vindos de fora com a mesma regularidade de agora e não apenas à redução da população total (quadro 40).

A área dedicada à cultura do milho foi substancialmente reduzida e como se pode observar nas figuras seguintes (Figuras 84 e 85), as áreas a ele dedicadas na 1ª Fase encontram-se agora, na sua maioria, reduzidas a pastagens.



**Figura 84 – Fazenda (Concelho das Lajes das Flores) no ano de 2008 onde se pode observar a redução das áreas dedicadas ao cultivo do milho e a predominância das mesmas agora dedicadas às pastagens.**



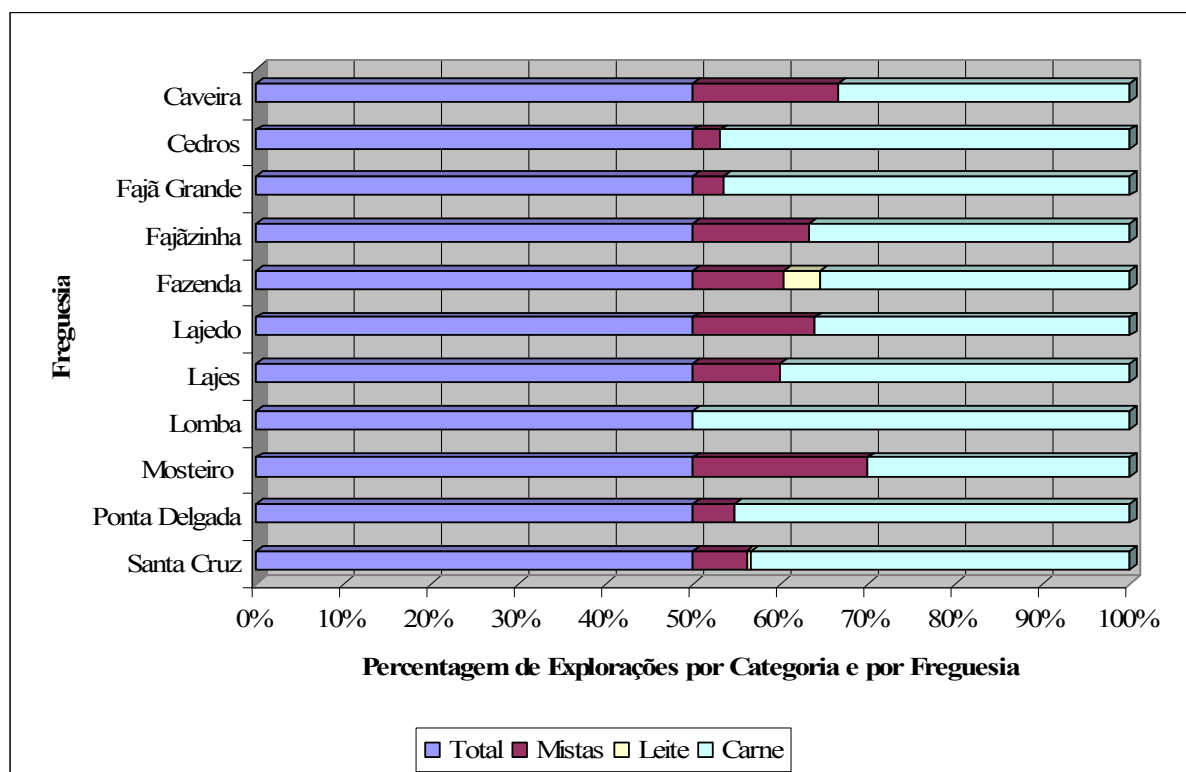
**Figura 85 – Actual Porto das Lajes das Flores no ano de 2008 onde se pode observar a inexistência do cultivo do milho junto ao mar.**

Observando o quadro 40 (resumo do quadro 19), podemos verificar que houve um decréscimo ao longo dos 10 anos decorridos entre 1994 e 2004 no que toca à área dos principais produtos agrícolas dos Açores na Ilha das Flores.

Enquanto a batata do tarde e o milho forragem apresentam descidas em 2004 de 20 e 21,76% respectivamente face a 1994, no caso da batata do cedo e do milho grão o decréscimo da área dedicada a estas culturas chega aos 70 e 75% respectivamente. Outras culturas como a batata-doce, cebola, fava, feijão e inhame, apesar de não virem discriminadas a partir de 1998 continuam sendo produzidas mas apenas para auto consumo o que provavelmente justifica a sua falta de registo no quadro 40.

Com a adesão à CEE os incentivos às Regiões Ultraperiféricas dá-se o favorecimento do desenvolvimento do gado bovino extensivo de carne e de leite, apoiando a renovação de pastagens, recurso a gado mais produtivo e construção (já em 1999) do matadouro da ilha das Flores. No caso concreto da ilha das Flores, dada a maior facilidade no processo produtivo, a aposta tem sido feita no sector carne.

Tal afirmação pode ser comprovada através da análise do gráfico seguinte, elaborado com base em dados cedidos pela União de Cooperativas da Ilha das Flores e relativo ao ano de 2008 (projectão).



**Figura 86 – Projectão da distribuição percentual das Explorações Pecuárias por Categoria existentes na Ilha das Flores para o ano de 2008 com base nas declarações de intenção dos agricultores para o ano em causa.**

Fonte: Gráfico elaborado com base em dados cedidos pela União de Cooperativas da Ilha das Flores, projecção 2008.

Conforme podemos observar, apenas duas freguesias possuem explorações unicamente produtoras de leite, na sua maioria produzem carne e leite e apenas uma das freguesias possui explorações unicamente produtoras de carne.

A maior representatividade da carne face ao leite deve-se sobretudo ao menor esforço que implica face aos benefícios que garantem.

Algumas das Políticas que ajudam a dinamizar o Sector Primário na Ilha das Flores (a par com o Arquipélago) são o PRODESA, PRORURAL, POSEIMA e POSEI. Estas políticas serão abordadas superficialmente no ponto Governo.

Dá-se o direccionamento das actividades desenvolvidas no Sector Primário, sobretudo no sentido da redução das actividades mais exigentes em recursos, tempo e mão-de-obra em troca dos apoios fornecidos pela Comunidade.

**Quadro 40 – Área (ha) dos principais produtos agrícolas dos Açores na Ilha das Flores por ano (período de 1994 a 2004).**

	1994	1995	1996(a)	1997(a)	1998(a)	1999(a)	2000(a)	2001(a)	2002(a)	2003(a)	2004(a)
FLORES											
<b>Total</b>	<b>212,5</b>	<b>194,2</b>	<b>180,9</b>	<b>179,4</b>	<b>132,5</b>	<b>97,4</b>	<b>82,3</b>	<b>74,9</b>	<b>68,9</b>	<b>61,9</b>	<b>58,8</b>
Amendoim	0,5	0,5	0,5	-	x	x	x	x	x	x	x
Batata do Cedo	34,2	26,0	23,4	23,5	23,5	17,6	17,6	15,8	14,5	10,2	10,2
Batata do Tarde	14,5	19,1	19,1	19,0	19,0	14,3	12,9	11,6	11,6	11,6	11,6
Batata-doce	18,5	17,3	16,2	16,4	x	x	x	x	x	x	x
Cebola	1,3	1,4	1,5	1,5	x	x	x	x	x	x	x
Fava	3,6	2,2	2,0	2,0	x	x	x	x	x	x	x
Feijão	4,8	4,3	3,9	3,9	x	x	x	x	x	x	x
Inhame	12,9	13,6	14,3	14,3	x	x	x	x	x	x	x
Milho-Grão	112,0	97,8	88,0	88,0	79,2	47,4	42,7	38,4	34,6	31,1	28,0
Milho Forragem	10,2	12,0	12,0	10,8	10,8	18,1	9,1	9,1	8,2	9,0	9,0

(a) Valores estimados.  
Fonte: SREA, 2006.



## **B – Tecnologia – sistemas de produção**

A tecnologia está claramente dependente dos factores produtivos, que numa primeira fase dependem quase em exclusivo dos recursos naturais. Esta dependência, designadamente o teste sobre a mudança tecnológica induzida essencialmente pela dotação de recursos representou o trabalho inicial e talvez mais divulgado de Hayami & Ruttan em 1971, a que se seguiu um segundo publicado em inglês em 1985 e em português em 1988 (Carvalho, 2004).

### **1ª Fase: Ditadura Salazarista**

A questão mencionada por Trigueiro (1996) relativa à auto-suficiência, em muitas actividades produtivas na altura efectuadas nas Flores, levou à sua sobrevivência na sequência da instabilidade política iniciada em 1939, aquando da crise económica provocada pela II Grande Guerra, altura em que ocorreram grandes privações e necessidade de recurso a actividades primitivas de difícil execução em virtude de terem faltado na ilha muitos dos bens essenciais para a vida.

Este autor menciona que um dos exemplos destas actividades era o fabrico de tecidos para cobertores, casacos, cuecas, calças, saiotes e camisas nos teares e camisolas, casacos, peúgas, meias saias e vestidos nas agulhas de mão.



**Figura 87 – Tear florentino do final do século XIX e início do século XX. Museu das Flores, 2008.**

O Sector de Lacticínios existe desde os finais do século XIX, altura em que a produção de manteiga era escassa e inteiramente artesanal. No século XX, dá-se em poucos anos a multiplicação, um pouco por toda a ilha, dos postos de desnatação e das fábricas de manteiga, conduzindo o preço do leite, que entretanto subira, à instalação de pastagens em terrenos até então em cultivo e ao aumento considerável do efectivo leiteiro (Gomes, 2003).

As alfaías utilizadas na produção agrícola correspondiam aos arados e grades de madeira e ferro puxados pelo gado bovino e/ou cavalar, quer para a plantação de batata branca e doce, inhame, feijão, ... quer para as culturas de Outono (culturas alimentares) para o gado. Os transportes agrícolas eram feitos ou às costas dos florentinos ou nos cavalos ou carros de bois por péssimas canadas ou caminhos de calçada de pedra tosca ou terra batida (Trigueiro, 1996).



**Figura 88 – Arado de Ferro utilizado na Ilha das Flores, no final do século XIX e princípio do século XX. Museu das Flores, 2008.**

Trigueiro (2003) menciona que, para além dos produtos alimentares produzidos, na altura da II Grande Guerra e que tiveram de sofrer uma acentuada intensificação, houve que recorrer às produções caseiras de bens, tais como o sabão, a pólvora, o café de favas, o óleo de peixe para iluminação, as tintas para roupas e de muitos outros artigos indispensáveis à vida das populações, com vista a se minimizarem os efeitos da falta daqueles bens.



Com a entrada em funcionamento em 1950 do Posto Agrícola começa a dar-se a introdução de fortes melhorias na capacidade produtiva da agricultura local. O primeiro técnico a gerir o posto, Simas de Azevedo, oriundo do Pico era um homem virado para ciência que recorria às técnicas existentes no seu tempo, como por exemplo a enxertia, muito utilizada no Pico nas inúmeras fruteiras lá existentes. Igualmente eram de lá enviadas plantas, além de outro material vegetal proveniente de outros locais como era o caso das sementes que vinham da América dada a dificuldade de transporte das plantas propriamente ditas, isto a partir da II Guerra Mundial. Após esta fase vem a Junta Geral a qual era dirigida pelo Governador das Flores. Também do Corvo chegava material vegetal e animal para a agricultura florentina, desde a batata produzida naquela ilha, assim como, de feijão branco, ovelhas (chegava a haver duas a três ovelhas por habitante na ilha do Corvo) e burros corvinos (Vieira, 2008).

Esta última fonte acrescenta que se dá igualmente a entrada de milhos híbridos, batata roxa (muito resistente ao míldio) semeada cedo, de pele roxa e pomo branco, algo comprida. Outras batatas também eram enviadas para as Flores, batata *Ranconse* e *Rancante* mas que tinham que ser sulfatadas em determinadas zonas, por serem sensíveis aos nevoeiros (ficavam queimadas).

Quanto à produção animal o posto agrícola começou a ter um cavalo, touros da raça *Simmental*, animais *Frisien Holdstein*, *Jersey*, *Limousine* (esta suporta muito bem a altitude e produz leite com alto teor de gordura) (Vieira, 2008).

Começam a ser utilizados dois adubos naturais: o guano proveniente dos excrementos dos guanos (México), trazido pela CUF (Companhia União Fabril) em sacos de serapilheira de 50 kg (o qual encontrava-se amontoado em rochas no seu local de origem), e o nitrato do Chile oriundo do Chile, azoto (nitrato de sódio) em sacos de serapilheira de 100 kg (Vieira, 2008).

Nesta primeira fase, podemos ainda registar a época de ouro do Sargaço, algas vermelhas, produtoras de ágar-ágar. As algas têm a propriedade de captar todos os minerais (cerca de 32) existentes no mar (menos o cloreto de sódio), incluindo o chumbo, o ouro e a prata. São ricas fontes de proteínas e vitaminas (são ricas em oligoelementos). Eram aplicadas como fertilizante nas terras. A carne da baleia, rica em proteína e em fósforo, também era utilizada como fertilizante natural após a sua compostagem com as infestantes arrancadas do solo. A farinha dos ossos e de carne eram feitas a partir respectivamente dos ossos e da carne da baleia (separavam os ossos, o toucinho e a carne) que eram cortados, cozidos em auto clave e depois iam a estufas para secar dando posteriormente origem a

farinha com teores de proteína a 80-90% que eram incorporadas na alimentação dos animais (porcos, bezerras) (Vieira, 1979; Vieira, 2008).



**Figuras 89 e 90 – Auto clave. SIBIL – Óleos e Farinhas, Ilha do Pico, 2008.**

Ainda em relação à tecnologia, será importante verificar, para além da desenvolvida para os sectores primário e secundário, o *status quo* da vida na Ilha das Flores neste longo período da ditadura. Desta forma e recorrendo a Trigueiro (1996): “*Em 1950, o atraso nas Flores ainda era tão grande que não existia em qualquer habitação um quarto de banho digno desse nome, salvo no departamento da Rádio Naval das Flores, ainda instalado provisoriamente no edifício do Farol*”.

Durante a década de 1930 apenas existia ligação telefónica entre as duas vilas da ilha, fruto da instalação em 1925 de uma linha entre as Estações dos CTT desses concelhos (O Florentino, 1925). A primeira rede telefónica com acesso às freguesias rurais foi instalada em 1951, prevendo-se que viesse a ficar concluída apenas no ano seguinte (As Flores, 1951).

A correspondência entre as diversas localidades onde existia um representante dos CTT (geralmente com a actividade de comerciante), assim como, entre os dois concelhos era feita por pessoas designadas “maleiros” as quais se deslocavam por terra, quer fizesse vento, chuva ou sol especificamente para esse efeito às segundas, quartas e sextas. Estes “maleiros” eram aguardados com grande expectativa nas diversas localidades, onde as pessoas se juntavam em grande quantidade, sobretudo nas suas passagens a seguir à escala de navios pela ilha. Recebiam-se notícias ou avisos de “encomendas”, geralmente constituídas por

remessas de roupas provenientes de familiares residentes nos EUA, estas (roupas) constituíam então as principais vestimentas dos florentinos (Trigueiro, 1996).

A electricidade, que só existia na vila das Lajes e que havia sido instalada em 1938 graças ao Presidente da Câmara Municipal (o médico do Continente Dr. António Faria) a partir de um motor a gasóleo, funcionava apenas do anoitecer até às 23 horas, teve de ser suspensa na ocasião da II Grande Guerra devido à falta de combustível (As Flores, 1938). Após a crise económica provocada pela II Guerra Mundial, voltou a funcionar do anoitecer até às 23 ou 24 horas, horário que se manteve até 1967, altura em que veio a ser inaugurada a actual Central Hidroelétrica. Em Santa Cruz das Flores, apenas em 1948 se viria a instalar electricidade e a iluminação das principais ruas da vila (As Flores, 1949).

Não existia água canalizada para consumo privado, mas apenas fontanários públicos de interesse colectivo, por vezes muito distanciados das respectivas moradias. Alguns destes já construídos no Século XIX. Apenas em 1950 tal situação foi paulatinamente alterada apesar da abundância de água na ilha (Trigueiro, 1996).

Salvo algumas raras excepções, levadas a efeito pelos Municípios florentinos e pelo Estado através dos Serviços de Obras Públicas das Flores, praticamente nenhuma estrada havia sido construída no século XX na ilha das Flores até 1946 (Trigueiro, 2003).

As diversas localidades da ilha encontravam-se assim isoladas uma das outras, porquanto não existiam estradas (apenas caminhos rústicos) ou canadas que as servissem, embora em certos casos nem fosse possível o acesso em carros de bois. Funcionavam então as ligações marítimas para as localidades que se encontravam servidas por portos minimamente operacionais, nomeadamente os das Lajes, Santa Cruz, Fajã Grande, Ponta Delgada, Lomba, Cedros e Lajedo. Sempre que as condições do mar o permitiam, não obstante os riscos de acidentes graves que então ocorriam, por esses portos circulavam passageiros e mercadorias na maioria das vezes em embarcações de remos ou à vela, embora já fossem surgindo nesse tempo algumas lanchas a motor (Trigueiro, 1996).



**Figura 91 – Ponte florentina, Lajes das Flores.**  
Fonte: Bragaglia, 1997.

Os caminhos, canadas, pontes (em madeira), fontanários e demais empreendimentos que serviam aos florentinos haviam sido ou estavam a ser construídos pelos próprios, quer no cumprimento de “faxinas”, quer voluntariamente como obras necessárias ou mesmo indispensáveis para as suas vidas. As “faxinas” dadas em trabalho seriam substituídas durante a década de 1950 por um pagamento feito em dinheiro às respectivas Câmaras Municipais, provocando então um descontentamento generalizado dos florentinos. Mas com isso não se deixou de trabalhar voluntariamente na melhoria dos caminhos rurais do dia-a-dia (Trigueiro, 1996).

## **2ª Fase: Pós 25 de Abril de 1974 e Conquista da Autonomia dos Açores**

Nesta altura com o progresso do Posto Agrícola que mudou de nome, depois de ser integrado, em 1976, na Secretaria Regional de Agricultura e Pescas para Serviço de Desenvolvimento Agrário de Flores e Corvo, os benefícios dos seus serviços, ainda hoje existentes, foram de grande utilidade para a ilha e iam desde os empregos criados e a criar, aos diversos apoios aos lavradores e agricultores florentinos, uns gratuitos e outros remunerados (alguns a preços simbólicos), destacando-se, entre outros, os seguintes (Trigueiro, 1996):

- Campos de ensaios ou de demonstração de diversos tipos de culturas instalados em várias freguesias da ilha, nomeadamente de milho, batata, luzerna e pastagem;
- Animais de cobertura com raças qualificadas, de bovinos, suínos e cavalares e mais tarde a inseminação artificial;
- Venda de plantio, sementes e adubos de diversa ordem para fornecimento aos lavradores, nomeadamente de fruteiras, batata, milho, fosfatos, pesticidas e outros produtos para tratamento e protecção de plantas e animais;
- Serviço de tratamento e podas de fruteiras e de plantações de batatas;
- Tratamento veterinário de animais dos lavradores.

O seu papel (SDAFC) foi ainda mais importante quanto ao facto de verificarmos referências, de GV (1975) registadas no jornal *As Flores* de 02 de Agosto desse ano, que mencionavam que muito havia a fazer na pecuária das Flores, sobretudo no que toca à selecção de raças, na melhoria de pastagens, forragens secas e rações para animais estabulados. O mesmo artigo de jornal menciona ainda que a agricultura açoriana, tirando a

desenvolvida em São Miguel e na Terceira, por esta altura se encontrava numa fase artesanal, pouco evoluída para além daquela praticada pelos primeiros colonos, há já quatro séculos.

Nesta fase quer o guano, quer o nitrato do Chile caíram em desuso pois deixaram de ser importados. Surge por esta altura o fosfato Tomás, muito rico em fósforo, o nitrosil e químicos criados pela Sapec (Vieira, 2008).

### **3ª Fase: Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

Com a entrada de Portugal na CEE e com ela a Região Autónoma dos Açores, as Flores vieram a beneficiar dos apoios cedidos pela PAC no desenvolvimento do sector agro-pecuário na ilha, sobretudo a nível do sector pecuário, o qual sofreu uma enorme ampliação na área a ele dedicada e recursos e investimento humano a ele dedicados.

Em 1988 os projectos dos empreendimentos previstos para a ilha das Flores (que havia sido preterida relativamente a outras ilhas mais atrasadas) eram tantos que o *Jornal do Ocidente*, que publicava em Lajes das Flores, escrevia: “1988, ano que se descobriu a ilha das Flores”. Efectivamente, segundo Trigueiro (2003), para além dos feixes hertzianos dos CTT Faial-Flores, que haviam de permitir a chegada da televisão e da rádio à ilha, eram vários e importantes os empreendimentos para ali previstos.

Nos anos seguintes, houve a afluência à ilha de elevada quantidade de equipamento e mão-de-obra especializada que logo deu início aos respectivos trabalhos (Trigueiro, 2003).

Surge já nesta fase a fábrica de Lacticínios da União das Cooperativas da Ilha das Flores em 1994 a qual veio substituir a antiga unidade industrial da firma “Martins & Rebelo”, a qual já vinha, no entanto a laborar sob a responsabilidade da União de Cooperativas, depois da empresa lisboeta haver cessado a sua actividade na ilha em Maio de 1991 (Gomes, 2003) e em 1999 dá-se a inauguração do matadouro das Flores na Vila de Santa Cruz.

A inovação tecnológica que se faz sentir a nível do sector pecuário nos dias que correm está longe de ter a expressão daquela que se fez sentir aquando da entrada do Posto Agrícola na ilha das Flores na altura da Ditadura de Salazar (1ª fase).

## **C – Dotações Culturais**

### **1ª Fase: Ditadura Salazarista**

Tal como acontecia com as restantes ilhas dos Açores, a emigração para os EUA fora suspensa nas Flores devido à II Grande Guerra. As consequências dessa interrupção foram muito mais sentidas nesta ilha devido à elevada dependência que as Flores tinham da emigração por ter sido durante muitos anos, nomeadamente no século XIX, escalada praticamente por toda a navegação que se destinava ou era proveniente dos EUA (Trigueiro, 2003).

Sendo a influência americana nas Flores e noutras ilhas dos Açores muito mais sentida do que no continente português devido sobretudo aos dólares dos EUA que tinham entrado com os seus antepassados (avós) e que permitiram a construção de suas casas e a compra dos seus principais terrenos para a agro-pecuária, bem como uma grande parte dos equipamentos agrícolas e de outros relativos às empresas baleeiras então existentes ou que existiram nos últimos séculos, ou ainda, a entrada de brinquedos e roupas que eram usados e de utensílios domésticos que se tinham, acrescido do facto de muitos desses bens, serem designados pelos termos ingleses com que chegavam à ilha (por não se conhecerem os nomes utilizados em português), podemos ter uma maior noção do peso da dotação cultural obtida com a emigração. Ou seja, a emigração na maioria dos casos era feita com a finalidade de obter dinheiro para investir na ilha (Trigueiro, 2003). Contudo, além do dinheiro, houve a introdução de novos hábitos culturais, expressões e termos linguísticos.

Contrariamente ao que aconteceu com os emigrantes do século XX, sobretudo os que de cá saíram a partir da década de 50, uma grande parte dos emigrantes do século XIX geralmente regressava às Flores, onde haviam deixado os seus familiares, nomeadamente mulheres e filhos (Trigueiro, 1996).

Apesar da influência cultural imprimida pelo regresso desses emigrantes nas Flores existiam inúmeras profissões nesta altura, havendo desde: alfaiates, armadores/baleeiros, barbeiros, relojoeiros, vassoureiros, caiadores, pedreiros, carpinteiros, carpinteiros de embarcações, carpinteiros miniaturistas, cortadores de cachalote, cozinheiros, encanadores, entalhadores, ourives, espingardeiros, farmacêutica, ferreiros, serralheiros, fiandeiras, tecedeiras, funileiros, serralheiros, gravadores de marfim, impressores, tipógrafos, jornalistas, marceneiros, marchetistas, violeiros, moleiros, moleiros de moinhos de água, marceneiros, padeiros, industriais, telhadores, retelhadores, peixeiros, vendedores ambulantes, sargaceiros,

sapateiros, taberneiros, açougueiros, tecedeiras de lã, fiandeiras, tecedeiras de linho (Langhans, 1985).



**Fotos 92, 93 e 94 – Fiandeiras, equipamentos (moinho) e ferramentas diversas (corte e manuseamento das peças de cachalote) de algumas profissões antigamente exercidas na ilha das Flores**

Fonte: Museu da Ilha das Flores, 2008; Moinho da Fajãzinha, 2008; Museu da Ilha das Flores, 2008.

Enfim, havia um tecido humano e laboral intenso, dignificante e exemplificativo do que seriam na sua total potencialidade as dotações culturais endógenas da população florentina de então.

## **2ª Fase: Pós 25 de Abril de 1974 e Conquista da Autonomia dos Açores**

Dá-se nesta fase uma nova “onda de emigração”, fruto do levantamento das restrições a ela impostas aquando da fase da ditadura e, com ela dá-se a redução efectiva de quem trabalha a terra e se dedica ao sector primário.

Por esta altura muitas das antigas profissões caíram no esquecimento e surgia cada vez mais o emprego por conta de outrem, levando o sector terciário a aumentar as suas fileiras, nomeadamente os serviços públicos que já implantados reforçavam a sua importância na época. Como exemplo disto podemos observar o quadro 36 – Representatividade dos Diversos Sectores da Economia nas Flores - % na página 194, onde podemos verificar que, apesar da importância ainda expressiva do Sector Primário em 1981, já se verificava uma alteração significativa face ao ano de 1970 onde aquele apresentava uma expressão de mais de metade da população activa (61%) para cerca de metade em 1981

(49,4%). Mesmo assim, na ilha das Flores verifica-se, relativamente à Região, uma ainda maior expressão do Sector Primário na Economia de 1981 visto que, enquanto na Região, o Sector Primário passa para segundo plano com 31,4%, nas Flores tal sector continua colaborando em quase metade do sector económico (49,9%) nesse mesmo ano.

A franca melhoria na qualidade de vida das populações locais, sobretudo no que toca à facilidade de acesso a bens que até então tinham de ser arduamente conquistados no seu dia-a-dia promovem um novo direccionamento de atitudes e hábitos que a partir desta fase se vão acentuando até ao dia de hoje. Desta feita, o menor “isolamento” que, as Flores, começou a sofrer, fruto de melhores transportes e da maior liberdade conquistada, permitia mudanças palpáveis na forma de ser e de estar da população local, nomeadamente na redução das áreas de cultivo de produtos para a subsistência e aumento da produção de gado bovino leiteiro e posteriormente de carne.

### **3ª Fase: Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

De acordo com Fortuna (2008), por comparação com o início do último quartel, no final do século XX, a economia dos Açores apresentava-se profundamente transformada. A existência de portos e aeroportos ou aeródromos em todas as ilhas, telecomunicações que permitem o acesso instantâneo à informação proveniente de todos os cantos do mundo, ligações marítimas e aéreas com frequência razoável e uma rede de estradas muito melhorada, o mesmo autor sublinha a substancial ultrapassagem dos contrangimentos da década de 1970 e releva o domínio da economia por parte da agricultura e da agropecuária, com uma forte dependência por parte do sector público, no qual o Sector Primário continua a dominar a produção de bens transaccionáveis e um Sector de Turismo emergente conquistando espaço relativo na repartição da geração de emprego e de valor acrescentado (Fortuna, 2004).

Tendo nós a plena noção de que as dotações culturais estão intimamente ligadas não só com as origens de uma determinada população, mas também, com os contributos que possam ser dados pelos intercâmbios culturais a que essa população está sujeita graças à globalização cada vez mais presente no mundo de hoje, torna-se compreensível que, não só a economia, como todo o impacto que esta têm na vida da sua população, se reflecta numa mudança de fundo dos hábitos de ser e de estar dessa mesma população.

Com esta sensibilidade conseguimos perceber a importância das afirmações de Fortuna (2005), quando este nos diz que no final do século XX, a economia açoriana



continuava a passar por transformações rápidas, impulsionadas quer pelo mercado quer pela canalização de fundos públicos advindos da solidariedade nacional e da União Europeia. Assim, e segundo Fortuna (2008), a saída de residentes por emigração estava estancada, havendo inclusive o registo de um fluxo de emigrantes, atraídos por oportunidades de trabalho, sobretudo na área da construção.

Ou seja, de uma economia dominada pelo Sector Primário, na década de 70 do século XX, os Açores evoluíram para uma economia dominada por um sector público suportado por transferências externas (Fortuna, 2008). O quadro abaixo é representativo da expressão do Sector Terciário face ao Primário já em pleno século XXI.

**Quadro 41 - VAB Desagregação Social**

	2000	2001	2002	2003	2004
Agricultura, Silvicultura e Pescas	13,6	12,4	12	11,5	11,5
Indústria, Construção, Energia e Água	15,9	16,5	16,8	16,4	15,9
Serviços	70,5	71,1	71,2	72,1	72,5

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004 (Base 2000).

A ilha das Flores não difere deste panorama regional sendo que a reacção da sua população é ainda mais sensível e débil face a uma autonomia real em relação ao centro de decisão. É assim que, quando Fortuna (2008) refere que, os Açores, com o seu PIB *per capita* muito abaixo da média da União Europeia prevaleciam como uma das regiões da Europa enquadradas no objectivo da convergência e, por isso, elegíveis para a obtenção de fundos, reuniam dessa forma as condições para a continuidade do predomínio público na evolução da economia da Região no início do século XXI.

Apesar disso, aquele (sector primário) continua sendo uma importante fonte de rendimentos para a maioria da população. Funciona igualmente como fonte de alimentos frescos (verduras) durante a maior parte do ano tendo em conta a reduzida frequência (de quinze em quinze dias garantida pelo barco de carga) de fornecimento deste tipo de víveres que ainda hoje é sentida na realidade local.

É na maioria destes trabalhadores, quer funcionários públicos, quer empregados de outras profissões, que encontramos a maioria dos agricultores locais. Acrescem ao seu salário mensal os apoios à agricultura que desenvolvem e que funciona como um balão de oxigénio face às despesas elevadas que possuem por se encontrarem numa zona ultraperiférica, que acentua a sua dupla insularidade.

O agricultor florentino, caracteriza-se talvez por isso, por ser um agricultor pouco inovador e/ou empreendedor. Procura dentro do que poderia produzir, aquilo que é menos trabalhoso e que lhe faculte algum retorno no seu investimento. Não é por isso de estranhar que vigorem as pastagens naturais, sempre verdes pelo elevado grau de pluviosidade que se faz sentir na ilha, e as vacas aleitantes, gado muito menos trabalhoso e exigente face ao gado leiteiro. Surge desta forma o Sector Pecuário em força, deitando por terra outras culturas que eram feitas antes da entrada de Portugal na Comunidade Europeia. É assim que, o panorama dos sistemas policulturais descritos no ponto 2.1.3, relativo ao *Padrão de especialização produtiva das ilhas*, perde o seu significado.

Relativamente à questão das dotações culturais, fortemente vincadas por todas estas políticas regionais e europeias, podemos ainda referir as famosas festas do Espírito Santo, as quais sendo a mais forte e representativa mostra de fé secular do povo açoriano ao Divino Espírito Santo, funcionam igualmente como mostra das suas tradições e hábitos alimentares ao apresentarem na sua ementa a carne de bovino que é o prato principal (quer nas sopas – carne cozida acompanhada por caldo – quer na carne assada).

## **D – Instituições**

Já em 1931 Commons descrevia quão difícil é encontrar uma definição adequada para o termo instituições, e portanto para o próprio conceito de economia institucional:

*The difficulty in defining a field for the so-called institutional economics is the uncertainty of meaning of an institution. Sometimes an institution seems to mean a framework of laws or natural rights within which individuals act like inmates. Sometimes it seems to mean the behaviour of the inmates themselves. Sometimes anything additional to or critical of the classical or hedonic economics is deemed to be institutional. Sometimes anything that is "economic behaviour" is institutional. Sometimes anything that is "dynamic" instead of "static," or a "process" instead of commodities, or activity instead of feelings, or mass action instead of individual action, or management instead of equilibrium, or control instead of laissez faire, seems to be institutional economics.*

Por outro lado outros autores referem as distintas visões deste conceito entre a antiga e a nova economia institucional. Rutheford (1995) traça um paralelo: *“That institutions matter in shaping economic behaviour and economic performance is a central tenet of both the old and the new institutionalism, as is the recognition that institutions themselves change over time and often respond economic factors”*.

Da mesma forma Kerstenetzky (2001) frisa as diferenças entre as duas formas de institucionalismo:

*A qualidade básica do institucionalismo é chamar a atenção para elementos adicionais aos normalmente discutidos na economia, na coordenação da vida económica. Discutindo endogeneidade de preferências e o papel do hábito e de estruturas cognitivas em termos institucionais e evolutivos, as contribuições dos velhos institucionalistas são fortemente marcadas pelas críticas à teoria neoclássica, não aceitando o homem económico racional como ponto de partida. Os autores neo-institucionalistas, por sua vez, introduzem instituições de forma a integrar-se no marco estático do “mainstream”, ou seja, dentro do marco metodológico da escolha individual.*

Johnson (2000) considera o conceito de instituições bem amplo e engloba diversos aspectos da convivência humana:

*[... ]institutions are a very wide term that encompasses any organizational structures that humans agree on that will allow people to live in harmony and without conflict. In the realm of policy, the institutions of government include the legislature (parliament), majority rule, party systems, a free vote, state legislatures, and regular elections.*

De acordo com Farina *et al.* (1997), as instituições são constituídas pelas “regras formais e informais que condicionam o jogo social”. De facto, para aqueles autores, o conjunto de opções à disposição dos indivíduos sofreria restrições a partir das regras criadas pela sociedade.

North (1990) lança mão a uma metáfora com os jogos desportivos e vai ainda mais longe, fazendo não só uma definição para instituições, como também, para organizações:

*“Se as instituições são as regras do jogo, as organizações são as diferentes equipas que disputam o campeonato numa dada sociedade. ”*

Para North (1990), a sua preocupação principal está em criar uma nova categoria de análise que possa introduzir dinâmica no sistema ao interagir com a matriz institucional, “conceptually, what must be clearly differentiated are the rules from the players” (North 1990).

De forma simples e clara conseguimos destrinçar o papel de umas e outras e avançamos igualmente para mais uma definição na qual as instituições correspondem à forma de proceder socialmente (regras do jogo) e as organizações correspondem à materialização dessa forma de proceder (jogadores).

É desta forma que passamos à observação e distinção entre instituições e organizações na ilha das Flores tendo sempre presente o modelo IMI. Este extrai do interior das instituições as duas que considera centrais nessa dinâmica institucional e no próprio modelo. Falamos obviamente do Mercado e do Governo para além dos quais surgem outras, como por exemplo a Igreja, as Câmaras Municipais, as Associações Culturais, assim como, as representantes dos diversos sectores: Saúde, Educação, Transportes, Indústria.

De forma a não ser um estudo demasiado exaustivo, iremos nos cingir às instituições que mais se fizeram e continuam se fazendo sentir na ilha das Flores ao longo do último século, como sejam, a Igreja, a Saúde, a Educação, os Transportes e a Indústria.

### **D.1 – Igreja**

Nos primórdios da existência da sociedade portuguesa, embora a maioria dos portugueses já praticasse o catolicismo romano, então religião oficial, e a Igreja Católica constituísse um poder público paralelo ao do Estado, judeus e muçulmanos ainda representavam uma parte importante da população. Contudo, as outras religiões, em particular as duas mencionadas, gozavam de respeito e protecção legal. Esta situação foi mudada graças à conversão pacífica da minoria muçulmana ao longo da época medieval e às medidas de 1496-1497 que deram à minoria judaica a escolher entre a conversão e a emigração (Valério, 2001).

Esta última fonte comenta que, concomitantemente ao facto do catolicismo romano continuar a ser a religião da maioria e a religião oficial e a Igreja Católica continuar a constituir um poder público paralelo ao do Estado, as outras religiões passaram a ser proibidas, ou meramente toleradas (a exemplo do caso de comunidades estrangeiras como a inglesa).

Em 1832, em especial pelo decreto com força de lei nº 40 de 30 de Julho de 1832, aplicado em todo o país em 1834, acabou o estatuto de poder público paralelo da Igreja Católica sendo a partir daí claramente submetida ao Estado, apesar de o catolicismo romano continuasse a ser religião oficial e a tolerância em relação à prática de outras religiões continuasse a se alargar. Em 1911, o decreto com força de lei de 20 de Abril separou o Estado e a Igreja, deixando de ser o catolicismo romano religião oficial. A partir de 1940, as relações entre o Estado e a Igreja passaram a ser reguladas pela Concordata de 7 de Maio desse ano, que não modificou os princípios da separação e da ausência de religião oficial (Valério, 2001).

O quadro 42 apresenta os dados que podem ser colhidos nos Recenseamentos Gerais da População sobre a religião da população portuguesa. Os católicos constituíram sempre a maioria da população, embora a sua proporção tenha vindo regularmente a diminuir, de um nível superior a 99 % no censo do último ano do século XIX, até pouco mais de 77 % no último censo do século XX. Praticamente todas as outras proporções tenderam a aumentar, sendo, entretanto, de destacar que a proporção da população sem religião atingiu um máximo próximo de 5 % do total em 1940, regredindo daí em diante, sobretudo em favor do grupo dos que não revelam a sua religião, os quais atingem cerca de 17 % em 1991. Poder-se-á supor que isto significa que o activismo anti-religioso reduziu, aumentando em contrapartida a presença de uma atitude de indiferença religiosa (Valério, 2001).

Neste contexto a conhecida homogeneidade cultural da população portuguesa sob o ponto de vista religioso continua a observar-se.

**Quadro 42 – Religião da população portuguesa**

Ano	População	Católicos	Outros Cristãos	Não Cristãos	Sem Religião	Religião Ignorada
1900	5 423 132	5 416 204	4 495	515	1 454	462
1940	7 722 152	7 191 913	57 591	5 469	347 284	119 895
1950	8 441 312	8 167 457	?	?	?	273 855
1960	8 889 392	8 701 898	38 005	1 742	147 747	—
1981	7 836 504	6 352 705	101 671	13 727	253 786	1 114 615
1991	8 380 947	6 527 595	127 850	22 158	225 582	1 477 762

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, Vários anos.

**Nota:** Nos Recenseamentos de 1864, 1878, 1911, 1920, 1930 e 1970, não foram inquiridos, apurados ou publicados dados sobre a religião da população. Nos Recenseamentos de 1900, 1940, 1950 e 1960, os dados sobre a religião dizem respeito ao total da população. Nos Recenseamentos de 1981 e 1991, os dados sobre religião dizem respeito à população com 12 anos ou mais.

Na Região Autónoma dos Açores surge, segundo Serpa (1978), um contexto particular e que é retratado da seguinte forma:

*“Neste ambiente natural, ameno e morno, indolente e passivo, não há lugar para rompimentos com a tradição, alterações bruscas, nem é difícil ser-se religioso. Uma religiosidade pouco purificada, pouco consciente, muito mal esclarecida, muito superficial, pouco comprometida, teme-se um deus que por vezes abala violentamente os alicerces das ilhas com vulcões e sismos e pede-se a intercessão dos santos para livrar os pobres pecadores da ira e justiça divinas.”*

É com base nesta reflexão que passamos de seguida à observação da evolução desta instituição nas 3 fases determinadas por nós na ilha das Flores.

### **1ª Fase: Ditadura Salazarista**

Segundo Serpa (1978) os bispos da Igreja Católica nos Açores foram sempre individualidades privilegiadas, usufruindo de regalias, tratamento e poderes especiais, cujo condicionalismo geográfico e social ajudou a manter. Para este autor, sendo aqueles oriundos da Metrópole, não escapavam a um certo complexo de superioridade de “colonizadores espirituais” paternalistas, portadores genuínos da fé, da língua e da cultura lusas naquelas ilhas desabitadas, descobertas e povoadas pelos portugueses na sua missão nacional de divulgadores do Império e da religião. Desde os tempos mais antigos, há notícias de poderes e regalias especiais promulgadas pelo Estado e pelos Municípios (Serpa, 1978).

O mesmo autor refere que não será difícil imaginar que por detrás deste cenário de privilégios e confusão de poderes esteja o cariz extremamente religioso do povo açoriano, assim como, a sua postura paradoxalmente anticlerical.

Por outro lado, para Serpa (1978) a religião não é ritualismo, é vida numa dimensão de fé que paralelamente, como necessidade de comunicação social, se expressa ritual e culturalmente.

É assim que se pode compreender o título do jornal *As Flores*, de 26 de Junho de 1948, o qual dava a notícia e apelava em extenso artigo de primeira página: “*Preparemo-nos para receber a Virgem*”, escrevendo: “*No princípio do próximo mês de Julho deve chegar à nossa linda e encantadora ilha, a veneranda imagem de Nossa Senhora de Fátima. Nós como bons católicos e como bons portugueses devemos fazer-lhe uma recepção digna da nossa fé e digna da Virgem que a imagem representa*”.

Neste mesmo artigo, da responsabilidade da redacção do jornal, apelava-se ora à condição de bons católicos, que eram praticamente todos os florentinos da ilha desse tempo, ora à de bons portugueses, certamente identificados com o regime da Ditadura do Estado Novo, que o jornal vezes sem conta devotamente elogiava (Trigueiro, 2003).

Esta última fonte menciona igualmente ainda que nesse tempo, a ilha tinha cerca de 8000 habitantes, tendo sido poucos os que não viram a Imagem de Nossa Senhora de Fátima.

O peso da religião na ilha das Flores pode ser bem medido através destas referências. Sem dúvida, a par da devoção a Nossa Senhora de Fátima, a Deus e a Cristo, não se pode deixar de mencionar a dedicada ao Espírito Santo que, como nos diz Gomes (2003), remonta

à época do próprio povoamento daquelas ilhas as mais de duas dezenas de capelas, ali chamadas Casas do Espírito Santo, construídas muito pela fé do povo àquela entidade da Santíssima Trindade.

Pereira (1950), admite no seu pormenorizado trabalho sobre as Festas do Espírito Santo, na ilha Terceira, a possibilidade de certa conexão da origem destas festas com uma instituição sob a invocação do Espírito Santo, destinada a socorrer os pobres atingidos pela fome do tempo do Imperador Otão IV, do século XIII. Daqui provavelmente, os nomes de *Imperador e Império, coroação*, os cortejos, os foliões (prováveis representantes dos bobos palacianos, tão populares na Idade Média) (Lopes, 1957).

Sem dúvida que as responsabilidades da Igreja nos Açores são imensas. Uma vez descobertas as ilhas, logo se fundaram igrejas e capelas e desde o início se formou e constituiu uma estrutura social grandemente influenciada pela Igreja. É verdade que os actos de culto, as festas religiosas, as imagens e os altares, as procissões e a oratória sagrada foram e continuam sendo uma das tónicas da vida açoriana de todos os tempos mas, a vida real do trabalho, da justiça social, do direito à promoção humana, do respeito pela pessoa sem distinção de classes, da defesa dos pobres, etc., raramente correspondeu a esta intensa vida religiosa cultural do arquipélago e mais raro ainda coincidiu com a missão da Igreja (Serpa, 1978).

Esta última fonte nos interpela com a seguinte questão: *“Quantos se viram obrigados a emigrar por causa da injustiça social de que foram vítimas?”*

Se a influência da Igreja foi tão extensa e profunda, a sua responsabilidade foi tremenda, pois em 1960 a população dos Açores era de 327 480 habitantes sendo que destes apenas 1032 não se consideravam bons católicos – 46 não cristãos e 259 sem religião (INE, 1960).

Pese embora o lado negativo de uma instituição poderosa como a Igreja, existia por outro lado, aspectos positivos da mesma. Desta forma nesta primeira fase, o pároco nas Flores era mais do que um simples pastor de almas. Funcionava como médico, psicólogo, educador e conselheiro (Trigueiro, 2008). A falta de escolas secundárias na ilha (só em 1956, o ensino secundário chega às Flores) promove a enorme frequência do Seminário pelos florentinos em face da segurança que garantia e dos reduzidos custos a ele inerentes (Trigueiro, 2003).

## **2ª Fase: Pós 25 de Abril de 1974 e Conquista da Autonomia dos Açores**

Como nos diz Serpa (1978): *“Em Portugal e nos Açores a Igreja proclama a sua independência económica do Estado, com excepção de contribuições especiais para construção de templos, centros paroquiais, etc., mas ideológica e socialmente estava comprometida com o regime deposto em 1974, como um seus mais fortes baluartes. Quantas missas, Te Deums e sermões de homenagem, acção de graças e petição pelo Estado Novo do defunto Salazar e do deposto Marcelo Caetano! Guerras coloniais, presos políticos, torturas da P.I.D.E., injustiças sociais – a tudo assistia com um apoio declarado ou com um silêncio comprometedor!”*

Após o 25 de Abril de 1974, este cenário muda apesar de haver uma manutenção da vida religiosa básica nas paróquias dos Açores e que pode resumir-se segundo aquele autor: *“à missa diária pela manhã e, nalguns casos, vespertina. A assistência comunitária a estas missas é numericamente fraca e insignificante de participação sacramental: algumas pessoas idosas e outras sem intensa vida familiar. (...) A monotonia semanal é quebrada pela missa dominical e a rotina do ano litúrgico pelas numerosas festas dos santos populares.”*

E o mesmo autor continua: *“A vida sacramental, com algumas excepções honrosas, é rotineira, legalista e moralizante. O baptismo é apresentado como uma necessidade de salvação, sem preparação conveniente dos pais nem inserção comunitária. // O matrimónio, quando não há impedimentos canónicos ou outras dificuldades será celebrado pontualmente, à hora marcada. Os cursos pré-matrimoniais são raros e quando feitos são conduzidos muito em abstracto. De resto, insiste-se na aceitação dos «filhos que Deus quiser dar» e quase nada numa paternidade responsável. (...) // Por sua vez, o sacramento da confissão pouco vai além da procura assustada do perdão dos pecados mortais. A maioria «desobriga-se» anualmente para comungar pela Páscoa da Ressurreição. É fazer contas com Deus através do tribunal da penitência! // (...) // O sacramento da unção dos enfermos é um sinal trágico da morte próxima e não de esperança na eternidade de Deus e na nossa imortalidade. // Finalmente, a ordem é um sacramento de segregação que o comum dos fiéis não compreende, apenas reconhece os efeitos. Quem o recebe, passa a uma outra categoria religiosa e até humana e social. É alguém que o povo respeita e teme, venera mas não compreende; às vezes ama e outras, odeia. É um enigma sagrado. Em geral, aprecia-se a sua presença na freguesia.”*



Serpa (1978) conclui: *“Em suma, este povo simples e normalmente pacato, aprecia acima de tudo, as suas festas religiosas, eivadas de tradições e folclore.”*

### **3ª Fase: Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

Apesar de estarmos em pleno século XXI, o baixo nível económico, mesmo a pobreza em vários casos, acrescido da falta de educação científica, leva a manter as crendices antigas para explicar muitos dos fenómenos naturais. Desta forma, é frequente falar-se no mau tempo, das doenças, dos acidentes e dos desastres como resultado da vontade arbitrária de Deus. Por outro lado, a grande dependência dos ricos, a falta de direitos políticos e a insegurança social conduzem facilmente à ideia de má sorte, fatalismo, superstição. Atribui-se frequentemente os acontecimentos infelizes a estes factores – má sorte e fatalismo –, que nascem com a pessoas ou que se adquirem no decurso da vida, como algo que nos cai em cima, do exterior, independente, da vontade individual e das decisões pessoais (Serpa, 1978).

Para os açorianos de um modo geral Serpa (1978) comenta que: *“Por sua parte, a Virgem, os Santos, os Anjos e mesmo Deus ocupam-se da vida quotidiana dos habitantes terrestres de tal modo que lá do céu podem ver e presenciar tudo o que neste mundo se passa. Deus não é só o Criador que manifesta a sua vontade em leis, mandamentos e acção divina providencial junto de cada ser, grupos e organizações, mas intervém de tal maneira que a liberdade humana fica atingida e por vezes reduzida ao fatalismo e à má sorte, ou desvendamento do futuro. Os açorianos, frequentemente consultam bruxas para saber da sua sorte em ocasiões importantes e quando emigram, ao mesmo tempo que fazem promessas a Deus e aos Santos. Paga-se à bruxa e promete-se a Deus e aos Santos, ou fazem-se determinadas orações, ladainhas, novenas, sacrifícios e privações, para se conseguir o que se pretende.”*

Apesar disto, e apresentando-se o casamento em Portugal de um modo geral, a forma do rito católico predominante, segundo os dados publicados, os Açores parecem destoar do todo nacional (66,5%) ou mesmo de Lisboa (57,8%), apresentando uma percentagem de casamentos pela Igreja bastante menos significativa (27,1%). Este facto poderá encontrar alguma explicação nas sucessivas medidas que têm sido tomadas, ao nível regional, em prol da habitação jovem, levando os casais a formalizarem o casamento pelo civil enquanto ainda somam, em idade, o limite exigido, nuns casos 55 noutros 60 anos. Este casamento, civil, é

muitas vezes seguido de um casamento católico<sup>12</sup> que, não valendo do ponto de vista do registo civil, parece representar o ritual, socialmente reconhecido, de entrada na vida conjugal (INE, 2006).

A entrada para a CEE não influenciou esta instituição, apesar da substancial redução da influência da Igreja na vida actual da comunidade açórica. Podemos terminar citando Costa (1964) que nos diz: *“A história dos Açores não pode fazer-se sem a presença desse elemento que tem constituído a sua maior contribuição – a Igreja. A vida social do arquipélago apoia-se quase inteiramente nela, porque proveio dela, nasceu com ela e se desenvolveu alicerçada nela”*.

## **D.2 – Saúde**

Esta instituição na ilha das Flores foi sempre regida por fortes carências estruturais e humanas. Tem sido movida muitas vezes por indivíduos ao invés de uma consciência governativa.

Passando revista à análise histórica, encontramos as organizações suas representantes em espaços diversos, heterogéneos e temporalmente desfasados.

É culminada com a chegada aos nossos dias de opções governativas mais uma vez penalizadoras das pessoas, isto numa tentativa simples e redutora de maximização de recursos com a minimização dos custos. A exemplo podemos mencionar a inexistência de quadros de especialidade a nível de cirurgia, entre outras especialidades, no hospital das Flores, o que projecta a ilha para uma situação premente de vulnerabilidade humana visto que, em condições extremas de isolamento da ilha por largos períodos no Inverno, o risco de morte por falta de apoio especializado em situações limite é fortemente potencializado.

### **1ª Fase: Ditadura Salazarista**

Na fase inicial do período da ditadura além da Vila de Santa Cruz<sup>13</sup> e da Vila das Lajes surge em 1935, por iniciativa da Câmara Municipal das Lajes, o partido médico com

---

<sup>12</sup> O estudo realizado, apresentado no 1º Congresso de Demografia e publicado na Revista Sociologia, Problemas e Práticas (nº39 - 2002), mostra como os dados do registo de matrimónios na Diocese mantêm os valores do casamento católico na ordem dos 80% (Lalanda, 2002).

<sup>13</sup> Só a partir de 1878 as condições de assistência médica nas Flores foram melhoradas com a fundação do Hospital e seguidamente (no ano seguinte) a farmácia de Santa Cruz (Gomes, 2003).

sede na Fajã Grande, de forma a facilitar a assistência médica às freguesias mais distantes da sede de concelho (Gomes, 2003).

Já em Agosto de 1949, um único médico acudia, pelo menos temporariamente, às necessidades médicas das populações das Flores e do Corvo, de tal sorte que, quando o médico do contratorpedeiro “Vouga” foi chamado a visitar um doente no farol de Albernaz, em Ponta Delgada, a população, sabendo da sua presença em terra, logo acorreu em massa, “obrigando” assim o 1º tenente Dr. Manuel Freire de Miranda a trabalhar dez horas consecutivas, durante as quais deu cerca de 200 consultas gratuitas (Gomes, 2003).

À entrada da segunda metade do século XX, a cobertura sanitária das Flores estava, portanto, a cargo de 2 médicos, os quais foram auxiliados nos verões de 1953 e 1956 por mais um médico.

O Hospital sofreu obras de beneficiação o que levou a ser encerrado entre 1967 e 1969. Este ano corresponde à da sua inauguração. Entretanto, já a vila das Lajes fora também dotada de um posto clínico, construído no biénio 1962-63 (Gomes, 2003).

## **2ª Fase: Pós 25 de Abril de 1974 e Conquista da Autonomia dos Açores**

Passados dois anos da queda da ditadura, o panorama da Instituição Saúde na ilha das Flores pode ser bem retratado pelo artigo intitulado *«A Ilha das Flores tem muitas mazelas»*, publicado no jornal *As Flores* de 23 de Setembro de 1976 e assinado por Moura no qual encontramos as respostas do escritor Guido Monterey no que toca à questão saúde neste período pós 25 de Abril de 1974: *«Há também falta de médicos. O serviço é imenso, como pudemos averiguar. Trabalham, no Hospital, dois especialistas portugueses (um cirurgião e um estomatologista) contratados pela Comissão Luso-Francesa. Existe um terceiro, de clínica geral, que não chega para as necessidades. Além disso, no Corvo, não há médico nenhum. // A solução seria pedir ao Ministério da Saúde uma equipa de médicos dos Serviços Médicos Sociais da Horta para resolver os problemas das duas ilhas. Falta igualmente um oftalmologista.»*

De facto esta Instituição é uma das mais penalizadas pela ultraperifericidade de que é vítima a ilha das Flores. Com uma população reduzida e relativo distanciamento dos principais centros o interesse de médicos que quisessem aqui desenvolver a sua profissão tornou-se diminuta.

### **3ª Fase: Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

No caso concreto da Instituição Saúde, será relevante mencionar que a entrada de Portugal na CEE não criou condições de mudança do anterior quadro vigente. Regista-se, desta forma, a existência de um único hospital na ilha, localizado na Vila de Santa Cruz das Flores e onde apenas existem médicos de clínica geral, sendo necessário proceder ao seu encaminhamento para as ilhas centrais em caso de necessidade de consulta de alguma especialidade ou tratamento mais complexo.

Existem ao todo 3 médicos de clínica geral de forma permanente na ilha e um que vem de mês a mês para uma população de cerca de 4000 habitantes. Costumam vir às Flores duas médicas dentistas, alternadamente entre elas, de mês a mês.

Durante toda a história da instituição Saúde na ilha das Flores houve o registo de períodos de total ausência da presença de um médico na ilha. Nessas alturas, que se foram repetindo ao longo da sua história, a população local fazia-se valer do recurso à medicina tradicional para fazer face às maleitas do corpo.

Esta é uma das instituições onde a questão da vulnerabilidade se torna mais sentida. Não nos esqueçamos das ainda frequentes dificuldades de deslocação quer para entrar quer para sair da ilha das Flores, sobretudo em períodos de Inverno onde quer por mar quer por ar aquela fica inacessível. Nestes casos, mesmo que haja a ocorrência de uma situação muito grave não há forma de evacuação da vítima e o risco de morte torna-se eminentemente real.

### **D.3 – Educação**

A instituição Educação na ilha das Flores regeu-se durante anos por regras próprias. Desde a sua quase inexistência ou difícil presença até a uma melhoria paulatina onde as organizações religiosas e particulares, primeiro, e públicas, por último, criaram a pouco e pouco condições para a sua implementação.

Hoje continua a sua actuação por acção de directivas nacionais e regionais e onde já demonstra uma maior similitude às suas congéneres (restantes realidades portuguesas).

### **1ª Fase: Ditadura Salazarista**

A educação nas Flores nesta fase é marcada pelo encerramento da escola existente em Ponta Delgada (em 1925) e transferência do docente que aí se encontrava para Santa Cruz pela queda do edifício onde a escola estava instalada (Gomes, 2003).

Segundo este autor, já em 1927, porém, havia sido criado em Santa Cruz um curso de instrução complementar, que habilitava os alunos até ao segundo ano dos liceus, não significando com isto que o ensino secundário estivesse totalmente vedado, até então, à população da ilha, pois há notícias de várias iniciativas particulares nessa área.

Apenas no segundo quartel do século XX a Câmara Municipal da vila de Santa Cruz conseguiu um edifício próprio para instalação das suas escolas, tendo-se dado a grande “revolução” ao nível do parque escolar da ilha, com a construção de edifícios próprios, que apenas ocorreu à entrada da segunda metade da década de 60, altura em que se começavam a experimentar também as contrapartidas do acordo luso-francês, ao abrigo do qual a França estabelecera nas Flores uma estação de telemedidas (Gomes, 2003).

O mesmo autor refere-nos que é entre os anos de 1965 e 1966 que são inauguradas as primeiras 5 novas escolas, quer nas Lajes em 1965, quer na Fazenda em Setembro de 1966 quer nos Cedros, Caveira e Fazenda de Santa Cruz em Dezembro desse mesmo ano. De resto, a rede de novos edifícios escolares, abrangendo, todas as freguesias, ficaria completa apenas na década de 80.

Sob os auspícios da diocese de Angra, abriu entretanto em Santa Cruz a 3 de Outubro de 1959, o Externato da Imaculada Conceição, uma instituição de ensino particular que teve como primeiro director o padre Maurício António de Freitas, vigário da Matriz e ouvidor eclesiástico do concelho (Gomes, 2003).

A pouco e pouco o “Externato da Imaculada Conceição” foi-se impondo e adquirindo uma dimensão de ilha, acabando progressivamente com os cursos que vinham a ser ministrados em Lajes das Flores. Transportados inicialmente em camionetas de carga cedidas pelas Câmaras Municipais e por outras entidades públicas e privadas, os alunos acabariam por verem concentrados os seus estudos na Vila de Santa Cruz. Igualmente no decorrer dos anos o ensino passou a ser extensivo a outros anos do Ensino Secundário (Trigueiro, 2003).

Também nas Lajes, designadamente nas décadas de 60 e 70, funcionou uma escola de ensino particular, sob a direcção do ouvidor eclesiástico daquele concelho, a qual por sua vez já fora precedida de uma outra, entre 1956 e 1961 (Gomes, 2003).

Esta fase é pautada por uma instituição débil ou mesmo inexistente no que toca a anos de ensino mais avançados. Denota-se a vulnerabilidade desta instituição nesta primeira fase.

## **2ª Fase: Pós 25 de Abril de 1974 e Conquista da Autonomia dos Açores**

Depois do “25 de Abril” de 1974, o referido ensino passou para as actuais instalações, iniciadas no tempo da antiga Junta Regional dos Açores e mais tarde ampliadas pelo Governo regional dos Açores, sob a presidência de Mota Amaral (Trigueiro, 2003).

Ainda em 1975 o ensino secundário oficial não existia na ilha das Flores (Alves, 1975). Continuava sendo o Externato Imaculada Conceição o único a formar e educar os jovens florentinos até ao ensino básico. Tal situação torna-se verdadeiramente insólita quando ainda nesse mesmo ano o Regulamento de Exames do 2º ano do Ensino Preparatório o Art.º 5º-1 refere: - *«Pode o Ministério da Educação e Cultura mediante parecer favorável da Direcção-Geral do Ensino Particular autorizar que os alunos de estabelecimentos de ensino Particular possam realizar neles os seus exames. – 2 – Os examinandos nas condições do número anterior pagarão a propina suplementar de 100\$00, em selos fiscais, cabendo aos estabelecimentos de ensino particular suportar as despesas de transportes e ajudas de custo eventualmente ocasionadas pela deslocação do júri.»* (Moura, 1975).

Perante isto este último autor argui que os florentinos estão perante um imposto de afastamento. O que não deixa de ter um fundo de verdade.

Em Outubro de 1977, o Externato Imaculada Conceição, deu lugar à Escola Preparatória de Santa Cruz das Flores, cuja entrada em funcionamento levou também ao encerramento dos postos da Telescola da Fajã Grande, Lajes, Fazenda e Ponta Delgada, criados a partir do ano lectivo de 1974-75 para favorecer o alargamento da escolaridade obrigatória de seis anos. A extinção total destes postos nas Flores – a primeira ilha onde tal aconteceu – teve então como justificações a criação da Escola Preparatória, a montagem de uma rede de transportes públicos que satisfaz às necessidades das populações locais e a entrada em funcionamento da estrada chamada “do Mato”, ligando a vila das Lajes à de Santa Cruz (Jornal Oficial, 1977).

## **3ª Fase: Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

Ficou completa na década de 80, a rede de novos edifícios escolares, abrangendo, de resto, todas as freguesias com a construção das escolas dos lugares de Ponta Ruiva, em Maio

de 1980, e da Costa do Lajedo, em Janeiro de 1986, ambas, por sinal, já encerradas por falta de alunos (Gomes, 2003).

A Escola Preparatória de Santa Cruz, que passou a dispor de novas instalações na década de 80, já posteriormente ampliadas em 1992 e 2002, foi transformada em 1998 em Escola Básica Integrada das Flores, “englobando todos os estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário da rede oficial, bem como a educação especial, o ensino recorrente de adultos e a educação extra-escolar, na ilha das Flores” (Jornal Oficial, 1989).

Quanto ao Sector da Educação, existem ao todo, 5 escolas na ilha das Flores sendo três delas primárias, duas do segundo ciclo e apenas uma em que se lecciona o terceiro ciclo (escola básica 1,2,3/JI/S Padre Maurício de Freitas localizada na Vila de Santa Cruz das Flores).

Apesar de já ter havido uma evolução positiva quanto ao ano de escolaridade ministrado nas Flores (12º ano), apresenta ainda a lacuna de ter apenas algumas áreas de formação dentro desse nível, assim como, não haver uma instituição de ensino superior o que leva à necessidade da saída da ilha para haver colmatação dessa lacuna.

Dentro das primárias encontramos uma em Ponta Delgada, uma na Vila das Lajes e outra na Vila de Santa Cruz. As escolas básicas encontram-se localizadas na Vila de Santa Cruz e na Vila das Lajes.

Todas as localidades são visitadas por um autocarro da Câmara de Santa Cruz que leva os alunos para a Escola Secundária localizada naquela localidade.

#### **D.4 – Transportes**

Regida por dinâmicas próprias esta instituição, percorreu inúmeras fases dentro das 3 por nós estabelecidas.

Desde a sua total inexistência à situação actual, pautada por uma mobilidade relativa, continua no entanto longe do ideal. Foi impulsionada inicialmente pela própria população, seguidamente por acordos internacionais, investimentos particulares visando o lucro e por fim movida por um misto de recursos camarários e apoios regionais. Continua no entanto pouco expressiva tendo em conta as restrições geográficas de que é alvo graças à sua insularidade.

É nesta última etapa que podemos verificar a importância de instituições como as câmaras municipais para o bom funcionamento das organizações pertencentes à instituição

Educação, ao garantir transporte escolar diário para os seus alunos, ou mesmo permitir a deslocação daqueles que de uma maneira ou de outra não dispõem de transporte próprio ou alternativo.

### **1ª Fase: Ditadura Salazarista**

Segundo Bragaglia (1997), as dificuldades dos intercâmbios terrestres, na ilha mais ocidental do arquipélago, foram sempre pelo menos iguais às dos marítimos, e aliás, até há poucas décadas, era mais fácil fazer chegar alguma coisa por mar, com a pequena navegação de cabotagem mesmo na ausência de portos naturais, do que por terra.

Esclarecedora é a descrição feita no jornal *As Flores* de 22 de Maio de 1943: «...os caminhos são tortuosos, cheios de valas pedregosas, e de Inverno, tudo isto é coberto (calculem a altura!) por lama e mais lama, que parece nos querer humilhar. É isto: canadas, atalhos, caminhos tortos sem nivelamento de espécie alguma...».

Apenas em Dezembro de 1946 se reiniciou o traçado das tão necessárias vias de comunicação, coincidindo o início das obras com o do primeiro troço da rede de estradas das Flores, que liga a Ribeira da Cruz à freguesia da Fazenda. O segundo troço, entre a freguesia da Fazenda e a Ribeira do Pomar da freguesia da Lomba foi adjudicado em Dezembro de 1947 (Bragaglia, 1997).

Segundo este último autor, no espaço de quase um século só se construiu um ramal, entre a vila das Lajes e o seu “porto” iniciado em 1934 e concluído em 1935. A primeira travessia entre Santa Cruz e Lajes, fez-se com a estrada ainda por terminar, sendo que apenas na década de Sessenta todas as freguesias da costa ocidental foram ligadas à estrada então “Nacional” (agora “Regional”) (Bragaglia, 1997).

Como nos diz Trigueiro (2003), estava-se no ano de 1963, quando o Governo Francês comunicou ao Governo Português o seu interesse em instalar nos Açores uma base ou Estação Francesa de Medidas das Flores para verificação e correcção de satélites ou foguetes. O último autor menciona a publicação em 1964 do Acordo Luso-Francês que oficializou a instalação dessa base nas Flores e o uso de instalações de apoio na ilha de Santa Maria, já servida por um excelente aeroporto português.

Surge a necessidade de construir na ilha das Flores uma série de infra-estruturas indispensáveis ao bom funcionamento daqueles serviços. Desta feita, naquele ano diversos estudos e obras foram iniciados pelo Estado Português em conjunto com o Estado Francês (Trigueiro, 2003).



No essencial eram necessárias as seguintes infra-estruturas locais (Trigueiro, 2003):

1. Construção da estrada dos Cedros-Ponta Delgada e beneficiação de toda a estrada desde Santa Cruz aos Cedros;
2. Construção de um aeroporto que recebesse periodicamente aviões militares franceses;
3. Construção de um hospital que servisse o pessoal francês, que se previa pudesse atingir cerca de duas centenas;
4. Construção em Santa Cruz de uma casa para escritório, um bairro para habitação das famílias, um estabelecimento hoteleiro para solteiros e um ginásio para desporto;
5. Dotar a ilha de electricidade que servisse as necessidades dos franceses e dos seus serviços.

Por outro lado os florentinos passaram a usufruir de todos os benefícios resultantes daquelas infra-estruturas, salvo das instalações específicas destinadas aos franceses. Passaram a dispor de electricidade em todas as localidades da ilha, desde 1966, benefício que nenhuma ilha dos Açores dispunha com essa amplitude, o mesmo acontecendo com a assistência hospitalar, que apenas São Miguel, Terceira e Faial dispunham com melhor qualidade (Trigueiro, 2003).

É em 1966 que é fundada a base francesa nas Flores sendo que apenas em 1967 surge a estrada até Ponta Delgada (povoação mais isolada da ilha) com a entrada dos Franceses (Bragaglia, 1997).

Ponta Ruiva por sua vez só consegue ver o ramal que lhe dá acesso concluído em 16 de Novembro de 1972 (Gomes, 2003).

Apesar de serem ainda poucas as estradas então existentes na ilha, em Julho de 1948 desembarcava nas Flores a primeira viatura automóvel, para serviço particular, o que nas palavras do semanário local vem a ser designado por “*um magnífico automóvel de marca Austin*” (Gomes, 2003).

O mesmo autor menciona que posteriormente num curto espaço de três anos, chegam às Flores mais três automóveis, dois para serviço particular e um para ser utilizado como veículo de aluguer para passageiros. Todavia, um edital da Obras Públicas, datado de 29 de Julho de 1947, dava já conta de ter sido requerida licença de exploração de uma carreira regular mista entre Santa Cruz (Praça Marquês de Pombal) e o alto da Fajãzinha (Terreiros) pela firma “António Caetano Serpa & Filho, Limitada” (*As Flores*, 1947).

Em 1953 o empresário José Jacinto Mendonça Flores requer à Direcção de Viação da Horta licença para explorar igualmente uma carreira regular mista entre Lajes e Santa Cruz, numa fase em que estava em fase de conclusão a estrada que liga as duas vilas. Contudo, apenas na segunda metade do século XX, chega o primeiro autocarro por intermédio da empresa “João Germano de Deus” das Lajes, última concessionária do transporte colectivo de passageiros antes deste ter sido cometido à Federação de Municípios da ilha das Flores em 1977 (Jornal Oficial, 1977).

Este foi concebido sob encomenda para a ilha das Flores, apresentando 12 mudanças (10 para a frente e duas marcha atrás) de forma a fazer frente à orografia vigorosa existente na ilha das Flores (Figura 95).



**Figura 95 – Autocarro da empresa João Germano de Deus e filho Lda.**

Fonte: João Germano de Deus, 1950.

Quanto às comunicações marítimas com o exterior, Gomes (2003) refere-nos que, constituíram desde sempre um problema redutor de difícil solução. No início do século, os navios que operavam a ligação entre as Flores e o resto do mundo e que se sucederam com a bandeira EIN foram: o “Açor” (1877-1905), o “San Miguel” (1905-1930), o “Lima” (1923-1968), o “Carvalho Araújo” (1930-1972), os gémeos “Arnel” (1955-58), naufragado em Santa Maria a 19 de Setembro de 1958, “Cedros” (1955-73) e por último o “Ponta Delgada” (1962-85), transferido depois para a Companhia de Transportes Marítimos (CTM), criada a 4 de Fevereiro de 1974 pela fusão da Insulana, que dois anos antes absorvera já a Frota das Companhia de Navegação dos “Carregadores Açoreanos”, com a Companhia Colonial de Navegação. De permeio, operara também nas Flores, a partir de Julho de 1920, pelo menos, a

empresa Transportes Marítimos do Estado (1916-1925), designadamente com os vapores “Lagos”, “Gil Eanes”, “Lima”, vendido depois à EIN, e “San Vicente” (Gomes, 2003).

Quanto às ligações aéreas, se é verdade que já se discutia no Verão de 1963 a localização de um futuro aeródromo nas Flores, com uma pista de 1400 metros, o certo é que o rápido avanço do projecto florentino ficou a dever-se aos compromissos assumidos por Portugal no acordo luso-francês, assinado a 7 de Abril de 1964 (Gomes, 2003).

As obras para a construção da pista arrancaram no ano de 1964 sob a responsabilidade da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil (DGCA), todavia passados quatro anos a sua extensão não ia além dos 600 metros. Apesar disto, esta pista improvisada conseguiu receber a 15 de Outubro de 1968 o seu primeiro avião, um DC-3 “DAKOTA” da Força Aérea Portuguesa (FAP) que ali se deslocou em serviço de urgência médica (Gomes, 2003).

A 5 de Dezembro de 1972 inicia-se a primeira obra de prolongamento da pista que passou dos 1010 metros iniciais para os 1130 metros de comprimento (Dias, 1998). É em 1992 que se dá a inauguração da pista após a segunda extensão da pista que, de momento, se estende de falésia a falésia, na extensão de 1430 metros (Gomes, 2003).



**Figura 96 – Pista do aeroporto das Flores. Ilha das Flores, 2008.**

Trigueiro (2003) refere que por incapacidade da SATA, o aeroporto, apenas passaria a servir regularmente as populações locais depois do “25 de Abril” de 1974, na sequência da nacionalização daquela e a seguir à instituição da Autonomia dos Açores. Contudo, desde 1973 a SATA já efectuava voos para as Flores em regime de fretamento, recebendo a companhia do Ministério da Defesa Nacional, a título de compensação, um subsídio de 12 mil escudos por cada voo pese embora o reduzido número de passageiros e as precárias condições oferecidas pelo aeródromo das Flores (Dias, 1998).

## **2ª Fase: Pós 25 de Abril de 1974 e Conquista da Autonomia dos Açores**

Na altura em que se iniciou a Autonomia, das seis ilhas pequenas do arquipélago, a única que já possuía aeroporto, hospital, electricidade em todas as localidades e água de

pressão canalizada em todas as freguesias, face à elevada quantidade de nascentes fortes nela existentes, era a ilha das Flores (Trigueiro, 2003).

Quando em 1976 se verificou a criação do primeiro Governo dos Açores, estabeleceu-se como prioritária a construção de portos e de aeroportos em todas as ilhas. Por outro lado, estava-se num período de transição importante, já que nesse tempo nos Açores ninguém queria viajar por via marítima, tanto mais que a “Revolução” estava a extinguir a preciosa Marinha Mercante, nomeadamente a de passageiros, onde Portugal fora dos maiores e levando a que a maioria pretendesse viajar de avião (Trigueiro, 2003).

É desta forma que o último autor refere que, o programa do Governo logo projectou para que essa política fosse iniciada nas ilhas mais populosas que ainda não tivessem portos de abrigo (ou acostáveis) e aeroportos. Nesse tempo não tinham portos as ilhas do Pico, Graciosa, Santa Maria, Flores e Corvo. Não tinham aeroportos as ilhas do Pico, São Jorge, Graciosa e Corvo (Trigueiro, 2003).

Como nos refere Gomes (2003) *“Tivesse o Governo português autorizado o estabelecimento de um simples cabo submarino entre a Europa e os Estados Unidos da América (EUA), tocando como ponto de apoio as Flores, e teria já ganho a ilha, no último quartel do século XX, sem quaisquer gastos para o erário público, um porto de abrigo para 12 navios.”* Segundo Gomes (2003), em resposta a esta proposta apresentada pelo florentino Vicente Peixoto Pimentel, em representação de uma companhia telegráfica, o Governo português indeferiu a proposta *“com o pretexto de que em lugar da linha requerida devia a companhia fazer outra de Lisboa a São Miguel e de São Miguel às Flores, afim de ligar Portugal aos Estados Unidos”* (Diário Ilustrado, 1879).

Perdida esta hipótese ímpar de construção de um porto acostável naquela altura, a inauguração do porto acostável das Flores vem a datar somente em 12 de Junho de 1994, pese embora a ocorrência da atracagem (sobejamente festejada) em 9 de Janeiro de 1992 do navio “Miguel Corte-Real” (navio comercial) (Gomes, 2003).

Outra das prioridades após a conquista da Autonomia era a garantia de ligações aéreas no Arquipélago. É a 5 de Junho de 1975 que se dá então, início aos voos regulares da SATA para a ilha das Flores, com a realização do primeiro voo comercial Horta-Flores, para o qual foram convidadas as autoridades representativas dos três distritos açorianos (Correio da Horta, 1972).

A partir de Dezembro de 1976, o aeroporto das Flores começou também a ser utilizado pelos helicópteros PUMA, da Força Aérea Portuguesa, nas suas “missões” de transportes de doentes para o Hospital de Angra do Heroísmo (Dias, 1998).

Os voos da SATA passam a ser semanais em 1977, inclusivamente no Inverno, embora continuassem a haver inúmeros problemas, nomeadamente a falta de combustível para abastecimento das aeronaves quer nas Flores quer no Faial ou a inexistência de instalações adequadas no aeroporto (Dias, 1998). Tal situação só é ultrapassada com a entrada em funcionamento da aerogare, cuja construção fora iniciada em 1982 (Bragaglia, 1999).

Com a saída do arquipélago, do paquete *Ponta Delgada*, que foi vendido em Setembro de 1985 à CONTRAMAR – Companhia de Transportes Marítimos, cessa também, o serviço de transporte marítimo regular de passageiros com as Flores e torna o avião o único meio de transporte possível para além do curto horizonte da ilha do Corvo (Gomes, 2003).

Naturalmente, de forma célere tornam-se insuficientes os dois voos semanais que a SATA realizava em 1985 para as Flores, ainda mais tendo em conta a existência de uma movimentação anual de 30 mil passageiros (Gomes, 2003).

Quanto aos transportes terrestres, como vimos anteriormente, é a partir de 1977 que o transporte colectivo de passageiros passa a ser garantido pela Federação de Municípios da ilha das Flores, embora a sua regularidade continue por esta altura estar limitada à reduzida frequência de três dias por semana.

### **3ª Fase: Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

Segundo Trigueiro (2003), apesar daquela prioridade a nível Regional, o porto da ilha das Flores levou anos de indecisão política (interesses políticos e influência das “pessoas de peso” da ilha) acerca do seu local de construção, sendo o mesmo apenas decidido em 1987 com a decisão política de Mota Amaral que chamou a si a responsabilidade da escolha. Desta feita, dá-se o anúncio da construção do porto da baía das Lajes em simultâneo com um conjunto de obras previstas para as Flores. Entre elas, salienta-se a ampliação do aeroporto, que implicava grandes obras de transformação da vila de Santa Cruz, a construção de edifícios da Casa do Povo da freguesia de Ponta Delgada, do Lar de Idosos de Santa Cruz, da Fábrica de Lacticínios e do edifício hoteleiro “Siturflor”, aproveitando-se deste modo, a deslocação de empresas e respectivos equipamentos à ilha, tal como havia sido feito nas outras (Trigueiro, 2003).

Segundo este autor, é entre meados da década de 1980 e meados da década de 1990, que a ilha das Flores conheceu o mais elevado surto de desenvolvimento, que terá superado o verificado na década de 1960 para a chegada dos franceses.

O mesmo nos confirma Gomes (2003) quando nos diz que a obra de construção do porto acostável (inaugurado somente em 12 de Junho de 1994) das Flores foi integrada numa vasta empreitada de construção de infra-estruturas de transporte no grupo ocidental, consignada em Outubro de 1988, e que incluía ainda, entre outros trabalhos, a ampliação da pista do aeroporto das Flores e a construção do porto da Casa, na ilha do Corvo.

O transporte de mercadorias encontra-se limitado a um regime quinzenal, o qual pode ser ampliado consoante o registo de um inverno mais ou menos rigoroso.

Quanto às ligações aéreas, desde os anos 90, operam regularmente na pista das Flores, os aviões da SATA Air-Açores do tipo *ATP – Advanced Turboprop*, de 64 lugares, e um *DORNIER DO 228*, que garante as ligações com o Corvo desde 29 de Março de 1993 (Gomes, 2003).



**Figura 97 – Porto das Lajes. Ilha das Flores, 2008.**



**Figura 98 – SATA Air-Açores do tipo ATP de 64 lugares. Ilha do Faial, 2008.**



**Figura 99 – DORNIER DO 228. Ilha do Corvo, 2008.**

Contudo, ainda hoje, no que toca ao sector dos transportes, não existe um sistema de transportes rodoviário diário e regular que ligue toda a ilha. Apenas às segundas, quartas e sextas-feiras circula um autocarro da câmara que sai das Lajes das Flores às nove horas e

trinta minutos da manhã, e que passa por todas as localidades até chegar à Vila de Santa Cruz por volta das dez horas e quinze minutos, retornando desta às catorze horas e trinta minutos desse dia, fazendo o percurso inverso e chegando às Lajes às quinze horas e dez minutos. Este mesmo autocarro segue ainda para a Fajã Grande a partir da sua chegada às Lajes, chegando à Fajã Grande às dezasseis horas.

De Ponta Delgada, nesses mesmos dias (segundas, quartas e sextas-feiras) sai às oito horas da manhã outro autocarro que percorre as povoações do Concelho de Santa Cruz, chegando a esta Vila às oito horas e quarenta minutos da manhã. O seu regresso dá-se, com saída de Santa Cruz às catorze horas e trinta minutos, com chegada a Ponta Delgada às quinze horas e dez minutos.

Às segundas, quartas e sextas-feiras sai um autocarro da Fajã Grande às nove horas e trinta minutos com destino a Santa Cruz das Flores (chegada às onze horas da manhã). Esta povoação (Fajã Grande) tem ainda uma outra ligação às quintas-feiras que faz o percurso específico Fajã Grande-Fajãzinha-Mosteiro-Santa Cruz, com saída às nove horas e trinta minutos daquela primeira povoação e com chegada às dez horas e quinze minutos à Vila de Santa Cruz das Flores.

O percurso inverso inicia-se por volta das quinze horas e termina às catorze horas na Fajã Grande.

Na época de Páscoa e Natal, existe um reforço no sistema de transportes colectivos da ilha levando à existência de mais dois horários de autocarros, um ligando Santa Cruz das Flores a Ponta Delgada e outro ligando aquela Vila à Fajã Grande.

## **D.5 – A Indústria de Lacticínios**

No período que compreende as nossas 3 fases encontramos a instituição Indústria inicialmente regida pelos interesses de uma classe minoritária dominante, combatida posteriormente pelo movimento cooperativo fundado pelo Padre José Furtado Mota. Dá-se seguidamente a sua forte expansão na realidade florentina a qual é culminada por opções produtivas distintas e determinadoras do actual quadro vivido e condicionadora do seu próximo futuro.



### **1ª Fase: Ditadura Salazarista**

No princípio do século XX, com o aumento do preço do leite, houve um aumento da área de pastagens e do efectivo leiteiro que levaram a manteiga a atingir bons preços, embora a lavoura tenha continuado, todavia, amarrada aos preços inicialmente combinados com a indústria, pelo que depressa as suas receitas nem davam para cobrir as despesas da mercearia, por regra, propriedade também dos industriais de lacticínios. Como exemplo comparativo, vendia-se na ilha, igualmente naquele tempo, o gado a uns irrisórios \$16 por quilo, apesar do quilo de carne em Lisboa custar 1\$00 (Gomes, 2003).

Este último autor menciona que o movimento cooperativo surge assim em força por intermédio do Padre José Furtado Mota, pároco do Lajedo, que em 1916, desencadeia uma campanha a favor da criação de sindicatos agrícolas, tendo como objectivo o fabrico de lacticínios e a criação de gado a liquidar em Lisboa por conta própria.

Com a designação de “Sindicato Agrícola da Ilha das Flores”, a primeira cooperativa nasce no Lajedo, onde, de forma irregular, com o estatuto de mútua confiança dos seus sócios, começa a funcionar ainda em 1916 apesar da sua escritura ter sido apenas assinada a 5 de Janeiro de 1918. Este primeiro sindicato viria a funcionar até à década de 70, promovendo, a exemplo dos demais que depois foram sendo criados, a produção de manteiga e a exportação de gado, e adquirindo, para venda aos associados, alguns bens essenciais e produtos, alfaías e equipamentos agrícolas (Gomes, 2003).

O aparecimento de novas cooperativas, pela concorrência que representavam, suscitou, todavia, uma poderosa campanha contra os seus mentores e associados por parte da maioria dos industriais do ramo, à excepção, do industrial António Luís de Freitas, das Lajes, que aderiu desde o início ao movimento, do qual foi um dos mais influentes fundadores (Trigueiro, 1985).

As reuniões dos cooperativistas eram algumas proibidas outras fiscalizadas, fizeram-se ameaças e esperas em caminhos mal frequentados, recusaram-se arrendamentos (renunciando-se outros) de terras aos associados (Gomes, 2003).

Chegou a haver a proibição por parte das autoridades locais da exportação de gado e de manteiga dos sindicatos, que chegaram a ter em armazém cerca de 30 toneladas deste produto. Tal situação só foi contornada por extensa exposição do padre Mota ao Alto-comissário do Governo nos Açores, que fez deslocar às Flores o navio “Granja” para escoá-los. Num embarque clandestino, que haveria de valer multas de 400\$00 a cada barco e respectivo mestre, foram carregadas 430 cabeças de gado e 32 toneladas de manteiga. Apesar



de, por instâncias das autoridades da ilha, ter sido mandada sair do porto da Horta em sua perseguição uma canhoeira de guerra a operação salvou-se visto o “Granja” ter-se apressado a arribar à Calheta de São Jorge, onde procedeu à legalização do despacho alfandegário (Gomes, 2003).

Paralelamente, segundo este mesmo autor, em Santa Cruz, a fábrica do movimento foi também assaltada pela guarda republicana, preso o funcionário, buscas foram feitas às casas de alguns associados e arrematada em hasta pública a manteiga ali apreendida. Houve igualmente condicionamento da autorização ao administrador do concelho (filho do mandante político local). Tal situação foi igualmente exposta ao Governo por extenso relatório, arquivado num dos cartórios da ilha, e apresentado pelo padre Mota, o que valeu a demissão do juiz e do delegado do procurador da Comarca das Flores (Trigueiro, 1985).

Na década de 40, estavam ainda em funcionamento a “Sociedade Agrícola da Ilha das Flores”, no Lajedo, a “Cooperativa Associação de Lacticínios”, na Lomba, a “Cooperativa Frutuária de Produção de Lacticínios” na Fazenda, a “Cooperativa Frutuária de Produção de Lacticínios dos Morros e Monte”, nas Lajes, a “Sociedade Agrícola da Fajã Grande”, na Fajã Grande, a “Cooperativa Leiteira de Santa Cruz”, em Santa Cruz, cuja fábrica de manteiga foi totalmente destruída por um incêndio em 1952, e as firmas “Maurício António de Fraga & Companhia Limitada”, nas Lajes, última empresa, que nos anos que se seguiram à I Grande Guerra adquirira na ilha várias pequenas fábricas, laborou 1 360 000 litros de leite em 1941 (Gomes, 2003).

Surge ainda em 1951 a “Cooperativa Agrícola de Lacticínios de Ponta Delgada” (As Flores, 1952), sendo estudada em 1954 a construção de uma nova fábrica de lacticínios para a Federação das Cooperativas, a qual, no Verão de 1973, ainda não apresentando tais instalações construídas, decide concentrar toda a sua laboração na fábrica da “Sociedade Cooperativa de Lacticínios do Senhor Santo Cristo”, na Fazenda (Gomes, 2003).

É no fim desta primeira fase que por iniciativa de José Vieira Mendonça, presidente da *Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Senhor Santo Cristo, SCARL*, se dá o início da produção de queijo face à de manteiga, não antes de uma sua consulta à possível colocação deste produto no mercado em Lisboa, como sempre o principal para os lacticínios dos Açores. Desta forma, houve uma adaptação do equipamento da cooperativa e uma maior utilização do leite dos associados para o fabrico do queijo *Tipo São Jorge*, reduzindo ao mínimo a produção de manteiga ainda no ano de 1968 (Bragaglia, 1997).

Tal iniciativa se vem a demonstrar determinante do futuro do sector secundário florentino como veremos seguidamente na segunda fase por nós determinada.

## **2ª Fase: Pós 25 de Abril de 1974 e Conquista da Autonomia dos Açores**

Não só de revoluções sociais se pautava esta segunda fase. Na ilha das Flores o sector industrial sente uma alteração de fundo nas suas principais opções produtivas, que se começou a traçar no ano de 1968 com o pioneirismo da *Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Senhor Santo Cristo, SCARL*.

De facto com o impulso, do então Presidente da Câmara das Lajes, José de Freitas Silva, e de conhecidas figuras do cooperativismo insular, as 5 cooperativas<sup>14</sup> que se uniram no projecto federativo que se tinha delineado nos anos Quarenta, escolheram centralizar a laboração nas instalações da Senhor Santo Cristo na Fazenda, já preparadas para o fabrico do queijo, a nova aposta dos lacticínios florenses (Bragaglia, 1997).

Segundo este autor, esta aposta que hoje alguns consideram questionável teria sido justificada pelo maior valor comercial do queijo, cujo fabrico requeria apenas metade dos litros de leite necessários para o fabrico de manteiga (cerca de 11 kg face aos 20 kg exigidos para a manteiga).

É assim que a produção de manteiga da cooperativa da Fazenda começa a decrescer a partir de 1974, onde as estatísticas demonstram de forma inequívoca a opção produtiva iniciada a partir desta altura: 1420 kg de manteiga em 1974, 694 kg em 1975, ficando-se pelos 139 kg em 1978, último ano de produção deste derivado do leite (Bragaglia, 1997).

A escolha recaiu sobre a Fazenda das Lajes não apenas pelo seu pioneirismo no fabrico do queijo, mas igualmente por uma questão de logística para o processo de laboração pois encontra-se aproximadamente a meio caminho entre o Lajedo e Santa Cruz, as sedes mais distantes de cooperativas associadas (Bragaglia, 1997).

Continuando com o queijo, a cooperativa procurou, uma vez mais, a vanguarda da tecnologia, sendo a primeira a introduzir as inovações necessárias para a viabilidade do fabrico. Foi durante a presidência de Mateus de Freitas Azevedo e a gestão de Ilídio Vaz (1974-75) que se adoptaram uma tina em aço inox, uma prensa em parafuso e o tanque isotérmico para conservação do leite (refrigeração), requisitos indispensáveis para seguir em frente (Bragaglia, 1997).

---

<sup>14</sup> *Sociedade Agrícola da Ilha das Flores*, no Lajedo, a *Cooperativa Associação de Lacticínios*, na Lomba, a *Cooperativa Frutuária de Produção de Lacticínios* na Fazenda, a *Cooperativa Frutuária de Produção de Lacticínios dos Morros e Monte*, nas Lajes e a *Cooperativa Leiteira de Santa Cruz*, em Santa Cruz (Bragaglia, 1997).

Segundo o último autor, a produção de leite inicialmente foi muito satisfatória, tanto que, conjuntamente com a da Lomba, conseguiu valorizar o leite muito mais do que qualquer outra fábrica da Ilha, incluindo a *Martins & Rebello* (1\$60 o litro contra 1\$10), de tal forma que vem a fabricar e a exportar um produto de boa qualidade.

Para combater a proliferação de ácaros, iniciou-se o processo de barramento dos queijos curados com cera, evitando-se desta forma também a perda de humidade e a formação de bolores. Com estas melhorias em 1975 saem da *Sr. Santo Cristo* 12 587 kg de queijo *Tipo S. Jorge* que conferem a esta cooperativa o segundo lugar a nível da Ilha das Flores, apenas ligeiramente abaixo da Cooperativa de Santa Cruz, e apresentando uma produção de cerca do dobro do fabrico da dos Morros e Monte, de Lajes das Flores (Bragaglia, 1997).

No ano seguinte os valores são sensivelmente iguais (12 564 kg), sofrendo um considerável aumento em 1977 passando para os 16 794 kg. Contudo, Santa Cruz e Lomba já ultrapassam as 20 toneladas. Em 1978 as quantidades de queijo *Tipo Ilha* ainda se mantêm na mesma ordem de grandeza (16,2 toneladas) (Bragaglia, 1997).

O mesmo autor refere que apesar de tão promissora iniciativa os progressos e equipamentos para o fabrico de lacticínios são contínuos e o mercado prossegue em inexorável transformação, ou seja, apenas uma acentuada concentração industrial consegue acompanhar a evolução e realizar os investimentos indispensáveis, para o fabrico do queijo segundo os novos e cada vez mais exigentes padrões de qualidade. O que não é o caso, evidentemente, de uma pequena cooperativa das Flores, onde às preocupações do fabrico e da comercialização se acrescentam problemas administrativos, com alguma rivalidade interna à mistura (Bragaglia, 1997).

Ao longo da década de 60 assiste-se ao desaparecimento factual das cooperativas da Fajã Grande e Ponta Delgada, que voltaram novamente mas por curto espaço de tempo a acreditar no associativismo. Concomitantemente a *União de Cooperativas da Ilha das Flores* surge na Fazenda (embora sem uma fábrica própria para laboração) fundada por 5 cooperativas com uma longa tradição associativa: Lajedo, Morros das Lajes, Fazenda, Lomba e Santa Cruz onde o grande sonho da concentração industrial mostrou logo cedo a sua fragilidade quando acabou passado apenas um ano após a sua concretização (Bragaglia, 1997).

Em Portugal continental, havia no 25 de Abril de 1974, cerca de 950 cooperativas contra 3 596 em Dezembro de 1977. Por esta altura, as Cooperativas Agrícolas passaram de 435 a 1356, incrementando o seu número em 921 unidades. Este aumento deveu-se sobretudo

à formação de cooperativas agrícolas de produção na área da Reforma Agrária, e à transformação dos ex-Grémios da Lavoura em cooperativas de Compra e Venda, cooperativas que irromperam logo após o incentivo à sua constituição, antes e depois da nacionalização das terras e da extinção das estruturas corporativas (Bragaglia, 1997).

### **3ª Fase: Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

Pouco antes da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), a micro economia florentina se começa a sentir face aos seus opositores europeus. Senão, vejamos um artigo do Jornal *As Flores* de Outubro de 1985 intitulado *Holandeses ao ataque... Queijo Ilha com Dificuldades de Mercado*:

*«...O mercado continental está inundado de queijo “holandês”. Isto mesmo foi recentemente comunicado à Cooperativa das Lajes. Pior do que isso, sucede que, tratando-se de queijo do mesmo tipo o preço é mais barato do que o nosso. O que coloca o produtor florentino entre duas opções, qual delas a pior: vender mais barato, porventura em condições de inviabilidade económica, ou ficar com o queijo em armazém.»*

*«... não se tratará (ainda) de uma situação dramática, mas é de qualquer forma uma situação que urge analisar, com vista a encontrar as adequadas soluções. Lembrando sempre que, se agora com a existência de barreiras alfandegárias já os estrangeiros conseguem colocar no nosso mercado um produto (neste caso o queijo), a preços inferiores ao da produção nacional, após a adesão à CEE (prevista para 1 de Janeiro próximo), a situação será certamente mais difícil, podendo mesmo tornar-se catastrófica. Existem apoios comunitários para a modernização na nossa indústria, existe o proteccionismo do período transitório. Forçoso se torna que os saibamos aproveitar. Até por razões de sobrevivência...»*

Com o não avanço em matéria de unificação da produção cooperativa nas Flores (só permanecem em funcionamento duas cooperativas além da *Martins & Rebello*) e graças à forte influência da emigração (2068 saídas para os EUA e Canadá entre 1960 e 1980) reduz-se de forma proporcional a matéria-prima disponível permitindo nesta altura avaliar a opção queijo no declínio económico florentino (Bragaglia, 1997).

Paralelamente, os fortes incentivos da CEE no que toca à especialização do sector da carne acrescidos da redução factual da aposta no sector leiteiro levam, segundo Casaca (1985), ao forte declínio sentido hoje neste último sector. Este autor refere que a especialização carne pode ser entendida em termos micro económicos, como forma de determinadas unidades ou áreas agrícolas subaproveitarem os excedentes leiteiros, em

alternativa ao abate prematuro ou à exportação de gado vivo, cada vez com menos viabilidade económica. A nível macroeconómico o mesmo autor menciona que a especialização carne pode ser pensada para áreas com grandes problemas de humidade e apenas quando não for praticável o transporte dos excedentes de produção leiteira para tais áreas.

Para Casaca (1985), fora daqueles parâmetros, *“Propor a especialização carne como alternativa à produção leiteira é, no entanto, de todas as alternativas concebíveis, a mais desastrosa e apenas compreensível como forma planeada de desertificar os Açores...”*

No que toca às Flores o mesmo autor afirma de forma algo controversa, que: *“...ignorando a larga tradição histórica da sua indústria leiteira, as suas claras vantagens comparativas para essa produção, a imperiosa necessidade de inverter o processo de desertificação que se vive nessa ilha, a sua importância geo-estratégica fundamental e, acima de tudo, a opinião dos seus habitantes, o Governo Regional decidiu promover aí a especialização carne. Essa decisão é simultaneamente grave e significativa daquilo a que a aculturação primária de interesses externos pode conduzir”*.

Segundo Reis (2008), ao contrário do que diz este último autor, existe por parte da Direcção Regional um apoio real à Cooperativa Ocidental, CRL sedeadada na Vila de Santa Cruz das Flores, regulamentada em portaria e cujo montante no presente ano ascendeu aos 250 000 euros. Apesar destes apoios e da franca vantagem monetária no sector leiteiro face ao da carne, continua-se a verificar o declínio do primeiro. Tal tendência é verificada essencialmente pela redução das pessoas que se querem dedicar à agricultura, além da maior complexidade produtiva do sector leiteiro face ao da carne, mais exigente em horas de trabalho e tecnologia.

Para Bragaglia (1997), o primeiro resultado tangível da dupla aposta nas especializações *Queijo & Carne* é a catalepsia da indústria de lacticínios, a única que venceu na Ilha das Flores desde o seu povoamento.

Como fundamento desta argumentação podemos observar no quadro 43 que, de todas as ilhas do Arquipélago, aquela que passados dez anos apresenta valores inferiores de entrega de leite nas fábricas entre 1994 e 2004, é a ilha das Flores. Todas as demais apresentam valores acima dos apresentados no início do período analisado.

Nesta fase a fábrica de Lacticínios da União das Cooperativas da Ilha das Flores surgida em 1994 vem a substituir a antiga unidade industrial da firma “Martins & Rebelo”, a qual já vinha, no entanto a laborar sob a responsabilidade da União de Cooperativas, depois da empresa lisboeta haver cessado a sua actividade na ilha em Maio de 1991 (Gomes, 2003) e em 1999 dá-se a inauguração do matadouro das Flores na Vila de Santa Cruz.



**Figura 100 – União de Cooperativas Agrícolas da Ilha das Flores.  
Santa Cruz das Flores, 2008.**

**Quadro 43 – Leite de vaca entregue nas fábricas, por ilha e por ano**

	Unidade: Litros										
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
AÇORES	341 631 812	366 761 915	367 746 815	393 499 972	422 638 881	474 231 308	501 962 515	482 788 514	505 009 912	492 211 174	491 275 641
São Miguel	216 424 525	232 425 409	228 750 831	242 526 090	267 074 434	297 061 172	317 492 155	306 517 585	322 963 745	313 792 567	308 578 284
Terceira	81 990 257	89 199 347	91 286 235	100 822 289	102 832 685	119 367 228	126 057 983	119 898 150	124 201 661	121 568 844	125 058 828
Graciosa	2 645 628	2 888 422	3 156 013	3 675 574	4 128 683	4 896 149	5 248 323	5 317 886	5 756 149	6 204 601	6 793 104
São Jorge	20 776 150	21 741 446	23 513 300	25 702 265	26 973 316	29 310 265	29 420 889	28 854 894	28 920 368	28 065 147	27 992 703
Pico	6 370 980	6 026 618	6 839 153	6 542 850	7 209 145	7 950 956	8 342 389	8 043 915	8 519 426	8 355 842	8 427 051
Faial	12 574 484	13 646 669	13 457 285	13 555 383	13 518 877	14 481 640	14 189 310	13 080 749	13 735 914	13 200 417	13 498 249
Flores	849 788	853 964	745 998	675 521	901 741	1 163 898	1 211 466	1 075 335	912 649	941 315	846 638
Corvo	x	x	x	x	x	x	x	x	x	82 441	80 784

Fonte: SREA, 2005.

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, e com ele, o contacto directo da micro economia regional com a Europa, começa a levantar os problemas de uma relação inter comunitária sem barreiras alfandegárias e sem protecção à livre concorrência, sobretudo quando as próprias políticas agrícolas difundidas pela comunidade esbarram com a sua não adaptabilidade devido às especificidades inerentes aos seus países membros e suas respectivas regiões.

Depreende-se a partir deste quadro a apreensão de muitos agricultores florentinos face ao seu futuro, sobretudo quando não existe por parte da maioria o correcto direccionamento dos apoios actualmente ainda existentes.

## **E – Mercado**

O primeiro aspecto das relações externas da economia portuguesa a ser alvo de registo estatístico foi, evidentemente, o do comércio, e isso por duas razões: era o de maior vulto quantitativo nas épocas anteriores à formação da economia mundial contemporânea e nos primórdios desta; e era aquele que proporcionava maiores receitas ao Estado, através da cobrança dos direitos aduaneiros, particularmente dos direitos de importação. A elaboração de estatísticas anuais do comércio externo português, classificado por tipos de bens e por parceiros comerciais, começou intermitentemente no segundo terço do século XIX e tornou-se regular a partir de 1865. Essas estatísticas foram publicadas com as seguintes designações (Fontoura & Valério, 2001):

- a) Em 1842, 1843, 1848, 1851, 1855, 1856 e 1861 e de 1865 a 1867 — *Mappas Geraes do Commercio de Portugal*.
- b) De 1868 a 1879 — *Estatistica Geral do Commercio de Portugal*.
- c) De 1880 a 1896 — *Estatistica do Commercio de Portugal*.
- d) De 1897 a 1920 — *Commercio e Navegação*.
- e) De 1921 a 1937 — *Estatística Comercial*.
- f) De 1938 a 1966 — *Comércio externo*.
- g) De 1967 a 1992 — *Estatísticas do Comércio Externo*.
- h) De 1993 em diante — *Estatísticas do Comércio Internacional*.

A exactidão das estatísticas portuguesas de comércio externo suscitou, como é natural, alguma discussão, sendo geralmente admitido que existe alguma subavaliação das importações por causa do contrabando e subavaliação das exportações, especialmente durante a década de 1920, devido à existência de controlos de câmbios, envolvendo elevados direitos de exportação, ainda que reembolsáveis. É também geralmente admitido que o rigor das estatísticas do comércio internacional diminuiu a partir de 1993, devido à abolição dos registos aduaneiros nas transacções com os países da União Europeia (Fontoura & Valério, 2001).

O panorama florentino relativamente a este tópico não é diferente. A maioria dos registos mais recentes (último século) do comércio da ilha relativamente ao seu universo envolvente (Região Autónoma, Continente ou resto do mundo) perdeu-se aquando da destruição parcial do edifício (pela queda de parte do telhado) onde tais documentos se



encontravam armazenados. A sua história, no entanto, torna-se digna de menção, até para podermos perceber as particularidades a ela inerentes.

### **1ª Fase: Ditadura Salazarista**

Nesta primeira fase e segundo Gomes (2003), o “Ciclo da Vaca” nasce a partir das primeiras décadas do século XX, graças à importação de farinha e trigo a baixo preço, primeiro, e, pelo incremento da indústria de lacticínios depois, que levaram a que as cearas fossem sendo gradualmente transformadas em pastagens, dando, assim, origem à queda da produção de milho e início do ciclo acima mencionado.

Este último autor diz-nos igualmente que: *“Com um comércio diminuto e pouco expressivo, assente no sistema de trocas, dentro da ilha e até com a navegação que a visitava, a refrescar, a moeda foi algo que nunca abundou nas flores. E como era pouca – a exemplo, de resto, do que se passaria na generalidade das outras ilhas –, sucediam-se, também, com demasiada frequência, as chamadas “crises monetárias”, levando a que entrassem em circulação diferentes moedas estrangeiras, designadamente espanholas, brasileiras e, mais tarde, americanas.”*

De acordo com este último autor está Almeida (2008), que nos diz que no primeiro quartel do século XX o comércio na ilha das Flores era relativamente fraco, à mercê do pouco numerário em circulação. Desta forma, era comum ver-se nos primeiros anos de 1900 a utilização vulgar da águia em ouro, que tinha o valor de 20 dólares, para comprar ou vender quase tudo, especialmente casas, terras e gado (Almeida, 2008).

Tal situação é denunciada no Jornal “O Florentino” de 4 de Novembro de 1922 e cujo autor do artigo definia como abuso pedindo às autoridades responsáveis para pôr termo a tal situação: *“É público e notório que em todas as freguesias desta ilha (...) a ganância ultrapassou os seus limites, a ponto de haver o descaramento e o arrojo de se efectuarem vendas e compras por moeda americana – o dólar –, desprezando assim o escudo, moeda nacional e a única que devia ser empregada para tais contactos”.*

A importância desta última moeda estrangeira reflectia-se inclusivamente na formação de novas famílias pois os homens raramente casavam antes de irem à América ganhar dinheiro. As raparigas de então não queriam casar com os “verdes” como eram chamados os que ainda não tinham emigrado. O desenvolvimento comercial, com alguma indústria de permeio, dá-se por volta dos anos 40-50 do século XX, contando-se na ilha das Flores por essa altura cerca de 10 000 habitantes (Almeida, 2008).

Segundo esta mesma fonte: *«Nesse tempo a vida era muito dura, especialmente para aqueles que não possuíam terra. Lembra-me de o meu pai trabalhar de sol a sol, aproximadamente 12 horas para ganhar um alqueire de milho (12 kg)».*

*«Igualmente por essa altura os lavradores já laboravam no fabrico de manteiga, agrupados nas suas cooperativas. Anteriormente entregavam o leite aos industriais locais que pagavam o que queriam e quando lhes apetecia».*

Entretanto, já no dealbar do século XX, foi organizada em Santa Cruz a “*Caixa Económica Florentina, SARL*” com o propósito de apoiar sobretudo o pequeno comércio, cujo desenvolvimento encontrava então difícil obstáculo nos elevados juros praticados (Gomes, 2003).

Gomes (2003), refere-nos que esta sociedade anónima de responsabilidade limitada teve vida efêmera visto que, após a sua fundação em 1902 acabou por ser dissolvida em 1912, na sequência de maus resultados financeiros.

Após a sua falência a banca nacional e regional procurou reocupar aquele espaço, alargando a sua rede de correspondentes nas duas vilas. De tal forma que, em 1946, já existiam quatro diferentes correspondentes de diferentes “bancos e banqueiros” (Gomes, 2003).

Quanto às Organizações existentes nesta fase podemos mencionar as relacionadas com o mercado da baleia e seus derivados, assim como, as representantes de outras áreas de actuação.

É na Segunda Guerra Mundial que o óleo de baleia começa a ser valorizado. Embora anteriormente, as baleias tenham sido arpoadas na sua maioria por barcos norte-americanos, nesta fase, das três embarcações em actividade, duas eram de Santa Cruz e uma das Lajes. É assim que, nas Lajes surge a firma Maurício António de Fraga, que depois passará a acrescentar Companhia Lda. Esta é a dona da armação localizada nas Lajes que para além de ter uma armação baleeira com fábrica para derreter o óleo tinha ainda barcos de carga que eram utilizados na descarga do navio e no transporte de mercadorias para a Fajãzinha e Fajã Grande onde a mencionada firma possuía filiais. Acresce a estas actividades o fabrico de manteiga e apresentava nas Lajes um bom estabelecimento onde se comercializava quase tudo. Tinha igualmente boas representações, tais como, a fábrica de tabaco Estrela, farinha em sacos de 60 kg, combustíveis da Mobil, entre outras e ainda uma drogaria onde se vendiam medicamentos (Almeida, 2008).

*“Entretanto surge em 1938 um novo estabelecimento, a loja do Germano (João Germano de Deus) que fora empregado do Sr. Maurício de Fraga. O Germano, como era*

*conhecido, graças à sua dinâmica não leva muito tempo para ser aquele que mais vende nas Lajes. Adquire já nos anos 60, um táxi e depois duas furgonetas, para fazer a carreira Fajã Grande, Lajes, Santa Cruz onde inclui todas as freguesias, até esta última. Em seguida adquire um autocarro pois as furgonetas já não dão vazão. Serviço este mais tarde, substituído por autocarros da Federação dos municípios” (Almeida, 2008).*

Esta última fonte refere ainda que, quanto às outras freguesias (Fajãzinha), para além da filial da firma Fraga tiveram na viúva de António Pureza Ramos, uma comerciante dinâmica que chegou a importar em barcos pequenos, tipo cabotagem, louça de barro de Santa Maria.

Em todas as freguesias existiram comerciantes esporádicos sendo os produtos mais procurados principalmente sal, sabão, petróleo e tabaco. O dinheiro não chegava para muito mais e este último era cultivado para uso próprio na ilha. O transporte de mercadorias para outras freguesias era feito com carros de bois. Os transportadores levantam-se às duas da manhã para aproveitar o fresco da madrugada (Almeida, 2008).

A mesma fonte refere que, era extenuante para os animais este serviço prestado por antigos caminhos e ainda por vezes às escuras e por baixo de mau tempo e, embora saibamos que as mercadorias transaccionadas eram principalmente as acima mencionadas, também havia em determinada altura do ano a compra de vários barris de água ardente (caso específico da freguesia da Fajãzinha).

A freguesia da povoação de Ponta Delgada (localizada mais a Norte na ilha), também tinha dificuldades com o transporte, sendo este feito por mar quando o tempo o permitia. Por esta altura um comerciante que se evidencia é João Figueiredo, oriundo do Continente vem para as Flores integrado no pessoal que vem construir o farol de Ponta Delgada. Após a conclusão desta obra fica naquela ilha indo às Lajes amiúde (Almeida, 2008).

As moedas de troca utilizadas nos anos 50 e 60 nas Freguesias, principalmente na do Mosteiro, identificavam-se com a banha de porco, o milho, as batatas e por vezes pão (Almeida, 2008).

Podemos depreender pelo o atrás exposto que praticamente tudo era produzido na ilha nesta fase e, com o pouco numerário circulante, criam-se as condições para um contacto mercantil com o exterior reduzido e restricto a alguns produtos chave como os oriundos da indústria baleeira e leiteira.

Segundo Armas (1982): *“Bastante afastados dos grandes mercados, por um mar nem sempre pacífico, sem portos dignos desse nome, sem barcos suficientes e apropriados às suas necessidades; sem incentivos a quaisquer investimentos reprodutivos, os Açorianos*

*começaram então a emigrar. Os que por aqui ficaram, com fracas alternativas de vida, são os herdeiros de um passado pleno de vicissitudes que na maioria se apoiaram, para sobreviver, na referida pecuária, cada vez melhor adaptada ao ambiente.”*

Tal autor refere que o comércio da carne nos Açores gravitou desde 1950 até ao princípio dos anos 80 à volta dos preços correntes em Lisboa e Porto, com raras excepções.

Os preços dos transportes marítimos – reduzidos a 3 a 4 barcos – praticados pela única empresa de navegação de então – a Insulana – eram iguais para qualquer tipo de bovino, o que promoveu a exportação de animais cada vez maiores – Raça Ramo Grande (Armas, 1982).

Nesta fase o consumo local de carne era e continuava baixo apesar do incremento ligeiro que sofreu (13 kg/ano para bovinos e 8 kg/ano para suínos). Não será portanto de estranhar que os vitelos quase não tivessem preço, ainda mais tendo em conta que a alimentação dos açorianos assentava mais no leite e nos lacticínios a par com os abates domésticos do porco e da galinha. Os vitelos eram mortos à nascença ou oferecidos aos amigos (Armas, 1982).

É com a política dos viteleiros subsidiados pelo Governo Nacional que se começa a fomentar a produção e o consumo da carne. Com aquela surgiram então as primeiras tentativas de ligação comercial entre os Açores e o Continente, o que levou a Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP) à construção dos seus parques de retém em Palmela (Armas, 1982).

Com o aumento conjunto que se fez sentir entretanto, quer da população no Continente quer do seu poder de compra dá-se então a forte valorização dos vitelos.

Tais aumentos de procura não são compensados pela oferta continental havendo necessidade de recorrer aos animais dos Açores, despoletando assim a intensificação das exportações insulares.

Contrariamente ao que seria de esperar, o preço da carne vendida nos Açores não sofreu valorização visto os Governadores dos Distritos procurarem manter tão baixo quanto possível os preços da carne vendida ao público tendo como preocupação de fundo a garantia de acesso à carne por parte da população insular em geral (Armas, 1982).

Isto acarretou como não é difícil de imaginar tensões sociais, mormente com a lavoura que embora protestando contra esta arbitrariedade governamental nada podia fazer visto estar num regime ditatorial.

É igualmente compreensível que negócios paralelos vigerassem, exemplo disso dá-nos Armas (1982), quando nos refere que vitelos comprados a 1 000\$00 nos Açores eram vendidos no Continente por 4 000\$00 e 5 000\$00 no Continente.

A carne era igualmente comprada a 40\$00 o quilo nos Açores e vendida no Continente por mais do dobro. Felizmente, e segundo o mesmo autor, a JNPP neutralizou alguns excessos através das suas intervenções (Armas, 1982).

Tal limitação nos preços não incentivava a venda de gado por parte da lavoura para o público sendo normal a carne comercializada ser proveniente de vacas velhas.

Como nos diz Armas (1982), as exportações de gado feitas pelas Delegações ou sob controlo delas, moralizaram atitudes abusivas de negociantes locais ou dos que por aqui apareciam como aves de arribação, em busca de negócios fáceis e altamente lucrativos.

Foram as intervenções muito úteis dos Grémios de Lavoura, em estreita colaboração com as Delegações, que contribuíram para a defesa dos preços justos da carne (Armas, 1982).

Somente a partir da 2ª Fase é que começou a haver regulamentação para evitar este tipo de abusos.

## **2ª Fase: Pós 25 de Abril de 1974 e Conquista da Autonomia dos Açores**

Nesta fase após o término do comércio externo a nível dos produtos baleeiros permanece com expressão a exportação de lacticínios.

Já no último quartel do século XX, na ilha das Flores, a firma Maurício de Fraga seria adquirida por um sócio desta, Sr. Afonso Rodrigues Duarte. Posteriormente foram essas instalações adquiridas pelo Sr. Luís Gregório de Freitas. Ao longo do século funcionaram esporadicamente vários pequenos comércios, que o tempo (difícil por vezes, para esta actividade) se encarregou de liquidar (Almeida, 2008).

Na freguesia de Santa Cruz pela mesma altura, surgem duas firmas importantes, António C. Serpa e filhos, José J. Mendonça Flores. A primeira investe nas mesmas áreas da Firma Fraga acrescentando ainda a área da panificação. A segunda possui um estabelecimento de diversos, baleia e exploração de lacticínios, esta em representação da firma Martins e Rebelo. Estes e outros comerciantes que surgiram ao longo do século acabaram por ser liquidados (Almeida, 2008).

Por outro lado, a primeira agência de um banco comercial nas Flores data de 1 de Agosto de 1979, altura em que o Banco Comercial dos Açores abriu uma agência em Santa Cruz, pese embora a inauguração de instalações próprias só ter vindo a acontecer em 2002 (Gomes, 2003).

É finalmente, com a conquista da Autonomia e com a criação do Governo Regional e dos Serviços Agro-Pecuários, sob tutela da S.R.C.I. (Decretos Regionais de 18-79 de 20-08-

79 e 11-81 de 07-02-81), que o abastecimento local de carnes verdes e a as exportações de gado começaram a ser reguladas por esta nova entidade (Armas, 1982).

Para abastecimento, os S.R.A.P. compravam todo o gado à lavoura e forneciam a carne aos talhos, que eram todos privados, numa proporção de 60% de vacas e 40% de novilhos e a um preço constante que era de 154\$40, acrescido das taxas do Matadouro no valor de 12\$60 (Armas, 1982).

Segundo o último autor, Havia igualmente preços de compra à lavoura, todos tabelados pelo Governo Regional e, um seguro de gado. Sempre que surgia a tendência para o aviltamento dos preços estabelecidos, havia intervenção da JNPP, nas exportações, que normalizava logo a situação.

Junto dos Serviços Regionais Agro-Pecuários funcionava um Fundo de Abastecimento que arrecadava diversas receitas (combustíveis, farinhas, lacticínios, etc.) e que tinham também por missão a manutenção do equilíbrio entre a oferta e a procura nos abastecimentos públicos (Armas, 1982).

Torna-se claro que, o Fundo era favorecido pelo aproveitamento integral dos subprodutos dos matadouros.

Assistia-se a uma oficialização dos serviços de abastecimentos públicos o que, e segundo Armas (1982), poderia *a priori* trazer consigo uma certa inadaptação às estruturas da CEE.

Provavelmente, e talvez consciente desse facto, o Governo Regional tenta por essa altura transferir a exploração dos Matadouros para a iniciativa privada (Armas, 1982).

O mesmo autor refere em tom de conclusão que, relativamente às exportações de gado e de carne, o S.R.A.P. concedia autorizações de embarque, em harmonia com as exigências de consumo.

### **3ª Fase: Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

Nesta última fase por nós estabelecida podemos afirmar que a ilha das Flores é pautada por sua micro dimensão. São poucos os comerciantes e o seu peso na economia local é bastante significativo.

Podemos dividir em dois, os grupos dos cinco principais comerciantes locais.

Um primeiro grupo, correspondente aos grandes comerciantes (correspondendo a esta designação a diversidade comercial apresentada pelos mesmos) e no qual se encontram

inseridos Boaventura Ramos e Companhia, e João Germano de Deus e filho, ambos com um vasto e amplo ramo de negócios.

Tal amplitude comercial varia desde os ramos alimentar, de vestuário e calçado, até no segundo caso, ao ramo dos combustíveis, gás e materiais de construção. O primeiro destes comerciantes possui o seu estabelecimento comercial em Santa Cruz das Flores e o segundo nas Lajes das Flores.

No segundo grupo, encontramos os restantes três comerciantes com maior peso no mercado local. Braga & Braga, Luís Gregório Freitas e Lourenço & Lourenço. Todos comerciantes no ramo dos produtos alimentares. A existência de estabelecimentos destes comerciantes encontra-se representada no primeiro caso quer na Vila de Santa Cruz quer na Freguesia da Fazenda. O segundo possui um estabelecimento localizado nas Lajes das Flores e o terceiro possui estabelecimentos na Fazenda, em Santa Cruz das Flores e em Ponta Delgada.

No ramo da construção civil, encontramos para além da casa João Germano Deus e filho Lda. a empresa de João Lourenço, o maior construtor civil da ilha.

Entretanto, Santa Cruz hoje tem várias empresas de comércio, Boaventura Ramos e Companhia, firma que nasceu em 1996, José de Freitas Braga e Lourenço & Lourenço Lda formam actualmente o rosto comercial de Santa Cruz.

Somente em 1993 é criada a segunda agência bancária do Banco Comercial dos Açores, esta na vila das Lajes (Gomes, 2003). Actualmente esta entidade foi substituída pelo Banif (ano de 2008). Existem ainda, duas agências bancárias da CGD uma na Vila das Lajes e outra na Vila de Santa Cruz.

Quanto às questões mercantis da Ilha das Flores (abordadas no ponto 3.1.4 do Capítulo III da Parte II) com o resto do Mundo podemos referir a quase total dependência externa de produtos verdes e frescos. Praticamente tudo o que é relacionado com fruta ou verdura vem de fora, tirando pequenas épocas do ano em que as produções domésticas conseguem produzir alguns desses bens. Embora a balança penda para as importações as exportações continuam tendo a sua representatividade, sobretudo no que toca ao comércio de gado vivo, onde se tem verificado um aumento impressionante do número de exportadores.

Já Armas dizia em 1982 que parece claro que cada ilha possui necessidade de um matadouro à medida do seu consumo de carne e talvez também dimensionado para a hipótese de exportar carne, em vez de gado vivo. Contudo, o mesmo autor refere também que serão necessários estudos mais aprofundados para haver determinação em que medida será recomendável a concentração de abates em determinadas ilhas.

Certeza porém podemos ter relativamente ao facto de dificilmente a exportação de gado vivo desaparecerá porque nada impede a criação de animais com elevado valor zootécnico para reprodução.

Além desta situação, e independentemente desses aspectos, as exportações de vitelos, por barco ou por avião, revestem-se hoje em dia de especial interesse, devido à falta de feno e de palhas e ao elevado preço das rações industriais (Armas, 1982).

A par disto, temos de pensar que as exportações de carne, por outro lado, levantam problemas técnicos e comerciais que também requerem estudos. É que, se a exportação, por avião, de peças desossadas e embaladas no vácuo e em caixas de cartão é uma ótima solução técnica, exige por outro lado, o aproveitamento complementar dos subprodutos, selecção dos padrões de qualidade da carne e uma garantia de colocação em mercados com maior poder aquisitivo (Armas, 1982).

É igualmente maior, segundo o mesmo autor, o número de compradores quando se trata da exportação de carcaças refrigeradas além oferecer maiores facilidades aos exportadores.

À luz do pensamento aqui expresso podemos mencionar a quase total inexistência de condições para a sua garantia futura.

De facto, a Ilha das Flores apresenta uma grande lacuna a nível de infraestruturas para garantir a exportação de peças de carne devidamente embaladas e preparadas para o mercado Regional e Nacional.

É no sector comercial, a par com o dos transportes, que a ilha das Flores necessita de grandes apoios para seu desenvolvimento de forma a permitir uma redução significativa da sua ultraperifericidade.

## **F – Governo**

### **1ª Fase: Ditadura Salazarista**

Nesta primeira fase, longe de haver políticas específicas para as ilhas, havia antes o interesse em aplicar as políticas nacionais na Região.

Como nos refere Costa (2008), ao longo do tempo, e desde a descoberta até à eclosão da Autonomia de 1976, o Governo Central direccionou a economia insular para interesses que nem sempre preenchiam as necessidades e as apetências açorianas.

Os Açores só são reorganizados administrativamente de forma definitiva após a completa pacificação de Portugal Continental em 1834, modelo que vigorou até ao 25 de



Abril de 1974. Fruto da reforma de um outro 25 de Abril, este de 1835, no qual as ilhas açorianas são envolvidas nas alterações aplicadas em todo o reino e as quais levam à formação de 17 distritos administrativos no Continente e 4 nos dois arquipélagos atlânticos: Funchal, Angra (que inclui Terceira, São Jorge e Graciosa), Ponta Delgada (São Miguel e Santa Maria) primeiro, e o da Horta (Faial, Pico, Flores e Corvo) depois, pela lei de 28 de Março de 1836 (Costa, 2008).

Cada um destes distritos era liderado por um Governador e uma Junta Geral, totalmente independentes dos demais e apenas vinculados ao Governo Nacional (Costa, 2008).

As Juntas Gerais eram responsáveis pela organização da agricultura por ilha e nesta primeira fase havia por parte do governo de Salazar uma verdadeira política de investimento, que apostava no melhoramento das infra-estruturas como, por exemplo, dos caminhos agrícolas<sup>15</sup>, nas políticas de abastecimento de água, de forma a permitir o seu mais fácil acesso às explorações, e garantir o rápido escoamento dos produtos.

Procurou-se igualmente melhorar a qualidade da água e das máquinas agrícolas, assim como, disponibilizar o acesso à electricidade.

Eram delineados Planos Médios e Anuais definidos nas políticas de desenvolvimento do sector agrícola (Lourenço, 2008).

Na década de 50 do século XX, surgem com as Estações Agrárias estabelecidas na Horta, Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo, os Postos Agrícolas por ilha, os quais tinham como principal objectivo e preocupação a cada vez maior Produção (Lourenço, 2008).

Com vista a satisfazer tais objectivos dão entrada na agricultura, tradicionalmente arcaica, *inputs* como tractores pesados e material vegetal melhorado.

Sendo a Junta Nacional de Produtos Pecuários, nas décadas de 50 e 60 do século XX até ao 25 de Abril de 1974, a única entidade autorizada a importar carne e outros produtos para o exterior, regista-se o forte incentivo por parte do Governo Nacional na vertente leiteira do Sector Pecuário Açoriano (Lourenço, 2008).

Tal entidade era forte impulsionadora no início da década de 70 do século XX do Movimento Corporativista, o qual visava, a centralização da recolha do leite para a exportação. Contudo, com a falha (por motivos climáticos) da recolha do leite e sua total perda por falta de escoamento, tal opção centralizadora começou a ser posta em causa.

---

<sup>15</sup> Muitos destes caminhos agrícolas foram abertos nas Flores pelos Serviços Florestais aquando da sua implantação na década de 60 do século XX para administração dos Baldios.

Tais políticas nacionais neste amplo período da ditadura incentivavam o Sector Pecuário na vertente do Leite (Lourenço, 2008), sendo a produção Carne restringida ao abate das vacas leiteiras em fim de ciclo produtivo e sendo os vitelos muitas vezes abatidos à nascença, dada a inexistência na altura de uma indústria de processamento de carne (Amaral, 2008).

Quanto à ilha das Flores e reportando-nos a esta nossa 1ª Fase no que toca ao Sector Primário, podemos dizer que o Governo era aqui representado pelo Serviço de Desenvolvimento Agrário das Flores e do Corvo (SDAFC) e Serviços Florestais das Flores e Corvo (SFFC), pertencentes ao Governo Regional.

Apesar do Decreto-lei nº 44.609, de 1962, conferir a submissão, por utilidade pública, ao regime florestal parcial obrigatório, os baldios municipais dos concelhos das Lajes das Flores e de Santa Cruz das Flores, bem como, dos baldios paroquiais da Caveira, só viram o funcionamento dos SFFC registado em 1964 (Trigueiro, 2003).

A estes serviços presta-se o mérito da construção de muitos quilómetros de estradas e vias de penetração na ilha, e a administração dos baldios das Flores e do Corvo, onde plantaram milhares de árvores para cortinas de abrigo e madeira, arrotearam algumas centenas de hectares de terrenos incultos, secando pântanos e desbravando terrenos incultos desde sempre (Trigueiro, 2003).

Segundo este autor, aos mesmos (SFFC) podemos imputar ainda o desenvolvimento de excelentes pastagens que motivaram a que alguns florentinos também fizessem o mesmo nos seus terrenos, contando para o efeito com a sua orientação.

Apesar de, na actualidade, passarem por alguma decadência, no que resulta o envelhecimento das pastagens, a suspensão parcial das arroteias e da florestação, foram elevadíssimos os investimentos feitos na ilha através destes anos, levando a um seu maior enriquecimento, melhores capacidades de produção no sector e criação de empregos que se estenderam e estendem ainda hoje a muitas famílias (Trigueiro, 2003).

Quanto ao SDAFC, este foi fundado na ilha das Flores no ano de 1950 na freguesia da Fazenda, tendo surgido para colmatar as necessidades ligadas à Agricultura desta ilha.

Na então política de dinamização da produção, verificou-se após a sua introdução na ilha, melhorias a nível produtivo, sobretudo na Fazenda (local onde o SDAFC foi instalado) e localidades mais próximas, muito provavelmente por essa proximidade, a qual tornava mais fácil a dinamização das novas técnicas implementadas e dos novos recursos existentes e disponíveis (Armas, 2008).

Sem dúvida em ilhas pequenas e distantes como a das Flores e a do Corvo as políticas de outrora que visavam renovação das técnicas tradicionais e o incremento de novos recursos permitiu uma revolução dos hábitos seculares até então vigentes. Como nos refere Armas (2008), a introdução do milho híbrido é um dos casos mais emblemáticos pois, e apesar de inicialmente apresentar um desenvolvimento reduzido foi posteriormente bem aceite a partir do momento em que verificaram que tais variedades melhoradas davam mais do que uma maçaroca por pé.

## **2ª Fase: Pós 25 de Abril de 1974 e Conquista da Autonomia dos Açores**

Quando a liberdade e a democracia foram devolvidas ao povo português pelo movimento militar dos Capitães de Abril, em 1974, os Açores, segundo Amaral (2008), eram uma região pobre, isolada, atrasada, com a generalidade dos indicadores económicos e sociais abaixo das médias nacionais e com um modelo de autonomia administrativa e financeira completamente esgotado e deturpado por 50 anos de ditadura.

A divisão dos Açores em três distritos dotados com uma autonomia administrativa e financeira muito mitigada durante todo o longo período ditatorial levou a total não ultrapassagem dos condicionalismos e estrangulamentos que estavam sujeitos com vista ao início de um processo de desenvolvimento que, pelo menos, se aproximasse das médias nacionais, as quais igualmente se encontravam bem distantes das suas congéneres europeias (Amaral, 2008).

Como uma região atrasada de um dos países mais atrasados da Europa, os Açores, nem com a Primavera Marcelista e com a criação da Região Plano dos Açores e da respectiva Comissão de Planeamento conseguiu iniciar este processo de desenvolvimento. Aquela Comissão limitou-se a desenvolver a promoção de alguns estudos económicos, a criar alguns grupos de trabalho de natureza sectorial e a coordenar e articular os projectos de investimento das três juntas gerais com o objectivo da sua integração no Plano de Fomento Nacional e ao co-financiamento por parte do Governo Central (Amaral, 2008).

É contudo, com a Revolução em Abril de 1974, e, apesar do mérito que podemos atribuir àquela Comissão, por ter conseguido colocar a população a pensar os Açores enquanto Região, é apenas já com a Autonomia Constitucional, inscrita na Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976, que os Açores passam a ter as condições indispensáveis para definirem e promoverem o seu próprio processo de desenvolvimento. Tal deve-se em muito, segundo Amaral (2008), ao facto de a Autonomia ter deixado de ser meramente administrativa e financeira e ter passado também a ser política, sendo os poderes

respectivos exercidos através dos seus órgãos de governo próprio: a Assembleia e Governo regionais.

O I Governo Regional tinha, segundo Amaral (2008), plena consciência quanto aos objectivos de desenvolvimento, do grande atraso económico e social da Região e da enorme carência de infra-estruturas, particularmente transportes, fruto de um acumulado atraso económico ao longo de décadas de estagnação.

A título comparativo, o mesmo autor menciona que o Primeiro Plano de Médio Prazo elaborado pelo Governo Regional para o período de 1977-1980 atingia o valor de 16 milhões de contos, sendo que 1,7 milhões de contos seriam investidos no ano de 1977 e os restantes 14,4 milhões nos três anos seguintes. Tais montantes quando comparados com os valores irrisórios dos planos de investimento das antigas extintas Juntas Gerais (142,2 mil contos em 1976) são um sinal político de que há muito a fazer para o desenvolvimento da Região e, pese embora seja um montante que exceda segundo Amaral (2008), o poder real de execução do recém instituído Governo Regional, demonstra a vontade de rompimento, por parte do Governo República com as práticas do passado chamando a si as responsabilidades do processo de desenvolvimento da Região.

É igualmente notória nos primeiros anos de governação autonómica, a prioridade dada ao objectivo de fortalecimento da unidade regional. Adoptaram-se estratégias e prosseguiram-se políticas que tiveram sempre como objectivo primeiro o alcançar de um desenvolvimento equilibrado em todo o arquipélago, procurando dar uma maior atenção e maior investimento às ilhas menos desenvolvidas e menos equipadas em infra-estruturas económicas e sociais (Amaral, 2008).

É assim que nesta altura começam a surgir na maioria das ilhas os portos (nas Flores, como vimos, o porto das Lajes ficou pronto apenas em 1994), aeroportos, estradas, hospitais entre outras obras de fundo, levando os Açores, de uma zona subdesenvolvida e portadora de uma economia arcaica e com níveis de educação e saúde bastante insuficientes passarem a dispor de um maior equilíbrio de recursos pelas distintas 9 ilhas e aumentando a sua coesão como Região (Amaral, 2008).

A nível agrícola as políticas continuavam incentivando o Sector Pecuário Leiteiro e o registo de iniciativas de investimento em outras áreas que não a pecuária partiam da Sociedade Civil. A exemplo de uma dessas organizações podemos citar a Sociedade de Agricultura Micaelense que acabou criando a iniciativa de produção de culturas como a beterraba, o tabaco e o ananás na Ilha de São Miguel (Lourenço, 2008).

Paralelamente aos apoios do Governo no Sector Leiteiro, surgem acordos feitos pela Universidade dos Açores com outras instituições de Ensino Superior como é o caso de universidades na Irlanda que acabam dando formação quer a técnicos quer a agricultores que estivessem interessados no melhoramento das pastagens. Nesta altura a experimentação toma um grande impulso nos antigos postos agrícolas e actuais Serviços de Desenvolvimento Agrários (Lourenço, 2008).

Conjuntamente, e anteriormente a este acordo com a Irlanda, houve igualmente outro com os EUA (também por intermédio da Universidade dos Açores e não pelo Governo Regional) para dar formação aos técnicos destes antigos postos agrícolas de maneira a tentar implementar a produção integrada onde se procurava incutir na preocupação dos ditos técnicos a questão do escoamento da produção (Armas, 2008).

Relativamente ao Sector Primário, e por volta do ano de 1980, a Extensão Rural e a Economia Doméstica são criadas e promovidas pela Direcção Regional (que se encontra directamente ligada à Secretaria Regional de Agricultura e das Pescas), com o intuito, no segundo caso, de promover a formação e sensibilização por parte das populações rurais a nível das culturas e suas formas de produção e, no primeiro caso, a nível da confecção dos alimentos. Por ilha existia um coordenador (Armas, 2008).

No caso concreto da Extensão Rural, e que durou 3 a 4 anos até ser incorporada no Serviço de Desenvolvimento Agrário de cada Ilha por reestruturação dos quadros da Região Autónoma dos Açores, havia a preocupação de formação, divulgação e informação, promoção de visitas guiadas, desenvolvimento de ensaios de demonstração e adaptações para além da organização de outros eventos como o Dia do Agricultor e o desenvolvimento da RICA (Rede de Informação e Contabilidade Agrícola) (Armas, 2008).

Posteriormente, este Serviço de Extensão Rural acabou por ser extinto, optando-se, como ainda é hoje regra, por prestar-se apoio ao agricultor caso este o solicite aos respectivos Serviços de Desenvolvimento Agrário da Ilha. Contudo, ainda hoje algumas dessas actividades continuam em funcionamento como é o caso da RICA e da organização anual do Dia do Agricultor.

### **3ª Fase: Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

O Plano a Médio Prazo para o período de 1985-1992 foi elaborado já na perspectiva de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), pelo que um dos seus principais objectivos, segundo Amaral (2008), era precisamente, o fomento do investimento,

público e privado, e a modernização do aparelho produtivo nas actividades em que a Região tivesse mais vantagens comparativas.

Também segundo o último autor, como grandes projectos de investimentos beneficiários destas ajudas de pré-adesão, podem apontar-se os da construção do porto da Praia da Vitória, a ampliação da pista do Aeroporto de Ponta Delgada, a construção do porto de Vila do Porto e o início da construção do porto das Flores. Por esta altura vive-se um período de optimismo face às reais potencialidades financeiras da Região, optimismo esse provavelmente influenciado pela conjuntura económica nacional, que era francamente positiva e reflexo da integração de Portugal na CEE (Amaral, 2008).

Segundo a última fonte citada, o aumento do investimento efectuado através dos Planos do Governo Regional foi de 184% relativamente o quadriénio anterior, o que prova bem o surto de desenvolvimento e o clima de optimismo que se vivia na Região.

A adopção do Acto Único Europeu, então aprovado pelos países integrantes da CEE, com a consequente fixação do objectivo de prosseguir o Mercado Interno e a Coesão Económica e Social em todo o espaço comunitário, de que Portugal já era parte integrante, segundo Amaral (2008), favorecia e estimulava este optimismo e o clima de confiança que se vivia na Região.

Com um crescimento muito acentuado dos financiamentos obtidos através dos fundos estruturais nos três anos já decorridos de integração europeia, e o elevado número de projectos de investimento apresentados pelo Governo Regional para aprovação no âmbito dos diferentes fundos comunitários – FEDER, FEOGA e FSE – fazia-se antever uma grande dinamização na economia regional e um ritmo de crescimento económico acentuado (Amaral, 2008).

Com a integração de Portugal na CEE, e por tabela dos Açores, os desafios a enfrentar impunham uma estratégia global de desenvolvimento que viesse a promover os indispensáveis ajustamentos na economia de maneira a aproximá-la dos novos padrões comunitários, muito mais exigentes no seu funcionamento (Amaral, 2008).

Este autor sublinha que nesta fase os fundos comunitários começam a tomar um papel preponderante no financiamento do desenvolvimento económico e social dos Açores. O programa multifundos aprovado para os Açores recebeu o nome de Programa Especial de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores (PEDRAA) permitiu, no âmbito da sua vigência (1989-93) um co-financiamento de 51,1 milhões de contos, que, adicionados a fundos obtidos noutros programas, perfizeram um valor de 70,0 milhões de contos (Amaral, 2008).

É o Governo Regional que nesta fase aparece como o principal utilizador dos fundos comunitários. Amaral (2008), sintetiza que, nesta fase da Autonomia Constitucional, podemos identificar dois ciclos políticos perfeitamente distintos: o primeiro que decorreu entre 1976 e 1996 e que abarca os seis primeiros governos da Região e, o segundo que iniciado nesse mesmo ano de 1996 encontra-se em pleno período de maturidade e desenvolvimento.

É igualmente possível identificar nestes dois ciclos, algumas diferenças nas estratégias de desenvolvimento prosseguidas na Região. Desta forma, enquanto nos mandatos dos primeiros governos (até ao ano de 1996) os objectivos fundamentais que marcaram a actividade governativa foram a construção de uma maior coesão regional, de infra-estruturas portuárias, aeroportuárias e rodoviárias, prioritariamente para as ilhas menores e mais delas desprovidas, e melhoria das condições de acesso aos serviços de saúde e educação, nos dois últimos mandatos que principiam o ciclo da “Nova Autonomia”, conseguimos identificar uma atenção maior dada à melhoria das condições de transporte (no que toca a equipamentos, frequência, regularidade e preço), às comunicações, à actividade do turismo (actualmente com um papel determinante no processo de desenvolvimento da Região) e à dinamização, em geral de toda a actividade económica, onde os processos de formação profissional e os sistemas de incentivo ao investimento do sector privado assumem aqui um particular relevo. Tais estratégias segundo Amaral (2008), foram de certo modo complementares e bem sucedidas no tempo e na oportunidade da sua adopção.

Este último autor sublinha ainda que ao longo de todo o final do século XX, as políticas públicas direccionadas para a Região tiveram como preocupação central a melhoria das acessibilidades, do apoio social e dos sectores de actividade tradicionais: agricultura e pesca.

É desta forma que o Serviço de Desenvolvimento Agrário, sendo o rosto mais visível das políticas do Governo Regional no que toca à Agricultura, ainda hoje desempenha um importante papel na Agricultura da região, quer no apoio técnico aos agricultores e às suas lavouras (aspectos fitossanitários, saúde e reprodução animal, manutenção de pastagens, aconselhamentos de adubação, etc.), assim como, executa as candidaturas dos apoios à produção disponibilizados pela Comunidade.

Numa ilha predominantemente rural e agrícola é sem dúvida o SDAFC que possui o papel determinante das questões ligadas aos agricultores, inclusivamente por funcionar como

interface das políticas agrícolas que após aprovadas na Comunidade Europeia devem ser implementadas nas regiões alvo dessas mesmas políticas.

Tendo em consideração todos os aspectos aqui abordados com base no Modelo IMI, e não nos esquecendo da sua intertemporalidade, surge a necessidade premente da análise sistémica dos diversos conjuntos de elementos que o integram. Optou-se por encetar o estudo de caso verificando a questão da melhoria da Qualidade de Vida da sua população nos últimos 20 anos, a questão da vulnerabilidade alimentar com base no inquérito ao consumo e igualmente a obtenção de uma resposta directa por parte dos agricultores alvo do inquérito, se continuariam como agricultores caso os apoios acabassem.

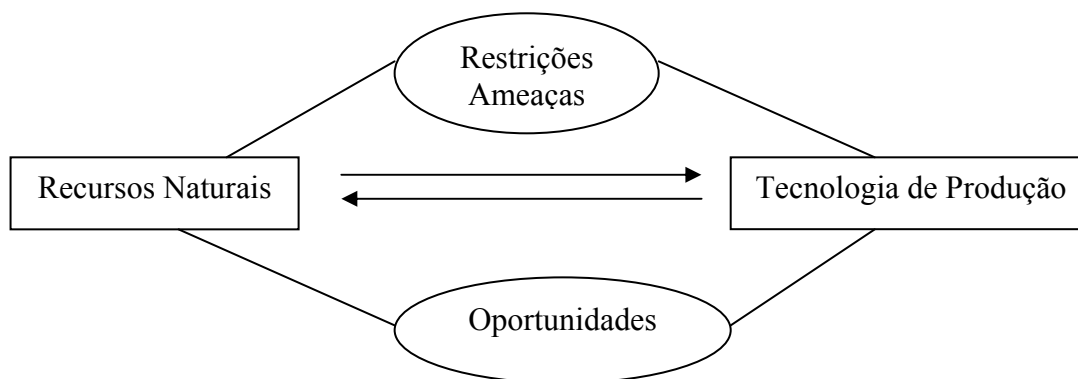
Só assim conseguimos “olhar” e “ver” como de facto decorreu a evolução ao longo das nossas 3 fases e como é que com essa matriz de conhecimento teórico conseguimos buscar a informação crucial para entendermos a sua realidade prática.

### **2.2.3.7 – A análise dos subsistemas**

Tendo em atenção a análise histórica desenvolvida até aqui dentro das 4 dimensões estruturadas pelo modelo, é chegada a hora de fazermos uma análise integrada das mesmas, recorrendo à análise de subsistemas que o modelo faculta e incentiva.

#### **1ª Dimensão: Sustentabilidade Humana – Segurança alimentar/Necessidades Básicas**

Numa dimensão de sustentabilidade começamos interligando as questões de segurança alimentar e mais concretamente a da produção de alimentos, a qual está definida na relação Recursos Naturais e Tecnologia de Produção.



**Figura 101 – Subsistema Modelo IMI: relação Recursos Naturais - Tecnologia de Produção.**



Mergulhando na nossa análise histórica, também ela incentivada pelo modelo na medida em que, devemos procurar entender as forças motoras da mudança ao longo do tempo, podemos verificar que houve uma alteração significativa da ligação dos florentinos quer com os Recursos Naturais quer com a tecnologia ao longo das 3 fases por nós descritas anteriormente.

Desta feita, e olhando para as Forças e Fraquezas (ver esquema do anexo I) de ambos os subsistemas ao longo das 3 fases por nós delimitadas conseguimos compreender a evolução das opções agrícolas tomadas e acompanhar a passo e passo as opções produtivas implementadas no decorrer do tempo.

### **1ª Fase: Ditadura Salazarista**

É assim que, e tendo em conta a conjuntura da época, podemos compreender que na primeira fase houvesse o total aproveitamento das terras passíveis de serem utilizadas para a produção agrícola (desde o nível do mar até à cota dos 300/400 m de altitude) reduzindo assim a área utilizada para a pecuária aos níveis de cota mais alta (acima dos 300/400 m de altitude) e apenas para um reduzido número de efectivos com vista à produção de leite.

Vigorava assim a existência de uma policultura de subsistência com reduzida expressão da área dedicada à pecuária, sendo esta última dependente essencialmente de pastagens naturais e funcionando os produtos dela resultantes (produtos lácteos) como a pequena e única fonte de rendimento das famílias. Este quadro facilmente delineia o reflexo do forte peso do Sector Primário, expresso aqui pelos cerca de 90% de ocupação da população no dito sector nesta época.

Não será de estranhar que, paralelamente, a tecnologia de produção nesta primeira fase reflectisse a existência de alfaias e técnicas de produção primitivas, a necessidade de auto aprovisionamento não só alimentar como a nível têxtil quer a nível de vestuário quer a nível de material de uso doméstico e onde a produção daqueles (têxteis) tomava um papel preponderante. Isto igualmente era compreensível dado às fracas infra-estruturas existentes na ilha, entre elas podemos citar, as grandes limitações quer de estradas, quer de comunicações. Igualmente a produção caseira de bens (sabão, pólvora, café de favas, etc.) tornava-se relevante e importante para a economia doméstica. Compreende-se então que, com a entrada e estabelecimento do posto agrícola e com ele a implementação de novas técnicas e novos materiais vegetais e animais, houvesse a pouco e pouco uma mudança a nível de produtividade assim como, de um maior e gradual investimento na produção leiteira, já na altura a única real fonte de rendimento dos agregados familiares.

## **2ª Fase: Pós 25 de Abril de 1974 e Conquista da Autonomia dos Açores**

Numa segunda fase encontramos uma forte redução da mão-de-obra de trabalho das terras e da produção agrícola, cujos níveis reduziram para cerca de 50%, não só, graças à forte emigração que se fez sentir nesta fase, como também, pelo surgimento de novos empregos noutros sectores que não o primário, associado ainda às melhorias tecnológicas implementadas pelo antigo posto agrícola e actual Serviço de Desenvolvimento Agrário de Flores e Corvo (SDAFC).

Quanto a este factor, apesar da importação de raças qualificadas de bovinos, ovinos e equídeos por parte do SDAFC, recurso à inseminação artificial e tratamento de espécies animais e vegetais (podas, etc.) o investimento no melhoramento das raças de animais existentes e das pastagens a tecnologia demonstrava-se insuficiente, sobretudo quando se observava a forte dependência externa de produtos agrícolas e o seu reflexo na produtividade média mais baixa da ilha das Flores relativamente à média Regional. Observa-se igualmente nesta segunda fase uma inversão na aposta produtiva do sector lácteo, onde o queijo acaba por tomar a dianteira e por se tornar num factor fortemente influenciador da opção carne da terceira fase por nós estabelecida.

Isto se reflectia no aproveitamento da paisagem pois, se antes se visualizavam as culturas alimentares até cotas de 300/400 m, nesta segunda fase, a implementação da agricultura para a alimentação começou a se fazer sentir predominantemente nas cotas mais baixas (até aos 200 m de altitude). Tal deveu-se não só, ao facto de ter havido uma significativa redução da mão-de-obra de trabalho agrícola, como também, à redução efectiva da população total da ilha.

## **3ª Fase: Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

Na entrada desta última fase (Adesão à CEE) encontramos o predomínio de um sistema monocultural onde vigora a produção pecuária, com uma cada vez maior aposta no sector da carne tendo em conta a grande dificuldade de acompanhamento das novas e frequentes mudanças tecnológicas por parte das fábricas de queijo da ilha, associado ainda à menor exigência em mão-de-obra daquela opção produtiva. Com uma redução significativa da população total e com o maior acesso aos produtos alimentares vindos de fora, aliado às exigências do sector primário, compreende-se a gradual redução do peso do Sector Primário

na ilha das Flores, onde nem os incentivos da CEE têm conseguido estimular uma agricultura competitiva e renovada.

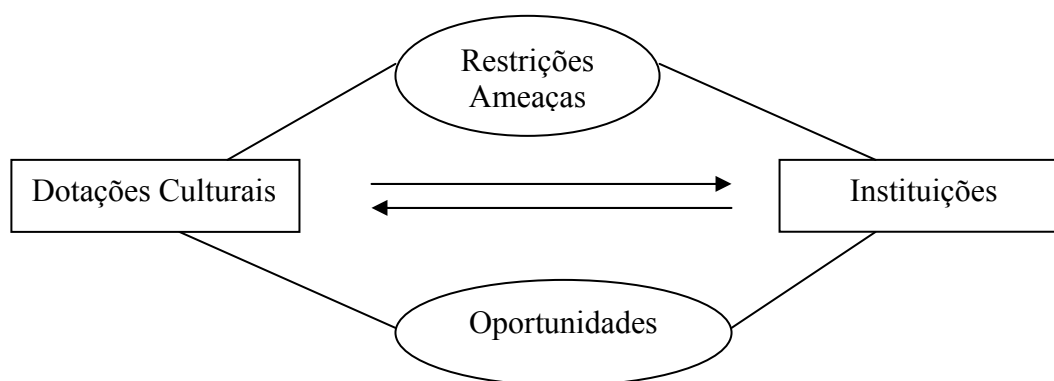
As características da ilha favoreciam e favorecem a produção pecuária e, a inauguração do matadouro das Flores, assim como, das fábricas de leite e queijo que ao longo da sua história foram surgindo são exemplos de como a tecnologia anda de “mãos dadas” com os recursos naturais, ainda mais após a introdução de raças melhoradas ou técnicas que o visem (inseminação artificial) aumentando ainda mais as potencialidades da pecuária florentina.

Influenciadoras da paisagem onde hoje vigoram, as pastagens encontram-se presentes desde o nível do mar até às cotas de 500-600 m. A expressão das áreas dedicadas aos produtos alimentares reduz-se às áreas limítrofes às casas e destinam-se ao consumo doméstico, como resposta à falta de regularidade no abastecimento (regime quinzenal pelo navio da carga) de produtos hortícolas no mercado local.

Sem dúvida que, entre restrições/ameaças e oportunidades, a “balança” pende actualmente para as oportunidades criadas e por criar a nível do sector pecuário quer a nível regional (Açores) quer a nível local (ilha das Flores).

## **2ª Dimensão: Sustentabilidade Social**

Quanto à segunda dimensão dessa mesma sustentabilidade e no que toca à sustentabilidade social torna-se pertinente observar a relação de mais um dos subsistemas do modelo estudado e o qual se identifica com a relação entre as Dotações Culturais e as Instituições.



**Figura 102 – Subsistema Modelo IMI: relação Dotações Culturais - Instituições.**

As formas de proceder socialmente e que se identificam com a designação Instituição, esbarram inevitavelmente nas dotações culturais da população local.

É inequívoca a interacção das suas organizações (Igreja, Saúde, Educação, Indústria, Transportes) com os hábitos alimentares, culturais e crenças religiosas.

### **1ª Fase: Ditadura Salazarista**

As Fraquezas das instituições são as grandes promovedoras da criação de respostas, por parte da população, face às dificuldades criadas por aquelas. É assim que, podemos observar que perante à sempre existente limitação de recursos humanos e materiais ao longo da sua história, e nomeadamente na nossa primeira fase, a instituição Saúde fosse “substituída” quando necessário pelos conhecimentos empíricos da sua população quanto às plantas aromáticas e medicinais existentes na ilha das Flores.

No que toca à Educação e ainda nesta primeira fase podemos dizer que ela foi durante a mesma, objecto secundário das atenções de quem governa visto não haver, até ao fim da Ditadura Salazarista registo de ensino oficial na ilha, assim como, de um parque educacional capaz de fazer frente às exigências da sua população.

Se acrescentarmos a estas Fraquezas outras, nomeadamente às relativas aos Transportes, instituição esta que revelava, na nossa primeira fase, grandes dificuldades para garantia de uma satisfatória locomoção interna na ilha por parte da sua população até meados do século XX, a par da ligeira maior facilidade de transporte por mar do que por terra no mesmo período, não ficaremos indiferentes ao surgimento, no final desta etapa, da construção de inúmeras infra-estruturas com o acordo Luso-francês, assim como, o surgimento do primeiro automóvel e posteriormente das primeiras organizações de transportes internos de passageiros para além da construção do aeroporto.

No que diz respeito à Indústria, regista-se um forte investimento no Sector dos Lacticínios, particularmente na manteiga numa fase inicial e no queijo no final desta primeira fase por nós estabelecida. A readaptação tecnológica da indústria face à opção queijo, assim como, das opções produtivas ao longo desta primeira fase promoveram uma mudança no xadrez das dotações culturais, principalmente no que toca ao tecido produtivo de então.

Apesar da suspensão da emigração aquando da II Guerra Mundial, os filhos dos americanos *in nomine* de outrora trouxeram e adoptaram para o contexto florentino quer terminologia americana quer vestuário e utensílios que até então aí não existiam.

Com uma presença inigualável na sociedade florentina a Igreja continua no período da Ditadura, a par dos seus privilégios, regalias, tratamento e poderes especiais, omissa face ao sistema político vigente e intimamente ligada às dotações culturais do povo florentino. Nisto

sobressai o próprio acto religioso de crença no Espírito Santo, o qual se encontra materializado não apenas no feriado regional comemorado em Maio como também nas famosas “sopas do Espírito Santo” nas quais a confraternização e o convívio são comemorados à volta de uma mesa nas ditas casas do Espírito Santo, e onde a instituição Igreja encontra-se de “braço dado” com hábitos culturais seculares.

## **2ª Fase: Pós 25 de Abril de 1974 e Conquista da Autonomia dos Açores**

Quando por sua vez avançamos no tempo e “mergulhamos” na nossa segunda fase (pós 25 de Abril e conquista da Autonomia), verificamos que, com a abertura das fronteiras, novas vagas de emigração se levantaram, levando com elas a mais uma redução significativa da mão-de-obra dedicada à agricultura, para além, de outros ofícios existentes na sociedade de então.

A instituição Saúde nas Flores na época sofre um apoio por parte do acordo luso-francês ao receber em seu seio um cirurgião e um estomatologista para além do de clínica geral já existente.

A nível da Educação a Igreja continuava tendo um papel importante, mesmo que indirectamente, pelo seu papel na formação por parte do Externato Imaculada Conceição que continuava formando, apesar do ensino ir apenas até ao básico. No final desta segunda fase surge finalmente a Escola Preparatória de Santa Cruz, simultaneamente com o encerramento da Telescola da Fajã Grande, Fazenda e Ponta Delgada.

Surgem igualmente no pós 25 de Abril os primeiros voos regulares da SATA, assim como, finda o transporte marítimo regular de passageiros; o transporte de mercadorias neste período apresenta um regime mensal.

Quanto à indústria, regista-se nesta altura, o desaparecimento factual ao longo da década de 60 das Cooperativas da Fajã Grande e de Ponta Delgada o que vem a exigir alternativas laborais que passam necessariamente por uma adaptação das dotações culturais da população.

No período pós 25 de Abril verifica-se uma redução da representatividade do Sector Primário face ao Terciário tendo em conta o surgimento de algumas instituições governamentais na ilha das Flores, como sejam o SDAFC e os SFFC, que criaram postos de trabalho captadores de uma parte da mão-de-obra agrícola local.

### **3ª Fase: Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

Na nossa terceira fase, o peso do Sector Terciário continua aumentando, quer pela redução da mão-de-obra exigida pelas opções produtivas actuais (gado extensivo com vocação carne) do Sector Primário, quer pelo aumento de opções laborais disponíveis no seio da sociedade florentina actual.

O sistema produtivo passou da policultura onde havia a exigência do saber fazer (dotação cultural da população) para um sistema monocultural no qual, mesmo aqueles que não se dedicam a tempo inteiro à agricultura, conseguem desenvolver alguma actividade nessa área. Neste sistema o Sector Pecuário adquire uma dupla vertente na forma como é encarado, ou seja, possui um cariz de subsistência ao mesmo tempo que é encarado como um complemento financeiro na economia familiar.

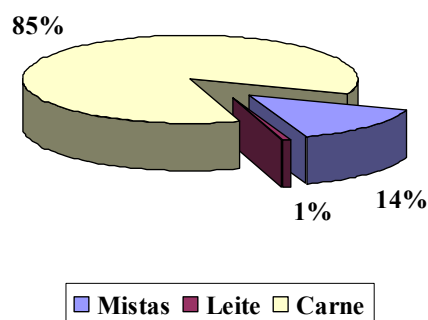
No que toca às dotações culturais relativas ao Sector Saúde verifica-se actualmente uma perda relativa dos conhecimentos relacionados com a medicina tradicional e uma maior fragilidade deste sector tendo em conta a quase total dependência quer de recursos materiais (medicamentos por exemplo), quer de recursos humanos especializados exteriores à ilha.

Significativa melhoria do parque escolar e ampliação do nível de ensino até ao 12º ano e criação de uma rede de transportes escolares garantida pelas câmaras municipais.

Continuação da falta de um transporte de passageiros regular na ilha e continuada dependência externa de produtos não só alimentares como de outra índole.

A falta de competitividade do sector de lacticínios florentino na opção produtiva queijo face à Europa revela-se cada vez mais sentida.

Acompanhada da redução de matéria-prima, fruto da nova onda de emigração sentida entre 1960-1980, a preferência produtiva carne vai cada vez mais preterindo para segundo plano o sector leiteiro, o qual atinge o ponto mais baixo a nível de representatividade na nossa terceira fase e, mais concretamente, no ano decorrente e no próximo, quando se projectam valores de apenas 1% das explorações com aptidão exclusivamente para leite face aos aproximadamente 85% das explorações com aptidão exclusivamente para carne (Figura 103) para este ano de 2008.



**Figura 103 – Representatividade das opções produtivas principais relativas ao gado bovino da ilha das Flores.**

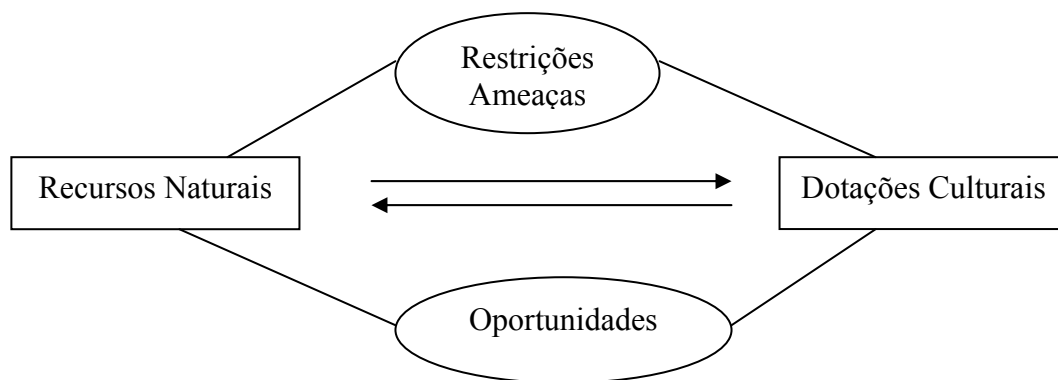
Fonte: Baseado em dados fornecidos pela União de Cooperativas da Ilha das Flores e SDAFC, 2008.

A procura e o consumo, a par com as dotações culturais, manifestam-se sobretudo no consumo de carne de bovino, ementa principal das famosas “sopas do Espírito Santo”. É no presente que vemos a evolução da instituição Igreja com maior clareza pois nos permite perceber que, se hoje, já não possui um papel tão abrangente relativamente às instituições Saúde (padre que funcionava como médico no passado) e Educação (onde a Igreja tinha um papel predominante na formação escolar da população), continua mantendo ainda hoje um papel em tudo semelhante dentro das suas competências e nisso se espelha a enorme religiosidade, assim como, a praticamente nula alteração destes rituais religiosos.

### **3ª Dimensão: Sustentabilidade Ambiental e Ecológica**

E, segundo o modelo por nós seguido, se quanto à sustentabilidade social do sistema humano aquelas duas primeiras dimensões serão prioritárias, surge uma terceira dimensão que se vê interligada à sustentabilidade ambiental e ecológica e que em conjunto com as duas primeiras se tornam básicas.

Esta terceira dimensão que se reflecte na interacção dos Recursos Naturais com as Dotações Culturais (Procura/Consumo).



**Figura 104 – Subsistema Modelo IMI: relação Recursos Naturais – Dotações Culturais.**

Esta inter-relação entre as Dotações Culturais e os Recursos Naturais é passível de ser verificada nas diferentes fases históricas e de diversas perspectivas. Desta forma, quando olhamos para a evolução da paisagem humanizada nas nossas 3 fases, verificamos que:

### **1ª Fase: Ditadura Salazarista**

Pela sua dupla insularidade (com o enorme “isolamento” a que lhe estava inerente) a população local tinha de conseguir ser, na primeira fase por nós estabelecida, auto-suficiente naquilo que produzia e as produções reflectiam justamente essa mesma necessidade de sobrevivência. É assim que, ao longo dos últimos 100 anos, passamos de uma paisagem onde vigoravam os cerrados de milho e de culturas essencialmente para consumo humano (1ª fase) para outra, onde se verifica a paulatina redução da área dedicada a essas culturas (final da 1ª fase e início da 2ª fase) face à produção pecuária.

Da nula emigração registada aquando da II Grande Guerra passamos para os fortes fluxos migratórios verificados entre os anos 50 e 60 do século XX e com eles o incrementar de novos hábitos culturais e enriquecimento de novas formas na paisagem de então.

Com a saída de um grande número de pessoas, a necessidade de produção de culturas alimentares assim como, a capacidade de cultivar as terras diminuiu influenciando desta forma a paisagem, levando a que onde havia apenas milho, entre outras culturas alimentares, passasse a haver mais área dedicada à pecuária, sobretudo de leite.

Também o gado ovino sofreu forte redução aquando da entrada dos Serviços Florestais (1ª fase) que alterando a paisagem (baldios) promoveram uma profunda alteração dos hábitos dos habitantes da ilha das Flores, levando à actual total inexistência do trabalho dos teares e



por consequência da perda de uma importante componente etnográfica e cultural relativa à tecelagem dos produtos oriundos da lã.

O seu menor “isolamento” sente-se também na maior aproximação entre as margens das Flores e do Continente Americano, isto quando verificamos o enriquecimento de termos locais, oriundos dessas paragens, além da introdução de vestuário e hábitos e costumes prontamente assimilados pela população local, sobretudo quando os recursos naturais deixam de ser em si um obstáculo e passam a ser um motivo de mudança.

### **2ª Fase: Pós 25 de Abril de 1974 e Conquista da Autonomia dos Açores**

Com a paulatina redução da área dedicada às culturas alimentares pela saída em grande número da mão-de-obra agrícola, assim como, com as menores exigências alimentares causadas por essa redução populacional e, em conjunto com os incentivos à produção de gado leiteiro a nossa 2ª fase, sobretudo, vê-se pautada pela cada vez maior expressão da produção pecuária.

Com a paisagem alterada e melhoria gradual dos transportes as margens entre as Flores e o Continente Americano ficam mais perto, assim como, começam a chegar ao conhecimento dos florentinos de então, melhorias técnicas a nível agro-pecuário as quais levam a um incremento nas produções agrícolas e substituição de gado de menor conformação e menor potencial produtivo por outro, de maior conformação e mais produtivo.

A maior liberdade, fruto da queda do regime promove mais uma vez a saída da população residente e nova readaptação da população que permanece.

O investimento na produção de gado de leite e seus derivados toma nesta fase um grande impulso e sente-se nesta altura as dificuldades inerentes à opção produção queijo face à produção manteiga, tida como iniciativa a apostar na nossa primeira fase.

### **3ª Fase: Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

A paisagem continua em franca alteração deixando para trás a prevalência de gado leiteiro até ao extremo actual (3ª fase) onde apenas conseguimos identificar a presença de explorações pecuárias de cariz extensivo com aptidão carne na sua maioria.

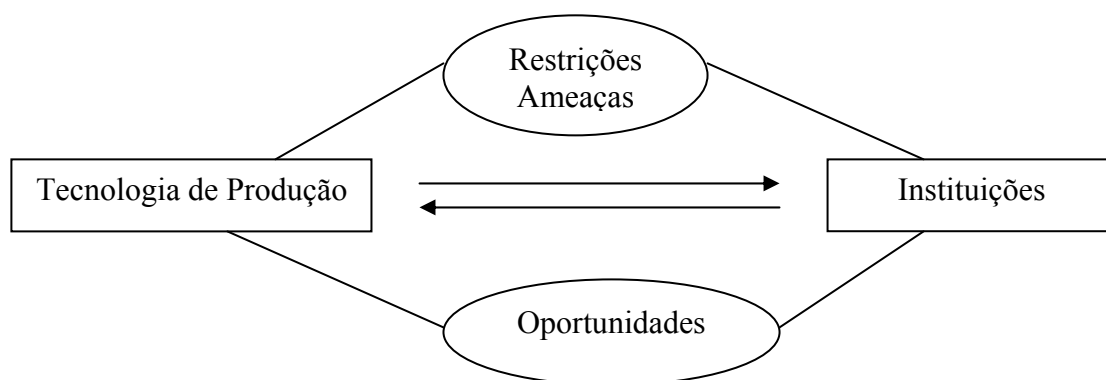
Sem dúvida, a emigração, sempre presente na história dos florentinos encontra eco nos transportes que até então eram reduzidos e passaram a presentes com regularidade nos nossos tempos, transportando nos mesmos não só pessoas de fora para a ilha, mas também, criando

um fluxo, tanto de gente como, de hábitos, ensinamentos e conhecimentos profundamente enriquecedores da realidade actualmente vivida na ilha.

A própria fauna bovina viu-se profundamente alterada com esse menor “isolamento” causado pela globalização do planeta. As espécies de pequena dimensão e pouco produtivas anteriormente existentes (1ª fase) foram substituídas por outras de maior conformação e bastante mais produtivas (2ª e 3ª fases), alterando de igual forma os hábitos e costumes locais, sempre numa perspectiva de inter-relação e nunca numa perspectiva unilateral.

#### **4ª Dimensão: Sustentabilidade Territorial**

Agora, tendo como base as três dimensões anteriormente mencionadas, é pertinente partirmos para um conjunto mais alargado de dimensões, sobretudo tocando naquilo que o modelo designa como sustentabilidade territorial, e que mais não é do que a relação entre a Tecnologia de Produção e as Instituições que estão associadas às questões ambientais e ecológicas e que podem ser visualizadas no esquema seguinte:



**Figura 105 – Subsistema Modelo IMI: relação Tecnologia de Produção – Instituições.**

Pensando no modelo e com base no esquema acima apresentado podemos citar Hayami & Ruttan (1988), os quais mencionam que através de alterações nos preços relativos, os produtores rurais são induzidos a procurar alternativas técnicas, poupadoras de factores cada vez mais onerosos. Pressionam organismos públicos de pesquisa para desenvolver novas tecnologias e encaminham petições às firmas de produtos agrícolas para substituir, por insumos técnicos modernos, factores que os pressionam. Cientistas e administradores de instituições científicas, sensibilizados, respondem positivamente, possibilitando e colocando

à disposição novas técnicas e insumos, “orientando assim o progresso técnico por uma direcção socialmente óptima” (Hayami & Ruttan, 1988).

Outras considerações se depreendem deste último parágrafo: as instituições devem estar capacitadas para responder permanentemente às demandas dos produtores rurais, o que, por sua vez, supõe a existência de canais fluidos de informação entre agricultores e cientistas. Este fenómeno se repercute directamente nas estruturas institucionais, que se vão transformando à medida que mudanças na disponibilidade de factores – e, portanto, nas necessidades de mudança técnica – afectam o seu próprio funcionamento. Desta maneira, a oferta de inovações institucionais seria, em grande parte, de acordo com esta teoria, reflexo da estrutura de poder entre grupos de interesse prevaletentes na sociedade, da tradição cultural e da ideologia (Hayami & Ruttan, 1988).

### **1ª Fase: Ditadura Salazarista**

Devendo as instituições estar capacitadas para responder permanentemente às demandas dos produtores rurais e tendo em conta que este fenómeno se repercute directamente nas estruturas institucionais, não é de estranhar que a oferta de inovações institucionais seria, em grande parte, de acordo com esta teoria, e de encontro ao que a história da ilha das Flores consolida, reflexo da estrutura de poder entre grupos de interesse prevaletentes na sociedade, da tradição cultural e da ideologia (Hayami & Ruttan, 1988).

As novas tecnologias de produção criam uma dinâmica particular na sua interface com as diferentes instituições e ao longo das três fases por nós determinadas. Assim, enquanto a tecnologia no início do século incidia sobretudo no sector da manteiga, vemos uma passagem no final da primeira fase para a produção de queijo por parte da Indústria, a qual demonstrava-se mais exigente no material e na técnica empregue para o seu fabrico mas que por seu turno menos exigente em matéria-prima.

As cooperativas ao longo da ilha e as pressões desses grupos de poder e interesses foram bem vinculados ao longo da primeira fase e influenciadores da evolução das opções produtivas e tecnológicas das fases seguintes. Percebe-se igualmente a influência do Posto Agrícola nas melhorias efectuadas a nível produtivo e através da introdução de novas alfaías e de plantas e animais melhorados.

Esta revolução agrícola fez-se acompanhar da melhoria dos acessos e vias de transporte dentro e, de fora para dentro da ilha.

Repercute-se igualmente uma mudança institucional e tecnológica a nível de outros sectores como os da Saúde, da Educação para além do da Indústria e dos Transportes.

Por sua vez a maior circulação de informação, inclusive através da Instituição Educação, permitiu a difusão de novas tecnologias de produção e com ela houve a redução de muitas das restrições e ameaças existentes no sistema ao mesmo tempo que foram facultando novas oportunidades quer para a população local quer para o próprio sector primário.

Com a revolução tecnológica, não meramente a de produção, verificou-se igualmente a perda quase total dos conhecimentos produtivos ou colectores de plantas medicinais e aromáticas levando a conta disso a uma maior dependência externa na Instituição Saúde.

## **2ª Fase: Pós 25 de Abril de 1974 e Conquista da Autonomia dos Açores**

A cada vez maior dificuldade da manutenção da Indústria queijeira florentina sobretudo quando relativa à questão tecnológica, para além da efectiva redução da produção de leite, leva a um grande declínio da mesma na fase pós 25 de Abril e conquista da Autonomia (2ª fase). Não será alheia a especialização carne neste contexto, ainda mais dadas as condições extremamente exigentes na renovação permanente do material tecnológico, assim como, diversas técnicas no sector leiteiro de produção de queijo.

Por outro lado, a produção carne descomplexificando a problemática das exigências de renovação tecnológica permanente e cada vez mais onerosas são por outro lado beneficiadas pela melhoria significativa das infra-estruturas da ilha e de ligação desta com os diversos mercados.

A nível do material vegetal, a introdução de variedades cada vez mais produtivas (ex.: milho híbrido), tornam cada vez mais exigente o recurso a insumos e técnicas mais modernas.

## **3ª Fase: Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)**

A melhoria no Sector dos Transportes levou a que houvesse maior facilidade de acesso de bens de primeira necessidade, outrora produzidos na ilha (1ª Fase), de forma que, hoje as tecnologias de produção cingem-se às aplicadas ao sector pecuário.

Verifica-se por sua vez, que na actualidade encontramos uma verdadeira “manta de retalhos” no sector da carne pois não “fazendo ouvidos” ao que os melhoramentos tecnológicos (melhoramento genético em particular) recomendam, verificamos uma total falta

de padronização das raças existentes na ilha sobretudo pelo facto de efectuarem cruzamentos entre gerações F1 reduzindo assim o valor dos animais explorados.

Actualmente com o encarecimento dos insumos de produção como os adubos levam a um reequacionar dos investimentos dos produtores. Com o preço menos favorável dos adubos começa-se a fazer sentir uma mudança da opção alimentar até então predominante da erva-castelhana (*Lolium multiflorum* Lam.) (muito produtiva mas igualmente muito exigente em adubos) por outros alimentos animais menos produtivos mas igualmente menos onerosos.

A substituição da alimentação e a reinvestida no gado bovino de leite para fazer face aos baixos preços e menores incentivos do sector da carne prevêem uma nova fase de viragem no próximo futuro, com mais agricultores investindo novamente no gado leiteiro, gado inicialmente predominante na ilha das Flores.

### **Interacção das 4 dimensões com o Mercado e o Governo**

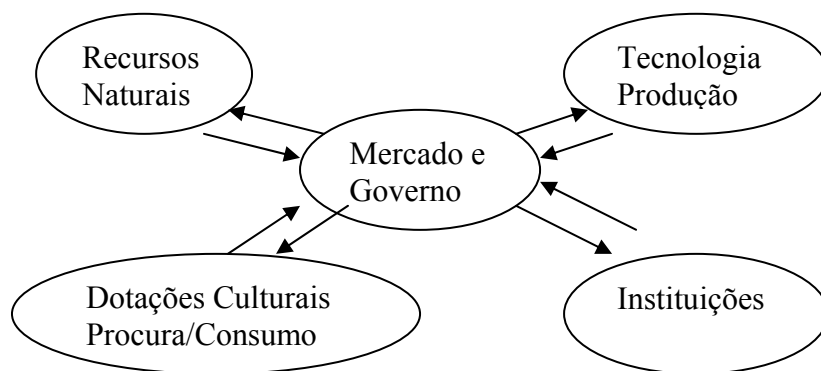
Segundo o Modelo IMI, no centro de todas as interações consideram-se estar o mercado e a actuação do governo. A principal inovação deste modelo diz respeito à centralidade da análise tendo como referências principais o governo e o mercado que estando interdependentes de tudo o resto são de facto elementos centrais catalizadores de todas as influências mas também condicionantes de todos os outros factores (Carvalho, 2004).

Este autor refere igualmente que, o mercado é normalmente considerado uma instituição, embora todos nós percebamos que é uma instituição muito particular, sobretudo porque, se por um lado, este se manifesta quando temos trocas entre pessoas e tendo e sendo estas feitas entre um número razoável de membros, não implica que seja necessário haver qualquer organização da sociedade para este propósito de forma a haver mercado. Por outro lado, o governo, actuando através de um cem número de instituições, é igualmente uma instituição muito particular, a merecer um tratamento diferenciado (Carvalho, 2004).

A despeito da coerência lógica do modelo acima discutido, muitas outras dificuldades, além dos sinais de mercado e da integração entre demandante e ofertante de inovação tecnológica, impedem que a agricultura cumpra, via modernização tecnológica, os seus papéis no desenvolvimento nacional, ou seja, que cada agricultor, individualmente, tome a decisão adequada e necessária ao cumprimento desses papéis (Ponte *et al.*, 2008).

É assim, que indubitavelmente, dimensões como as político-governamentais e institucionais acabam por serem projectadas para o centro do modelo materializando-se em Governo e Mercado, cuja interligação com as demais dimensões acaba por permitir uma

leitura mais abrangente da permitida pela sustentabilidade social levando à organização das forças produtivas e de actividade económica, numa perspectiva dinâmica e cíclica tendo como finalidade a satisfação das necessidades humanas e o alcance da qualidade de vida.



**Figura 106 – Interação das 4 dimensões com o Mercado e o Governo**

Aqui, se torna importante relevar, novamente tendo em conta uma perspectiva histórica, que nas três fases por nós enunciadas ao longo da história da ilha das Flores conseguimos verificar que quer o Governo (representado aqui pelo Serviço de Desenvolvimento Agrário de Flores e Corvo – SDAFC – e pelos Serviços Florestais das Flores e Corvo – SFFC), quer o Mercado (sobretudo devido à sua micro-dimensão) têm funcionado como forças motrizes da evolução local.

Se por um lado o Governo (ver esquema seguinte com a descrição dos pontos mais relevantes desta instituição particular nas 3 fases por nós estabelecidas) ao longo das 3 fases influenciou a mudança pela introdução de novas tecnologias, exemplo da “Revolução Verde” originada pela introdução de novas espécies e cultivares mais produtivas, assim como raças animais melhoradas, introdução de novos insumos como adubos e produtos fitofarmacêuticos também os sistemas de posse de terrenos comunitários (baldio) ao serem alterados promoveram uma mudança radical nas dotações culturais (eliminação da produção de vestuário entre outros utensílios anteriormente produzidos). Ainda hoje, o Governo representado aqui pelo SDAFC continua influenciando no direccionamento da agricultura e formas de produção pecuária quando dá rosto à implementação das políticas agrícolas desenvolvidas a nível nacional e regional além de ser igualmente a interface na implementação da Política Agrícola Comum (PAC) assumida pelo Estado Português aquando da entrada de Portugal na União Europeia.

Aspectos mais importantes da actuação do Governo na Ilha das Flores e na RAA ao longo das 3 Fases analisadas.

<b>Governo</b>
<b>1ª Fase</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Falta de políticas específicas para as ilhas.</li><li>Aplicação de Políticas Nacionais na Região.</li><li>Direccionamento da economia insular para interesses nem sempre preenchiam os interesses das necessidades açorianas.</li><li>Reorganização administrativa definitiva, modelo que vigorou até o 25 de Abril de 1974.</li><li>Distritos governados por um Governador e uma Junta Geral.</li><li>Juntas Gerais responsáveis pela organização da agricultura por ilha.</li><li>Melhoria da qualidade da água, máquinas agrícolas e disponibilização do acesso à electricidade.</li><li>Surgimento das Estações Agrárias estabelecidas na Horta, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo e Postos Agrícolas por ilha.</li><li>Objectivo principal destes postos era a máxima produção.</li><li>Introdução de <i>inputs</i> como tractores pesados e material vegetal melhorado.</li><li>Forte incentivo no Sector do Leite.</li><li>A JNPP foi a única entidade autorizada a importar carne e outros produtos do exterior desde a década de 50-60 até ao 25 de Abril de 1974.</li><li>Forte impulsionadora do Movimento Cooperativista e caracterização do leite para exportação</li><li>Em 1950 surge o SDAFC e em 1964 os SFFC.</li><li>Os SFFC permitiram a construção de quilómetros de estradas e vias de penetração na ilha, administração dos Baldios das Flores e do Corvo, plantação de milhares de árvores para cortinas de abrigo e madeira, arroteia de centenas de hectares de terrenos incultos.</li><li>Desenvolvimento de excelentes pastagens.</li><li>Criação de empregos.</li><li>Dinamização da Produção e introdução de técnicas novas e material vegetal melhorado.</li></ul>

<b>Governo</b>
<b>2º Fase</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Os Açores eram uma região pobre, isolada, atrasada e com a generalidade dos indicadores económicos e sociais abaixo da média nacional.</li><li>Modelo de autonomia administrativa financeira esgotado e deturpada pelos 50 anos de ditadura.</li><li>A Comissão de Planeamento da Região dos Açores permitiu colocar a população a pensar os Açores como Região.</li><li>Esta comissão contudo, não conseguiu criar desenvolvimento.</li><li>Com o 25 de Abril de 1974 surgem as condições indispensáveis para definirem e promoverem o seu próprio processo de desenvolvimento.</li><li>Este processo de desenvolvimento deve-se em parte ao facto da Autonomia ter deixado de ser meramente administrativa e financeira e ter passado a ser também política.</li><li>Grande atraso económico e social da Região nesta fase.</li><li>Enorme carência de infra-estruturas, particularmente nos transportes.</li><li>Primeiro Plano de Médio Prazo do Governo Regional (1977-1980) com um valor de 16 milhões de contos face aos 142,2 mil contos (1976) dos Planos de Investimento das antigas Juntas Gerais.</li><li>Prioridade no fortalecimento da unidade regional.</li><li>Políticas de desenvolvimento equilibrado em todo o arquipélago com maior investimento nas ilhas menos desenvolvidas e menos equipadas em infra-estruturas.</li><li>Construção em todo o arquipélago de portos e aeroportos, estradas, hospitais, entre outras obras de fundo.</li><li>Incentivo do Sector Pecuário Leiteiro por parte do Governo.</li><li>Outras áreas de investimento eram perseguidas apenas pela Sociedade Civil.</li><li>Acordos com Entidades do Ensino Superior Estrangeiras para dar formação aos técnicos dos Serviços de ilha.</li><li>Em 1980 criam-se a Extensão Rural e a Economia Doméstica com vista a formar e sensibilizar a população para as formas de produção das culturas e gestão dos recursos domésticos.</li><li>Execução de campos de ensaios e de demonstração e adaptações.</li><li>Criação do Dia do Agricultor e desenvolvimento da RICA.</li></ul>

<b>Governo</b>
<b>3ª Fase</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>O Plano de Médio Prazo (1985-1992) foi elaborado na perspectiva da adesão de Portugal na CEE.</li><li>Visava o fomento do investimento público e privado, modernização do aparelho produtivo nas actividades que a Região tivesse mais vantagens comparativas.</li><li>Alguns grandes projectos de investimento: porto na Praia da Vitória, ampliação da pista de Ponta Delgada e construção do aeroporto das Flores.</li><li>Optimismo face às reais potencialidades financeiras da Região.</li><li>Aumento em 184% do investimento relativamente ao quadriénio anterior.</li><li>Adaptação do Acto Único europeu com o objectivo do Mercado Interno e Coesão Económico e Social.</li><li>Elevado número de projectos de investimento foram apresentados pelo Governo Regional para aprovação dos fundos comunitários (FEDER FEOGA e FSE).</li><li>O principal utilizador dos Fundos Comunitários é o Governo Regional.</li><li>2 Ciclos políticos distintos:</li><li>1º Ciclo (1976 a 1996) – estratégia de desenvolvimento prosseguida para a Região:<ul style="list-style-type: none"><li>Construção de uma maior coesão regional;</li><li>Infra-estruturas portuárias, aeroportuárias e rodoviárias prioritariamente para as ilhas menores e mais delas desprovidas;</li><li>Melhoria das condições de acesso aos serviços de saúde e educação.</li></ul></li><li>2º Ciclo (1996 até agora) – Nova Autonomia<ul style="list-style-type: none"><li>Melhoria das condições de transporte (equipamento, frequência, regularidade.</li><li>Melhoria das condições de acesso às comunicações, à actividade económica: processos de formação profissional e sistemas de incentivo ao investimento no sector privado.</li></ul></li><li>Ao longo de todo o final do século XX as políticas públicas direccionadas para a Região tiveram como preocupação central a melhoria das acessibilidades, do apoio social e dos sectores tradicionais: agricultura e pesca.</li></ul>

### Aspectos mais importantes da actuação do Mercado na Ilha das Flores e na RAA ao longo das 3 Fases analisadas.

Mercado	
1ª Fase	<ul style="list-style-type: none"><li>- “Ciclo da Vaca” no início das 1ªs décadas do século XX, graças à importação da farinha de trigo a baixo preço e do incremento da indústria de lacticínios.</li><li>- Regressão das áreas dedicadas às cearas e aumento progressivo das mesmas relativamente às pastagens.</li><li>- Vigorava o sistema de trocas dentro da Ilha.</li><li>- Reduzida disponibilidade de moeda em circulação, o que facultava a circulação de outras moedas que não a nacional.</li><li>- O dólar influenciava inclusivamente a formação de novas famílias, pois os homens não casavam enquanto não iam para a América ganhar dinheiro.</li><li>- Apoio ao comércio pela “Caixa Económica Florentina, SARL”</li><li>- Dissolvência desta Caixa por maus resultados num espaço de 10 anos.</li><li>- Desenvolvem-se organizações ligadas ao mercado da baleia e seus derivados</li><li>- Valorização do óleo de baleia na II Grande Guerra.</li><li>- Destaque para alguns comerciantes que conseguem criar a 1ª rede de transportes da ilha.</li><li>- Havia comerciantes esporádicos sendo o transporte de mercadorias invariavelmente feito por intermédio de carros de bois.</li><li>- Ponta Delgada, a freguesia mais distante ligava-se às demais povoações pelo mar, quando o tempo o permitia.</li><li>- Moeda de troca em géneros, sobretudo na freguesia do Mosteiro</li><li>- Praticamente tudo era produzido na ilha por esta altura, reduzindo-se o seu contacto mercantil com o exterior a alguns produtos-chave (indústria baleeira e leiteira)</li><li>- Preço da carne gravitando desde 1950 até ao princípio dos anos 80 à volta dos preços correntes em Lisboa e Porto.</li><li>- Consumo local de carne reduzido</li><li>- A Política dos Vitelheiros subsidiados pelo Governo Nacional fomentou a produção e consumo de carne.</li><li>- 1ªs tentativas de ligação comercial dos Açores com o Continente (Parque de retém em Palmela)</li><li>- Aumento do poder de compra no final desta 1ª fase que promove a forte valorização dos vitelos.</li><li>- Procura não compensada pela oferta continental levando à procura nos Açores e intensificando as exportações insulares.</li><li>- Não valorização da carne vendida nos Açores por opção dos Governadores de Distrito.</li></ul>
Mercado	
1ª Fase	<ul style="list-style-type: none"><li>- Criação de fortes tensões sociais, surgimento de negócios paralelos.</li><li>- Abusos relativos aos preços exercidos na compra e venda da carne, neutralizados por vezes pela JNPP.</li><li>- Exportação do gado feita pelas Delegações ou sob controlo delas moralizava atitudes abusivas de negociantes locais ou daqueles que surgiam em busca de negócios fáceis e altamente lucrativos.</li><li>- A intervenção dos Grémios de Lavoura conjuntamente com as Delegações mostrou-se promovedora da defesa e contribuição para a atribuição e execução de preços justos.</li></ul>
2ª Fase	<ul style="list-style-type: none"><li>- Começa a surgir regulamentação para evitar os abusos cometidos na 1ª Fase.</li><li>- Término do comércio externo de produtos baleeiros.</li><li>- Forte expressão da exportação de lacticínios.</li><li>- Funcionamento de vários e esporádicos pequenos comércios.</li><li>- Abertura da 1ª Agência de um banco comercial nas Flores.</li><li>- Conquista da Autonomia e criação do Governo Regional.</li><li>- Regulação do abastecimento local de carnes verdes e das exportações de gado pela SRCI, sob tutela do Serviço Agro-Pecuário e do Governo Regional.</li><li>- A SRAP comprava todo o gado à lavoura e fornecia carne aos talhos que eram todos privados.</li><li>- Havia um Fundo de Abastecimento de diversas receitas (combustíveis, farinhas, lacticínios, etc.) que tinha como função a manutenção do equilíbrio da oferta e da procura nos abastecimentos públicos.</li><li>- Oficialização dos Serviços de abastecimento públicos com o potencial risco da inadaptação às estruturas da CEE.</li><li>- Passagem, pelo Governo Regional, dos Matadouros para a iniciativa privada.</li></ul>
3ª Fase	<ul style="list-style-type: none"><li>- Poucos comerciantes existentes.</li><li>- Quase total dependência externa de produtos verdes e frescos.</li><li>- Maior representatividade das importações face às exportações.</li><li>- Contudo, as exportações continuam, tendo a sua representatividade sobretudo a nível de gado vivo.</li><li>- Necessidade de matadouros adequados às necessidades de cada ilha.</li><li>- Falta de infra-estruturas que facilitem a exportação de carne em prejuízo da exportação de animais vivos.</li><li>- Falta e necessidade de apoios para o desenvolvimento do sector comercial.</li></ul>



O mercado (ver igualmente o esquema da página anterior com alguns dos pontos mais marcantes desta instituição), tal qual se menciona anteriormente, tendo dimensões micro e estando “descontinuado” da restante realidade portuguesa apresenta características inevitavelmente influenciadoras e determinantes quer do seu funcionamento quer das restantes dimensões com as quais interactua.

Se por um lado existe mudança técnica induzida por estas duas instituições reflectidas nas políticas desenvolvidas e implementadas pelas instituições especiais do Governo, assim como, pelo mercado que (actualmente mais fluido) permite uma maior inter-relação com os restantes parceiros portugueses e internacionais, também é verdade que as demais dimensões continuam ainda hoje a influenciar o desenvolvimento e funcionar como as outras forças motrizes na mudança do actual sistema.

É assim que, e citando novamente o autor do modelo, as instituições de Estado, ao lado das outras instituições, são determinantes na análise da governância e governabilidade dos sistemas e da sociedade, de que dependemos sempre muito, mas que queremos cada vez mais com mais autonomia face aos governos, no sentido de caminharmos para uma sociedade mais participativa e com poder de decisão em que a subsidiariedade seja a regra e não a excepção.

Estas sociedades participativas são o modelo expectável para o futuro, a par com o maior protagonismo da sociedade civil no que concerne à governança e governabilidade dos sistemas dos quais dependem a sociedade e a qualidade de vida.

O nosso objecto de estudo, sociedade florentina, ainda está aquém deste modelo expectável, pese embora já tenha dado passos largos para este caminho ao longo das 3 fases por nós analisadas.

Ou seja, a par com todas as outras componentes do sistema que em torno deste centro giram, podemos dizer que, a população tem estado indissociavelmente ligada às decisões políticas e mercantis, sendo ela própria a responsável pelas inúmeras mudanças e entre elas uma das responsáveis pela mudança da sua própria qualidade de vida, ou não será verdade que, havendo a disponibilização de meios e recursos (com maior ou menor facilidade, maior ou menor regularidade) somos nós, enquanto alvo dessas políticas, intensões ou oportunidades e restrições que temos a palavra final a dar?

## **CAPÍTULO III – LEVANTAMENTO DIRECTO DA INFORMAÇÃO**

A metodologia do presente estudo consistiu no levantamento de dados primários indirectos relacionados com os principais temas e hipóteses em estudo, através de revisão bibliográfica, consulta de documentos e através de entrevistas semi-estruturadas a personalidades reconhecidas como referências de forma a melhor analisar e perspectivar o conhecimento actual disponível.

Posteriormente efectuou-se um levantamento no terreno de dados relativos às condições infraestruturais e alimentares junto dos agregados familiares pertencentes à nossa amostra populacional (população agrícola), de forma a complementar e melhor estruturar a nossa análise global e específica da Ilha das Flores.

### **3.1 – Material e Métodos**

Neste ponto efectuamos a descrição do trabalho de colecta de dados primários baseado no levantamento por inquéritos. Os inquéritos foram estruturados no intuito de se adaptarem ao contexto do estudo, ou seja, no sentido de se melhor perceber os factores condicionantes das atitudes e opções produtivas e alimentares da nossa franja populacional analisada.

A metodologia utilizada baseia-se no pressuposto de que, os agricultores de maior dimensão são aqueles que possuem maior poder aquisitivo. Isto porque, com a tendência cada vez mais generalizada de relegação da agricultura para segundo plano, somente aqueles que realmente conseguem tirar dela real proveito, conseguem ter maior poder aquisitivo e maior estabilidade financeira.

Desta forma, procedemos a uma classificação dos nossos agricultores por área de exploração, sendo posteriormente escolhidos, respeitando dentro do possível, os critérios de aleatoriedade necessários para garantir a sua representatividade, os agricultores com áreas que se enquadrem na nossa classificação para podermos efectuar com credibilidade uma análise comparativa.

Assim, consideramos 3 grandes classes de agricultores, agricultores de pequena (até aos 15 ha), média (dos 15 aos 30 ha) e grande dimensão (com mais de 30 ha). Esta escolha justifica-se pela ponderação que deve ser tida face às zonas por nós estabelecidas, as quais

levam em conta todos os aspectos relativos à paisagem, ao clima e limitações naturais existentes no terreno (tipo de solos, incidência e predominância do vento, hábitos culturais, entre outros aspectos).

Os agricultores foram seleccionados ao longo de toda a ilha, por freguesias, e com uma representatividade ponderada, semelhantemente à usada pelo INE (com alguns ajustes face à realidade específica das ilha visto a sua metodologia adaptar-se melhor a ilhas de maior dimensão), para ser realista em termos estatísticos. Assim, nas freguesias com mais agricultores, foram seleccionados e entrevistados mais agricultores do que nas freguesias com menor número destes.

Foram desta maneira entrevistados 4 agricultores na Freguesia da Caveira, 4 agricultores na Freguesia dos Cedros (que inclui o lugar da Ponta Ruiva), 6 agricultores na Freguesia da Fajã Grande (que inclui o lugar da Ponta da Fajã), 4 agricultores na Freguesia da Fajãzinha, 6 agricultores na Freguesia da Fazenda, 3 agricultores na Freguesia do Lajedo, 12 agricultores na Freguesia das Lajes das Flores, 6 agricultores na Freguesia da Lomba, 3 agricultores na Freguesia do Mosteiro, 16 agricultores na Freguesia de Santa Cruz das Flores (que inclui o lugar da Fazenda de Santa Cruz) e 11 agricultores na Freguesia de Ponta Delgada, perfazendo um total de 75 agricultores em toda a ilha. Ou seja, cerca de 22% de todos os agricultores florentinos.

Esta dispersão geográfica de forma equilibrada permite-nos por outro lado verificar as diferenças de preço das diferentes localidades, no inquérito relativo ao consumo, permitindo assim, tornar relevante as disparidades existentes numa ilha tão pequena e, sobretudo no que toca aos produtos frescos transaccionados.

Foram efectuados no nosso inquérito final, 4 subinquéritos. Um relativo às características do alojamento do agregado nos últimos 20 anos, outro relativo à fonte de rendimento da família, outro relativo às características dos membros do agregado e por fim um inquérito ao consumo que nos proporciona visualizar não só as preferências alimentares como também o seu peso na economia da família.

Todos os inquéritos foram efectuados com o máximo rigor possível, muitas vezes (na sua maioria) na habitação dos agregados inquiridos e por vezes com mais do que um membro do agregado de forma a garantir a maior credibilidade à informação colhida. Isto facultou-nos uma observação directa que permitiu enriquecer o estudo e complementar a informação obtida através do inquérito realizado.

### **3.1.1 – Amostra**

De acordo com a metodologia escolhida para este estudo, fizemos uma amostragem na nossa população rural recorrendo à entrevista de 75 agregados correspondentes a 75 das 354 explorações existentes na Ilha das Flores, tendo como base a dimensão dessas mesmas explorações. Estas encontram-se distribuídas por toda a ilha e identificadas por Freguesia. A proporção de explorações por Freguesia prende-se com a existência de maior ou menor quantidade daquelas face a esta última.

As explorações foram escolhidas segundo o critério dimensão da exploração, sobretudo pela verificação de que tem havido uma cada vez menor aposta no Sector Primário, fruto das dificuldades inerentes ao mesmo, aliadas à sua cada vez maior importância nas fontes de rendimento do agregado familiar pelos apoios recebidos pelos subsídios da Comunidade Económica Europeia. Assim, parte-se do pressuposto que quem tem explorações de maiores dimensões possui mais recursos do que quem tem explorações de média e pequena dimensão.

Verifica-se que os agregados com explorações de grande dimensão possuem maior poder aquisitivo. A expressão da nossa amostra recai nos cerca de 21% relativamente à população do nosso universo alvo do estudo.

O Inquérito ao Consumo foi efectuado com o responsável pela concepção dos alimentos para o consumo alimentar do agregado, procurando ter uma real noção daquele sobre este último.

### **3.1.2 – Inquéritos**

Com o inquérito relativo às características do alojamento do agregado procuramos obter alguns dados socio-económicos que nos permitissem efectuar a caracterização dos agregados familiares. Esta caracterização não se cingiu ao presente, procurou ser intemporal e evolutiva pelo que o inquérito teve como princípio a observação da evolução dos indicadores analisados ao longo dos últimos 20 anos. Com base neste objectivo primeiro, foi elaborado dentro do Anexo II, o Anexo 2 – Formulário do Inquérito relativo às características do alojamento do agregado.

De maneira a consolidar as informações colhidas neste primeiro inquérito, foi elaborado um segundo inquérito (Anexos 3 e 4 dentro do Anexo II), desta vez relacionado com as fontes do rendimento do agregado. Permite-nos perceber a origem das fontes

de rendimentos como também o peso que cada uma tem no dia-a-dia das famílias.

Neste mesmo inquérito acrescenta-se uma tabela que nos dá a informação relacionada com as despesas por grandes grupos de gastos por mês para cada agregado, permitindo-nos avaliar qual o peso que o Grande Grupo Alimentação tem nas despesas do Agregado Familiar.

Este segundo objectivo foi perseguido recorrendo à utilização do Formulário apresentado no Anexo 4 (Anexo II) – Formulário do Inquérito relativo à Fonte de Rendimento das Famílias.

Sendo a nossa amostra populacional toda pertencente ao Sector Primário (com maior ou menor representatividade), surge a necessidade de elaboração de um terceiro inquérito, desta feita relativo à proporção das diferentes produções no rendimento do agregado. Facultou-nos inclusive informação muito importante relativamente ao auto-consumo.

O terceiro objectivo foi abordado recorrendo a um outro Formulário apresentado no Anexo 5 (Anexo II) – Formulário relativo às características do agregado.

Por fim, elaboramos um último inquérito, este relativo ao consumo e que nos permite verificar quais os principais alimentos consumidos pela nossa amostra populacional, qual a importância nutricional dessa mesma base alimentar e qual o peso que ela tem no orçamento de cada agregado entrevistado.

Para tal recorreremos a um quarto Formulário apresentado no Anexo 6 – Formulário de Inquérito ao Consumo.

A comparação com a população de referência será efectuada utilizando a escala de Desvio-Padrão “(Z-score)” que traduz o afastamento à mediana da distribuição de referência, em unidades de desvio padrão da mesma.

Esta análise comparativa assim como, a apresentação final dos dados levantados serão oportunamente apresentados em publicações posteriores, sobretudo pelo facto de, por contratempos de última hora e restrições temporais, nos termos visto impedidos de concretizar esta análise final.

### **3.1.3 – Forma de Aplicação**

O estudo decorreu no período compreendido entre 5 de Novembro e 7 de Dezembro de 2007.

Tendo em conta, a complexidade dos 4 inquéritos, no sentido de serem abrangentes, houve necessidade de repetição de parte de alguns deles com outros membros do agregado que na altura não se encontravam presentes.

Os inquéritos foram realizados *in loco*, ou seja, nas respectivas Freguesias e na sua maioria na residência dos agregados.

## **CAPÍTULO IV – ANÁLISE E QUANTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS DOS INQUÉRITOS**

### **4.1 – Caracterização dos Agregados**

O nosso estudo, tal como foi referido na metodologia, incidiu sob setenta e cinco agregados familiares, correspondendo a uma proporção de 21% do total das explorações agrícolas existentes na ilha das Flores e perfazendo um total de duzentos e cinquenta e sete indivíduos num universo populacional da ilha de cerca de quatro mil habitantes.

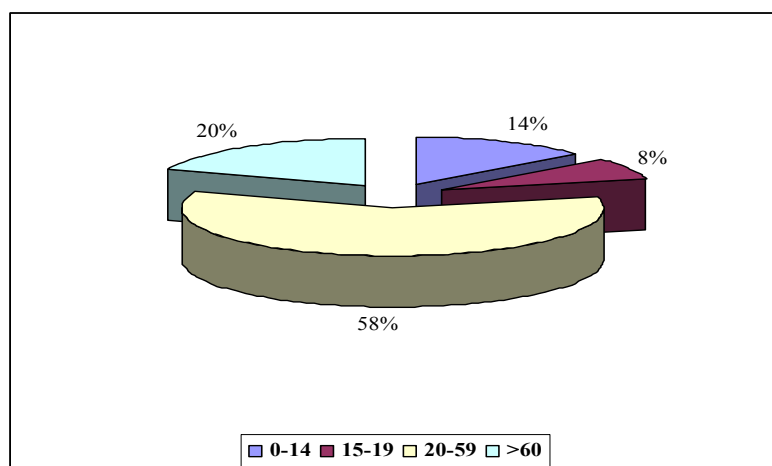
#### **4.1.1 – Estrutura Etária e por Sexo**

O Inquérito Consumo Alimentar (Formulário - Anexo 6) permitiu caracterizar cada um dos agregados familiares, no que se refere às variáveis socio-económicas face aos objectivos iniciais.

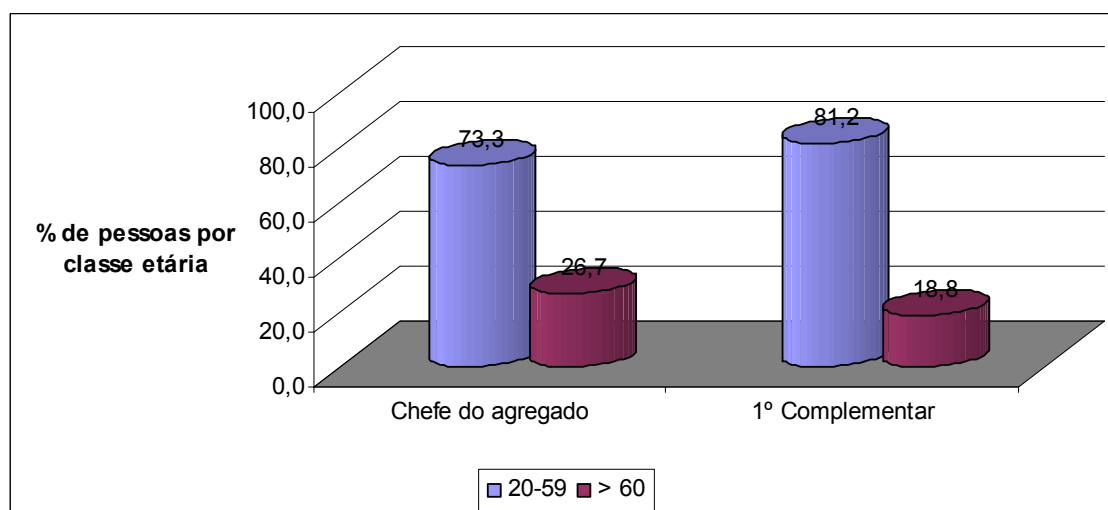
A estrutura etária da população alvo do estudo (amostra da população de agricultores na ilha das Flores) representada no Quadro 44 e Figura 107, demonstra que a mesma é representada por 58% de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 59 anos, logo seguida por 20% de pessoas com mais de 60 anos. Na figura 108, podemos observar que cerca de 71,1% dos chefes dos agregados encontra-se na faixa etária compreendida entre os 20 e os 59 anos, o que está de acordo com os censos do INE, quando estes nos indicam que a maioria dos agricultores açorianos se encontram dentro desta faixa etária e correspondem a nível nacional, aos agricultores mais jovens do país (ver quadro 8 relativo a alguns indicadores de agricultura e floresta por NUTS II e região agrária, anos de 2003 e 2005 localizado na página 67).

**Quadro 44 – Estrutura etária dos agregados, Ilha das Flores, 2007.**

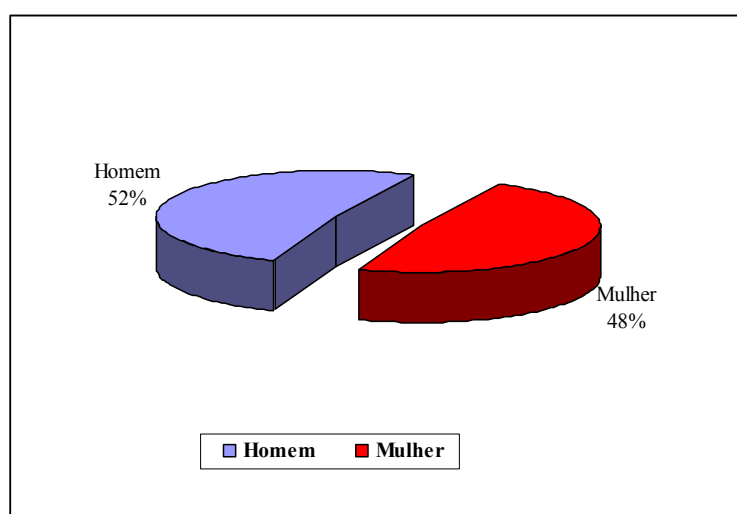
<b>Grupos etários</b>	<b>Nº indivíduos</b>	<b>%</b>
0-14	36	14,0
15-19	18	8,0
20-59	152	58,0
≥ 60	51	20,0



**Figura 107 – Estrutura etária dos agregados. Ilha das Flores, 2007.**



**Figura 108 – Percentagem de pessoas (chefe e 1º complementar do agregado) por classe etária. Ilha das Flores, 2007.**



**Figura 109 – Distribuição por Sexo dos Agregados. Ilha das Flores, 2007.**



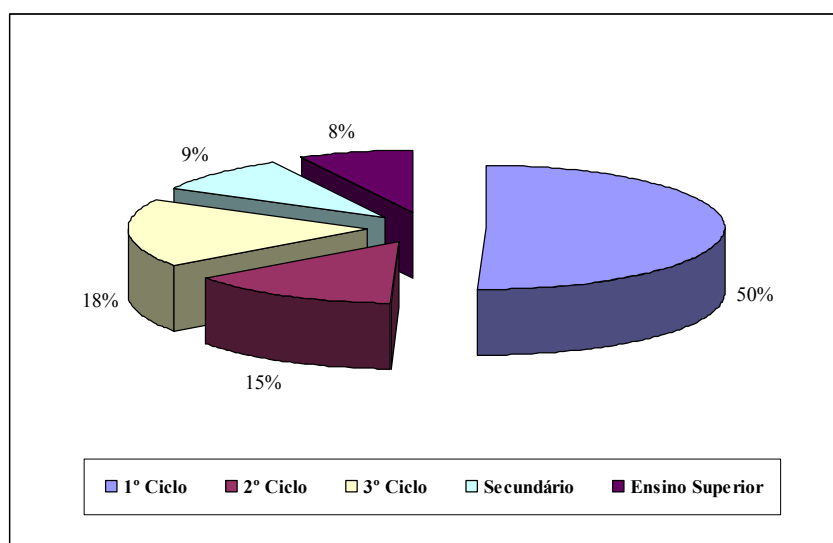
Verifica-se que é uma população bastante equilibrada no que toca à distribuição por sexos sendo apenas de 4% a diferença entre ambos e sendo o sexo masculino aquele que apresenta maior preponderância (52%) (Figura 108 - Distribuição por Sexo dos Agregados).

A dimensão média “equivalente homem”<sup>16</sup> das famílias estudadas é de 2,9 por agregado familiar, relativos a uma dimensão média de 3,4 membros por agregado.

#### 4.1.2 – Nível Educacional

A análise dos dados, evidencia que 93,8% da nossa população amostral total sabe ler reduzindo-se por isso a taxa de analfabetismo a 6,2%.

Por outro lado, 50 % dos membros literados dos agregados estudados possuem o 1º ciclo como grau de escolaridade. Constata-se igualmente que, apenas 8 % dos membros dos agregados possuem formação superior, sendo que estes licenciados não correspondem aos chefes de família (Figura 111). Todos eles são filhos dos agricultores donos das explorações.

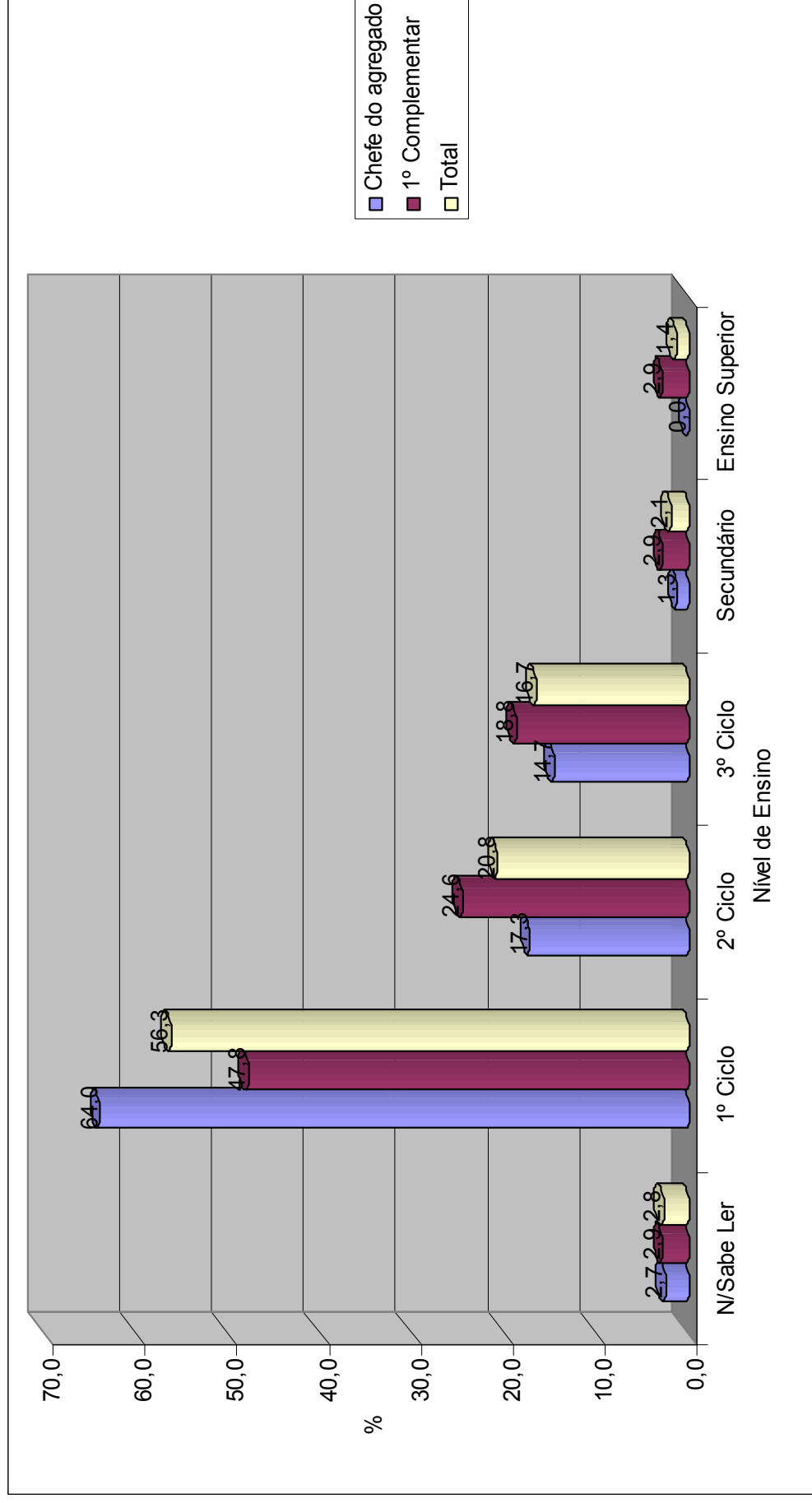


**Figura 110 – Nível de ensino dos agregados da nossa amostra populacional. Ilha das Flores, 2007.**

Dos chefes de exploração podemos verificar que 64% apresentam apenas o 1º ciclo como nível de ensino, 17,3% o 2º ciclo e 14,7% o 3º ciclo. Verifica-se igualmente que existem mais chefes de exploração analfabetos (2,7%) do que portadores do nível de ensino secundário (1,3%). No que toca ao 1º complementar, verificamos que apresentam valores

<sup>16</sup> Equivalente Homem – equivalente à força de trabalho de um homem adulto ocupado todos os dias do ano. Os valores calculados no nosso estudo de caso basearam-se em Elder (2000).

mais elevados em todos os níveis de ensino face ao chefe do agregado exceptuando no nível mais baixo (1º ciclo) e na taxa de analfabetismo.



**Figura 111 – Nível de ensino dos chefes e 1º complementares dos agregados alvo do estudo. Ilha das Flores, 2007.**

### **4.1.3 – Nível Socio-económico**

A partir da estrutura das despesas dos agregados familiares conseguimos inferir o rendimento de cada agregado.

O quadro 45, evidencia que cerca de 26 % da despesa mensal média da nossa amostra populacional vai para a alimentação. Correspondendo esta a aproximadamente 230,00€ por mês.

Existem cerca de 9% dos agregados que possuem um rendimento mensal inferior ao salário mínimo. Estes agregados apresentam despesas com a alimentação de cerca de metade do valor anteriormente mencionado.

A seguir aos gastos com a alimentação podemos mencionar o gasto com os transportes, os quais apresentam cerca de 18% das despesas mensais.

Não nos esqueçamos que a nossa amostra populacional, como representante do sector primário, tem obviamente um gasto significativo a nível de transportes, isto sobretudo pela sua necessidade de deslocações na sua profissão a qual é ainda agravada pela débil estrutura viária existente na ilha.

Dentro dos grandes grupos de despesas por nós apresentado, podemos reparar que os menos onerosos são, os correspondentes ao vestuário (correspondendo a uma média por agregado de 4,66%) e às comunicações (5,98%).

As despesas com a agricultura são colocadas à parte, principalmente por serem feitas de forma não equilibrada (havendo alturas de grandes gastos e outras de reduzida despesa, pelo que, o valor indicado é meramente indicativo da sua média ponderada) ao longo do ano.

Os valores apresentados a ela relativos correspondem a uma média mensal com base em todos os dados anuais colhidos e que diferem consoante as épocas do ano.

No Inverno as despesas com rações, fenos e silagem para alimentar o gado estabulado (algum) promovem um aumento da despesa.

No Verão o trabalho nas terras, entre outras ocupações culturais igualmente elevam os gastos habitualmente comuns.

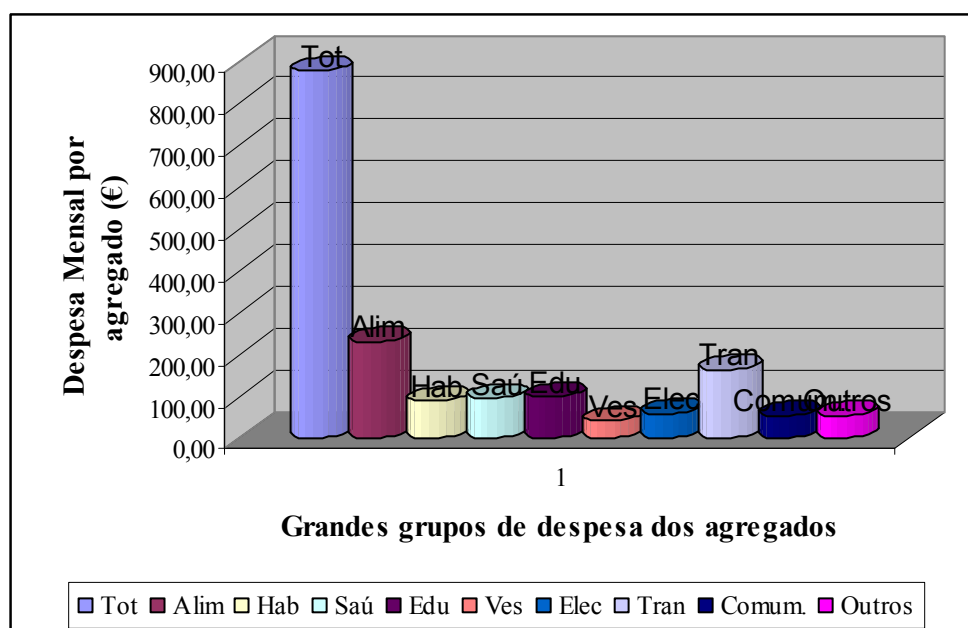
É assim que, embora os agregados familiares apresentem uma despesa média mensal de 877,83 € este valor chega em média a 1470,02 € por mês juntamente com as despesas relativas à agricultura.

Os subsídios recebidos são uma ajuda para os gastos destes agregados mas, como não são entregues de forma faseada e periódica, levam muitas vezes a situações de alguma complexidade financeira em alguns destes agregados.

Constata-se também que os gastos com a alimentação possuem o mesmo comportamento que o rendimento, ou seja, quando se verifica um aumento do nível de rendimento, a despesa alimentar tende a crescer (isto pode ser visualizado no quadro relativo à despesa média mensal por grandes grupos de despesas e por agregado familiar agrícola apresentado em anexo – Anexo III). O que nos pode levar a deduzir que uma parte destas despesas devam ser suportadas por alguma produção doméstica, apenas substituída quando o nível de rendimentos assim o permite.

**Quadro 45 – Despesa média mensal por grandes grupos e por agregado familiar agrícola na ilha das Flores e o seu peso percentual na despesa mensal final, 2007.**

	Tot	Alim	Hab	Saú	Edu	Ves	Elec	Tran	Comum.	Outros
	877,83	230,77	88,40	94,16	97,77	40,91	56,64	162,71	52,49	53,97
%	100	26,29	10,07	10,73	11,14	4,66	6,45	18,54	5,98	6,15



**Figura 112 – Despesa média mensal por grandes grupos e por agregado familiar agrícola na ilha das Flores, 2007.**

No que toca aos gastos com a educação, e correspondendo estes aproximadamente a 11% das despesas dos nossos agregados, não conseguimos tirar nenhuma relação directa com o aumento do rendimento visto a enorme variação a nível da composição dos nossos agregados. Muitos deles não possuem membros em idade estudantil para que conseguíssemos efectuar esta relação de dados. Os que os possuem e embora apresentando um nível de

rendimentos superior não apresentam um aumento no investimento no Grande Grupo Educação (ver o Anexo III).

#### **4.1.4 – Despesa Mensal com a Alimentação**

Como vimos anteriormente, em média, os nossos agregados dispendem para a alimentação cerca de 230,00 € mensais.

Comparando este valor com o ordenado mínimo português no ano de 2007 (403,00 €), é possível fazer duas análises. A primeira relativa ao facto de que a nossa amostra populacional é constituída por agregados com rendimentos mensais bastante heterogéneos. Uns apresentando valores muito acima da média e outros se localizando em valores abaixo do salário mínimo e se colocando em grupos de potencial vulnerabilidade. A segunda leva-nos a concluir que, tendo em conta o valor do ordenado mínimo nacional, muitas destas famílias acabem por procurar um complemento para ajuda nas despesas através das suas produções domésticas. Dentro destas se encontram indubitavelmente as hortas familiares.

É assim que, pudemos inferir com o nosso inquérito que estes gastos com a alimentação poderiam ser muito maiores caso os agregados familiares não recorressem à produção de bens de primeira necessidade para autoconsumo.

De facto, cerca de 97,3% dos agregados inquiridos possui uma horta familiar onde produz produtos hortícolas, alguns produzem árvores de fruto, e alguma produção pecuária relativa a pequenos ruminantes, dos quais a produção de carne de suíno possui uma importância crucial na base alimentar florentina.

Igualmente, a carne de vaca é aproveitada. Como, cem por cento da nossa amostra populacional produz gado bovino, na sua maioria de corte, pelo menos uma cabeça da sua manada fica para o consumo doméstico (tirando agregados familiares pequenos ou que não explorem a vertente carne).

Relativamente às hortícolas produzidas em casa, apenas 4% (correspondente a 3 agricultores) dos nossos agricultores inquiridos vendem parte (entre 25 a 50%) da produção e apenas cerca de 3% (2,67% ou mais concretamente 2 agricultores) não possuem horta. Todos os demais agricultores que a fazem utilizam 100% da sua produção para autoconsumo.

Devemos relevar que a grande força de produção florentina a nível doméstico corresponde às culturas hortícolas, sobretudo pelo preço elevado que estas alcançam no mercado local.

## **4.2 – Análise do Consumo dos Agregados**

O consumo alimentar foi uma importante componente explorada neste estudo. O tipo de metodologia utilizada, o Inquérito Consumo Alimentar (Anexo 6, do Anexo II) foi integrado pela importância que representa na questão da qualidade de vida das populações em geral e nas populações rurais em particular. Esta importância determinou a sua escolha.

De todas as práticas alimentares, as de consumo são aquelas que melhor se podem exprimir de forma objectiva, visto, sobre elas se conseguir obter dados quantitativos de frequência de consumo e de quantificação de alimentos.

No presente ponto pretendemos abordar um conjunto de aspectos que permitirão caracterizar quantitativamente o regime alimentar do grupo estudado, de forma a nos permitir verificar quais os produtos alimentares mais relevantes na base alimentar do nosso grupo populacional.

A análise será feita com base no estudo do regime alimentar, procedendo à sua caracterização, com base na frequência semanal de consumo dos alimentos importantes no regime e nas quantidades consumidas de cada alimento.

### **4.2.1 – Regime Alimentar**

Não podemos ser indiferentes ao facto de a quantidade de alimentos ingeridos diariamente por uma pessoa em cada população ser dependente entre outros, de factores ligados à disponibilidade alimentar na região, à estrutura etária da população, à actividade profissional e ao poder de compra da mesma.

### **4.2.2 – Frequência Semanal de Consumo de Bens Alimentares**

A grande parte das famílias estudadas toma duas refeições completas, designadamente, o almoço e o jantar, intervaladas de outras duas o pequeno-almoço e o lanche.

As refeições propriamente ditas são constituídas por um prato à base de um um tubérculo amiláceo (batata, inhame ou batata doce) e um alimento fornecedor de proteína peixe ou carne.

As hortaliças servem de acompanhamento e apresentam-se cozidas ou cruas (couves, repolho, cenouras, alface, tomate, etc.).

Dos alimentos que constituem a base alimentar da nossa população alvo, é o leite aquele que foi consumido com maior frequência. Como podemos observar no Quadro 46, este alimento foi consumido todos os dias por cerca de 97 % dos agregados. A fruta vem em segundo lugar apresentando uma taxa de consumo de 86% na nossa população alvo. O pão, a par com o açúcar, é igualmente consumido diariamente por 85% dos agregados familiares.

A nível de alimentos amiláceos, ricos portanto em hidratos de carbono, foi o pão seguido dos tubérculos (batata, batata-doce e inhame) o mais consumido apresentando estes últimos uma taxa de consumo diário de 76% na nossa amostra populacional em contraste com o arroz que apresenta uma taxa de 52% mas apenas numa frequência de 2 a 3 vezes por semana.

**Quadro 46 – Frequência de Consumo de Bens de Primeira Necessidade registada na ilha das Flores (%), 2007.**

<b>Bem alimentar</b>	<b>Raramente</b>	<b>1-2</b>	<b>2-3</b>	<b>3-5</b>	<b>Todos os dias</b>
Milho	65,33	13,33	18,67	2,67	0,00
Arroz	5,33	13,33	52,00	25,33	0,00
Feijão	9,33	21,33	58,67	6,67	0,00
Pão (unid. 30-40g)	11,00	0,00	0,00	0,00	85,33
Pão (unid. 50-100g)	70,67	0,00	1,33	0,00	28,00
Pão (unid. 800-1100g)	86,67	0,00	0,00	0,00	13,33
Massas	20,00	13,33	33,33	24,00	5,33
Tubérculos	1,33	2,67	1,33	18,67	76,00
Legumes	0,00	2,67	9,33	28,00	57,33
Óleo	14,67	14,67	24,00	22,67	24,00
Banha de porco	25,33	2,67	5,33	29,33	33,33
Azeite	5,33	4,00	28,00	28,00	32,00
Açúcar	4,00	4,00	2,67	4,00	85,33
Leite	1,33	0,00	1,33	0,00	97,33
Carne de vaca	1,33	12,00	49,33	30,67	0,00
Carne de porco	0,00	14,67	34,67	56,00	5,33
Carne de de galinha	4,00	36,00	42,67	17,33	0,00
Outras carnes	86,67	5,33	8,00	0,00	0,00
Peixe	1,33	12,00	48,00	34,67	4,00
Ovos	2,67	16,00	46,67	21,33	13,33
Fruta	0,00	1,33	5,33	6,67	86,67

Não será estranho a isto a produção doméstica destes tubérculos, com um custo que por vezes ronda os 10 cêntimos (ou menos em alguns casos pontuais) o kg face ao valor de compra no mercado que chega a atingir o 1,09€/kg (ver Anexo III), o que releva mais uma vez a importância das hortas familiares na redução da despesa no Grande Grupo Alimentação dos agregados.

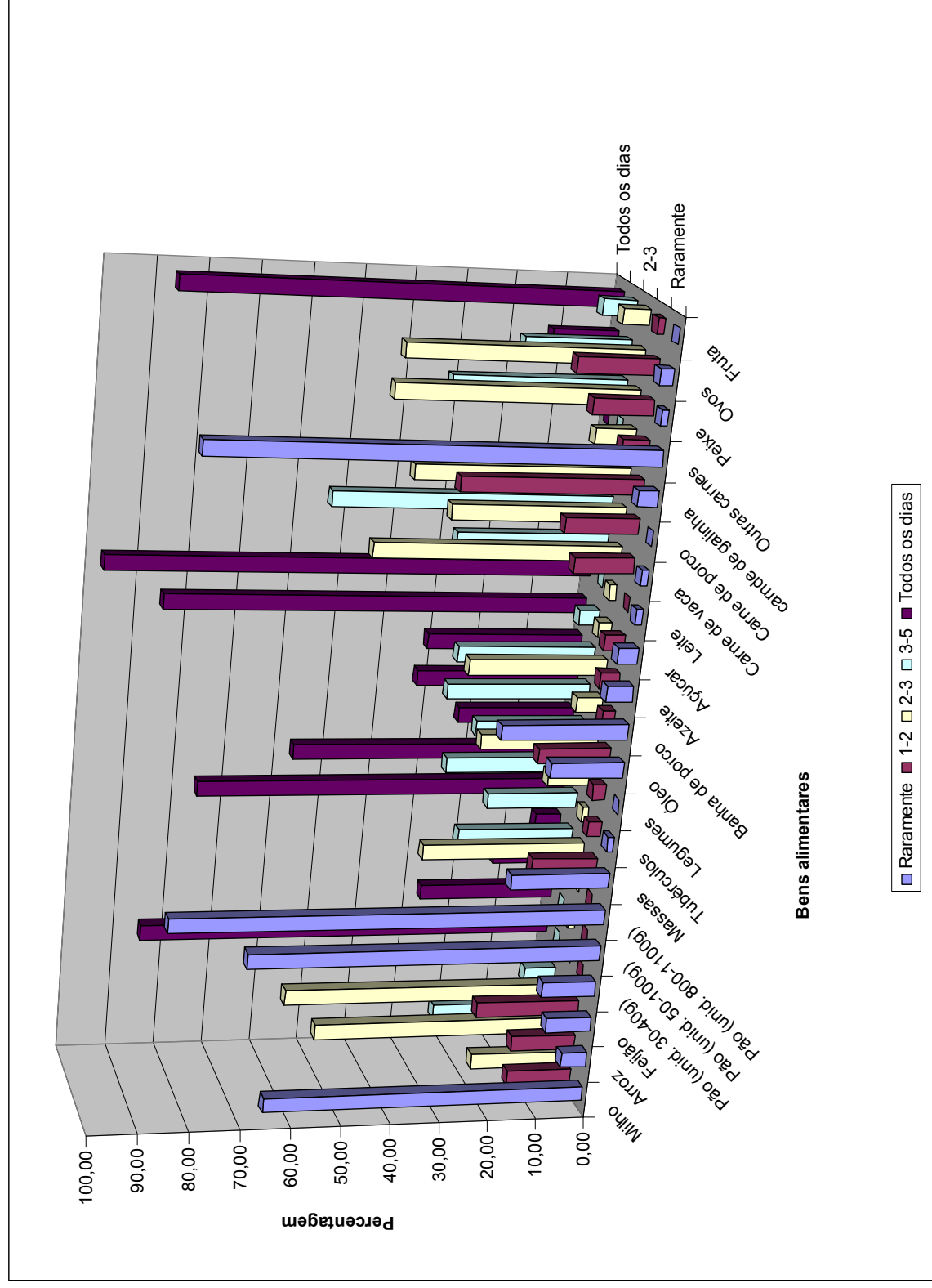


Figura 113 – Frequência de Consumo de Bens de Primeira Necessidade registados na ilha das Flores (%) no ano de 2007.



Relativamente aos alimentos proteicos ligados à proteína animal, podemos verificar a importância da carne de suíno na base alimentar florentina. Cerca de 5% da nossa amostra populacional consome diariamente este tipo de proteína. Cerca de 56% consome-a entre 3 a 5 vezes por semana. A carne de vaca é consumida cerca de 49% das vezes numa frequência de 2 a 3 vezes por semana.

O peixe embora apresente uma percentagem de consumo de 48% (ligeiramente abaixo da de carne de vaca), numa frequência de duas a três vezes por semana, seria praticamente inatingível às camadas menos abonadas financeiramente pelos preços praticados na ilha. Uma das soluções encontradas por alguns dos nossos agregados é o recurso à pesca amadora.

Dentro das frutas mais consumidas estão a laranja e as bananas regionais, nos agregados que dispõem de bananais e algumas laranjeiras. O consumo destes frutos cítricos está de acordo com os dados por nós apresentados no ponto 3.1.4.1 – Produtos Vegetais apresentado na página 108.

Dentro dos alimentos ricos em proteína consumidos com alguma regularidade (2 a 3 vezes por semana) encontramos o feijão, o qual apresenta uma representatividade de 58,7% na nossa amostra populacional. Apesar da sua elevada importância nutritiva, nenhum dos nossos agregados o consome diariamente e apenas cerca de 6,7% dos mesmos consomem-no entre 3 a 5 vezes por semana. É no entanto, um dos alimentos base da culinária tradicional onde o feijão assado toma uma relevância especial.

Conforme anteriormente vimos o consumo de pão é bastante elevado, levando a 85% dos agregados a consumir pão todos os dias. O pão constitui o alimento base dos pequenos-almoços. Encontramos 3 grandes tipos de pão comercializados na ilha. Os denominados “papos secos” com 30-40g de peso a unidade, os conhecidos por “pão da avó” que variam entre os 50 e as 100g de peso a unidade e os pães ou de trigo ou de milho com um peso unitário de 800 a 1100g. Se juntarmos estes três grandes tipos de pão obteremos uma taxa de consumo muito próxima dos 100%.

Dentro destes 3 grandes tipos é sem dúvida o primeiro, o relativo aos “papos secos” que predominam na preferência dos agricultores florentinos muito provavelmente pelo seu baixo custo e é, igualmente este alimento que regista o valor de 85% de consumo na nossa amostra populacional e promove o pico no gráfico da figura 114, com as suas quase 40 (39,85) unidades semanais.

No que toca às gorduras utilizadas, é a banha de porco a mais utilizada diariamente pela nossa população alvo (33%) face aos 24% que recorrem diariamente aos óleos alimentares. O azeite possui igualmente uma representatividade diária na ordem dos 32%.

Esta gordura é menos utilizada sobretudo pelas camadas populacionais com menor poder aquisitivo dado o seu custo face ao das outras gorduras. Podemos verificar que a preferência pelo azeite prende-se não meramente com a questão financeira (embora seja o factor principal) mas também pelo nível educacional das famílias.

A banha de porco surge como alternativa sobretudo nas famílias onde o porco continua sendo a principal fonte de proteína animal visto o seu custo sair praticamente nulo aos seus utilizadores.

Sendo o consumo de leite bastante significativo, com os seus 97,3 % de representatividade dentro dos agregados por nós abordados, podemos dizer que praticamente 100% da população que consome leite utiliza o leite de “pacote”, leite homogeneizado e ultrapasteurizado.

Os casos pontuais que não a ele recorrem, possuem uma vaca específica para tal efeito.

Um dos valores mais expressivos no gráfico atrás apresentado vai de encontro ao número de ovos consumidos por semana (cerca de 8,8). Não será alheio a isto a sua produção caseira, a mesma que, além de ser diluidora dos potenciais custos de aquisição cria a situação de necessidade do seu consumo. É igualmente por esta última razão que surge igualmente o aumento do consumo de açúcar aquando da elaboração de bolos para a sua utilização.

No grupo de alimentos de consumo menos frequente, interessa evidenciar o consumo do milho, antigamente base da alimentação florentina (hoje introduzida sobretudo no pão de milho comercializado) e as “outras carnes”, de entre as quais podemos citar a de coelho. Esta, embora abundante na ilha ainda hoje (ou não tivesse a ilha das Flores sido em tempos designada por ilha *Conilgli* ou, ilha dos Coelhos), não tem sido actualmente uma fonte de proteína animal devidamente aproveitada, inclusivamente com o intuito de controle deste pequeno roedor.

De todos os tipos de carne consumidos a de ave é a com menor expressão a seguir à das “outras carnes” com um consumo médio de 1,5kg/semana, consumidos entre duas e três vezes por semana por cerca de 46% dos agregados.

Os legumes e as frutas são alimentos com alguma importância no regime alimentar da população. Isto pode ser facilmente verificado pelos 57% dos agregados que consomem legumes diariamente e cerca de 87% dos agregados que consomem fruta igualmente de forma diária.

O elevado consumo de legumes está directamente relacionado com a sua produção nas hortas familiares, caso fossem adquiridos no mercado local o seu acesso estaria restrito às famílias com maior poder aquisitivo. Quanto à fruta, este elevado consumo justifica-se

igualmente pelo seu acesso à fruta local. Algumas das famílias inquiridas chegaram a comentar que nem sempre podem adquiri-la para consumo quando têm de recorrer à fruta disponível no comércio local.

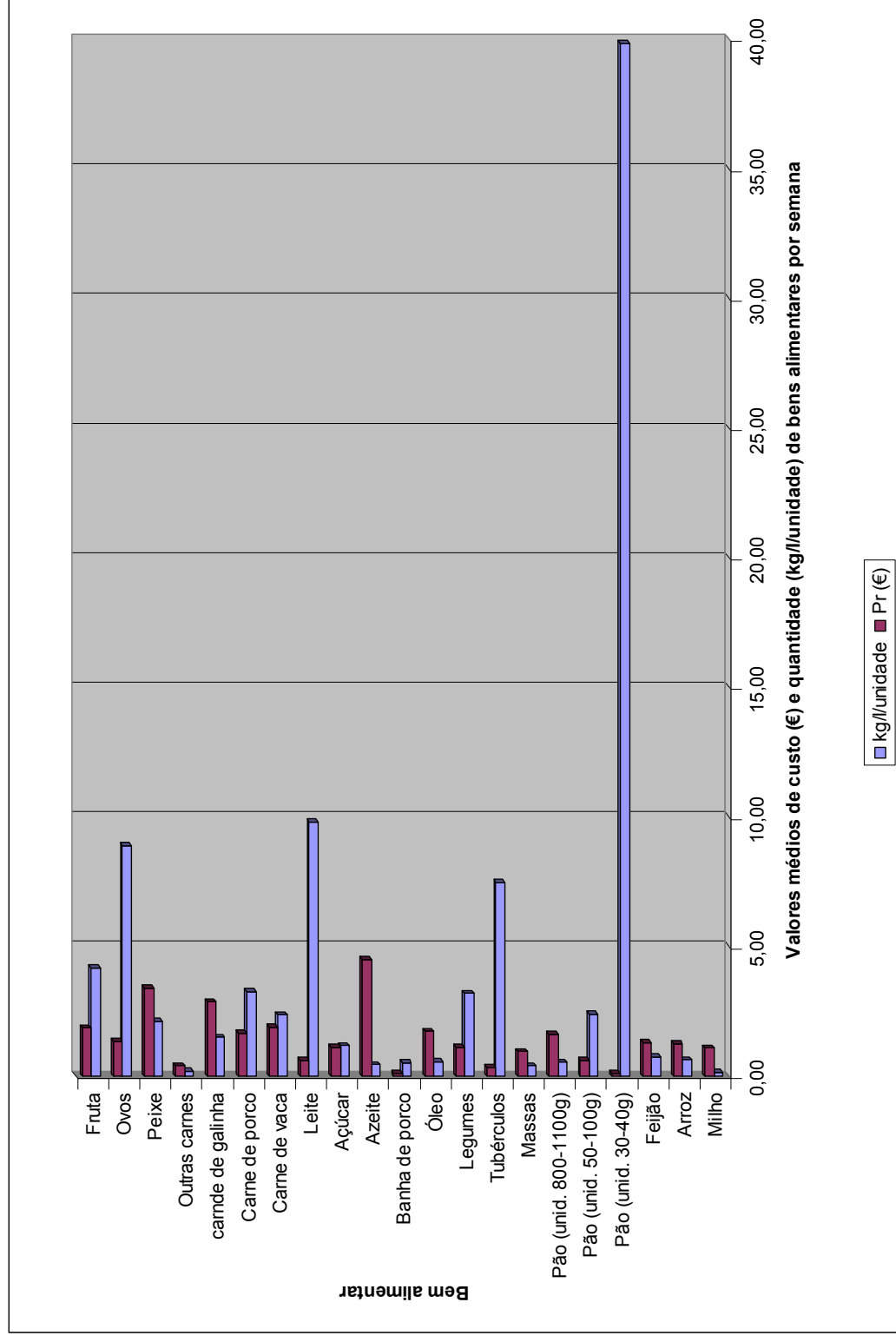


Figura 114 – Valores médios de custo (€) e quantidade (kg/l/unidade) de bens alimentares por semana na ilha das Flores, 2007.

## 4.2.3 – Análise das Quantidades Consumidas

### 4.2.3.1 – Quantidades Consumidas pelos Agregados

No Quadro 47, apresentam-se as quantidades consumidas dos bens alimentares pelos agregados, em quantidades por semana e por EQH (equivalente homem).

O pão, a par com o leite, constitui o bem alimentar com maior consumo, quer em quantidades por semana, quer em unidades (kg/l)/EQH, ou seja, cerca de 13,74 pães (com peso médio de 30-40g) são consumidos por cada EQH por semana.

**Quadro 47- Quantidades consumidas por semana de bens alimentares pelos agregados (%). Ilha das Flores, 2007.**

Bem alimentar	kg/l/unidade	kg/(l/unidade)/EQH
Milho	0,15	0,05
Arroz	0,62	0,21
Feijão	0,76	0,26
Pão (unid. 30-40g)	39,85	13,74
Pão (unid. 50-100g)	2,39	0,83
Pão (unid. 800-1100g)	0,55	0,19
Massas	0,41	0,14
Tubérculos	7,49	2,58
Legumes	3,19	1,10
Óleo	0,56	0,19
Banha de porco	0,52	0,18
Azeite	0,45	0,16
Açúcar	1,17	0,40
Leite	9,80	3,38
Carne de vaca	2,37	0,82
Carne de porco	3,26	1,12
Carne de galinha	1,50	0,52
Outras carnes	0,19	0,07
Peixe	2,13	0,74
Ovos	8,90	3,07
Fruta	4,19	1,44

O leite seguido dos ovos e dos tubérculos são os produtos alimentares com maiores valores registados quer por semana quer por EQH, com os seus 3,38, 3,07 e 2,58 unidades/EQH respectivamente.

O consumo de pão demonstra que se consome em média cerca de 13 pães (com peso médio de 30 a 40 gramas) por dia por pessoa. Os outros tipos de pão também apresentam valores sensíveis quando concluímos que a dimensão destes é superior aos primeiros mencionados atrás. Assim, registamos 0,84 pães com peso médio de 50 a 100 g por EQH e 0,19 pães com peso médio de 800 a 1100 gramas por EQH.

O arroz e o feijão representam valores muito próximos de consumo semanal, 210 g para o arroz e 260 g para o feijão por EQH e muito baixos quando comparados com os valores registados por outros alimentos amiláceos como os tubérculos, cuja representatividade encontra-se expressa pelos significativos 2,58 kg/EQH.

O consumo de gorduras alimentares encontra-se muito equilibrado apresentando valores desde os 0,16 l e 0,18 kg, respectivamente de azeite e banha de porco, até aos 0,19 l de óleo alimentar por EQH. A preferência ou opção de escolha prende-se essencialmente com o poder aquisitivo das famílias, sendo o azeite escolhido normalmente de forma preferencial pelas famílias com maiores rendimentos e a banha de porco pelas famílias com menores rendimentos.

O consumo de óleo face ao azeite não fica à margem dos maiores valores monetários atribuídos no mercado local deste último face ao primeiro.

Consome-se cerca de 4 kg de fruta e 3 kg de legumes por semana, o que demonstra valores bastante razoáveis de consumo semanal de fruta. A OMS recomenda um consumo de cerca de 400 g de fruta diariamente (na nossa amostra populacional encontramos um valor médio de 570 g por semana, acima portanto do valor anteriormente referido). Comparando o consumo de frutos com o consumo efectuado pela população portuguesa de um modo geral, verificamos que o consumo de fruta está bem acima da média nacional. A nível nacional o consumo vai pouco além de uma peça de fruta por dia o que equivale a cerca de 198 g diários (Associação Nacional de Nutricionistas, 2006).

Dentro dos alimentos fornecedores de proteínas animais, como os ovos, o peixe e a carne apresentam valores de consumo, de cerca de 9 ovos por semana, 2,13 kg de peixe por semana e 3,26 kg de carne de porco por semana.

Com vista a melhor percepção da balança alimentar dos agregados familiares inquiridos, em termos de quantidade e qualidade nutricional dos produtos consumidos, apresentamos seguidamente o Quadro 48, com as estimativas do consumo alimentar médio por agregado e *per capita*/ano, destacando-se a importância do pão e do leite.

Não será de estranhar a quantidade de carne e leite ingeridas, sobretudo quando nos lembramos de que estes agregados familiares são produtores, essencialmente de gado bovino em regime extensivo de carne e alguns (a sua minoria – cerca de 1% – ver figura 103 na página 265) de leite.

De acordo com o Quadro 48, verifica-se que o consumo de pão (peso médio de 30 a 40 g) atinge cerca de 659 pães *per capita* ano e cerca de 162 litros de leite *per capita* ano.

Os ovos apresentam valores de consumo de 147 unidades por EQH ano ao passo que registam-se valores de consumo de cerca de 123 kg de tubérculos *per capita* ano na nossa amostra populacional, ao que não ficará indiferente a sua produção doméstica a baixo custo, a qual permite a ingestão de valores tão representativos sem grandes encargos para estes agregados.

**Quadro 48 – Quantidades (Média EQH/Ano)  
Consumidas de Bens Alimentares ( EQH/ Ano).  
Ilha das Flores, 2007.**

<b>Bem alimentar</b>	<b>kg(/l/unidade)/EQH</b>
Milho	2,41
Arroz	10,30
Feijão	12,50
Pão (unid. 30-40g)	659,59
Pão (unid. 50-100g)	39,61
Pão (unid. 800-1100g)	9,05
Massas	6,81
Tubérculos	123,92
Legumes	52,79
Óleo	9,26
Banha de porco	8,64
Azeite	7,52
Açúcar	19,43
Leite	162,28
Carne de vaca	39,28
Carne de porco	53,99
Carne de galinha	24,90
Outras carnes	3,13
Peixe	35,29
Ovos	147,24
Fruta	69,35

Apesar da maioria dos nossos agregados serem produtores de gado bovino de corte, é a carne de suíno a que apresenta valores mais acentuados na sua dieta alimentar. Isto deve-se por um lado a questões culturais (dotações culturais) e por outro, ao facto de a carne de bovino estar, a eles, mais associada ao comércio.

Desta forma não é de se estranhar valores de consumo de cerca de 54 kg *per capita* ano de carne de suíno face aos cerca de 39 kg *per capita* ano de carne de vaca.

O consumo *per capita* anual de peixe é superior ao consumo *per capita* anual de carne de aves, 35 kg contra aproximadamente 25 kg, respectivamente.

Alguns dos agregados inquiridos possuem uma segunda actividade ligada à pesca, o que pode vir a justificar o valor elevado de consumo acima indicado, mesmo quando outros agregados quase não o consomem, sobretudo pelo custo, por vezes, impeditivo para os agregados de mais baixo rendimento.

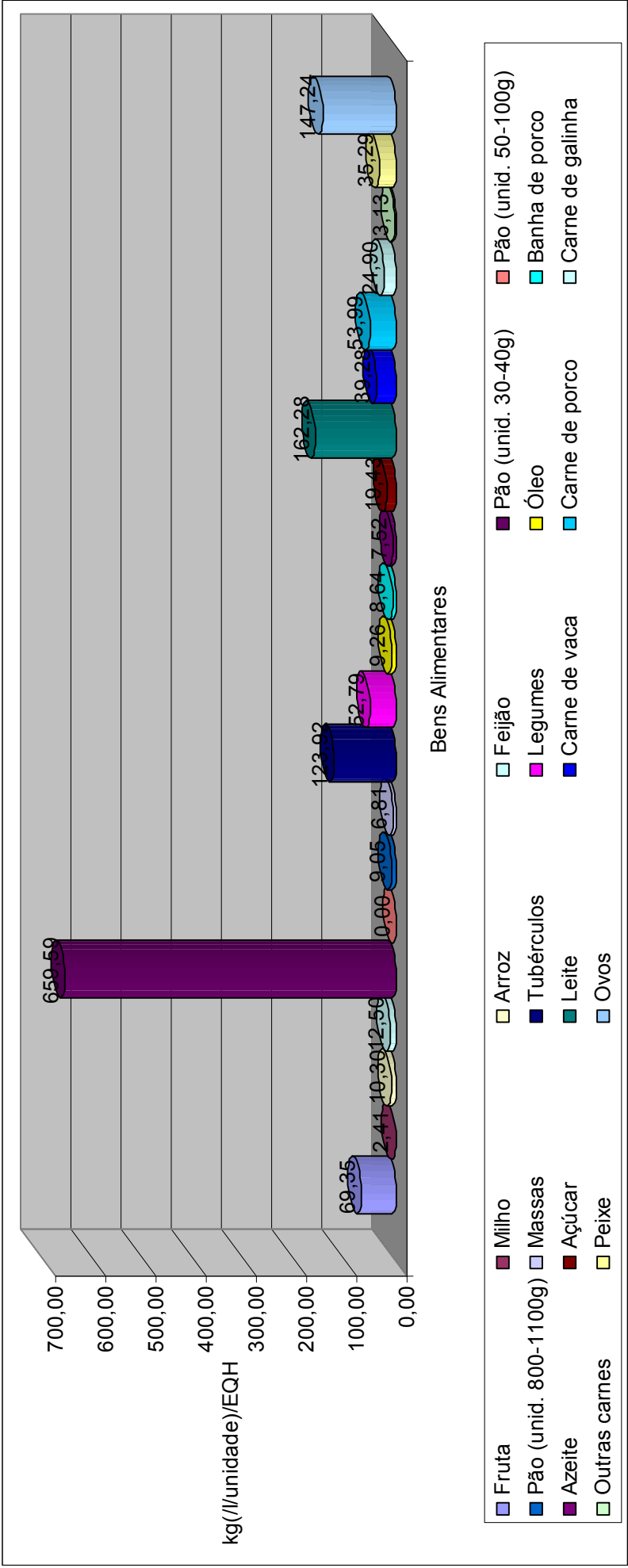


Figura 115 – Quantidades consumidas de bens alimentares pelos agregados alvo do estudo. Ilha das Flores, 2007.

### 4.3 – Análise da Qualidade de Vida dos Agregados

Como evidencia o Quadro 49, houve uma evolução notoriamente positiva desde há 20 anos até hoje. Tirando a questão da luz eléctrica, que existe na habitação de todos os agregados desde há 20 anos até hoje, os demais bens de conforto foram sendo adquiridos mais ou menos rapidamente ao longo destas duas últimas décadas.

É importante referir que, se o nosso intervalo se estendesse para além dos 20 anos, teríamos também uma evolução positiva neste bem de conforto (luz eléctrica), pois muitos dos inquiridos mencionaram que há 30 anos muitas casas na ilha das Flores não dispunham deste bem.

Podemos mencionar que há 20 anos atrás apenas 86,7% dos nossos agregados familiares dispunham de casa de banho. De há 10 anos a esta parte todos já dispõem deste importante e necessário bem de conforto.

**Quadro 49 – Evolução da aquisição de Bens de Conforto nos últimos 20 anos na ilha das Flores (%), 2007.**

<b>Bens de conforto</b>	<b>Há 20 anos</b>	<b>Há 15 anos</b>	<b>Há 10 anos</b>	<b>Há 5 anos</b>	<b>Actualmente</b>
Casa de banho	86,7	96,0	100,0	100,0	100,0
Iluminação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Fogão	81,3	97,3	98,7	100,0	100,0
Microondas	6,7	17,3	38,7	84,0	92,0
Frigorífico	90,7	93,3	97,3	98,7	98,7
Arca congeladora	89,3	94,7	100,0	100,0	98,7
Máq. lavar roupa	61,3	88,0	97,3	100,0	100,0
Telefone	42,7	69,3	85,3	76,1	93,3
Telemóvel	0,0	0,0	22,7	70,7	85,3
Televisão	90,7	94,7	98,7	100,0	100,0
Rádio	89,3	89,3	86,7	85,3	85,3
Aparelhagem	20,0	25,3	32,0	41,3	41,3
Vídeo	10,7	22,7	41,3	54,7	54,7
Computador	0,0	1,3	13,3	33,3	58,7
Internet	0,0	0,0	4,0	18,7	40,0
Bicicleta	18,7	25,3	30,7	36,0	36,0
Motorizada	28,0	28,0	25,3	18,7	18,7
Moto	8,0	6,7	2,7	8,0	9,3
Automóvel	46,7	60,0	72,0	80,0	85,3
Tractor	20,0	28,0	38,7	40,0	50,7
Motocultivador	36,0	44,0	53,3	53,3	58,7
Burro/cavalo	44,0	33,3	32,0	34,7	36,0

O telefone é o bem de conforto que mais evoluiu desde há 20 anos a esta parte. Se verificarmos no quadro 49, veremos que apenas 42,7% dos agregados dispunham de



telefone em casa, actualmente, embora ainda nem todos disponham deste bem, já se registam 93,3% dos agregados inquiridos com telefone em casa.

O telemóvel, o computador e a internet são todos, bens que há 20 anos não eram utilizados na ilha das Flores. Algumas zonas da ilha não dispõem ainda hoje de cobertura de rede e por essa razão não se registam ainda no presente ano de 2007 mais do que 85,3% dos agregados como portadores deste bem de conforto. Quanto ao computador e à internet vemos que dentro dos nossos agregados, apenas 58,7% possuem computador e 40,0% internet no presente ano do estudo.

É interessante verificar que mais facilmente os agregados da nossa amostra populacional adquiriram uma arca congeladora a um frigorífico, registando-se mesmo há 10 e há 5 anos, 100% dos agregados com arca congeladora enquanto ainda hoje não existe frigorífico em 100% dos agregados. Actualmente ambos os bens de conforto encontram-se registados em 98,7% dos agregados inquiridos. Estes equipamentos são muito importantes para a conservação dos alimentos e para a segurança alimentar das famílias.

Outro dos bens de conforto que se torna curioso mencionar é o fogão, este electrodoméstico apenas há 10 anos atrás tornou-se existente em 100% dos agregados familiares.

O automóvel como bem adquirido regista valores actuais de 85,3% na nossa amostra populacional ao passo que há 20 anos apenas 46,7% dos agregados dispunham do mesmo. Numa relação inversa encontramos a posse de um burro ou cavalo. Desta feita, há 20 anos atrás cerca de 44,0% dos inquiridos possuíam um burro ou cavalo, sendo que actualmente apenas 36,0% registam tal posse.

Como agricultores que são vê-se uma melhoria significativa de há 20 anos a esta parte no que toca à posse de um tractor. Evoluiu de 20,0% para 50,7% as famílias detentoras deste bem.

Esta análise simples, embora não absoluta, revela que a capacidade aquisitiva das famílias aumentou e consequentemente também a melhoria na qualidade de vida das mesmas.

O índice de conforto permite inferir acerca da qualidade de vida das unidades familiares; com o seu aumento ao longo dos últimos 20 anos sem dúvida que a qualidade de vida sofreu uma melhoria.

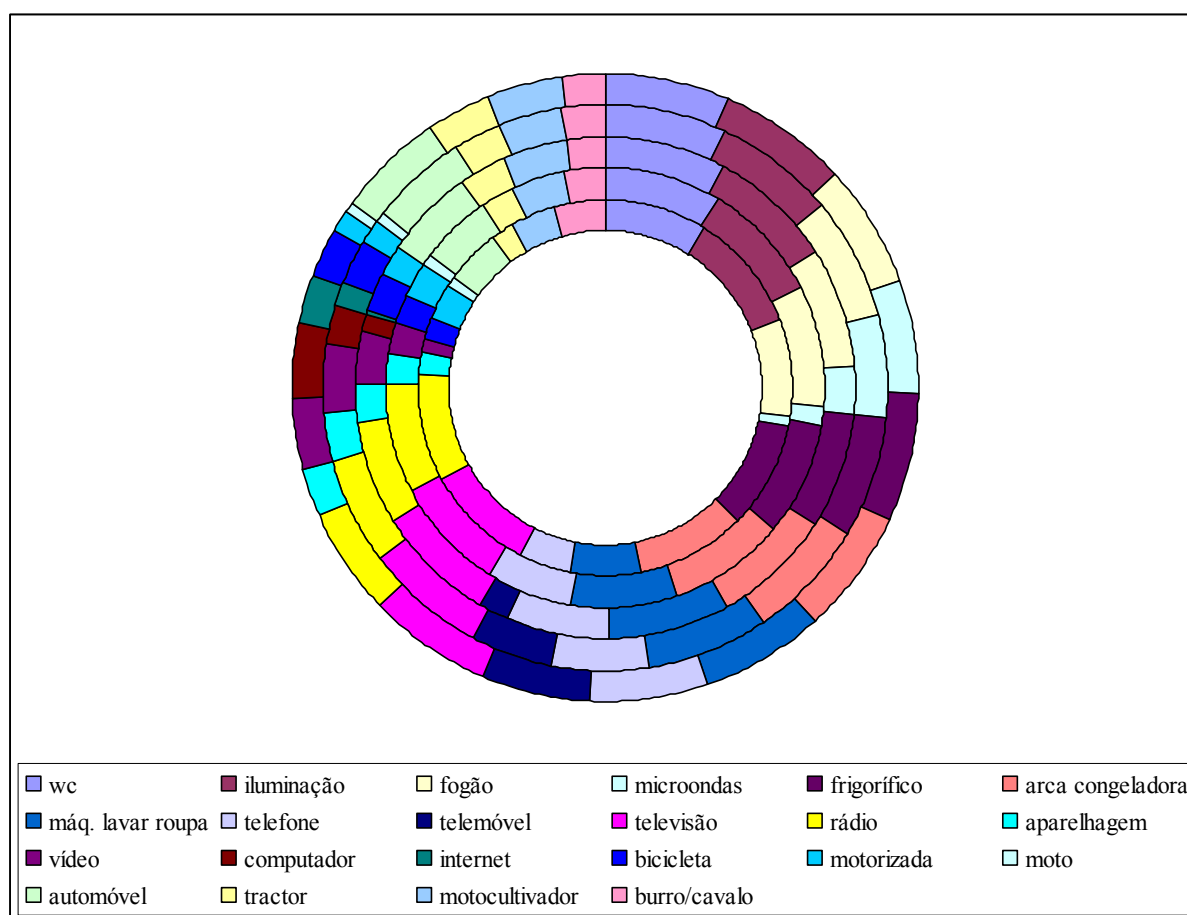
A melhoria registada poderá estar estritamente ligada ao aumento substancial nos rendimentos das famílias. Refere-se neste caso alguns bens que merecem serem destacados, a aquisição de arcas congeladoras e computadores. A arca congeladora na ilha da Flores tem um papel muito importante para a garantia de conservação de bens alimentares (neste caso

referimos a *Food Safety*) como a carne de porco e de vaca que é obtida no abate do animal num período concreto do ano e que obviamente não é passível de consumo na sua totalidade num curto espaço de tempo. Os computadores pela importância que as novas tecnologias trazem às sociedades sobretudo no encurtamento das distâncias e das diferenças entre meios localizados no centro ou na periferia das decisões.

Neste caso a ultraperiferia torna-se mais próxima do centro e não só teoricamente mas também concretamente.

Para culminar a análise deste ponto, torna-se interessante observar a figura seguinte onde podemos observar a posse dos inúmeros bens de conforto ao longo dos últimos 20 anos.

Assim, do centro do desenho para a periferia encontramos a evolução do passado (há 20 anos) para o presente, sendo que cada anel corresponde às categorias “há 20 anos”, “há 15 anos”, “há 10 anos”, “há 5anos” e “actualmente”.



**Figura 116 – Evolução da aquisição de Bens de Conforto nos últimos 20 anos na ilha das Flores (%), 2007.**

Como a Figura 116 demonstra, com a dimensão das fracções de cada anel, houve uma evolução positiva na aquisição de praticamente todos os bens de conforto analisados por parte da nossa população alvo.

Inferindo estes resultados à visão pragmática simples de que, melhores estruturas e consumo se aproximam de melhores padrões de vida podemos, e com base nos últimos pontos analisados, concluir que houve um aumento sensível da qualidade de vida da nossa amostra populacional.

#### **4.4 – O Sistema Agrário Actual e os Sistemas de Produção Presentes numa análise da dinâmica em curso dos sistemas de produção e as perspectivas para o futuro**

Não podemos terminar este trabalho sem fazer um balanço de tudo o que foi dito ao longo do mesmo e em jeito de remate analisar o Sistema Agrícola Actual.

À parte das perguntas do inquérito acima mencionado, foram feitas duas outras a cada um dos nossos agregados:

1ª – Qual o tipo de gado produzido na exploração?

2ª – Se não houvesse subsídios continuariam ou não com a sua actividade agrícola?

Com a primeira pergunta, procuramos por um lado, verificar qual é a real expressividade da produção de carne ou leite na ilha das Flores e por outro, demonstrar o enorme peso que a Pecuária apresenta actualmente nesta ilha.

Com a segunda, procuramos inferir que peso têm os apoios disponibilizados pela Comunidade ou mesmo pelos órgãos regionais nas opções produtivas em geral e na viabilidade da agricultura em particular.

Sendo os agregados alvo do estudo, todos eles agricultores ligados à pecuária extensiva conseguimos compreender a mudança radical efectuada desde a execução do último recenseamento agrícola elaborado em 1999, no qual a ilha das Flores apresentava na sua maioria, a presença de sistemas policulturais.

Embora ainda hoje existam sistemas policulturais, estes são casos pontuais num universo onde a pecuária extensiva de gado bovino vigora. Pudemos verificar que, dentro da nossa amostra populacional, estes agricultores ligados à Pecuária, encontram-se na sua maioria ligados à produção carne (68%), em segundo lugar encontramos um grupo intermédio de produtores mistos (leite e carne) (24%) e em terceiro lugar uma minoria que se dedica à produção exclusiva de leite (8%).

Este último valor encontra-se ainda longe da projecção referida por nós da existência de apenas 1% de produtores dedicados a esta opção produtiva, devendo-se isto sobretudo ao facto de a nossa amostra populacional ser mais abrangente à utilizada pela dita projecção apresentada visto termos seleccionado agricultores com explorações de todas as dimensões e alguns dos quais que não se encontram na lista dos que entregam leite na Cooperativa e portanto não tinham sido contabilizados para aquela projecção.

Houve de facto uma viragem bastante significativa das opções produtivas dos agricultores, que passaram de “policultores” a “monocultores”, neste caso de pastagem e gado. Ao longo do século XX pudemos verificar, à luz do modelo IMI, que a tradição na produção leiteira com vista a produção final de manteiga inicialmente e queijo à *posteriori*, foi sendo gradativamente substituída quer pelas políticas e incentivos oriundos da RAA quer, mais recentemente, pelos apoios e directrizes da PAC.

Neste sentido, a nossa segunda questão, colocada à parte às do inquirido, nos reserva algumas surpresas.

Quando colocamos a pergunta “Se não houvesse subsídios continuariam ou não com a exploração?”, os nossos inquiridos foram bastante explícitos. Cerca de 61,3% disseram-nos que continuariam e cerca de 38,6% disseram-nos que não.

Dos que nos afirmaram que continuariam, 20% afirmaram que teriam de reduzir a área para poder prosseguir. Muitos alegaram continuar apenas porque não sabiam fazer outra coisa ou por não terem outra alternativa de vida e, porque as terras sendo suas não teriam encargos fixos com rendas, aliviando desde logo uma grande fatia das despesas.

A par de todos os “ses” colocados, o que interessa reter é que, como área ultraperiférica que é, a ilha das Flores e os seus agricultores sentem a viva necessidade de um apoio para ultrapassar as barreiras naturais que a sua localização geográfica lhes impõe.

Mas, retira-se igualmente a certeza, de que não são agricultores apenas por haver apoios, são-no e olhando para o Modelo IMI, fruto de um sistema complexo no qual as dotações culturais, as tecnologias de produção, os recursos naturais e as instituições, conjuntamente com o mercado e o governo, funcionam como uma matriz que projecta para o presente e o futuro a real aptidão profissional destes nossos inquiridos e as suas opções reais de vida.

## **CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **5.1 – Conclusões**

No nosso trabalho através dos objectivos traçados fora e dentro dos inquéritos e respondendo às questões formuladas no decorrer do presente estudo, pudemos acompanhar ao longo das 3 fases por nós estipuladas mudanças significativas ao longo do tempo e que se demonstraram determinantes no Presente.

O Modelo IMI utilizado para análise da realidade estudada demonstrou-se complexo e completo permitindo um olhar atento e crítico perante as 3 fases por nós determinadas. Identificar etapas marcantes na História local e social, simplifica o seu estudo e permite sistematizar os pontos realmente importantes para a compreensão da evolução desse meio.

É assim, que conseguimos encontrar de forma intertemporal e cruzada a chave de interpretação da situação vivida hoje na Ilha das Flores. Sem dúvida que, com um passado onde a sua existência passava despercebida às autoridades nacionais, a não ser para a cobrança de impostos ou implementação de políticas a ela desajustadas, passamos a uma realidade onde as distâncias se encurtam quer através das novas tecnologias quer por intermédio de meios de transporte mais recentes e modernos.

A realidade do Sector Primário Florentino confunde-se com o do Arquipélago em geral. Como periferia, e no caso das Flores, ultraperiferia, continuam havendo barreiras a serem ultrapassadas e apoios que continuam sendo necessários para uma equilibrada competitividade dos seus agricultores face aos custos da insularidade.

Quanto à questão da Qualidade de Vida, tema complexo e demasiado abrangente, tivemos que nos cingir a uma visão pragmática simples por forma a não impossibilitarmos o término deste trabalho. Como se pôde observar ao longo deste estudo, aquela mesma insularidade e ultraperifericidade (agravada pela sua dispersão geográfica) dificultaram em muito a pesquisa bibliográfica inicial e a recolha de informação indispensável à prossecução do primeiro.

É assim, que surge o inquérito proposto e realizado, o qual nos permitiu levantar informação que nos favorece uma observação mais analítica face à realidade vivida actualmente na Ilha das Flores e numa franja da sociedade, por si, só muito particular.

Este inquérito permitiu-nos contactar *in loco* e na primeira pessoa as condições de vida dos inquiridos, os seus hábitos alimentares, as suas infraestruturas habitacionais e entender melhor a realidade envolvente e que se encontra na sua génese como pessoas, como

agricultores e como florentinos de uma sociedade periférica, numa Europa exigente e combativa.

É desta forma que surgem os dados que nos permitem afirmar que a estrutura etária da população evidencia uma população maioritariamente constituída por pessoas entre os 20 e os 59 anos (58 %) e maioritariamente constituída por pessoas do sexo masculino (52 %).

Tendo uma dimensão média das famílias de 2,9 elementos, com 93,8% da população total da amostra sabendo ler e, destes, cerca de 58 % sendo portadores do 1º Ciclo de escolaridade, encontramos um panorama francamente positivo numa sociedade rural periférica como é a população alvo do nosso estudo, sobretudo quando comparada com a taxa média encontrada para o Continente Português em 2001 e registada no Quadro 3 (Alguns indicadores sociais de qualidade de vida – 2006), localizado na página 51 deste trabalho. Aqui, face aos 16% de analfabetismo encontrados no Continente Português no ano de 2001 podemos inferir um elevado nível de qualidade de vida dos agricultores da Ilha das Flores com apenas 6,2% de analfabetos registados no nosso inquérito.

A análise às famílias, sobretudo aquelas com maiores gastos mensais, permitiu-nos inferir que estas possuem maiores rendimentos mensais e que estes não são garantia de maior aposta na educação dos seus filhos. Os gastos com a alimentação constituem uma fatia elevada das despesas totais das famílias.

Relativamente a estes últimos (gastos com a alimentação), e com a quantificação do consumo alimentar, conseguimos concluir que é o leite o alimento com maior peso na dieta alimentar florentina, ou, não fosse ele consumido por 97 % dos agregados inquiridos durante todos os dias da semana.

Mais do que o leite, provavelmente o pão, com percentagens de consumo por parte dos nossos agregados aproximadamente de 100%, isto somando os 3 grandes tipos de pão comercializados no mercado local.

A fruta surge em terceiro lugar, com cerca de 86% de consumo por parte dos nossos agregados. Pese embora o seu custo no mercado local, algumas famílias conseguem consumi-la de forma regular, sobretudo nos períodos sazonais da produção local.

O açúcar, também ele, apresenta valores de consumo bastante elevados, registando valores da ordem de 85%.

Como alimento preferencial na alimentação dos agregados, encontramos os tubérculos (batata, inhame e batata-doce), que são consumidos em 76% das vezes de forma diária por parte dos nossos agregados face aos 52% de vezes que consomem arroz numa frequência de duas a três vezes por semana.

A carne de porco adquire um relevo substancial a nível da proteína animal com o registo de 56% de consumo por parte dos agregados três a cinco vezes por semana. A carne de vaca fica pelos 30,67% no que concerne a essa mesma frequência de consumo (3-5 vezes semanais).

O peixe é consumido em 48% das vezes numa frequência de duas a três vezes por semana.

O milho, que no início do século XX era a base da alimentação florentina passou a ser consumido raramente pelas famílias (18,67% das vezes com uma frequência de duas a três vezes por semana).

As hortaliças e os frutos são alimentos com muita importância no regime alimentar da população, atingindo valores diários da ordem dos 86,67% e 57,33% respectivamente. Como vimos anteriormente, encontramos, no caso da fruta, valores de consumo muito acima da média nacional (570 gramas por semana face às cerca de 198 g registadas em Portugal).

Constatámos que as famílias tomam duas refeições completas, o almoço e o jantar, intervaladas de outras duas, o pequeno-almoço e o lanche. As refeições são preparadas tendo como base um alimento como a batata, o inhame, a batata-doce e o feijão acompanhada de peixe ou carne.

Dos alimentos que constituem a base da alimentação, a batata é aquela que atinge os maiores valores de consumo por agregado, 7,49 kg/semana. O consumo semanal de carne de porco e peixe aproxima-se das 3,26 kg e 2,13 kg respectivamente. O consumo de milho ficou pelas 150 g/semana, o que confirma a baixa frequência de consumo deste cereal. O consumo de pão evidencia a prevalência da preferência por produtos amiláceos na base da alimentação florentina que, além dos tubérculos registam um consumo de cerca de quase 14 pães com 30-40 g por semana e por pessoa.

O consumo de gorduras alimentares encontra-se bem repartido entre o óleo alimentar, o azeite e a banha de porco. Esta última é preferida pela maioria dos agregados ou, com hábitos culturais a ela ligados ou, com mais baixos rendimentos, o óleo é sem dúvida aquele que apresenta maiores valores de consumo (0,19 l por pessoa) e o azeite, pelo seu preço é preferido pelos agregados com maior poder aquisitivo.

O consumo *per capita* ano de tubérculos situa-se nos 124 kg, o feijão 12,5 kg, os legumes cerca de 54 kg. O consumo de carne de porco e peixe situa-se nos 54 kg e 35 kg/ano respectivamente. O consumo de pescado em Portugal atinge cerca de 58,3 kg/ano. A carne consumida em Portugal atinge os 88,6 kg *per capita* ano (FAO, 2001), ao passo que na Ilha das Flores e relativamente à nossa amostra populacional, encontramos o valor de 121,3 kg de

carne por ano por pessoa. A isto não será alheio o facto da nossa amostra populacional trabalhar e viver do sector primário.

A quantificação do consumo de bens alimentares pelos agregados familiares permite-nos evidenciar a importância da produção doméstica da maioria dos bens alimentares consumidos. Esta produção liberta uma boa parte dos encargos que estes agregados teriam se tivessem que adquirir os seus alimentos no mercado local, à mercê dos preços agravados pela insularidade e ultraperifericidade. Mesmo assim, a maior fatia das despesas destes agregados vai para o Grande Grupo da Alimentação. Retirando os bens alimentares produzidos nas hortas familiares para autoconsumo todos os restantes bens alimentares são oriundos do exterior da ilha.

Analisando aspectos referentes à qualidade de vida e tendo em conta aspectos infraestruturais, encontramos 100 % das habitações com luz eléctrica desde há 20 anos a esta parte e registamos igualmente uma evolução de 86,7 % das casas há 20 anos para 100% de casas hoje beneficiando de casa de banho. A presença de bens de equipamentos como o frigorífico, telefone, telemóvel, rádio e computadores, evidencia um elevado nível de vida em termos de conforto relativo no que concerne às condições de vida da maioria das famílias.

Esta amostra populacional cinge-se à franja populacional dedicada à agricultura, parcialmente ou a tempo inteiro.

Confrontando estes resultados com a hipótese 1 (A promoção da pecuária extensiva de gado de corte impediu/comprometeu a diversificação da economia local terminando por condicionar a viabilidade dos sistemas produtivos em geral), conseguimos perceber que a especialização no sector pecuário de carácter comercial na vertente carne, afunila a base produtiva criando uma situação de fragilidade no caso de dificuldades surgidas nesse sector. Essa menor ou praticamente nula diversificação, promove situações de dependência externa à ilha e cria condições para, a par da sua já inevitável insularidade e ultraperifericidade, um agravamento dos custos com a alimentação e aquisição de outros bens necessários. O direccionamento, pelas políticas quer regionais quer comunitárias, para um sistema de especialização num único sector produtivo condiciona de forma sensível a economia local e põe em causa a viabilidade dos sistemas produtivos em geral. Aspectos estes evidenciados no trabalho no ponto 3.1.4, relativo ao *Comércio na ilha das Flores* e localizado na página 108, na qual evidencia-se a importação da maioria dos produtos frescos consumidos pela população total e a exportação quase exclusiva de carne ou viva ou em carcaça.

A hipótese 2 (A questão da garantia de abastecimento e de alternativas em caso de crise, hortas familiares, é muito relevante e deve ser reforçado na discussão, face às questões



da Vulnerabilidade). A dependência externa de praticamente toda a espécie de bens alimentares releva a importância da produção doméstica, sobretudo em períodos de Inverno nos quais a entrada e a saída de transportes que abastecem a ilha se vê reduzida ou mesmo anulada. Estas alternativas de abastecimento local facultam uma maior independência alimentar e uma muito maior capacidade de resposta face a potenciais situações de crise que os agregados possam estar sujeitos, daqui a importância da existência deste tipo de produção e do reforço na discussão de tal aspecto.

A hipótese 3 (A produção alimentar local – auto-consumo e mercados – tem um papel determinante para a melhoria da garantia de segurança alimentar a nível das famílias) Como pudemos observar no inquérito por nós levado a cabo, 97,3% dos agregados inquiridos possui horta familiar sendo que, destes apenas apenas 4% vendem parte (entre 25 a 50%) da produção e apenas cerca de 3% (2,67% ou mais concretamente 2 agricultores) não possuem horta. Todos os demais agricultores que a fazem utilizam 100% da sua produção para autoconsumo. Outro factor de grande relevo no que toca à produção doméstica de bens é o custo que os bens de consumo alimentar adquirem no mercado local. O facto da maioria do dinheiro gasto pelas famílias ser aplicado na alimentação reitera e reforça a importância destas hortas familiares sobretudo em caso de crise, permitindo desta forma reduzir a vulnerabilidade dos agregados.

A hipótese 4 (Os padrões de consumo dos agregados estão relacionados com o nível de rendimento, dimensão dos agregados e nível de educação, características que condicionam os níveis de vulnerabilidade – relações que são importantes conhecer e equacionar). Há produtos tradicionais cujo consumo deverá diminuir com o rendimento e nível de educação (caso da *banha de porco*). Verifica-se pela análise das frequências de consumo, que o leite e a carne (quer de porco como de vaca) têm um enorme peso na alimentação destes agregados florentinos, quer por questões culturais quer pela sua acessibilidade mediante a sua produção doméstica ou mesmo comercial. À dimensão dos agregados não será igualmente alheia a sua maior vulnerabilidade face a situações de crise e presença de baixos níveis de rendimento. A presença de equipamentos de conforto e melhoria das infraestruturas numa evolução notoriamente positiva nos últimos 20 anos releva a melhoria significativa da qualidade de vida dos agregados familiares rurais na ilha das Flores.

## **5.2 – Considerações Finais**

As políticas desenvolvidas ao longo da sua história, impulsionaram os seus visados (agricultores açorianos em geral e florentinos em particular) a seguirem determinadas linhas de especialização que se tornaram e tornam ainda hoje determinantes não só do seu presente como indubitavelmente do seu futuro.

Não é de se estranhar portanto que os sistemas que antigamente conseguiam ser praticamente autosuficientes para as necessidades locais hoje fiquem praticamente, completamente dependentes do exterior.

Este direccionamento para um sistema monoespecializado, como pudemos constatar ao longo do trabalho (pesquisa bibliográfica e levantamento de dados indirectos em fontes primárias de informação), e na realidade vivida actualmente na ilha das Flores e verificado pelo nosso inquérito, promove uma situação de dependência quase total da ilha das Flores face à maioria dos bens de consumo alimentares, somente contrariada pela produção doméstica das hortas familiares com vista ao autoconsumo.

Esta dependência faculta igualmente maior vulnerabilidade relativamente aos preços praticados no comércio local graças aos custos da sua insularidade e ultraperifericidade.

A importância do leite, da carne (sobretudo de suínos) e dos legumes na base da sua alimentação está intrinsecamente ligada a essas opções produtivas (comercial por um lado e doméstica por outro) e também a hábitos culturais (dotações culturais da sua população).

A produção local projectou-se de forma inquestionável como pilar de sustentação na base da alimentação dos nossos agregados, permitindo reduzir significativamente os gastos destes agregados com o Grande Grupo de despesas Alimentação.

Relativamente às melhorias infraestruturais e de posse de bens de conforto, podemos afirmar que houve, quer ao longo das 3 fases por nós analisadas aquando da modelação do estudo de campo, quer ao longo dos últimos 20 anos abordados no inquérito, uma melhoria significativa da qualidade de vida dos florentinos em geral e da nossa população alvo em particular.

Por outro lado o modelo IMI, veio permitir uma análise intertemporal e dinâmica das diversas fases da história da ilha das Flores permitindo compreender a interligação das suas diversas componentes e nos trazendo uma leitura tão completa quanto possível dos inúmeros factores condicionadores e promovedores do alcance da verdadeira Qualidade de Vida e diminuição da Vulnerabilidade na ilha das Flores.

No decurso de colecta de dados deparámo-nos com inúmeras dificuldades o que limitou, em alguns casos, a análise comparativa que poderíamos fazer com os inúmeros dados colhidos.

Ficamos certos porém, a par com as dificuldades surgidas aquando da execução deste trabalho que, o questionário utilizado serviu para conhecer a realidade, permitiu tirar conclusões, embora o seu tratamento tenha que ficar adiado por impossibilidade de disponibilidade temporal, quer por prazos a serem cumpridos quer pela complexidade de novas exigências que se levantaram aquando da sua obtenção. Em face das datas limite que foram precisas cumprir, disponibilizamos os dados para quem quizer utilizá-los, sendo certo que, tudo faremos para em breve explorar essa informação à luz do trabalho descritivo e analítico que foi possível realizar e complementando-o. Esperando a compreensão do leitor, estamos convictos que o esforço efectuado, apesar de todas as limitações, valeu a pena e servirá certamente para melhor conhecer e estudar regiões ultra-periféricas que raramente merecem a atenção que precisam.

## Referências Bibliográficas

- Agropotal (2008) – <http://www.agroportal.pt/x/dossiers/refpac/novapac/index.htm> (Consultado em 02 de Janeiro de 2008).
- Alegre, E. A. (2002) – PAC y desarrollo rural: una relación de amor-odio. *Revista ICE Globalizacion y Mundo Rural*, ISSN 0019-977X, **803**: 45-60.
- Almanaque Açoriano (1999) – [http://www.villamaria.com.pt/referencia\\_a\\_historia\\_dos\\_acores.htm](http://www.villamaria.com.pt/referencia_a_historia_dos_acores.htm) (Consultado em 05 de Janeiro de 2008).
- Almeida, J. (2008) – Comunicação pessoal.
- Alves, J. S. (1975) – Sub-secção do Liceu Nacional da Horta. *As Flores*. ed. de 21 de Junho de 1975, Santa Cruz das Flores, Portugal.
- Amaral, R. (2008) – O desenvolvimento regional: equilíbrios e desigualdades *In História dos Açores – Do descobrimento ao século XX, II*: 513-550. Instituto Açoriano de Cultura (IAC), Angra do Heroísmo, Portugal.
- Andrade, J.L. (2007) – Comunicação pessoal.
- Araújo-Júnior, V. G. (2002) – [http://www.cesuc.br/revista/ed-2/POLITICA\\_AGRICOLA.pdf](http://www.cesuc.br/revista/ed-2/POLITICA_AGRICOLA.pdf) (Consultado em 22 de Fevereiro de 2007).
- Armas, J. L. (1982) – Produção de carne nos Açores, sua comercialização *In Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, **XL**: 101-121. Histórico da Ilha Terceira (HIT), Angra do Heroísmo, Portugal.
- Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios (ANIL) (2008) – <http://www.anilact.pt/> (Consultado em 23 de Janeiro de 2008).
- Associação Nacional de Nutricionistas (2006) – Não Fumadores Vivem mais cinco anos. *Jornal Destak*. (Cit: Silva, 2006).
- Arruda, M. V. A. (1932) – *Colecção de Documentos Relativos ao Descobrimento e Povoamento dos Açores*, Ponta Delgada (Cit: Almanaque Açoriano, 1999).

- Avillez, F.; Jorge, M. N.; Trindade, C. P.; Pereira, N., Serrano, P. & Ribeiro, I. (2004) – *Rendimento e competitividade agrícolas em Portugal. Evolução recente, situação actual e perspectivas futuras*. Almedina, Lisboa, Portugal. 360 p.
- Awad, G. & Voruganti, L. N. P. (2000) – Intervention research in psychosis: issues related to the assessment of quality of life. *Schizophr Bull*, 26:557-64 (Cit: Seidl & Zannon, 2004).
- Azevedo, E. B. (1996a) – *Modelação do clima insular à escala local. Modelo CIELO aplicado à ilha Terceira*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Agrárias. Universidade dos Açores. Angra do Heroísmo (Cit: UAA/DB/SG, 2003a).
- Azevedo, M. E. (1996b) – *A Política Agrícola Comum – Uma política controversa na hora da mudança*. Coimbra: Livraria Almedina, 263 p. (Cit: Deponti, 2000).
- Azevedo, J. M. (1999) – *Geologia e hidrogeologia da ilha das Flores, Açores*. 403 p. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal (Cit: Litosost, 2006b).
- Azevedo, J. M. & Ferreira, M. R. (1996) – Flores Island, Azores: volcanic gaps and sub aerial records of marine activity - *Comunicação à Seventh General Assembly of the Wegener*. Project, Wegener 96, Vila Nova de Gaia, Portugal (Cit: Litosost, 2006b).
- Azoresweb (2007) – [http://www.azoresweb.com/historia\\_acores.html](http://www.azoresweb.com/historia_acores.html) (Consultado em 26 de Novembro de 2007).
- Bacha, C. J. C. (1992) – Alguns aspectos dos modelos de análise dos impactos de mudança tecnológica no comportamento do setor agrícola. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 30 (1): 41-62, jan./abr. 1992 (Cit: Shikida & Lopez, 1997).
- Baptista, F. (1989) – *A agricultura europeia à entrada do séc. XXI*. Lisboa: Fragmentos.
- Belo, A. R. (1947) – *Relação dos Emigrantes Açorianos para os Estados do Brasil*, In boletim do I.H.I.T., vol. V (Cit: Gomes, 2003).
- Belo, A. R. (1950) – *Relação dos Emigrantes Açorianos para os Estados do Brasil*, In boletim do I.H.I.T., vol. VIII (Cit: Gomes, 2003).
- Berger-Schmitt, R. & Noll, H. H. Noll (2000) – *Conceptual Framework and Structure of a European System of Social Indicators*, Mannheim, ZUMA / EUReporting (Cit: Ferrão & Guerra, 2004).

- Bettencourt, M. (1979) – *O clima dos Açores como recurso natural na aplicação especialmente em Agricultura e Indústria de Turismo*. O clima de Portugal. INMG, Lisboa, Fasc. XVIII (Cit: UAA/DB/SG, 2003a).
- Borges, P. (2003) – *Ambientes litorais nos grupos Central e Oriental do arquipélago dos Açores. Conteúdos e dinâmica de microescala*. 413 p. Tese de Doutoramento em Geologia Costeira. Departamento de Geociências, Universidade dos Açores (Cit: Litosost, 2006b).
- Bradburn, N.M. (1969) – *The Structure of Psychological well-being*, Chicago, Aldine (Cit: Ferrão & Guerra, 2004).
- Bragaglia, P. (1997) – *História dos Lacticínios da Ilha das Flores*. Ed. Câmara Municipal de Lajes das Flores. Lajes das Flores, 330p.
- Bragaglia, P. (1999) – *Concelho de Santa Cruz das Flores: Roteiro Histórico e Pedestre*. Ed. Câmara de Santa Cruz das Flores. Santa Cruz das Flores, 268p.
- Cabral, O.R. (1948) – *Assuntos Insulanos. Contribuição ao Estudo do Povoamento de Santa Catarina pelos Casais Açorianos e Madeirenses*, Florianópolis (Cit: Gomes, 2003).
- Canavarro, M. C.; Simões, M.; Pereira, M. & Pintassilgo, A. L. (2006) - [http://www.aidscongress.com/pdf/whoqol\\_hiv\\_abstract\\_238\\_comunic\\_270.pdf](http://www.aidscongress.com/pdf/whoqol_hiv_abstract_238_comunic_270.pdf) (Consultado em 07 de Março de 2007).
- Cantril, H. (1965) – *The pattern of human concerns*. New Brunswick, Rutgers University Press.
- Cardeal Saraiva (1841) – *Índice Cronológico das Navegações*, Lisboa (Cit: Almanaque Açoriano, 1999).
- Carvalho, B. M. T. R. S. P. (2004) – *Cooperação e Desenvolvimento: Oportunidades e Desafios para o Século XXI*. SEDGES 10 (3): 3-25. SATS-CIAT, ISA, UTL, Lisboa, Portugal.
- Carvalho, B. M. T. R. S. P. (2006) – *Desenvolvimento Sustentável e Segurança Alimentar*. SEDGES 12 (3): 3-22. SATS-CIAT, ISA, UTL, Lisboa, Portugal.
- Casaca, J. P. M. (1985) – *A Carne dos Açores, Indicação Geográfica Protegida*, SRAF, Ponta Delgada, Açores (Cit: Bragaglia, 1997).
- Cavaco, C. (1992) – *Portugal rural: do tradicional ao moderno*. Lisboa: Ministério da Agricultura, 1992.

- Chagas, F. D. (1989) – *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*. Direcção de Artur Teodoro de Matos/ed. da Secretaria Regional de Educação e Cultura e da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Portugal.
- Cobb, C.; Goodman, G. S. & Wackernagel, M. (1999) - *Why Bigger isn't Better: the Genuine Progress Indicator – 1999 update*, São Francisco, Redefining Progress (Cit: Ferrão & Guerra, 2004).
- Commons, J. R. (1931) – Institutional economics. *American Economic Review*, **21** (4): 648-657 (Cit: Regueira, 2007).
- CONFAGRI (2008) – <http://www.confagri.pt/NR/exeres/14341402-337A-4302-BD14-8010201E70EC.htm> (Consultado em 03 de Janeiro de 2008).
- Constituição da República Portuguesa (2008) – <http://www.portugal.gov.pt/Portal/Print.aspx?guid=%7B6D75711B-4F2B-45EC-9CF2-757A7ACD9070%7D> (Consultado em 15 de Janeiro de 2008).
- Correio da Horta (1972) – *Correio da Horta*, ed. de 19 de Agosto de 1972 (Cit: Gomes, 2003).
- Costa, F. C. (1964) – Religiosidade do Povo Açoriano através do seu Folclore, *Livro da I Semana de Estudos dos Açores*, Edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Portugal, pp. 71-95 (Cit: Serpa, 1978).
- Costa, S. G. (2008) – *Açores: Nove Ilhas, Uma História*. Presidência do Governo Regional dos Açores, Direcção Regional da Cultura, Centro de Conhecimento dos Açores, Ponta Delgada, Portugal, 288 p.
- Cuadra, F. M. (1994) – <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doi/cuadra2.htm> (Coconsultado em 01 de Novembro de 2007).
- Cummins, R. A. (2000) – Objective and Subjective Quality of Life: An interactive model. *Social Indicators Research*, **43**, 307-334 (Cit: Canavarró et al., 2006).
- Cunha, R. T. (1999) – *História de Vida de Oxychilus (Droquetia) Atlanticus (Morelet & Drouet) (Pulmonata: Zonitidae)*. Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em Ecologia. Universidade dos Açores. Ponta Delgada, Portugal (Cit: UAA/DB/SG, 2003a).
- Cruz, H. N. (1988) – Observações sobre a mudança tecnológica em Schumpeter. *Estudos Econômicos*, **18** (3): 433-448, set./dez. 1988 (Cit: Shikida & Lopez, 1997).

- Cruz, J. V.; Pereira, R. M. C.; Freitas, M. N. A. & Furtado, S. A. (2008) – [http://sram.azores.gov.pt/drotrh/prota/docsdp/prota/volume1\\_mai2k8.pdf](http://sram.azores.gov.pt/drotrh/prota/docsdp/prota/volume1_mai2k8.pdf) (Consultado em 05 de Janeiro de 2008).
- Deponti, C.M. (2000) – <http://www.uri.br/publicaonline/revistas/artigos/4.pdf> (Consultado em 20 de Maio de 2007).
- Destinazores (2008) – [http://www.destinazores.com/pt/index.php?region\\_id=1&stat\\_id=122](http://www.destinazores.com/pt/index.php?region_id=1&stat_id=122) (Consultado em 20 de Janeiro de 2008).
- Diário Ilustrado (1879) – *Diário Ilustrado*, nº2108, ed. de 05 de Março de 1879 in *Jornal As Flores*, ed. 27 de Setembro de 1979.
- Dias, F. S. (1998) – *Diário de Navegação*, ed. comemorativa do 50º aniversário do 1º voo comercial da SATA (Cit: Gomes, 2003).
- Dias, F. R. M. (2007) – <http://www.geocities.com/TheTropics/Shores/4431/historia.htm> (Consultado em 05 de Janeiro de 2008).
- Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (DGSFA) (1962) – *Projecto de Arborização do Perímetro Florestal das Flores*. Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (DGSFA), 1ª Repartição Técnica. Ilha das Flores, Açores. Portugal, 52p.
- Dosi, G. (1984) – *Technical change and industrial transformation*. New York: St. Martin's Press, 338p. (Cit: Shikida & Lopez, 1997).
- DREPA (1988) – *Açores: Estrutura Agrária*. Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores. Angra do Heroísmo, Portugal.
- DREPA (2004) - <http://www.prodesa.azores.gov.pt/Pub/Programa.pdf> (Consultado em 23 de Novembro de 2007).
- DROTRH (2001) – [http://www.inag.pt/inag2004/port/a\\_intervencao/planeamento/prapdf/relat/relat.pdf](http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/prapdf/relat/relat.pdf) (Consultado em 11 de Janeiro de 2008).
- Duran, P. B. & Casal, M. J. C. (2002) – La sociedad cooperativa: fórmula empresarial idónea para el desarrollo rural endógeno y sostenible. *Revista de estudios agrosociales y pesqueros*. **194**: 9–25.
- EEA (2002) – "CORINE Land Cover update, I&CLC2000 project, Technical Guidelines" (Cit: SRAF, 2007a).



- Elder, L. (2000) – *Nuts and Bolts. Human Development Network*. The World Bank, pag. 176.
- Enciclopédia (2008) - [http://www.encyclopedia.com.pt/articles.php?article\\_id=315](http://www.encyclopedia.com.pt/articles.php?article_id=315) (Consultado em 20 de Janeiro de 2008).
- Espinosa, J. L., (1999) – *La nueva política agraria de la Unión Europea*. Valencia: Encuentro ediciones, 1999.
- EUROSTAT (2000) – [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?\\_pageid=2693.61100649.2693\\_62309131&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?_pageid=2693.61100649.2693_62309131&_dad=portal&_schema=PORTAL) (Cit: SRAF, 2007a).
- EUROSTAT (2004) – [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?\\_pageid=1073.46587259&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL&p\\_product\\_code=KS-CD-04-001](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?_pageid=1073.46587259&_dad=portal&_schema=PORTAL&p_product_code=KS-CD-04-001) (Cit: SRAF, 2007a).
- Fayalense (O) (1857) – *O Fayalense*, ed. de 24 de Junho de 1857 (Cit: Gomes, 2003).
- Fayalense (O) (1883) – *O Fayalense*, ed. de 4 de Novembro de 1883 (Cit: Gomes, 2003).
- Farina, E. M. M. Q.; Azevedo, P. F. & Saes, M. S. M. (1997) – *Competitividade: mercado, Estado e organizações*. São Paulo: Editora Singular, São Paulo, Brasil (Cit: Regueira, 2007).
- Ferrão, J. & Guerra, J. (2004) – *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida. Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente)*. Relatório Final. ISCTE, Lisboa, Portugal. 82 p.
- Ferreira, J. (2004) – Apontamentos cedidos pelo autor.
- Ferreira, (2008) – A geografia física dos Açores in *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*. I: 21-45. Instituto Açoriano da Cultura (IAC), Angra do Heroísmo, Portugal.
- Fleck, M. P.; Leal, O.; Louzada, S.; Xavier, M.; Chachamovich, E.; Vieira, G.; Santos, L. & Pinzon, V. (1999) - Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). *Revista Brasileira de Psiquiatria*, **21** (1), 19-28 (Cit: Canavarro et al., 2006).
- Flores (As) (1938) – *As Flores*, ed. de 05 de Fevereiro de 1938 (Cit: Trigueiro, 1996).
- Flores (As) (1943) – *As Flores*, ed. de 22 de Maio de 1943 (Cit: Bragaglia, 1997).

- Flores (As) (1947) – *As Flores*, ed. de 09 de Agosto de 1947 (Cit: Gomes, 2003).
- Flores (As) (1948) – *As Flores*, ed. de 26 de Junho de 1948 (Cit: Trigueiro, 2003).
- Flores (As) (1949) – *As Flores*, ed. de 01 de Janeiro de 1949 (Cit: Trigueiro, 1996).
- Flores (As) (1951) – *As Flores*, ed. de 27 de Janeiro de 1951 (Cit: Trigueiro, 1996).
- Flores (As) (1952) – *As Flores*, ed. de 22 de Novembro de 1952 (Cit: Gomes, 2003).
- Flores (As) (1979) – *As Flores*, ed. de 27 de Setembro de 1979 (Cit: Gomes, 2003).
- Flores (As) (1985) – *As Flores*, ed. de Outubro de 1985 (Cit: Bragaglia, 1997).
- Florentino (O) (1922) – *O Florentino*, ed. de 4 de Novembro de 1922 (Cit: Gomes, 2003).
- Fontoura, P. & Valério, N. (2001) – Relações Económicas Externas *In Estatísticas Históricas Portuguesas*, p. 713-740. INE, Portugal.
- Foto Jovial (1950) – Fotos diversas da Ilha das Flores do ano de 1950. Foto Jovial, Horta, Portugal.
- Fortuna, M. (2004) – Traços da economia dos Açores no virar do século XX, *In Economia Açoriana e História Económica e Empresarial*, Banco Espírito Santo dos Açores, Ponta Delgada, Portugal (Cit: Fortuna, 2008).
- Fortuna, M. (2005) – Política económica europeia e portuguesa para o futuro das Regiões Ultraperiféricas, *In Portugal e o Atlântico – 60 Anos dos Acordos dos Açores*, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, ISCTE, Lisboa, Portugal (Cit: Fortuna, 2008).
- Fortuna, M. (2008) – A economia: do predomínio da pecuária ao fomento do turismo, *In História dos Açores – Do descobrimento ao século XX, II*: 551-579. Instituto Açoriano de Cultura (IAC), Angra do Heroísmo, Portugal.
- Frisch, M. B. (2000) – Improving mental and physical health care through Quality of Life Therapy and assessment. *In E. Diener & D. R. Rahtz (Eds.), Advances in Quality of Life Theory and Research* (pp. 207-241). Kluwer Academic Publishers (Cit: Canavarro *et al.*, 2006).
- Frutuoso, G. (2005) – *Saudades da Terra*, Livro VI, edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, Portugal. 138 p.

- Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (FEMCVT) (2003) – <http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2003/41/pt/1/ef0341pt.pdf> (Consultado em 17 de Janeiro de 2008).
- Galípolo, G.; Gala, P. & Fernandes, D. A. (2005) - <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A013.pdf> (Consultado em 13 de Janeiro de 2008).
- Gomes, F. A. N. P. (2003) – *A Ilha das Flores: da Redescoberta à Actualidade (Subsídios para a sua História)*, 877p. C. M. de Lajes das Flores, 2ª edição.
- Gomes, F. A. N. P. (2006) – <http://www.inventario.iacultura.pt/flores/lajes/concelho-ocidental.html> (Consultado em 04 de Dezembro de 2007).
- Gonçalves, A. V. (1977) – Arrendamento Rural. *As Flores*, ed. de 27 de Outubro de 1977, Santa Cruz das Flores, Portugal.
- Google.earth (2006) – [www.googleearth.com](http://www.googleearth.com) (Consultado em 06 de Dezembro de 2006).
- Google.earth (2008) – [www.googleearth.com](http://www.googleearth.com) (Consultado em 14 de Janeiro de 2008).
- Gössweiner, V.; Pfeiffer, C. & Richter, R. (2001) – *Quality of Life and Social Quality*, Viena, ÖIF (Cit: Ferrão & Guerra, 2004).
- Governo dos Açores (2008) – <http://sctr.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sre-draic/textoTabela/Poseima.htm> (Consultado em 10 de Janeiro de 2008).
- Governo Regional dos Açores (GRA) (2007) – <http://www.azores-islands.info/p/places/flores/flores.html> (Consultado em 04 de Dezembro de 2007).
- GV (1975) – Porquê Não? *As Flores*, ed. de 2 de Agosto de 1975, Santa Cruz das Flores, Portugal.
- Hayami, Y. & Ruttan, V. (1971) – *Agricultural development an international perspective*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1971. 367p. (Cit: Shikida & Lopez, 1997).
- Hayami, Y. & V. Ruttan (1985) – *Agricultural Development: an Internacional Perspective*. The John Hopkins Univesity Press. Baltimore and London (Cit: Carvalho, 2006).
- Hayami, Y. & Ruttan, V. (1988) – *Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais*. Embrapa, Brasília (Cit: Cuadra, 1994).

- Hicks, J. (1932) – *The theory of wages*. Londres: MacMillan, 247p. (Cit: Salles-Filho & Silveira, 1990).
- Hurtado, A. (2007) – *Diagnóstico Territorial Rápido de Distrito da Manhiça, Província de Maputo, Moçambique – Informe final*. Action Aid. Manhiça, Moçambique, 30 p.
- IDRH/SPCS (2004) – [http://www.spcs.pt/Relatorio\\_protoc\\_IDRHA-SPCS\\_FIN.pdf](http://www.spcs.pt/Relatorio_protoc_IDRHA-SPCS_FIN.pdf) (Consultado em 11 de Outubro de 2007).
- Ilhas de Bruma (2007a) – <http://www.virtualazores.net/historia/bruma.asp> (Consultado em 4 de Dezembro de 2007).
- Ilhas de Bruma (2007b) – <http://www.virtualazores.net/historia/descoberta.asp> (Consultado em 4 de Dezembro de 2007).
- Ilhas de Bruma (2007c) <http://www.virtualazores.net/historia/descoberta2.asp> (Consultado em 4 de Dezembro de 2007).
- Ilhas de Bruma (2007d) – <http://www.virtualazores.net/historia/descoberta3.asp> (Consultado em 4 de Dezembro de 2007).
- Ilhas de Bruma (2007e) – <http://www.virtualazores.net/historia/oceano.asp> (Consultado em 4 de Dezembro de 2007).
- Ilhas de Bruma (2007f) – [http://www.virtualazores.net/historia/capitulo\\_vii.asp](http://www.virtualazores.net/historia/capitulo_vii.asp) (Consultado em 4 de Dezembro de 2007).
- INE (1950) – *Censos 1950: IX Recenseamento Geral da População*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal (Cit: UAA/DB/SG, 2003b).
- INE (1960) – *Censos 1960: X Recenseamento Geral da População*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal (Cit: Serpa, 1978; UAA/DB/SG, 2003b).
- INE (1970) – *Censos 1970: XI Recenseamento Geral da População, I Recenseamento Geral da Habitação*. Instituto Nacional de Estatística (Cit: UAA/DB/SG, 2003b).
- INE (1981) – *Censos 1981: XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação*. Instituto Nacional de Estatística (Cit: UAA/DB/SG, 2003b).
- INE (1989) – *Recenseamento Geral da Agricultura – Região Autónoma dos Açores*. Instituto Nacional de Estatística (Cit: SRAF, 2007a).

- INE (1999) – *Recenseamento Geral da Agricultura – Região Autónoma dos Açores*. Instituto Nacional de Estatística (Cit: SRAF, 2007a).
- INE (1991) – *Censos 1991: XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação. Resultados Definitivos – Portugal*. Instituto Nacional de Estatística (Cit: UAA/DB/SG, 2003b).
- INE (2001a) – *Censos 2001: XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação. Resultados Definitivos – Região Autónoma dos Açores*. Instituto Nacional de Estatística (Cit: UAA/DB/SG, 2003b).
- INE (2001b) – *Recenseamento Geral da Agricultura 1999 – Açores*. Instituto Nacional de Estatística (Cit: UAA/DB/SG, 2003d; SRAF, 2006).
- INE (2002) – *Contas Económicas Regionais da Agricultura 2000*. Instituto Nacional de Estatística (Cit: SRAF, 2007a).
- INE (2003) – *Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e da Comunicação pelas Famílias. Principais Resultados – 2003*. Instituto Nacional de Estatística (Cit: UAA/DB/SG, 2003b).
- INE (2004) – *Contas Regionais 2003 (Base 1995)*. Instituto Nacional de Estatística (Cit: UAA/DB/SG, 2003d).
- INE (2005a) – *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2003*. Instituto Nacional de Estatística (Cit: UAA/DB/SG, 2003d, SRAF, 2006).
- INE (2005b) – *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2004*. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006) – *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2005*. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2007a) –  
[http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL\\_INE/Publicacoes?PUBLICACOESpub\\_boui=379068&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes?PUBLICACOESpub_boui=379068&PUBLICACOESmodo=2) (Consultado em 24 de Novembro de 2007).
- INE (2007 b) –  
[http://www.ine.gov.mz/censos\\_dir/recenseamento\\_geral/estudos\\_analise/Morte/view?searchterm=esperanca%20média%20de%20vida](http://www.ine.gov.mz/censos_dir/recenseamento_geral/estudos_analise/Morte/view?searchterm=esperanca%20média%20de%20vida) (Consultado em 16 de Junho de 2007).

- INE, Contas Regionais 2000-2004 (Base 2000) – *INE, Contas Regionais 2000-2004 (Base 2000)*, Instituto Nacional de Estatística (Cit: PRA, 2007).
- INMG (1991) – *O Clima de Portugal, Normais Climatológicas dos Açores Correspondente a 1951 e 1980*, Fascículo XLIX – Volume V, 5ª Região, Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa, Portugal.
- João Germano de Deus e filho Lda. (1950) – Foto cedida por João Germano de Deus e filho Lda., Lajes das Flores, Portugal.
- Johnson, R. (2000) – <http://www.agrifood.info/perspectives/2000/Johnson.html> (Consultado em: 10 de Outubro de 2007).
- Jornal Oficial (1977) – <http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/C4251A62-7761-4411-86B6-822F6CA05CF9/46299/DecretoRegionalN10de1977.doc> (Consultado em 14 de Maio de 2007).
- Jornal Oficial (1989) – <http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/4FABF405-7D29-4791-BC1C-D3C8AC676D6C/58631/PortariaN71de1989.doc> (Consultado em 14 de Maio de 2007).
- Jornal Oficial (2007) – *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores*. I Série, Portaria nº 72/2007, de 26 de Outubro de 2007.
- Jornal Oficial da União Europeia (2006) – <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:042:0001:0019:PT:PDF> (Consultado em 05 de Novembro de 2007).
- Kerstenetzky, K. (2001) – Um comentário a ‘A Evolução das Instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura’. *Dossiê Economia Institucional – Econômica*, 3(1): 127- 134 (Cit: Regueira, 2007).
- Lalande, P. (2002) – «Casar pelo civil ou na igreja – uma abordagem comparativa da nupcialidade nos Açores e em Lisboa (1960-1997)», *1º Congresso português de Demografia* – Tróia-Grândola, 21-23 Setembro de 2002 in *Revista Sociologia Problemas e Práticas*, 39: 69-84.
- Langhans, F. P. A. (1985) – *Ofícios antigos subsistentes nas Ilhas dos Açores I Volume, Flores e Corvo*. Secretaria Regional de Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais. Angra do Heroísmo, Portugal, 425 p.
- Le Grand, G. (1984) – Réflexions sur le peuplement de la Macaronésie. *Arquipélago – Série Ciências da Natureza*, 5:87-101 (Cit: UAA/DB/SG, 2003a).

- Leamy, M. (1988) – *International committee on the classification of Andisols (ICOMAND). Circular 10*. New Zealand Soil Bureau, N.Z (Cit: Pinheiro et al., 1991).
- Leveen, P. & De Janvry, A. (1985) – *La economía política del cambio tecnológico en las economías desarrolladas*. In: *Cambio técnico en el agro latinoamericano*. San José, Costa Rica, Piñeiro y Trigo, IICA (Cit: Cuadra, 1994).
- Lima, P. S. (2007) – <http://pierre.inazores.com/flores.htm> (Consultado em 05 de Janeiro de 2008).
- Litosost (2006a) – [http://www.litosost.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=19&Itemid=36](http://www.litosost.org/index.php?option=com_content&task=view&id=19&Itemid=36) (Consultado em 06 de Dezembro de 2007).
- Litosost (2006b) – [http://www.litosost.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=22&Itemid=30](http://www.litosost.org/index.php?option=com_content&task=view&id=22&Itemid=30) (Consultado em 06 de Dezembro de 2007).
- Litosost (2007) – [http://www.litosost.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=27&Itemid=35](http://www.litosost.org/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=35) (Consultado em 06 de Dezembro de 2007).
- Lopes, F. (1957) – Memória sobre as Festas do Espírito Santo na Ilha Terceira dos Açores, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XV: 94-163 (Cit: Serpa, 1978).
- Lopes, S. I. L. B. (2006) – *Análise das Relações entre a PAC e o risco inerente às decisões dos produtores agrícolas*. Trabalho de Mestrado Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, 84 p.
- Lourenço, M. (2008) – Comunicação pessoal.
- Macedo, A. L. S. (1981) – *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, 3 volumes Typ. De Graça Jr., Horta, 1871, na Edição Fac-similada SREC – DRAC, Angra do Heroísmo, Portugal.
- Maciel, G. B.; Moura, M. & Pereira, M. J. (2000) – Plantas Endémicas dos Açores: estratégias de conservação em desenvolvimento no Departamento de Biologia da Universidade dos Açores. Amigos dos Açores. *Vidália*, 13:10-14 (Cit: UAA/DB/SG, 2003a).
- Madeira, M. (1981) – *Esboço Pedológico da Ilha de Santa Maria (Açores)*. Instituto Nacional de Inverstigaç o Científica (INIC), Centro de Pedologia da Universidade Técnica de Lisboa (CPUTL). Lisboa, Portugal (Cit: Pinheiro et al., 1991).

- Madeira, M.; Pinheiro, J.; Monteiro, F.; Fonseca, M. & Medina, J. (2002) – Características e classificação dos solos da Ilha do Faial (Arquipélago dos Açores). *Revista de Ciências Agrárias*, XXV(3-4): 53-66 (Cit: Pinheiro *et al.*, 1991).
- Major, R. H. (1876) – *Vida do Infante D. Henrique*. Imprensa Nacional. Lisboa (Cit: Almanaque Açoriano, 1999).
- Martínez, E. R. (2002) – Multifuncionalidad del mundo rural. *Revista ICE Globalizacion y Mundo Rural*, ISSN 0019-977X, **803**: 33-44.
- Matos, A. T. (1989) – “Povoamento e colonização dos Açores” in *Portugal no Mundo*, vol. 1, pp. 176-188, Alfa. Lisboa, Portugal.
- Matos, A. T. (2008) – “Escala Atlântica de referência. Entre a atalaia do oceano e a opressão dos naturais” in *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX. I*: 199-233. Instituto Açoriano da Cultura.
- Meadows, D.H.; Meadows, D.L.; Randers, J.& Behrens III W.W. (1972) – *Os Limites do Crescimento*, Lisboa, Publicações Dom Quixote (Cit: Ferrão & Guerra, 2004).
- Medeiros, C. A. (1987) – *A Ilha do Corvo*. 7 Espaço Sociedade. Livros Horizonte, Lisboa, Portugal, 143 p.
- Medina, J. & Grilo, J. (1981) – *Esboço pedológico da ilha Graciosa (Açores)*. Instituto Nacional de Inverstigação Científica (INIC). Centro de Pedologia da Universidade Técnica de Lisboa (CPUTL) (Cit: Pinheiro *et al.*, 1991).
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas/Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica (MADRP/IDRHa) (2007) – [http://www.idrha.min-agricultura.pt/produtos\\_tradicionais/azeites/azeite\\_alentejo\\_interior.htm](http://www.idrha.min-agricultura.pt/produtos_tradicionais/azeites/azeite_alentejo_interior.htm) (Consultado em 25 de Junho de 2007).
- Monjardino, A. (2008) – “Poder regional e poder central: dificuldades e acertos” in *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX. II*: 423-453. IAC, Angra do Heroísmo, Portugal.
- Moura, R. (1975) – “Pensando”. *As Flores*. ed. de 7 de Junho de 1975, Santa Cruz das Flores, Portugal.
- Moura, R. (1976) – “A Ilha das Flores tem muitas mazelas”. *As Flores*. ed. de 23 de Setembro de 1976, Santa Cruz das Flores, Portugal.



- Mowery, D. & Rosenberg, N. (1982) – The influence of market demand upon innovation: a critical review of some recent empirical studies. *In: Inside the black-box - technology and economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 193-241 (Cit: Shikida & Lopez, 1997).
- *Monitoring quality of life in Europe* (2003) – [www.eurofound.eu.int/publications/EF02108.htm](http://www.eurofound.eu.int/publications/EF02108.htm) (Cit: FEMCVT, 2003).
- Museu da Ilha das Flores (2008) – *Espólio do Museu da Ilha das Flores*, Museu da Ilha das Flores, Ilha das Flores, Portugal.
- Noll, H. (2000) – *The European System of Social Indicators: an Instrument for Social Monitoring and Reporting*, paper prepared for 26th General Conference of the International Association for Research in Income and Wealth, Cracóvia, 27 de Agosto / 2 de Setembro (Cit: Ferrão & Guerra, 2004; Canavarro *et al.*, 2006).
- North, D. (1990) – *Institutions, Institutional Change and Economic performance*, Cambridge University Press, Cambridge (Cit: Galípolo *et al.*, 2005).
- Nunes, J. C. (1998) – *Paisagens Vulcânicas dos Açores*. Amigos dos Açores. Ponta Delgada (Cit: UAA/DB/SG, 2003a).
- Oliveira, J. (1989) – *A Pastagem Permanente da Ilha de São Miguel (Açores): Estudo Fitossociológico, Fitoecológico e Primeira Abordagem do Ponto de Vista Agronómico*. 17-18pp. Ponta Delgada, Portugal (Cit: UAA/DB/SG, 2003a).
- Pereira, J. A. (1950) – Sobre as Festas do Espírito Santo – Censuras e leis da Autoridade Diocesana desde 1560, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, **8**: 58-63 (Cit: Lopes, 1957).
- Pinheiro, J. (1990) – *Caracterização dos Solos da Ilha Terceira*. Terra Chã, Universidade dos Açores (UA) (Cit: Pinheiro *et al.*, 1991).
- Pinheiro, J.; Madeira, M. & Sampaio, J. (1987) – Carta de Capacidade de Uso do Solo da Ilha das Flores (Escala 1:25 000). Gabinete de Solos, Universidade dos Açores (Mapa e Memória Descritiva). Policopiado, Angra do Heroísmo, Portugal.
- Pinheiro, J.; Madeira, M. & Madruga, J. (1991) – *Enquadramento Geral dos Solos dos Açores. Dados preliminares relativos à Ilha das Flores*, Universidade dos Açores.
- Pinheiro, J.; Madeira, M.; Monteiro, F.; Fonseca, M. & Medina, J. (2000) – Características e classificação dos Andossolos da Ilha do Pico (Arquipélago dos Açores) *Revista de Ciências Agrárias*, **XXIV** (3-4): 48-60 (Cit: Pinheiro *et al.*, 1991).

- Ponte, F. S. T.; Ponte-Filho, F. S. T. & Pontes, F. M. (2008) – Desenvolvimento Tecnológico da Agricultura Familiar: uma abordagem do processo de decisão, *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 3(1): 1-16 de 16 de Janeiro/Março de 2008.
- Plano Regional Anual (PRA) (2007) – *Plano Regional Anual 2008*, Direcção Regional de Estudos e Planeamento, 224 p.
- PRODESA (2008a) – <http://www.prodesa.azores.gov.pt/apresentaPRODESA.html> (Consultado em 30 de Janeiro de 2008).
- PRODESA (2008b) – <http://www.prodesa.azores.gov.pt/estrategiaPRODESA.html> (Consultado em 30 de Janeiro de 2008).
- PRODESA (2008c) – <http://www.prodesa.azores.gov.pt/eixosPRODESA.html> (Consultado em 30 de Janeiro de 2008).
- PRORURAL (2008) - <http://prorural.azores.gov.pt/PRORURAL.pdf> (Consultado em 30 de Janeiro de 2008).
- Rapley, M. (2003) – *Quality of Life Research – A critical introduction*. London: Sage Publications (Cit: Canavarro *et al.*, 2006).
- Recenseamentos Gerais da População (Vários anos) – Recenseamentos Gerais da População *In Estatísticas Históricas Portuguesas*, p. 741-749. INE, Portugal.
- Regiõesultraperiféricas (2007) – [http://www.regiõesultraperiféricas.com/pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=74&Itemid=368](http://www.regiõesultraperiféricas.com/pt/index.php?option=com_content&task=view&id=74&Itemid=368) (Consultado em 15 de Dezembro de 2007).
- Regueira, K. W. S. (2007) – *O Setor Imobiliário Informal e os direitos de propriedade: O que nos imóveis regularizados podem fazer pelas pessoas de baixa renda dos países em desenvolvimento*. Tese de Doutorado, Universidade do Pará, Curitiba, Brasil. (Curitiba, 2007).
- Reis, P. A. A. (2008) – Comunicação pessoal.
- RGCMR (1857) – Relatório do Governador Civil ao Ministério do Reino, *In O Fayalense*, 1857 (Cit: Gomes, 2006).
- Ricardo, R.P.; Madeira, M.A.V.; Medina, J.M.B.; Marques, M.M. & Furtado, A.F.A.S. (1977) – Esboço Pedológico da Ilha de São Miguel (Açores). *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, 37: 275-385 (Cit: Pinheiro *et al.*, 1991).

- Ricardo, R.P.; Madeira, M.A.V. & Medina, J.M.B. (1978/79) – Enquadramento Taxonómico dos principais tipos de solo que se admite ocorrerem no Arquipélago dos Açores. *Anais do Instituto Superior de Agronomia*. **38**: 167-180 (Cit: Pinheiro et al., 1991).
- Ridley, W. I.; Watkins, N. D. & Macfarlane, D. J. (1974) - The oceanic islands: Azores. In: Nairn, E. & Stehli, F. (Eds.). *The oceans basins and margins*, 2:445-483. Plenum Press. New York (Cit: UAA/DB/SG, 2003a).
- Riley, C. G. (1995) – O Corvo – um Lugar à Margem (histórias da perifericidade insular) In *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX*, Actas do Colóquio realizado na ilhas do Faial e Pico de 10 a 13 de Maio de 1993. pp.57-70, Núcleo Cultural da Horta (NCH), Horta, Portugal.
- Rocha, G. P. (1991) – *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX: Unidade – Permanência – Diversidade*.55-56pp.Universidade dos Açores. Ponta Delgada (Cit: UAA/DB/SG, 2003c).
- Rowlands, M. (1987) – “Centre and periphery: a review of a concept”, In *Centre and Periphery in the Ancient World* (ed. by M. Rowlands, M. Larsen & K. Kristiansen), London, Cambridge University Press, pp. 1-11 (Cit: Riley, 1995).
- RRIJ (2007) – <http://www.drjuventude.eu/cultura/flores.html> (Consultado em 05 de Janeiro de 2008).
- Rutherford, M. (1995) – The old and the new institutionalism: can bridges be built? *Journal of Economic Issues*, **29**(2): 443-451 (Cit: Regueira, 2007).
- Ruttan, V. (1985) – *La teoría de la innovación inducida del cambio técnico en el agro de los países desarrollados*. In: Cambio técnico en el agro latinoamericano. San José, Costa Rica, Piñeiro y Trigo, IICA (Cit: Cuadra, 1994).
- Salles-Filho, S. L. M. & Silveira, J. M. F. J. (1990) – A teoria da inovação induzida e os modelos de “demand pull”: uma crítica com base no enfoque neoschumpeteriano. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 28., Florianópolis. *Anais...* Brasília: Sober, p. 41-60 (Cit: Shikida & Lopez, 1997).
- Santos, J. A. (1995) – *Sinopse da Economia Açoriana*. 1º Edição. Edições ASA. Lisboa (Cit: UAA/DB/SG, 2003b).
- Santos, L. D. & Martins, I. (2002) – <http://www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/wp116.pdf> (Consultado em 15 de Dezembro de 2007).

- Saraiva, F. S. L. Cardeal (1841) – Índice Cronológico das Navegações, Lisboa, 1841 (Cit: Almanaque Açoriano, 1999).
- Schäfer, H. (2002) – *Flora of the Azores (A Field Guide)*, 264 p. Margraf Verlag, Weikersheim, Alemanha.
- Schmookler, J. (1979) – Fuentes económicas de la actividad inventiva. In: *Economía del cambio tecnológico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 107-125 (Cit: Shikida & Lopez, 1997).
- Schultz, W. (1961) – “Investment in Human Capital”, *American Economic Review*, 51, pp.1-17 (Cit: Ferrão & Guerra, 2004).
- Schultz, W. (1962), "Reflections on investment in man", in *Journal of Political Economy* 5(2), pp. 1-8 (Cit: Ferrão & Guerra, 2004).
- Schultz, W. (1971) – *Investment in Human Capital: The Role of Education and of Research*, Free Press Edition. California University, 272 p. (Cit: Ferrão & Guerra, 2004).
- Schumacher, E.F. (1973) – *Small is Beautiful*, Londres, Blond and Briggs (Cit: Ferrão & Guerra, 2004).
- SDAFC (2007a) – *Manifestos físicos quinzenais da mercadoria entrada na Ilha das Flores*, vários anos. Serviço de Desenvolvimento Agrário das Flores e do Corvo (SDAFC).
- SDAFC (2007b) – *Registos do SNIRB e do matadouro das Flores*, vários anos. Serviço de Desenvolvimento Agrário das Flores e do Corvo (SDAFC).
- Seers, D. (1969) – "The Meaning of Development." Paper presented at the 11<sup>th</sup> World Conference of the Society for International Development, New Delhi, 1417 November. *International Development Review* 11:2-6 (Cit: Ferrão & Guerra, 2004).
- Seidl, E. M. F. & Zannon, C. L. M C. (2004) – <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/27.pdf> (Consultado em 07 de Março de 2007).
- Sequeira, J. M. A. (2006) – *Inventário Florestal das Ilhas das Flores e Corvo*. Relatório de Trabalho de Fim de Curso, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior Agrária, Castelo Branco, Portugal, 46 p.
- Serpa, A. F. (1925) – O Descobrimento dos Açores, Porto (Cit: Almanaque Açoriano, 1999).

- Serpa, C. V. (1978) – *A Gente dos Açores – Identificação – Emigração e Religiosidade, séculos XVI a XX*. Prelo Editora, S. A. R. L.. Lisboa, 229 p.
- Serviço Florestal das Flores e Corvo (SFFC, 2007) – *Pastagens Baldias sob Administração do SFFC*. SFFC, Santa Cruz das Flores, Portugal.
- Shikida, P. F. A. & Lopez A. A. O. (1997) – [http://www.upf.br/cepeac/download/rev\\_n09\\_1997\\_art5.pdf](http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n09_1997_art5.pdf) (Consultado em 20 de Outubro de 2007).
- Shills, E. (1961) – *Centro e Periferia*, Difel, I: 53-71. Lisboa, Portugal (Cit: Riley, 1995).
- Silva, M. F. (2006) – *Hábitos de consumo e Comportamentos do Consumidor: Estudo de Caso da Ilha de Santiago*. Trabalho de Mestrado Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, 174 p.
- Silva, L.; Tavares, J. & Smith & C. W. (2000) – Biogeography of Azorean plant Invaders. *Conference Proceedings of the 3rd Symposium Fauna and Flora of the Atlantic Island*, pp. 19-27. Ponta Delgada, Portugal (Cit: UAA/DB/SG, 2003a).
- Silveira, J. A. (1970) – Anais do Município das Lajes das Flores (anotados por Pedro Silveira e Jacob Tomaz), ed. da C.M.L.F. (Cit: Gomes, 2003).
- Silveira, P. (1961) – Sexto dos Romances Incompletos, in *Sinais de Oeste*, Coimbra (Cit: Gomes, 2006).
- Sjögren, E. (2000) – Aspects on the Biogeography of Macaronesia from a Botanical point of view. *Conference Proceedings of the 3rd Symposium Fauna e Flora of the Atlantic Island*, pp. 1-9. Ponta Delgada, Portugal (Cit: UAA/DB/SG, 2003a).
- Soil Survey Staff. (1975) – *Soil Taxonomy*. Agric. Handbook 436. USDA-SCS. US Government Printing Office. Washington, D.C., USA (Cit: Pinheiro et al., 1991).
- Sousa, F. & Fragata, A. (2005) – *A carne de bovino dos Açores: Vias para o seu Desenvolvimento*. Federação Agrícola dos Açores. 42 p.
- (SRAF) (2006) – *Açores: Adaptação da Política Agrícola Comum à realidade Açoriana*. Secretaria Regional de Agricultura e Florestas Área Geográfica de Aplicação: Região Autónoma dos Açores. 151 p.
- SRAF (2007a) – *Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2007-2013*. Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, Região Autónoma dos Açores. 480 p.

- SRAF (2007b) – *III Congresso Regional da Carne dos Açores, Estatísticas*. Ilha de Santa Maria, 4 a 7 de Outubro de 2007. Secretaria Regional de Agricultura e Florestas, Região Autónoma dos Açores.
- SRAM, (2005) – *Ideias Estratégicas para uma Gestão Sustentável, Ilha das Flores*. Relatório Elaborado para a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar dos Açores, Cadeira de Gestão de Recursos, Pós-Graduação e Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Julho de 2005 (Cit: Litosost, 2006a).
- SRAM (2006) – *Perspectivas para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores, Contributo para a elaboração de um Plano Regional para o Desenvolvimento Sustentável*. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, Direcção Regional do Ambiente, Horta, Portugal. 248 p.
- SREA (2001) – *Séries Estatísticas 1990 – 2000*. Serviço Regional de Estatística dos Açores (Cit: UAA/DB/SG, 2003d).
- SREA (2003a) – *Principais Resultados Definitivos dos Censos 1991 e 2001*. Serviço Regional de Estatística dos Açores (Cit: UAA/DB/SG, 2003c).
- SREA (2003b) – *Séries Estatísticas 1993 – 2003*. Serviço Regional de Estatística dos Açores (Cit: UAA/DB/SG, 2003c).
- SREA (2004a) – *Demografia 2003*. Serviço Regional de Estatística dos Açores (Cit: UAA/DB/SG, 2003b).
- SREA (2004b) – *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2003*. Serviço Regional de Estatística dos Açores (Cit: UAA/DB/SG, 2003c).
- SREA (2005) – *Séries Estatísticas 1994...2004*. Serviço Regional de Estatística dos Açores.
- SREA (2006) – <http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7B2dacd8b4-62e9-4dad-bb39-5b82a053c2ef%7D.pdf> (Consultado em 24 de Novembro de 2007).
- SREA (2007) – *Boletim Trimestral de Estatística*, SREA. Açores, Portugal (Cit: III Congresso Regional da Carne dos Açores, 2007).
- Sumpsi, J. (2003) – [www.fao.rcl.org/proyecto/fodepal/Sumpsi](http://www.fao.rcl.org/proyecto/fodepal/Sumpsi) (Consultado em 17 de Dezembro de 2006).

- Taillefer, M. C.; Dupuis, G.; Roberge, M. A., & Le May, S. (2003) – Health-related quality of life models: Systematic review of the literature. *Social Indicators Research*, **64**, 293-323 (Cit: Canavarro *et al.*, 2006).
- Travessas, E.; Pinto, P. L. & Sousa, U. (2005) – <http://www.porto.ucp.pt/feg/work/docs/Portugal%20e%20a%20Reforma%20Fischler%20da%20PAC.pdf> (Consultado em 13 de Maio de 2007).
- Trigueiro, J. A. A. (1985) – O Cooperativismo nas Flores – subsídios históricos, *In* jornal *Correio da Horta*, ed. 10 de Dezembro 1985 (Cit: Gomes, 2003).
- Trigueiro, J. A. A. (1996) – *Do Estado Novo à Autonomia dos Açores – Memórias (1936-1980)*, edição do autor, Comp. Industrial Gráfica dos Açores. Horta, Portugal, 364 p.
- Trigueiro, J. A. A. (2003) – *Retalhos das Flores, Factos Históricos do Século XX*. Câmara Municipal de Lajes das Flores. Lajes das Flores, Portugal, 305 p.
- Trigueiro, J. A. (2008) – Comunicação pessoal.
- Universidade dos Açores/Departamento de Biologia/Secção de Geografia (UAA/DB/SG) (2003a) – [http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/A1EF5589-B914-468E-BBCF-A368DDB0562F/105469/2\\_Enquadramento.pdf](http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/A1EF5589-B914-468E-BBCF-A368DDB0562F/105469/2_Enquadramento.pdf) (Consultado em 06 de Dezembro de 2007).
- Universidade dos Açores/Departamento de Biologia/Secção de Geografia (UAA/DB/SG) (2003b) – <http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/A3DE5D59-882E-4C62-9BBC-7B8FF4D0B247/105477/7SectorDinâmicasTerritoriais.pdf> (Consultado em 27 de Dezembro de 2007).
- Universidade dos Açores/Departamento de Biologia/Secção de Geografia (UAA/DB/SG) (2003c) – <http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/A3DE5D59-882E-4C62-9BBC-7B8FF4D0B247/105474/4SectorSocial.pdf> (Consultado em 27 de Dezembro de 2007).
- Universidade dos Açores/Departamento de Biologia/Secção de Geografia (UAA/DB/SG) (2003d) – <http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/A3DE5D59-882E-4C62-9BBC-7B8FF4D0B247/105476/6SectorEconómico.pdf> (Consultado em 27 de Dezembro de 2007).
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2008) – [http://www.nea.ufsc.br/sintese\\_acores.php](http://www.nea.ufsc.br/sintese_acores.php) (Consultado em 3 de Janeiro de 2008).
- Valério, N. (2001) – Cultura *In Estatísticas Históricas Portuguesas*, p. 741-749. INE, Portugal.

- Vieira, J. A. G. (1979) – Algas Marinhas dos Açores. *As Flores*. ed. de 22 de Novembro de 1979, Santa Cruz das Flores, Portugal.
- Vieira, J. A. G. (2008) – Comunicação Pessoal, 2008.
- Whitby, M. C. (1996) – *The European Environment and CAP Reform*. UK. Cab International (Cit: Ferreira, 2004).
- Wikipédia (2007a) – <http://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7ores> (Consultado em 22 de Novembro de 2007).
- Wikipédia (2007b) – <http://pt.wikipedia.org/wiki/Flores> (Consultado em 26 de Novembro de 2007).
- Von Wright, G. H. (1963), *Varieties of Goodness*, Londres, Routledge (Cit: Ferrão & Guerra, 2004).
- Wolfensberger, W. (1994) – Let's hang up "quality of life" as, a hopeless term, in D. Goode (ed.) *Quality of Life for Persons with Disabilities: International Perspectives and Issues* (pp. 285-321), Cambridge, MA.: Brookline Books (Cit: Canavarro *et al.*, 2006).